

Como diplomata de carreira, Fernando de Mello Barreto teve dez postos no exterior: cinco nas Américas, quatro na Europa e um no Pacífico. Foi Embaixador do Brasil em Camberra. na Austrália, e também foi enviado para chefiar temporariamente a Embaixada em Moscou, na Rússia. Foi Cônsul-Geral do Brasil em Londres, no Reino Unido, bem como em Boston e em Hartford, nos Estados Unidos. Atuou como delegado do Brasil na Missão junto à ONU, em Nova York, e junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, Serviu também nas embaixadas na Espanha, no Equador e no Canadá. Foi assessor internacional do Ministério do Desenvolvimento. Indústria e Comércio Exterior e chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Lecionou Direito Internacional na Universidade de São Paulo (USP) e História da Política Externa Brasileira no Instituto Rio Branco. Publicou três livros sobre a história da política externa brasileira, assim como um sobre direito comparado.

É bacharel em Direito pela USP, mestre (LLM) pela Columbia University e doutor (JSD) pela University of Connecticut. Exerceu o cargo de secretário adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo. Atualmente é professor colaborador do Instituto de Relações Internacionais da USP.

O estudo das relações internacionais comporta várias perspectivas. Uma das mais úteis é a da política externa de um Estado que parte do reconhecimento da especificidade histórica da conduta do Estado como ator, senão exclusivo, pelo menos preponderante na dinâmica da vida internacional. É esse o ângulo que estrutura o livro de Fernando de Mello Barreto, que tenho o prazer de apresentar.

Neste livro, no qual a política externa tem como lastro a História Diplomática, a apresentação da cronologia dos eventos adquire significado em função do critério da periodização. É justamente a relevância desse critério que me permito inicialmente realçar nesta apresentação. Com efeito, o livro de Fernando de Mello Barreto examina os 21 Sucessores do Barão de 1912 a 1964.

Tem assim como ponto de partida o Brasil após a conclusão da obra do Barão do Rio Branco que, ao consolidar, juridicamente e por meios pacíficos, as fronteiras nacionais, não só nos legou o mapa de um país de escala continental, como também equacionou o primeiro problema de uma agenda de política externa, que é o de estabelecer a diferença entre o "interno" (o nacional) e o "externo" (o mundo). Rio Branco, através da sua obra, desafogou seus sucessores do problema de fronteiras e permitiu que se dedicassem ao que veio a ser o tema forte da política externa brasileira: o do desenvolvimento do espaço nacional. É este tema que explica os determinantes e as linhas de continuidade da política externa brasileira em boa parte deste século e é isto que este livro de Fernando Barreto esclarece ao leitor, com o rigor de uma acurada pesquisa.

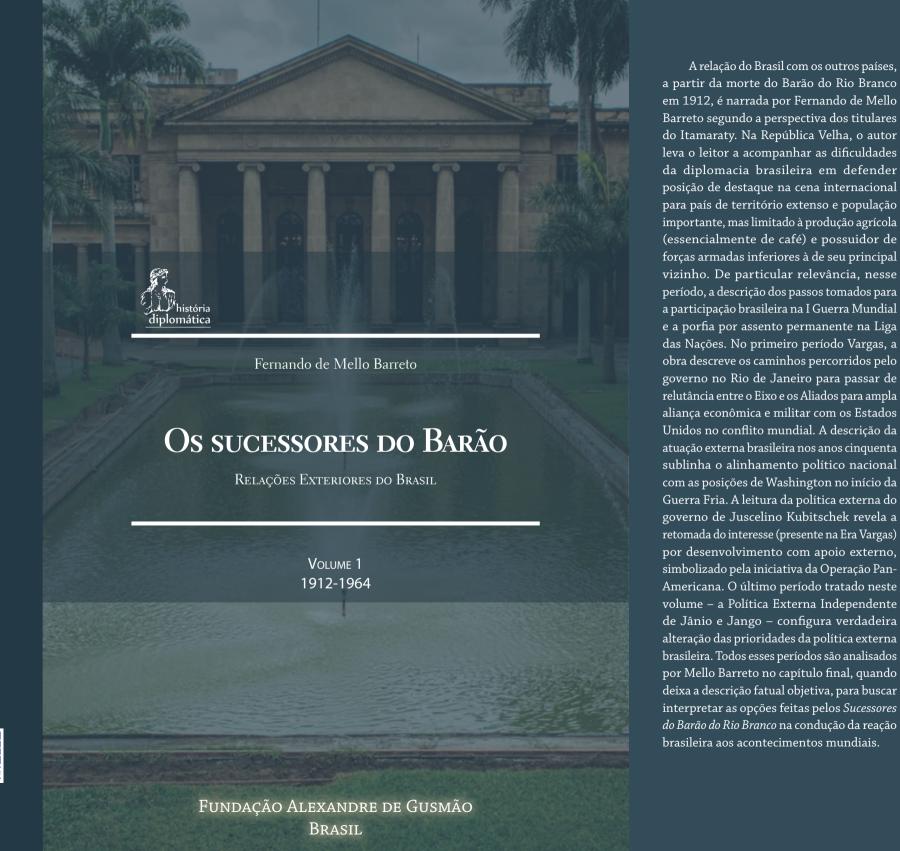
Essas importantes evoluções em nossa política externa foram, contudo, realizadas dentro de um contexto de mudança na continuidade que preserva, como vimos, as grandes linhas de ação que permeiam e marcam, em essência, a atuação dos Sucessores do Barão.

De fato, sua coerência, prudência e equilíbrio garantiram para o Brasil de 1912 a 1964 uma diplomacia que, conforme enfatiza o autor no epílogo do livro, na maior parte dos casos soube explorar com competência as possibilidades externas e traduzi-las em oportunidades internas, sempre em benefício do país. Esse mesmo lastro municia e inspira a ação externa do Itamaraty de hoje.

Celso Lafer



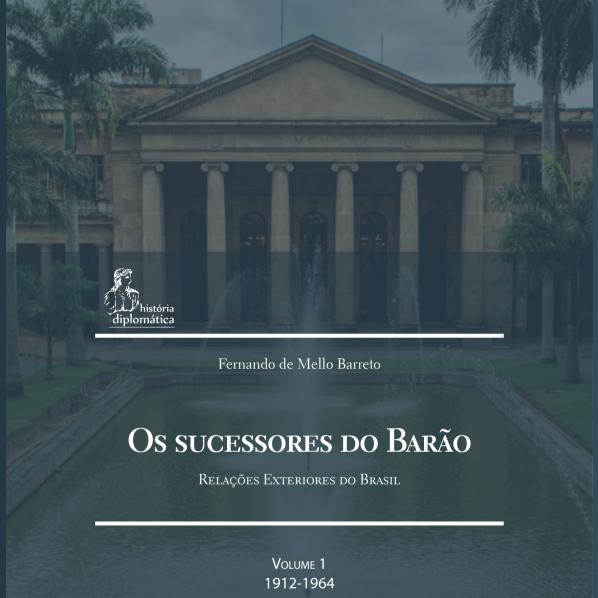




A relação do Brasil com os outros países, a partir da morte do Barão do Rio Branco em 1912, é narrada por Fernando de Mello Barreto segundo a perspectiva dos titulares do Itamaraty. Na República Velha, o autor leva o leitor a acompanhar as dificuldades da diplomacia brasileira em defender posição de destaque na cena internacional para país de território extenso e população importante, mas limitado à produção agrícola (essencialmente de café) e possuidor de forças armadas inferiores à de seu principal vizinho. De particular relevância, nesse período, a descrição dos passos tomados para a participação brasileira na I Guerra Mundial e a porfia por assento permanente na Liga das Nações. No primeiro período Vargas, a obra descreve os caminhos percorridos pelo governo no Rio de Janeiro para passar de relutância entre o Eixo e os Aliados para ampla alianca econômica e militar com os Estados Unidos no conflito mundial. A descrição da atuação externa brasileira nos anos cinquenta sublinha o alinhamento político nacional com as posições de Washington no início da Guerra Fria. A leitura da política externa do governo de Juscelino Kubitschek revela a



Os sucessores do



Fundação Alexandre de Gusmão Brasil



OS SUCESSORES DO BARÃO RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral Embaixadora Maria Laura da Rocha

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História

e Documentação Diplomática Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa

de Relações Internacionais Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau Maitê de Souza Schmitz
Daniella Poppius Vargas Maria Regina Soares de Lima
João Alfredo dos Anjos Junior Maurício Santoro Rocha
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Fernando de Mello Barreto

OS SUCESSORES DO BARÃO RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Volume 1 1912-1964



Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo 70170-900 Brasília-DF

Tel.: (61)2030-9117/9128 Site: gov.br/funag

E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Revisão:

Luiz Antônio Gusmão

Equipe de publicação e editoração:

Acauã Lucas Leotta Alessandra Marin da Silva Ana Clara Ribeiro Teixeira Eliane Miranda Paiva Gabriela Del Rio de Rezende Nycole Cardia Pereira

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:

Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro. Foto: Ricardo Padue.

Fotos:

Galeria de Ministros das Relações Exteriores. ItamaratyGovBr/Flickr.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição do governo brasileiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B273s Barreto, Fernando de Mello

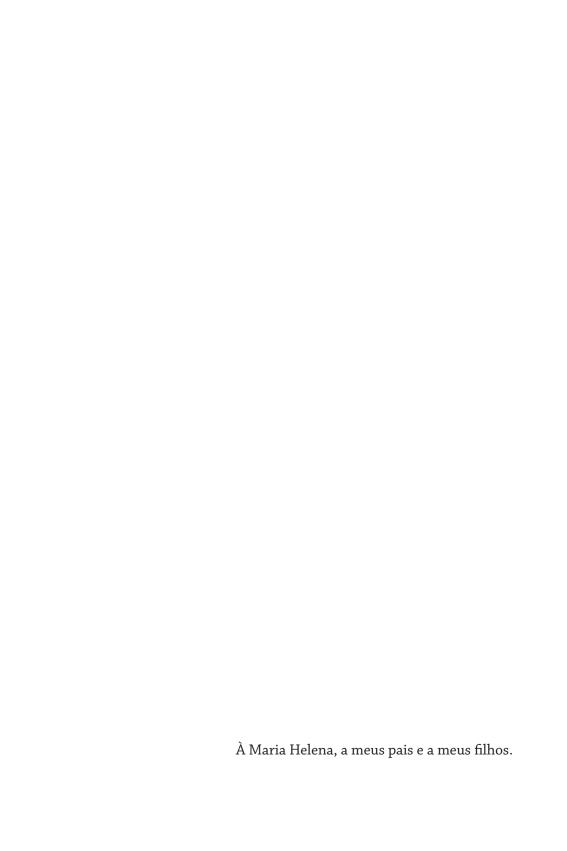
Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, volume 1:1912-1964 / Fernando de Mello Barreto. -- Brasília : FUNAG, 2024.

584 p. -- (História diplomática)

ISBN: 978-85-7631-910-8

1. Brasil – Relações internacionais - 1912-1964. 2. Brasil – Relações exteriores – Séc.XX. 3. Política externa brasileira. I. Título. II. Série.

CDD-327.81



Nota do Autor

O primeiro volume dos Sucessores do Barão (1912-1964) foi publicado em 2001 e o segundo (1964-1985) em 2006, portanto, respectivamente, 23 e 18 anos atrás. As edições foram pequenas e esgotaram-se em pouco tempo, a julgar pelos crescentes pedidos de exemplares que passei a receber. Com o encerramento das atividades da editora que os publicara inicialmente, os volumes ficaram, por assim dizer, "órfãos". Ao voltar ao Brasil no final de 2012, depois de três postos seguido no exterior, surpreendi-me com informações de que meus livros continuavam a ser buscados, sobretudo por estudantes interessados em se prepararem para o vestibular do Instituto Rio Branco. Alguns estudantes me chamaram a atenção para os elevados preços cobrados pelos poucos exemplares existentes em sebos ou vendidos por meio do comércio eletrônico. Ao retornar novamente do exterior, em 2021, tive a grata surpresa de ouvir de professores da USP que os Sucessores constituíam "referência" relevante para seus alunos. Como autor, não saberia dizer por que esse interesse pelos livros se manteve. Talvez as razões tenham sido aquelas apontadas pelos autores dos respectivos Prefácios, Celso Lafer e Rubens Ricupero.

No Prefácio que escreveu para o primeiro volume dos Sucessores, Lafer destacou um aspecto do livro que lhe chamou

atenção, isto é, "o reconhecimento da especificidade histórica da conduta do Estado como ator, senão exclusivo, pelo menos preponderante na dinâmica da vida internacional". Relendo hoje aquelas palavras, dei-me conta da capacidade do notável prefaciante de antever a questão do papel de atores, em especial a conduta do Estado, hoje cada vez mais desafiada pelo crescimento da relevância das organizações internacionais, organizações não governamentais e até mesmo de formas de paradiplomacia, num cenário dominado pela globalização, aumento do número de temas tratados internacionalmente e inovações tecnológicas que vem afetando a prática da diplomacia, assim como de várias outras atividades.

Quando escrevi os *Sucessores*, como bem apontou Ricupero no Prefácio ao segundo volume, minha obra não deixou de "sofrer, como é natural e inevitável, as eventuais inibições em matéria de juízo crítico ou limitações de expressão mais incisiva, derivadas de sua situação funcional *[diplomata então na ativa]* até mesmo em decorrência de normas estatutárias da carreira". Na verdade, creio que minha escolha de exposição factual decorreu sobretudo de minha intenção de dar aos leitores os dados para alcançarem suas conclusões. Aliás, Ricupero sublinhou o resultado do método escolhido ao notar que eu teria conseguido desmontar "o mito simplista de que existira uma suposta política externa monolítica e indiferenciada ao longo de todo o período militar", "não tanto com argumentos teóricos", mas com a "simples exposição dos fatos, o que basta para pôr em evidência as diferenças consideráveis" havidas naquele período.

Seja qual tiver sido a razão da procura por duas obras escritas há duas décadas, agradeço vivamente à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), sob a brilhante e dedicada direção da Embaixadora Márcia Loureiro, a iniciativa de republicar os dois volumes, de forma assim completar minha "trilogia" sobre o tema encerrada com *A política externa brasileira após a redemocratização*, publicada, em dois tomos, pela própria FUNAG em 2012. Os interessados no tema agora poderão acessar virtualmente também os dois primeiros volumes, desaparecidos das livrarias há pelo menos uma década. Minha gratidão estende-se também a todos os funcionários da FUNAG que pacientemente os redigitalizaram, pois eu não dispunha de versão digital da editora que as publicara inicialmente. Em particular, agradeço a Henrique Sardinha P. Filho por ter dirigido a reedição e levado adiante com contagiante entusiasmo esse projeto de "resgate" dos *Sucessores*.

São Paulo, 2 de março de 2024

Sumário

REFÁCIO21
ITRODUÇÃO27
I. A República Velha
AURO MÜLLER41
1912 – Relações com os Estados Unidos. A questão do café valorizado
1913 – Ainda o café valorizado. Viagem de Müller aos Estados Unidos46
1914 – Revolução Mexicana. Início da Primeira Guerra Mundial. Iniciativas americanas48
1915 – PROBLEMAS DA NEUTRALIDADE. <i>STATUTORY LIST</i> . PACTO ABC
1916 – Dificuldades da neutralidade brasileira com a Inglaterra. Campanha civil para ingresso do Brasil na guerra
1917 (JANEIRO A ABRIL) – IMPOSIÇÃO DE BLOQUEIO MARÍTIMO ALEMÃO AO BRASIL. MANUTENÇÃO DA NEUTRALIDADE. PROIBIÇÃO BRITÂNICA DA IMPORTAÇÃO DE CAFÉ. TORPEDEAMENTO DO NAVIO PARANÁ. ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A ALEMANHA. RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO FORMADO NA RÚSSIA

NILO PEÇANHA67
1917 (MAIO A DEZEMBRO) – TORPEDEAMENTO ALEMÃO DOS NAVIOS TIJUCA E LAPA. UTILIZAÇÃO DE NAVIOS ALEMÃES. INGRESSO NA GUERRA. REVOGAÇÃO DA NEUTRALIDADE NA GUERRA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O IMPÉRIO ALEMÃO. DIFICULDADES COM O BLOQUEIO NAVAL INGLÊS. TORPEDEAMENTO DO NAVIO MACAU. RECONHECIMENTO DO ESTADO DE GUERRA. PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA INTERALIADOS. PREPARAÇÃO DE FROTA
1918 (JANEIRO A NOVEMBRO) – PARTICIPAÇÃO MILITAR NO CONFLITO78
Domício da Gama 85
1918 (DEZEMBRO) – PREOCUPAÇÃO COM A PRECÁRIA SITUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA86
1919 – Conferência de Versalhes. Questões do café e dos navios. Epitácio Pessoa87
AZEVEDO MARQUES
1920 – Liga das Nações (I Assembleia). Reação a propostas de desarmamento97
1921 – Liga das Nações (II Assembleia). Proposta Chilena de ampliação do Conselho101
1922 – Liga das Nações (III Assembleia). Questão de fronteira entre Colômbia e Peru. Conferência Americana. Reação a propostas de desarmamento104
FÉLIX PACHECO107
1923 – Conferência em Santiago. Preocupação com armamentos no ABC. Missão em Genebra. Interesse por representação no Conselho da Liga109

1924 – Liga das Nações – A pretensão de assento permanente no Conselho114
1925 – Liga das Nações – A reivindicação de assento permanente no Conselho118
1926 – Liga das Nações – O malogro da pretensão brasileira no Conselho121
Octavio Mangabeira
1927 – Demarcação de fronteiras. Preocupação com a capacidade militar argentina129
1928 – Retirada definitiva da Liga das Nações. Início da Questão do Chaco132
1929 – Crise financeira internacional. Conflito do Chaco136
1930 (JANEIRO A SETEMBRO) – VISITA DO PRESIDENTE ELEITO AOS ESTADOS UNIDOS. A DEPRESSÃO. O ESTADO DE SÍTIO. A REVOLUÇÃO138
II. A ERA VARGAS
Afrânio de Melo Franco145
1930 (OUTUBRO A DEZEMBRO) – O RECONHECIMENTO EXTERNO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO. A DÍVIDA EXTERNA146
1931 – Café. Dívida externa. Chaco150
1932 – Chaco e Letícia153
1933 – Ainda Chaco e Letícia156
1934 (JANEIRO A JULHO) – CHACO E LETÍCIA. DÍVIDA EXTERNA E IMIGRAÇÃO162

José Carlos de Macedo Soares (primeira gestão) 165
1934 (AGOSTO A DEZEMBRO) – MISSÃO WILLIAMS. <i>FUNDING LOAN</i> . NEGOCIAÇÕES DE ACORDO COMERCIAL COM OS ESTADOS UNIDOS E ENTENDIMENTOS COM A ALEMANHA SOBRE ESCAMBO DE CAFÉ
1935 – Acordo comercial com os Estados Unidos. Visita de Vargas à Argentina. A Intentona168
1936 – Acordo comercial com a Alemanha. Conferência Pan-Americana de Buenos Aires173
Mário de Pimentel Brandão
1937 – Entre Washington e Berlim. Repercussões do golpe de Estado brasileiro179
1938 (JANEIRO E FEVEREIRO) – ATITUDES CONTROVERSAS BRASILEIRAS. VISTOS PARA JUDEUS. ENCONTRO VARGAS – JUSTO. COMBATE À ATUAÇÃO DE NAZISTAS NO SUL. TRATADOS COM A BOLÍVIA (FERROVIA E PETRÓLEO)186
OSWALDO ARANHA
1938 (março a dezembro) – Dificuldades com o embaixador da Alemanha. O <i>putsch</i> fascista. Conferência Pan-Americana de Lima192
1939 – A neutralidade. Missão Aranha a Washington. Conferência Pan-Americana do Panamá202
1940 – Os sinais contraditórios de Vargas. Interesse por siderúrgica. Discurso no Minas Gerais. Conferência Pan-Americana de Havana. Navios brasileiros e o bloqueio inglês214

1941 – DIFICULDADES COM O B	LOQUEIO BRITÂNICO.
FINANCIAMENTO AMERICANO (S	
MILITAR) E VENDA DE MINÉRIOS	
	229
DO LIXO	229
1942 – Conferência Pan-Ame	RICANA DO RIO DE JANEIRO
O ROMPIMENTO COM O EIXO. A	
	ERRA241
BRASILEIROS. INGRESSO NA GUE	RRA241
1943 – Preparação bélica. Ro	OOSEVELT EM NATAL.
Assinatura brasileira da De	
	260
UNIDAS	200
1944 (JANEIRO A JULHO) – Os l	Estados Unidos e o envio
DE ARMAMENTOS PARA O SUL D	
AMERICANA DE REATAMENTO BI	
SOVIÉTICA. EMBARQUE DA FORC	
	267
DRASILEIRA	20/
Pedro Leão Velloso	275
1944 (AGOSTO A DEZEMBRO) – A	A PARTICIPAÇÃO BÉLICA
INTERESSE POR ASSENTO PERMA	
	276
UNIDAS	2/0
1945 – Participação militar :	BRASILEIRA. CONFERÊNCIA
de Chapultepec. Reatamento	
O pleito de assento permani	
Segurança. Declaração de g	
	279
DE DERLE JUNIOR	2/9
III. A Guer	ra Fria
Pedro Leão Velloso (cont.)	301
(()	~
1946 (JANEIRO) – A PRIMEIRA F	
das Nações Unidas. Eleição 1	
Segurança	301

,	João Neves da Fontoura (primeira gestão) 303
	1946 (fevereiro a dezembro) – A Conferência de Paz. Incidente com diplomata na União Soviética305
	Raul Fernandes (primeira gestão)313
	1947 – Conferência Interamericana do Rio de Janeiro. Truman no Brasil. Rompimento com Moscou. Atuação defensiva no GATT. Apoio à criação de Israel314
	1948 – Conferência Interamericana de Bogotá. Apoio à declaração anticomunista na Carta da Organização dos Estados Americanos. Missão Abbink326
	1949 – Nações Unidas: apoio à Espanha e abstenção Quanto a Israel. Visita de Dutra aos Estados Unidos331
	1950 – Guerra da Coreia. Criação de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Apoio político a ações americanas na Coreia. Voto contra a admissão da China336
	1951 – Conferência Interamericana em Washington. Pedido de envio de tropas à Coreia. Negociação de acordo militar com os Estados Unidos. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos342
,	João Neves da Fontoura (segunda gestão)343
	1952 – Acordo militar com os Estados Unidos. Tensões com a Argentina354
	1953 (JANEIRO A JUNHO) – ESTADOS UNIDOS, A PETROBRAS E A REMESSA DE LUCROS. AREIAS MONAZÍTICAS. AÇÕES DA ARGENTINA E DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL. RATIFICAÇÃO DO ACORDO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS359

VICENTE RAO
1953 (JULHO A AGOSTO) – VISITA DE MILTON EISENHOWER. TRATADO COM PORTUGAL. CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA COM A ALEMANHA. FIM DA COMISSÃO MISTA COM OS ESTADOS UNIDOS364
1954 (JANEIRO A AGOSTO) – À QUESTÃO DAS REMESSAS DE LUCROS. QUEDA DA VENDA DE CAFÉ. POLÊMICA SOBRE O PACTO ABC. APOIO A ANTICOMUNISMO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E À AÇÃO DE PORTUGAL NA ÍNDIA
Raul Fernandes (segunda gestão) 375
1954 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – REVOGAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS PARA O CAFÉ E DE LIMITES PARA REMESSAS DE LUCROS. EMPRÉSTIMO DOS ESTADOS UNIDOS. REITERAÇÃO DE APOIO À POLÍTICA DE PORTUGAL COM RELAÇÃO À UNIÃO INDIANA
1955 (JANEIRO A OUTUBRO) – FERROVIA COM A BOLÍVIA. CAPITAL ESTRANGEIRO SEM COBERTURA CAMBIAL. ACORDO NUCLEAR COM OS ESTADOS UNIDOS. ENTENDIMENTOS COM A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ. REPRESENTAÇÃO DE PORTUGAL NA ÍNDIA. OFERTA DE RECEBIMENTO DE PRISIONEIROS DE GUERRA NORTE-COREANOS. ACORDO DE TROCA DE TRIGO POR MONAZITA
José Carlos de Macedo Soares (segunda gestão) 385
1955 (NOVEMBRO E DEZEMBRO) – OPOSIÇÃO AO INGRESSO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ E APOIO À ADMISSÃO DE PORTUGAL NAS NAÇÕES UNIDAS385

IV. JK e a Operação Pan-Americana

Jos	SE CARLOS DE MACEDO SOARES (SEGUNDA GESTÃO,
COI	NT.)391
	1956 – Encontro Kubitschek-Eisenhower. Apoio a
	Portugal na Índia. Restabelecimento de relações
	comerciais com a República Democrática Alemã.
	Denúncia de programa nuclear com os Estados
1	Unidos. A crise de Suez e o levante na Hungria391
:	1957 – Forças brasileiras em Suez. Apoio à política
	colonialista de Portugal. Críticas ao Tratado de
]	Roma. Reunião na Argentina sobre defesa do
1	Atlântico Sul. Visita do presidente de Portugal.
1	Acordo com os Estados Unidos sobre cooperação
1	atômica. Acordo Latino-Americano sobre Café397
:	1958 (JANEIRO A JUNHO) – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
]	do Café. Acordos de Roboré com a Bolívia.
]	Desapropriação da Amforp. Lançamento da
	Operação Pan-Americana403
Fr.	ANCISCO NEGRÃO DE LIMA409
	1958 (JULHO A DEZEMBRO) – VISITA DE FOSTER DULLES.
	Criação da Comissão Especial de 21 Membros (dos 21).
	Assinatura do Convênio Latino-Americano do Café.
	Anúncio de decisão de reatar relações comerciais com
	A UNIÃO SOVIÉTICA410
	·
Но	RÁCIO LAFER
:	1959 (JANEIRO A AGOSTO) – CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO
	Banco Interamericano de Desenvolvimento. O caso
]	DELGADO. ROMPIMENTO COM O FMI415

1959 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – PROPOSTA BRASILEIRA DE DECLARAÇÃO DE SANTIAGO SOBRE DEMOCRACIA. CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ. ACORDOS COM A ARGENTINA. MISSÃO COMERCIAL À UNIÃO SOVIÉTICA419
1960 – Criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Visita de Eisenhower. Atuação do Brasil nas questões da República Dominicana e de Cuba na Organização dos Estados Americanos424
1961 (JANEIRO) – INÍCIO DO CASO GALVÃO438
V. A política externa independente
Afonso Arinos de Melo Franco (primeira gestão)445
1961 (FEVEREIRO A AGOSTO) – CONTINUAÇÃO DO CASO GALVÃO. PONTE COM O PARAGUAI. MISSÃO ADOLF BERLE JUNIOR. VISITAS DE LEITÃO DA CUNHA A HAVANA. REAÇÃO À INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS. ENCONTRO QUADROS-FRONDIZI. MISSÕES AO LESTE EUROPEU E À ÁFRICA. VISITA DE ADLAI STEVENSON. CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE. OUTORGA DE CONDECORAÇÃO A CHE GUEVARA446
San Tiago Dantas
1961 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – ENCONTRO FRONDIZI- -GOULART. REATAMENTO DIPLOMÁTICO COM A UNIÃO SOVIÉTICA. A QUESTÃO DE POSSÍVEL ATAQUE CONTRA GOA.468
1962 (JANEIRO A MAIO) – DIREITO DO POVO ANGOLANO À AUTODETERMINAÇÃO. OPOSIÇÃO AO ISOLAMENTO DE CUBA. DESAPROPRIAÇÃO DA ITT. SALTO DE SETE QUEDAS. GOULART NOS ESTADOS UNIDOS
Afonso Arinos de Melo Franco (segunda gestão) 485
1962 (JUNHO A SETEMBRO) – CONFERÊNCIA PREPARATÓRIA DO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ

HERMES LIMA
1962 (OUTUBRO A DEZEMBRO) – ENTENDIMENTO COM O PARAGUAI SOBRE SETE QUEDAS. DESARMAMENTO. MISSÃO DO GENERAL ALBINO SILVA A CUBA. VISITA DE ROBERT KENNEDY AO BRASIL
1963 (JANEIRO A JUNHO) – ASILADOS CUBANOS NA Embaixada em Havana. Guerra das Lagostas com a França. Dificuldades econômicas. Acordo Dantas – Bell. Acordo Latino-Americano contra Armas Nucleares
EVANDRO LINS 501
1963 (JULHO E AGOSTO) – ENCONTRO GOULART. KENNEDY EM ROMA. VOTO CONTRÁRIO À POLÍTICA COLONIALISTA DE PORTUGAL501
Araújo Castro 503
1963 (setembro a dezembro) – Discurso dos "Três Ds": Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização504
1964 (JANEIRO A MARÇO) – RELAÇÕES COM A FRANÇA. RENOVAÇÃO DE ACORDO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS. A REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO DE DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). MUDANÇA DE REGIME508
ЕРÍLOGO 511
GALERIA DE SUCESSORES DO BARÃO (1912-1964)531
Referências

Prefácio

O estudo das relações internacionais comporta várias perspectivas. Uma das mais úteis é a da política externa de um Estado que parte do reconhecimento da especificidade histórica da conduta do Estado como ator, senão exclusivo, pelo menos preponderante na dinâmica da vida internacional. É esse o ângulo que estrutura o livro de Fernando de Mello Barreto, que tenho o prazer de apresentar.

Neste livro, no qual a política externa tem como lastro a História Diplomática, a apresentação da cronologia dos eventos adquire significado em razão do critério da periodização. É justamente a relevância desse critério que me permito inicialmente realçar nesta apresentação. Com efeito, o livro de Fernando de Mello Barreto examina os 21 "Sucessores do Barão" de 1912 a 1964. Tem assim como ponto de partida o Brasil após a conclusão da obra do Barão do Rio Branco, que, ao consolidar, juridicamente e por meios pacíficos, as fronteiras nacionais, não só nos legou o mapa de um país de escala continental, como também equacionou o primeiro problema de uma agenda de política externa, que é o de estabelecer a diferença entre o "interno" (o nacional) e o "externo" (o mundo). Rio Branco, através de sua obra, desafogou seus sucessores do problema de fronteiras e permitiu que se dedicassem ao que veio a

ser o tema forte da política externa brasileira: o desenvolvimento do espaço nacional. É esse tema que explica os determinantes e as linhas de continuidade da política externa brasileira em boa parte do século XX e é isso que este livro de Fernando de Mello Barreto esclarece ao leitor com o rigor de uma acurada pesquisa.

Na tarefa de desenvolvimento do espaço nacional, a gestão do primeiro "sucessor", Lauro Müller, já parece preconizar certas linhas de ação que viriam a ser recorrentes. São elas a articulação de uma relação mais intensa com os Estados Unidos que, pela primeira vez, recebem a visita de um chanceler brasileiro; a defesa, por meio da ação diplomática, do interesse comercial brasileiro no exterior – no caso o café, afetado por lei interna dos Estados Unidos; a densificação das relações com os vizinhos da América Latina; e a extensão e os termos da participação do Brasil em eventos de alcance mundial, naquele momento a Primeira Guerra Mundial.

A diversidade de personalidades e de contextos históricos realçada pela periodização por chanceleres confere, a meu ver, ainda maior destaque aos traços de continuidade da política externa identificados e que Fernando de Mello Barreto situa no contexto tanto dos grandes acontecimentos internacionais da época quanto dos principais desenvolvimentos políticos internos. A evolução da política externa é, assim, examinada com minúcia e exação pelo autor, ele próprio diplomata de carreira, numa contribuição de grande utilidade para o estudo e a compreensão da história diplomática e ademais sustentada por extensa bibliografia.

Vemos, por exemplo, como os principais acontecimentos internacionais do período repercutiram, em maior ou menor grau, na política e em diversos setores da opinião pública interna. Com efeito, o problema do posicionamento brasileiro diante do conflito de 1914-1918, claramente um item da "agenda da opinião

pública" interna da época, acabou por provocar a saída de Lauro Müller do Ministério. Apesar de sua manifesta simpatia pelos Estados Unidos, Müller vinha seguindo política de neutralidade para o Brasil, modificada por seu sucessor, Nilo Peçanha, em cujo mandato o Brasil entrou no conflito do lado dos Aliados.

Por sua vez, os arranjos políticos internacionais estabelecidos em Versalhes e consubstanciados na Liga das Nações seguiram colocando importantes questões da agenda externa na pauta interna das decisões políticas. Tanto a participação do Brasil na Conferência de Versalhes, onde obteve o apoio dos Estados Unidos para suas pretensões, quanto a posterior controvérsia em torno do assento permanente na Liga, culminando na retirada brasileira, constituíram fatores de mobilização da opinião pública interna. Por sua relevância e implicações, o episódio, que envolve inclusive a ação diplomática brasileira em nível presidencial, merece no livro um apropriado e pertinente exame aprofundado.

O retraimento internacional do Brasil provocado pelo desfecho desfavorável à nossa reivindicação não impediu, contudo, que Octavio Mangabeira, a quem coube confirmar a retirada brasileira da Liga, desenvolvesse uma ativa diplomacia econômica. Esta seria complementada, já no período Vargas, por um maior envolvimento e atuação política regional nos casos da guerra do Chaco e de Letícia, assim como por uma crescente aproximação com os países sul-americanos. Na análise de outras vertentes da ação diplomática brasileira nos anos 30, destaca-se a questão da utilização da opção comercial europeia como alternativa ou contrapeso à capacidade de influência dos Estados Unidos, situação cujo interesse vai além da importância histórica e tem também implicações contemporâneas.

As relações com os Estados Unidos, privilegiadas por Oswaldo Aranha à época da Segunda Guerra Mundial – o que incluiu a participação brasileira no conflito do lado aliado –, mostram-se, de fato, como uma linha de continuidade fundamental. No entanto, se tais relações garantiram, a seu tempo, condições especiais de industrialização, reequipamento militar e ingresso como membro fundador dos principais organismos internacionais do pós-guerra, não puderam, por si sós, fornecer elementos suficientes para que o país satisfizesse suas renovadas aspirações de desenvolvimento do espaço nacional.

Na década de 1950 e no início da de 1960, em especial no governo Juscelino Kubitschek, com Horácio Lafer a busca de alternativas resultou numa reaproximação com a Argentina; na assinatura de convênio para a estabilização dos preços internacionais para o café; e na abertura de novos mercados para produtos brasileiros. Em suma, numa política externa que, conforme a marca do governo JK se voltava para o desenvolvimento e preocupação expressa no lançamento da Operação Pan-Americana. Com Afonso Arinos e em seguida com San Tiago Dantas, o Brasil encontrou uma identidade internacional mais próxima de sua realidade econômica e social e assumiu, mediante a "política externa independente", postura mais autônoma no trato das questões políticas (descolonização, Cuba) e econômicas (reivindicação de uma ordem econômica internacional menos desfavorável aos países em desenvolvimento).

Essas importantes evoluções em nossa política externa foram, contudo, realizadas num contexto de mudança na continuidade que preserva, como vimos, as grandes linhas de ação que permeiam e marcam, em essência, a atuação dos Sucessores do Barão. De fato, sua coerência, prudência e equilíbrio garantiram para o Brasil de 1912 a 1964 uma diplomacia que, conforme enfatiza o autor no epílogo do livro, na maior parte dos casos soube explorar com competência as possibilidades externas e traduzi-las em oportunidades internas, sempre em benefício do país. Esse mesmo lastro municia e inspira a ação externa do Itamaraty de hoje.

Permito-me concluir esta apresentação com uma nota pessoal. Conheço Fernando de Mello Barreto há muitos anos, desde o tempo em que, antes de ingressar na carreira diplomática, foi meu colega na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como jovem professor do nosso Departamento de Direito Internacional. Posteriormente, foi meu próximo e competente colaborador em 1992, quando pela primeira vez tive a responsabilidade de conduzir o Itamaraty; de 1995 a 1998, guando chefiei a Missão do Brasil junto às Nações Unidas e outras Organizações internacionais em Genebra; em 1999, quando me coube a tarefa de chefiar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional; e novamente em 2001, quando voltei ao Itamaraty. Posso, por isso mesmo, nesta apresentação não apenas destacar a qualidade e a relevância de sua contribuição à História Diplomática brasileira por meio do presente livro, cuja elaboração acompanhei desde o início de sua concepção e pesquisa, assim como sua contribuição ao campo do Direito Internacional, como autor de tese sobre o tratamento nacional de investimentos estrangeiros. Posso igualmente dar meu testemunho de sua competência profissional, de seus conhecimentos, do seu bom juízo diplomático em complexas negociações e da admirável inteireza do seu caráter.

> Celso Lafer Brasília, 18 de abril de 2001

Introdução

Se à geração do Barão do Rio Branco coube consolidar o traçado do perfil físico do Brasil, sobre os ombros de nós todos pesa hoje a responsabilidade de fazer válida a herança que recebemos¹.

A gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, de 1902 a 1912, representou marco profundo na diplomacia brasileira. Antes de chefiar o Itamaraty já deixara resolvidas por arbitragem as questões pendentes de fronteiras com dez países vizinhos². Os feitos do Barão são admiráveis, sobretudo, se considerarmos, de um lado, ser o Brasil um dos países do mundo que possui importante número de fronteiras e, de outro, as pendências que perduraram até recentemente entre nossos vizinhos. Ao falecer em plena chefia da diplomacia brasileira, Rio Branco havia estabelecido tradição, modelo e referência para as gerações seguintes de diplomatas brasileiros que o sucederam.

Entre 1912 e 2000, 34 foram os Sucessores do Barão, se descontadas as interinidades e as segundas gestões pelos mesmos titulares. Nenhum dos sucessores exerceu as funções por período

¹ BARBOZA, 1969.

² Argentina (1895), Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Equador (1903), Peru (1904 e 1909), Grã-Bretanha-Guiana Inglesa (1904), Venezuela (1905), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907) e Uruguai (1909), cf. RICUPERO, 2000, p. 33.

tão longo e continuado quanto o sucedido, pois Rio Branco manteve-se como ministro das Relações Exteriores durante cerca de um decênio.

A maioria dos sucessores exerceu cargos políticos eletivos antes de assumir o Itamaraty, tendo um deles ocupado a Presidência da República (Nilo Peçanha) e outro atuou como primeiro-ministro (Hermes Lima). Um dos titulares do Itamaraty, Fernando Henrique Cardoso, seria posteriormente primeiro mandatário do país. Apenas nove provieram da carreira diplomática ao tomar posse (Pimentel Brandão, Leão Velloso, Araújo Castro, Leitão da Cunha, Gibson Barboza, Silveira, Guerreiro, Celso Amorim e Lampreia). Os ministros originários da classe política eram afiliados a partidos os mais variados. Nas primeiras décadas do século XX, representavam em geral partidos de seus estados de origem3 e, nas décadas seguintes, tiveram atuação em partidos nacionais4. Difícil seria, no entanto, traçar linhas partidárias nas políticas externas que muitos dos ministros praticaram, bastando verificar, por exemplo, que a Política Externa Independente, iniciada na gestão de Afonso Arinos (UDN), continuou com San Tiago Dantas (PTB) e Hermes Lima (PTB e PSB).

Na tradição do Itamaraty, o secretário-geral das Relações Exteriores substitui o titular da pasta, diferentemente de outros ministérios em que (até a criação do cargo de secretário executivo, em 1990) o chefe do Gabinete frequentemente atuava como

³ Como o Partido Republicano da Bahia (Mangabeira), o Partido Republicano Mineiro (Afrânio de Melo Franco), a Chapa Única por São Paulo (Macedo Soares), o Partido Republicano Rio-grandense (Oswaldo Aranha), o Partido Democrático de São Paulo (Vicente Rao).

⁴ Assim, eram afiliados ao Partido Social Democrático (PSD): Neves da Fontoura, Negrão de Lima e Horácio Lafer; ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): San Tiago Dantas e Hermes Lima, tendo este último também sido afiliado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A União Democrática Nacional (UDN) teve como representantes: Raul Fernandes, Afonso Arinos de Melo Franco, Evandro Lins (que também foi membro da Esquerda Democrática), Juracy Magalhães, Magalhães Pinto e Abreu Sodré. Nos anos mais recentes o Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSDB) esteve representado por Fernando Henrique Cardoso e Celso Lafer.

ministro interino. Tido como o "chefe da Casa", esse profissional de carreira exerce o cargo na ausência do chanceler. Não por acaso, oito dos nove chanceleres provenientes da carreira diplomática antes haviam sido secretários-gerais, sendo a única exceção Azeredo da Silveira, que, no entanto, havia previamente ocupado o terceiro cargo mais importante na hierarquia do Itamaraty. No período entre 1912 e 2000, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima foi o secretário-geral que mais tempo permaneceu no cargo (1985-1990).

Na história republicana brasileira, até recentemente, a participação direta do presidente da República na diplomacia constituiu antes a exceção do que a regra. Tiveram atuação direta nos contatos internacionais presidentes como Epitácio Pessoa ou Arthur Bernardes nas questões da Liga das Nações, de Kubitschek na Operação Pan-Americana, Geisel em vários episódios envolvendo relações sobretudo com os Estados Unidos e agora Fernando Henrique Cardoso. Outros agiram esporadicamente na diplomacia, como foi o caso de Getúlio Vargas, que, por vezes, desconcertava seu chanceler com interferências pessoais, tais como encontros secretos com o embaixador da Alemanha. Ou ainda sem informar seu chanceler, tal como quando Jânio Quadros condecorou Che Guevara sem o conhecimento de Afonso Arinos de Melo Franco.

De modo geral, sobretudo se comparado com muitos outros países, o Itamaraty tem gozado de muita independência no âmbito do Poder Executivo. Além disso, alguns ministros do Exterior serviram sob mais de um presidente, de forma consecutiva ou não. Assim, a exemplo do próprio Barão do Rio Branco, que se manteve com três presidentes⁵, diversos titulares do Itamaraty ultrapassaram mandatos presidenciais (Lauro Müller⁶, Afrânio de Melo

⁵ Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1907-1910) e Hermes da Fonseca (1911-1912).

⁶ Hermes da Fonseca (1912-1914) e Wenceslau Braz (1915-1917).

Franco⁷, Pedro Leão Velloso⁸) ou retornaram ao cargo em outras presidências (Macedo Soares⁹, Neves da Fontoura¹⁰, Raul Fernandes¹¹ e Afonso Arinos de Melo Franco¹²). A ideia de que o Itamaraty serve a interesses permanentes do país, suprapartidários e que transpõem mandatos presidenciais explicaria essas características dos Sucessores do Barão, assim como as da própria carreira diplomática, em que o funcionário atua na defesa de interesses perenes do Estado e não apenas do governo do momento.

O presente volume cobre as cinco primeiras partes de trabalho, a saber:

- I. A República Velha (1912-1930)
- II. A Era Vargas (1930-1945)
- III. A Guerra Fria (1946-1955)
- IV. JK e a Operação Pan-Americana (1956-1960)
- V. A Política Externa Independente (1961-1964)

O agrupamento das gestões de alguns chanceleres em períodos que cobrem mais de uma presidência obedeceu a características comuns que esses titulares apresentaram nas respectivas políticas externas.

Assim, na República Velha, assemelharam-se muitos dos conceitos defendidos por representantes de um país agrícola, temeroso do poderio militar de seu vizinho ao Sul e interessado na aproximação dos Estados Unidos.

⁷ Nomeado pela Junta de Governo que tomou o governo em 1930, foi mantido no cargo por Getúlio Vargas.

⁸ Com a saída de Oswaldo Aranha, exerceu o cargo de forma interina, por mais de um ano (1944-1945) e tornou-se titular por designação de José Linhares, após a queda de Vargas.

⁹ Vargas (1934-1937) e Kubitschek (1956-1958).

¹⁰ Dutra (1946) e Vargas (1951-1953).

¹¹ Dutra (1946-1951), Café Filho (1954-1955) e Carlos Luz (1955).

¹² Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962), depois de San Tiago Dantas e antes de Hermes Lima.

O primeiro período de Vargas mostra a evolução que o Governo Revolucionário sofreu antes e durante o conflito mundial para forjar, ao final, ampla aliança com os Estados Unidos.

Os governos de Dutra até Café Filho encontram-se reunidos em razão do alinhamento político com Washington durante o início da Guerra Fria.

O governo de Kubistchek mereceu ser colocado à parte por apresentar características de verdadeira transição em política externa, isto é, posições conservadoras em matérias como descolonização e outras inovadoras com relação ao acercamento de países em desenvolvimento, em especial os latino-americanos. Além disso, marcou-se pela iniciativa da Operação Pan-Americana, que traria consequências para a cooperação tanto hemisférica quanto latino-americana.

Finalmente, as administrações dos ministros dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart foram unidas em um único período em razão de políticas comuns de independência com relação a posições dos Estados Unidos e países europeus ocidentais, assim como da busca de uma ampliação de relações com outros países em desenvolvimento e com países de regimes socialistas ou comunistas, numa verdadeira e curta ruptura com a política externa das décadas anteriores.

Ministros das Relações Exteriores após 1912

TITULAR	PERÍODOS	PROVENIÊNCIA	PRINCIPAIS ATIVIDADES ANTERIORES
1. Lauro Müller	1912-1917	Santa Catarina	Militar, político
2. Nilo Peçanha	1917-1918	Rio de Janeiro	Político, advogado
3. Domício da Gama	1918-1919	Rio de Janeiro	Diplomata, jornalista, escritor
4. Azevedo Marques	1919-1922	São Paulo	Professor, advogado, político
5. Félix Pacheco	1922-1926	Piauí	Jornalista, político
6. Octavio Mangabeira	1926-1930	Bahia	Engenheiro, político
7. Afrânio de Melo Franco	1930-1933	Minas Gerais	Político, diplomata
8. J. C. de Macedo Soares	1934-1937 e 1955- -1958	São Paulo	Político, empresário
9. M. de Pimentel Brandão	1937-1938	Rio de Janeiro	Diplomata de carreira
10. Oswaldo Aranha	1938-1944	Rio Grande do Sul	Político, diplomata
11. João Velloso	1945-1946	São Paulo	Diplomata de carreira
12. Neves da Fontoura	1946 e 1951-1953	Rio Grande do Sul	Político, advogado
13. Raul Fernandes	1946-1951 e 1954- -1955	Rio de Janeiro	Político, diplomata, jurista
14. Vicente Rao	1953-1954	São Paulo	Advogado, professor
15. Negrão de Lima	1958-1959	Minas Gerais	Político, diplomata
16. Horácio Lafer	1959-1961	São Paulo	Empresário, político
17. Afonso Arinos	1961-1962	Minas Gerais	Professor, político, escritor
18. Santiago Dantas	1961-1962	Rio de Janeiro	Professor, político
19. Hermes Lima	1962-1963	Bahia	Professor, político
20. Evandro Lins	1963	Piauí	Político, jurista
21. Araújo Castro	1963-1964	Rio de Janeiro	Diplomata de carreira
22. Vasco Leitão da Cunha	1964-1966	Rio de Janeiro	Diplomata de carreira
23. Juracy Magalhães	1966-1967	Ceará	Militar, político
24. Magalhães Pinto	1967-1969	Minas Gerais	Banqueiro, político
25. Gibson Barboza	1969-1974	Pernambuco	Diplomata de carreira
26. Azeredo da Silveira	1974-1979	Rio de Janeiro	Diplomata de carreira
27. Saraiva Guerreiro	1979-1985	Bahia	Diplomata de carreira
28. Olavo Setúbal	1985-1986	São Paulo	Banqueiro, político
29. Abreu Sodré	1986-1990	São Paulo	Político, fazendeiro
30. Francisco Rezek	1990-1992	Minas Gerais	Professor, magistrado
31. Celso Lafer	1992	São Paulo	Professor, empresário
32. Fernando Henrique Cardoso	1992-1993	Rio de Janeiro	Professor, político
33. Celso Amorim	1993-1994	São Paulo	Diplomata de carreira
34. Luiz Felipe Lampreia	1994-2000	Rio de Janeiro	Diplomata de carreira

Ministros interinos das Relações Exteriores após 1912

MINISTROS DE ESTADO INTERINOS	ANO	GESTÃO
Enéas Martins	1912	Lauro Müller
Francisco Régis de Oliveira	1912	Lauro Müller
Luiz Martins de Souza Dantas	1916	Lauro Müller
Luiz Martins de Souza Dantas	1917	Lauro Müller
Augusto Cochrane de Alencar	1919	Lauro Müller
Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda	1933, 1934	Lauro Müller
Mário de Pimentel Brandão	1935	José Carlos de Macedo Soares
Mário de Pimentel Brandão	1936, 1937	José Carlos de Macedo Soares
Cyro de Freitas-Valle	1939	Oswaldo Aranha
Maurício Nabuco	1940, 1941	Oswaldo Aranha
Pedro Leão Velloso	1944, 1945	Oswaldo Aranha
José Roberto de Macedo Soares	1945	Oswaldo Aranha
Samuel de Souza Leão Gracie	1946	Oswaldo Aranha
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	1947, 1948	Raul Fernandes
Cyro de Freitas-Valle	1949	Raul Fernandes
Heitor Lyra	1951	João Neves da Fontoura
Mário de Pimentel Brandão	1952	João Neves da Fontoura
Mário de Pimentel Brandão	1953	João Neves da Fontoura
Vasco Tristão Leitão da Cunha	1954	Vicente Rao
Antonio Camillo de Oliveira	1955	Raul Fernandes
Décio Honorato de Moura	1957	José Carlos de Macedo Soares
Antonio Mendes Vianna	1958	Francisco Negrão de Lima
Armando Falcão	1959	Horácio Lafer
Fernando Ramos de Alencar	1959, 1960	Horácio Lafer
Edmundo Penna Barbosa da Silva	1960	Horácio Lafer
Vasco Tristão Leitão da Cunha	1961	Afonso Arinos de Melo Franco
Ilmar Penna Marinho	1961	Afonso Arinos de Melo Franco
Renato Bayma Archer da Silva	1962	Francisco San Tiago Dantas
Renato Bayma Archer da Silva	1962	Francisco San Tiago Dantas
Carlos Alfredo Bernardes	1962	Francisco San Tiago Dantas
Henrique Rodrigues Valle	1963	Evandro Lins e Silva
João Augusto de Araújo Castro	1963	Evandro Lins e Silva
Aguinaldo Boulitreau Fragoso	1963, 1964	João Augusto de Araújo Castro
Antonio Borges Leal Castello Branco Filho	1964	João Augusto de Araújo Castro
Antonio Borges Leal Castello Branco Filho	1964, 1965	Vasco Leitão da Cunha
Antonio Borges Leal Castello Branco Filho	1965, 1966	Vasco Leitão da Cunha
Manoel Pio Corrêa	1966, 1967	Juracy Magalhães
Sergio Corrêa Affonso da Costa	1967, 1968	José de Magalhães Pinto

Mário Gibson Alves Barboza	1968	José de Magalhães Pinto
Mozart Gurgel Valente Júnior	1969	José de Magalhães Pinto
Jorge de Carvalho e Silva	1970, 1971	Mário Gibson Alves Barboza
Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro	1974, 1975, 1976	Antônio F. Azeredo da Silveira
Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro	1977 e 1978	Antônio F. Azeredo da Silveira
Dario Moreira de Castro Alves	1978	Antônio F. Azeredo da Silveira
João Clemente Baena Soares	1979 a 1983	Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro
Carlos Calero Rodrigues	1984, 1985	Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro
Paulo Tarso Flecha de Lima	1985	Olavo Setúbal
Paulo Tarso Flecha de Lima	1985, 1986, 1987	Roberto de Abreu Sodré
Paulo Tarso Flecha de Lima	1988, 1989, 1990	Roberto de Abreu Sodré
Marcos Castrioto Azambuja	1991, 1992	Francisco Rezek
Luiz Felipe Seixas Correa	1992	Celso Lafer
Luiz Felipe Lampreia	1992, 1993	Fernando Henrique Cardoso
Roberto Pinto Ferreira Abdenur	1993, 1994	Celso Amorim
Sebastião do Rego Barros	1995, 1996	Luiz Felipe Lampreia
Sebastião do Rego Barros	1997, 1998	Luiz Felipe Lampreia
Luiz Felipe Seixas Correa	1999, 2000	Luiz Felipe Lampreia

I. A República Velha

[...] a amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

(Barão do Rio Branco)

Coube aos primeiros sucessores do Barão, entre 1912 e 1930, chefiarem a diplomacia brasileira quando a jovem república, exportadora de produtos de sobremesa (café, cacau e açúcar), refletia as preocupações de uma economia agrícola. Os interesses externos brasileiros¹³ consistiam em obter posição de destaque internacional correspondente à sua dimensão territorial e populacional¹⁴, além de garantir a exportação bem remunerada de seus produtos, sobretudo o café, responsável pela maior parte da receita externa¹⁵.

¹³ O embaixador Expedito Resende, dizia que os objetivos de natureza permanente da política externa brasileira são "a preservação da independência, da soberania e da integridade territorial e o estabelecimento de relações exteriores adequadas à consecução desses altos fins" (RESENDE, 1975).

¹⁴ Ao final da década de 1920, a população brasileira passava de 35 milhões de habitantes.

¹⁵ MCCANN JR. (1979) enumerou os seguintes objetivos que, na sua opinião, caracterizaram a tradição da Política Externa Brasileira: "[...] to protect its land frontiers against its Spanish-Speaking Neighbors and to maintain an equilibrium of power among them: to protect its long coastline, the huge Amazonian basin, and its immense air space from seaborne and airborne imperialism; and to achieve what E. Bradford Burns has called an 'unwritten alliance' and Oswaldo Aranha termed a 'true alliance of destinies' with the United States, based on the formula of Brazilian support for the United States worldwide predominance in exchange for recognition of Brazilian preeminence in South America and eventually West Africa".

A dependência externa do café determinava impacto significativo dos acontecimentos internacionais no desenvolvimento da economia brasileira. Entre 1914 e 1915, quando do início do conflito mundial, o Produto Interno Bruto do país não cresceu, embora não se possa associar totalmente essa queda à guerra, pois as exportações brasileiras continuaram a atingir o mercado alemão por meio dos países neutros da Escandinávia. O país voltou a crescer, no biênio seguinte, a taxas atuais de 4% a 5% e, em 1919, refletindo o boom do pós-guerra e a elevação do preço dos produtos de base, as exportações brasileiras aumentaram, o que contribuiu para o crescimento da economia à taxa de 10,1% em 1920. No entanto, as políticas monetárias restritivas adotadas nos principais centros financeiros internacionais em 1920 causaram o colapso dos preços de produtos primários e, consequentemente, a queda das exportações brasileiras, repercutindo-se então no fraco crescimento em 1921. Em 1922, o preço internacional do café voltou a subir. Depois do período de estagnação entre 1924 e 1925, a economia, estimulada por importante incremento de investimentos estrangeiros no país registrado em 1926 e por condições econômicas internacionais extremamente favoráveis¹⁶, cresceu à taxa de 11% entre 1927 e 1928¹⁷. As circunstâncias externas propícias ao desenvolvimento cessariam repentinamente em 1929, após o colapso da Bolsa de Nova York, quando se produziu queda vertiginosa da produção nacional.

O café respondeu por mais de 72% das receitas de exportação entre 1924 e 1929¹⁸. O caráter agrícola da economia brasileira era acentuado se comparado com o de outros países latino-americanos de maior porte. Assim, em 1929, a participação percentual da

¹⁶ FRITSCH, 1997, p. 41, 46, 50 e 58.

¹⁷ Segundo tabela constante de ABREU, 1997, p. 393.

¹⁸ SCHNEIDER, 1996, p. 56.

indústria no PIB brasileiro era de apenas 11,7%, enquanto que no México essa parcela era de 14,2% e na Argentina era de 22,8%¹⁹. Os demais produtos agrícolas brasileiros, tais como algodão, açúcar e borracha, não mais tinham a mesma importância para a economia nacional em razão da forte concorrência de outros produtores: os Estados Unidos haviam superado o Brasil no suprimento do mercado mundial do algodão, as ex-colônias espanholas (principalmente Cuba), no de açúcar e o Extremo Oriente no da borracha. O país logrou manter certa importância apenas como produtor de cacau e o primeiro lugar mundial somente na produção de café²⁰.

Os Estados Unidos eram o principal destinatário das exportações do café brasileiro. Antes da Primeira Guerra Mundial, o Brasil vendia 75% do café adquirido por aquele país e, em 1926, supria apenas 65% do total, enquanto a Colômbia aumentava sua parcela no mesmo mercado de 6% para 17%. A seu turno, a participação norte-americana no comércio brasileiro como um todo aumentou rapidamente, em detrimento da britânica. Assim, a parcela dos Estados Unidos no intercâmbio brasileiro subiu de 15,7 para 25% entre 1913 e 1931²¹ e a participação da Grã-Bretanha no comércio brasileiro caiu de 24,5 para 17,5% (Ver Gráfico I.1).

¹⁹ FLORÊNCIO, 1996, p. 81.

²⁰ SINGER, 1975, p. 357.

²¹ RODRIGUES, 1966, p. 105 e 360.

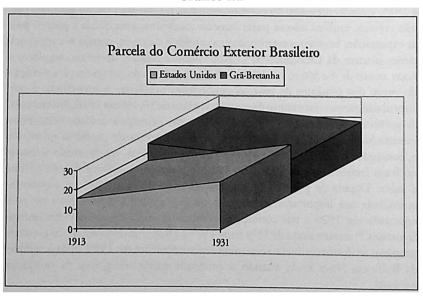


Gráfico I.1

O decréscimo da participação britânica no comércio reproduziu-se também em matéria de investimentos. Em 1913, o Brasil recebeu 20% dos investimentos ingleses, e a Argentina, 37% ²². De 1914 a 1930, os investimentos britânicos decresceram cerca de 10% e os norte-americanos quadruplicaram ²³, dando continuidade ao processo iniciado no século anterior (Gráfico I.2). A Grã-Bretanha continuaria, no entanto, a manter durante a República Velha papel estratégico em alguns setores ligados ao comércio exterior brasileiro. Assim, por exemplo, eram inglesas tanto as principais empresas que exportavam o café brasileiro para os Estados Unidos como também os bancos que financiavam seu transporte por estradas de ferro e por navio.

²² CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 251.

²³ ABREU, 1997a, p. 76.

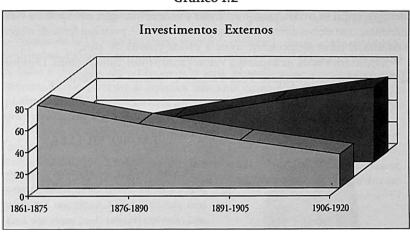


Gráfico I.2

Londres conservou sua influência no Brasil também em matéria de financiamentos. O governo brasileiro continuou a recorrer a empréstimos britânicos, para manter o preço do café com a compra de estoques para obras como ferrovias, portos, serviço de bondes e eletricidade²⁴, ou simplesmente para pagar empréstimos anteriores. Entre 1915 e 1921, o Brasil recebeu empréstimos no valor de 40 milhões de libras esterlinas e, no mesmo período, pagou 70 milhões de libras esterlinas a título de serviço da dívida²⁵. A influência dos Estados Unidos tardou mais em se fazer presente em matéria de financiamento externo do que em comércio e investimentos. O aparecimento de Nova York ao lado de Londres e Paris como local de assinatura dos contratos de empréstimos ocorreu na década de 1920²⁶.

A Grã-Bretanha continuaria a prevalecer nas decisões financeiras, enviando missões com a finalidade de tratar da dívida

²⁴ SINGER, 1975, p. 362, 369 e 370.

²⁵ SCHNEIDER, 1996, p. 159.

²⁶ SINGER, 1975, p. 366.

externa e de verificar o estado das finanças brasileiras. A Missão Montagu, de 1924, propôs a inclusão de um consultor inglês no Tesouro e a venda da participação do governo no capital do Banco do Brasil para garantir o controle orçamentário do país. A Missão D'Abernon, de 1929, acordou a compra de navios ingleses em troca de eliminação de taxação sobre o café, promessa britânica que não seria cumprida²⁷. A dívida externa brasileira cresceu gradualmente entre 1912 e 1929²⁸, destacando-se o aumento ocorrido a partir de 1924, uma vez aceitas as condições exigidas pela "Missão Montagu"²⁹.

A economia agrícola voltada preponderantemente à exportação de café teria influência na decisão de política externa mais relevante no período, qual seja, a de o Brasil juntar-se aos Aliados contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. O Brasil viria a participar do conflito apenas no seu final, após o ingresso dos Estados Unidos³⁰. Foi determinante para essa quebra da neutralidade, a decisão alemã de atacar os navios que comerciavam com seus inimigos, em especial a Grã-Bretanha, com efeitos diretos sobre a exportação do café, principal fonte de receita brasileira e, consequentemente, sobre a dívida externa do país³¹.

Sucederam o Barão na República Velha: Lauro Müller, Nilo Peçanha, Domício da Gama, Azevedo Marques, Félix Pacheco e Octavio Mangabeira.

²⁷ SILVA, 1989, p. 48-49.

²⁸ ABREU, 1997a, p. 395.

²⁹ FRITSCH, 1997, p. 53.

³⁰ SMITH (1991) observa ter sido inevitável o ingresso do Brasil no conflito mundial em razão de sua costa atlântica e de seus importantes interesses comerciais (p. 79).

³¹ FRITSCH, 1997, p. 44-45.

Lauro Müller

Lauro Müller – afirmou com modéstia que *sucedeu* ao Barão do Rio Branco sem *substituí-lo*³². Continuou a política americanista (viajou duas vezes aos Estados Unidos, em 1913 e em 1916)³³ e de demarcação de fronteiras, iniciada por seu antecessor³⁴. Manteve-se à frente do Itamaraty de 14 de fevereiro de 1912 até 3 de maio de 1917, isto é, durante o restante do governo de Hermes da Fonseca e parte do governo de Wenceslau Braz (1914-1918). Renunciou³⁵ pouco antes da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial³⁶.

³² KONDER (1957) a seguir resumido, informa que Lauro Müller nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 1863, foi militar e político. Ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro (1882), de onde saiu (1888) como engenheiro e segundo-tenente. Discípulo de Benjamin Constant, com o advento da República, foi nomeado governador de Santa Catarina, com apenas 25 anos de idade, o mais jovem da história (1889-1891). Dois anos depois, com a Nova Constituição, elegeu-se deputado (1891), sendo novamente governador de seu estado. Retornou à carreira militar, sendo promovido a capitão e a major (1893). Retomou sua cadeira de deputado (1894) e, em 1899, elegeu-se senador, cargo eletivo que ocuparia até sua morte e do qual se licenciaria para ser brevemente, e pela terceira vez, governador de Santa Catarina (1902), ministro da Viação do governo Rodrigues Alves (1902-1906) e ministro das Relações Exteriores dos presidentes Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz (1912-1917). Faleceu em 1926.

³³ SMITH, 1991, p. 80.

³⁴ CASTRO, 1983, p. 219.

³⁵ CUNHA (1984, p. 13, nota 11) afirma que a guerra com a Alemanha seria a causa da renúncia de Müller.

³⁶ BANDEIRA (1978, p. 199) sustenta que Lauro Müller não se opunha à participação do Brasil no conflito mundial, apenas julgava que "como descendente de alemães, não lhe ficava bem continuar à frente do Ministério das Relações Exteriores".

Quando Lauro Müller assumiu a direção do Itamaraty, o Brasil constituía uma república recente, de grande extensão territorial, pacífica e agrícola. Havia apenas pouco tempo que deixara de ser a única monarquia nas Américas³⁷, situação política anterior³⁸. A negociação diplomática de todas as fronteiras nacionais tornara o país territorialmente satisfeito³⁹. O Itamaraty mantinha uma única embaixada (em Washington)⁴⁰ e 39 legações no exterior: 12 nas Américas, 26 na Europa, apenas uma na Ásia – em Tóquio – e nenhuma no Oriente Médio ou na África⁴¹.

No período em que Müller esteve à frente do Itamaraty, teve início, além da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Mexicana, que duraria até 1916. No ano seguinte, último de sua gestão, os Estados Unidos ingressaram no conflito mundial e, no campo europeu, destacou-se a deflagração da revolução que derrubou o czar na Rússia.

³⁷ SEITENFUS (1989, p. 111) observa que o Brasil não participou dos Congressos do Panamá em 1826, de Lima em 1847-48, de Santiago do Chile em 1856, do Tratado de Aliança Militar e de Assistência Recíproca assinado em Washington no mesmo ano e do Congresso de Lima em 1864-1865. O país somente viria a participar de tais reuniões em 1889, ano da Proclamação da República, quando do Congresso de Washington. Daí em diante compareceu aos encontros pan-americanos, tendo os seguintes ocorridos antes da gestão de Lauro Müller: no México em 1901-02, no Rio de Janeiro em 1906 e em Buenos Aires em 1910.

³⁸ FALCOFF (1989, p. 4) mostra que também a Argentina não participou dos Congressos Latino--Americanos do Panamá em 1826 e em Lima em 1847 e 1864 para estabelecer sistema de segurança interamericano, bem como rejeitou o Tratado Continental de 1856 projetado por Chile, Peru e Equador.

³⁹ CERVO; BUENO (1986) utilizam a expressão com base em Jean-Baptiste Duroselle.

⁴⁰ RELATÓRIO, 1913-1914, p. 19, informa que a Legação em Lisboa seria transformada em Embaixada somente em 1913. CERVO; MAGALHÃES (2000, p. 265, n. 20), informa que, embora autorizado por lei e decreto em 1913, somente em 1914 a decisão seria implementada com a designação do primeiro embaixador brasileiro, Raul Régis de Oliveira.

⁴¹ RELATÓRIO, 1912.

1912 – RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS. A QUESTÃO DO CAFÉ VALORIZADO

No ano de 1912, o evento internacional de maior relevância – a instabilidade nos distantes Bálcãs com os problemas entre Bulgária e Sérvia e Montenegro, de um lado, e Turquia de outro – não teria impacto sobre a política exterior brasileira. Tendo presente as relações com seus vizinhos de língua espanhola, a diplomacia brasileira interessava-se por aproximação da "Grande República do Norte", isto é, os Estados Unidos.

Incidente ocorrido com Domício da Gama, embaixador brasileiro em Washington, ilustra bem as questões que adviriam no relacionamento com os Estados Unidos. Em 23 de fevereiro, Lauro Müller instruiu Domício da Gama a consultar o Departamento do Estado a respeito de uma revolta ocorrida no Paraguai, acrescentando que o fazia por desejar "sempre marchar de acordo". O embaixador respondeu, por telegrama na mesma data⁴²:

Penso que não devemos buscar nos Estados Unidos nenhum conselho à nossa política sul-americana, nem aprovação de resoluções tomadas, para não abrir caminho, pretensões inadmissíveis, nesse e noutro terreno, como vai sendo tendência. Está bem claro que resistindo às pretensões que nos pareçam excessivas da parte de uma nação poderosa, nós lhe prestamos ao mesmo tempo o serviço de indicar os limites além dos quais seria inconveniente adiantar-se, por isso mesmo que é poderosa. Esta gente prática não é dada a ressentimentos injustos e sabe reconhecer direitos bem defendidos. Do que não entende muito é de melindres nacionais alheios, e isso por falta de experiência, que só dá a lição da História.

⁴² VINHOSA, 1990, p. 76.

Agora para que não possam interpretar mal a nossa usual cortesia e deferência para com as nações amigas, eu proponho que aos Estados Unidos não dê o Brasil mais provas de consideração do que dele receber, que nos coloquemos em postura de retribuir e não de adiantar, já que o açodamento só serviria para nos desprestigiar, como a outros acontece [...].

Mostrar-nos ao mundo como uma *self-made nation*, desenvolvendo-nos sem prejuízo ao direito alheio, estreitando amizades na mesma linha de nível, cônscia de sua responsabilidade, zelosa de sua soberania.⁴³

Domício da Gama enviou em 3 de março extenso ofício recomendando uma política externa independente de Washington⁴⁴. Afirmou que a política do Brasil não deveria depender de "aprovação do Gabinete americano", sendo essencial manter "completa liberdade de ação", o que poderia ser assegurado pela reafirmação de relações amistosas com todos os países vizinhos, inclusive a Argentina⁴⁵.

A questão envolvendo o café brasileiro daria a Domício da Gama oportunidade para colocar em prática suas ideias com relação ao tratamento a ser dado às relações bilaterais com os Estados Unidos. Em 18 de maio, o Departamento de Justiça daquele país propôs ação em foro de Nova York contra o cidadão americano Herman Sielcken⁴⁶ e a New York Dock Company para impedi-los de remover ou dispor do estoque de café valorizado

⁴³ RODRIGUES, 1966, p. 56.

⁴⁴ BURNS, 1973, nota 5.

⁴⁵ SMITH, 1991, p. 82.

⁴⁶ HILL (1932, p. 299), informa que Herman Sielcken, quando trabalhava em 1906 para o National City Bank of New York, foi o primeiro banqueiro a fazer empréstimos relacionados ao esquema de valorização do café.

brasileiro que possuíam. A ação visava atingir Sielcken – principal executivo da empresa Crossman, Sielcken of New York e conhecido como o "Rei do Comércio do Café" – que, desde 1908, formara com outros negociantes um comitê de valorização do café para financiar a política brasileira de sustentação de preço daquele produto, aceitando café retido em garantia de empréstimos. O volume estocado em Nova York e portos europeus era gradualmente liberado para venda.

O embaixador Domício da Gama considerou a medida tomada pelo Departamento de Justiça contrária ao direito de São Paulo manter contratos internacionais e apresentou protesto junto ao Departamento de Estado. O jornal The Washington Post observou ser a primeira vez em que um Estado estrangeiro se via afetado por violação da Lei Sherman antitruste. O advogado da embaixada brasileira, Crammond Kennedy, informou ao Departamento de Justiça de que o - café, objeto da ação, - ainda era de propriedade do estado de São Paulo (e não dos réus no processo) e concluiu que a controvérsia constituía uma "diplomatic cognizance and not justiciable in the courts". Em 31 de maio, o tribunal suspendeu medida liminar que havia concedido, mas determinou o prosseguimento da ação principal para apuração dos fatos. Poucos dias antes da decisão judicial, Domício da Gama fez fortes declarações públicas em banquete na Pan American Society, afirmando o seguinte sobre a controvérsia:

[...] the United States seems disposed to enforce it even at the sacrifice of a long-standing international friendship. In their eagerness to establish their right to meddle with the property of a foreign state certain officials of this government went so far as to proclaim before an American Court of Justice the forfeiture of the sovereignty of that foreign state and this with an unthought-of fullness for

the consideration due to a friendly state which borders on international discourtesy.

O Departamento de Estado enviou instruções ao embaixador do Brasil, Edwin Morgan, para apurar a questão. Em contato com o ministro Lauro Müller, o diplomata americano buscou fomentar a ideia de um encontro direto deste com o Departamento de Estado, em visita a ser realizada em 1913. Enquanto isso, o advogado da embaixada brasileira iniciou negociações de um acordo com o Departamento da Justiça pelo qual o café estocado em Nova York seria liberado à venda. A ideia de colocação no mercado, em curto prazo, de quase um milhão de sacas de café preocupou o governador de São Paulo, Rodrigues Alves, que ressaltou a perda financeira a ser sofrida pelo estado. Herman Sielcken, por sua vez, fez declarações à Imprensa em que acusou o Departamento de Justiça de dificultar a realização de acordo extrajudicial. Convocado pelo Departamento de Estado a prestar informações, o embaixador Domício da Gama asseverou que nem ele próprio, nem o governo brasileiro viam-se como responsáveis pelas declarações de Sielcken.

1913 – AINDA O CAFÉ VALORIZADO. VIAGEM DE MÜLLER AOS ESTADOS UNIDOS

Em 1913, no cenário internacional perdurava a instável situação nos Bálcãs. Após terem vencido o Império Otomano, Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro disputavam a Macedônia. Alheio a esse remoto conflito, o Brasil continuava às voltas com seus problemas com o café. Em meados de janeiro de 1913, foi revelado que o comitê de valorização havia-se reunido em Londres e retirado todo o estoque de café que se encontrava nos Estados Unidos. Ao tomar conhecimento desse fato, pressionado pelo Departamento da Justiça, o secretário de Estado, Philander Knox, telegrafou ao

embaixador Morgan para pedir provas da venda secreta ocorrida em Londres. Após consultas no Brasil, Morgan informou que 80 negociantes americanos haviam participado da venda. Reiterou também o desejo de Lauro Müller visitar os Estados Unidos. O Departamento de Estado buscava obter os nomes dos negociantes americanos envolvidos na transação quando mudou o governo em Washington.

Domício da Gama assegurou, em março, ao novo secretário de Estado, William Jennings Bryan, que todo o estoque de café valorizado havia sido legitimamente vendido e que o comitê de valorização não mais operava nos Estados Unidos. Morgan informou, por seu turno, que todos os "impedimentos" para a visita de Lauro Müller ao seu país foram removidos. A ação judicial foi abandonada, ficando privadamente entendido que o esquema de valorização não mais se aplicaria aos Estados Unidos. Resolvida a questão, anunciou-se a realização da viagem de Lauro Müller a Washington em junho⁴⁷. A venda do estoque de café retido em Nova York reverteu a tendência à alta dos preços do produto e contribuiu para a deterioração da posição externa brasileira⁴⁸.

Lauro Müller efetuou extensa visita aos Estados Unidos, oficialmente para retribuir a que o secretário de Estado Elihu Root fizera ao Brasil sete anos antes, por ocasião da Conferência do Rio de Janeiro. Constituiu o primeiro chanceler brasileiro a viajar para o exterior no exercício do cargo⁴⁹. Partiu em 26 de maio, no navio Minas Gerais, chegando a Hampton Roads em 10 de junho. Recebeu-o William Jennings Bryan, secretário de Estado, e comitê chefiado pelo senador Elihu Root, ex-secretário de Estado. Viajou

⁴⁷ SMITH, 1991, p. 83, 86 e 92.

⁴⁸ FRITSCH, 1997, p. 40.

⁴⁹ BURNS, p. 381.

pelo rio Potomac no navio Mayflower⁵⁰ até Washington, onde o presidente Wilson concedeu-lhe audiência na Casa Branca⁵¹. O chanceler brasileiro permaneceu nos Estados Unidos por mais de um mês, tendo viajado de trem até a Costa Pacífica, partindo da Nova Grã-Bretanha, após receber o grau de doutor *honoris causa* da Universidade de Harvard⁵². De volta a Nova York, Foi despedido com um banquete organizado por negociantes de café ao qual compareceu o secretário de Estado, Bryan⁵³. Retornou ao Brasil, depois de 124 dias de ausência⁵⁴.

1914 – REVOLUÇÃO MEXICANA. INÍCIO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL. INICIATIVAS AMERICANAS

No Brasil, além de consequências econômicas, a aproximação com os Estados Unidos teria repercussões na atuação diplomática brasileira no México. Dois diplomatas brasileiros – Domício da Gama (embaixador em Washington) e José Manuel Cardoso de Oliveira (ministro plenipotenciário no México) – ver-se-iam envolvidos de perto no desenvolvimento de negociações relativas à Revolução Mexicana.

Os problemas entre os Estados Unidos e o México tiveram origem quando da presença de fuzileiros navais americanos em Tampico, no México, onde haviam aportado sob alegação de obter suprimentos. Alguns foram detidos e, sendo liberados, a autoridade naval americana exigiu que fosse a sua bandeira saudada com

⁵⁰ NABUCO, 1982, p. 192.

⁵¹ SMITH, 1991, p. 96.

⁵² HILL, 1932, p. 301.

⁵³ SMITH, 1991, p. 96.

⁵⁴ NABUCO, 1982, p. 72.

21 tiros de canhão, demanda que os mexicanos se recusaram a atender. A situação deteriorou-se e Woodrow Wilson enviou uma frota americana com três mil fuzileiros navais, os quais, em 21 de abril, ocuparam o porto de Vera Cruz.

Cardoso de Oliveira representou os interesses dos Estados Unidos da América junto ao governo do México, desde 22 de abril, quando do rompimento das relações entre ambos. No exercício dessa representação, coube-lhe, em maio, a tarefa de retirar cerca de 500 cidadãos norte-americanos da Cidade do México, sob a proteção da bandeira brasileira, e levá-los para Vera Cruz, porto ainda ocupado pelos Estados Unidos⁵⁵.

Domício da Gama foi o negociador brasileiro⁵⁶, juntamente com representantes da Argentina e do Chile, na intermediação entre os Estados Unidos e o México. Coube ao embaixador brasileiro abrir, em maio de 1914, na cidade de Niagara Falls, no Canadá, conferência entre representantes americanos e mexicanos. As negociações naquela cidade prosseguiram com êxito e, em 25 de junho, foi assinado acordo que estipulou a instalação de um governo provisório e o restabelecimento de relações diplomáticas entre Estados Unidos e México⁵⁷.

O subsecretário de Governo mexicano enviou, em 3 de julho, ao ministro Cardoso de Oliveira, nota em que lhe agradeceu "la valiosa y eficaz cooperación en el arreglo pacífico del conflicto surgido entre los Estados Unidos Mexicanos y los Estados Unidos de América". Por sua vez, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan, passou, no dia 6 de julho, nota ao Itamaraty em que agradeceu o Brasil por ter oferecido seus bons ofícios para

⁵⁵ VINHOSA, 1975, p. 59.

⁵⁶ SOARES (1980, p. 146) opina que Domício da Gama teve ação corajosa ao liderar o ABC e promover a reunião de Niagara Falls, em iniciativa que não contava com o apoio de Lauro Müller que pouco faltou para desautorizá-lo.

⁵⁷ VINHOSA, 1975, p. 89 e 94.

resolver a pendência e expressou admiração pela "habilidade, perseverança e feliz êxito" com que Domício da Gama "conduziu a conferência em Niagara Falls, e sua grande satisfação pelo muito que já obteve pela mediação no interesse da paz na América"⁵⁸.

Os problemas internos no México continuaram e, em agosto, Cardoso de Oliveira agiu como intermediário entre o presidente provisório, Francisco Carvajal, e o primeiro-chefe do Exército Constitucionalista, Venustiano Carranza, na questão da ocupação pacífica da Cidade do México, alcançando-se acordo que contribuiria significativamente para pôr termo à guerra civil⁵⁹.

Durante esse tempo, a situação na Europa se deteriorava rapidamente. Em junho, foi assassinado, em Sarajevo, o herdeiro do trono da Áustria. Em julho, o Império Áustro-Húngaro apresentou ultimato à Sérvia e, depois, declarou-lhe guerra. Em 1º de agosto, a Alemanha declarou guerra à Rússia e, dois dias depois, à França. Em seguida, invadiu a Bélgica.

A guerra generalizada concentraria a atenção internacional e mesmo a regional, a partir de sua irrupção. No dia 4 de agosto, mesma data em que a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha, o governo do marechal Hermes da Fonseca decretou a neutralidade rigorosa do Brasil. Logo teve de enfrentar as consequências desse status no conflito, pois⁶⁰, no dia seguinte, o responsável pela Legação britânica no Rio de Janeiro, Arnold Robertson, passou nota em que afirmava caber a um governo neutro impedir que países em guerra construíssem ou equipassem navios em seu território e que estes partissem de suas águas territoriais. Sem rodeios, a nota concluía que "[...] o Governo de Sua Majestade

⁵⁸ RELATÓRIO, 1915 p. 16-17 e 20.

⁵⁹ VINHOSA, 1975, p. 67-68.

⁶⁰ CARVALHO, 1998, p. 378, observa que na mesma data os Estados Unidos também decretaram a neutralidade.

responsabilizará o Governo do Brasil pelos prejuízos do comércio, navegação ou interesses britânicos em geral, que forem causados por navios cujo armamento ou equipamento tenha sido permitido dentro dos portos do Brasil"⁶¹.

O conflito bélico se expandiu rapidamente na Europa. No dia 6, a Áustria declarou guerra à Hungria. A seu turno, Sérvia e Montenegro proclamam guerra à Alemanha. Tropas britânicas desembarcaram na França, tendo Paris e Londres declarado guerra à Áustria. Esta, por sua vez, decretou guerra à Bélgica. A Rússia declarou guerra à Turquia, o que também fizeram a França e a Grã-Bretanha. Os russos invadiram a Prússia Oriental e os alemães ocuparam Liège e depois alcançaram Bruxelas e Lille. A Rússia sofreu derrota em Tannenberg e a Alemanha ocupou Reims. Em setembro, após a batalha de Marne, os alemães recuaram e os russos invadiram a Hungria, tomaram Antuérpia, na Bélgica, e Lodz, na Polônia.

À medida que a guerra se propagava, as dificuldades com a neutralidade aumentavam. Preocupadas, as Américas tomaram três iniciativas diplomáticas com relação à guerra na Europa: a ideia de um Tratado Pan-Americano, o projeto de um Pacto ABC e a realização de Conferência Pan-Americana em Washington.

Ainiciativa de um Tratado Pan-Americano partiu do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, que propôs um instrumento que garantisse a independência política e a integridade territorial de todos os países das Américas. O projeto continha implícitas as concepções de solidariedade hemisférica e de autodefesa. O Brasil mostrou-se favorável à iniciativa, mas o Chile teve dificuldade para aceitá-la por estar preocupado com interferências externas em disputa com o Peru a respeito de Tacna e Arica⁶².

⁶¹ VINHOSA, 1990, p. 45.

⁶² SMITH, 1991, p. 100-101.

A proposta de um acordo entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), nascida nas Conferências de Niagara Falls sobre o México⁶³, foi discutida em outubro, quando o chanceler do Chile encontrouse com o ministro Lauro Müller e sugeriu cooperação militar em caso de agressão externa.

A realização de Conferência Pan-Americana em Washington, terceira das iniciativas, resultou de moção do chanceler brasileiro, que pretendia que fosse analisada reação hemisférica em caso de ameaça de ataques submarinos.

Esses temas seriam examinados na segunda parte da gestão de Lauro Müller, após a posse de Wenceslau Braz Pereira Gomes, que o conservou no cargo de ministro das Relações Exteriores⁶⁴. Durante cerimônia realizada no salão de honra do Palácio do Catete, na presença do corpo diplomático estrangeiro, o novo presidente brasileiro expressou "[...] votos de restabelecimento da paz entre as nações amigas infelizmente envolvidas na conflagração que enluta o mundo inteiro" e reiterou a tradicional política pacifista do país⁶⁵.

1915 – PROBLEMAS DA NEUTRALIDADE. *STATUTORY LIST*. PACTO ABC

Em 1915, a Primeira Guerra Mundial recrudesceu na Europa. Reunidos em Paris, os Aliados tomaram decisões com relação à Alemanha, entre as quais uma que teria repercussão no Brasil: a constituição de uma *statutory list*, ou lista negra de empresas

⁶³ CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 250.

⁶⁴ NABUCO, 1982, p. 74.

⁶⁵ CAVALCANTI, 1981, p. 97.

em países neutros com as quais estava proibido o comércio por manterem relação com a Alemanha 66 .

O governo de Berlim determinou, em fevereiro, o torpedeamento dos navios que atravessassem a zona de guerra em redor das Ilhas Britânicas⁶⁷. Por sua vez, a Grã-Bretanha intensificou o controle marítimo e estabeleceu o bloqueio naval da Alemanha. A situação prejudicou imediatamente o comércio brasileiro, pois, ao proibir a exportação brasileira de café à Alemanha e à Áustria, Londres restringiu-a aos Países-Baixos, Dinamarca, Suíça e Noruega⁶⁸.

Os franceses e ingleses iniciaram em abril ofensivas contra os alemães. Por sua vez, no final do mês, a Alemanha invadiu as províncias bálticas da Rússia. Em maio, os alemães afundaram a nau Lusitânia, perecendo 139 americanos, além de a Itália declarar guerra à Áustria, à Hungria e à Turquia.

Apoiado na neutralidade brasileira, Lauro Müller dedicava-se a solucionar pendência com o Uruguai sobre os limites de domínio na Lagoa-Mirim e inaugurava marco divisório de Aceguá. Continuou viagem até a Argentina e ao Chile⁶⁹, e com seus chanceleres assinou, no dia 25 de maio, tratado sobre arbitragem em casos de disputas, conhecido como Tratado do ABC⁷⁰. O documento previa que as controvérsias entre os três países, ou entre dois deles, seriam submetidas a uma Comissão Permanente que se reuniria em Montevidéu. Os três países obrigavam-se a não praticar atos

⁶⁶ VINHOSA, 1990, p. 53.

⁶⁷ CARVALHO, 1998, p. 379.

⁶⁸ VINHOSA, 1990, p. 51.

⁶⁹ KONDER, 1957, p. 73.

⁷⁰ RELATÓRIO, 1915, p. 37.

de hostilidade, enquanto a comissão não tivesse apresentado seu parecer⁷¹.

Apreensivo com a situação do México, o presidente Woodrow Wilson expressou aos representantes diplomáticos dos três membros do ABC, e também da Bolívia, Guatemala e Uruguai, desejo de que eles colaborassem com o secretário de Estado, Robert Lansing, para encontrar acordo sobre "quando seria oportuno reconhecer a um dos partidos mexicanos, e como poderiam dar-lhe seu apoio moral".

A atenção diplomática brasileira se deslocou da América Latina para acompanhar a questão ocorrida no clima de conflito europeu quando, em junho, Fernando Buschmann, um cidadão brasileiro (nascido em Paris, de pais naturalizados brasileiros que o registraram em consulado), foi preso na Grã-Bretanha, sob a acusação de ser espião para a Alemanha. Lauro Müller instruiu o chefe da Legação Brasileira, ministro Fontoura Xavier, que atuasse junto a autoridades britânicas para prestar assistência ao réu. Vianna Kelsch, secretário da Legação, visitou Buschmann na prisão e teve a impressão de que o acusado era inocente. As gestões não surtiram efeitos e, após julgamento e condenação, em outubro, Fernando Buschmann foi fuzilado⁷².

No front oriental os alemães alcançaram Varsóvia em julho e, um mês depois, capturaram a fortaleza russa de Brest-Litovsk. Por sua vez, as tropas aliadas lançaram, em setembro, ofensivas no norte da França. Em outubro, Belgrado caiu nas mãos dos austríacos e dos alemães. Nesse ínterim, no Brasil, o Congresso Nacional examinou e aprovou, em 6 de novembro, o Tratado

⁷¹ TRINDADE, 1986, p. 109.

⁷² VINHOSA, 1990, p. 64-68 e 74.

do ABC⁷³, instrumento que não seria, porém, ratificado pelo parlamento da Argentina.

1916 – DIFICULDADES DA NEUTRALIDADE BRASILEIRA COM A INGLATERRA. CAMPANHA CIVIL PARA INGRESSO DO BRASIL NA GUERRA

Em 1916, prosseguiu o conflito na Europa. Em fevereiro, os alemães atacaram os fortes de Verdun e, em março, declararam guerra a Portugal. Entrementes, os Estados Unidos ocupavam-se com o México, onde o general John Pershing perseguia Pancho Villa, revolucionário que havia cruzado a fronteira e invadido uma cidade do estado do Novo México, na qual morreram 17 americanos.

O projeto brasileiro de realização de conferência em Washington para analisar reação hemisférica em caso de ameaça de ataques submarinos tornou-se inviável quando, em abril, o secretário de Estado americano, Robert Lansing, deixou claro que a iniciativa não fora bem acatada por seu governo. Privadamente, o presidente Woodrow Wilson expressara a Lansing oposição à ideia, pois seu país teria apenas um dos 20 votos⁷⁴.

No mesmo mês, o Brasil solicitou ao governo alemão licença para utilizar navios daquele país no comércio brasileiro. Berlim concordou em arrendar três navios que se encontravam em portos brasileiros, mediante obtenção pelo Brasil de garantia dos países em guerra com a Alemanha, o que foi negado pelo governo inglês⁷⁵.

⁷³ TRINDADE, 1986, p. 143.

⁷⁴ SMITH, 1991, p. 102 e 109.

⁷⁵ VINHOSA, 1990, p. 47.

A iniciativa dos Estados Unidos de um Tratado Pan-Americano que garantisse a independência política e a integridade territorial de todos os países das Américas continuou na pauta diplomática. Especulou-se que Lauro Müller o assinaria quando, em maio, o embaixador Edwin Morgan anunciou que o chanceler brasileiro, em licença por razões de saúde, visitaria uma estação de águas em French Link, no estado de Indiana.

Aumentaram ainda mais as expectativas de que o Brasil tomaria alguma medida de aproximação das potências aliadas, no momento em que um submarino alemão afundou o navio mercante brasileiro Rio Branco. Ao contestar, em 5 de maio, a nota de protesto de Lauro Müller, o ministro alemão A. Pauli apresentou resposta conciliatória⁷⁶. Dias depois, verificou-se que o navio havia sido arrendado a ingleses e viajava com tripulantes noruegueses, dois dos quais irregularmente naturalizados brasileiros.

No front ocidental da Europa, o conflito prosseguia. Em junho, os alemães iniciaram nova ofensiva em Verdun e, na semana seguinte, os britânicos e os franceses atacaram no Somme. As dificuldades da neutralidade brasileira prosseguiam e, em julho, o navio Tocantins foi forçado por um encouraçado francês a desembarcar na ilha de Martinica a carga que as autoridades francesas entendiam ser destinada a alemães no Brasil⁷⁷.

No mesmo mês, um navio inglês – Tennyson – explodiu ao sair de um porto da Bahia. Como a explosão ocorreu na parte do navio em que se encontrava a carga embarcada na Bahia, o cônsul inglês pediu investigações por parte da polícia brasileira. O chefe da Legação inglesa, Arthur Peel, enviou à Bahia o secretário Harold Beresford, que tratou diretamente com a polícia baiana e escreveu carta ao governador daquele estado, J. J. Seabra. Reclamou da

⁷⁶ SMITH, 1991, p. 109.

⁷⁷ VINHOSA, 1990, p. 47 e 104.

falta de providência e alegou que tal fato teria permitido que os dois suspeitos, cidadãos chamados Niewerth e Fordham, tivessem escapado. Afirmou que o governo inglês veria essa atitude como "quebra da neutralidade brasileira" e exigiu demissão de autoridade local. Em 23 de junho, Arthur Peel repetiu esse tipo de argumento ao ministro interino das Relações Exteriores, Luiz Martins de Souza Dantas.

A guerra na Europa atraía a atenção da opinião pública nacional, favorável na grande maioria aos aliados. Em conferência que pronunciou em Buenos Aires em 14 de julho, Rui Barbosa, que se encontrava naquela capital na qualidade de embaixador especial do Brasil⁷⁸ para as comemorações da independência argentina⁷⁹, defendeu claramente a adesão aos Aliados e combateu o conceito clássico de neutralidade⁸⁰, nos seguintes termos:

Entre os que destroem a Lei e os que a observam, não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer imparcialidade, quer dizer impassibilidade [...] não há imparcialidade entre o direito e a injustiça. Quando entre ela e ele existem normas escritas que os discriminam, pugnar pela observância dessas normas não é quebrar a neutralidade; é praticá-la. Desde que a violência pisa aos pés arrogantemente o código escrito, cruzar os braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição, a neutralidade não pode ser a abstenção, não

⁷⁸ CASTRO (1982, p. 236) informa que Rui Barbosa fora nomeado embaixador Especial "para o fim de levar ao governo argentino, numa elevada missão de concórdia e fraternidade, as homenagens do Brasil, por motivo do primeiro centenário da promulgação da Constituição que completou, a 9 de julho de 1816, com a Assembleia de Tucumán presidida por Laprida, a grande obra da independência realizada pelos exércitos libertadores de San Martín".

⁷⁹ RELATÓRIO, 1917, p. 3-4.

⁸⁰ BELLO, 1972, p. 237.

pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio.⁸¹

O discurso foi bem recebido entre os Aliados. Georges Clemenceau publicou artigo em que elogiou o Brasil em razão da iniciativa de Rui Barbosa. Já o governo alemão apresentou protesto por meio de sua Legação no Rio de Janeiro⁸². Prosseguia, no entanto, a relutância brasileira quanto à atitude a tomar com relação aos acontecimentos internacionais. Personalidades conhecidas se dividiam diante do conflito. A favor dos Aliados e do abandono da neutralidade encontravam-se, além de Rui Barbosa, também Miguel Calmon, Olavo Bilac e Pedro Lessa. A favor da neutralidade, posicionavam-se Alberto Torres e Dunshee de Abranches⁸³.

Ao chegar aos Estados Unidos, em julho, o ministro Lauro Müller não se comprometeu, como alguns haviam especulado, com relação ao Tratado Pan-Americano proposto por Washington⁸⁴.

Em agosto, os britânicos derrotaram os otomanos em Port Said, a Pérsia aliou-se à Grã-Bretanha e à Rússia. A Itália declarou guerra à Alemanha. No Brasil, enquanto isso, o ministro interino das Relações Exteriores, Luiz Martins de Souza Dantas, lidava com a atuação excessiva da Legação britânica. Chamou a atenção das autoridades inglesas para o fato de que, com base na *statutory list*, os cônsules britânicos no país interferiam na formação de empresas nacionais. Citou o exemplo de um cônsul em Manaus que impedira a criação de empresa brasileira tendo como um dos sócios uma firma inglesa que possuía capital português e alemão. Afirmou Souza Dantas que a atitude inglesa feria a soberania brasileira.

⁸¹ VIANNA, 1958, p. 264.

⁸² VINHOSA, 1990, p. 29.

⁸³ HIRST, 2000d.

⁸⁴ SMITH, 1991, p. 110.

Ainda às voltas com a Grã-Bretanha, em setembro, o ministro interino respondeu à nota de Arthur Peel a respeito da explosão do navio Tennyson. Lamentou ter de se referir à falta de observação das normas e da cortesia diplomáticas na atuação do secretário Beresford e defendeu a polícia brasileira. Em nova nota sobre o caso, desta vez dirigida a Lauro Müller, o ministro inglês Arthur Peel afirmou que seu governo se via obrigado, de acordo com o Direito Internacional, a responsabilizar o governo brasileiro por quaisquer feitos a navios britânicos por agentes alemães em território brasileiro, e a considerar a falta de medidas policiais como tendo afetado a neutralidade brasileira. O governo brasileiro respondeu que, desde o início da guerra, o Brasil mantivera a neutralidade de forma "reta, clara e indefectível", ainda que nem sempre os beligerantes tivessem "integral respeito aos direitos e interesses dos brasileiros" 85.

No seu retorno antecipado ao Brasil, em 17 de outubro, Müller desaprovou as palavras de Rui Barbosa e defendeu a neutralidade afirmando que o país deveria "conservar para com todos a mesma amizade". Rui Barbosa, no entanto, continuou sua campanha em favor do fim da neutralidade e atuando na qualidade de presidente da Liga Brasileira pelos Aliados, entidade que arrecadava recursos para enviar aos soldados, especialmente da França⁸⁶. Estes, aliás, necessitariam de ajuda, pois, no final de outubro, suas tropas romperam linhas alemães e teve início nova batalha em Verdun. Apoio não tardaria a vir, mais rapidamente, de Washington, onde, nas eleições de 5 de novembro de 1912, Wilson se reelegeu presidente, por pequena margem de votos, e enviou nota de paz a todos os beligerantes. No ano, os Estados Unidos tornaram-se o

⁸⁵ VINHOSA (1990, p. 50) informa que, um ano após a nota, um dos suspeitos do atentado, Niewerth, foi condenado a 12 anos de prisão.

⁸⁶ VINHOSA, 1990, p. 31, 36, 49 e 54.

principal parceiro comercial do Brasil, após superar a Grã-Bretanha, pela primeira vez, no fornecimento das importações do país⁸⁷.

1917 (JANEIRO A ABRIL) – IMPOSIÇÃO DE BLOQUEIO MARÍTIMO ALEMÃO AO BRASIL. MANUTENÇÃO DA NEUTRALIDADE. PROIBIÇÃO BRITÂNICA DA IMPORTAÇÃO DE CAFÉ. TORPEDEAMENTO DO NAVIO PARANÁ. ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A ALEMANHA. RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO FORMADO NA RÚSSIA

Em 1917, a Primeira Guerra Mundial começou a dar sinais positivos para os Aliados, mas continuou a alastrar-se. As decisões do governo brasileiro com relação ao conflito mundial seriam precipitadas por atitude adotada pela Alemanha que, em 31 de janeiro, por nota à legação em Berlim, informou ter imposto bloqueio marítimo ao Brasil⁸⁸. Em fevereiro, o governo germânico instruiu seus submarinos a afundarem, sem aviso prévio, qualquer navio mercante que mantivesse comércio com seus inimigos⁸⁹. Lauro Müller telegrafou a Domício da Gama, no dia 3, para impedir informações a respeito da reação do governo americano à nota germânica sobre a guerra submarina, acrescentando que o fazia "para um procedimento uniforme, se possível". No dia 5, os Estados Unidos e a Alemanha romperam relações diplomáticas⁹⁰.

A disposição de Müller, porém, continuava ser a de manter a neutralidade, como deixou claro em telegrama que enviou, no

⁸⁷ GARCIA, 1999, p. 61.

⁸⁸ RELATÓRIO, 1917, p. 27-28.

⁸⁹ FRITSCH, 1997, p. 44.

⁹⁰ CARVALHO, 1998, p. 379.

dia 6 de fevereiro, ao ministro Silvino Gurgel do Amaral, chefe da Legação em Berlim: "O Brasil não tem o menor propósito de se envolver no conflito" Em resposta à nota alemã impondo o bloqueio, Gurgel do Amaral se dirigiu por escrito ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, A. Zimmermann⁹², nos seguintes termos:

[...] o governo brasileiro, depois de ter estudado a matéria da nota alemã, declara nesta ocasião que não pode aceitar como efetivo o bloqueio ora subitamente estabelecido pelo Governo Imperial alemão [...].

Por isso, o governo brasileiro, não obstante o seu sincero e vivo desejo de evitar divergências com as nações amigas ora em luta armada, sente-se no dever de protestar contra esse bloqueio, como efetivamente protesta, e, em consequência disso, de deixar ao Governo Imperial alemão a responsabilidade de todos aqueles casos que se derem com cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, desde que se verifique a postergação dos princípios do Direito Internacional ou de atos convencionais em que o Brasil e a Alemanha sejam partes. ⁹³

A situação permanecia instável na Europa. Na Rússia, o Parlamento (Duma) ignorou decreto do czar que o suspendeu e, no dia 12 de março, organizou um governo provisório. Quatro dias depois o czar abdicou, acrescentando-se, assim, mais um elemento de preocupação no palco europeu. A Grã-Bretanha proibiu, por Decreto do dia 30, a importação de café⁹⁴.

⁹¹ RELATÓRIO, 1917, p. 29.

⁹² SILVA, 1975, p. 146.

⁹³ RELATÓRIO, 1917, p. 30-31.

⁹⁴ GARCIA, 1999, p. 61.

Não tardou muito para que, em cumprimento à determinação de seu governo, um submarino alemão torpedeasse, em 3 de abril, na costa da França, o Paraná, vapor brasileiro carregado de café⁹⁵, perecendo três tripulantes⁹⁶. No dia 6, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, assinou declaração que conduziu seu país à guerra contra a Alemanha. No dia seguinte, Lauro Müller telegrafou a Gurgel do Amaral, em Berlim, a quem comunicou a decisão do presidente de romper relações diplomáticas com Berlim⁹⁷. Imediatamente, o embaixador Domício da Gama informou ao Departamento de Estado que o Brasil estava preparado para assinar o Tratado Pan-Americano. A comunicação, porém, revelou-se extemporânea, uma vez que a iniciativa do presidente Wilson seria abandonada no mesmo ano⁹⁸.

O Brasil reconheceu, em 9 de abril, o novo governo formado na Rússia em consequência da deposição do czar⁹⁹. Alegou que recebera garantias de que o Governo Provisório de Alexandre Kerensky contava com apoio popular e de que desejava relações amistosas¹⁰⁰. O relatório do Itamaraty revelaria, no entanto, a verdadeira razão da decisão, ou seja, o reconhecimento do novo governo russo pelas grandes potências:

Recentemente, operou-se na Rússia uma revolução popular, de que resultou a abdicação do Czar e a queda da dinastia Romanoff [...]. Tendo sido esse governo de fato reconhecido imediatamente pelas potências da Entente –

⁹⁵ SMITH, 1991, p. 112.

⁹⁶ VIANNA, 1958, p. 264.

⁹⁷ VINHOSA, 1990, p. 85 e 109.

⁹⁸ SMITH, 1991, p. 102 e 113.

⁹⁹ CASTRO (1993, p. 107) observa que o governo brasileiro mantinha relações com a Rússia desde 1830, quando o Marquês de Rezende, Antônio Teles da Silva Caminha, apresentou credenciais ao czar Nicolau I, em São Petersburgo.

¹⁰⁰ HILTON, 1991, p. 9-10.

Grã-Bretanha, França e Itália – e, logo depois, pelo Japão, Estados Unidos da América e China, o governo brasileiro não teve dúvida em também reconhecê-lo; o que se deu em data de 9 de abril último.¹⁰¹

Prosseguindo nos atos cautelosos com relação à Alemanha, por meio da circular às legações e embaixadas brasileiras, o ministro Lauro Müller informou, no dia 11, o rompimento das relações com a Alemanha, sem, no entanto, declarar guerra:

Circular nº 2 – O governo brasileiro, por nota de 9 de fevereiro, dirigida ao governo alemão, protestou contra o bloqueio submarino, declarando que deixava ao Governo Imperial a responsabilidade dos atos atinentes a cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, verificada a postergação dos princípios do Direito Internacional ou das convenções firmadas pelos dois países [...]. O Senhor Presidente da República julga que o incidente [afundamento do vapor nacional Paraná] não comporta possibilidade de explicação ou negociação. Sua Excelência [...] tem grande pesar em reconhecer que é forçado a romper as nossas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Hoje mesmo, cumprindo resolução do presidente, entreguei passaporte ao ministro alemão e telegrafei ao nosso ministro em Berlim para que pedisse o seu passaporte e se retirasse da Alemanha, com os nossos cônsules. Queira Vossência comunicar essa resolução a esse governo.

Em Berlim, Gurgel do Amaral executou seu último ato diplomático na Alemanha ao entregar pessoalmente, em 13 de abril, nota de ruptura das relações diplomáticas e comerciais

¹⁰¹ RELATÓRIO, 1916-1917, p. 99.

com o Governo Imperial alemão¹⁰². O presidente Wenceslau Braz justificou ao Congresso a decisão:

O governo não podia ir além; mas a Nação brasileira, pelo seu órgão legislativo, poderá sem intuitos belicosos, mas com firmeza considerar que um dos beligerantes é parte integrante do continente americano e que a esse beligerante estamos ligados por uma tradição de amizade, e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos no Direito Internacional.

Tem sido esta sempre a conduta do Brasil; a República mantém-se fiel à tradição ininterrupta da sua política externa; hoje não poderia repudiar as ideias que inspiraram a nota-protesto do Império do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra europeia bombardeou uma cidade sul-americana.

Acentuando por fim que a política de solidariedade continental não é a política deste período de governo nem deste regime e sim a política tradicional da Nação brasileira, submete o assunto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que se, porventura, alguma resolução for adotada, ela afirmaria a feliz inteligência que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos. 103

As tropas aliadas faziam progressos na Europa e, no dia 16 de abril, lançaram ofensiva contra os alemães na linha Hindenburg. Na Rússia, Lênin e outros bolcheviques, que haviam retornado do exterior, pediam que o poder fosse transferido aos soviéticos.

¹⁰² TRINDADE (1986, p. 36) com base em RELATÓRIO, 1916-1917, p. 65-66 e 70-72.

¹⁰³ CALÓGERAS (1972, p. 373) e RELATÓRIO, 1917-1918, p. iii.

A decisão de apenas romper relações diplomáticas com a Alemanha e não lhe declarar guerra custaria a Lauro Müller seu cargo. No dia 3 de maio, demitiu-se e recusou outra função ministerial que Wenceslau Braz lhe ofereceu. Em entrevista à Imprensa, afirmou o seguinte quanto aos que o criticaram por não acompanhar os Estados Unidos na decisão de declarar guerra à Alemanha:

O argumento dos oradores nas praças públicas é sempre o mesmo: o Brasil tem de seguir o exemplo dos Estados Unidos. Isto significaria tornarmos nossas opiniões, as opiniões dos Estados Unidos. Mas um país independente governa-se por si. 104

¹⁰⁴ VINHOSA, 1990, p. 85.

Nilo Peçanha

Nilo Peçanha substituiu Lauro Müller no dia 7 de maio¹⁰⁵. Durante sua gestão de um ano e meio, até novembro de 1918, destacaram-se, entre os acontecimentos internacionais que teriam relevância: a tomada do poder na Rússia pelos bolcheviques; a proposta do presidente Wilson para a paz mundial; e a Conferência de Versalhes, em que os Aliados acordaram os termos do armistício com a Alemanha para pôr termo à Primeira Guerra Mundial.

¹⁰⁵ Nascido em 1867 na província do Rio de Janeiro, município de Campos, formado em Direito no Recife (1887), foi deputado durante a Assembleia Constituinte de 1890-1891. Em 1903 assumiu o cargo de presidente do estado do Rio de Janeiro. Três anos depois foi eleito vice-presidente da República para o período de 1906-1910, pela chapa de Afonso Pena, substituindo-o no cargo de presidente da República entre 1909, quando aquele faleceu, e 1910. Em seguida, foi senador (1912) e novamente presidente do estado do Rio de Janeiro.

1917 (MAIO A DEZEMBRO) – TORPEDEAMENTO ALEMÃO DOS NAVIOS TIJUCA E LAPA. UTILIZAÇÃO DE NAVIOS ALEMÃES. INGRESSO NA GUERRA. REVOGAÇÃO DA NEUTRALIDADE NA GUERRA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O IMPÉRIO ALEMÃO. DIFICULDADES COM O BLOQUEIO NAVAL INGLÊS. TORPEDEAMENTO DO NAVIO MACAU. RECONHECIMENTO DO ESTADO DE GUERRA. PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA INTERALIADOS. PREPARAÇÃO DE FROTA

Poucos dias depois da posse de Nilo Peçanha, o navio brasileiro Tijuca foi torpedeado por navios alemães perto do porto francês de Brest. Ao tomar conhecimento do fato, o governo brasileiro decidiu utilizar (e não confiscar) navios alemães que se encontravam em portos brasileiros. Em mensagem ao Congresso, no dia 26 de maio, o presidente Wenceslau Braz justificou a medida adotada:

[...] torpedeado o navio Paraná, [o governo brasileiro] rompeu as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha.

Agora, o torpedeamento do segundo navio, em circunstâncias graves, sem aviso prévio, e ameaça de cada um ir diminuindo a nossa navegação e o nosso comércio com o exterior, obrigou o governo a pôr em prática medidas de defesa que o alto-conselho do Congresso Nacional poderá inspirar.

Não deseja o governo, trazendo o assunto à vossa consideração, como é seu dever, eximir-se, contudo, da responsabilidade que lhe cabe, e de dar com franqueza a sua opinião. Parece-lhe que é urgente a utilização dos navios mercantes alemães ancorados nos portos do Brasil, excluída, entretanto, a ideia de confisco, que tanto

repugna ao espírito da nossa legislação e ao sentimento do país.

A utilização acharia fundamento nos princípios da convenção assinada em Haia, em 18 de outubro de 1907, e seria sem compensação até que possamos verificar se se trata de bens de propriedade particular que, mesmo em caso de guerra, devem ser respeitados e o Brasil o fará, ou se pertencem a empresas que tenham quaisquer laços de dependência com os poderes oficiais.

O governo brasileiro recebeu, no mesmo dia, a notícia do torpedeamento de um terceiro navio, o vapor Lapa, do Lloyd Brasileiro, que se encontrava entre as ilhas Canárias e o porto de Marselha. Decidiu, então, tomar medidas com respeito a navios mercantes alemães em portos brasileiros e, por decretos de 1º e 2 de junho, o presidente determinou que fossem "considerados brasileiros para o efeito de arvorar desde logo o pavilhão nacional" ¹⁰⁶. Os tripulantes dos navios foram desembarcados e alojados, sem incidentes maiores, passando a ser sustentados pelo Governo Federal. Quarenta e duas embarcações germânicas passaram, assim, a ser "utilizadas" 107. O governo alemão protestou, mediante Legação dos Países Baixos, que representava seus interesses junto ao Brasil. Nilo Peçanha, em resposta à nota, justificou a medida como represália, baseada em Direito Internacional, citando a respeito a própria doutrina alemã representada pelo internacionalista Hefter¹⁰⁸.

¹⁰⁶ RELATÓRIO, 1917-1918, p. iv-v.

¹⁰⁷ TOPIK (1987, p. 74) afirma que 42 navios foram aproveitados. Já SANTOS (1996, p. 71) afirma terem sido 46 os navios. Também GARCIA (1999, p. 61) afirma terem sido 46 os navios arrestados pelo Brasil, a título de "posse fiscal".

¹⁰⁸ CARVALHO, 1998, p. 381.

Ao mesmo tempo, por nota circular, o governo brasileiro comunicou às nações amigas ter sancionado lei que revogava a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos e o Império Alemão:

A República reconheceu assim que um dos beligerantes é parte integrante do continente americano e que a este beligerante estamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional.

O Brasil nunca teve e não tem ainda agora ambições guerreiras e se se absteve sempre de qualquer parcialidade no conflito da Europa, não podia continuar indiferente a ele, desde que eram arrastados à luta os Estados Unidos, sem nenhum interesse, mas tão somente em nome da ordem jurídica internacional, pois a Alemanha estendia indistintamente a nós e demais povos neutros os mais violentos processos de guerra.

Se até agora a falta de reciprocidade por parte das Repúblicas Americanas tirava à doutrina de Monroe o seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam a dar à nossa política externa uma feição prática de solidariedade continental, política, aliás, que foi também a do antigo regime, toda vez que em estado em causa qualquer das demais nações irmãs e amigas do continente americano. 109

¹⁰⁹ RELATÓRIO, 1917-1918, p. vi.

As reações não demoraram. Por telegrama de 5 de junho, Woodrow Wilson afirmou a Wenceslau Braz que recebera a decisão brasileira com "profundo apreço"¹¹⁰. Na mesma data, Berlim apresentou nota de protesto contra a decisão. Em resposta, o governo brasileiro qualificou a utilização dos navios como "um ato delegítima defesa". Dois dias depois, o presidente enviou mensagem ao Congresso para informar da decisão de revogar a neutralidade também em relação à França, Rússia, Grã-Bretanha, Japão, Portugal e Itália na guerra contra a Alemanha. Em cumprimento a essa determinação, as autoridades portuárias decidiram aprisionar a canhoneira alemã Eber, que se encontrava ancorada em porto da Bahia. Sua tripulação, no entanto, afundou-a para não a entregar às autoridades brasileiras¹¹¹.

Em telegrama enviado a Woodrow Wilson, o presidente Wenceslau Braz explicou a decisão de revogação da neutralidade:

[...] o Brasil, colocando-se ainda agora ao lado dos Estados Unidos, ficou fiel às suas tradições políticas e diplomáticas de solidariedade continental e, como à grande Nação americana, não nos inspira neste passo nem o ódio nem o interesse, mas a ordem jurídica internacional, senão a defesa de princípios que, se estão em causa ou em perigo no Velho Mundo, é preciso que encontrem abrigo e equilíbrio entre os povos livres das duas Américas. O Brasil tem resolvidas todas as suas questões externas, nem tem ambições no presente e nada sofreu no passado, e preza com um grande bem a amizade dos Estados Unidos. Mais do que quaisquer manifestações externas, nenhuma ocasião como esta de incertezas e de lutas

¹¹⁰ VINHOSA, 1990, p. 112.

¹¹¹ RELATÓRIO, 1917-1918, p. viii e xi.

poderia unir tanto pelo coração o Brasil e os Estados Unidos.¹¹²

Os atos em prol dos Aliados não amenizaram, no entanto, as dificuldades do governo brasileiro com o bloqueio naval inglês e seu impacto negativo sobre a venda de café brasileiro. Nilo Peçanha instruiu o ministro em Londres, Fontoura Xavier, em 17 de junho, a alegar que o transporte do café seria efetuado por navios brasileiros, e que, portanto, não havia razão para sua inclusão no bloqueio. Londres informou que a proibição de importar café na Grã-Bretanha destinava-se a não provocar reclamações de países como a França, a Itália e Portugal, cujas indústrias estavam negativamente afetadas pela proibição inglesa¹¹³. Após repetidas gestões brasileiras, o governo britânico concordou com os embarques, mas exigiu que fossem feitos em navios ex-alemães e transportassem também cargas de interesse britânico¹¹⁴. Peçanha recusou a proposta inglesa alegando que limitava nossa liberdade e diminuída a confiança que o Brasil julgava merecer de velhos e aliados amigos. Fontoura Xavier manteve sucessivos encontros com Lord Robert Cecil, mas, por fim, o governo brasileiro renunciou à exportação por embarcações alemãs, por considerar a exigência uma imposição¹¹⁵.

As primeiras tropas enviadas pelos Estados Unidos chegaram à França, em junho, e engrossaram as fileiras aliadas na Europa. O processo revolucionário na Rússia sofreu curta interrupção quando, em julho, o Governo Provisório abafou levante bolchevique. Na semana seguinte, Kerensky seria escolhido primeiro-ministro em Petrogrado. O conflito mundial estendeu-se ao Extremo

¹¹² TRINDADE, 1986, p. 35, com base em RELATÓRIO, 1917-1918, p. 67.

¹¹³ CARVALHO, 1998, p. 381-82.

¹¹⁴ VINHOSA, 1990, p. 52.

¹¹⁵ CARVALHO, 1998, p. 382.

Oriente no momento em que a China declarou guerra à Alemanha e à Áustria. Na fronte ocidental, os franceses romperam, em agosto, as linhas germânicas em Verdun.

No Brasil, Nilo Peçanha atuava junto com a legação britânica para resolver outro problema relativo à neutralidade, ou seja, a "lista negra" de empresas. Em setembro, alcançou-se um entendimento, após o compromisso brasileiro de buscar controlar as atividades empresariais de modo que somente as empresas verdadeiramente nacionais atuassem no comércio, tal como exigira nota do ministro inglês Arthur Peel¹¹⁶.

A neutralidade se esgotou por ocasião do torpedeamento do navio brasileiro Macau, na costa da Espanha. O presidente Wenceslau Braz reconheceu, em 25 de outubro, o estado de guerra, por meio de mensagem ao Congresso em que afirmou:

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegramas de Londres e Madri, o governo acaba de saber que o navio brasileiro Macau foi torpedeado por um submarino alemão e que está preso o seu comandante.

A circunstância de ser esse o quarto navio nosso posto a pique por forças navais alemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de vulto com a prisão do comandante brasileiro.

Não há como, senhores membros do Congresso Nacional, iludir a situação ou deixar de constatar já agora o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha.¹¹⁷

¹¹⁶ VINHOSA, 1990, p. 59.

¹¹⁷ CAVALCANTI, 1981, p. 103.

No dia seguinte, o Congresso votou o reconhecimento do estado de guerra¹¹⁸. O Brasil tornou-se, assim, juntamente com os Estados Unidos e as Repúblicas centro-americanas, um dos poucos países americanos a entrar no conflito, uma vez que Uruguai, Peru, Equador e Bolívia apenas romperam relações diplomáticas e Argentina, Chile, México, Venezuela e Paraguai mantiveram-se neutros¹¹⁹. O decreto que sancionou o estado de guerra dispôs:

Artigo único. Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o presidente da República a adotar as providências constantes da Mensagem de 25 de outubro corrente e tomar as medidas de defesa nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário. 120

Mais dois navios mercantes brasileiros foram torpedeados: o Acary, do Lloyd Brasileiro, e o Guahyba, da empresa Commercio e Navegação, que se encontravam próximos às ilhas de Cabo Verde, a caminho do Havre¹²¹. Em reação, o presidente Wenceslau Braz enviou, em 3 de novembro, mensagem ao Congresso em que propôs diversas medidas relativas a empresas e súditos alemães no Brasil. Enviou também mensagens ao rei da Grã-Bretanha e ao presidente dos Estados Unidos (Wilson), da França (Poincaré) e de Portugal (Bernardino Machado) nas quais agradeceu as expressões de solidariedade pela decisão brasileira de decretar estado de guerra e

¹¹⁸ CALÓGERAS, 1972, p. 373 e RELATÓRIO, 1917-1918, p. 373-74.

¹¹⁹ SILVA, H., 1975a, p. 145.

¹²⁰ RELATÓRIO, 1917-1918, p. x.

¹²¹ VIANNA, 1958, p. 267.

manifestou a disposição brasileira de colaborar com os Aliados¹²². O Poder Legislativo votou a Lei de Guerra brasileira e publicou-a, após a sanção, em 16 de novembro¹²³ (coincidindo, por acaso, com o dia em que tropas bolcheviques tomaram Moscou).

O rei Jorge V, da Grã-Bretanha, recebeu, em 27 de novembro, o chefe da Legação brasileira em Londres, ministro Fontoura Xavier, que lhe entregou a mensagem do presidente Wenceslau Braz a respeito da disposição brasileira de colaborar com os Aliados. O monarca sugeriu que aviadores brasileiros recebessem treinamento na Grã-Bretanha para combater ao lado dos Aliados. Fontoura Xavier comunicou o encontro ao Itamaraty que o divulgou na Imprensa. Como se tratara de manifestação real, sem respaldo do governo inglês, o Foreign Office instruiu seu representante diplomático no Brasil, o ministro Arthur Peel, a comunicar a impossibilidade de aceitar os aeronautas, alegando ter havido má interpretação do ocorrido na audiência real. Nilo Peçanha considerou grave essa comunicação, pois deixara o governo brasileiro em situação difícil no momento em que voluntários se apresentavam para ir à Grã-Bretanha. Em Londres, o governo inglês comunicou a Fontoura Xavier que não poderia acomodar os brasileiros em razão de excesso de pessoal e carência de máquinas. Peçanha salientou a Peel a dificuldade da situação criada com as Forças Armadas brasileiras e o público em geral. Finalmente, depois de negociações entre os dois governos, o Brasil determinou que o número de aviadores brasileiros se reduzisse a dez.

O chanceler brasileiro comunicou ao representante diplomático inglês, por nota de 30 de novembro, que dava por terminado o entendimento sobre a lista negra de empresas. Argumentou que,

¹²² TRINDADE (1986, p. 430-31) reproduz as mensagens.

¹²³ RELATÓRIO, 1917-1918, p. xii.

tendo o Brasil entrado na guerra, não mais cabia interferência inglesa no comércio interno brasileiro e concluiu:

[...] o governo brasileiro declara ao de Sua Majestade Britânica, como amigo e aliado, que assumiu, como lhe compete, a inteira fiscalização das firmas inimigas ou que se tornarem inimigas, sem distinção de nacionalidades, em todo o território nacional, não se justificando mais que aqui funcione um órgão que já agora seria paralelo ao governo e à soberania do Brasil.¹²⁴

Por ter-se tornado país beligerante, o governo brasileiro foi convidado a enviar representante à Conferência Interaliados convocada para reunir e coordenar esforços contra a Alemanha. A reunião se realizou entre 30 de novembro e 3 de dezembro em Paris, tendo atuado como delegado brasileiro o ministro plenipotenciário junto ao governo da França, Olyntho M. de Magalhães¹²⁵. O último dia da Conferência coincidiu com o da assinatura de um convênio entre o Brasil e a França pelo qual o governo brasileiro fretou 30 navios ex-alemães ao governo francês, pelo prazo de um ano¹²⁶. Além de pagamento em dinheiro, Paris concordou em adquirir mercadorias brasileiras incluindo café¹²⁷.

Os Estados Unidos aumentaram seu envolvimento na guerra ao declarar guerra à Hungria e à Áustria no início de dezembro. No Brasil, o convite a uma efetiva participação bélica ocorreu quando o Foreign Office britânico indagou, por comunicação de 21 de dezembro, se o governo brasileiro poderia enviar uma frota de

¹²⁴ VINHOSA, 1990, p. 60 e 176.

¹²⁵ Olyntho de Magalhães foi ministro das Relações Exteriores entre 1898 e 1891, no governo de Campos Salles.

¹²⁶ SANTOS (1996, p. 71) afirma, com base em Percy Martin. *Latin America and the War* (Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1925), que o contrato deveria terminar em 30 de março de 1919.

¹²⁷ VINHOSA, 1990, p. 95.

cruzadores ligeiros e destroyers para cooperar com a frota aliada, sob as ordens de um vice-almirante inglês. No dia seguinte, em outra fronte, os bolcheviques, enfrentando problemas internos, iniciavam conversações de paz com a Alemanha e a Áustria.

Fontoura Xavier, por instruções do Rio de Janeiro, comunicou, em 31 de dezembro, ao almirantado britânico estar o Brasil preparando frota composta de dois cruzadores (os scouts Rio Grande do Sul e Bahia) e quatro contratorpedeiros (os destroyers Parahyba, Rio Grande do Norte, Piauhy e Santa Catarina), destinados a operar na Europa¹²⁸ sob o comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin¹²⁹. A essas embarcações seriam ainda acrescentadas o navio de transporte Belmonte e o rebocador de alto-mar Laurindo Pita¹³⁰.

¹²⁸ RELATÓRIO, 1917-1918, p. xv.

¹²⁹ VIANNA, 1958, p. 267.

¹³⁰ SILVA, 1975a, p. 161.

1918 (JANEIRO A NOVEMBRO) – PARTICIPAÇÃO MILITAR NO CONFLITO

A política americanista brasileira refletia os crescentes interesses do Brasil nos Estados Unidos. Os dados comerciais indicavam terem triplicado as importações brasileiras dos Estados Unidos, desde 1913 (alcançando 47% do total), e aumentado em mais de um terço as exportações àquele país (passando de 33% para 46% do total)¹³¹.

A colaboração brasileira com os Aliados efetivou-se quando, em janeiro, Woodrow Wilson propôs "Quatorze pontos para a paz mundial". O plenipotenciário inglês Arthur Peel comunicou, no dia 12, a Nilo Peçanha a decisão de seu governo de receber os aviadores brasileiros. O chanceler brasileiro agradeceu a decisão e afirmou que "as pequenas contribuições para a luta armada em curso não deviam ser desprezadas porque correspondiam a um protesto material contra os meios violentos" 132.

A resposta britânica ao pedido brasileiro de envio de frota viria em 11 de fevereiro, quando o Foreign Office indicou, por nota oficial, que esta poderia operar juntamente com as unidades da Marinha dos Estados Unidos. O governo brasileiro designou, então, o contra-almirante Francisco de Mattos para acompanhar as operações de guerra das esquadras aliadas na Europa.

Os acontecimentos na Europa continuavam a exigir a atenção da diplomacia brasileira. A Revolução Bolchevique tomava conta da Rússia e, em fevereiro, o Brasil rompeu relações com aquele país, quando o regime soviético recusou *agrément* para um novo embaixador. O diplomata Gustavo Kelsch permaneceu, porém, em

¹³¹ HILTON, 1977, p. 24.

¹³² VINHOSA, 1990, p. 177.

Moscou como encarregado de negócios do Brasil até entregar a representação brasileira à Noruega¹³³.

Tendo fracassadas as conversações de paz, em fevereiro, os alemães atacaram a Rússia que, em março, assinou tratado de paz com a Alemanha, em Brest-Litovsk. Pelo acordo perdeu parte da população, do território, da produção de ferro e aço das ferrovias e entregou a Polônia e os Estados Bálticos. A Ucrânia ganhou independência e Moscou teve de pagar a reparação de guerra.

O Brasil se envolvia pouco a pouco na guerra. Nove aviadores brasileiros seguiram, em março, para a Grã-Bretanha, sob a chefia do capitão-tenente Manuel Augusto Pereira de Vasconcellos¹³⁴. Depois de treinamento em Eastbourn, Lee-on-Solent e Calshout, foram empregados em missões de patrulhamento¹³⁵ com aviadores ingleses e americanos¹³⁶. Os Aliados encontravam-se, então, em momento difícil, pois, em março, os alemães lançaram grande ofensiva na frente ocidental. Em resposta, a Grã-Bretanha formou, em abril, sua força aérea real e enviou tropas para Vladivostok.

A frota brasileira, a caminho da Europa, começou a enfrentar dificuldades que marcariam sua tentativa de chegar ao palco das operações de guerra. O contratorpedeiro Rio Grande do Norte partiu do Rio de Janeiro no dia 9 de maio e, por falta de carvão, parou

¹³³ HILTON (1991, p. 10) informa que Kelsh entregou a representação à Noruega em dezembro. CERVO; BUENO (1986, p. 249) recordam que a Legação russa no Rio de Janeiro seria encerrada pelo encarregado de negócios, Georges Brandt, somente em 15 de dezembro de 1920.

¹³⁴ SILVA, H., 1975a, p. 160.

¹³⁵ BURNS, 1973, p. 399, afirma que as missões foram de patrulhamento no Atlântico Sul. Já FONTOURA (2000, p. 279) afirma que o patrulhamento se deu no canal da Mancha e adiciona que os pilotos, após o armistício, ajudaram no trabalho de localizar e destruir minas flutuantes.

¹³⁶ INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (1988, p. 433) informa que, além do capitão Vasconcellos, os oficiais eram os tenentes De Lamare e Fábio Sá Earpe Moura, grupo ao qual se juntou o tenente Alithar de Araújo Martins, do Exército. Um segundo grupo constituiu-se dos tenentes Heitor Varady, Eugênio da Silva Possolo e Olavo de Araújo.

perto de Salvador, tendo de ser rebocado pelo contratorpedeiro Piauí.

Nilo Peçanha comunicou, em 5 de julho, ao diplomata francês Paul Claudel a decisão brasileira de oferecer o envio de uma missão médica militar à França, a fim de prestar serviços aos exércitos aliados. A missão – formada por uma centena de médicos cirurgiões, além de estudantes e de soldados do Exército (que dariam guarda ao hospital brasileiro) – seria chefiada pelo deputado e médico Nabuco de Gouveia e ficaria sob as ordens do general Napoleão Aché. Claudel agradeceu, em nome do exército francês, cujas "feridas o Brasil" iria "ajudar a pensar" 137.

A pequena esquadra brasileira, composta de nove embarcações, partiu de Fernando de Noronha em 1º de agosto com destino à Europa, onde as forças aliadas haviam lançado uma contraofensiva. Tomou rumo de Serra Leoa, com a missão de "varrer" os submarinos inimigos que encontrasse¹³⁸. Ao chegar a Freetown, onde permaneceu por duas semanas, o almirante Pedro de Frontin apresentou-se ao almirante Shepard, comandante inglês sob cujas ordens a divisão naval brasileira deveria operar.

Nos principais teatros de operações da guerra no velho continente os progressos aliados se aceleravam. A linha germânica caiu, em 8 de agosto, no *front* oriental e paralelamente as forças aliadas entraram em ação em Amiens. No dia 15, os Estados Unidos romperam relações com a Rússia. Nesse meio tempo, partiu para a França, a bordo do navio francês La Plata, a missão médica brasileira, à qual haviam se incorporado também esposas de cirurgiões que atuariam como enfermeiras, no total de 161

¹³⁷ VINHOSA, 1990, p. 171 e 179.

¹³⁸ SILVA, H., 1998, p. 155-156, 158 e 161.

pessoas. Dirigiu-se a Dacar onde deveria encontrar a frota naval brasileira.

A esquadra chegou à capital senegalesa em 26 de agosto, com instruções de permanecer somente o tempo necessário para trabalhos de manutenção. Enquanto na Europa os alemães iniciavam sua retirada para a linha Siegfried, em Dacar a guarnição brasileira era acometida da gripe espanhola¹³⁹. Pereceram 156 de seus integrantes¹⁴⁰, todos enterrados no Senegal¹⁴¹. A epidemia atingiu também membros da missão médica brasileira que chegara à véspera¹⁴².

Embora beligerante, o Brasil era ainda percebido como Nação não militar participante do conflito. Os países centrais avizinhavam sua derrota próxima e, por nota de 14 de setembro, o governo da Áustria-Hungria propôs ao representante brasileiro em Viena, Carlos Martins Pereira de Souza, que fosse escolhida uma nação neutra para que as nações beligerantes iniciassem "uma conversação de caráter confidencial e não obrigatória sobre os princípios fundamentais de uma possível paz". Após consulta ao Itamaraty, o diplomata brasileiro respondeu que não poderia considerar isoladamente a proposta por ser Nação aliada, solidária com as demais¹⁴³. Nilo Peçanha enviou cópia da nota austro-húngara ao embaixador americano no Brasil, Edwin Morgan¹⁴⁴.

¹³⁹ VINHOSA, 1990, p. 172 e 174.

¹⁴⁰ LYRA, 1972, p. 85.

¹⁴¹ SILVA, H., 1975a, p. 162.

¹⁴² VINHOSA (1990, p. 180) informa que os sobreviventes alcançaram Paris, onde se instalou o Hospital Brasileiro na Rua Vaugirard, com capacidade para 300 leitos. FONTOURA (2000, p. 278, nota 195) acrescenta que o hospital permaneceria em operação até meados do ano seguinte.

¹⁴³ SILVA, H., 1975a, p. 159.

¹⁴⁴ CARVALHO, 1998, p. 383.

No final de setembro, na medida em que o exército alemão retrocedia, os cruzadores Rio Grande do Sul – que já tivera problemas técnicos após sua partida do Brasil – e Rio Grande do Norte permaneceram em Dacar para reparos. O Laurindo Pita, rebocador de alto-mar que se juntara à frota, retornou ao Brasil. O cruzador auxiliar Belmonte foi enviado à França para transportar trigo.

Ciente da precária situação militar nacional, em 10 de outubro, o Brasil, por intermédio do ministro em Paris, Olyntho de Magalhães, assinou com o presidente do Conselho e ministro da Guerra da França, Georges Clemenceau, contrato que propiciaria a vinda ao Brasil de um grupo de instrutores franceses, denominada "Missão Militar Francesa de Aviação" 145.

Os acontecimentos na Europa se aceleravam. Em 15 de outubro foi proclamada a República da Tchecoslováquia e, dois dias depois, a Hungria separou-se da Áustria. Os Aliados obtinham vitórias e, no final de outubro, o Império otomano se rendeu. No dia 3 de novembro, a Áustria assinou o armistício e juntamente com a Alemanha concordou com o pedido de Wilson de que retornasse para seu próprio território. Animados com a perspectiva de um desenlace, os Aliados, reunidos em conferência em Versalhes, estabeleceram os termos do acordo com a Alemanha.

A reduzida frota brasileira prosseguiu viagem. Apenas quatro navios (Bahia, Piauhy, Parahyba e Santa Catarina)¹⁴⁶, porém, chegaram a Gibraltar no dia 10 de novembro, isto é, apenas um dia antes do fim da guerra¹⁴⁷. As tropas alemãs se renderam e, dois dias depois da abdicação do *kaiser*, Berlim concordou com o armistício.

¹⁴⁵ DOCUMENTOS, 1996, p. 72.

¹⁴⁶ VINHOSA, 1990, p. 170 e 174.

¹⁴⁷ SMITH, 1991, p. 121.

A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial¹⁴⁸ não teve, portanto, expressão militar. O esforço brasileiro, sem preparo técnico ou recursos materiais, custara algumas vidas, ainda que não em campos de batalha.

¹⁴⁸ BURNS (1973, p. 399) afirma ter sido a participação brasileira a única de um país latino-americano. SANTOS (1996, p. 67 e 139), no entanto, afirma que Cuba também teve participação ativa no primeiro conflito mundial.

Domício da Gama

Domício da Gama, o terceiro Sucessor do Barão, assumiu a pasta no exterior em 15 de novembro de 1918, deixando-a cerca de sete meses depois, em 27 de julho de 1919, em razão do falecimento de Rodrigues Alves que o nomeara¹⁴⁹. Exerceu, portanto, o cargo durante o governo de Delfim Moreira, vice-presidente que dirigiu o país durante a enfermidade de Rodrigues Alves¹⁵⁰. Na sua titularidade no Itamaraty, a principal atividade internacional para o Brasil foi a participação nas negociações do Tratado de Versalhes.

O país gozava de algum prestígio entre as potências aliadas europeias, tendo a Grã-Bretanha, a França e a Itália elevado suas representações diplomáticas da categoria de legações para a de

¹⁴⁹ CASTRO (1983, p. 251), resumido a seguir, informa que Domício da Gama foi diplomata, escritor e jornalista. Nasceu em 1863 na província do Rio de Janeiro, foi correspondente da *Gazeta de Notícias* em Paris (LYRA, 1972, p. 129), secretário do Serviço de Imigração na Europa, secretário da Missão Especial em Washington, secretário na Legação no Vaticano. Em 1893 participou, como secretário, da Missão Especial para a Questão de Limites entre Brasil e Argentina, chefiada pelo Barão do Rio Branco (cf. HIRST, 2000a). Trabalhou no Gabinete do Barão do Rio Branco em 1903 e, promovido a ministro, viajou ao Peru, onde assinou acordo de navegação, e à Argentina, onde firmou acordo sobre limites. Representou o Brasil em Buenos Aires na IV Conferência Internacional Americana e compareceu, como embaixador Especial, às cerimônias do Centenário da Independência Argentina, em 1910. Sucedeu a Joaquim Nabuco como embaixador em Washington (1911-1918).

embaixadas¹⁵¹. Entre os fatos internacionais relevantes destacar-se-iam a primeira reunião da Liga das Nações em Paris, presidida pelo presidente Woodrow Wilson, a assinatura de tratado de paz entre Aliados e a retirada da delegação americana da Conferência de Paz, em razão de resolução adotada pelo Senado daquele país.

1918 (DEZEMBRO) – PREOCUPAÇÃO COM A PRECÁRIA SITUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Preocupado com o despreparo das Forças Armadas, o ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar, instruiu Malan d'Angrogne, adido militar junto à Legação em Paris, a solicitar uma missão de instrução. Juntamente com o ministro Olyntho de Guimarães, o militar brasileiro efetuou gestões junto ao marechal Joffre, que indicou o general Maurice Gamelin para chefiar a missão 152. Seu relatório concluiria que a situação das Forças Armadas do país era muito precária, sendo a capacidade militar argentina quatro vezes superior à brasileira 153.

Em dezembro, o chanceler brasileiro foi interpelado pela Câmara dos Deputados para indicar se o Brasil havia sido convidado a participar da Conferência de Paz em Paris¹⁵⁴. Empreendeu, então, esforços diplomáticos para que isso ocorresse. Expediu instruções de gestões nesse sentido às Legações em Londres, Washington e Paris. Não obteve êxito, pois a Conferência em Londres decidiu que apenas as grandes potências – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão – teriam funções permanentes na Conferência

¹⁵¹ HILTON, 1980, p. 351.

¹⁵² SOARES, A. T. 1980, p. 34.

¹⁵³ HILTON, 1980, p. 347.

¹⁵⁴ SANTOS, 1996, p. 74, com base em correspondência trocada, entre 16 e 21 de dezembro, entre o embaixador americano, Morgan, e o Departamento de Estado.

de Paz, devendo os demais Aliados participar apenas quando convocados para tratar de questões de seus interesses diretos¹⁵⁵. Não obstante, o Brasil continuou a preparar envio de delegação.

1919 – CONFERÊNCIA DE VERSALHES. QUESTÕES DO CAFÉ E DOS NAVIOS. EPITÁCIO PESSOA

Diante da recusa de Rui Barbosa de chefiar a representação brasileira na Conferência, Domício da Gama nomeou delegação composta de quatro pessoas: Epitácio Pessoa, Raul Fernandes, João Pandiá Calógeras e Olyntho M. de Magalhães. Sobreveio, no meio tempo, a notícia de que o país poderia enviar apenas um ou dois representantes, uma vez que fora classificado como "potência beligerante com um interesse especial", tal como Bélgica, Grécia e Portugal, e não como "grande potência beligerante", categoria reservada aos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão. Tratava-se de sinal precoce de que as supervenientes pretensões brasileiras com relação a seu *status* na comunidade internacional no pós-guerra não seriam compartilhadas pelas potências maiores.

A delegação brasileira partiu para a Europa em 2 de janeiro, a bordo do navio Curvelo. Compunha-se de Epitácio Pessoa, Raul Fernandes e do consultor jurídico Rodrigo Octavio de Langard Menezes, além de secretários, adidos¹⁵⁶ e jornalistas¹⁵⁷. Pandiá Calógeras¹⁵⁸ partira antes, mas Domício da Gama instruiu Olyntho

¹⁵⁵ VINHOSA, 1990, p. 191.

¹⁵⁶ GARCIA (1994, p. 11) informa que a delegação brasileira compunha-se ainda do comandante Malan d'Angrogne, capitão Armando Burlamaqui, Hélio Lobo, e mais sete secretários e oito adidos.

¹⁵⁷ RAJA-GABAGLIA, 1951, p. 277.

¹⁵⁸ CARVALHO (1998, p. 383) apresenta delegação diferente. Esta seria composta de seis membros: Rui Barbosa (o chefe que não compareceu); Epitácio Pessoa (que chefiou de fato); Raul Fernandes; Rodrigo Otávio; Armando Burlamaqui, Malan d'Angrogne e Pandiá Calógeras (que partiu para Versalhes antes dos demais).

de Magalhães, em Paris, para que as questões brasileiras não fossem tratadas até sua chegada¹⁵⁹.

Domício da Gama, entrementes, pediu apoio ao Departamento de Estado para ampliar a delegação brasileira. O subsecretário de Estado Frank Polk telegrafou, em 10 de janeiro 160, para o secretário de Estado, Robert Lansing, que se encontrava em Paris. Na comunicação, Polk salientou a lealdade brasileira aos Aliados e ter sido o único país latino-americano a declarar prontamente guerra e a assistir materialmente com cooperação ativa pelo envio de navios. Ao concluir, disse ser o Brasil a maior potência da América do Sul e que, por sua posição geográfica, deveria ter direito a uma representação justa.

Em Paris, o presidente Wilson, tratou da questão na primeira reunião do Conselho Supremo. Argumentou que, por ser o Brasil o maior país da América Latina, com população superior a 30 milhões de habitantes, deveria receber uma posição especial. Afirmou que, ao negar representação adequada, as grandes potências europeias estavam tentando "emudecer a voz das Américas". No dia 13, quando a delegação brasileira já se encontrava a caminho, o presidente Wilson obteve da Grã-Bretanha e da França a aceitação de que o Brasil enviasse três representantes. O mandatário americano incluiu na sua argumentação menção à importante influência alemã no Brasil, em comparação com outros países latino-americanos¹⁶¹. A discussão envolveu o primeiro-ministro britânico, Lloyd George, e foi possível finalizar o acordo somente após a permissão de dois delegados a cada um dos "domínios

¹⁵⁹ RAJA-GABAGLIA, 1951, p. 278.

¹⁶⁰ SANTOS, 1996, p. 76.

¹⁶¹ SANTOS (1996, p. 75) com base em nota de secretário de Estado, de reunião mantida no Quai d'Orsav.

britânicos", além dos três delegados ao Brasil, assim como à Bélgica e à Sérvia¹⁶².

A Conferência de Paz em Versalhes abriu-se em 18 de janeiro. Na segunda sessão, constituiu-se uma comissão para elaborar o projeto de Liga das Nações. Integraram-na 15 delegados: dez representantes das cinco "grandes potências aliadas e associadas" (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) e cinco das 22 "potências de interesses limitados". O Brasil foi incluído entre os cinco escolhidos para representar esse segundo grupo, juntamente com a Bélgica, China, Portugal e Sérvia. Diante de protestos a respeito da reduzida representação dos demais países, Clemenceau, pela França, ressaltou o elevado número de mortos da Grã-Bretanha e da França no conflito, a falta de apoio militar de outros países, o que justificaria mesmo a exclusão da opinião desses na Sociedade das Nações. Apesar disso – argumentou – os Aliados pediram o concurso de outros países, embora não tivesse ainda sido decidida a natureza dessa colaboração¹⁶³.

Wilson propôs, em fevereiro, a criação de uma Liga das Nações composta de um corpo de delegados, formado por dois representantes de cada Nação, e de um conselho executivo. Este número seria integrado por um delegado de cada uma das três classes de nações: grandes, médias e pequenas. Cada nação grande teria um delegado; as médias e pequenas juntas teriam número de delegados igual ao total dos delegados das nações grandes, menos um. Em outras palavras, as cinco grandes potências teriam cinco delegados e o conjunto das 22 potências de interesses limitados disporiam de apenas quatro delegados.

Cecil Rhodes submeteu projeto substitutivo ao de Wilson. Propunha que somente as cinco potências grandes teriam

¹⁶² SMITH, 1991, p. 127-128.

¹⁶³ VINHOSA, 1990, p. 233.

representantes, permitindo-se às nações médias e pequenas ter delegados apenas quando interessadas diretamente na questão em exame no Conselho. Em Sessão de 4 de fevereiro, Epitácio Pessoa opôs-se ao substitutivo, pleiteando representação permanente para todas as nações. No mesmo sentido, expressaram-se Sérvia, China, Bélgica, Portugal e também França e Itália. Léon Bourgeois, da França, passou a defender que fosse aceito o projeto original de Wilson. Em Sessão realizada no dia 13, o representante inglês Lord Robert Cecil propôs que as potências menores tivessem no Conselho Executivo apenas dois delegados, nomeados pela Assembleia. Epitácio Pessoa, com apoio de outros países, opôs--se a essa emenda, pleiteando que quatro representantes fossem escolhidos diretamente pelo grupo de países interessados. Cecil retirou sua proposta e prevaleceu a de Epitácio Pessoa, cabendo, porém, à Assembleia designar as quatro nações menores que teriam direito a enviar representantes ao Conselho.

A Conferência prosseguia em meio ao contexto europeu que prenunciava novas dificuldades. Em 3 de março, os líderes bolcheviques estabeleceram a Internacional Comunista (Comintern) na Rússia como veículo para a Revolução Mundial. Os Aliados, conscientes da situação na Alemanha, no dia 11 concordaram em fornecer-lhe alimentos. Na Itália, no dia 23, Mussolini fundou o Partido Fascista. Os entendimentos com a Alemanha seguiam e, em 4 de abril, os Aliados assinaram acordo com Berlim sobre a cidade livre de Danzig.

Pessoa solicitou a Domício da Gama que telegrafasse a Wilson e a Lansing para que fosse o Brasil uma das quatro nações menores com direito a se fazer representar no Conselho. Acrescentou, em seu telegrama: "Vossência compreende o prestígio que nos daria tal designação. Brasil, a única beligerante da América do Sul, tem a seu

favor títulos especiais"¹⁶⁴. O ministro de Estado brasileiro dirigiu-se ao secretário de Estado, Robert Lansing, para solicitar, como favor pessoal, que este falasse com Wilson sobre a importância da escolha do Brasil, ainda que fosse por um mandato de um ou dois anos. O chefe de Estado americano atendeu a demanda brasileira¹⁶⁵ e, na Sessão de 28 de abril, os Estados Unidos indicaram o Brasil, juntamente com Bélgica, Espanha e Grécia, para ocupar assento não permanente, pelo prazo de três anos¹⁶⁶. A redação do Pacto da Liga das Nações a respeito foi a seguinte¹⁶⁷:

Le Conseil se compose de représentants des principales puissances alliés et associées, ainsi que dês représentants de quatre autres membres de la Société. Ces quatre membres de la Société sont designés librement par l'Assemblée et aux époques qu'il plaît de choisir. Jusqu'à la première désignation par l'Assemblée, les représentants de la Belgique, du Brésil, de l'Espagne et de la Grèce sont membres du Conseil. 168

Nas discussões sobre os temas de reparações de guerra, a delegação brasileira concentrou sua atenção inicialmente no reajuste do valor do café depositado em bancos alemães. A questão teve origem em 1914, quando o estado de São Paulo mantivera

¹⁶⁴ PESSOA, 1961, p. 9, telegrama n. 8, de 05/02/1919, e n. 14, telegrama n. 18, de 13/02/1919.

¹⁶⁵ RODRIGUES (1995, p. 286) atribui ao auxílio do presidente Wilson a possibilidade de o Brasil reivindicar com êxito a designação como um dos quatro membros temporários do Conselho da SDN. Tal como LYRA (1972, p. 168), afirma que a "influência do chanceler Domício da Gama, que havia representado o Brasil em Washington, foi decisiva para a obtenção do apoio dos Estados Unidos".

¹⁶⁶ VINHOSA, 1990, p. 235.

¹⁶⁷ CARR (1947, p. 99) observa que, posteriormente, com a saída dos Estados Unidos da Liga, os membros permanentes ficariam reduzidos a quatro, ou seja, equiparando-se o número de permanentes aos de provisórios.

¹⁶⁸ FRANCO, 1955, p. 1169.

quase dois milhões de sacas de café¹⁶⁹ em portos alemães e belgas, em garantia de dois empréstimos tomados a bancos europeus. Ao ter início a guerra, temendo o confisco pelo governo alemão, aquele governo estadual determinou a sua venda¹⁷⁰. O produto da operação foi depositado em marcos em um banco alemão (Banco Bleichroeder, de Berlim). A Alemanha bloqueou a retirada do dinheiro depositado, comprometendo-se a restituí-lo quando terminado o conflito.

Na Conferência, a delegação brasileira reivindicou não apenas o valor integral do depósito com os juros vencidos, mas também sua atualização cambial, de acordo com a correspondência em ouro. A comissão financeira da Conferência de Versalhes concordara em incluir a dívida da Alemanha no Tratado de Paz, mas pelo câmbio do dia, ou seja, pelos marcos equivalentes a um décimo do valor em 1914. Com o apoio do presidente Wilson, prevaleceu a tese brasileira de correção cambial¹⁷¹. Em 28 de junho, a Alemanha e os Aliados assinaram o Tratado de Versalhes, do qual constou o seguinte sobre a questão do café brasileiro:

A Alemanha garante ao governo brasileiro o reembolso com juros à taxa ou taxas que houverem sido convencionadas, de todas as somas depositadas no Banco Bleichroeder em Berlim, provenientes da venda de café pertencente ao estado de São Paulo nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Trieste. A Alemanha, tendo-se oposto à transferência, em tempo útil, das ditas somas ao estado de São Paulo, garante igualmente que o reembolso se efetuará com a taxa de câmbio do marco no dia do depósito. 172

¹⁶⁹ SMITH, 1991, p. 107.

¹⁷⁰ RELATÓRIO, 1920, p. 10.

¹⁷¹ BELLO, 1972, p. 244.

¹⁷² RELATÓRIO, 1920, p. v e 315.

A questão dos navios alemães apreendidos pelo Brasil durante a guerra apresentou maior complexidade. Tendo o Brasil sequestrado 70 embarcações alemãs retidas em portos nacionais, sem, entretanto, declarar seu *confisco*, como outros países fizeram com relação a navios apreendidos, a reivindicação brasileira consistia em obter sua propriedade mediante o pagamento de uma indenização. O argumento central de Epitácio Pessoa fundamentava-se justamente no fato de o país nunca ter pretendido apropriar-se dos navios. Esperava o principal negociador brasileiro que, no acerto de contas com a Alemanha, o Brasil pagaria apenas o saldo, se houvesse, uma vez efetuado os pagamentos germânicos a todos os Aliados¹⁷³.

A França, que arrendara do Brasil 30 das embarcações retidas, reivindicava a partilha, entre os Aliados, de todos os navios mercantes alemães apreendidos, na proporção de suas perdas marítimas¹⁷⁴, o que levaria o Brasil a perder os navios que retivera¹⁷⁵. O governo brasileiro discordou dessa tese, lembrando ter a França reconhecido a cessão definitiva dos navios ao Brasil, quando propôs ao governo brasileiro sua compra. Como a proposta francesa prosperasse, Epitácio Pessoa informou a Lloyd George, da Grã-Bretanha, que o Brasil se veria forçado a não assinar o Tratado de Versalhes. Escreveu ao presidente Woodrow Wilson para explicar a posição brasileira. Em resposta, Wilson afirmou:

[...] a delegação dos Estados Unidos, desde que se abriu a discussão sobre o assunto, tem tido em vista a situação do Brasil e os efeitos que para ele possam resultar dos diferentes planos sugeridos. Não preciso

¹⁷³ VINHOSA, 1990, p. 223.

¹⁷⁴ RAJA-GABAGLIA (1951, p. 284) afirma que a França desejava renovar convênio de arrendamento de 30 navios alemães apreendidos pelo governo brasileiro e "fazia da renovação uma condição tácita do seu voto favorável" ao Brasil.

¹⁷⁵ CARVALHO, 1998, p. 384.

dizer que os Estados Unidos jamais fariam intencional ou conscientemente qualquer coisa que pudesse prejudicar os interesses do Brasil. Logo que a matéria volte a debate, a posição do Brasil encontrará da parte da delegação dos Estados Unidos a maior consideração. Temos esperança de que a solução final será inteiramente satisfatória para o Brasil. Há mesmo toda a probabilidade de seguir-se o caminho indicado por Vossa Excelência, isto é, cada potência reterá os navios legalmente capturados, apreendidos ou detidos, mediante o pagamento de uma compensação calculada sobre a base de um valor razoável. 176

Wilson conversou com seus colegas, um britânico e o outro francês. Em 8 de maio, o Conselho Supremo adotou protocolo conhecido como Wilson-Lloyd George pelo qual boa parte das teses brasileiras foi aceita. Clemenceau, porém, assinou o documento pela França com reservas¹⁷⁷. Depois de novas negociações na Comissão Econômica sobre a forma de cálculo da indenização, chegou-se à redação dos respectivos artigos no Tratado de Paz¹⁷⁸.

A redução de armamentos constituiu tema examinado pela III Comissão. O Brasil, em situação de minoria, opôs-se à limitação de sua capacidade militar, especialmente a naval. Régis de Oliveira recebeu instruções de Epitácio Pessoa para atuar de forma a não inibir a segurança do litoral brasileiro. Ao discutir o relatório da Comissão, Régis de Oliveira declarou "que era impossível tentar-se a defesa de um país de mais de 30 milhões de habitantes e com

¹⁷⁶ RELATÓRIO, 1920, p. ix e xi.

¹⁷⁷ CARVALHO (1998, p. 384) nota que a França somente assinaria em 1920, mediante prorrogação do afretamento.

¹⁷⁸ RELATÓRIO, 1921, p. xix-xxiii.

mais de 3.600 milhas de costa, com dois navios^{"179}. Levando em consideração os argumentos brasileiros, a Assembleia concordou no exame de casos especiais de "países sem Marinha suficiente" ¹⁸⁰.

Voltando a Conferência a tratar da composição do Conselho, tomou a decisão de elevar o número de membros não permanentes de quatro para seis, ingressando a Suécia e o Uruguai¹⁸¹. Domício da Gama favoreceu a elevação como forma de "aliviar a pressão dos candidatos" e para permitir "a conservação de alguns membros, entre os quais o Brasil".

Em sua viagem de volta ao Brasil, já escolhido como futuro presidente do país, Epitácio Pessoa visitou a Bélgica, a Itália, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Viajou em navios de guerra da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos. Chegou a Lisboa em 8 de junho, vindo de Londres, pelo couraçado Renown¹⁸². Às autoridades americanas expressou o desejo de estabelecimento de relações preferenciais em relação às mantidas com a Europa¹⁸³. Retornou ao Brasil, em 21 de julho, no couraçado americano Idaho¹⁸⁴.

Continuava o Brasil a preocupar-se com a situação de suas Forças Armadas e, em 8 de setembro de 1919, o ministro em Paris, Régis de Oliveira, assinou com Clemenceau, contrato pelo qual o governo francês enviaria missão militar¹⁸⁵.

¹⁷⁹ RELATÓRIO, 1923, p. xxv.

¹⁸⁰ GARCIA, 1994, p. 45.

¹⁸¹ FRANCO, 1955, p. 1170.

¹⁸² CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 266.

¹⁸³ HILTON, 1980, p. 359.

¹⁸⁴ CARVALHO, 1998, p. 385.

¹⁸⁵ DOCUMENTOS, 1996, p. 85.

Azevedo Marques

José Manoel de Azevedo Marques¹⁸⁶, o quarto Sucessor do Barão, assumiu a pasta das Relações Exteriores em 29 de setembro de 1919, permanecendo no cargo até 15 de novembro de 1922, quando terminou o mandato do presidente Epitácio Pessoa que o nomeara¹⁸⁷.

Dos fatos internacionais ocorridos no período em que Azevedo Marques ocupou a cadeira do Barão do Rio Branco, as atividades da Liga das Nações tiveram maior relevância diplomática. Os Estados Unidos iniciaram seu afastamento do Sistema Internacional e, em 19 de novembro, seu Senado votou contra a ratificação do Tratado de Versalhes.

1920 – LIGA DAS NAÇÕES (I ASSEMBLEIA). REAÇÃO A PROPOSTAS DE DESARMAMENTO

Em 1920, a Liga das Nações começou seus trabalhos, inicialmente em Paris¹⁸⁸. Os Estados Unidos, cujo presidente

¹⁸⁶ Professor de Direito e político, nascido em São Paulo em 1865, foi promotor público (1886), juiz em Batatais (1889), deputado estadual (1898) e deputado federal (1903), tendo sido reeleito.

¹⁸⁷ CASTRO, 1983, p. 257.

¹⁸⁸ Mais tarde, no mesmo ano, a sede seria transferida para Genebra.

havia sido um dos principais proponentes da Liga, não enviaram delegação, boicotando dessa forma a primeira reunião da Organização, realizada em janeiro.

O Brasil apresentava-se, então, ao mundo com algumas credenciais internacionais: era o nono país em população¹⁸⁹, havia participado do conflito mundial com os Aliados e era membro fundador da Liga das Nações¹⁹⁰. Por Decreto de 12 de janeiro, o governo promulgou o Tratado de Versalhes cuja carta de ratificação fora depositada pelo Brasil dois dias antes. Em mensagem ao Congresso, o presidente Epitácio Pessoa relatou sua própria atuação como chefe da delegação do Brasil à Conferência de Paz¹⁹¹.

Sentimento de país com títulos relevantes na Comunidade das Nações permeava a atuação diplomática brasileira. Logo na primeira reunião do Conselho da Liga das Nações realizada em Paris, no mês de janeiro, em seu discurso para aquele órgão, Gastão da Cunha¹⁹² afirmou que o Brasil tinha a representação tácita do continente americano "[...] cuja consciência jurídica e espírito liberal e pacifista poderia o Brasil simbolizar, a justo título e sem usurpação alguma, pelas tradições e pela índole de seu povo."

Brasileiros ilustres atuavam no exterior e alimentavam essa percepção de país proeminente em foros internacionais. Assim, em reunião realizada em Londres, em fevereiro, o Conselho da Liga das Nações designou uma comissão especial de juristas para elaborar um projeto de Estatuto da Corte de Justiça Internacional,

¹⁸⁹ BURNS, 1993, p. 318.

¹⁹⁰ SANTOS (1996, p. 105) informa que o Brasil ratificou o Pacto da Sociedade das Nações, em 11 de novembro de 1919, e depositou os instrumentos de ratificação, em 10 de janeiro de 1920.

¹⁹¹ Mensagem ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1920.

¹⁹² SANTOS, 1996, p. 105, informa que a delegação brasileira à Primeira Reunião do Conselho, em Paris, compunha-se de Gastão da Cunha, embaixador em Paris; Frederico Castello Branco Clark, primeiro-secretário da Embaixada em Paris e José Francisco de Barros Pimentel, ministro residente na Legação em Caracas.

incluindo Clóvis Bevilácqua entre os dez juristas escolhidos. Este enviou propostas e, seu substituto, Raul Fernandes, embora tenha defendido nos debates a igualdade jurídica dos Estados, aceitou a eleição simultânea dos membros da Corte pelo Conselho e pela Assembleia¹⁹³.

Conscientemente ou não, o Brasil buscava representar as Américas, uma vez que, em 19 de março, o Senado dos Estados Unidos recusara autorização para que o país se tornasse membro da Organização. As principais objeções do Senado americano referiam-se ao artigo dez da Liga que era interpretado como obrigatório da participação bélica em caso de ataque de outro membro. Havia também restrições no Congresso americano ao sistema de voto da Organização que concedia seis votos à Grã-Bretanha e seus domínios.

As relações com a Alemanha foram restabelecidas e o Brasil nomeou Adalberto Guerra Duval como ministro plenipotenciário em Berlim, cargo do qual tomou posse em 14 de maio. As relações comerciais bilaterais restabeleceram-se gradualmente e o governo reativou o Consulado em Hamburgo¹⁹⁴. Ainda em maio, o Brasil reconheceu oficialmente a independência da Polônia, Tchecoslováquia e Finlândia. Em setembro, o Governo Republicano Brasileiro revogou o banimento da família do Imperador Dom Pedro II e recebeu a visita dos reis da Bélgica que incluíram no programa viagem ao estado de Minas Gerais, onde se instalaria siderúrgica com capitais belgas¹⁹⁵.

A primeira assembleia da Liga das Nações realizou-se em Genebra, entre 5 de novembro e 18 de dezembro, com a

¹⁹³ GARCIA, 1994, p. 34-36.

¹⁹⁴ TRINDADE, 1984, p. 272.

¹⁹⁵ GARCIA, 1999, p. 63-64.

participação de 41 países¹⁹⁶. Gastão da Cunha, Raul Fernandes e Rodrigo Octavio¹⁹⁷ compuseram a representação brasileira, uma vez que Rui Barbosa recusara convite de Epitácio Pessoa para chefiar a Delegação¹⁹⁸, em razão de insurreição ocorrida em seu estado natal, a Bahia.

O chanceler da Argentina, Honório Pueyrredón, propôs a admissão automática na Liga para os Estados que a pleiteassem, bem como a eliminação da distinção entre membros permanentes e temporários nas eleições e a jurisdição obrigatória da Corte Internacional de Justiça¹⁹⁹. Rodrigo Octavio opôs-se à admissão automática de membros e votou a favor da manutenção da distinção entre membros permanentes e temporários. Em seu relato do ocorrido explicaria que, diferentemente da Argentina que permanecera neutra durante a Guerra, "[o Brasil] não podia deixar de manifestar certa solidariedade para com as potências aliadas da véspera, quanto às questões de ordem geral que não afetassem seus interesses individuais nem comprometessem a linha se sua conduta internacional"²⁰⁰.

Na 6ª Comissão, Rodrigo Octavio fez a seguinte declaração de voto contrário à proposta de controle dos orçamentos militares:

¹⁹⁶ CASTRO (1983, p. 270) informa que representaram o Brasil o subsecretário das Relações Exteriores, Rodrigo Octavio, o embaixador em Paris, Gastão da Cunha, e o delegado da Comissão de Reparações, Raul Fernandes.

¹⁹⁷ SANTOS (1996, p. 105, nota 45) informa que também integraram a delegação Fernando Mendes de Almeida Júnior, que fora membro da delegação brasileira à Conferência de Paz; Pedro de Moraes Barros, primeiro-secretário da Legação em Berna; Álvaro da Cunha, cônsul em Boulogne-sur-Mer e Júlio Augusto Barboza Carneiro, Adido Comercial na Embaixada em Londres.

¹⁹⁸ VINHOSA, 1990, p. 238.

¹⁹⁹ SANTOS (1996, p. 106 e 113) observa, com base em obra de Manuel Perez Guerrero, que a Argentina estava em situação jurídica irregular na Sociedade das Nações, pois seu Parlamento não ratificaria o Pacto senão em 1933. Até então não contribuiu para seu orçamento.

²⁰⁰ GARCIA, 1994, p. 37.

O Brasil votou todo o conjunto das resoluções da Comissão de Armamentos que tendem ao alijamento dos encargos militares [...]. Mas não pudemos dar nosso assentimento à proposição de não aumentar, no curso dos dois próximos anos, os atuais orçamentos militares. O Brasil é certamente um país liberal e pacífico, nada tendo de imperialista ou de militarista. Mas seu território é considerável, suas costas são muito extensas e, para suas necessidades interiores, é-lhe necessário ter um Exército e uma Marinha de Guerra [...].

Não se deve esquecer que na Constituição do Brasil há dois artigos, – um que proíbe as guerras de conquista e outro que estabelece a intenção absoluta de não abandonar esta orientação [...]. Cabe-me lembrar também de que não temos disputas internacionais de qualquer espécie que seja, que temos as melhores relações com todos os nossos vizinhos, que nossas fronteiras estão todas definitivamente estabelecidas [...].²⁰¹

Em 15 de novembro abriu-se a I Assembleia da Liga das Nações. Os resultados da votação para os três países que deveriam ocupar os assentos não permanentes do Conselho no ano seguinte foram os seguintes: Espanha, 35 votos; Brasil, 33; Bélgica, 24 e China, 19²⁰².

1921 – LIGA DAS NAÇÕES (II ASSEMBLEIA). PROPOSTA CHILENA DE AMPLIAÇÃO DO CONSELHO

No Brasil, o governo sancionou, em janeiro, decreto com restrições à entrada de estrangeiros com problemas de saúde,

²⁰¹ RELATÓRIO, 1929, p. 20-21. Ver também TRINDADE, 1984, p. 241.

²⁰² SANTOS, 1996, p. 170.

idosos e prostitutas. Em 24 de fevereiro, elevou à categoria da embaixada a representação brasileira em Bruxelas e no mesmo ano foi criada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira²⁰³.

No plano internacional, Lloyd George reafirmou, em 19 de fevereiro, na Câmara dos Comuns, que a Alemanha deveria pagar, a título de indenização de guerra, o montante que estivesse no limite de sua capacidade. Como Berlim não cumpriu seus pagamentos, em 8 de março, tropas aliadas ocuparam cidades da região de Ruhr. Enquanto isso, na Rússia a revolução prosseguia e uma rebelião antibolchevique foi esmagada. Novamente, em maio, Berlim concordou em iniciar seus pagamentos de reparação de guerra.

Em Paris, Gastão da Cunha presidiu a XII Reunião do Conselho²⁰⁴. Na II Assembleia da Liga das Nações, realizada em setembro²⁰⁵, o representante do Chile, Agustín Edwards, propôs que fosse aumentado em três o número de assentos no Conselho, dois permanentes fossem ocupados pela Espanha e pelo Brasil²⁰⁶, em razão da ausência dos Estados Unidos na Organização²⁰⁷. O Brasil apoiou a proposta do Chile e argumentou que a América Latina devia se fazer representar de forma permanente no Conselho, pois agrupava 18 países, população importante e ricos recursos materiais. A Grã-Bretanha (representada por Balfour) e a Bélgica (por Hymans) se opuseram à proposta chilena de aumentar o número de assentos. Balfour propôs que apenas a Espanha passasse a ser membro permanente. Epitácio Pessoa telegrafou a

²⁰³ GARCIA, 1999, p. 64.

²⁰⁴ CARVALHO, 1998, p. 385.

²⁰⁵ SANTOS, 1996, p. 106, informa que a delegação do Brasil compôs-se de Gastão da Cunha, Raul Fernandes, Cincinato da Silva Braga, deputado federal; Júlio Augusto Barboza Carneiro; Elyseu da Fonseca Montarroyos, Oficial do Estado Maior; Sylvio Rangel de Castro, segundo-secretário da Legação na Argentina e Álvaro da Cunha.

²⁰⁶ SANTOS, 1996, p. 170.

²⁰⁷ CARVALHO, 1998, p. 386.

Gastão da Cunha para que este se opusesse a essa admissão isolada. Todos os membros do Conselho apoiaram Balfour, exceto o Brasil. Exercendo o veto, o representante brasileiro²⁰⁸ explicou que não o fazia por se opor à Espanha, mas por entender que essa designação não podia ser feita em detrimento do continente americano²⁰⁹.

A propriedade brasileira dos navios ex-alemães continuava a ser questionada, embora a questão tivesse sido resolvida na Conferência de Versalhes, o que levou o delegado assessor do Brasil junto à Comissão de Reparações, ministro Frederico Castello Branco Clark, a enviar a seguinte nota ao órgão:

[...] Não se pode legalmente admitir qualquer recurso contra ato de requisição [dos navios ex-alemães], tomados pelo Brasil, no exercício de sua soberania e baseado em suas leis internas e na boa doutrina internacional. Este decreto é irrevogável [...]. Estes navios são, pois, propriedade plena do Brasil, mesmo antes de sua declaração de guerra à Alemanha (em 26 de outubro de 1917).

O Tratado de Versalhes apenas confirma o direito do Brasil sobre estes navios e reforça a garantia que lhe é devida, apropriando-os para o pagamento das reclamações definidas no referido Tratado.²¹⁰

A Assembleia elegeu, em setembro, Rui Barbosa membro da Corte Permanente Internacional de Justiça, sendo o candidato mais votado (38 de 40 votos). Na votação que reconduziu os quatro membros não permanentes do Conselho, o Brasil foi também o mais votado, obtendo 38 votos e ultrapassando a Espanha (37), a Bélgica e a China (ambos com 31). A Assembleia, no entanto,

²⁰⁸ GARCIA, 1994, p. 41.

²⁰⁹ SANTOS, 1996, p. 171.

²¹⁰ TRINDADE, 1984, p. 125.

aprovou resolução que visava à adoção de um sistema de rotação dos membros não permanentes do Conselho²¹¹.

Os fatos internacionais indicavam a fragilidade da paz alcançada em Versalhes. A crescente crise levou o governo alemão a renunciar em 22 de outubro. Nos Estados Unidos, a preocupação com a situação internacional se refletiu na realização, em Washington, em 13 de dezembro, de conferência sobre desarmamento à qual compareceram representantes da Grã-Bretanha, França, Japão e Estados Unidos, que assinaram tratado para controlar o crescimento naval no Pacífico.

1922 – LIGA DAS NAÇÕES (III ASSEMBLEIA). QUESTÃO DE FRONTEIRA ENTRE COLÔMBIA E PERU. CONFERÊNCIA AMERICANA. REAÇÃO A PROPOSTAS DE DESARMAMENTO

Em fevereiro, a Conferência Naval de Washington definiu critérios para a limitação de armamentos navais no Extremo Oriente, com base em tonelagens máximas permitidas. Em março, foi criado o Partido Comunista do Brasil que se filiaria à III Internacional. Alemanha e Rússia assinaram, em abril, o Tratado de Rapallo pelo qual normalizaram suas relações. No plano interno brasileiro, destacar-se-ia, em 5 de julho, sublevação dos Dezoito do Forte de Copacabana, movimento de tenentes do Exército contrários ao fechamento do Clube Militar²¹². Entre as questões internacionais mais relevantes destacar-se-ia a aprovação pela Liga das Nações, em 24 de julho, de mandatos para a Palestina e para o Egito.

²¹¹ SANTOS, 1996, p. 172.

²¹² GARCIA, 1999, p. 65.

Continuava o Brasil preocupado em evitar decisões na área de desarmamento que dificultassem sua capacidade de equiparar suas Forças Armadas à da vizinha Argentina. Epitácio Pessoa instruiu o Itamaraty a se opor, em Genebra, a planos que impedissem a expansão de sua capacidade militar. Igualmente o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, pediu à chancelaria brasileira que não fossem fornecidos a organizações internacionais dados sobre o estado das Forças Armadas do país²¹³. Em 31 de agosto, o presidente eleito da Argentina, Marcelo T. de Alvear, visitou o Brasil²¹⁴.

O Brasil sentia-se prestigiado e, quando da celebração, em 7 de setembro²¹⁵, dos cem anos que deixara de ser uma colônia, compareceram à inauguração da exposição universal promovida pelo governo brasileiro, delegações de vários países, inclusive o presidente da República Portuguesa, Antônio José de Almeida²¹⁶ e o secretário de Estado americano, Charles Hughes.

Domício da Gama, que abriu a III Assembleia²¹⁷ e dirigiu a sessão inaugural dos trabalhos²¹⁸, sugeriu, em outubro, por cartas a Azevedo Marques e a Epitácio Pessoa, "diplomaticamente, por ação junto às chancelarias, a admissão do Brasil a um lugar permanente no Conselho"²¹⁹.

²¹³ HILTON, 1980, p. 354.

²¹⁴ GARCIA, 1999, p. 65.

²¹⁵ HILTON, 1980, p. 361.

²¹⁶ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 269.

²¹⁷ SANTOS (1996, p. 106) informa que a delegação brasileira compôs-se de: Domício da Gama, embaixador em Londres; Raul Régis de Oliveira, embaixador no México; Raul do Rio Branco, ministro plenipotenciário em Berna; Júlio Augusto Barboza Carneiro; contra-almirante José Maria Penido; tenente-coronel F. R. de Andrade Neves, adido militar à Embaixada em Paris e à Bruxelas; e Sylvio Rangel de Castro, secretário da Embaixada.

²¹⁸ RELATÓRIO, 1923, p. xxiii.

²¹⁹ SANTOS (1996, p. 173) cita carta de 12 de outubro a Azevedo Marques. GARCIA, 1994a e 1994b, p. 7, cita carta a Epitácio Pessoa em 14 de outubro.

Na Itália, Mussolini marchou sobre Roma e formou governo fascista, tornando-se ditador em 30 de outubro. No Brasil, prosseguia a política de aproximação dos Estados Unidos, tal como Epitácio Pessoa propusera, durante sua viagem àquele país, antes de tomar posse como presidente. As relações entre Washington e Rio de Janeiro se fortaleceram e foram investidas ações como o estabelecimento de missão naval americana²²⁰, em novembro, sob a chefia do almirante Carl Vogelgesang²²¹.

A questão sul-americana começou a preocupar o governo brasileiro. Colômbia e Peru assinaram acordo, conhecido com Tratado Salomón-Lozano, que reconhecia, em uma de suas cláusulas, o direito de a Colômbia reivindicar do Brasil territórios ao oriente da linha Apaporis-Tabatinga, que o Brasil proclamara serem brasileiros. O Itamaraty deixou claro então que "[...] quaisquer transações territoriais do Peru, na região, estavam irrefragravelmente restringidas às terras ao ocidente da linha Apaporis-Tabatinga"²²².

O Brasil voltou a ser o candidato mais votado para assento não permanente do Conselho, com 42 votos, obtendo os demais os seguintes sufrágios: Espanha, 40, Bélgica, 36 e China, 27. A Assembleia, porém, adotou uma recomendação visando limitar a três anos a duração do mandato de membros não permanentes. Ao final desse período, ficariam estes não elegíveis por um triênio. Um terço dos membros não permanentes deveria ser renovado anualmente²²³.

²²⁰ SANTOS, 1996, p. 141, observa ter o governo argentino reagido contra a vinda da Missão Naval Americana alegando que os Estados Unidos, ao darem favores a um único país, faltavam ao dever de solidariedade pan-americana.

²²¹ GARCIA, 1999, p. 65.

²²² BARROS, 1943, p. 46.

²²³ SANTOS, 1996, p. 172-173.

FÉLIX PACHECO

A administração de José Félix Alves Pacheco no Ministério das Relações Exteriores correspondeu ao mandato do presidente Arthur Bernardes²²⁴, de 15 de novembro de 1922 até a mesma data em 1926²²⁵. Marcou-se internamente pela situação de estado de sítio e externamente pelas gestões do Brasil para se tornar membro permanente do Conselho da Liga das Nações.

Do ponto de vista de relações interamericanas, teve relevância, no início da gestão de Félix Pacheco, a preparação de Conferência Americana realizada em Santiago do Chile. A União Pan-Americana, que não realizava conferências desde o início do conflito mundial, decidiu convocar reunião para o ano seguinte. Em dezembro, temendo que fosse incluído na agenda do encontro um item com propostas de desarmamento na região²²⁶ e tendo presente o estado das Forças Armadas nacionais²²⁷, o chanceler Félix Pacheco propôs

²²⁴ VINHOSA, 1990, p. 238, informa que Bernardes inicialmente convidara Rui Barbosa para a Pasta, mas este a declinara.

²²⁵ Político nascido no Piauí, escritor e jornalista (diretor do Jornal do Commercio), foi deputado federal pelo Piauí (1909), reelegendo-se por várias legislaturas, e senador (1921), cf. CUNHA, 1994, p. 106-107, nota 2.

²²⁶ HILTON, 1986-87, p. 17.

²²⁷ HILTON, 1980, p. 346, informa que estudo das Forças Armadas brasileiras, efetuado em 1922, revelou forte disparidade a favor da Argentina: o Exército do país vizinho contava com dez divisões, 1.032

ao Chile e à Argentina a realização de uma reunião prévia para coordenação de posições. Antes, porém, consciente da influência de Washington, Félix Pacheco instruiu o embaixador brasileiro, Augusto Cochrane de Alencar, para que consultasse o secretário de Estado, Charles Evans Hughes, sobre a iniciativa dos países do ABC. Recebeu como resposta a informação de que os Estados Unidos favoreciam qualquer ação que promovesse o desarmamento naval²²⁸. No convite a seus colegas chileno e argentino, Pacheco afirmou que a proposta não sugeria qualquer ideia de aumento, diminuição ou limitação das Forças Navais ou Militares de qualquer das três repúblicas²²⁹.

O Chile aceitou o convite para o encontro preliminar, mas a Argentina declinou, alegando que "os países irmãos" ficariam ressentidos²³⁰. O governo de Buenos Aires acusou o Brasil de buscar a hegemonia do continente ao se recusar a aderir à tese da redução de armamentos. O chanceler Félix Pacheco retaliou, ameaçando que o país não participaria da Conferência. O embaixador Cochrane, em Washington assegurou ao secretário de Estado Hughes que o Brasil não tinha intenções agressivas e já estava praticamente desarmado. Argumentou que a manutenção do *statu quo* naval apenas beneficiária a Argentina e o Chile. Finalmente, após entendimentos com o Chile a respeito da questão de desarmamento, o chanceler brasileiro decidiu que o Brasil compareceria ao encontro interamericano²³¹. O ano encerrar-se-ia com a notícia de que, em 30 de dezembro, a Rússia soviética mudara seu

canhões e capacidade de mobilizar 379 mil homens; e o Brasil dispunha de apenas três divisões (sendo uma da reserva), 332 canhões e a capacidade de mobilizar somente 136 mil homens.

²²⁸ SMITH, 1991, p. 145.

²²⁹ SANTOS, 1996, p. 143, reproduz o texto do convite brasileiro, que foi publicado pelo *Jornal do Commercio*, de 12/12/1922.

²³⁰ HILTON, 1986-87, p. 18.

²³¹ SMITH, 1991, p. 146.

nome para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, incluindo Rússia, Ucrânia, Geórgia, Armênia e Azerbaijão.

1923 – Conferência em Santiago. Preocupação com armamentos no ABC. Missão em Genebra. Interesse por representação no Conselho da Liga

Em 1923, alguns fatos preconizavam as dificuldades internacionais que adviriam. Em janeiro, por encontrar-se a Alemanha inadimplente em seus pagamentos de reparação de guerra, tropas francesas e belgas ocuparam a região de Essen. Em reação a essa ação, o partido nazista executou sua primeira manifestação em Munique.

Na preparação da V Conferência Internacional Americana, o ministro Félix Pacheco propôs a realização de uma conferência preliminar em Valparaíso, para tratar da redução dos armamentos entre os países do ABC. Mas a Argentina opôs-se ao encontro por preferir tratar o assunto em outros foros²³².

A V Conferência Internacional Americana realizou-se entre 26 de março e 3 de maio, em Santiago do Chile. Afrânio de Melo Franco chefiou a delegação brasileira no encontro, durante o qual se aprovou um tratado para evitar e prevenir conflitos entre os Estados americanos, conhecido como Pacto de Gondra²³³, em homenagem ao delegado paraguaio Manuel Gondra. Melo Franco foi também o autor da proposta de adiamento da discussão de limitação a navios de guerra, questão na qual o Brasil defendia que fosse de 80 mil toneladas, e a Argentina, de que não ultrapassasse 55 mil toneladas, isto é, o total alcançado por suas belonaves

²³² GARCIA, 1999, p. 65.

²³³ GARCIA, 1994, p. 58.

Moreno e Rivadávia²³⁴. Debateu-se igualmente o tema da redução de armamentos terrestres, na qual os pontos de vista de Argentina, Brasil e Chile apresentavam profundas divergências²³⁵.

Na ocasião, surgiram artigos na Imprensa portenha acusando o Brasil de ambições imperialistas. Félix Pacheco instruiu a delegação brasileira a responder com cautela, de maneira a não dirigir críticas ao governo argentino, o qual deveria ser elogiado e reassegurado das intenções amistosas do país. Ao final da Conferência o chanceler Pacheco instruiu o embaixador em Buenos Aires a minimizar a importância das divergências portenho-brasileiras na reunião e a reiterar o entendimento cordial com a Argentina²³⁶.

A gestão de Pacheco, no entanto, seria menos marcada pelas relações com a Argentina do que pela atuação brasileira na Liga das Nações. Aventou-se a hipótese de vir o Brasil a ser substituído como membro temporário do Conselho, ao esgotar-se o prazo de três anos que, para alguns, seria o acordado para a atuação dessa categoria de membros.

Enviado a Genebra em agosto, o embaixador Afrânio de Melo Franco recebeu instruções de obter para o Brasil assento permanente no Conselho da Liga. Antes de partir, solicitou um estudo sobre a situação brasileira naquele órgão ao diplomata Júlio Barbosa Carneiro que assistira à Assembleia do ano anterior. Em memorando a Melo Franco, Carneiro previu as dificuldades para as pretensões brasileiras, em razão da concorrência de outros países latino-americanos. Melo Franco consultou, a seguir, seus colegas em Londres, Paris e Bruxelas. Souza Dantas, em Paris, encontrou respostas vagas de parte do governo francês. Mário de Pimentel

²³⁴ MAGALHÃES, 1973, p. 196.

²³⁵ BARROS, 1943, p. 171.

²³⁶ HILTON, 1980, p. 356.

Brandão, em Bruxelas, tampouco conseguiu se assegurar do apoio belga. Domício da Gama, de Londres, expressou o pessimismo:

Quando, desde o encerramento da 3ª Assembleia, escrevi e telegrafei sobre a conveniência de fazermos trabalhos diplomáticos para assegurarmos votos na Assembleia deste ano, eu previ que não conseguiremos persuadir ninguém, a não ser teoricamente, da vantagem de vir o Brasil ocupar permanentemente um lugar a que todos se julgam com direito [...]. Entretanto, o que se poderia esperar de um trabalho diplomático separado, não devemos esperar de uma delegação sobre uma maioria já descontente [...]. Tyrrel me perguntou se, caso seja excluído do Conselho, o Brasil se retiraria da Liga e respondi que não, mas que ficaríamos muito desapontados e perderíamos o ardor para trabalhar e para pagar. 237

A IV Assembleia Geral da Liga realizou-se em setembro²³⁸. Foram tratadas questões europeias como as minorias alemãs na Polônia e grave incidente ocorrido entre a Itália e a Grécia. O governo de Mussolini ordenara o bombardeio e a ocupação da ilha de Corfu em represália ao assassinato, em território grego, de comissão italiana demarcadora de limites. O Brasil apoiou a ação italiana²³⁹, mas a maioria dos países a condenou, o que levou o diplomata brasileiro Frederico Clark a alertar Félix Pacheco

²³⁷ FRANCO, 1955, p. 1170 e 1172.

²³⁸ SANTOS (1996, p. 106) informa que o Brasil foi representado por Melo Franco, Raul do Rio Branco, Frederico de Castello Branco Clark (ministro residente da Legação na Venezuela), Sylvio Rangel de Castro, Júlio Augusto Barboza Carneiro, coronel Francisco Ramos de Andrade Neves, major Estevão Leitão de Carvalho, contra-almirante José Maria Penido e Heitor Lyra (segundo-secretário da Embaixada em Londres).

²³⁹ SANTOS (1996, p. 126) observa que Félix Pacheco insistiu junto a Afrânio de Melo Franco para que o Brasil apoiasse a Itália. Observa também que a Itália acabara de apoiar com firmeza a candidatura de Epitácio Pessoa para a Corte Permanente de Justiça Internacional e, além disso, existia, no Brasil, importante população de origem italiana.

para a repercussão negativa da atitude tomada. O episódio não impediu, no entanto, que Epitácio Pessoa fosse eleito juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional em substituição a Rui Barbosa, que falecera sem que tivesse exercido o cargo²⁴⁰.

Em meados de setembro, Melo Franco sugeriu a Félix Pacheco que o país propusesse o aumento, em dois, do número de assentos permanentes do Conselho, destinando-os aos Estados Unidos e à Alemanha, e que seriam ocupados provisoriamente pelo Brasil e pela Espanha, até que aquelas duas grandes potências ingressassem na Liga²⁴¹. Consultado por Melo Franco sobre a ideia, o representante da Espanha, Quiñones de Léon, afirmou que seu país não aceitaria um assento permanente para guardar lugar para a Alemanha. Melo Franco sugeriu, então, que a Espanha representasse o ramo dos países hispano-americanos²⁴².

Antes que obtivesse instruções, enviou, em 20 de setembro, carta confidencial aos representantes da Grã-Bretanha (Robert Cecil), da França (Léon Bourgeois) e da Suécia (Hjalmar Branting), em que defendeu a candidatura brasileira a assento permanente, com argumentos semelhantes aos utilizados por Domício da Gama e por Gastão da Cunha: o tamanho do país e de sua população, o volume de sua contribuição à Liga e a representação das Américas. Acrescentou que a ocupação de assentos temporários até a entrada dos Estados Unidos e da Alemanha permitiria a representação de dois grupos étnicos ibero-americanos no Conselho, um pela Espanha, em nome dos países que fizeram parte "de grande império colonial", e outro pelo Brasil, "única Nação de raça e língua portuguesas na América, e cuja população e território eram superiores aos de todos os outros países latino-

²⁴⁰ GARCIA, 1994, p. 59.

²⁴¹ FRANCO, 1955, p. 1173.

²⁴² SANTOS, 1996, p. 175.

-americanos reunidos". Obteve resposta positiva da França, da Bélgica e da Itália²⁴³ e contrária da Grã-Bretanha que, embora tenha apoiado a reeleição brasileira como membro provisório²⁴⁴, opôs-se ao aumento do número de assentos do Conselho. A ideia de representação temporária das Américas também não foi bem recebida pelo presidente Arthur Bernardes. Félix Pacheco enviou, em 21 de setembro, a Melo Franco, as seguintes instruções:

[...] sua sugestão de a Liga eleger o Brasil e a Espanha, para ficarem guardando respectivamente os lugares dos Estados Unidos e da Espanha, talvez denote fraqueza de nossa parte na sustentação da nossa justa aspiração. Conviria não ladearmos assim tão frouxamente a questão. Creio ser melhor enfrentá-la resolutamente, deixando mesmo esboçar, sem caráter de ameaça, mas como coisa possível de entrar na cogitação do nosso governo, nossa retirada da Liga, em cujo Conselho pensamos que o Brasil, por todos os títulos, tem direito a lugar proeminente.

Apesar da recomendação da Assembleia anterior sobre a conveniência da rotatividade da categoria de membros não permanentes e da objeção à reeleição brasileira manifestada por delegado chileno em reunião de países latino-americanos²⁴⁵, Melo Franco pleiteou e obteve a manutenção do país como membro provisório. Foi decidida a ampliação do Conselho para incluir um segundo país latino-americano, sendo assim também eleito o Uruguai, como membro não permanente²⁴⁶. O Uruguai obteve 40 votos, o Brasil, 34, a Bélgica e a Suécia, 32 e a Espanha e a

²⁴³ SANTOS, 1996, p. 176.

²⁴⁴ GARCIA, 1994, p. 61.

²⁴⁵ FRANCO, 1955, p. 1174 e 1.175.

²⁴⁶ SMITH, 1991, p. 169.

Tchecoslováquia, 30^{247} . A China, que deixou o Conselho por força de problemas internos no país, foi substituída pela Tchecoslováquia.

As dificuldades europeias com a Alemanha prosseguiam em razão do não pagamento de reparações de guerra. Em 27 de outubro, tropas francesas ocuparam as áreas renanas de Bonn e Wiesbaden. Em contexto econômico no qual um pão custava 200 bilhões de marcos, Hitler tentou – sem êxito – golpe de Estado no putsch de Munique. Na Itália, foram dissolvidos os partidos não fascistas.

1924 – LIGA DAS NAÇÕES – A PRETENSÃO DE ASSENTO PERMANENTE NO CONSELHO

Em 1924, continuou a ascender o nazismo-fascismo na Europa e, logo no início do ano, na Itália, Mussolini dissolveu a Câmara dos Deputados. Na União Soviética, após a morte de Lênin, Joseph Stalin torna-se o homem forte no governo. Nesse contexto mundial dominado por questões europeias, voltou Melo Franco a ser nomeado, em março, embaixador junto à Liga das Nações. O Brasil criou uma missão permanente em Genebra²⁴⁸, com quatro diplomatas e cinco assessores²⁴⁹. Não foi o único país a fazê-lo, embora nenhuma grande potência, com exceção do Japão, tenha procedido dessa forma²⁵⁰.

²⁴⁷ SANTOS, 1996, p. 178.

²⁴⁸ SILVA, G. E. N. (1989, p. 17) informa que a iniciativa brasileira causou espécie entre alguns juristas, mas Clóvis Beviláqua demonstrou o acerto jurídico da medida.

²⁴⁹ CASTRO (1983, p. 272) informa que a delegação se compôs do: embaixador Melo Franco, ministro Frederico de Castello Branco Clark, primeiro-secretário Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, segundo-secretário Sylvio Rangel de Castro, e dos Assessores: contra-almirante Antonio Carlos de Souza e Silva (assuntos navais e aéreos), major Estevão Leitão de Carvalho (assuntos militares), Affonso Bandeira de Mello (assuntos trabalhistas), Elizeu da Fonseca Montarroyos (trânsito e comunicações) e Júlio Barbosa Carneiro (questões econômicas e financeiras).

²⁵⁰ SANTOS (1996, p. 108, nota 51) observa que muitos autores se equivocaram ao afirmar que o Brasil foi o primeiro país a estabelecer uma delegação permanente junto à Sociedade das Nações. Informa que cerca de 20 países procederam da mesma forma, inclusive três latino-americanos.

As preocupações com a Alemanha pareciam diminuir. Em 1º de abril, Adolf Hitler foi condenado a cinco anos de prisão pelo abortado *putsch* de Munique e, duas semanas depois, Berlim concordou em cumprir novo plano de pagamentos de reparações de guerra. Na Itália, porém, o fascismo avançava: em eleições, realizadas em abril e controladas pelos fascistas, Mussolini obteve a aprovação de 65% dos eleitores.

Para esse instável campo europeu, Raul Fernandes foi enviado, em junho, em missão especial com o objetivo de obter apoio à pretensão brasileira de ter um assento permanente no Conselho da Liga. Ao final do mês, divulgou-se o relatório da missão inglesa, chefiada por Edwin S. Montagu, com sugestões sobre a economia brasileira. Uma rebelião militar em São Paulo, ocorrida em 5 de julho, ocupava a atenção nacional. Tropas da guarnição federal revoltaram-se e receberam a adesão de batalhões da força pública paulista. Unidos, os revoltosos formariam a Coluna Prestes²⁵¹.

Na Europa, continuavam a diminuir as tensões com o governo alemão e, em 17 de agosto, as tropas francesas e belgas retiraram-se de Ruhr, diante da assinatura pela Alemanha de novo protocolo sobre reparações de guerra.

A delegação brasileira em Genebra procurava ter participação ativa na Liga das Nações. A V Assembleia²⁵² aprovou um protocolo sobre solução pacífica de controvérsias, conhecido como Protocolo de Genebra, em que tratava de assistência imediata e obrigatória a um país atacado²⁵³. Entretanto, a questão principal a que se dedicaria Melo Franco – a aceitação do país como membro permanente do Conselho – não demoraria a se fazer presente.

²⁵¹ GARCIA, 1999, p. 66.

²⁵² SANTOS, 1996, p. 106, nota 47, informa que, além dos que já se encontravam em Genebra, integraram a delegação brasileira também Raul Fernandes e Afonso Bandeira de Mello (secretário-geral do Conselho Nacional do Trabalho).

²⁵³ CARVALHO, 1998, p. 387.

Em 29 de setembro, a Alemanha se dirigiu a todos os membros do Conselho para consultar sobre sua entrada na Liga e assegurar-se de que teria um assento permanente naquele órgão. O consultor jurídico do Itamaraty, Clóvis Bevilácqua, deu, em 23 de outubro, parecer favorável à aprovação de uma minuta de resposta à Legação alemã afirmando, *inter alia*:

Li com atenção o esboço de resposta à legação alemã [...]. O espírito geral desse esboço conquistou meu aplauso, porque acentua a nossa situação de país americano, alheio às prevenções que os Estados da Europa nutrem uns em relação aos outros, por motivos que lhes são particulares; e porque, sem comprometer o nosso voto, antecipadamente, reconhece o direito que tem a Alemanha de entrar para a Sociedade das Nações, com um lugar no Conselho. Realmente assim é. A Alemanha, apesar de vencida, é um grande país, de alta cultura, que deve fazer parte desse organismo superior, em que as nações, inspirando-se nos sentimentos de justiça, se congregaram para garantir a paz do mundo e firmar a rigorosa observância dos preceitos do Direito Internacional. 254

Félix Pacheco respondeu, em 1º de dezembro, à Embaixada da Alemanha que o Brasil apoiaria o pleito germânico, mas expressou interesse em que "as questões concretizadas nos desejos expressos pela Alemanha não deviam ser tratadas de governo a governo, mas, de preferência, expostas e discutidas em conjunto pelos membros da Sociedade, no seio desta"²⁵⁵.

O tema da ampliação no Conselho não tinha maior desenvolvimento e Melo Franco buscava ativa participação brasileira na Liga. Na 32ª Sessão do Conselho, realizada em Roma entre 8 e 13

²⁵⁴ TRINDADE, 1984, p. 182.

²⁵⁵ FRANCO, 1955, p. 1233.

de dezembro, sob sua presidência, discutiu-se sobre minorias na Lituânia. O embaixador brasileiro considerou, na ocasião, que não seria válido para o continente americano o conceito histórico de minoria. Seu parecer, lido em 9 de dezembro, ganhou relevância internacional:

The mere co-existence of groups of persons forming collective entities, racially different, in the territory and under the jurisdiction of a state is not sufficient to create the obligation to recognize the existence in that state, side by side with the majority of its population, of a minority requiring a protection entrusted to the League of Nations. In order that a minority, according to the meaning of the present treaties, should exist, it must be the product of struggles, going back for centuries, of perhaps for shorter periods between certain nationalities, and of the transparence of certain territories from one sovereignty to another through successive historic phases.²⁵⁶

Na V Assembleia, o Brasil foi reeleito para o Conselho, tendo sido a seguinte votação: Uruguai, 43 votos; Brasil e Tchecoslováquia, 40 votos; Suécia, 37 votos; Espanha, 36 votos e Bélgica, 34 votos²⁵⁷.

O ano que se iniciara com bons augúrios em relação à Alemanha encerrou-se com novos fatos preocupantes. Em 20 de dezembro, Hitler foi colocado em liberdade condicionada, após ter cumprido apenas oito meses dos cinco anos de prisão para os quais fora sentenciado pelo *putsch* de Munique.

²⁵⁶ SOARES, A. T. (1970, p. 27-28) observa que o texto encontra-se reproduzido pela Enciclopédia Britânica.

²⁵⁷ SANTOS, 1996, p. 181.

1925 – Liga das Nações – A reivindicação de assento permanente no Conselho

Durante o tempo em que a Liga das Nações ocupava-se com a direção do Itamaraty, um assunto relativo à fronteira com a Colômbia era tratado em Washington pelo encarregado de negócios, Samuel de Souza Leão Gracie. A ressalva brasileira ao Tratado Salomón-Lozano estava impedindo a ratificação desse acordo e decidiu-se recorrer aos bons ofícios do governo dos Estados Unidos. Estes foram exercidos com êxito e, em 4 de março, firmou-se ata entre o secretário de Estado, Charles Hughes, e os representantes do Brasil, da Colômbia e do Peru, pela qual ficou decidida a assinatura da convenção para estabelecer o limite colombiano-brasileiro na linha Apaporis-Tabatinga, bem como a livre navegação do rio Amazonas e outros rios comuns aos dois países²⁵⁸.

O almirante Souza e Silva, que participava das sessões de desarmamento em Genebra, enviou cartas a Félix Pacheco nas quais expressou a confiança na obtenção de um assento permanente no Conselho da Liga²⁵⁹. O chanceler brasileiro instruiu, em abril, o novo embaixador em Londres, Régis de Oliveira, para tratar com o governo britânico do interesse brasileiro em um assento permanente no Conselho da Liga, além de buscar um acordo sobre a fronteira com a Guiana. Régis de Oliveira apresentou a Chamberlain memorando com longa argumentação a favor da candidatura brasileira, inclusive a ideia de equilíbrio entre continentes no Conselho²⁶⁰.

A primeira oportunidade que teve Melo Franco para expor as pretensões brasileiras apresentou-se em maio, quando o

²⁵⁸ BARROS, 1943, p. 49.

²⁵⁹ HILTON, 1980, p. 352.

²⁶⁰ SANTOS, 1996, p. 184-86.

embaixador brasileiro dirigiu-se aos demais membros do Conselho para reivindicar um assento permanente, fundamentando-se no argumento de que o continente americano se faria representar naquele órgão pelo Brasil²⁶¹.

O tema não apresentou progressos relevantes nos meses seguintes e a delegação brasileira prosseguiu seu trabalho de ativa participação nos temas tratados. Assim, na Sessão Plenária de 15 de setembro, Raul Fernandes lamentou o malogro do protocolo de Genebra, rejeitado pela Grã-Bretanha. Frederico Castello Branco Clark expôs a visão brasileira com respeito à questão do desarmamento afirmando que

[...] os países latino-americanos do chamado grupo ABC, único que possui alguns elementos de valor militar na América Meridional, está mais desprovido de armamentos do que o grupo europeu escandinavo, estando estes países longe de atingir ao mínimo de eficiência militar compatível com a segurança nacional, de conformidade com o art. 8º do Pacto da Liga das Nações.

Não obstante, concluiu o diplomata brasileiro estar o Brasil "disposto a aceitar discussão sobre qualquer plano com o fim de tornar possível a preparação de uma limitação geral de armamentos de todas as nações, na fase dos Tratados de Paz de 1919"²⁶².

A VI Assembleia renovou mais uma vez o mandato do Brasil como membro não permanente do Conselho, com a maior votação: 43 votos. Os demais obtiveram os seguintes apoios: Uruguai, 40 votos; Espanha e Tchecoslováquia, 35 votos; Suécia, 34 votos e Bélgica, 32 votos²⁶³.

²⁶¹ FRANCO, 1955, p. 1234.

²⁶² TRINDADE, 1984, p. 241.

²⁶³ SANTOS, 1996, p. 188.

Ainda no começo do outono setentrional, o grupo de países latino-americanos reuniu-se para discutir proposta de que se adotasse revezamento para a escolha de membros temporários. Melo Franco sustentou a proposta brasileira de tornar-se membro permanente e concordou com a ideia da rotação, desde que a partir do ano seguinte. A Assembleia aprovou proposta da Venezuela a respeito de renovação dos assentos não permanentes nas eleições do ano seguinte²⁶⁴.

Em Locarno, no dia 16 de outubro, a Alemanha concluiu com a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, a Itália, a Polônia e a Tchecoslováquia pactos de segurança mútua que seriam assinados, em Londres, no mês seguinte²⁶⁵. Pelos documentos, o governo de Berlim concordara em entrar para a Liga das Nações, assumindo a obrigação de resolver litígios de forma pacífica²⁶⁶.

Melo Franco dirigiu-se, em novembro, a Paris, onde visitou o ministro do Exterior da França, Aristides Briand. O embaixador brasileiro ouviu de Briand notícias positivas: a confirmação de que a Alemanha seria admitida e de que o governo francês proporia aumento do número de membros permanentes para incluir o Brasil, a Espanha e a Polônia. No mesmo mês, porém, Melo Franco teve conhecimento de desenvolvimento negativo: representantes de países latino-americanos, em gestão coletiva no Quai d'Orsay, declararam-se contrários à criação de um assento permanente único para o continente americano, manifestando preferência por três novos assentos provisórios para a região.

²⁶⁴ GARCIA, 1994a, p. 71; 1994b, p. 11.

²⁶⁵ SANTOS, 1996, p. 119, nota 83.

²⁶⁶ KISSINGER, 1994, p. 274.

1926 – Liga das Nações – O malogro da pretensão brasileira no Conselho

No início do ano de 1926, os acontecimentos relativos à composição do Conselho se precipitariam em razão da assinatura do Tratado de Locarno. A França propôs, em fevereiro, o ingresso da Polônia juntamente com a Alemanha como membro permanente do Conselho da Liga²⁶⁷. A Grã-Bretanha opôs-se à proposta francesa, e a própria Alemanha declarou que desejava entrar sozinha (isto é, sem a companhia da Polônia), no que foi sustentada pela Suécia. A Espanha ameaçou vetar a entrada da Alemanha e retirar-se da Liga, caso ela insistisse em ingressar sozinha²⁶⁸.

Félix Pacheco instruiu o embaixador em Washington a buscar o apoio dos Estados Unidos, embora não fossem membros da Liga. O secretário de Estado Frank B. Kellogg explicou ao embaixador brasileiro em Washington, Silvino Gurgel do Amaral, que a Liga constituía tema delicado para seu governo e, embora demonstrando simpatia pelo pleito brasileiro, criticou abertamente a diplomacia arriscada por parte do Brasil. De forma profética, previu o ingresso da Alemanha no Conselho, o que poderia obrigar o Brasil a retirar-se de Genebra. Informou que o Chile estava secretamente se opondo ao ingresso brasileiro e que os países hispano-americanos estavam pleiteando um terceiro assento provisório para a América Latina, em vez de um lugar permanente para o Brasil²⁶⁹.

Toda essa situação dificultava a candidatura brasileira. Uma notícia do correspondente do jornal *Le Temps* divulgou na Europa a pretensão brasileira de se candidatar a um lugar permanente,

²⁶⁷ FRANCO, 1955, p. 1238.

²⁶⁸ LYRA, 1972, p. 137, concluiu, com base na sua experiência como diplomata servindo em Genebra na ocasião, que a Alemanha não concordava em absoluto com a candidatura da Polônia e, apenas para ser consequente, também se opunha a que o Brasil e a Espanha se tornassem membros permanentes do Conselho.

²⁶⁹ SMITH, 1991, p. 171.

causando reações contrárias²⁷⁰. Melo Franco solicitou instruções diretamente do presidente que se encontrava em Petrópolis. Arthur Bernardes respondeu:

Creio que seremos fatalmente ludibriados, como você mesmo prevê, se não insistirmos agora pela nossa entrada, juntamente com a Alemanha [...]. Assim sendo, julgo preferível votar contra qualquer aumento do número de membros permanentes, desde que o Brasil e a Espanha não sejam contemplados.²⁷¹

Os atos finais da questão se desenrolariam rapidamente durante o mês de março. No dia 5, em correspondência à Legação Alemã no Rio de Janeiro, Félix Pacheco afirmou:

[...] o governo do Brasil tem a honra de comunicar oficialmente ao governo da Alemanha a candidatura do Brasil a um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações e que apoiará com prazer o pedido da Alemanha, uma vez que ela não seja a única a ingressar, como membro permanente, no Conselho, e não embarace a legítima aspiração do Brasil.²⁷²

Reuniu-se a Liga, no dia 8, em sessão extraordinária da Assembleia²⁷³ para tratar do pedido de ingresso da Alemanha como membro permanente do Conselho, paralelamente à sua 39ª Sessão Ordinária²⁷⁴. Com o anúncio da candidatura da Alemanha, apresentaram-se também como pretendentes a assentos

²⁷⁰ SOARES, J. C. M. 1927, p. 127.

²⁷¹ FRANCO, 1955, p. 1239-40.

²⁷² TRINDADE, 1984, p. 186.

²⁷³ SANTOS (1996, p. 107) informa que, além dos diplomatas em Genebra, integraram a delegação brasileira à Assembleia Extraordinária também Luiz de Souza Dantas, Raul Régis de Oliveira (embaixador em Londres) e Caio de Melo Franco (segundo-secretário da Embaixada em Paris).

²⁷⁴ GARCIA, 1994, p. 87.

permanentes Polônia, Espanha e Brasil²⁷⁵. Melo Franco recebeu, então, a informação de que, se não fosse aceita como membro permanente do Conselho, a Espanha se retiraria da Liga, mas não vetaria a entrada da Alemanha.

O representante da Grã-Bretanha – em atitude que revelava sua preocupação como proponente do Pacto de Locarno – entregou a Régis de Oliveira um *aide-mémoire* em que indicava acreditar que a pretensão brasileira colocava em perigo a consolidação da paz, objetivo capaz de ser alcançado com o ingresso da Alemanha. O memorando, que Melo Franco se recusou a aceitar²⁷⁶, dizia, *inter alia*:

E se agora, justamente quando essa esperança está prestes a realizar-se, quando todo o trabalho destes últimos 15 meses, para a consolidação da paz, está em jogo, se o Brasil viesse, por motivos pessoais e por não ter sido satisfeito o seu desejo, reduzir a nada todos os nossos esforços, os meus patrícios nunca o esqueceriam [...]. O Brasil seria considerado como tendo sacrificado os interesses da Sociedade das Nações, e mesmo do mundo inteiro, pelos seus interesses pessoais.

A situação do ponto de vista das pretensões brasileiras se tornava cada vez mais difícil. Em novo golpe vindo da América Latina, durante reunião do Conselho realizada no dia 10, o Uruguai declarou seu voto a favor da proposta alemã. Melo Franco, em discussão com o representante sueco que defendia a entrada apenas da Alemanha, mencionou, pela primeira vez, a possibilidade do veto brasileiro.

²⁷⁵ CARR, 1947, p. 100.

²⁷⁶ GARCIA, 1994, p. 88, com base em Heitor Lyra.

A questão finalmente veio à votação em 12 de março. Todos os membros do Conselho votaram a favor da admissão da Alemanha, exceto o Brasil. Melo Franco não chegou a exercer o veto pedindo ao Conselho prazo para consulta ao Rio de Janeiro. Enviou telegrama à Secretaria de Estado em que afirmou:

[...] diante do impasse em que nos achamos, reputo um erro funesto assumirmos a responsabilidade do veto. Como defensores da arbitragem faremos cair o sistema de pactos dessa natureza, contraídos em Locarno, e assumiremos a tremenda responsabilidade da anulação dos tratados concernentes à política e à paz da Europa, quando todos os outros membros do Conselho recuam diante desse gravíssimo perigo... Parece certo que a Espanha e a Polônia se retirarão da Liga, e isso quase nos obriga a idêntica atitude. É a solução que eu proponho, depois de madura reflexão. Rogo urgentíssima resposta, antes de 24 horas.

A resposta recebida foi de exercer o veto:

[...] V. Exa. além de outros argumentos... dirá, verbalmente ou por escrito, que o Brasil, julgando desarrazoada e injusta a entrada de mais uma Nação para o quadro permanente, sem que nele fique representado um grande continente como a América, lamenta ter de votar contra qualquer proposta que vise à criação de mais um só lugar permanente no referido Conselho.²⁷⁷

A Imprensa europeia criticava fortemente a posição brasileira, atribuindo-lhe a recusa de um assento permanente à Alemanha no dia 13 de março. No dia seguinte, divulgou-se que a Suécia renunciaria seu assento permanente para cedê-lo à Polônia, de

modo a permitir o ingresso da Alemanha, sem a necessidade do aumento de lugares. A Tchecoslováquia anunciou estar pronta para agir da mesma forma que a Suécia. Aumentou, então, a pressão de todas as delegações sobre a brasileira. O *Times* de Londres criticou, na sua edição do dia 16, a atitude brasileira:

O Brasil está ainda mantendo a ameaça de impedir a admissão da Alemanha na Sociedade das Nações, a menos que lhe seja dado imediatamente um lugar permanente no Conselho. É difícil dizer que possíveis vantagens espera o Brasil obter com tal ato de sabotagem, pois causando temporariamente grande dano à Liga das Nações ele prejudicaria irreparavelmente sua própria situação e prestígio em Genebra, arruinaria a possibilidade, ainda palpável, de tornar-se um dia membro permanente do Conselho, e perderia, provavelmente, seu lugar temporário nas próximas eleições da Assembleia.

A pressão sobre o Brasil aumentava. Os delegados latino--americanos pediram a Melo Franco que transmitisse ao presidente Bernardes apelo para que desistisse do veto²⁷⁸. No Conselho, o Uruguai comunicou a posição latino-americana em contraste com a brasileira²⁷⁹. No dia 17, Melo Franco transmitiu o pedido latino--americano ao presidente Arthur Bernardes²⁸⁰.

Finalmente, na sessão da Assembleia da Liga realizada no dia 18 de março, o embaixador brasileiro leu o discurso pelo qual o Brasil exerceu o direito ao veto²⁸¹. Falando, em seguida, Sir Austen Chamberlain assegurou que o problema seria resolvido em

²⁷⁸ SOARES, J. C. S. (1927, p. 130 e 135) reproduz a nota latino-americana.

²⁷⁹ FRANCO, 1955, p. 1246.

²⁸⁰ SANTOS, 1996, p. 205.

²⁸¹ FRANCO, 1955, p. 1248.

setembro e o chefe do governo francês afirmou ser inadmissível que um organismo como a Liga ficasse sujeito a "tais paralisias humilhantes"²⁸².

A Liga constituiu, em maio, uma comissão de estudos a respeito da composição do Conselho. O Brasil discordou da forma como seus trabalhos se conduziam e expôs suas críticas²⁸³. Definiu-se o rompimento brasileiro com a Liga quando Melo Franco recebeu instruções, em 2 de junho, para renunciar ao assento no Conselho e ler declaração cujo texto lhe foi transmitido²⁸⁴. Não concordando com os termos da declaração enviada, propôs texto alternativo mais ameno. Recebeu, então, instruções do próprio presidente Bernardes para que lesse o texto enviado pela Secretaria de Estado. O embaixador respondeu que optava, nesse caso, pela renúncia a seu cargo. O presidente recuou e concordou em que a leitura fosse adiada. Melo Franco informou que se limitaria a entregar o texto, sem lê-lo. Bernardes aceitou essa proposta. Melo Franco leu, no entanto, seu próprio texto, em reunião de 10 de junho, afirmando *inter alia*:

[...] tout cela, [...] a amené le Brésil à la conviction qu'il était juste et qu'il était nécessaire de procéder à une réorganization du Conceil de la Société des Nations s'inspirant du príncipe de l'égalité de traitement entre les continents et tenant compte de la circonstance que les États d'Amérique forment le tiers du nombre total des Membres de la Société [...].

Le Brésil ne s'est jamais arrogé le droit de représenter au Conseil ses frères d'Amérique; ni une pareille représentation ne serait possible, attendu que les États

²⁸² SOARES, J. C. S., 1927, p. 137, nota 1.

²⁸³ GARCIA, 1999, p. 67.

²⁸⁴ FRANCO, 1955, p. 1263.

Membres du Conseil ne sont point des représentants politiques des autrês États du même continent dont ils font partie.

Mais, par ailleurs, il ne peut pas être contesté au Brésil le droit de formuler une reivindication fondée sur un intérêt continental, car ce droit procède de la communauté des intérêts, d'où il s'ensuit que chaque cointéressé a la faculté de demander pour *les dits intérêts la protection juridique nécessaire*.

Le Brésil n'a pas besoin d'un mandat préalable de la part des autrês États du continent américain pour être à même de faire valor un droit qu'il possède en commun avec eux.²⁸⁵

Paralelamente, o presidente Bernardes convocou, no dia 11, o embaixador dos Estados Unidos, Edwin Morgan, a quem informou, de forma aberta, que com a retirada da Liga, o Brasil passaria a intensificar suas relações com as repúblicas americanas e especialmente os Estados Unidos, desassociando-se de assuntos europeus²⁸⁶.

As autoridades no Brasil, parecendo não se contentar com a ação de Afrânio de Melo Franco em Genebra, determinaram comunicação direta do Rio de Janeiro à Sociedade das Nações e, no dia 12, a Secretaria de Estado enviou telegrama diretamente ao secretário-geral da Liga para anunciar a retirada brasileira²⁸⁷.

Le Brésil, dans l'exposé dês motifs envoyé à l'ambassadeur, M. de Melo-Franco, et communiqué aux Membres de la Société dês Nations, a renoncé, comme Votre Excellence le

²⁸⁵ SOARES, J. C. S., 1927, p. 298-308.

²⁸⁶ HILTON, 1980, p. 353.

²⁸⁷ FRANCO, 1955, p. 1266-69.

sait, à sa place de Membre temporaire du Conseil. L'exposé disait à la fin que le Brésil attendait l'opportunité pour compléter son acte en déclinant l'honneur d'être Membre de la S.d. N. En recevant maintenant la convocation pour l'Assemblée ordinaire de Septembre à laquelle il ne peut plus comparaître, il se sent dans le devoir de déclarer que cette circonstance lui impose la nécéssité de formuler des maintenant, comme, en effet, il la formule par la présente communication, as résolution de se retirer de la Société des Nations, cette dépêche devant être considerée comme avis préalable selon la partie finale de l'article 1er du Pacte. 288

Por Decreto de 15 de julho, o presidente Arthur Bernardes extinguiu a delegação brasileira em Genebra. Todo o esforço internacional para permitir o ingresso da Alemanha na Liga das Nações baseando-se nos acordos de Locarno não surtiriam, no entanto, o desejado efeito a favor da paz internacional. Um sinal do que viria deu-se logo depois quando, em 29 de agosto, o partido nazista organizou importante reunião em Nuremberg.

O Brasil não compareceu à VI Assembleia Geral da Liga das Nações, iniciada em 6 de setembro²⁸⁹. No dia seguinte, a Espanha deixou a Organização após lhe ser negado assento no Conselho que admitiu a Alemanha como membro pleno. O nazismo-fascismo crescia e, na Itália, em outubro, o Partido Fascista decretou ser o partido do governo. Mussolini assumiu o poder total e baniu toda a oposição.

²⁸⁸ SOARES, J. C. S., 1927, anexo V.

²⁸⁹ Nos 19 anos que se seguiriam, isto é, de 1926, quando saiu da SDN, até 1945, quando teve início as Nações Unidas, a diplomacia brasileira deixaria de ter experiência multilateral política equivalente.

Octavio Mangabeira

O presidente Washington Luís Pereira de Souza nomeu Octavio Mangabeira²⁹⁰ chanceler, cargo que exerceu de 15 de novembro de 1926 até a Revolução, em 24 de outubro de 1930. Sua gestão correspondeu à paz no plano internacional e a interregno de prosperidade no plano interno, exceto no final, quando sobreveio a crise internacional. Mangabeira dedicou-se à demarcação das fronteiras e a reformas do Palácio do Itamaraty, além de confirmar a decisão tomada com relação à retirada da Liga das Nações.

1927 – DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS. PREOCUPAÇÃO COM A CAPACIDADE MILITAR ARGENTINA

Em 1927, terminou o controle militar mantido pelos Aliados na Alemanha e Frank B. Kellogg, Secretário de Estado dos Estados Unidos, sugeriu a assinatura de um pacto de renúncia de guerra.

²⁹⁰ Político baiano, nascido em Salvador em 1886, Mangabeira formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica da Bahia (1905). Ainda estudante, exerceu atividade jornalística. Em 1906, tornou-se professor na mesma escola, nas cadeiras de trigonometria esférica, astronomia, geodésia, química, navegação interior e portos de mar. No mesmo ano também foi nomeado engenheiro da Comissão Fiscal do Porto da Bahia e engenheiro fiscal da companhia canadense Light and Power, concessionária de serviços do estado. Em 1907 foi eleito vereador no Conselho Municipal de Salvador, deixando os cargos de engenheiro. Dedicando-se à política, foi eleito deputado federal de 1912 até 1926. Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 279.

No Brasil, a Coluna Prestes, após diversos combates, refugiou--se, em fevereiro, na Bolívia. Mangabeira deu início a importantes esforços para demarcação das fronteiras, ressaltando-se a assinatura de acordo, em maio, com o Paraguai, cujos limites se definiram por linha no trecho do rio Apa-Baía Negra²⁹¹.

O chanceler atribuía relevância à tarefa relativa aos acordos de limites, entendendo que "elucidar limites é contribuir, de alguma forma, para desanuviar o futuro". Buscou, nas suas palavras, a

[...] definição completa do território nacional e, portanto, do mapa do Brasil, já pela conclusão dos tratados a respeito dos trechos de fronteira que ainda não se haviam definido, já pela conclusão dos acordos atinentes à demarcação das divisas ainda não demarcadas, bem como a restauração ou aperfeiçoamento das demarcações antigas.

Procurando atingir tal objetivo, o Itamaraty, sob sua chefia, negociou acordos com Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela, Argentina e Grã-Bretanha. Para a implementação dos acordos, determinou demarcações em relação a todos os territórios limítrofes.

Outro ponto importante na gestão de Mangabeira foi a criação dos serviços econômicos e comerciais do Itamaraty, tendo o ministro assim justificado a iniciativa:

[seria] um contrassenso se a organização dispendiosa que mantemos no estrangeiro se limitasse a deveres propriamente burocráticos, ou de mera representação, apenas animada, de longe em longe, nos centros mais importantes, por algum caso político, que próxima ou indiretamente nos atinja.²⁹²

²⁹¹ HIRST, 2000g.

²⁹² MAGALHÃES, A. C., 1986, p. 71-83.

A atuação internacional brasileira resumia-se a iniciativas jurídicas interamericanas. O Brasil convocou e serviu de sede para a reunião da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos no Rio de Janeiro, de 16 a 20 de maio. Seu principal resultado foi a aprovação, em nível técnico, do Código de Direito Internacional Privado e 12 convenções de Direito Internacional Privado para os Estados da América²⁹³, que seriam votadas posteriormente por representantes plenipotenciários na 6ª Conferência Internacional Americana, realizada em Havana no ano seguinte.

O afastamento brasileiro das grandes questões políticas internacionais ainda refletia a polêmica retirada da saída da Liga das Nações. Durante a administração de Mangabeira, o governo brasileiro não aderiu ao Pacto Coletivo Kellogg-Briand contra o recurso a guerras, também conhecido como Pacto de Paris, tendo alegado que não o faria por já conter a Constituição Federal dispositivo a respeito com os mesmos princípios. O Itamaraty assim relatou a decisão governamental:

Em junho de 1927, o Sr. A. Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, propôs, em nome de seu governo um pacto bilateral de amizade perpétua, no qual se estipulava a condenação do recurso à guerra, como instrumento de política nacional de cada uma das partes contratantes em relação à outra. Meses depois, o Sr. Frank B. Kellogg, Secretário de Estado americano, respondia à proposta sugerindo que o pacto se estendesse às primeiras potências do mundo e se tornasse, assim, um tratado coletivo [...]. O importante documento condena expressamente a guerra, como instrumento de política nacional [...]. O governo brasileiro deu-se pressa em responder à comunicação americana. A resposta foi transmitida em nota de 28 de agosto, dirigida ao

²⁹³ RELATÓRIO, 1927, p. 1.

embaixador americano nesta capital. Congratulandose e fusivamente com o governo dos Estados Unidos e dos demais signatários do Tratado de Paz, mostrou o governo brasileiro a sinceridade com que o fazia. Tanto maior era ela, quanto aos princípios consagrados naquele ato já se achavam na consciência brasileira, antes de serem gravados, em termos expressivos, na nossa Constituição Federal. Na verdade, o Brasil acha-se a esse respeito em situação excepcional. A condenação da guerra de agressão é um dos preceitos constitucionais e os nossos sentimentos pacifistas são tão arraigados e tão comprovados que seria desnecessária a nossa adesão ao pacto Briand-Kellogg.²⁹⁴

Preocupava-se o governo brasileiro com a situação regional, em especial com o crescimento das Forças Armadas argentinas, cujas despesas haviam triplicado entre 1919 e 1927, tendo passado de 80 mil para 243 mil pesos, isto é, de 19% para 23% do orçamento daquele país²⁹⁵. A instabilidade da região evidenciou-se quando, na manhã de 5 de dezembro, ocorreu o primeiro choque armado entre forças do Paraguai e da Bolívia no Chaco, tendo o governo brasileiro, a partir desse momento, buscado meios para obter a reconciliação entre os dois países²⁹⁶.

1928 – RETIRADA DEFINITIVA DA LIGA DAS NAÇÕES. INÍCIO DA QUESTÃO DO CHACO

Sedimentava-se no Brasil a política exterior americanista. Na VI Conferência Internacional Americana, realizada em

²⁹⁴ RELATÓRIO, 1928, p. xvi e 53.

²⁹⁵ HILTON, 1980, p. 345.

²⁹⁶ RELATÓRIO, 1928, p. 54.

Havana no início de 1928, sob a presidência de Calvin Coolidge, acentuou-se a cooperação do Brasil com os Estados Unidos. Diversos países criticaram o desembarque de fuzileiros navais americanos na Nicarágua e o secretário de Estado americano, Charles Hughes, defendeu o direito de seu país proteger a vida e os bens de seus cidadãos onde quer que se encontrassem²⁹⁷. O chefe da delegação brasileira, Raul Fernandes, recebeu instruções de Octavio Mangabeira de apoiar as propostas de Washington e de evitar divergências com a Argentina, ressaltando a necessidade de manter boa harmonia nas relações com seus delegados²⁹⁸. O próprio presidente Washington Luís interessou-se por resolução a respeito de não intervenção, favorecendo o adiamento de sua discussão²⁹⁹. O delegado brasileiro interveio para afirmar o direito dos países à independência, mas admitindo que a legítima defesa "autorize em extremos a intervenção e até a guerra"³⁰⁰.

A Mangabeira coube tomar a decisão sobre a retirada definitiva brasileira da Liga das Nações. Com a mudança de governo no Brasil, o Conselho da Liga das Nações, sob a presidência do colombiano Urrutia, formulou apelo para o Brasil e a Espanha reconsiderarem a decisão de se retirar da Organização. Hildebrando Accioly e Heitor Lyra, que haviam servido em Genebra à época da retirada, opinaram contra o retorno à Organização. Mangabeira confirmou a Urrutia a saída definitiva da Liga, alegando não haver motivos que aconselhassem a revisão da decisão tomada no governo anterior³⁰¹. Em nota de 9 de abril a Francisco José Urrutia, presidente do Conselho da Sociedade das Nações, Mangabeira afirmou:

²⁹⁷ BARROS, 1943, p. 172.

²⁹⁸ HILTON, 1982, p. 79.

²⁹⁹ HILTON, 1980, p. 362.

³⁰⁰ BARROS, 1943, p. 172.

³⁰¹ A Espanha, que havia se retirado, mas não vetado, o ingresso da Alemanha, retornou à Liga.

[...] O governo que responde atualmente pela direção do Brasil, considerando devidamente o assunto, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista moral, relendo todas as peças do processo que grava, nos seus elementos, a questão, inspirado só no pensamento de ser fiel aos deveres e às responsabilidades do país, não encontra motivos que o aconselhem a revogar uma situação que já encontrou definida, sobretudo em condições de tanta delicadeza, sem que em nada se tenham alterado as contingências que a determinaram.³⁰²

O Brasil ratificou sua retirada como membro da Liga das Nações³⁰³. Insistiu, no entanto, em manter cooperação com o organismo, até mesmo participando de alguns eventos conduzidos sob sua égide. Permaneceu, ademais, como membro da Organização Internacional do Trabalho e Epitácio Pessoa continuou a ser membro da Corte Internacional de Justiça³⁰⁴, cargo para o qual havia sido eleito em 1922³⁰⁵.

O anúncio, em junho, do pacto Kellogg-Briand surpreendeu as autoridades brasileiras e as de outros países latino-americanos. Inicialmente, o ministro Mangabeira limitou-se a informar o embaixador dos Estados Unidos, Edwin Morgan, de que a adesão brasileira exigiria autorização do Congresso, o que não esperava que pudesse ocorrer na sessão parlamentar em curso³⁰⁶. Na realidade, o documento assinado em Paris, no dia 27 de agosto, por 15 países, continuava a não ter o apoio brasileiro em razão da falta de consulta prévia durante as negociações euro-americanas,

³⁰² TRINDADE, 1984, p. 196.

³⁰³ LYRA (1972, p. 275-81) narra o processo que levou a essa decisão do Gabinete do Octavio Mangabeira.

³⁰⁴ GARCIA, 1994, p. 11-20.

³⁰⁵ HISTÓRIA, 1995.

³⁰⁶ SMITH, 1991, p. 180-81.

mas também, e sobretudo, porque poderia significar alguma forma de redução de armamentos, o que contribuiria para a não desejada manutenção da maior capacidade militar argentina³⁰⁷.

A situação na América do Sul concentrava, naquele momento, as atenções da diplomacia brasileira. Com a Bolívia – que, em 16 de setembro, assinou com o Paraguai tratado para terminar disputa de dez meses sobre fronteira – o Brasil concluiu tratado pelo qual se comprometeu a financiar a construção de uma estrada de ferro que ligasse a província boliviana de Santa Cruz de La Sierra ao território brasileiro³⁰⁸. Com a Colômbia, em novembro, o Brasil assinou, no Rio de Janeiro, uma convenção que estabeleceu a fronteira entre os dois países "a partir da desembocadura do rio Apaporis, no rio Japurá ou Caquetá [...] será uma linha reta que [...] irá encontrar a povoação de Tabatinga, na margem do rio Amazonas". Poderia assim entrar em vigor o Tratado Salomón-Lozano entre a Colômbia e o Peru, pelo qual as cidades de Loreto e Letícia passavam à primeira³⁰⁹.

Coincidiu com o período de Mangabeira o início de incidentes que transformariam em conflito armado a antiga disputa diplomática entre a Bolívia e o Paraguai a respeito do Chaco Boreal. A região, situada entre os rios Pilcomayo e Paraguai, ganhara importância no início do século XX com a descoberta e a exploração de petróleo por companhias estrangeiras: a Standard Oil, na Bolívia, e a Royal Dutch Shell, no Paraguai³¹⁰. Em 5 de dezembro, paraguaios ocuparam o forte Vanguarda, ao norte do Chaco.

³⁰⁷ HILTON (1980, p. 346) informa que um estudo da Marinha revelara naquele ano que enquanto o Brasil possuía apenas 30 navios velhos com tonelagem total de apenas 65 mil toneladas, a Argentina dispunha de 32 naves com capacidade de 114 mil toneladas, além de importante superioridade artilheira.

³⁰⁸ HILTON, 1982, p. 80.

³⁰⁹ BARROS, 1943, p. 50.

³¹⁰ KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 776.

Em represália, bolivianos tomaram as guarnições de Bogrecón e Mariscal Lopez, na região do Pilcomayo³¹¹.

Em 21 de dezembro, o presidente eleito dos Estados Unidos, Herbert Hoover, visitou o Brasil. A participação dos Estados Unidos nas importações brasileiras havia aumentado de 14% em 1914 para 26% em 1928³¹². O país estava calmo e crescendo. Os presidentes sucediam-se, desde a Proclamação da República, de quatro em quatro anos. A diplomacia brasileira no exterior, composta de 11 embaixadas e 26 legações³¹³, buscava agora atuar também em temas econômicos e comerciais.

1929 – CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL. CONFLITO DO CHACO

Entre os eventos diplomáticos internacionais mais relevantes em 1929, destacaram-se a assinatura, em Washington, do Tratado Interamericano de Arbitragem; a entrada em vigor do pacto Kellogg-Briand; e a entrega do Prêmio Nobel da Paz a Frank B. Kellogg. O ano seria para sempre lembrado, porém, pelo início da crise internacional e da Depressão, após a queda da Bolsa de Valores de Nova York.

No exercício da presidência da Conferência Pan-Americana de Conciliação e Arbitramento, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Frank B. Kellogg, obteve acordo da Bolívia e do Paraguai que assinaram, no dia 3 de janeiro, em Washington, um protocolo pelo qual se criou uma comissão de investigação e conciliação³¹⁴.

³¹¹ FRANCO, 1955, p. 1384.

³¹² HIRST, 2000e.

³¹³ HIRST, 2000i.

³¹⁴ KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 776.

Na ocasião, Kellogg, em conversa com o embaixador brasileiro, Silvino Gurgel do Amaral, realçou a influência que o Brasil poderia ter sobre outros países, caso aderisse ao pacto. Os esforços americanos não surtiram efeito, pois nem o Brasil nem a Argentina aceitaram convite para se fazer representar na comissão, ficando esta constituída de Estados Unidos, Cuba, México, Colômbia e Uruguai. A recusa brasileira, objeto de nota de Octavio Mangabeira ao embaixador dos Estados Unidos, Edwin Vernon Morgan³¹⁵, baseou-se, *inter alia*, no fato de ser país limítrofe, como explicou o Itamaraty:

[...] sendo limítrofe do território litigioso entre o Paraguai e a Bolívia e tendo acabado de firmar com esses dois países amigos tratados de limites que ainda pendiam de decisão legislativa nos ditos países, o Brasil, por escrúpulos muito naturais, não queria aceitar função de juiz em pleito no qual poderia talvez enxergar algum interesse, da sua parte. Além disso, nunca desejamos situações de relevo que pudessem melindrar susceptibilidades alheias e, no caso, a nossa abstenção só poderia ser favorável à neutralidade firme e desinteressada que temos mantido perante o litígio.³¹⁶

Em maio, Lord d'Abernon chefiou missão comercial ao Brasil³¹⁷. A Europa, enquanto isso, ainda estava às voltas com os problemas com a Alemanha que, em junho, assinou acordo provisório pelo qual não mais estaria obrigada a reconstruir as províncias francesas danificadas pela guerra, mas teria de pagar

³¹⁵ BARROS (1943, p. 88-89) transcreve a nota de Mangabeira a Morgan e afirma que a verdadeira razão para a atitude brasileira de não participar da Comissão seria o temor de uma aceitação de intermediação que "pudesse ser mal interpretada por Buenos Aires".

³¹⁶ RELATÓRIO, 1929, p. 20-21. Ver também TRINDADE, 1984, p. 214, que reproduz carta de Octavio Mangabeira a Edwin Vernon Morgan com os mesmos argumentos.

³¹⁷ GARCIA, 1999, p. 69.

1,65 bilhões de libras em quarenta anos. Nazistas fizeram, então, demonstrações nas ruas contra esses pagamentos.

Nesse ínterim, o Brasil, embora tendo recusado intermediação no conflito do Chaco, colaborou na repatriação, por Corumbá, de prisioneiros bolivianos retidos no Paraguai. Em 6 de julho, a Comissão neutra – composta do major Lester David Baker, adido militar dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e do primeiro oficial da Secretaria de Estado, Antônio de São Clemente – recebeu, em Corumbá, 21 prisioneiros bolivianos que chegaram a bordo do navio, da Marinha de Guerra paraguaia. Embarcados em lancha da flotilha brasileira, os prisioneiros foram entregues ao cônsul boliviano na baía de Cáceres, na fronteira brasileiro-boliviana³¹⁸.

O final do ano assistiria às consequências, em 30 de outubro, das baixas vertiginosas das cotações das ações na Bolsa de Nova York. Era a recessão internacional que se iniciava e coincidia com o excesso de produção brasileira do café.

1930 (JANEIRO A SETEMBRO) – VISITA DO PRESIDENTE ELEITO AOS ESTADOS UNIDOS. A DEPRESSÃO. O ESTADO DE SÍTIO. A REVOLUÇÃO

No final da República Velha, era crescente a aproximação diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos. Em junho de 1930, o presidente eleito, Júlio Prestes, visitou os Estados Unidos, tal como fizera o presidente Herbert Hoover, que viajara ao Brasil antes de sua posse. Na Imprensa americana artigos elogiavam a democracia brasileira e realçavam a importância dos dois países no hemisfério³¹⁹.

³¹⁸ RELATÓRIO, 1929, p. 22-24.

³¹⁹ HILTON, 1980, p. 363.

A Depressão nos Estados Unidos agravava-se e, em medida considerada exacerbante de seus efeitos internacionais, o presidente Hoover aprovou a Lei Smoot-Hawley sobre altas tarifas. Na Europa, a França retirou, em junho, as últimas tropas da região renana, cinco anos antes da data estipulada no Tratado de Versalhes.

Em vários países a situação difícil criada pela Depressão refletia-se em atos políticos. No Brasil, o assassinato de João Pessoa, no Recife, em 27 de julho, elevou as tensões internas, num momento em que o presidente eleito, Júlio Prestes, realizava viagem pelos Estados Unidos. Na Argentina, Hipólito Yrigoyen foi deposto, em 6 de setembro, por oficiais do Exército, liderados por Uriburu. Na Alemanha, os nazistas ganharam 107 assentos no Reichstag, tornando-se o segundo maior partido depois dos socialistas. A França começou a construir a linha Maginot na fronteira com a Alemanha.

No dia 7 de outubro, o governo decretou Estado de Sítio, quando da sedição dos governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Os Estados Unidos enviaram à costa brasileira o navio e decretaram embargo de armas para os revolucionários³²⁰. Era a eclosão da revolução que levaria a gestão de Octavio Mangabeira a suspender-se repentinamente. Nem seu chefe de gabinete, Pedro Leão Velloso, nem o diretor-geral, Zacarias de Góes, aceitaram assumir o cargo interinamente. A pasta foi transmitida a Ronald de Carvalho, oficial de gabinete de Mangabeira, que a aceitou³²¹ e, em 24 de outubro, enviou a seguinte circular telegráfica às missões diplomáticas brasileiras:

³²⁰ GARCIA, 1999, p. 69.

³²¹ LYRA, 1972, p. 53, com base em Maurício NABUCO, Maurício. *Reminiscências sérias e frívolas* (Rio de Janeiro: Pongetti, 1969).

Acaba de instalar-se no Rio de Janeiro a Junta do Governo, composta pelo general de divisão Augusto Tasso Fragoso, presidente; general de divisão João de Deus Menna Barreto e contra-almirante Isaías de Noronha. O ex-presidente Washington Luís entregou o governo hoje, recebendo todas as considerações devidas a seu alto cargo. ministros de Estado exonerados. Programa do Governo Provisório, confraternização imediata da família brasileira, manutenção de compromissos nacionais no Exterior, pacificação de espíritos dentro do país. Movimento realizado sem sangue, máxima ordem, respeito às autoridades depostas. O povo acompanhou entre aclamações o desenrolar dos acontecimentos. A cidade apresenta aspecto de dias grandes de festas nacionais. Peço dar maior divulgação à imprensa este primeiro boletim. Ronald de Carvalho, respondendo pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores.

II. A ERA VARGAS

[...] depois de Washington, é Buenos Aires o nosso mais importante posto de representação diplomática.

(Getúlio Vargas)322

O primeiro período de Getúlio Vargas se estendeu da Primeira Crise Econômica Mundial, no início da década de 1930, até o final da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um período entre os mais férteis em acontecimentos internacionais, bastando recordar que correspondeu, na Europa, à ascensão e queda do nazismo-fascismo e, em plano mais amplo, ao conflito bélico que se alastrou para várias partes do mundo.

No Brasil, os quatro primeiros anos do período coincidiram com o Governo Provisório e com o impacto do colapso da Bolsa de Valores de Nova York, tendo havido pouca atividade diplomática brasileira, salvo aquela ligada às questões sul-americanas do Chaco (1932-1935) e de Letícia (1933-1934). O período seguinte, de 1934 até 1937, em que Vargas atuou com o Congresso em funcionamento, houve uma tentativa de golpe de esquerda – a Intentona Comunista de 1935 – com claras ligações com Moscou. O terceiro período – o Estado Novo – teve início com o Golpe de

³²² HILTON, 1982, p. 80.

Estado do próprio Vargas, em novembro 1937. Pouco depois, em 1938, ocorreria outro intento de golpe de inspiração externa (putsch integralista) movimento influenciado pelo fascismo italiano. Da eclosão do conflito mundial até 1942, o mundo acompanhou as aparentes oscilações brasileiras entre o Eixo e os Aliados. Finalmente, entre 1942 e 1945, o Brasil se posicionou decididamente junto aos Aliados, tornando-se o único país da América Latina a enviar tropas aos campos de batalha³²³.

No primeiro período, a economia brasileira apresentou crescimento negativo no biênio que se seguiu à crise internacional (1930 e 1931) e no ano em que entrou no conflito mundial (1942). Cresceu, sobretudo, em 1936 e no final, entre 1943 e 1945, beneficiando-se de situação favorável criada no fim da guerra. O comércio exterior também refletiu acontecimentos internacionais, tendo aumentado o saldo comercial a partir de 1941, ou seja, após a Associação Brasileira aos Aliados, em especial aos Estados Unidos³²⁴ (Gráfico II.1).

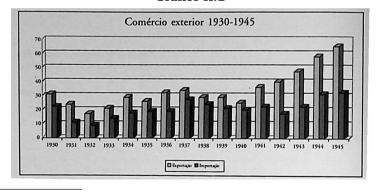


Gráfico II.1

³²³ WEIS (1993, p. 12) afirma que a FEB foi a única tropa terrestre (*group troop*) latino-americana a participar de ação militar na Segunda Guerra Mundial, deixando implícito que outros países da América Latina tiveram participação aérea ou marítima.

³²⁴ ABREU (1997a, p. 94) resume as razões para o crescimento das exportações a partir de 1941: acordos de suprimentos de materiais estratégicos aos Estados Unidos, aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados antes supridos pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, e compras importantes de carne por força de Acordo Interamericano.

A diminuição da dívida externa brasileira, ao término do governo Vargas, espelhou a melhora dos resultados externos, especialmente em 1944 e 1945 (Gráfico II.2).

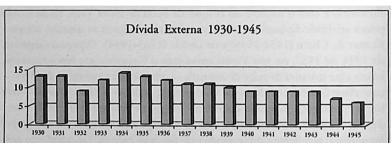


Gráfico II.2

Quando Getúlio Vargas deixou o poder, em 1945, como resultado dos saldos comerciais, as reservas em libras haviam sofrido a seguinte evolução: 1940, zero; 1941, 2 milhões; 1942, 15 milhões; 1943, 35 milhões; 1945, 40 milhões³²⁵ (Gráfico II.3).

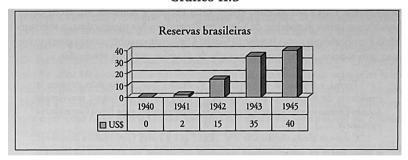


Gráfico II.3

Durante os 15 anos do primeiro período de Getúlio Vargas, seis foram os chefes do Itamaraty. Coube a Afrânio de Melo Franco a direção do Ministério durante a maior parte do Governo

³²⁵ ABREU, 1997a, p. 97.

Provisório. José Carlos de Macedo Soares ocupou a cadeira do Barão nos anos em que Vargas governou com o Congresso Nacional em funcionamento. Mário de Pimentel Brandão e, sobretudo, Oswaldo Aranha chefiaram a diplomacia brasileira na vigência do Estado Novo, este último por seis anos. Pedro Leão Velloso substituiu a Oswaldo Aranha, correspondendo-lhe o período de preparação mundial para o pós-guerra.

Afrânio de Melo Franco

Afrânio de Melo Franco³²⁶ assumiu a chefia do Itamaraty em 24 de outubro de 1930, ao instalar-se a Junta de Governo, e foi mantido no cargo quando, em 3 de novembro, esta passou a chefia do Governo Provisório a Getúlio Vargas. Permaneceria à frente do Itamaraty até 27 de janeiro de 1934³²⁷, quando o presidente aceitou seu pedido de demissão³²⁸.

³²⁶ Nascido em Paracatu, Minas Gerais, em 1870, Afrânio de Melo Franco formou-se em Direito em São Paulo (1887-91), foi promotor em Queluz (1891), Ouro Preto (1892-93), Juiz de Fora (1894-95), secretário da Legação do Brasil em Montevidéu (1896-97) e em Bruxelas (1897), Advogado em Belo Horizonte (1898-1902), deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (1903-05), professor de Direito Internacional e deputado federal (1906-09, 1909-12, 1912-15, 1915-18, 1918-21, 1921-24, 1924-27, 1927-30). Como deputado, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados, (1906-12), a Comissão de Constituição e Justiça (1912-18) e foi o relator do Projeto de Código Civil Brasileiro, de autoria de Clóvis Beviláqua (1915). Em 1917, representou o Brasil na posse do presidente da Bolívia, José Gutierrez Guerra. Durante seu mandato de deputado, exerceu a função de delegado em diversas missões diplomáticas e, nessa condição, visitou oficialmente Santiago, Buenos Aires e Montevidéu. Em 1917, foi Redator da Lei de Guerra, solicitada por Wenceslau Braz ao Congresso. Em setembro de 1918, foi nomeado secretário das Finanças do governo de Artur Bernardes em Minas Gerais e, em novembro, tornou-se ministro de Viação e Obras Públicas. Em outubro de 1919, foi delegado da 1ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington. Em 1923, chefiou a delegação brasileira à V Conferência Pan-Americana, onde foi aprovado o Pacto de Gondra. Também no mesmo ano, foi chefe da delegação brasileira à IV Assembleia da Liga das Nações. Entre 1924 e 1926 exerceu o cargo de embaixador permanente em Genebra. Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 281-82. Sua atuação na questão de Letícia lhe valeria uma indicação para o Prêmio Nobel da Paz, com o apoio de 13 países. Cf. Mônica HIRST, 2000a.

³²⁷ FRANCO, 1955, p. 1507-1508.

³²⁸ CUNHA, 1994, p. 60, nota 9.

O período do Governo Provisório, entre 1930 e 1934, correspondeu à Grande Depressão nos Estados Unidos e ao recesso mundial após o *crack* de Wall Street. O nazismo ascendeu na Alemanha, o Japão ocupou os territórios chineses da Manchúria e de Xangai e a Itália invadiu a Etiópia. As mais importantes representações diplomáticas brasileiras, no início da década de 1930, estavam localizadas na França, na Grã-Bretanha e na Itália, ocupando os Estados Unidos apenas o quarto lugar. A Europa ocupava 63% dos recursos diplomáticos brasileiros, situação que sofreria notável alteração nas duas décadas seguintes³²⁹.

1930 (OUTUBRO A DEZEMBRO) – O RECONHECIMENTO EXTERNO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO. A DÍVIDA EXTERNA

Do ponto de vista político, um dos primeiros problemas a ser enfrentado pela diplomacia brasileira no final de 1930 foi o reconhecimento do governo assumido de forma revolucionária. O levante durou três semanas e o maior número de mortes (27) ocorreu quando os revolucionários atiraram em navio alemão quando este deixava o Rio de Janeiro. A junta de oficiais do Exército depôs o presidente Washington Luís e seu sucessor eleito, Júlio Prestes, e nomeou, em 26 de outubro, Vargas como presidente do Governo Provisório. Na mesma data, o ministro Melo Franco dirigiu nota circular ao Corpo Diplomático sobre o novo governo em que, sem rodeios, anunciava a deposição do anterior por uma revolução:

Tenho a honra de comunicar a V. [Exa.] que, tendo sido deposto o presidente da República, Sr. Washington Luís

³²⁹ BIEBER (1994, p. 222) faz essa observação com base em tese de doutorado de JENKS, 1979.

Pereira de Souza, em virtude do movimento revolucionário vitorioso, ficou constituída uma Junta Governativa provisória [...].

Cabe-me ainda comunicar a V. [Exa.] que a Junta Governativa reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos no Exterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública, externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas [...].

Em 1º de novembro Vargas dissolveu o Congresso. Melo Franco enviou, no dia 3, nova circular para anunciar que Getúlio Vargas dirigiria o país e reiterou o cumprimento de compromissos internacionais por parte do Governo Revolucionário:

Em aditamento à Nota Circular de 26 de outubro último, tenho a honra de comunicar a V. [Exa.] que a Junta Governativa provisória entregou [...] à administração do país ao Sr. Dr. Getúlio Vargas, que assumiu a sua direção no caráter de chefe do Governo Provisório, como delegado da revolução vitoriosa.

O novo governo, confirmando a declaração contida na primeira comunicação, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos no Exterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida externa e a interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas [...].

Dirigindo-me a V. [Exa.], venho assegurar-lhe de que desejamos manter as relações de amizade que têm existido entre os nossos países e, para isso, pedimos o reconhecimento do novo governo.³³⁰

³³⁰ TRINDADE, 1984, p. 101.

A crise econômica mundial em 1929 tem sido associada à deposição, pela força, de quase todos os governos da América Latina na época, inclusive na Argentina, onde o presidente Hipólito Yrigoyen caiu de forma violenta, surpreendendo os que acreditavam no grau de amadurecimento político e econômico do país vizinho³³¹. Além da Argentina, em que o general José Uriburu se tornou presidente, e do Brasil, no qual a Junta Militar passou o poder a Vargas, houve agitações e golpes militares também no Peru (1930), no Uruguai (1930), em Cuba (1933) e em Repúblicas da América Central³³².

Seja por essa generalização de tomadas de poder de forma revolucionária, seja porque o Governo Provisório comprometeu-se a cumprir as obrigações internacionais, não apresentou dificuldades a aceitação externa do novo regime³³³. Os primeiros países a reconhecerem-no foram Peru (2 de novembro), Portugal, Grã-Bretanha, Bélgica, Argentina, Vaticano, Paraguai, Cuba e México³³⁴. O governo dos Estados Unidos relutou em reconhecer o novo regime, pois mantinha bom relacionamento com o anterior. Em 8 de novembro, porém, o secretário de Estado Henry L. Stimson instruiu o embaixador no Brasil, Edwin Morgan, a declarar que o governo dos Estados Unidos desejava continuar com o do Brasil as "mesmas relações amistosas que mantivera com os seus predecessores"³³⁵.

Resolvido esse problema político, era preciso enfrentar o econômico, que tinha solução mais difícil. Em consequência da crise internacional de 1929, o Brasil deixou de cumprir o

³³¹ BELLO, 1972, p. 280 e 285.

³³² HISTÓRIA, 1995.

³³³ CERVO; BUENO, 1986, p. 214.

³³⁴ VARGAS, 1995, p. 22, nota 20.

³³⁵ BANDEIRA, 1978, p. 225-26.

pagamento tanto de importações quanto de empréstimos³³⁶. Entre setembro de 1929 e agosto de 1930, as reservas brasileiras caíram para menos da metade (de 31 milhões para 14 milhões de libras) e, em 1931, haviam se esgotado. De 1928 ao biênio 1931-32, as importações reduziram-se igualmente à metade em valor ou a 60% em volume. As exportações diminuíram 16% em volume e 25% em preços³³⁷.

Em 1931, os preços do café haviam caído para apenas um terço daqueles vigentes no quinquênio anterior³³⁸, tendo-se reduzido 280% entre setembro de 1929 e setembro de 1931³³⁹. Os termos de intercâmbio deterioraram-se em 30% e a capacidade de importar em 40%. Entre 1928 e 1930, o produto industrial caiu 9% e, entre 1931 e 1932, não cresceu³⁴⁰. Em fins de 1930, a dívida pública externa brasileira era de 253 milhões de libras (dos títulos, 65% eram da Grã-Bretanha, 30% dos Estados Unidos e 5% da França). O serviço da dívida que correspondia em 1929 a 18%, em 1931 já havia aumentado para 38% das exportações do país³⁴¹.

De 1930 a 1936, houve uma redução no estoque de investimentos diretos estrangeiros e mudança na sua composição quanto à origem. No começo desse período, 48% do capital nominal estrangeiro de risco investido no Brasil eram de proveniência britânica e 16%, dos Estados Unidos. Ao final do período, a proporção norte-americana havia aumentado sensivelmente em virtude da transferência de ativos de investidores europeus para

³³⁶ ABREU; FRITSCH, 1982, p. 17-38.

³³⁷ ABREU, 1997a, p. 74.

³³⁸ HILTON, 1977, p. 30.

³³⁹ BUTLER, BUTLER, 1998, p. 112.

³⁴⁰ ABREU, 1997a, p. 74 e 82.

³⁴¹ Verbete "Dívida Externa". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 1104.

norte-americanos ou da simples contração de investimentos dos primeiros³⁴².

1931 - CAFÉ. DÍVIDA EXTERNA. CHACO

O chanceler Afrânio de Melo Franco dedicou-se, no início de sua gestão, à reforma administrativa do Itamaraty e, em janeiro, promulgou Decreto-Lei que fundiu os quadros dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores³⁴³, formados anteriormente de três órgãos separados: a Secretária de Estado, o Corpo Diplomático e o Corpo Consular³⁴⁴.

Para minorar alguns dos problemas econômicos relacionados à crise internacional, o governo tomou iniciativas voltadas à exportação de café e à dívida externa³⁴⁵. Com relação ao café, logo no início de seu mandato como chanceler, Melo Franco, juntamente com seu colega, o ministro da Fazenda José Maria Whitaker, buscou meios para abrir novos mercados, uma vez que a exportação vinha sofrendo forte queda em razão da crise mundial de 1929. Propôs aos chefes de missões diplomáticas no Rio de Janeiro a negociação de tratados bilaterais de comércio com a inclusão incondicional e

³⁴² ABREU, 1997a, p. 76.

³⁴³ HILTON, 1986-87, p. 25.

³⁴⁴ No processo de incorporação, os diretores-gerais passaram para o Corpo Diplomático como ministros de primeira classe; os ministros residentes como ministros de segunda classe, e assim por diante. Ao final da incorporação, os Corpos Diplomático e Consular ficaram compostos de 248 diplomatas: 11 embaixadores, 17 ministros de primeira classe, 11 ministros de segunda classe, 28 primeiros-secretários, 47 segundos-secretários, 27 cônsules-gerais, 38 cônsules de primeira classe, 51 cônsules de segunda classe e 18 cônsules de terceira classe. Foram estabelecidos critérios para rotatividade e prazos para aposentadoria: embaixadores aos 68 anos, ministros de primeira classe e cônsules-gerais aos 65 anos, cônsules de primeira classe aos 58 anos, primeiros-secretários aos 55 anos e segundos-secretários aos 50 anos. Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 290-295.

³⁴⁵ ABREU (1982, p. 17-38) analisa a economia brasileira e a Grande Depressão.

ilimitada da cláusula da Nação mais favorecida³⁴⁶. Como resultado da iniciativa, o Brasil assinou, entre 1931 e 1933, 31 desses tratados³⁴⁷ na maior parte com países europeus³⁴⁸, inclusive Alemanha e Itália³⁴⁹. Ainda buscando soluções para seu principal produto, o Brasil convocou, em maio, uma Conferência Internacional do Café na qual se aprovou a criação de um Bureau Internacional do Café, que se reuniria em Lausanne³⁵⁰. Tentou também formas de escambo, tais como a troca de café por barcos da Itália e trigo dos Estados Unidos³⁵¹.

Tendo percebido a potencial gravidade da Questão do Chaco, Melo Franco tratou com o embaixador dos Estados Unidos, Edwin Morgan, entre maio e junho, de chamar a atenção de Washington para o aumento da tensão entre a Bolívia e o Paraguai. Recebeu do secretário de Estado, Stimson, uma resposta evasiva³⁵².

A questão sul-americana atraía pouca atenção internacional. As grandes potências continuavam ocupadas com a situação na Alemanha e, em julho, Grã-Bretanha, Estados Unidos e França renovaram-lhe créditos por três meses para ajudá-la em suas dificuldades financeiras. Na Ásia, em setembro, tropas japonesas enviadas a Manchúria, na China, sob o pretexto de proteger uma estrada de ferro, atacaram uma guarnição chinesa. O general chinês Chiang Kai-Shek anunciou que apelaria à Liga das Nações.

³⁴⁶ BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 1351.

³⁴⁷ FRANCO, 1955, p. 1379.

³⁴⁸ MAIA (1940, p. 81) informa que, em 1931, o Brasil assinou acordos com a Grã-Bretanha, Países Baixos, Irlanda, Suécia, Alemanha, Suíça, Finlândia, Tchecoslováquia, Itália, Dinamarca, Islândia, Canadá, México, Romênia, Hungria e Noruega, todos com duração limitada.

³⁴⁹ BIEBER, 1994, p. 212.

³⁵⁰ CERVO; BUENO, 1986, p. 220.

³⁵¹ WIRTH, 1970, p. 21.

³⁵² FRANCO, 1955, p. 1385-86.

Voltando-se ao tema da dívida externa, o governo recebeu, em setembro, uma missão financeira britânica³⁵³, chefiada por Sir Otto Niemeyer, que condicionou a concessão de empréstimo a um plano de austeridade³⁵⁴. Um *funding loan* foi negociado e³⁵⁵, pelos seus termos, foram estipulados juros devidos pelo Governo Federal à Grã-Bretanha³⁵⁶, nada se dispondo sobre o serviço dos empréstimos estaduais e municipais para outros credores, sobretudo aqueles nos Estados Unidos³⁵⁷.

A difícil e instável situação financeira internacional deteriorouse quando, em 21 de setembro, o Parlamento britânico votou a supressão do padrão ouro. Nesse contexto internacional adverso, a situação no Chaco se agravou, tal como previra Melo Franco. O ministro brasileiro em La Paz, Samuel de Souza Leão Gracie, informou que o Exército boliviano dispunha de planos para ocupar fortes paraguaios no Chaco e para efetuar bombardeio aéreo de Assunção. O chanceler brasileiro transmitiu essa informação aos Estados Unidos, instando seu governo a interceder. Como resposta, recebeu de Stimson a notícia de que Washington pretendia deixar a questão na competência de uma Comissão de Investigação e Conciliação criada em 1929³⁵⁸. No final do ano, Melo Franco³⁵⁹

³⁵³ BANDEIRA (1995, p. 25) informa, com base em *memorandum* de N. Rothschild & Sons ao Bank of England, que desde 1930, durante o governo Washington Luís, aquele banqueiro inglês já pressionava para mandar o Brasil um técnico a fim de fiscalizar e reorganizar as finanças.

³⁵⁴ ABREU, 1997a, p. 75.

³⁵⁵ HILTON (1994, p. 120) informa que Whitaker iniciara a negociação do *funding* quando Oswaldo Aranha, que o substituiu na Pasta, exercia o cargo de ministro da Fazenda. Aranha a terminara relutantemente, pois teria preferido limitação dos pagamentos da dívida a saldos da balança comercial.

³⁵⁶ POTASH (1984, p. 128) lembra que Sir Otto Niemeyer também apresentou propostas ao governo argentino.

³⁵⁷ ABREU, 1997a, p. 75-76.

³⁵⁸ FRANCO, 1955, p. 1386.

³⁵⁹ ARAÚJO (1996, p. 187-90) relata as ações tomadas pelo Brasil com os governos interessados e outros países latino-americanos para encaminhar solução do litígio entre Paraguai e Bolívia a respeito do Chaco.

instruiu o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rinaldo de Lima e Silva, a apoiar os esforços da Comissão³⁶⁰.

1932 - CHACO E LETÍCIA

O mundo mergulhava na Depressão. O número de desempregados somava 14 milhões nos Estados Unidos e 5 milhões na Alemanha. Entrementes, as forças japonesas, em 31 de janeiro, tomaram Xangai na guerra iniciada após a invasão da Manchúria. Três semanas depois, Tóquio estabeleceu um governo fantoche naquela província chinesa ocupada. Na Alemanha, o Partido Nazista obteria, nas eleições, a maioria dos assentos no Parlamento. Nos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt venceria a eleição presidencial com enorme vantagem sobre Herbert Hoover, com promessas de reforma para reduzir os efeitos da Depressão. No plano interno brasileiro, a Revolução Constitucionalista em São Paulo ocuparia a atenção do governo Vargas.

No tocante à Questão do Chaco, como não prosperassem os esforços da Comissão de Conciliação, o chanceler Melo Franco aceitou a sugestão de seu colega argentino, Carlos Saavedra Lamas, em março³⁶¹, de que o Brasil e a Argentina tratassem de encontrar fórmulas para trazer fim ao conflito. A Bolívia, depois de alguma resistência inicial, passou a acatar a tese brasileira de arbitramento diplomático³⁶². Melo Franco instruiu Souza Leão Gracie, em La Paz, a sugerir uma negociação em duas etapas.

³⁶⁰ MELLO (1950, p. 408) informa que a Conferência Internacional Americana de Conciliação e Arbitramento, além de uma ata final, cujas principais resoluções se referiram à disputa entre a Bolívia e o Paraguai, também aprovou uma Convenção Geral de Conciliação, um Tratado Geral de Arbitramento Interamericano e um Protocolo de Arbitramento Progressivo. Os dois primeiros foram ratificados pelo Brasil em 15 de dezembro de 1931.

³⁶¹ FRANCO, 1955, p. 1387.

³⁶² KRAMER; FLAKSMAN, p. 776.

Quando parecia que o arbitramento do Chaco seria aceito, em 15 de junho, teve início outro conflito armado, entre a Bolívia e o Paraguai, no Forte Pitiantuta, na zona do lago Chuquisaca. Primeiramente os paraguaios – em razão da ocupação de um fortim por tropas de La Paz³⁶³ – e, em seguida, os bolivianos abandonaram as negociações em Washington.

No plano interno, em julho, estourava o movimento constitucionalista em São Paulo. Os revoltosos tentaram, sem consegui-lo, obter apoio dos Estados Unidos e adquirir armas no Exterior³⁶⁴, por intermédio do Paraguai, por onde também procuravam vender café à Argentina e obter recursos³⁶⁵.

Melo Franco propunha, com base no Pacto de Gondra, uma solução para conciliar as partes. A proposta foi aceita pelo Paraguai, mas não pela Bolívia. No final do mês, Saavedra Lamas apresentou a ideia da realização em Buenos Aires de uma reunião para preparar uma ação conjunta por parte de Argentina, Brasil, Chile e Peru. Melo Franco concordou com a iniciativa, embora tenha expressado ceticismo quanto à atitude boliviana a seu respeito.

As tentativas de solução continuavam a surgir e o Brasil apoiou, no começo de agosto, sugestão feita pela Comissão de Conciliação em Washington consistente na formulação de apelo, a ser assinado pelos demais 19 países hemisféricos, dirigido à Bolívia e ao Paraguai para que suspendessem os preparativos militares. La Paz, porém, impôs condições para a aceitação de arbitramento. Ainda em agosto, Saavedra Lamas propôs que a Comissão em Washington apresentasse a ideia de uma trégua de um mês, mantendo-se o statu quo territorial e assumindo-se o compromisso de empreender negociações posteriormente. O Brasil concordou

³⁶³ MAIA, 1940, p. 50.

³⁶⁴ GARCIA, 1999, p. 70.

³⁶⁵ HIRST, 2000b.

com o esquema, aceito pela Bolívia, mas recusado pelo Paraguai, que contestava a manutenção em poder dos bolivianos de fortes que haviam sido conquistados.

O conflito no Chaco encontrava-se nesse ponto quando teve início a segunda questão diplomática regional à qual Melo Franco devotaria sua atenção: a de Letícia. Em 31 de agosto, cerca de 250 peruanos, tanto civis quanto militares³⁶⁶, ocuparam o porto fluvial daquela cidade colombiana, localizada perto da fronteira com o Brasil. Havia apenas um decênio que a região, anteriormente peruana, fora incorporada à Colômbia por força do Tratado Salomón-Lozano. A situação era delicada para o Brasil, dada a proximidade geográfica e o fato de ter assinado a Ata de Washington de 1928 que permitira a criação daquele tratado peruano--colombiano³⁶⁷. Alegando não se tratar de ação empreendida pelo governo peruano, este se recusou a intervir. Preparou a Colômbia uma expedição militar para repelir os peruanos. Os expedicionários deveriam partir do litoral e, pelo rio Amazonas, em pleno território brasileiro, atingir o local do conflito. As embarcações colombianas foram fundeadas no porto de Belém do Pará.

A primeira oportunidade de intermediação brasileira no conflito de Letícia surgiria em outubro. Tendo os Estados Unidos recusado pedido peruano de interceder junto à Colômbia para revisar o Tratado Salomón-Lozano, o embaixador do Peru solicitou a Melo Franco que atuasse como mediador. Ao mesmo tempo, o governo em Lima decidiu propor, com base no Pacto de Gondra, a constituição de uma comissão de inquérito e conciliação. As duas iniciativas peruanas foram recusadas por Bogotá que afirmava não se tratar de questão internacional, mas de política interna

³⁶⁶ FRANCO, 1955, p. 1389, 1401 e 1448.

³⁶⁷ BARROS, 1943, p. 51-52.

a ser resolvida pela simples reocupação de Letícia por forças colombianas³⁶⁸.

O subsecretário de Estado, Francis White, também propôs intermediação brasileira na questão de Letícia ao embaixador em Washington, Rinaldo de Lima e Silva. O Itamaraty não aceitou a sugestão alegando estarem acéfalas sete missões diplomáticas americanas no Rio de Janeiro, o que impossibilitava as negociações iniciais. Não obstante, em dezembro, o chanceler Melo Franco formulou proposta de acordo para pôr fim às hostilidades. Seu plano previa a entrega provisória do território contestado ao Brasil que o devolveria à Colômbia quando se realizasse a Conferência no Rio de Janeiro para rever o Tratado Salomón-Lozano. Tanto a Colômbia quanto o Peru aceitaram os termos gerais da proposta, não chegando, porém, a acordo quanto à duração da administração brasileira do território contestado.

Ao final do ano, à medida que avançava a proposta brasileira para a questão de Letícia, fracassavam as tentativas de conciliação e arbitramento na Questão do Chaco apresentadas em Washington e também uma sugerida pelo chanceler chileno.

1933 - AINDA CHACO E LETÍCIA

No início de 1933, a situação na Europa começou a se alterar quando, em janeiro, Adolf Hitler tornou-se chanceler da Alemanha. Suprimiria os partidos políticos, exceto o nazista, que obteve votação de 92% do eleitorado. Nos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt tomou posse como presidente e nomeou Cordell Hull como secretário de Estado e Sumner Welles como subsecretário, este último que teria especial relacionamento com o Brasil.

Em janeiro, o conflito de Letícia complicou-se, quando uma flotilha colombiana partiu de Belém e fundeou em Manaus, de onde partiu para Tefé. A Liga das Nações, por meio do presidente do Conselho, escreveu à Colômbia e ao Peru, ouvindo do primeiro o argumento de que se tratava de questão interna e, do segundo, a afirmação de que a aproximação da flotilha constituía ato de agressão. Melo Franco empenhou-se em obter aceitação de sua proposta por Lima e Bogotá. No dia 13, a Colômbia considerou terminada a mediação brasileira. O chanceler brasileiro dirigiu-se ao governo colombiano nos seguintes termos:

Agora [...] que o governo da Colômbia dá por encerrada a nossa fraternal mediação, só nos resta dizer-lhe que nunca se devem considerar fechados para sempre os caminhos que nos conduzem à paz, nem dados como derradeiros os esforços para impedir o terrível flagelo da guerra. A todo tempo, o Brasil será sempre o mediador fraternal entre os seus irmãos do continente, que porventura se encontrem momentaneamente em conflito suscetível de ameaçar a paz americana.

No dia seguinte, teve início a represália da Colômbia. Sua flotilha, que seguira os rios Amazonas e Içá, acobertada por aviões, confrontou-se com aviões peruanos em águas brasileiras. No dia 15, as forças colombianas tomaram Taparacá. Na semana seguinte, a Colômbia solicitou interferência da Liga das Nações e, em resposta, seu conselho decidiu constituir uma comissão de 13 membros, além do Brasil e dos Estados Unidos, para tratar da questão. No dia 25, a Comissão apresentou proposta com quatro pontos: evacuação do território pelas forças peruanas; entrega do território a uma comissão da própria Liga; requisição, pela Comissão da Liga, de forças colombianas para manter ordem no território, sob o caráter

de tropa internacional; e negociações diretas entre as partes para solução da questão de fundo e dos problemas conexos.

O Peru recusou, em 18 de março, a proposta da enfraquecida Liga das Nações, (que acabara de perder mais um membro: o Japão a deixara em resposta a voto condenatório da invasão da Manchúria). A Colômbia prosseguiu sua ofensiva e, no dia 27, atacou e ocupou a cidade de Guepi, em pleno território peruano. A situação se agravava e, durante os meses de abril e maio, o Conselho da Liga acelerou negociações com as partes³⁶⁹. Após modificação da redação da proposta quanto à composição da tropa de caráter internacional, o Conselho da Liga das Nações obteve, em 25 de maio, acordo dos dois países litigantes. O plano, em sua essência, baseava-se na administração provisória do território por terceiros, princípio semelhante ao que propusera Melo Franco³⁷⁰. Seguindo os termos do acordo, constituiu-se comissão encarregada de administrar Letícia enquanto durassem as negociações de fundo. Compôs-se de representantes dos Estados Unidos, da Espanha e do Brasil³⁷¹.

Tendo o Paraguai formalmente declarado guerra à Bolívia em maio, o secretário de Estado interino dos Estados Unidos submeteu, em junho, ao presidente Franklin Roosevelt a proposta de retirar-se aquele país da Comissão de Conciliação para a Questão do Chaco, dados seus infrutíferos resultados após quatro anos e meio de existência. Sugeriu que o assunto fosse deixado para ser decidido pela Liga das Nações e pelos sul-americanos³⁷². No mês seguinte, após ter sido dissolvida a Comissão criada em

³⁶⁹ FRANCO, 1955, p. 1394-96, 1456, 1459, 1460-62.

³⁷⁰ VARGAS, 1995, p. 173, informa que o Brasil propusera, em 1933, solução conciliatória entre o Peru e a Colômbia, porém não foi aceita pelo primeiro.

³⁷¹ Respectivamente, o coronel do Exército Arthur Brown, o capitão Francisco Iglesias e o capitão da Marinha Alberto de Lemos Bastos.

³⁷² FRANCO, 1955, p. 1398, com base em FARRAR; BEERS, 1950, p. 341.

Washington para dirimir a questão, o ministro Melo Franco fez uma tentativa de mediação do conflito. Propôs o chanceler brasileiro confidencialmente à Argentina, ao Chile e ao Peru que, juntamente com o Brasil, formassem um bloco – ABCP – e solicitassem ao Conselho da Liga das Nações que adotasse seu plano de paz.

Entrementes, em Washington, tinha início a negociação de um tratado comercial do Brasil com os Estados Unidos. Em julho, o Departamento de Estado propôs ao Brasil negociações para estabelecer acordo comercial de reciprocidade³⁷³. Alegou riscos de maior protecionismo em decorrência de propostas no Congresso e mesmo no Executivo, inclusive a imposição de tarifas sobre o café brasileiro, e afirmou que, em troca de redução brasileira de tarifas sobre produtos norte-americanos, Washington poderia manter as principais exportações brasileiras em lista de produtos de livre importação. Por nota de 1º de agosto, o embaixador em Washington, Lima e Silva, pediu ao Departamento de Estado que apresentasse as bases do acordo³⁷⁴. No documento em que expôs sua proposta, o governo norte-americano salientou o saldo favorável ao Brasil no comércio bilateral³⁷⁵. As negociações teriam início com o novo embaixador brasileiro e ex-ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha³⁷⁶. Este notou que a principal dificuldade para que os Estados Unidos aceitassem as propostas brasileiras relacionava-se os entendimentos mantidos pelo Brasil com a Alemanha³⁷⁷. A proposta norte-americana não era atraente, pois 97%, aproximadamente, das exportações brasileiras já ingressavam

³⁷³ BANDEIRA, 1978, p. 240.

³⁷⁴ BANDEIRA, 1994, p. 145.

³⁷⁵ GAMBINI (1977, p. 90) reproduz memorando do chefe da Divisão de Negócios Latino-Americanos.

³⁷⁶ MOURA, 1980, p. 74-75.

³⁷⁷ ARAÚJO (1996, p. 114-22) descreve a negociação em Washington.

livremente nos Estados Unidos³⁷⁸. As dificuldades da dívida externa e a consequente necessidade de apoio financeiro americano terão pesado, no entanto, na decisão de negociar³⁷⁹.

Enquanto na Europa, Grã-Bretanha, França, Itália e Alemanha assinavam o Pacto de Roma obrigando-os à não agressão, a Questão do Chaco sofria evolução positiva. No dia 26 de julho, o Itamaraty publicou comunicado em que dizia terem a Bolívia e o Paraguai aceitado solicitar à Liga das Nações que nomeasse o ABCP visando procurar fórmula para restauração da paz. Melo Franco comunicou, em 23 de agosto, ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Hugh Gibson, proposta para o problema do Chaco que submetera à Argentina, ao Chile e ao Peru. Consistia de três pontos: a limitação preliminar do território paraguaio não contestado; a evacuação da parte restante do território; e um armistício inicial de 45 dias³⁸⁰.

O Conselho da Liga tomou, em setembro, decisão favorável à proposta ABCP, em seguida transmitida aos governos da Bolívia e do Paraguai. Este último aceitou o plano na sua integridade, mas o governo boliviano apresentou modificações sobre as quais não se alcançou acordo³⁸¹. Diante do impasse, em outubro, Melo Franco deu por encerrada a mediação³⁸².

O presidente argentino, general Agustín Justo, visitou o Brasil entre os dias 7 e 13 de setembro³⁸³, acompanhado de seu chanceler Carlos Saavedra Lamas. Na ocasião, assinaram Tratado

³⁷⁸ BANDEIRA, 1978, p. 242.

³⁷⁹ BANDEIRA (1994, p. 147) afirma, com base em nota de Valentim Bouças ao ministro da Fazenda, datada de 9 de setembro de 1933, que o "Departamento de Estado praticamente condicionou sua solução [da dívida externa] ao acordo de reciprocidade comercial".

³⁸⁰ FRANCO, 1955, p. 1399 e 1401.

³⁸¹ VARGAS (1995, p. 245, nota 36) observou que a Guerra do Chaco, iniciada em 1932 entre a Bolívia e o Paraguai, fora objeto de mediação sem êxito do Brasil, da Argentina, do Chile e do Peru, em 1933.

³⁸² BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 1351.

³⁸³ DANESE, 1999, p. 290.

Antibélico e Não Agressão e Conciliação, ao qual aderiram Chile, México, Paraguai e Uruguai³⁸⁴. A iniciativa do chanceler argentino, inspirada no Pacto Briand-Kellogg³⁸⁵, condenava as guerras de agressão e estabelecia o compromisso de as partes submeterem ao processo de conciliação os conflitos que não tivessem podido resolver por via diplomática³⁸⁶. O ministro Melo Franco previu na ocasião:

A Argentina e o Brasil estão, por suas condições naturais, fadados a uma aproximação cada vez maior, a uma união mais estreita, porque entre os dois países nenhum motivo de separação existe no presente, nem pode surgir no futuro.³⁸⁷

Não deixou Melo Franco de propor a Getúlio Vargas que assinasse com Agustín Justo declaração em que Brasil e Argentina exortaram a Bolívia e o Paraguai a depor armas e alcançar entendimento pacífico para a Questão do Chaco³⁸⁸. O ato teria, porém, pouco efeito: o conflito armado se estenderia ainda por mais dois anos, tornando-se o mais grave nas América no século XX³⁸⁹, e temendo-se que transformasse a Bolívia e o Paraguai "nos Bálcãs da América"³⁹⁰.

No momento em que a Europa se preocupava com o anúncio da Alemanha nazista de que se retirara da Liga das Nações, no Rio de Janeiro, tinham início, em 25 de outubro, as negociações

³⁸⁴ BANDEIRA, 1995, p. 28.

³⁸⁵ SEITENFUS, 2000, p. 30.

³⁸⁶ MELLO, 1950, p. 488.

³⁸⁷ BANDEIRA, 1995, p. 28.

³⁸⁸ KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 776.

³⁸⁹ BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 1351.

³⁹⁰ HILTON, 1977, p. 35, citando o embaixador Rodrigues Alves em comunicação de Buenos Aires.

sobre a questão de Letícia, sob a presidência de Melo Franco. Mas a atenção principal da Chancelaria brasileira voltava-se para a VII Conferência Pan-Americana, a ser realizada em dezembro em Montevidéu. Vargas enviou telegrama ao presidente da reunião concitando os participantes a encontrar solução para o conflito do Chaco. Em seu texto, Vargas fez veemente apelo" para que a VII Conferência Internacional Americana empenhasse "seus melhores esforços com o fim de fazer cessar a guerra do Chaco". Ressaltou que nenhuma questão afligia "mais dolosamente a América" naquele momento. Lembrou as iniciativas diplomáticas brasileiras para obter conciliação.

Durante a Conferência, Melo Franco manteve encontros com o secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, que insistiu na adesão do Brasil e da Argentina ao Pacto Kellogg-Briand. Após obter autorização de Vargas, Melo Franco anunciou que o país aderiria àquele instrumento, uma vez que os Estados Unidos, em troca, se comprometessem a aderir ao Tratado Antibélico que fora assinado no Rio de Janeiro por ocasião da visita do presidente argentino³⁹¹. Finda a Conferência, em 28 de dezembro, Afrânio de Melo Franco renunciou ao cargo de ministro das Relações Exteriores, que passou, então, a ser interinamente ocupado por Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

1934 (JANEIRO A JULHO) – CHACO E LETÍCIA. DÍVIDA EXTERNA E IMIGRAÇÃO

Em 1934, Roosevelt obteve do Congresso poderes para reduzir tarifas. Hitler e Mussolini se encontraram em Veneza e, na Áustria, nazistas assassinaram o chanceler Dollfuss, que dissolvera seu partido naquele país. A União Soviética foi admitida como membro da Liga das Nações. Em ato que indicava o reinício de interesse por questões internacionais, mediante nota enviada pela embaixada brasileira em Washington, em 20 de fevereiro, o Brasil formalizou a adesão ao Pacto Kellogg-Briand³⁹². Determinou-a o ministro interino, Gastão Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda, pois Melo Franco já havia se demitido.

Em fevereiro, o país tomou duas medidas com repercussão na política externa: plano sobre a dívida externa e a imigração. Quanto à dívida, o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, preparou o chamado "esquema Aranha", que visava à sua redução. No tocante à imigração, a Assembleia Constituinte aprovou emenda que limitou a corrente imigratória a 2% por ano do total de nacionais fixados no país nos 50 anos anteriores³⁹³.

Embora já não fosse ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afrânio de Melo Franco continuou a presidir as negociações entre a Colômbia e o Peru para resolver a questão de Letícia. Finalmente, em 24 de maio, as partes assinaram³⁹⁴, no salão de honra do Automóvel Clube do Rio de Janeiro³⁹⁵, o Protocolo da Amizade, que restabeleceu a soberania da Colômbia sobre Letícia³⁹⁶. O documento reafirmou a validade do Tratado Salomón-Lozano,

³⁹² MELLO (1950, p. 324, nota 1) informa que a adesão foi ratificada em 10 de abril, o respectivo instrumento depositado em Washington em 10 de maio e promulgado pelo Decreto n. 24.557, de 3 de junho.

³⁹³ GARCIA, 1999, p. 71.

³⁹⁴ BARROS (1943, p. 67) informa que assinaram pela Colômbia os Srs. Roberto Urdaneta Arbeláez, Guillermo Valencia e Luis Cano e pelo Peru os Srs. Víctor Manuel Maúrtua Uribe, Víctor Andrés Belaúnde e Alberto Ulloa.

³⁹⁵ FRANCO, 1955, p. 1483.

³⁹⁶ VARGAS (1995, p. 297) relata a alta situação de prestígio internacional para o Brasil em razão da mediação brasileira que, com a intervenção do Conselho da Liga das Nações, conduziu ao acordo que encerrou a questão, restabelecendo a soberania colombiana em Letícia.

Os sucessores do Barão Relações Exteriores do Brasil

de 12 anos antes³⁹⁷, o que implicava o reconhecimento da linha Apaporis-Tabatinga como o limite com o Brasil³⁹⁸.

³⁹⁷ GARCIA, 1999, p. 71.

³⁹⁸ HIRST, 2000c.

José Carlos de Macedo Soares (primeira gestão)

Em 18 de julho, dois dias após a promulgação da nova Constituição, Getúlio Vargas elegeu presidente constitucional do Brasil tendo obtido 175 votos, e seu rival, Borges de Medeiros, apenas 59. Nomeou, então, para a Pasta de Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares³⁹⁹, que a assumiu dez dias depois e permaneceu na chefia do Itamaraty até 31 de agosto de 1937⁴⁰⁰.

O período entre 1934 e 1937 correspondeu, na Europa, à continuação da ascensão do nazismo-fascismo. Os Estados Unidos

³⁹⁹ Nascido em São Paulo em 1883 e formado em Direito (1905), José Carlos de Macedo Soares lecionou Economia Política e Ciência das Finanças na Escola de Comércio Álvares Penteado, e fundou o jornal O Imparcial com seu irmão José Eduardo. Como empresário, presidia a Associação Comercial de São Paulo, quando da Revolta Paulista de 1924, tendo exercido importante atuação junto aos revoltosos. Terminada a Revolta, foi preso por dois meses e libertado, partindo em seguida para a Europa, permanecendo por três anos em Paris. Escreveu, então, dois livros, um sobre a Revolta Paulista e outro sobre a saída do Brasil da Liga das Nações (O Brasil e a Sociedade das Nações. Paris: A. Pedone, 1927). Ao retornar ao Brasil, apoiou o candidato Getúlio Vargas da Aliança Liberal contra Júlio Prestes, que tinha o apoio político do presidente Washington Luís. Em 1930, tornou-se secretário do Interior em São Paulo. No ano seguinte, foi nomeado embaixador junto ao Reino da Bélgica, mas não chegou a ocupar o cargo. Em 1932, exerceu algumas funções diplomáticas na Europa: em Genebra, chefiou as Delegações Brasileiras na Conferência do Desarmamento e na XVI Conferência Internacional do Trabalho; em Roma, representou o Brasil nas homenagens à memória de Anita e Giuseppe Garibaldi. Cf. KELLER; BENJAMIN, 1984, p. 3230.

⁴⁰⁰ MCCANN JUNIOR (1973, p. 35 e 37) lembra que, não tendo obtido indicação como candidato à Presidência, Macedo Soares voltou ao Gabinete de Vargas como ministro da Justiça.

e a Alemanha iniciaram disputa silenciosa pelo apoio da América Latina, em especial do Brasil, do Chile e da Argentina. Aqui – onde viviam descendentes de alemães, italianos e japoneses – a concorrência pela maior influência entre os países do Eixo e os futuros Aliados se fez sentir, sobretudo em matéria comercial. As pressões dos Estados Unidos para obtenção de solidariedade hemisférica concentraram-se na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires.

1934 (AGOSTO A DEZEMBRO) – MISSÃO WILLIAMS. FUNDING LOAN. NEGOCIAÇÕES DE ACORDO COMERCIAL COM OS ESTADOS UNIDOS E ENTENDIMENTOS COM A ALEMANHA SOBRE ESCAMBO DE CAFÉ

Sob a pressão de empresários dos Estados Unidos, John Williams, do Federal Reserve Board de Nova York, chefiou missão ao Brasil para avaliar a situação cambial do país. A chamada Missão Williams tratou da questão da dívida externa brasileira. Reconheceu ter o governo brasileiro recorrido ao controle cambial somente após o esgotamento das políticas relativas a reservas e à depreciação cambial. Concordou também em não haver por parte brasileira tratamento discriminatório com relação aos Estados Unidos no tocante a importações ou ao câmbio.

Atendendo às recomendações da Missão, em setembro, o governo liberou o controle cambial resultante de exportações, exceto de café⁴⁰¹. Acertou com seus credores externos o pagamento do serviço da dívida não incluído no *funding loan* de três anos antes. No acordo, negociado entre o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha,

⁴⁰¹ ABREU, 1997a, p. 83.

e Sir Otto Niemeyer⁴⁰², os empréstimos para a Grã-Bretanha foram novamente favorecidos⁴⁰³ em classificação, segundo critérios de qualidade, pela qual os empréstimos relativos ao café – britânicos na maioria – foram colocados nas categorias mais elevadas⁴⁰⁴. Até o final do ano, os Estados Unidos absorveriam aproximadamente 55% das exportações brasileiras de café, embora, com a queda do preço, o valor do comércio em dólares com aquele país tivesse caído de 99 milhões em 1929 para 51 milhões.

O encarregado de negócios do Brasil em Washington, conselheiro Cyro de Freitas-Valle, manteve o ministro José Carlos de Macedo Soares informado a respeito das pressões que recebeu, entre junho e setembro, do subsecretário de Estado, Sumner Welles, para que o Brasil iniciasse negociações de acordo comercial com os Estados Unidos. O chanceler brasileiro instruiu o diplomata brasileiro a aguardar decisão a respeito do tema a ser tomada pelo Conselho de Comércio Exterior. Os entendimentos somente começariam, no entanto, a partir da chegada de Oswaldo Aranha, como embaixador, em 13 de setembro ou, mais especificamente, no dia 2 de outubro, quando manteve seu primeiro encontro com Welles.

Paralelamente, o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, e Sebastião Sampaio (diplomata que ocupava o cargo de diretor-executivo do Conselho de Comércio Exterior) mantinham entendimentos com autoridades da Alemanha, que aventavam possibilidades de escambo de café por equipamentos para rodovias, navios e carvão; de algodão por bens industriais; e de cacau e borracha por bens de capital e máquinas têxteis.

⁴⁰² VARGAS, 1995, p. 42, nota 2. A missão Niemeyer teria como principal objetivo estipular precondições à concessão de novos empréstimos pela Casa Rothschild.

⁴⁰³ ABREU, 1997a, p. 84.

⁴⁰⁴ SILVA, 1989, p. 51, nota 10.

No final do ano, o mundo acompanhou o enfrentamento entre tropas da Etiópia e da Itália, num cenário em que a Liga das Nações pouco parecia poder atuar.

1935 – ACORDO COMERCIAL COM OS ESTADOS UNIDOS. VISITA DE VARGAS À ARGENTINA. A INTENTONA

Em janeiro de 1935, a Itália unificou as colônias de Cirenaica, Trípoli e Fezzan sob o nome de Líbia e uniu a Eritreia e a Somália à África Oriental Italiana. A Alemanha nazista repudiou o Tratado de Versalhes e reintroduziu sistema de recrutamento militar obrigatório. A União Soviética assinou acordos com a França, com os Estados Unidos, com a Tchecoslováquia e com a Turquia. Mussolini rejeitou proposta britânica a respeito da Abissínia e a invadiu, sendo declarada agressora pelo Conselho da Liga das Nações que lhe impôs sanções.

No Brasil, com o agravamento da crise cambial no princípio do ano, o presidente do Banco do Brasil chegou a propor a suspensão do pagamento da dívida externa. No entanto, em missão a Washington, o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, tranquilizou os norte-americanos, em 14 de janeiro⁴⁰⁵, com o compromisso de liberalizar parte do câmbio e manter o pagamento do serviço da dívida, por meio de regime pelo qual 35% das divisas de exportação seriam destinadas ao pagamento de compromisso do governo e os 65% restantes aos pagamentos não governamentais. Em Londres, o ministro negociou acordo para desbloquear os atrasados comerciais⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ WIRTH, 1970, p. 19, 26-27, 29, 33 e 42.

⁴⁰⁶ ABREU, 1997a, p. 83.

As negociações comerciais com os Estados Unidos haviam avançado e, em 2 de fevereiro, durante a missão a Washington⁴⁰⁷, Souza Costa assinou⁴⁰⁸, na mesa do presidente Roosevelt na Casa Branca⁴⁰⁹, tratado que estipulou a redução pelos Estados Unidos de tarifas para seis produtos brasileiros (entre os quais o café) e a redução da tarifa brasileira para 34 produtos provenientes dos Estados Unidos. O Brasil tornou-se, assim, o primeiro país a assinar acordo de comércio recíproco com Washington, em programa estabelecido pelo governo Roosevelt⁴¹⁰.

Num contexto mundial em que a enfraquecida Liga das Nações condenara Hitler, mas sem consequência, por reintroduzir o sistema de recrutamento militar, Getúlio Vargas efetuou visita à Argentina entre 17 de maio e 8 de junho, a bordo do navio ⁴¹¹. Tratou com o presidente Agustín Justo da Questão do Chaco, tendo ambos demonstrado empenho em alcançar êxito nas negociações que pusessem fim à guerra sul-americana. Como se encontrassem também em Buenos Aires os chanceleres da Bolívia, Tomaz Élio, e do Paraguai, Luiz Riart⁴¹², o ministro José Carlos de Macedo Soares não retornou ao Brasil com Vargas⁴¹³. Permaneceu na capital argentina para as negociações que resultaram na assinatura, em

⁴⁰⁷ MAYER; BENJAMIN, 1984, p. 961.

⁴⁰⁸ VARGAS (1995, p. 357) registra, em 3 de fevereiro de 1935: Na minha troca de correspondência particular com o Oswaldo (Aranha), venho continuamente sugerindo a necessidade de uma maior aproximação com aquele país no sentido político.

⁴⁰⁹ HILTON (1977, p. 133 e ss.) narra com pormenores as negociações comerciais com os Estados Unidos e também com a Alemanha em 1934 e 1935.

⁴¹⁰ WESSON, 1981, p. 14.

⁴¹¹ DANESE, 1999, p. 292.

⁴¹² MAIA, 1940, p. 55.

⁴¹³ VARGAS (1995) dedica várias notas à questão. VARGAS (1945, p. 245) relata as complicações nas negociações em 1934. VARGAS (1945, p. 317) registra ter a questão chegado a "seu ponto terminal com a aceitação, pela Bolívia, de princípios aceitos pelo Paraguai". VARGAS (1945, p. 381) anotou sua colaboração em 1935 para a conclusão do conflito.

12 de junho, de protocolos sobre a cessação das hostilidades⁴¹⁴, das quais o Paraguai saíra vencedor⁴¹⁵. Pelos documentos, Bolívia e Paraguai concordaram em armistício para terminar a guerra, que já durava três anos e custara a vida de 35 mil vítimas. Falhava, assim, a tentativa da Bolívia de explorar reservas petrolíferas no Chaco boreal, área pantanosa a oeste do rio Paraguai, disputada desde 1825, e utilizá-la como rota de seu embarque para exportação.

Entre a assinatura do Tratado Comercial com os Estados Unidos, em fevereiro, e sua aprovação pelo Congresso, em setembro, estabeleceu-se forte polêmica no Brasil. Os opositores afirmavam que a ratificação do acordo prejudicaria, entre outros, os produtores de algodão e açúcar e os fabricantes paulistas⁴¹⁶. Na Câmara de Deputados, representavam-nos os industriais Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. No outro lado, liderados por Valentim Bouças, os defensores do Tratado contavam com o apoio dos exportadores. A pressão norte-americana era exercida, no início, sobre a embaixada brasileira em Washington, onde o conselheiro Cyro de Freitas-Valle recebia recados do Departamento de Estado⁴¹⁷, e depois na Sede do Governo, no Rio de Janeiro. Cordell Hull deu instruções a seus diplomatas para comunicar ao governo brasileiro que, caso não fosse aprovado o Tratado, poderia haver represálias tarifárias, especialmente sobre o café. Convocado por Vargas, Lodi concordou em diminuir a pressão que vinha exercendo para que o acordo não fosse aprovado. O ministro Macedo Soares visitou os membros do Congresso para convencê-los a aprová-lo, o que ocorreu, finalmente,

⁴¹⁴ CUNHA, 1994, p. 65, nota 29.

⁴¹⁵ KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 776.

⁴¹⁶ BUTLER (1998, p. 122-23) informa que também nos Estados Unidos houve críticas ao Acordo, de parte dos produtores americanos de manganês, obrigando Cordell Hull a defendê-lo com o argumento de que 90% do manganês americano eram importados.

⁴¹⁷ D'ARAÚJO; MOURA, 1978, p. 66.

em plenário, em setembro, apurando-se 127 votos a favor e 51 contra o Tratado⁴¹⁸.

O ano ficaria marcado na história nacional menos pela negociação comercial com os Estados Unidos do que por questão de política interna com ramificações externas: a Intentona Comunista. Não faltaram informações provindas do Exterior a respeito da possibilidade de um golpe comunista. Em 18 de outubro, o subsecretário de Assuntos Externos do Foreign Office, Sir Robert Vansittart, transmitiu ao embaixador Raul Régis de Oliveira, em Londres, informações obtidas por agente inglês (Johann Graaf ou "Franz Gruber") de que estaria sendo preparado um levante comunista no Brasil⁴¹⁹. O governo inglês também comunicou ao chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que as transmitiu ao chanceler Macedo Soares, informações a respeito de Arthur Ernest Ewert, conhecido como Harry Berger, cidadão alemão que atuava na América Latina a serviço do Komintern soviético⁴²⁰. De Montevidéu, o embaixador Lucillo Bueno informou, em 8 de novembro, ter tido conhecimento de que Luís Carlos Prestes se encontraria no Brasil para iniciar movimento revolucionário⁴²¹.

A Intentona ocorreu entre 24 e 27 de novembro. A polícia logo aprisionou seus participantes, inclusive os alemães Olga Benário⁴²², mulher de Luís Carlos Prestes, e Arthur Ernest Ewert. Um mês depois, o almirante Canaris, chefe do serviço de informação do governo nazista, entregou dados sobre esses dois participantes ao

⁴¹⁸ MOURA, 1980, p. 84-87.

⁴¹⁹ HILTON, 1991, p. 64.

⁴²⁰ KELLER; BENJAMIN, 1984, p. 3231.

⁴²¹ HILTON, 1991, p. 64.

⁴²² SEITENFUS, 2000, p. 46, informa que o nome de Olga Benário seria Erna Krüger.

embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão⁴²³.

A tentativa comunista no Brasil teria repercussões no Cone Sul. No final do mesmo mês, o Uruguai rompeu relações com Moscou, em reação a informações brasileiras a respeito de ligações dos líderes da Intentona com o governo soviético, que mais tarde as negaria⁴²⁴. Ainda em novembro o presidente argentino, general Agustín Justo, ofereceu ao governo brasileiro o envio de tropas para "esmagar o comunismo"⁴²⁵.

Após a Intentona, as relações brasileiras com a Alemanha e com a Itália se incrementaram. Desta última, por acordo assinado com Roma em meados do ano, o Brasil adquiriu seis submarinos, sob o entendimento de que poderiam ser pagos por meio de mecanismo de compensação⁴²⁶. Nesse clima de bom relacionamento com o governo do Duce, o Brasil não apresentou, como outros países, protestos pela invasão italiana da Etiópia, nem aceitou o embargo proposto pela Liga das Nações em represália àquele ato de Roma⁴²⁷, posição que Benito Mussolini agradeceu ao embaixador brasileiro Adalberto Guerra Duval, quando este lhe apresentou credenciais⁴²⁸.

⁴²³ BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 157.

⁴²⁴ HILTON (1991, p. 96 e 99) informa que o delegado russo Litvinov negou a participação soviética na Intentona brasileira durante debate com o Uruguai na Liga das Nações, em 1936.

⁴²⁵ GAMBINI, 1977, p. 49.

⁴²⁶ BIEBER, 1994, p. 214.

⁴²⁷ SILVA (1970, p. 22) aponta que o Brasil se recusou, em 7 de novembro, a aplicar sanções contra a Itália, alegando não fazer parte da Liga das Nações.

⁴²⁸ HILTON, 1991, p. 112.

1936 – ACORDO COMERCIAL COM A ALEMANHA. CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE BUENOS AIRES

No ano de 1936, começaram a se alinhar forças que levariam ao segundo conflito mundial. Itália, Áustria e Hungria assinaram o Pacto de Roma. A seu turno, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos firmaram a Convenção Naval de Londres. A Itália anexou a Abissínia e Mussolini nomeou seu genro, o Conde Galeazzo Ciano, como ministro do Exterior. Na Espanha, em julho, teve início a guerra civil⁴²⁹. Constitui-se o eixo Roma-Berlim e a Itália anexou a Abissínia.

A elevação naquele ano da Legação brasileira em Berlim e da alemã no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas simbolizou a aproximação brasileira do Eixo. Com a Alemanha as relações estreitaram-se a partir de colaboração anticomunista iniciada depois da Intentona. Tinha início, então, a cooperação que compreendia ações como a expulsão de Olga Benário⁴³⁰, troca de informações e visitas. Quando, em janeiro, o chefe da Legação brasileira, Moniz de Aragão, apresentou credenciais a Hitler, este pediu que transmitisse a Vargas congratulações por ter reprimido o levante comunista⁴³¹.

Na segunda-feira, 7 de janeiro, a imprensa brasileira anunciou a prisão de Arthur e Elise Ewert, alemães que participaram da Intentona Comunista⁴³². Na semana seguinte, um funcionário

⁴²⁹ LEVINE (1998, p. 63) afirma que, ao menos, 65 brasileiros se voluntariaram para participar das Brigadas Internacionais. DULLES (1983, p. 134-142) com base em RODRIGUES, P. (1980), resume a participação de brasileiros – muitos dos quais, ex-participantes da Intentona Comunista de 1935 – nas forças republicanas entre 1936 e 1939. Paulo Roberto de Almeida, que utilizara o pseudônimo Pedro Rodrigues, mais tarde publicaria seus estudos sobre os brasileiros na guerra espanhola com seu próprio nome na *Revista de Sociologia e Política* (ALMEIDA, 1999).

⁴³⁰ MORAIS, F. 1994, p. 146-49.

⁴³¹ HILTON, 1991, p. 112.

⁴³² CANCELLI, 1997, p. 56, com base no jornal O Estado de S. Paulo, 07/01/1936.

diplomático dos Estados Unidos, Theodor Xanthaky, visitouos na prisão, uma vez que portavam passaportes americanos.
Arthur Ernest Ewert informou ser organizador político do Partido
Comunista ao qual servia havia 30 anos e pelo qual fora destacado
para trabalho na América Latina. O embaixador americano, Hugh
Gibson, que também entrevistou pessoalmente os detentos no dia
21, informou o secretário de Estado, Cordell Hull, a respeito da
visita e confirmou as atividades comunistas que exerceram nos
Estados Unidos⁴³³. Em fevereiro, a Gestapo forneceu ao embaixador
em Berlim, Moniz de Aragão, ampla documentação sobre Ewert e
sua mulher Elise. A Alemanha também localizou a identidade de
Olga Benário, após análise de arquivos de fotografias⁴³⁴.

Xanthaky visitou outro participante da Intentona, o norte-americano Victor Allan Barron, que, preso desde 28 de janeiro 435, morreria na prisão em 5 de março 436, tendo o consulado americano custeado seus funerais. O governo brasileiro despachou de volta à Europa, no dia 9 de março, uma missão da entidade civil inglesa Liga Internacional Antiescravagista, composta por *ladies* Hastings e Campbell Cameron e por J. R. Freman, que se encontrava no Brasil desde fevereiro e se manifestara sobre a situação das prisões no Brasil 437. Associações americanas, lideradas pela American Civil Liberties Union, apresentaram em Washington ao embaixador Oswaldo Aranha e ao secretário de Estado, Cordell Hull, protestos sobre a morte de Barron 438. As causas de sua morte e a atuação de Hugh Gibson no Brasil seriam ainda objeto de questionamentos no

⁴³³ CANCELLI, 1997, p. 70 e 76.

⁴³⁴ HILTON, 1991, p. 117.

⁴³⁵ SILVA, 1975c, p. 52.

⁴³⁶ SILVA, 1970, p. 13.

⁴³⁷ CANCELLI, 1997, p. 125.

⁴³⁸ SILVA, 1970, p. 178.

Congresso norte-americano. Cordell Hull respondeu às acusações de falta de proteção a cidadão americano com o argumento de que Barron estava envolvido em tentativa de derrubada do governo de país amigo⁴³⁹.

As relações com a Alemanha prosperavam. Em fevereiro, o Conselho de Comércio Exterior autorizou o início de negociações comerciais com Berlim. Vargas pessoalmente instruiu seu diretor, Sebastião Sampaio, a buscar um *modus vivendi* provisório com a Alemanha, que pudesse ser revogado em caso de discriminação comercial. Moniz de Aragão voltou a apresentar credenciais a Hitler, em junho, desta vez como embaixador⁴⁴⁰, tendo o Führer se referido novamente ao combate ao comunismo⁴⁴¹. Chegou a propor que o Brasil aderisse ao Pacto Anti-Comintern⁴⁴².

Nesse contexto de estreitamento de relações, em 6 de junho⁴⁴³, o Brasil e a Alemanha assinaram Ajuste (comercial) de Compensação com vistas a especialmente colocar algodão brasileiro no mercado alemão, mas também outros produtos como café, cítricos, couros, tabaco e carnes. No Ajuste, estabeleceram-se cotas para as exportações brasileiras e restrições às importações de produtos alemães. Em razão dessas ressalvas, o governo norte-

⁴³⁹ HILTON, 1991, p. 102-107.

⁴⁴⁰ WIRTH (1970, p. 51 e 55), informa que desde setembro de 1935 os alemães haviam solicitado à Argentina, ao Brasil e ao Chile que elevassem suas Delegações ao status de Embaixadas. Somente depois de reiterados os pedidos de Berlim, o Itamaraty intercambiou notas em novembro de 1935. Os alemães se desapontaram, no entanto, ao saber que Moniz Aragão não teria o status de embaixador em Berlim até que o Senado o aprovasse, o que ocorreu somente em maio de 1936.

⁴⁴¹ HILTON, 1991, p. 117.

⁴⁴² WIRTH, 1970, p. 52.

⁴⁴³ VARGAS (1995, p. 512) assim registrou o acordo: "Após várias démarches entre Londres e Berlim, e sucessivas conferências entre os ministros da Fazenda e do Exterior, ficou finalmente assentado o comércio entre o Brasil e a Alemanha em marcos de compensação. Não haverá tratados, nem convênios, nem qualquer demonstração solene, fardada e protocolar. Uma simples Nota do governo do Brasil à Alemanha comunicando a permissão da exportação, àquele país, de 62 milhões de quilos de algodão em marcos de compensação. A Alemanha, por sua vez, enviará ao Brasil uma Nota das quotas que nos concede".

-americano – ao qual o Brasil deu conhecimento dos entendimentos com a Alemanha – considerou aceitáveis os termos do acordo, embora prejudiciais à expansão do intercâmbio internacional e ao princípio do livre-comércio⁴⁴⁴. Pelo Acordo Teuto-Brasileiro, as diferenças entre o total do comércio entre os dois países (exportação e importação) seriam objeto de depósito não conversível em moeda brasileira ou alemã. Com o aumento das vendas de café e algodão acumular-se-iam marcos alemães a favor do Brasil, tendo a Alemanha sugerido que fossem aproveitados para a compra de material bélico⁴⁴⁵.

Enquanto na Europa, em julho, tinha início o levante nacionalista do general Francisco Franco e o governo espanhol apelava para ajuda externa na guerra civil, a aproximação brasileira da Alemanha prosseguia não apenas no plano econômico, mas no político também. Em 27 de agosto, após responder processo em que o Supremo Tribunal Federal não acatou pedido de *habeas corpus*⁴⁴⁶, Vargas e o ministro da Justiça, Vicente Rao, assinaram decreto de expulsão de Olga Benário⁴⁴⁷. No dia 23 de setembro era embarcada para a Alemanha juntamente com Elise Ewert⁴⁴⁸.

No outono setentrional, o totalitarismo avançou no solo europeu. Na Espanha, as tropas de Franco tomaram Toledo e Madri. Em novembro, Mussolini anunciou a formação de Eixo anticomunista com a Alemanha. Enquanto Roosevelt era reeleito para um segundo mandato, o governo republicano espanhol fugia para Valência. Em dezembro, 5 mil alemães juntaram-se aos rebeldes de Franco em Cádiz.

⁴⁴⁴ MOURA, 1980, p. 91-95.

⁴⁴⁵ ABREU, 1997a, p. 88-89.

⁴⁴⁶ CASO, 1998.

⁴⁴⁷ HILTON, 1991, p. 86.

⁴⁴⁸ CANCELLI, 1997, p. 137.

Os Estados Unidos, embora neutros no conflito europeu, mostravam-se preocupados com a aproximação da Alemanha a países latino-americanos, entre os quais o Brasil. Por iniciativa americana, realizou-se, em dezembro, a Conferência Pan-Americana de Buenos Aires com o objetivo de "consolidar a paz" no hemisfério ocidental. A caminho da capital argentina, Franklin D. Roosevelt visitou o Brasil e, em encontro de 27 de novembro com Vargas, tratou de um possível conflito na Europa e seu impacto nas Américas⁴⁴⁹. O presidente brasileiro abordou a questão de criação de indústria siderúrgica no Brasil e a compra de armamentos norte-americanos⁴⁵⁰.

Na Conferência de Buenos Aires, com o apoio brasileiro, os Estados Unidos propuseram a obrigação de consulta entre os Estados americanos, quando do surgimento de um conflito interamericano ou qualquer ameaça externa no continente⁴⁵¹. O chanceler argentino, Carlos Saavedra Lamas, se opôs à ideia da declaração (chamada de pacto de segurança coletiva), alegando ser a Argentina contrária a qualquer medida coercitiva no âmbito pan-americano. A delegação do Brasil, presidida pelo ministro Macedo Soares e integrada também pelo embaixador em Washington, Oswaldo Aranha⁴⁵², sugeriu a inclusão das palavras "se elas desejarem", para tornar facultativas as consultas. Os demais países latino-americanos, que já haviam apoiado a consulta obrigatória, logo aceitariam a ideia brasileira. Para manter a unidade hemisférica, o secretário de Estado Cordell Hull concordou com

⁴⁴⁹ SILVA, 1972a, p. 102.

⁴⁵⁰ BANDEIRA, 1978, p. 254.

⁴⁵¹ ARAÚJO (1996, p. 123-141) descreve o inequívoco apoio do governo brasileiro à proposta dos Estados Unidos, bem como o desenrolar da Conferência e a visita de Roosevelt ao Rio de Janeiro, de passagem para Buenos Aires.

⁴⁵² SOARES, A. T., 1980, p. 24. HULL (1948, p. 499) anotou simplesmente: "The Brazilian Delegation, ably headed by José Carlos de Macedo Soares and Oswaldo Aranha, gave us full cooperation, as usual".

Os sucessores do Barão Relações Exteriores do Brasil

uma resolução sobre a consulta no caso de ameaça à paz⁴⁵³. Nas palavras de Getúlio Vargas, o Brasil estava convencido do seu "destino continental"⁴⁵⁴.

⁴⁵³ HILTON, 1994, p. 232, 233, 240 e 241.

⁴⁵⁴ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 14, com base em Getúlio VARGAS, 1938, v. 3, p. 66-70.

Mário de Pimentel Brandão

O embaixador Mário de Pimentel Brandão⁴⁵⁵ assumiu interinamente a pasta das Relações Exteriores em 26 de dezembro de 1936. Passou a ter a titularidade do cargo quando, efetivado por Vargas, tomou posse, como ministro, em 31 de agosto de 1937. Pimentel Brandão exonerou-se ao ser nomeado Oswaldo Aranha para substituí-lo, em 15 de março de 1938, já na vigência do Estado Novo.

1937 – Entre Washington e Berlim. Repercussões do golpe de Estado brasileiro

O ano de 1937, em que Mário de Pimentel Brandão esteve à frente do Itamaraty, alguns dos principais fatos internacionais foram os avanços das forças de Franco na Guerra Civil na Espanha, com ajuda do Eixo. Em fevereiro, Málaga caiu para Franco, graças à ajuda de italianos. Em 27 de abril, a cidade basca de Guernica foi destruída pela força aérea alemã, perecendo milhares de civis

⁴⁵⁵ Nascido no Rio de Janeiro em 1889, Pimentel Brandão formou-se em Direito (1911) e ingressou, no ano seguinte, na carreira diplomática. Foi Oficial de Gabinete do presidente Hermes da Fonseca (1913-14), serviu em Assunção (1914-17), em Bruxelas (1917-26), em Paris (1926-31), em Ancara (1931-34) e em La Paz (1934), este último posto como embaixador. Cf. BRANDI, 1984d, p. 450.

inocentes. As relações externas do Brasil concentraram-se, durante o período, nas relações com Washington, Berlim e Buenos Aires e, ao final, na repercussão internacional do golpe do Estado Novo.

Ao mesmo tempo em que Filinto Müller enviava o capitão Affonso Henrique de Miranda Correia, chefe do DOPS, para estudar a contraespionagem alemã, Pimentel Brandão empreendia esforços para eliminar atritos com os Estados Unidos relacionados à renovação do ajuste de compensação com a Alemanha. Em maio, após receber o encarregado de negócios dos Estados Unidos, Robert Scotten – que expressou a preocupação de seu país com essa renovação –, Pimentel Brandão discutiu a questão com Getúlio Vargas e com o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa. Do encontro resultou decisão de que se renovasse o ajuste por apenas três meses⁴⁵⁶ e que fossem estudadas cláusulas que atenuassem as dificuldades criadas para produtos americanos pelo comércio sem utilização de divisas⁴⁵⁷.

Em meio à negociação sobre a renovação do ajuste comercial com a Alemanha, o Itamaraty emitiu, em junho, circular secreta proibindo a concessão de visto para pessoas de origem semítica. A medida abria exceção para os semitas que já residissem no país e fossem casados com brasileiros, possuíssem filhos brasileiros ou imóveis no Brasil⁴⁵⁸.

Em viagem que, por proposta de Oswaldo Aranha, efetuou à capital norte-americana entre 14 de junho e 30 de julho, o

⁴⁵⁶ HILTON (1977, p. 257) ressalta que, contrariamente ao que afirmaram muitos historiadores, o ajuste de compensação com a Alemanha seria renovado em setembro e, periodicamente, até o início da Segunda Guerra Mundial em 1939.

⁴⁵⁷ BRANDI, 1984d, p. 450.

⁴⁵⁸ LESSER, 1995, p. 21 e 170, informa, com base em art. número 3c, maço 29.653-29.655 (1292), do Arquivo Histórico do Rio de Janeiro, que, em 7 de junho de 1937, o Ministério das Relações Exteriores emitiu a Circular Secreta n. 1.127, intitulada "Entrada de Estrangeiros no Território Nacional", que proibia a concessão de vistos para todas as pessoas de "origem semítica".

ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa⁴⁵⁹ logrou convencer o governo Roosevelt da necessidade para o Brasil de renovar o Ajuste com a Alemanha e de ser a dívida brasileira para os Estados Unidos tratada separadamente daquela contraída com os países europeus⁴⁶⁰. Aranha enviou carta ao secretário de Estado Cordell Hull pela qual o Brasil se comprometeu a empreender esforços para desestimular as importações subsidiadas da Alemanha. Em troca, obteve do governo americano a promessa de crédito de 60 milhões de dólares em ouro quando o Brasil criasse um banco central no país.

Enquanto, os japoneses bombardeavam Xangai e Nanquim e a Liga das Nações condenava a invasão japonesa da China, ocorria episódio de importante repercussão nos meios militares brasileiros: com o apoio britânico e o êxito junto ao Congresso dos Estados Unidos, a Argentina logrou impedir a locação de seis contratorpedeiros americanos ao Brasil⁴⁶¹, sob a alegação de que a operação iria "desencadear uma corrida armamentista na América Latina e a destruição do pan-americanismo"⁴⁶². Ao tomar conhecimento da discussão da operação no Congresso dos Estados Unidos, o chanceler Saavedra Lamas manifestou ao embaixador daquele país em Buenos Aires a insatisfação argentina e instruiu sua missão diplomática em Washington a fazer o mesmo⁴⁶³. O governo britânico também se opôs à operação afirmando que violaria acordo naval entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha⁴⁶⁴. O governo americano

⁴⁵⁹ RELATÓRIO, 1937, p. 13.

⁴⁶⁰ MOURA, 1980, p. 93-95.

⁴⁶¹ HILTON, 1994, p. 228-229 e 247.

⁴⁶² SEITENFUS (O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo [mimeo.], s/d., p. 16) transcreve esta frase de carta enviada pelo ministro das Relações Exteriores da Argentina, Saavedra Lamas a Getúlio Vargas, em 17 de agosto de 1937.

⁴⁶³ ARAÚJO, 1996, p. 142-51.

⁴⁶⁴ DAVIS, 1996, p. 3.

cedeu à pressão argentina e, para atenuar os efeitos negativos no Brasil, emitiu nota com histórico das negociações, realçando seu caráter pacífico e reiterando a solidariedade entre Brasil e Estados Unidos⁴⁶⁵. Getúlio Vargas propôs acréscimo à nota para acentuar que o país não abandonava o projeto de arrendamento⁴⁶⁶. O Itamaraty resumiria da seguinte forma a pretensão brasileira, abortada no Congresso dos Estados Unidos:

O pequeno número, a natureza e o próprio estado das embarcações em causa, já excluídas dos serviços ativos da Marinha de Guerra norte-americana, eram circunstâncias comprobatórias de que o Brasil visava, apenas com a sua incorporação temporária, exercitar o pessoal de sua Armada, a fim de prepará-lo para o manejo dos vasos de guerra, cuja construção iniciava o seu programa naval.⁴⁶⁷

O totalitarismo aumentava e se unia. Em 6 de novembro, a Itália juntou-se ao Pacto Anticomunista entre Alemanha e Japão e, no dia 9, este último tomou Xangai. Nesse clima mundial de crescimento do número de governos autoritários, ocorreu, no dia 10, o golpe de Estado que instalou o Estado Novo. Vargas fechou o Congresso Nacional, dissolveu as assembleias estaduais e outorgou-se poder para intervir nos estados. Tal como em 1930, a questão do reconhecimento do Governo Revolucionário brasileiro, nessas circunstâncias, voltou a preocupar a chancelaria brasileira. Para prevenir a questão, em circular às missões diplomáticas no Rio de Janeiro, o Itamaraty considerou o golpe assunto interno que excluía o reconhecimento jurídico externo.

⁴⁶⁵ HILTON, 1994, p. 249.

⁴⁶⁶ VARGAS, 1995, p. 65.

⁴⁶⁷ RELATÓRIO, 1939, p. 6.

Pimentel Brandão convocou o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, para assegurar-lhe de que os acontecimentos do dia haviam sido necessários para prevenir uma revolução. Afirmou que a nova Constituição preservaria as instituições democráticas, ao mesmo tempo em que concederia poderes adicionais ao presidente, permitindo-lhe que permanecesse no poder por mais seis anos. Assegurou de que não haveria mudanças na política externa e que o governo tinha a intenção de buscar uma "política muito liberal com respeito ao capital estrangeiro e a estrangeiros que tenham interesses legítimos no Brasil" No relatório do Ministério das Relações Exteriores daquele ano, esses argumentos foram repetidos com ênfase nos "meios necessários para agir contra a infiltração de doutrinas subversivas, e articular as Forças Nacionais":

Tomando a si o encargo de informar os países estrangeiros dos verdadeiros propósitos do governo, o Itamaraty dirigiu às missões diplomáticas brasileiras o telegrama-circular nº 1.163, no qual os fatos foram relatados com exatidão, salientando que o governo brasileiro, com a promulgação da nova Constituição, tivera por objetivo, tão somente, consolidar o regime democrático vigente, pondo em mãos do Poder Executivo os meios necessários para agir contra a infiltração de doutrinas subversivas, e articular as Forças Nacionais, a fim de poder completar o necessário aparelhamento político, econômico e militar do país.

Quanto às apreensões oriundas da suspensão dos serviços de dívida, não foi difícil expor aos meios financeiros norte--americanos e ingleses, por intermédio das embaixadas em Washington e Londres, as razões daquela medida

⁴⁶⁸ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 46-47.

que, permitindo uma maior concentração dos recursos econômicos do país, favorecia o desenvolvimento do intercâmbio comercial do Brasil, e teria como consequência lógica a libertação dos créditos 'congelados' e o aumento das importações. ⁴⁶⁹

A imprensa alemã noticiou, com entusiasmo, o golpe, e o ministro do Exterior italiano expressou ao embaixador brasileiro "simpatia pela ação de Vargas" Nos Estados Unidos, os jornais criticaram a subversão da ordem constitucional. O jornal *The New York Times* afirmou que o Brasil parecia "ter posto o problema de um governo fascista no hemisfério"; o jornal *The Washington Post* qualificou o golpe de "um perigoso acontecimento que poderia se alastrar"; e a revista *Newsweek* concluiu que "Getúlio Vargas transformou o Brasil no primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Ocidental" Ocidental" Por proposition o primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Por proposition o primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Por proposition o primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Por proposition primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Por proposition primeiro Estado fascista no Hemisfério Ocidental" Por proposition propositi

Oswaldo Aranha – que no dia 5 de novembro, em palestra na cidade de Cleveland, condenara regimes autoritários tanto de direita quanto de esquerda – pediu demissão de seu cargo de embaixador em Washington⁴⁷² mediante telegrama oficial, no dia 13, e de telegrama particular, no dia 15, nos quais afirmou:

Devo [...] antecipar a V. Exa. que não me é possível continuar a representar o Brasil, neste país, por forma eficiente, porque nem seu governo nem seu povo poderão, como anteriormente, acreditar nas minhas informações e afirmações [...]. Nesta situação que me foi criada, neste país, pelos últimos acontecimentos, a minha permanência

⁴⁶⁹ RELATÓRIO, 1939, p. 10-11.

⁴⁷⁰ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 22, com base em CIANO, 1949, p. 62.

⁴⁷¹ CORSI, 2000, p. 92.

⁴⁷² MCCANN JUNIOR, 1973, p. 58.

não só será inútil como, parece, será prejudicial aos interesses do Brasil. A situação aqui está a exigir, neste momento, um homem novo, identificado com a nova situação e que, por não se ter empenhado perante o governo, a opinião e a imprensa norte-americana na defesa do regime anterior, possa, com autoridade e com liberdade, desempenhar as funções de embaixador.

[...] Tudo tenho feito e farei enquanto aqui estiver em defesa da situação criada pelos nossos últimos acontecimentos políticos. Deves, porém, compreender que esta atitude me foi imposta pelas circunstâncias e que não importa adesão ao novo regime, uma vez que não concordo, antes condeno, o que se fez em nosso país e mais ainda o que se pretende fazer, de que é indicação alarmante nova Constituição. Deponho assim tuas mãos forma indeclinável minha renúncia. 473

O golpe de Estado e a saída de Oswaldo Aranha de Washington teriam, entre outras consequências, a interrupção dos esforços que vinha empreendendo junto a empresas como a Dupont para o estabelecimento de um programa siderúrgico com o Brasil⁴⁷⁴. Quando o embaixador americano, Jefferson Caffery, perguntou a Vargas a respeito da influência do Eixo no Estado Novo, ele demonstrou surpresa e disse ser risível supor que os alemães, italianos e japoneses ou mesmo os integralistas tivessem qualquer conexão com o golpe⁴⁷⁵. O Itamaraty, em circular às missões diplomáticas⁴⁷⁶, reiterou sua política internacional, afirmando

⁴⁷³ SILVA, 1970, p. 486-87.

⁴⁷⁴ CORSI, 2000, p. 142.

⁴⁷⁵ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 54-55.

⁴⁷⁶ RELATÓRIO, 1937, v. 1, XIV.

continuar o país fiel "aos ideais democráticos, pacíficos e panamericanistas, e rejeitar ditames de ideologias exóticas" 477.

Logo após o golpe, o governo anunciou a suspensão, por três anos, dos pagamentos referentes à dívida externa⁴⁷⁸ e o estabelecimento de monopólio estatal do câmbio. As importações haviam aumentado em cerca de 40% no ano e as divisas escasseado. Argumentou o governo brasileiro a impossibilidade de cumprir o chamado "esquema Oswaldo Aranha de 1934" e de, simultaneamente, pagar as importações necessárias ao reequipamento militar⁴⁷⁹.

Em dezembro, o mundo continuou a assistir ao avanço dos países totalitários. A Itália deixou a Liga das Nações e o exército japonês ocupou Nanquim, na China.

1938 (JANEIRO E FEVEREIRO) – ATITUDES CONTROVERSAS BRASILEIRAS. VISTOS PARA JUDEUS. ENCONTRO VARGAS – JUSTO. COMBATE À ATUAÇÃO DE NAZISTAS NO SUL. TRATADOS COM A BOLÍVIA (FERROVIA E PETRÓLEO)

No ano de 1938, o totalitarismo atingiria seus pontos mais altos. O Japão instalou governo títere em Nanquim e retirou-se da Liga das Nações. Hitler assumiu poderes absolutos na Alemanha e encontrou-se com Mussolini, em Roma. Franco proclamou a instituição do Estado Nacionalista Espanhol e suas tropas iniciaram ofensiva na Catalunha.

⁴⁷⁷ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 21.

⁴⁷⁸ SILVA, 1989, p. 53-57.

⁴⁷⁹ ABREU, 1997a, p. 91 e 99.

Nesse ínterim, o Brasil adotava atitudes controversas. Assim, após a aposentadoria de Alcebíades Peçanha, decidiu não nomear novo embaixador em Madri, que ainda se encontrava sob poder dos republicanos⁴⁸⁰. Condecorou, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, pilotos de esquadrilha italiana de passagem pelo país, entre os quais Bruno Mussolini, filho do Duce. Em outro gesto no mesmo sentido, o ministro da Guerra autorizou a jornalista alemã Ingeberg Stolling a sobrevoar o território nacional para fotografar "aspectos da natureza"⁴⁸¹.

Emjaneiro, achando-se o embaixador (demissionário) Oswaldo Aranha no Brasil, foi contatado por Robert M. Scotten, conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos, o qual solicitou vistos a cidadãos americanos judeus que viessem ao Brasil na temporada turística. Procurado também pelo embaixador Jefferson Caffery sobre o mesmo assunto, Aranha afirmou ser "um grave erro prosseguir com atividades antijudaicas" no Brasil, comprometendo-se a conversar com Vargas sobre o assunto. Assegurou ao embaixador americano que as autoridades imigratórias não iriam "no futuro colocar qualquer espécie de obstáculo no caminho de turistas que chegassem ao Brasil, independentemente de raça ou religião" 482.

A diplomacia brasileira voltava sua atenção para a América do Sul. Getúlio Vargas encontrou-se, em 9 de janeiro, com o presidente da Argentina, general Agustín Justo, para lançar, em Uruguaiana, a pedra fundamental da ponte entre os dois países. Para representá-lo na posse do novo presidente da Argentina, Roberto Ortiz, Vargas nomeou o general Góes Monteiro, que aproveitou a viagem

⁴⁸⁰ SILVA, 1971, p. 18.

⁴⁸¹ SILVA, 1971, p. 19 e 21.

⁴⁸² LESSER, 1995, p.179.

para visitar, em 23 de fevereiro, as instalações militares em Buenos Aires 483 .

Internamente, o governo passou a combater a atuação de nazistas no sul do país. No Rio Grande do Sul, sob a supervisão dos coronéis Oswaldo Cordeiro de Farias e Aurélio da Silva Py, as autoridades fecharam a sede do Partido Nazista e pretenderam, em 24 de fevereiro, seu chefe, Ernest Dorsch, tendo início processo para que fosse deportado⁴⁸⁴. Getúlio Vargas recebeu, no dia seguinte, o embaixador da Alemanha, Karl Ritter, que reclamou de medidas de governos estaduais que afetavam o funcionamento do Partido Nazista no Brasil. Afirmou Ritter que o acordo comercial não poderia ter andamento sem que se resolvesse essa questão. Vargas não concordou em alterar a situação do Partido Nazista no Brasil⁴⁸⁵.

Mantendo a atenção voltada para o continente sul-americano, o ministro Mário de Pimentel Brandão assinou em La Paz, no dia 25 de fevereiro, com o presidente da Bolívia, German Busch, tratados sobre a conexão ferroviária entre os dois países e sobre o escoamento do petróleo daquele país. Comprometeu-se o Brasil a construir um trecho da ferrovia entre Corumbá e Santa Cruz, recebendo em troca uma concessão para explorar petróleo em região boliviana determinada no instrumento⁴⁸⁶.

Em março, pouco antes da posse do novo chanceler brasileiro, fatos criados pelo nazismo alemão preocupavam as democracias

⁴⁸³ SILVA, 1971, p. 14 e 23.

⁴⁸⁴ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 82-83.

⁴⁸⁵ Segundo o próprio VARGAS (v. 2, 1995, p. 111) sua resposta foi não ser o Brasil colônia de qualquer país e que não poderia aceitar tal imposição. Segundo Ritter, citado por SEITENFUS (1994, p. 124), com base em documentos alemães, Vargas teria respondido que não se deveria comprometer uma grande questão (as relações econômicas) com um pequeno problema (o Partido Nazista). De qualquer forma, Ritter confirma não ter Vargas se comprometido em mudar a situação do Partido.

⁴⁸⁶ BRANDI, 1984d, p. 450.

ocidentais. No dia 11 de março, com a renúncia do governo austríaco, o novo chanceler pró-nazista convidou tropas alemãs para invadirem o país. Dois dias depois, a Alemanha anunciou a anexação da Áustria e, no dia 14, Viena recebeu Hitler com celebrações festivas.

Oswaldo Aranha

Oswaldo Aranha⁴⁸⁷ assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores em 15 de março de 1938. Nele permaneceu por mais de seis anos, até 23 de agosto de 1944. Na sua longa gestão no Itamaraty, exerceu relevante e decisiva influência sobre Vargas nas decisões tomadas pelo Brasil com relação à aproximação dos Aliados e ao rompimento com o Eixo. Coincidiu sua gestão, em grande parte, com a Segunda Guerra Mundial, iniciando-se no ano em que a Alemanha começava sua expansão com a anexação da Áustria e terminando pouco antes da participação militar brasileira no conflito⁴⁸⁸.

⁴⁸⁷ Oswaldo Aranha nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 1894. Advogado e político, foi eleito deputado federal (1927) e logo a seguir nomeado secretário da Justiça do Rio Grande do Sul no governo estadual de Getúlio Vargas (1928-30). Um dos principais participantes da Revolução de 1930, Oswaldo Aranha foi nomeado por Getúlio Vargas sucessivamente como ministro da Justiça (1930), da Fazenda (1931) o embaixador em Washington (1933-1937). Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 335.

⁴⁸⁸ WEIS (1993, p. 10) observa que aproximadamente no mesmo período em que Aranha chefiava o Itamaraty, Carlos Martins Pereira e Souza foi o embaixador do Brasil em Washington e Jefferson Caffery o Representante Diplomático dos Estados Unidos no Brasil.

1938 (MARÇO A DEZEMBRO) – DIFICULDADES COM O EMBAIXADOR DA ALEMANHA. O *PUTSCH* FASCISTA. CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE LIMA

As Forças Armadas brasileiras mantinham ainda estreita colaboração com a Alemanha e firmaram, em 25 de março, contrato com a fábrica Krupp para o fornecimento de material bélico, que compreendia 1.080 canhões de vários calibres, além de veículos, munições, acessórios e aparelhos⁴⁸⁹. O governo brasileiro consultou a empresa alemã Demag sobre projeto de construção de usina siderúrgica. A atitude brasileira com relação a Berlim começaria⁴⁹⁰, porém, a sofrer mudanças.

Recém-empossado no Itamaraty, Aranha devolveu nota enviada pela embaixada alemã a respeito do aprisionamento de agentes nazistas⁴⁹¹. Em 18 de abril (uma semana após os austríacos terem aprovado a *Anschluss*, anexação pela Alemanha), o governo brasileiro publicou decreto proibindo a atividade de partidos políticos estrangeiros no país⁴⁹², adotou medidas restritivas à entrada de estrangeiros, tornou obrigatório o uso da língua portuguesa nas escolas e proibiu-lhes o recebimento de auxílio financeiro externo. Em visita ao ministro da Justiça, em 21 de abril, o embaixador Karl Ritter protestou contra as medidas internas adotadas pelo governo brasileiro, alegando que atingiam os descendentes de alemães vivendo no país.

O Itamaraty continuava a dar sinais de mudanças com relação à Alemanha e, no dia 22 de abril, o embaixador Pimentel

⁴⁸⁹ SILVA, 1975b, p. 7 e 95.

⁴⁹⁰ CORSI (2000, p. 143), com base em John Wirth, informa que o projeto não se concretizaria em razão da dissolução de consórcio da Demag com a Krupp e a Stahlunion, além da baixa prioridade que lhe foi atribuída pelo governo alemão.

⁴⁹¹ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 86.

⁴⁹² VARGAS, 1995, p. 124.

Brandão declarou em Washington que haviam sido eliminados todos os itens do Ajuste Comercial Brasil-Alemanha, objeto de oposição americana. Com a Itália, porém, o tratamento seria sempre distinto e, no dia 25 de abril, o embaixador Adalberto Guerra Duval comunicava ao ministro do Exterior, Conde Ciano, o reconhecimento brasileiro da conquista da Etiópia⁴⁹³.

Vargas recebeu, em 4 de maio, o embaixador alemão Karl Ritter, que tratou da legislação restritiva a atividades políticas de estrangeiros no Brasil. Ouviu do presidente, no entanto, a intenção brasileira de cumprir a lei, sem abrir exceções para os alemães⁴⁹⁴. No dia 10, Ritter entregou a Oswaldo Aranha nota de protesto em que arguia ser o Partido Nacional-Socialista parte do governo e, portanto, o decreto brasileiro atacara o Estado alemão⁴⁹⁵.

Ocorreu, no dia seguinte, o *putsch* em que os integralistas invadiram a residência de Vargas no Palácio da Guanabara e tomaram o Ministério da Marinha. O governo abafou o movimento que apresentou saldo de 15 mortos e 500 prisões. Pimentel Brandão declarou, em Washington, que o levante desmentia as acusações de que o Brasil seria fascista⁴⁹⁶. O presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, enviou telegrama a Vargas congratulando-o pela vitória contra os integralistas⁴⁹⁷. Karl Ritter entrevistou-se com Oswaldo Aranha, no dia 14, para protestar contra a prisão de seis súditos germânicos⁴⁹⁸.

Ritter voltou a ver o chanceler no dia 21, após visita a Vargas. Disse, então, a Aranha que não aceitava convite para um baile em

⁴⁹³ SILVA, 1971, p. 32 e 34.

⁴⁹⁴ VARGAS, 1995, p. 128.

⁴⁹⁵ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 91.

⁴⁹⁶ SILVA, 1971, p. 37.

⁴⁹⁷ BANDEIRA, 1994, p. 150.

⁴⁹⁸ SILVA, 1971, p. 38.

honra do ministro do Exterior chileno, José Ramón Gutierrez, porque havia súditos alemães presos no Brasil. Oswaldo Aranha replicou que instruiria o embaixador em Berlim a igualmente não aceitar convites. O embaixador alemão respondeu que Moniz de Aragão não receberia convites enquanto o Partido Nazista estivesse proscrito no Brasil. Aranha pediu, então, a Ritter que aceitasse seu último convite: o de retirar-se de sua sala⁴⁹⁹. Assim como Ritter, o secretário de Estado para Relações Externas, Ernst von Weizsäcker, protestou igualmente junto ao embaixador Moniz de Aragão, em Berlim, e afirmou haver no Brasil uma campanha antigermânica de inspiração americana⁵⁰⁰.

Um dos líderes do *putsch* integralista, o capitão Severo Fournier, que conseguira escapar ao cerco policial e passar para a clandestinidade, refugiou-se, em 25 de junho, na Embaixada da Itália, com a ajuda de alguns militares brasileiros, entre os quais se encontrava Manuel de Freitas Vale Aranha, irmão de Oswaldo Aranha. Em consequência do ato, Manuel Aranha foi reformado por decreto proposto pelo ministro da Guerra, general Eurico Dutra, sem que houvesse qualquer inquérito policial ou militar⁵⁰¹. No dia seguinte, Oswaldo Aranha, em razão dessa arbitrariedade, apresentou seu pedido de demissão a Vargas que não a aceitou⁵⁰².

O chanceler brasileiro instruiu o embaixador em Roma, Adalberto Guerra Duval, a expressar ao governo italiano que o Brasil discordava da concessão do asilo ao capitão Fournier,

⁴⁹⁹ Em SEITENFUS (1997, p. 126) e SEITENFUS (2000, p. 145), transcreve-se relato do próprio Ritter sobre o incidente. SILVA (1971, p. 38 e 266) também o confirma, com base em AUSWÄRTIGES AMT, 1956. Documents on German Policy 1918-1945, London-Washington: HMSO-Government Printing Office, 1956.

⁵⁰⁰ SILVA, 1971, p. 38 e 266.

⁵⁰¹ Verbete "Oswaldo Aranha". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 179.

⁵⁰² SILVA, 1971, p. 282-84, transcreve a carta de Vargas a Aranha, recusando o pedido de demissão.

pois essa decisão feriria normas internacionais⁵⁰³ e os acordos de reciprocidade⁵⁰⁴. O embaixador italiano, Vincenzo Lojacono, propôs a entrega de Fournier em troca da liberação de valores de propriedade do governo italiano que se encontravam congelados no Brasil. Aceita a proposta, o militar foi levado, em 7 de julho⁵⁰⁵, à prisão militar⁵⁰⁶. Dois oficiais coronéis do Exército, após se apresentarem ao embaixador italiano, levaram Fournier para a prisão em uma fortaleza⁵⁰⁷.

Aproveitando-se da ida, em 5 de agosto, de Karl Ritter, à Alemanha para participar de congresso anual do Partido Nazista em Nuremberg⁵⁰⁸, o governo brasileiro aumentou a pressão para sua substituição⁵⁰⁹. O embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, repetidamente, fizera ver ao Ministério do Exterior alemão que seria conveniente sua substituição. Sugerira também que o adido cultural Hans Henning von Cossel – considerado o chefe do Partido Nazista no Brasil – fosse igualmente substituído⁵¹⁰. O governo alemão não atendeu as sugestões brasileiras: promoveu Cossel a chefe do setor cultural da embaixada e insistiu em manter Ritter, ainda que por pouco tempo, até que entregasse proposta da empresa Krupp para instalação de uma siderúrgica.

Também o embaixador italiano causava constrangimento ao Brasil pelas exigências que fizera no caso Fournier. Em Roma,

⁵⁰³ CORRÉA, M. P. (1994, p. 121) ressalta que até então o Brasil só reconhecia o direito de asilo às representações diplomáticas de países latino-americanos.

⁵⁰⁴ Verbete "Oswaldo Aranha". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 179.

⁵⁰⁵ SILVA, 1971, p. 48.

⁵⁰⁶ COUTINHO; BENJAMIN, 1984, p. 1340.

⁵⁰⁷ ARAÚJO, 1996, p. 186.

⁵⁰⁸ HILTON, 1994, p. 274 e 279.

⁵⁰⁹ BRANDI, 1984b, p. 2987.

⁵¹⁰ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 103.

Mussolini recebeu, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, o adido comercial brasileiro, Luís Sparano⁵¹¹ e, reconhecendo que Lojacono cometera um erro, afirmou que deixaria o Brasil. De fato, pouco depois, o embaixador italiano seria transferido para Bruxelas e substituído no Brasil por Ugo Sola⁵¹².

Enquanto isso, Ritter prepara-se para retornar ao Brasil e parte, no dia 20 de setembro, de Berlim para Gênova⁵¹³. Aranha telefonou para Moniz de Aragão, no dia 21, e instruiu-lhe a insistir a respeito da substituição de Ritter e, caso não a obtivesse, comunicasse ser *persona non grata* ao Brasil. As gestões de Moniz de Aragão – que passou nota afirmando que Ritter se incompatibilizara com o governo brasileiro⁵¹⁴ – resultaram na retenção de Ritter no Ministério em Berlim, onde assumiu a chefia do departamento econômico⁵¹⁵.

À medida que se desenvolviam os processos de afastamento dos embaixadores dos principais países europeus do Eixo, em setembro – mês em que transcorriam os entendimentos para a paz entre Chamberlain e Hitler – o Conselho de Imigração e Colonização decidiu tornar a política imigratória "consideravelmente mais liberal, no que se refere à entrada de certas classes de refugiados

⁵¹¹ SEITENFUS (2000, p. 71) afirma, com base em Relatório de Lojacono a Ciano, constante de arquivos italianos, que Luiz Sparano, negociante, ligado a Vargas e ao Itamaraty, teria se apresentado ao Conde Galeazzo Ciano, juntamente com o diplomata Jorge Latour, como representantes legais da Ação Integralista Brasileira em Roma, iniciativa que teria sido rejeitada por Plínio Salgado. À página 86, afirma que Sparano seria rico comerciante brasileiro instalado em Roma, onde mantinha estreitas relações com a Embaixada brasileira e com autoridades italianas.

⁵¹² SILVA, 1971, p. 304 e 340, informa que Ugo Sola permaneceria como embaixador no Rio de Janeiro até a ruptura do Brasil com a Itália, em 1942.

⁵¹³ SEITENFUS, 2000, p. 154.

⁵¹⁴ SEITENFUS, 2000, p. 155.

⁵¹⁵ BRANDI (1984b) informa que, em 1938, Ritter foi enviado à Tchecoslováquia, então sob ocupação alemã. A partir de maio de 1939 até o final da Segunda Guerra Mundial, serviu como Oficial de Ligação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Estado-Maior das Forças Alemãs. Após a derrota alemã, respondeu a processo no Tribunal de Nuremberg, sendo condenado a quatro anos de reclusão. Faleceu em 1968.

judeus". No dia 27 daquele mês, o Itamaraty emitiu a Circular nº 1.249, intitulada "A Entrada de Israelitas em Território Nacional", que substituiu a circular anterior sobre a questão⁵¹⁶.

Em 3 de outubro, o ministro alemão Weizsäcker pediu ao encarregado de negócios no Rio de Janeiro a retirada de Moniz de Aragão de Berlim. Dois dias antes, o chanceler brasileiro determinara a retirada de Aragão (e posterior remoção para Londres) em ostensiva retaliação às afirmações alemãs de que Ritter cumprira seu dever e gozava da plena confiança do governo⁵¹⁷. Aranha, assim, se referiria ao episódio:

Foi, sem dúvida, dos mais desagradáveis o incidente diplomático a que deu origem a atitude do embaixador da Alemanha junto ao governo brasileiro, Sr. Karl Ritter, e que culminou na sua retirada do Brasil a pedido nosso. Não encontrou, de fato, nenhuma justificativa a maneira de agir daquele diplomata que, passando de largo pelos mais elementares preceitos de cortesia e levado, sem dúvida, por um temperamento de natureza exuberante, abstraiu com lamentável frequência das boas relações existentes entre os dois países e usou de processos não tolerados nas relações entre povos soberanos.

Replicando ao ato do governo brasileiro, pediu, por seu lado, o governo alemão a retirada do nosso embaixador em Berlim, Senhor José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, como simples represália e sem que nenhuma razão pessoal tivesse imposto a saída do nosso representante. Com o afastamento de ambos os embaixadores ficaram as duas missões dirigidas por encarregados de negócios.

⁵¹⁶ LESSER, 1995, p.199.

⁵¹⁷ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 104.

A Alemanha prosseguia seu avanço em solo europeu. Em 1º de outubro, tropas germânicas marcharam para os sudetos que lhe foram cedidos, após conversações entre Chamberlain, Daladier, Hitler e Mussolini, para solucionar crise na Tchecoslováquia. No Brasil, o chanceler Oswaldo Aranha determinou, em 14 de outubro, reforma do Itamaraty pela qual foram fundidas as carreiras diplomática e consular⁵¹⁸.

Aranha instruiu, em 16 de novembro, o diplomata brasileiro em Roma, Luís Sparano, a conversar com o ministro do Exterior italiano, Conde Ciano, sobre a decisão tomada pelo país com relação à Alemanha. Em 1º de dezembro, Ciano recebeu Sparano e lamentou que também o embaixador italiano, Lojacono, tivesse sido "quase expulso", mas comprometeu-se a conversar com Mussolini sobre a posição brasileira em vista dos atos alemães. No dia 7, Sparano relatou a Aranha ter Ciano conversado com Mussolini. O chefe da diplomacia italiana afirmou:

- 1) A Itália não tem nem teve o menor motivo de queixa do Brasil e, portanto, continua solidária com ele e com a atitude que o governo brasileiro assumiu. É lógico que a Itália não poderia amanhã declarar guerra à Alemanha, se houver um conflito armado, o que é de excluir *a priori*.
- 2) Confirmo que em nome do meu país e no meu próprio darei os passos necessários com os nossos particulares amigos Goering, Mackensen e outros, a fim de que o incidente seja liquidado e eliminado, incidente puramente individual e que, de maneira alguma, pode ser atribuído a uma soi-disant política contra os Estados autoritários [...].

O Duce também, na primeira ocasião que se lhe apresentar, falará a Hitler. 519

⁵¹⁸ GARCIA, 1999, p. 74.

⁵¹⁹ SILVA, 1972a, p. 112-117.

No final do ano, a situação na Europa preocupava os Estados Unidos, que procuravam construir uma solidariedade hemisférica. Em novembro, o secretário do Tesouro, Henry Morghentau Jr., chamou a seu gabinete o assessor comercial da embaixada, Eurico Penteado, para pedir ao ministro da Fazenda brasileiro sugestões de ampliação na cooperação entre os dois países⁵²⁰. Pouco antes da Conferência Pan-Americana de Lima, o embaixador em Washington, Mário de Pimentel Brandão, relatou a Oswaldo Aranha o interesse de os Estados Unidos em estreitar os laços militares bilaterais e defendeu o estabelecimento de uma cooperação militar em todos os níveis, inclusive a cessão de bases navais no litoral⁵²¹.

Apesar dos desentendimentos políticos entre o Brasil e a Alemanha, o relacionamento comercial continuou a aumentar no biênio 1937-38, tendo as exportações brasileiras crescido 50% com relação a 1936. A Alemanha manteve-se como o maior comprador de algodão brasileiro, o segundo maior adquirente de café e de cacau (em ambos os casos, após os Estados Unidos) e o principal importador de couro e peles do Brasil, aumentando igualmente suas aquisições de laranja. Com relação ao fumo, 40% das exportações brasileiras dirigiram-se à Alemanha, que se transformou no principal mercado para esse produto⁵²².

As razões das preocupações de Washington sobre o deslocamento de comércio causado pelo Ajuste de Compensação, portanto, se confirmavam: entre 1934 e 1938, a participação alemã nas importações brasileiras aumentou fortemente (de 14,02% para 25%), enquanto a dos Estados Unidos muito pouco se alterou (de

⁵²⁰ CORSI, 2000, p. 97.

⁵²¹ BRANDI, 1984d, p. 451.

⁵²² HILTON, 1977, p. 272-73.

23,67% para 24,02%) e a da Grã-Bretanha sofreu queda significativa (de 17,14% para 10,04%) (Gráfico II.4) 523 .

Importação brasileiras

1934

1938

Alemanha

EUA

Grã-Bretanha

Gráfico II.4

A Alemanha substituiu, em 1938, os Estados Unidos como o principal fornecedor do Brasil⁵²⁴. As exportações brasileiras para a Alemanha também apresentaram sensível alteração. O país ocupou o segundo lugar no mesmo ano entre os destinatários de produtos brasileiros, logo depois dos Estados Unidos, tendo absorvido 19% do total⁵²⁵. As vendas brasileiras de algodão, que representavam menos de 1% entre 1932 e 1934, passaram a 27% em 1935, e a 32% em 1938. No mesmo período, as compras alemãs de algodão dos Estados Unidos caíam de 78% em 1933, para menos de 60% em 1934, e 24% em 1935 (Gráfico II.5)⁵²⁶.

⁵²³ BANDEIRA, 1994, p. 42.

⁵²⁴ CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 261.

⁵²⁵ CORSI, 2000, p. 60, com base no Conselho Federal de Comércio Exterior.

⁵²⁶ BANDEIRA, 1994, p. 43.

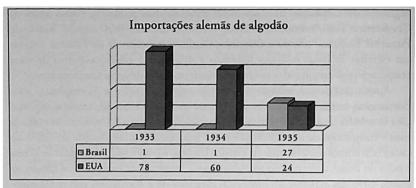


Gráfico II.4

É de observar que, em 1938, 99,6% das exportações brasileiras eram de produtos primários, sendo que quatro produtos (café, algodão, cacau e couro) representavam 70,6% do total⁵²⁷.

No plano político, Aranha continuava a aproximar o Brasil das teses norte-americanas e, por ocasião da VIII Conferência Pan-Americana, realizada em dezembro em Lima, o chanceler brasileiro informou ao secretário de Estado norte-americano Cordell Hull de que o ministro argentino, José María Cantilo, em seu discurso, pretendia rejeitar a ideia de qualquer pacto de segurança coletivo⁵²⁸. Apesar dessa informação, a delegação brasileira, sob a chefia de Afrânio de Melo Franco⁵²⁹, apresentou projeto de tal pacto, reeditando dessa forma aquele do qual desistira durante a reunião Pan-Americana de Buenos Aires. O pacto foi aprovado, embora em parte modificado para atender algumas objeções argentinas. Pelo documento, os Estados americanos declararam, *inter alia*:

⁵²⁷ BUESCU, 1976, p. 15.

⁵²⁸ HULL, 1948, p. 604.

⁵²⁹ RELATÓRIO (1938, p. 16) informa que compunham a delegação ainda: Dr. Altino Arantes, embaixador Hildebrando Accioly, Dr. Pedro da Costa Rego, Dr. Levi Carneiro, Dr. Edmundo da Luz Pinto e Dona Rosalina Coelho Lisboa Miller e ainda o cônsul-geral A. de Saboia Lima (Assessor Técnico), os secretários Roberto Mendes Gonçalves, Jayme Sloan Chermont, Luís Aranha Pereira e Ilmar Penna Marinho, os cônsules Carlos Silvestre de Ouro Preto e Luiz Paulo de Amorim e o Sr. Silvio Levi Carneiro.

Que reafirmam sua solidariedade continental e seu propósito de colaborar na manutenção dos princípios em que se baseia a dita solidariedade;

Que, fiéis aos princípios antes enunciados e à sua soberania absoluta, reafirmam sua decisão de os manter e defender contra toda intervenção ou atividade estranha que possa ameaçá-los;

E que, para o caso em que a paz, a segurança ou a integridade territorial de qualquer das repúblicas americanas se vejam assim ameaçadas por atos de qualquer natureza que possam menoscabá-las, proclamam seu interesse comum e a sua determinação de tornar efetiva sua solidariedade, coordenando suas respectivas vontades soberanas, mediante o procedimento de consulta que estabelecem os convênios vigentes e as declarações das Conferências Interamericanas, usando dos meios que em cada caso aconselhem as circunstâncias. Fica entendido que os governos das Repúblicas americanas obrarão independentemente em sua capacidade individual, reconhecendo-se amplamente sua igualdade jurídica como Estados soberanos.⁵³⁰

1939 – A neutralidade. Missão Aranha a Washington. Conferência Pan-Americana do Panamá

Em 1939, a situação na Europa se agravou: a Alemanha ocupou a Boêmia e a Morávia; Franco avançou na sua conquista do poder e a Itália tomou a Albânia. A Alemanha e a União Soviética assinaram

⁵³⁰ ARAÚJO, 1996, p. 191.

pacto de não agressão e forças alemãs invadiram a Polônia. Por fim, a Grã-Bretanha e a França declararam guerra à Alemanha, enquanto Roosevelt anunciava a neutralidade americana no conflito.

O Brasil também manteve sua neutralidade com relação a eventos na Europa enquanto Washington prosseguia em seus intentos de atrair o apoio brasileiro para o caso de aumento do conflito mundial⁵³¹. Em 10 de janeiro, o presidente Roosevelt enviou telegrama a Vargas em que formulou convite para que Oswaldo Aranha visitasse Washington, "pois surgiram nos últimos dois meses várias questões de grande importância nas quais nossos dois governos são igualmente interessados"⁵³².

Na observância da neutralidade, em fevereiro, o encarregado de negócios em Berlim, Themístocles da Graça Aranha, foi instruído a expressar ao governo alemão o desejo brasileiro de um "retorno ao normal das relações diplomáticas". Indicou o diplomata sinais de aproximação, tais como a ida à Alemanha de Lutero Vargas, filho de Getúlio, que estudaria em Berlim, e a confirmação de viagem de Góes Monteiro que assistiria às manobras do Exército germânico⁵³³.

Oswaldo Aranha viajou aos Estados Unidos, entre 12 de fevereiro e 8 de março, em missão com objetivos muito amplos⁵³⁴. Manteve encontros com o presidente Roosevelt e com os Secretários de Estado, do Tesouro, da Agricultura, do Comércio e outras autoridades. Roosevelt prometeu suprimento de material

⁵³¹ MCCANN JUNIOR (1979, p. 64) informa, com base em documentos do War Department, que o general George C. Marshall solicitara, em 6 de fevereiro de 1939, ao Army War College que preparasse um estudo secreto para tomar medidas necessárias de proteção ao Brasil.

⁵³² CARONE, 1988, p. 272. Os telegramas de Roosevelt a Vargas e da resposta deste encontram-se transcritos em SILVA, 1972a, p. 131.

⁵³³ SEITENFUS, 2000, p. 179.

⁵³⁴ BARROS (1943, p. 207) informa que Aranha fez-se acompanhar de seu chefe de Gabinete, João Carlos Muniz, de Marcos de Souza Dantas, do Banco do Brasil, de Luiz Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, e do segundo-secretário Sérgio de Lima e Silva.

para as Forças Armadas brasileiras e realçou a necessidade de bases no Nordeste. Sugeriu que o chefe do Estado-Maior, George C. Marshall, e seu homólogo brasileiro, general Pedro de Góes Monteiro, trocassem visitas para examinar questões de defesa. O presidente americano alertou Aranha sobre a ameaça para o Brasil da quinta coluna nazista⁵³⁵.

Com o secretário do Tesouro, Cordell Hull, Aranha tratou de questões cambiais, remessas de lucros de investimentos no Brasil, da criação de um banco central, de créditos do Export-Import Bank, de títulos de dívidas em dólares e de condições de igualdade de tratamento de investimentos brasileiros e estrangeiros. O Departamento do Tesouro americano comprometeu-se, por troca de notas, a prestar assistência técnica para formação de banco central e de colocar à disposição do Brasil ouro necessário para servir de lastro⁵³⁶.

A Missão brasileira obteve um crédito do Export-Import Bank⁵³⁷ no valor de 19,2 milhões de dólares para o país liberar os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos⁵³⁸, um crédito de 50 milhões de dólares do tesouro norte-americano e promessas de crédito destinado à implantação de uma indústria de base no Brasil e à constituição de empresas conjuntas para a produção de matérias-primas e indústrias extrativas⁵³⁹. Em contraprestação, o Brasil obrigou-se a adotar uma política liberal de câmbio, a dificultar o comércio de compensação com a Alemanha e a voltar a pagar,

⁵³⁵ HILTON, 1990, p. 160.

⁵³⁶ ARAÚJO, 1996, p. 200.

⁵³⁷ RELATÓRIO (1939, p. 15-16) descreve ainda financiamentos do Export Import Bank de US\$ 3,5 milhões para compra de 14 navios da Moore McComarck pelo Lloyd Brasileiro, US\$ 1,9 milhõe para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil adquirir trilhos e US\$ 5,7 milhões para a Estrada de Ferro Central do Brasil comprar locomotivas e vagões.

⁵³⁸ ABREU, 1997a, p. 92-93.

⁵³⁹ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 36.

no curto prazo, o serviço da dívida pública externa⁵⁴⁰. De modo geral, os compromissos brasileiros seriam cumpridos mediante permissão de remessas de lucros de empresas norte-americanas e da diminuição do comércio com a Alemanha, sobretudo em vista dos riscos de os marcos acumulados se tornarem sem valor, em virtude da guerra⁵⁴¹.

O Brasil continuava a acompanhar os acontecimentos na Europa com neutralidade e, por nota datada de 1º de março, reconheceu o governo do general Francisco Franco na Espanha, e enviou para San Sebastián, sede provisória do novo governo espanhol, o diplomata Argeu Guimarães, como encarregado de negócios⁵⁴².

Paralelamente, os gestos de aproximação do governo norte-americano se amiudavam. Oswaldo Aranha, que ainda se encontrava nos Estados Unidos, esteve presente, em 8 de março, à cerimônia em que Carlos Martins Pereira de Souza apresentou credenciais a Roosevelt em substituição a Pimentel Brandão⁵⁴³. Os acontecimentos na Europa começaram a se acelerar. Em 13 de março, Hitler apresentou a Praga exigências de independência para Eslováquia e Rutênia, a formação de um novo governo favorável à Alemanha e pagamentos de ouro e moedas estrangeiras. Dois dias depois, Hitler entrou na capital tcheca. Franco tomou Madri no dia 28, terminando, assim, a guerra civil na Espanha. No mesmo dia, a Argentina assinava acordo econômico com o Reich para a entrega de 65 locomotivas em troca de 100 mil toneladas de trigo.

⁵⁴⁰ ABREU, 1997a, p. 92-93.

⁵⁴¹ Em 8 de março, Getúlio Vargas registrava em seu diário que a Missão Oswaldo Aranha quase fracassara porque este "pretendia um compromisso do governo brasileiro de retomar o pagamento das dívidas", com o que o presidente não concordara "não só pela incerteza de poder cumpri-lo, como pela repercussão política do ato no Brasil" (VARGAS, v. 2, 1995, p. 206).

⁵⁴² CASTRO, 1983, p. 358.

⁵⁴³ SOARES, A. T. 1980, p. 101.

França, Grã-Bretanha e Rússia apressaram-se para, em $1^{\rm o}$ de abril, concertar um pacto defensivo. Três semanas depois, irrompiam incidentes entre poloneses e alemães em Danzig.

No mês seguinte – em que Hitler e Mussolini assinaram uma aliança militar (o "Pacto de Aço") - o chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, general George C. Marshall, visitou o Brasil e retornou, em junho, com seu equivalente nas Forças Armadas brasileiras, general Góes Monteiro, como convidado⁵⁴⁴. Em Washington, o próprio presidente Roosevelt expôs ao militar brasileiro a preocupação americana com as intenções alemãs em relação à América do Sul, ressaltando que Berlim pretendia ter bases na África Ocidental e de lá "saltar" para o Brasil. Góes Monteiro buscou cooperação para a modernização militar brasileira, retornando sem promessas norte-americanas nesse sentido. As causas dos desentendimentos teriam sido o interesse dos militares norte-americanos na transferência de tropas brasileiras do Sul⁵⁴⁵ para o Nordeste brasileiro⁵⁴⁶ e a relutância de Washington em fornecer armas ao Brasil, sem ter segurança da atitude brasileira no caso de ingresso dos Estados Unidos no conflito⁵⁴⁷. Do lado americano, havia dificuldade para o Exército fornecer material de seus arsenais, e os fabricantes privados não podiam oferecer condições tão vantajosas como as da Krupp alemã⁵⁴⁸.

Apesar dos esforços norte-americanos, o Brasil continuava a manter interesses com a Alemanha e, em junho, os dois países

⁵⁴⁴ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 123.

⁵⁴⁵ HILTON (1990, p. 160-161) afirma que Góis Monteiro aparentemente obtivera informações sobre um plano argentino de invasão do Brasil. Teria indicado a Marshall que o Brasil somente poderia participar da guerra ao lado dos Estados Unidos se pudesse ter forças suficientes para simultaneamente deter a Argentina.

⁵⁴⁶ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 38.

⁵⁴⁷ CERVO; BUENO, 1986, p. 231.

⁵⁴⁸ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 141.

recompuseram relações diplomáticas na embaixada⁵⁴⁹. Nesse momento, algumas peças no xadrez europeu se movimentavam. Em julho, guardas nazistas chegaram a Danzig; em 23 de agosto, a Alemanha e a União Soviética assinaram pacto de não agressão (pacto Hitler-Stalin) e, no dia 26, Hitler exigiu da Polônia o porto de Danzig, sem ter mais de preocupar-se com uma possível intervenção russa. No dia 1º de setembro, as tropas alemãs invadiram a Polônia. No dia seguinte, a França e a Grã-Bretanha dirigiram um ultimato ao Reich e exigiram a retirada das tropas alemãs do território polonês. Não atendidas, Londres e Paris declararam guerra a Berlim. Tinha início a Segunda Guerra Mundial.

No mesmo dia 2, o embaixador Cyro de Freitas-Valle apresentou credenciais a Adolf Hitler⁵⁵⁰. Pouco depois, Kurt Prüfer, diplomata de carreira, viajou ao Brasil para ser o novo embaixador germânico no Rio de Janeiro⁵⁵¹. O comércio bilateral aumentava: entre 1938 e 1939, as exportações brasileiras para a Alemanha representaram 16,5% do total e o Brasil foi para a Alemanha o principal consumidor não europeu, classificando-se em nono lugar entre os clientes da Alemanha⁵⁵².

Mantendo sua imparcialidade, com a eclosão da guerra na Europa, o Brasil promulgou também no dia 2 as "Regras de Neutralidade" que passaria a seguir e, três dias depois, declarou sua neutralidade, respectivamente, na guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e entre a França e a Alemanha⁵⁵³.

⁵⁴⁹ ARAÚJO, 1996, p. 184.

⁵⁵⁰ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 172.

⁵⁵¹ HILTON, 1981, p. 20.

⁵⁵² MCCANN JUNIOR, 1979, p. 60, com base em ofício de 15 de maio de 1939 enviado de Berlim por Themístocles Graça Aranha.

⁵⁵³ RELATÓRIO, 1939, p. 5.

Enquanto, no dia 5, Roosevelt proclamava a neutralidade americana, a Grã-Bretanha aumentava sua vigilância sobre o comércio da Alemanha com os países neutros como o Brasil. Em 11 de setembro, o embaixador inglês, Hugh Guerney, passou nota ao Itamaraty em que ameaçou "usar dos plenos direitos de beligerância para impedir o contrabando de guerra". Na semana seguinte, a chancelaria brasileira respondeu que fazia "as mais categóricas reservas a este respeito e deixava à inteira responsabilidade do governo de Sua Majestade da Grã-Bretanha os prejuízos diretos ou indiretos que aquelas medidas pudessem vir a causar à liberdade do comércio marítimo brasileiro"554.

Também com a Alemanha, a manutenção da neutralidade brasileira apresentava dificuldades. No início de setembro, os torpedeiros ingleses Hotspur e Havock fizeram longa estada no porto do Rio de Janeiro. A embaixada alemã, porém, não teria notado essa violação da neutralidade. Quando, no entanto, o cruzador inglês Shropshire e o navio auxiliar Olynthus repetem longa estada, a embaixada germânica apresenta protesto⁵⁵⁵.

A situação na Polônia concentrava a atenção mundial. No dia 17 de setembro tropas soviéticas entraram na Polônia e anexaram quase metade de seu território. No fim do mês, tropas polonesas evacuaram Varsóvia e renderam-se ao Wehrmacht alemão. Nesse clima de tensão mundial, os Estados Unidos levavam adiante suas iniciativas hemisféricas para unir os países da América. Na forma prevista nas Conferências Pan-Americanas de Buenos Aires e de Lima, realizou-se no Panamá, entre 23 e 30 de setembro, a I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para avaliar a situação do continente em vista da guerra mundial⁵⁵⁶.

⁵⁵⁴ SOARES, A. T., 1980, p. 49.

⁵⁵⁵ SEITENFUS, 2000, p. 195.

⁵⁵⁶ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 32.

O subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Sumner Welles, revelou antecipadamente ao chefe da delegação brasileira, embaixador Carlos Martins Pereira de Souza⁵⁵⁷, os planos de Washington para a reunião. Ao chegar ao Panamá, Welles esclareceu sua ideia de criação de uma zona de segurança nas "águas adjacentes" do Oceano Atlântico, na qual os países em guerra não poderiam ingressar, exceto para exercer direito de visita. Tal zona deveria se limitar a 350 milhas ao norte dos Estados Unidos e o mesmo número de milhas a leste da ilha de Fernando de Noronha, ao sul do cabo Horn e a oeste das ilhas Galápagos no Oceano Pacífico. Em discurso que pronunciou na sessão de encerramento da reunião, Carlos Martins Pereira de Souza afirmou:

[...] Se na Europa delimitaram-se arbitrariamente bloqueios, zonas de guerra ou de perigo, fixemos desde já em nosso mar zonas de paz, em que solidariamente não permitiremos que se apliquem meios de destruição, arbitrariedades e dificuldades perturbadoras na vida de cada uma das Repúblicas da América, de sua livre comunicação, de seu intercâmbio comercial.⁵⁵⁸

O chanceler Oswaldo Aranha telefonou ao seu colega argentino, José María Cantilo, para informar que expressara seu apoio ao projeto. Cantilo, em encontros com o embaixador Rodrigues Alves em Buenos Aires, demonstrou preocupação com a dificuldade de patrulhamento da zona a ser limitada. Após as gestões de Aranha, a Argentina concordou com o projeto, desde que o patrulhamento fosse facultativo⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ SILVA, 1972a, p. 170, informa que a delegação brasileira compunha-se ainda do ministro Manuel César Góes Monteiro, conselheiro A. B. Bueno do Prado e primeiro-secretário Jacome Baggi de Berenguer Cesar, secretários Hugo Gouthier e Fernando Saboia de Medeiros.

⁵⁵⁸ TRINDADE, 1984, p. 247.

⁵⁵⁹ RELATÓRIO, 1939, p. 9, informa que a delegação era integrada também pelo ministro Manuel César de Góis Monteiro, o conselheiro Abelardo Bretanha Bueno do Prado, o primeiro-secretário Jacome Baggi de Berenguer Cesar e os secretários Hugo Gouthier Gondim e Fernando Sabóia de Medeiros.

Outro tema discutido foi o da neutralidade. No princípio da Conferência, o Brasil defendia posição semelhante à argentina (e alemã) do direito dos neutros à liberdade de comunicação e de comércio. Diante da tendência pan-americanista de controle desses direitos, a delegação brasileira não insistiu na sua posição, contentando-se com referência a respeito das comunicações no continente americano⁵⁶⁰.

Ao final da Conferência foram aprovadas três declarações: de neutralidade coletiva continental⁵⁶¹, de instituição de uma zona de segurança no Oceano Atlântico⁵⁶²; e de solidariedade continental. A Resolução XV dispôs:

Como medida de proteção continental, as repúblicas americanas, enquanto mantiveram sua neutralidade, têm o direito indiscutível de conservar livres de todo ato hostil, por parte de qualquer nação beligerante não americana, as águas adjacentes ao continente americano que consideram como de interesse primordial e de direta utilidade para suas relações, quer o referido ato hostil seja praticado de terra, do mar ou do ar.⁵⁶³

Após o início da guerra na Europa Ocidental, o Brasil perdera os mercados da Europa Central e não compensara essa falta com compras dos Aliados e neutros. Em razão da queda brusca no saldo da balança comercial, aumentaram as dificuldades para o cumprimento dos compromissos da dívida externa e de

⁵⁶⁰ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 32-35.

⁵⁶¹ Em 29 de junho de 1939, Oswaldo Aranha propôs a Getúlio Vargas regras para a neutralidade brasileira no caso de guerra mundial, antevendo a dificuldade de sua manutenção, tal como ocorrera na Primeira Guerra Mundial.

⁵⁶² CERVO; BUENO, 1986, p. 231.

⁵⁶³ VIANNA, 1958, p. 270.

regularização das remessas de lucros de empresas de capital estrangeiros estabelecidas no país 564 .

No cenário bélico, aviões britânicos atacavam naves da Alemanha que, entrementes, concluíra pacto de delimitação de fronteiras e consolidação de amizade com a Rússia. Flexibilizando sua posição de neutralidade, em 4 de novembro, Roosevelt anunciou lei que permitiria à Grã-Bretanha e à França comprarem armas dos Estados Unidos. A situação causada pela guerra inquietava os militares brasileiros. No seu relatório anual, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, analisou a situação mundial, e em especial a Alemanha, em cujos termos não escondeu sua admiração pelo Exército alemão, que deveria, nas suas palavras, servir de modelo ao brasileiro:

Ainda, há vinte anos, o exército alemão regressava da fronteira, depois de uma guerra perdida. Encontrava no país, em vez do abraço fraterno de reconhecimento cívico, um governo sovietizado que o dissolvia e conspurcava sob a pressão do vencedor, substituindo-o por milícias obreiras.

O Estado Maior não desanimou nem descreu do futuro, todavia. Usando todos os recursos, desde a astúcia política à violência necessária, abrasado do ideal de reconstruir a Pátria vencida, através de obstáculos imensos no caos da confederação germânica que se dissociava, aproveitando a própria desgraça da dissolução do orgulhoso e potente Exército Imperial, conseguiu fundar o Reichswehr, minúsculo Exército, único 'eixo de estabilidade' para a recuperação nacional.

A despeito do Tratado de Versalhes vibrar-lhe o golpe de extinção em suas células nobres, ainda assim o Estado

⁵⁶⁴ ABREU, 1997a, p. 93.

Maior se aproveitou da desfortuna, selecionando o mínimo permissível, pela vocação e virtudes militares comprovadas de molde a constituir um núcleo de resistência e contágio patriótico para o resto da Nação.

Foi esse núcleo que conseguiu restaurar a Ordem e varrer a ameaça bolchevista na Alemanha em derrocada. Esse grupo que conseguiu inclinar a República de Weimar cada vez mais para os seus desígnios. Esse grupo que favoreceu e amparou os camaradas que deixaram as fileiras sob as imposições do Tratado de Paz, aceitas pelos primeiros governos, sendo arregimentados em organizações paramilitares que acabaram dominando e criando o 3º Reich e fundindo no núcleo inicial da Reichswehr, para a constituição do Exército Nacional – Wehrmacht.

Não nos compete entrar no merecimento e julgamento dessa obra gigantesca, de ressurreição nacional vingada em menos de vinte anos, mas ela vale incontestavelmente como um exemplo daquilo que o Exército, pelos meios de coesão, de exemplo de sacrifício e do ensinamento, pode realizar pelo engrandecimento de um povo, influenciando-o com ideias, iniciativas e organização sistemática do trabalho geral e atividade de ordem educativa, com eficácia tanto maior quanto mais se conservou fechado na sua própria missão, nos seus próprios quadros e dentro da cinta das suas tradições, demonstrando desinteresse e o espírito público que dos outros reclama, e a que, mais que os outros cidadãos, se acha obrigado pelo conhecimento dos perigos infensos à Nação e pelos votos de seu sacerdócio dedicado ao serviço exclusivo e absorvente da Pátria, no que ela apresenta de mais edificante e perene, que é a sua existência.

Cabe ao nosso Exército neste transe da civilização humana, inspirar o povo brasileiro, educá-lo na confiança, na atividade, na convicção do grande destino histórico do Brasil num mundo que estamos vendo desaparecer em violentos estertores. 565

Se, de um lado, o Itamaraty dava claros passos em direção às posições dos Estados Unidos, de outro, deixava patente a animosidade ao comunismo, crescente sobretudo a partir da Intentona de quatro anos antes. Assim, Oswaldo Aranha tornou públicas, em 5 de dezembro, as manifestações brasileiras de solidariedade ao governo da Finlândia com relação aos ataques soviéticos àquele país. Em comunicado dias depois, afirmou que o Brasil se juntava ao protesto coletivo latino-americano contra a agressão da União Soviética⁵⁶⁶, a qual por esse gesto foi expulsa da Liga das Nações⁵⁶⁷.

Os princípios de neutralidade continental estabelecidos na Conferência do Panamá e a imparcialidade do país seriam postos à prova em dois incidentes navais, os dos navios alemães Graf Spee e Wakama. O primeiro incidente teve lugar quando, no dia 13, enfrentaram-se no Atlântico Sul navios ingleses e o couraçado alemão Graf Spee. Após o combate, o comandante alemão dirigiu seu navio para Montevidéu para reparos, abastecimento e desembarque de feridos. O governo uruguaio concedeu permissão para que a embarcação permanecesse no porto por apenas 72 horas, insuficiente para os reparos. Ao mesmo tempo, enviou telegramas pedindo apoio da Argentina e do Brasil, caso o comandante germânico se recusasse a deixar águas uruguaias. O governo de Vargas determinou a preparação do navio Minas Gerais com o

⁵⁶⁵ DOCUMENTOS, 1996, p. 229.

⁵⁶⁶ HILTON, 1991, p. 172.

⁵⁶⁷ GARCIA, 1999, p. 75.

intuito de defender a neutralidade continental. Mas nenhuma ação se fez necessária, pois o Graf Spee partiu para o mar, onde sua própria tripulação o explodiu em 17 de dezembro. Cinco dias depois, o presidente do Panamá, Augusto Boyd, em nome das 21 Repúblicas americanas, apresentou protesto aos governos da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha por ter a batalha naval ferido "a neutralidade das águas americanas, comprometendo os fins de proteção continental que inspiraram a Declaração do Panamá".

1940 – Os sinais contraditórios de Vargas. Interesse por siderúrgica. Discurso no Minas Gerais. Conferência Pan-Americana de Havana. Navios brasileiros e o bloqueio inglês

Em 1940, a situação da guerra continuaria a apresentar dados em que a superioridade da Alemanha afigurava-se invencível no campo europeu. Invadiu a Noruega e a Dinamarca; a Bélgica capitulou, o Exército dos Países Baixos se rendeu e Luxemburgo foi tomado. Os alemães entrariam em Paris e teriam início as *blitze* noturnas sobre Londres.

Os eventos eram acompanhados nas Américas com crescente consternação. O caso Graf Spee continuava a ter repercussão. O governo inglês respondeu, por nota de 14 de janeiro, que a proposta da Conferência do Panamá "não é das que possam ser impostas por ação unilateral, com qualquer fundamento no Direito Internacional"; e o governo do Reich afirmou, por nota enviada um mês depois, não augurar "bons resultados no prosseguimento do plano (americano) da zona de segurança, se não fosse submetido a

uma revisão fundamental do ponto de vista britânico e francês"⁵⁶⁸. O Brasil sentia o conflito aproximar-se de suas costas⁵⁶⁹.

O segundo incidente a colocar em risco a Declaração do Panamá ocorreu em 12 de janeiro, quando o cargueiro alemão Wakama foi afundado pela própria tripulação, após ter sido "chamado à fala" por navio de guerra inglês a aproximadamente 15 milhas do litoral brasileiro. Oswaldo Aranha telegrafou ao chanceler do Panamá, Narciso Garay, pedindo que consultasse os demais países americanos sobre "a conveniência de um protesto coletivo contra essa violação da zona marítima, a qual os países americanos haviam se comprometido a preservar dos malefícios da guerra"⁵⁷⁰.

Para tratar da posição latino-americana com relação ao conflito mundial, o ministro Oswaldo Aranha visitou, em janeiro, Buenos Aires e Montevidéu, onde o receberam, respectivamente, os presidentes Roberto Ortiz e Alfredo Baldomir, e com os quais tratou da situação internacional e da neutralidade pan-americana. Em discurso que pronunciou em jantar para Oswaldo Aranha, o chanceler Cantilo reiterou o desejo argentino de não ser parte do conflito mundial⁵⁷¹.

As autoridades americanas preocupavam-se com a relação entre o Brasil e a Alemanha, como transpareceria na questão envolvendo siderurgia. Em janeiro, o embaixador em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, informou a Aranha ter a United

⁵⁶⁸ O BRASIL, 1944, p. 39-46, reproduz os textos da Nota do presidente do Panamá, bem como os das respostas da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha.

⁵⁶⁹ SOARES, A. T. 1980, p. 51. Conclui o autor que o episódio do Admiral Graf Spee dera razão à atitude do Brasil na Reunião do Panamá ao advogar a tese do "mar territorial".

⁵⁷⁰ O BRASIL, 1944, p. 47-48, transcreve a Nota de Aranha. Nas duas páginas seguintes, reproduz a Nota pelo qual o presidente do Panamá protestou junto ao governo britânico, em nome das Repúblicas americanas que haviam concordado com a posição brasileira.

⁵⁷¹ ARAÚJO, 1996, p. 215.

Steel Co. demonstrado desinteresse em instalar siderúrgica no Brasil⁵⁷². O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, alertou, então, seu governo para a necessidade de um acordo sobre o financiamento de siderurgia brasileira, diante do problema criado com a retirada da empresa norte-americana do projeto⁵⁷³. Em fevereiro, o Departamento de Estado consultou o Tesouro e a administração de crédito federal sobre a possibilidade de financiar o projeto siderúrgico brasileiro⁵⁷⁴.

Causou inquietação ao governo dos Estados Unidos a publicação de notícia, no jornal *The New York Times*, de que a companhia alemã Krupp poderia fornecer a siderurgia desejada pelo Brasil, em substituição à empresa americana US Steel⁵⁷⁵. O governo americano aumentou, então, seus gestos de aproximação. Em viagem determinada por Roosevelt para avaliar a situação europeia e o conflito mundial (do qual os Estados Unidos ainda não participavam), o subsecretário de Estado americano, Sumner Welles, viajou, em março, para a Itália, a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha. Em cada uma das capitais europeias visitou os embaixadores brasileiros aos quais relatou suas impressões⁵⁷⁶.

O avanço nazista continuava. Os alemães iniciaram, em 9 de abril, a invasão da Noruega. A Dinamarca ofereceu resistência apenas de sua Guarda Real. No final do mês, tropas britânicas e francesas enfrentaram as alemãs no norte da Noruega, mas logo retiraram suas tropas. Os britânicos ocuparam a Islândia e as ilhas

⁵⁷² BANDEIRA, 1978, p. 266.

⁵⁷³ MOURA, 1991, p. 19.

⁵⁷⁴ CERVO; BUENO, 1986, p. 20.

⁵⁷⁵ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 39.

⁵⁷⁶ ARAÚJO, 1996, p. 217-220, resume os relatos dos embaixadores Pedro Leão Velloso, em Roma, Cyro de Freitas-Valle, em Berlim, e Souza Dantas, em Paris.

Faroe em 9 de maio e, no dia seguinte, a Alemanha invadiu os Países Baixos.

Os atos americanos pareciam encontrar repercussão favorável até mesmo entre os militares brasileiros considerados prógermânicos e que acompanhavam com atenção os acontecimentos na Europa. Em maio, o general Góes Monteiro declarou ao embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, estar o Brasil disposto a entrar em negociações bilaterais com Washington para permitir o uso das bases de Natal e do arquipélago de Fernando de Noronha, em troca de ajuda militar de relevância. Depois de relutar, os Estados Unidos concordaram com uma ajuda militar apenas para garantir a segurança do arquipélago e uma possível extensão dessa ajuda à região de Natal. Condicionaram, no entanto, a ajuda à existência de material excedente e ao deslocamento de tropas brasileiras do Sul para o Nordeste, com o que o Brasil não concordou⁵⁷⁷.

Na Europa, em maio, forças alemãs ocuparam Haia e tropas belgas a estas se renderam. Entrementes, os acenos americanos de assistência não se concretizavam. Vargas presidiu, em 5 de junho, reunião ministerial em que aprovou a colaboração com os Estados Unidos, mas não se decidiu em caso de ingresso americano na guerra. Na ocasião, foram discutidas as dificuldades para compra de armamentos dos Estados Unidos, tema que seria objeto de reclamação de Aranha, dois dias depois, ao tenente-coronel Lehman Miller⁵⁷⁸.

Com os alemães já próximos de Paris, o governo francês mudou-se para Tours em 10 de junho. Na mesma data, a Itália declarou guerra à Grã-Bretanha e à França. No dia seguinte, data nacional da Marinha, Getúlio Vargas, possivelmente refletindo as

⁵⁷⁷ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 40; e SEITENFUS, 2000, p. 212.

⁵⁷⁸ SILVA, 1975b, p. 8.

frustrações com a falta de assistência americana e as inquietações militares, pronunciou discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais em que pareceu condicionar a adesão brasileira ao pan-americanismo à viabilização do projeto de industrialização nacional⁵⁷⁹. Entre outras frases interpretadas como favoráveis à ideologia intervencionista dos países do Eixo e contrárias às democracias liberais, Vargas declarou:

[...] Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimente [...].

[...] o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras. [...] Não o poderia fazer, entretanto, com o objetivo de garantir lucros pessoais exagerados ou limitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria [...].

⁵⁷⁹ ARAÚJO, 1996, p. 226-228, contém apurada exegese do discurso e de sua repercussão.

Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem. A democracia política substitui a democracia econômica em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas.

[...] A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo pelo menos quando este colide com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a Pátria. 580

O discurso foi bem recebido em Berlim, Roma e Tóquio e preocupou Washington. O embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira de Souza, informou que o discurso havia causado "sensação nos Estados Unidos, sendo interpretado, em alguns tópicos publicados, como encomiásticos ao regime totalitário europeu e contrário às opiniões do último discurso de Roosevelt"⁵⁸¹.

O embaixador dos Estados Unidos, Caffery, visitou Oswaldo Aranha para, na presença dos generais Dutra e Góes Monteiro, expressar consternação⁵⁸². Getúlio Vargas anotaria em seu diário que fora, por alguns, "tido, insensatamente, como germanófilo"⁵⁸³. Oswaldo Aranha, novamente ameaçando renunciar⁵⁸⁴, conseguiu

 $^{580\ \ \}text{MAIA, } 1940, \text{p. } 188-89\ \text{e SEITENFUS, } O\ \textit{Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), } s/d., \text{p. } 47-48.$

⁵⁸¹ ARAÚJO, 1996, p. 230.

⁵⁸² SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 52.

⁵⁸³ VARGAS, 1995, p. 319.

⁵⁸⁴ SEITENFUS (2000, p. 231, nota 525) observa que esta seria a quinta vez que Aranha anunciava a intenção de renunciar: em 1934, do cargo de ministro da Fazenda; em 1937, do embaixador em Washington; em 1938, por ocasião da prisão de seu irmão envolvido no *putsch* fascista; e, em 1940, quando se queixa de perseguição policial.

de Vargas a publicação de um comunicado, no dia seguinte, em que explicou ter sido o discurso voltado a questões internas. Quanto à política externa afirmou:

[...] a política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana integral (sic), na defesa comum do continente contra qualquer ataque vindo de fora, o nosso país, por sua vez, não intervém em conflitos europeus, mantendo estrita solidariedade.

As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora. 585

Para tranquilizar ainda mais os Estados Unidos, Oswaldo Aranha instruiu o embaixador em Washington a declarar ao Departamento de Estado a solidariedade brasileira com o movimento pan-americano e a esperança de manter relações privilegiadas com aquele país. Em telegrama a Roosevelt, Vargas reiterou o compromisso com a solidariedade pan-americana⁵⁸⁶.

As relações do Brasil com o Eixo, no entanto, não mostravam sinais de deterioração. Mesmo após a invasão da França e a entrada das tropas alemãs em Paris no dia 14 de junho, o governo brasileiro aceitou representar os interesses italianos⁵⁸⁷ junto aos governos de Londres e Paris (e colônias destes)⁵⁸⁸, recusando-se apenas a fazê-lo ao Canadá, por não dispor na época senão

⁵⁸⁵ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 51.

⁵⁸⁶ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 53.

⁵⁸⁷ O BRASIL, 1944, p. 95-96, transcreve nota do embaixador Ugo Sola, em 31 de maio de 1940 (portanto, antes da invasão de Paris), em que o representante italiano agradecia ter o Brasil aceito a representação italiana junto aos "governos da França e da Grã-Bretanha bem como nos Domínios ou Colônias (excetuando o protetorado de Túnis)" na eventualidade de que seu país viesse "a encontrar-se em conflito" com aquelas nações.

⁵⁸⁸ RELATÓRIO, 1941, v. X, p. 5.

de Consulado em Montreal⁵⁸⁹. Na França, o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas transferiu-se para Vichy, capital do governo colaboracionista do marechal Pétain⁵⁹⁰, pois, desde 22 de junho, quando do armistício com a Alemanha, metade da França encontrava-se sob ocupação.

A convite de Vargas, o embaixador da Alemanha, Kurt Prüfer, entrevistou-se, em 20 de junho, com o presidente brasileiro sem o conhecimento do Itamaraty⁵⁹¹. O representante germânico apresentou propostas de cooperação econômica, inclusive compras de café e algodão, e acenou com financiamento para a siderurgia brasileira, em troca de mercadorias. As condições exigidas pela Alemanha incluíam a manutenção da neutralidade brasileira⁵⁹². Uma semana depois, Karl Ritter, ex-embaixador no Brasil e ainda na chefia da área econômica em Berlim, dirigiu-se a Vargas para assegurar que "o governo do Reich estava disposto a colaborar com o desenvolvimento dos grandes recursos naturais do Brasil" e disposto a iniciar "imediatamente negociações com o Brasil"⁵⁹³.

Contra o conselho de Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas tratou novamente, em 29 de julho, dos temas do polêmico discurso do navio Minas Gerais quando em visita à Confederação dos Trabalhadores Marítimos nos estaleiros da ilha do Viana no Rio de Janeiro⁵⁹⁴. Embora utilizando termos menos fortes do que os empregados anteriormente, Vargas reiterou "os conceitos emitidos" e criticou

⁵⁸⁹ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 46.

⁵⁹⁰ BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 1048-1049.

⁵⁹¹ Do livro O III Reich e o Brasil, v. II, consta, à p. 57, tradução de telegrama, datado de 3 de julho de 1940, em que o embaixador Prüfer relata ao Ministério do Exterior alemão encontro com o presidente Vargas.

⁵⁹² SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 55-57.

⁵⁹³ SEITENFUS, 2000, p. 247.

⁵⁹⁴ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 55.

as interpretações que foram dadas ao pronunciamento anterior, afirmando, *inter alia*:

Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos.

Não há presentemente motivos de espécie alguma de ordem moral ou material que nos aconselhem a tomar partido por qualquer dos povos em luta. O que nos cumpre é manter estrita neutralidade ativa e vigilante na defesa do Brasil.

[...] E essa união [o pan-americanismo], essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais, e na liberdade de nos organizarmos politicamente, segundo as próprias tendências, interesses e necessidades. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, porque isso seria atentar contra o direito que tem cada povo de dirigir sua vida interna e se governar. 595

A II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana, entre 21 e 30 de julho, constituiu oportunidade para o Brasil dar provas de seu propalado pan-americanismo. Oswaldo Aranha transmitiu ao secretário-geral do Itamaraty, embaixador Maurício Nabuco, chefe da delegação brasileira, extensas instruções de apoio à solidariedade americana⁵⁹⁶. O documento mais importante emanado do encontro foi a XV Resolução relativa à Assistência

⁵⁹⁵ ARAÚJO, 1996, p. 233-234.

⁵⁹⁶ SILVA, Hélio. 1972a, p. 178, informa que a delegação brasileira compunha-se ainda de João Neves da Fontoura; Sebastião do Rego Barros, consultor jurídico do Ministério; ministro Antônio Camilo de Oliveira, chefe da Divisão Política e Diplomática; Marcos de Souza Dantas, representante do Banco do Brasil; cônsul-geral Aníbal Saboia Lima; conselheiro Abelardo Bretanha Bueno do Prado; primeiro-secretário Vasco Leitão da Cunha; e cônsul Dora Vasconcellos da Cruz Cordeiro.

Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas, na qual se afirmou:

Todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território e contra a soberania ou independência política de um Estado americano será considerado como um ato de agressão contra os Estados que assinam essa Declaração.

No curso da reunião, alguns fatos europeus chamaram a atenção. A Marinha inglesa destruiu parte da frota francesa na Argélia para não deixar cair em mãos dos alemães; o marechal Pétain assumiu poderes na França ocupada; Lituânia, Letônia e Estônia – invadidas por tropas russas desde o mês anterior – votaram a favor de se tornar parte da União Soviética.

À margem da Reunião de Havana, as Delegações do Brasil e da Argentina assinaram declaração conjunta a respeito de medidas destinadas a incrementar o comércio bilateral⁵⁹⁷. A seu colega Júlio Roca, Aranha escreveu: "Creio que chegou o momento de fazermos obra ampla e orgânica. Queremos examinar a hipótese de um acordo sem fronteiras e até sem alfândegas, como convém às nossas economias complementares"⁵⁹⁸.

O Brasil persistia em dar sinais de que a situação de guerra não abalara suas relações com o Eixo, em especial a Itália. Assim, em agosto, encarregou à empresa Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas (LATI) de transportar o correio entre o Rio de Janeiro e as Missões Diplomáticas e Consulares brasileiras na Europa⁵⁹⁹. Sabendo das dificuldades brasileiras de substituir as companhias aéreas que operavam no território nacional, o chefe da Divisão

⁵⁹⁷ BARROS, 1943, p. 254.

⁵⁹⁸ HILTON, 1993, p. 60.

⁵⁹⁹ RODRIGUES, 1995, p. 440.

das Repúblicas Americanas do Departamento de Estado, Ellis O. Briggs, convenceu o presidente da Pan American Airways, Juan Trippe, a ampliar suas atividades no Brasil 600 .

O pêndulo da guerra continuava a favor dos alemães que, em agosto, anexaram tanto a Alsácia-Lorena quanto Luxemburgo. Em 25 de agosto, a Luftwaffe efetuou relevante bombardeio de Londres, mas, no dia seguinte, aviões britânicos revidaram e atacaram Berlim.

No mesmo mês, o Itamaraty se inteirou dos encontros secretos de Getúlio Vargas com o embaixador da Alemanha, Kurt Prüfer. Ao dar conhecimento aos Estados Unidos dos termos das propostas alemãs, o Brasil pediu rápida definição nos entendimentos que atendessem aos interesses brasileiros, entre os quais destacou o financiamento para a siderurgia nacional, mas também incluiu a dívida externa e a exportação do café e do algodão 601. Para tratar da questão da siderurgia, o governo brasileiro enviou aos Estados Unidos, em setembro, o empresário Guilherme Guinle, que, juntamente com o especialista Edmundo Macedo Soares, obteve um acordo de assistência técnico-financeira para o estabelecimento de complexo siderúrgico 602.

Enquanto, no final de setembro, o Japão assinava pacto de dez anos com Alemanha e Itália e começava a *blitz* aérea alemã contra Londres, os entendimentos brasileiros com os Estados Unidos prosseguiam. Em outubro, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a defesa continental. Logo ao chegar ao Brasil, o chefe da missão militar americana, tenente-coronel Lehman

⁶⁰⁰ SEITENFUS, 2000, p. 261.

⁶⁰¹ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 62.

⁶⁰² SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 63.

Miller, recebeu dos militares brasileiros pedido de fornecimento de armamento no valor de 180 milhões de dólares⁶⁰³.

As negociações levaram à assinatura de acordo pelo qual o Brasil prometeu ceder seu território aos Estados Unidos para a construção de bases navais e aéreas e garantir o fornecimento de produtos estratégicos, como quartzo e diamantes industriais⁶⁰⁴. O instrumento não incluía entre seus dispositivos os planos americanos de estacionar duas divisões entre Recife e Belém, por causa da forte oposição a essa ideia entre os militares brasileiros⁶⁰⁵. Mencionava, porém, a possibilidade de os Estados Unidos enviarem forças militares para auxiliar na defesa do território brasileiro. O acordo não chegou a ser cumprido por não disporem os Estados Unidos do material bélico solicitado pelo Brasil e pela não aceitação por parte dos militares brasileiros dos termos propostos pelos americanos para a defesa do Nordeste. Simultaneamente, as autoridades navais dos países chegaram a um entendimento pelo qual as forças navais norte-americanas deveriam iniciar, com discrição, algumas operações navais na área de Natal e ilhas próximas, ainda que sem ocorrência de ataques externos⁶⁰⁶.

Em outubro, prosseguiu o avanço dos países do Eixo e a ocupação de Bucareste. Hitler não conseguiu convencer Franco e Pétain a lutarem contra a Grã-Bretanha, mas outro país do Eixo, a Itália, logrou invadir a Grécia.

Os efeitos da guerra começaram a se fazer sentir no Brasil de forma mais direta quando surgiram problemas para a atuação da Marinha Mercante Nacional no Oceano Atlântico. Em 30 de outubro, o comitê criado pela Grã-Bretanha para fiscalizar o

⁶⁰³ MOURA, 1991, p. 11.

⁶⁰⁴ HIRST, 1982, p. 110.

⁶⁰⁵ MESPLÉ, 1989, p. 40-41.

⁶⁰⁶ HIRST, 1982, p. 110-111.

bloqueio ao comércio com a Alemanha transmitiu à Embaixada brasileira em Londres a negativa britânica a um pedido de licença de livre trânsito para transporte de parcela de material bélico, adquirido pelo Brasil à Alemanha dois anos antes, que se encontrava em Lisboa no navio Siqueira Campos⁶⁰⁷. O embaixador brasileiro em Londres, Moniz de Aragão, fez gestões junto a lord Halifax, em 2 de novembro⁶⁰⁸, e o chanceler Oswaldo Aranha conversou com o chefe da missão diplomática inglesa no Rio de Janeiro, Sir Geoffrey G. Knox, a quem expôs a posição brasileira. Não tendo resultados positivos tais gestões, o governo brasileiro determinou ao navio que zarpasse de Lisboa no dia 19 de novembro⁶⁰⁹. Dois dias depois, o Sigueira Campos foi interceptado pelos ingleses e obrigado a seguir para Gibraltar⁶¹⁰. O Brasil buscou apoio dos Estados Unidos junto ao governo britânico. O subsecretário de Estado norte-americano, Sumner Welles, convocou o embaixador britânico em Washington, Lord Lothian⁶¹¹, a quem afirmou que os armamentos que se encontravam no Siqueira Campos eram necessários para a defesa do Atlântico Sul. Em resposta, o governo inglês pediu ao Brasil o comprovante de pagamento desses armamentos. Informado por Welles, Oswaldo Aranha, em 26 de novembro, confirmou ao secretário de Estado americano o pagamento do material antes da decretação do bloqueio.

O cerco inglês prosseguiu e outras embarcações brasileiras foram, nos dias seguintes, objeto de ações britânicas. No dia

⁶⁰⁷ SILVA, (1972a, p. 278-279) transcreve telegrama enviado pela Embaixada em Londres no dia 30 de outubro, informando da recusa britânica.

⁶⁰⁸ O BRASIL (1944, p. 159) transcreve o telegrama de Moniz Aragão relatando o encontro com Lord Halifax. Veja também SILVA, H., 1975b, p. 91.

⁶⁰⁹ ARAÚJO, 1996, p. 241.

⁶¹⁰ RELATÓRIO, 1940.

⁶¹¹ O BRASIL (1944, p. 165) transcreve telegramas de Aranha a Londres em que relata conversa telefônica que manteve com Sumner Welles. Veja também SILVA, H., 1972a, p. 302.

27 de novembro, barcos ingleses inspecionaram e removeram caixas do navio brasileiro Buarque, que se encontrava em escala em Port of Spain, a caminho da América do Norte, por conter carga proveniente da Alemanha. Os 70 volumes retirados pelos ingleses destinavam-se ao porto venezuelano de La Guaira e eram constituídos de 38 fardos de alcoolatos perfumados procedentes de Buenos Aires e de 32 caixas de tecidos embarcadas no Rio de Janeiro⁶¹². Após protesto de Aranha, o embaixador britânico G. Knox desculpou-se por nota⁶¹³.

No meio tempo, a solidariedade hemisférica aumentava. Em Washington, no final de novembro, 14 países produtores de café e um consumidor (Estados Unidos) assinaram o Convênio Interamericano do Café. Em 1º de dezembro, na costa fluminense, um cruzador inglês intimou o navio brasileiro Itapé a parar e dele mandou retirar 22 passageiros alemães, quase todos tripulantes de navios mercantes retidos em portos brasileiros com destino a Salvador e Belém⁶¹⁴.

O embaixador britânico no Rio de Janeiro, Sir Geoffrey Knox, apresentou, em 6 de dezembro, nota com exigências para liberar o Siqueira Campos, entre as quais: o compromisso de não vir o Brasil a solicitar mais isenções para exportações de países inimigos; instruir o Lloyd Brasileiro a cobrir toda sua frota com *ship warrants*, imobilizar os navios inimigos então em seus portos; e cessar as operações das Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas (Lati) no Brasil. Em encontro com Sir Knox, Aranha disse que concordaria em não pedir novas isenções. Declarou que mostraria os recibos dos pagamentos feitos à Alemanha. Quanto a outras exigências

⁶¹² VIANNA, 1958, p. 272, possivelmente com base em correspondência do diretor do Lloyd Brasileiro, Graça Aranha, a Oswaldo Aranha, na qual descreveu a carta. Veja O BRASIL, 1944, p. 148.

⁶¹³ O BRASIL, 1944, p. 150.

⁶¹⁴ VIANNA, 1958, p. 272.

afirmou que o Brasil as consideraria se a Grã-Bretanha consentisse que brasileiros comprassem 15 navios estrangeiros na ocasião em seus portos. Mostrou a disposição brasileira de interromper o comércio com a Alemanha, mas afirmou não poder, de acordo com a Declaração do Panamá, comprometer-se a imobilizar navios em portos, sem consultas às demais repúblicas americanas. O conselheiro comercial da Embaixada britânica, no dia 7, teve acesso à documentação relativa à compra de armamentos que se encontrava depositada no Banco do Brasil. O embaixador Knox confirmou a seu governo que os armamentos haviam sido adquiridos antes do início do bloqueio.

No momento em que no norte da África tropas britânicas lançavam ataque aos italianos no deserto ocidental, aumentava a tensão nos meios militares brasileiros a respeito do Siqueira Campos. No dia 10, o general Góes Monteiro conversou com o encarregado de negócios dos Estados Unidos, William Carter Burdett, a quem se queixou da atitude inglesa. Mencionou a possibilidade de o Brasil desapropriar empresas inglesas, tais como a São Paulo Railway, Western Telegraph, London Bank, frigoríficos etc. 615 A embaixada em Londres informou, no dia 14, que a decisão final britânica dependia da resposta formal brasileira às questões do Ship Warrant e da imobilização dos navios nos portos brasileiros⁶¹⁶. Vargas convocou o Ministério para estudar medidas de represália contra a Grã-Bretanha, ocasião em que Aranha admitiu a possibilidade do rompimento de relações diplomáticas. O Departamento de Estado americano voltou a exercer pressões junto ao governo britânico. Welles telegrafou ao encarregado de negócios dos Estados Unidos em Londres, Johnson, instruindo-o a informar Lord Halifax da preocupação americana quanto à

⁶¹⁵ SILVA, 1972a, p. 307-311.

⁶¹⁶ O BRASIL, 1944, p. 169.

questão. Esclareceu que a maneira pela qual as exigências foram apresentadas ao governo brasileiro causara ressentimentos. Ponderou ser impossível ao Brasil cumprir rapidamente a exigência relativa a navios italianos e alemães em portos brasileiros, pois dependia de ação conjunta hemisférica. Salientou a relevância da questão para a causa da solidariedade interamericana 617. No dia 15, Sir Knox informou o governo brasileiro de que o navio Siqueira Campos fora liberado 618. Ao final do mês, foi também liberado o navio Buarque 619. Como que a provar as enormes preocupações inglesas com a situação da guerra, duas semanas depois, isto é, no dia 29 de dezembro, Londres sofreria um dos piores bombardeios aéreos por parte da Alemanha.

1941 – DIFICULDADES COM O BLOQUEIO BRITÂNICO. FINANCIAMENTO AMERICANO (SIDERURGIA E EQUIPAMENTO MILITAR) E VENDA DE MINÉRIOS. RESTRIÇÕES A EMPRESAS DO EIXO

Em 1941, a situação da guerra começaria a se alterar. De um lado, a ofensiva alemã prosseguia com a intensificação de ataques marítimos, avanços para o norte da África, a ocupação da Iugoslávia e da Grécia e o ataque à Rússia. Do outro lado, os Aliados se fortaleciam com a assinatura, por Roosevelt e Churchill, da Carta do Atlântico, que propunha a criação de uma Organização para manter a segurança internacional. O bombardeio de Pearl Harbor pelo Japão, ao final do ano, traria os Estados Unidos totalmente ao conflito e ao cenário asiático.

⁶¹⁷ SILVA, H., 1972a, p. 312-314.

⁶¹⁸ SEITENFUS (2000, p. 259, nota 585) informa que o cargueiro brasileiro retornaria ao Brasil, depois de transitar por Nova York.

⁶¹⁹ SILVA, 1975b, p. 10.

As dificuldades com o bloqueio britânico prosseguiam. O navio Bagé, contendo material bélico adquirido da Alemanha, dirigiu-se a Lisboa, onde deveria transferir sua carga para o Siqueira Campos. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, insistia em que o Bagé prosseguisse viagem para trazer o material ao Brasil⁶²⁰. As autoridades britânicas, porém, determinaram que fossem descarregados os armamentos em Lisboa⁶²¹. O governo brasileiro, temendo novas ações britânicas, acompanhando opinião do Itamaraty, decidiu reter o Bagé em Portugal até entendimentos com o governo britânico, o que ocorreria em meados do ano, novamente com interveniência de Washington⁶²².

O Brasil aproximou-se mais dos Estados Unidos e, por acordo assinado em 17 de janeiro, concordou com a criação de missões militares norte-americanas do Exército e da Aviação que se somariam à Naval, instalada 20 anos antes⁶²³. Refletindo as preocupações brasileiras com a aproximação da guerra de seu território a justificar o reaparelhamento militar, no dia seguinte à assinatura do acordo, um cruzador britânico capturou o navio mercante francês Mendoza em águas da zona de segurança, localizadas no litoral brasileiro⁶²⁴.

As negociações sobre a concretização das solicitações brasileiras a Washington se viabilizaram, em março, após aprovação nos Estados Unidos da Lei Pitmann, que permitiu a venda de armamento a qualquer República americana, e da Lei de Empréstimo e Arrendamento⁶²⁵. Getúlio Vargas anotou em seu

⁶²⁰ VARGAS, 1995, p. 368.

⁶²¹ Verbete "Oswaldo Aranha". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 182.

⁶²² MOURA, 1991, p. 79.

⁶²³ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 70.

⁶²⁴ O BRASIL, 1944, p. 235.

⁶²⁵ SILVA, 1975b, p. 10.

diário estar "examinando com o governo americano a possibilidade de negociarmos crédito para aquisição de material bélico pelo pagamento em minerais estratégicos"⁶²⁶.

A Alemanha – cujas tropas chefiadas por Rommel haviam avançado no norte da África e chegado a Trípoli, na Líbia, – tomava consciência da crescente aproximação brasileiro-americana. Em 22 de março, em ação não explicada, seus aviões bombardearam e metralharam o navio Taubaté, no Mediterrâneo, entre Chipre e Alexandria, apresentando a ação germânica o saldo de um morto e 12 feridos⁶²⁷. O governo alemão não respondeu às interpelações diplomáticas feitas pelo Brasil⁶²⁸.

Prosseguia o acercamento dos Estados Unidos. Por acordo, assinado em abril, foram estabelecidas as facilidades a serem concedidas à Marinha de Guerra dos Estados Unidos nas operações na costa brasileira. Vargas recebeu, no dia 7, o presidente do Export-Import Bank americano, Warren Pierce, com quem tratou das condições de novo crédito para compra de material bélico e da venda de minérios que serviriam para seu pagamento⁶²⁹ e, no mesmo mês, os Estados Unidos assinaram acordo de fornecimento de armas para o Brasil e a concessão de crédito de 12 milhões de dólares pelo Export-Import Bank para compra de equipamentos militares americanos⁶³⁰. O embaixador Jefferson Caffery obteve de Oswaldo Aranha concordância para que a Marinha de Guerra dos Estados Unidos passasse a utilizar os portos de Recife e Salvador⁶³¹.

⁶²⁶ VARGAS, 1995, p. 385.

⁶²⁷ VIANNA, 1958, p. 271. Vide também O BRASIL, 1944, p. 211-12, que reproduz despachos da Associated Press e relatório da Legação em Alexandria onde se informa ter sido morto o contador José Francisco Fraga e terem sido feridos sete tripulantes.

⁶²⁸ ARAÚJO, 1996, p. 289.

⁶²⁹ VARGAS, 1995, p. 389.

⁶³⁰ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 70.

⁶³¹ BRANDI, 1984a.

As diferenças entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires a respeito do conflito mundial não impediram a aproximação comercial. Assim, seguindo as recomendações adotadas bilateralmente durante a Reunião de Ministros realizada em Havana, no ano anterior, Brasil e Argentina firmaram, em 9 de abril, dois convênios destinados a facilitar o comércio bilateral. Entre os produtos brasileiros beneficiados pelas medidas encontravam-se tecidos, ferro, madeiras e borracha⁶³².

Em discurso radiofônico, Franklin D. Roosevelt, tendo presente os avanços de Rommel no norte da África, alertou seu país, em maio, para o perigo de a guerra se estender a Dacar, aos Açores e a Cabo Verde, "a apenas sete horas do Brasil"⁶³³. O discurso tornou público o interesse dos militares dos Estados Unidos na utilização de bases navais e aéreas do Brasil por tropas norte-americanas, para a defesa hemisférica contra uma invasão germânica procedente da costa ocidental da África⁶³⁴.

Os gestos do governo de Washington finalmente se materializavam em cooperação concreta. Ainda em maio⁶³⁵, ao final de dois anos de negociação, o Export-Import Bank dos Estados Unidos aprovou financiamento de 20 milhões de dólares para a compra brasileira de equipamento e instalação da usina siderúrgica brasileira. No mesmo mês, o presidente do Export-Import Bank, Warren Pierce, visitou o Rio de Janeiro e assinou, no dia 14, Acordo de Materiais Estratégicos com o Brasil. Durante a negociação, os norte-americanos defenderam a adoção de critérios independentes das oscilações dos preços dos produtos no mercado

⁶³² BARROS, 1943, p. 255.

⁶³³ MESPLÉ, 1989, p. 40.

⁶³⁴ MOURA, 1980, p. 150.

⁶³⁵ LEVINE (1998, p. 65) nota que em maio de 1941, Vargas enviou telegrama a Hitler expressando felicidade pessoal e prosperidade para o povo alemão.

internacional⁶³⁶. Acordou-se que o Brasil daria aos Estados Unidos exclusividade na venda de bauxita, berílio, cromita, ferro, níquel, diamantes, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio. Os Estados Unidos comprometeram-se a comprar tais produtos nos limites estabelecidos a preços corrigidos semestralmente e a fornecer produtos essenciais à indústria brasileira⁶³⁷.

Instruído por Washington, o embaixador Caffery indaga qual seria a posição brasileira caso os Estados Unidos viessem a se envolver no conflito mundial. Vargas responde, em fins de maio:

O senhor pode dizer ao presidente Roosevelt que estou inteiramente de acordo com sua análise da situação internacional e que o Brasil honrará as obrigações contraídas no Panamá e em Havana. Em outros termos, podem contar conosco. 638

Em junho, vitórias germânicas continuavam a preocupar os americanos. A Alemanha avançou pelas fronteiras com a Finlândia, a Hungria e a Romênia. Roosevelt enviou, em 10 de julho, mensagem a Vargas, por intermédio do embaixador Jefferson Caffery, em que afirmou ter indicações de que as tropas nazistas pretenderiam alcançar Dacar e as ilhas de Cabo Verde. De lá, o primeiro objetivo seria provavelmente Natal. Solicitou a participação do Brasil em plano para proteção do hemisfério. Vargas respondeu a mensagem, por carta, no dia 26, em que reiterou estar o país "disposto a emprestar inteira colaboração aos Estados Unidos, empregando

⁶³⁶ HIRST, 1982, p. 93, 104-105.

⁶³⁷ CORSI, 2000, p. 177.

⁶³⁸ SEITENFUS, 2000, p. 271, com base em documentos americanos.

todas as forças e os meios de que dispuser para assegurar a defesa comum do continente americano"639.

Sob a ameaça dos alemães, que se aproximavam de sua capital, em julho, a União Soviética concluiu com a Grã-Bretanha um pacto de assistência mútua. Entrementes, na Ásia, tropas japonesas tomaram Saigon. No final do mês, tanques alemães tomaram Minsk a meio caminho de Moscou. Nesse contexto de preocupação com os avanços germânicos, encorajado pelas ações concretas americanas, o Brasil oferecia reciprocidade a Washington. Ainda em julho, Getúlio Vargas autorizou a Pan American Airways, por meio de sua subsidiária Panair do Brasil⁶⁴⁰, a construir e melhorar aeroportos no litoral do Nordeste brasileiro⁶⁴¹, utilizados como ponto de apoio de acesso de ingleses ao norte da África e de norte-americanos à Ásia. Em agosto, o governo brasileiro informou ao governo americano que, se obtido acordo com os Países Baixos, o Brasil estaria disposto a colaborar em eventual ocupação no Suriname⁶⁴².

O governo brasileiro apresentou, em julho, protesto ao governo da Itália pela violação de correspondência diplomática brasileira transportada pela empresa LATI. A Chancelaria romana comprometeu-se a terminar as irregularidades e contatou o Ministério do Interior para que pusesse fim à censura⁶⁴³.

⁶³⁹ SILVA, 1972b, p. 64.

⁶⁴⁰ MOURA, 1991, p. 11.

⁶⁴¹ HILTON (1990, p. 162) afirma que, embora ostensivamente a autorização dada à Panair fosse para seu próprio uso dos aeroportos, na realidade era para uso pelo Exército dos Estados Unidos mediante acordo secreto com a Panair. Meses depois, pilotos militares americanos usariam esses aeroportos brasileiros para enviar aviões e outros equipamentos para forças britânicas no Egito e outras partes do Oriente Médio.

⁶⁴² SILVA, 1975b, p. 12.

⁶⁴³ SEITENFUS (2000, p. 263) informa que a violação continuaria, pois os arquivos diplomáticos italianos dispõem de fotocópias de documentos entre o Itamaraty e Embaixadas brasileiras na Europa.

Reunidos em Newfoundland, no Canadá, em agosto, Winston Churchill e Roosevelt acordaram a Carta do Atlântico. Declararam que seus países não tinham reivindicações de território e propuseram que as nações agressoras fossem desarmadas. Ignorando essas propostas, Berlim seguia suas invasões e, no final do mês, tropas alemãs capturaram a capital da Estônia. Em contraste com a atitude brasileira de aproximação dos Aliados, em setembro, o presidente da Argentina, Ramón Antonio Castillo Barrionuevo, não apenas vetou a decisão de sua Câmara de Deputados que declarara persona non grata o embaixador alemão, como também se recusou a decretar o confisco dos navios de propriedade ou controlados pelo Eixo⁶⁴⁴.

Os entendimentos brasileiros com Washington avançaram e, em 1º de outubro, os dois países assinaram o Acordo de Empréstimo e Arrendamento pelo qual os Estados Unidos comprometeram-se a fornecer até 100 milhões de dólares de equipamento militar ao Brasil no prazo de três anos⁶⁴⁵. O Departamento de Estado dos Estados Unidos informou o governo brasileiro de que a empresa LATI fornecia aos submarinos italianos e alemães na costa brasileira informações sobre a localização dos navios mercantes aliados e dos neutros, tendo sido por essa razão posto a pique o navio mercante português Cauda⁶⁴⁶. Em 13 de novembro de 1941, Xanthaky, adido à Embaixada dos Estados Unidos, levou a Vargas documento secreto do diretor da LATI, na Itália, ao seu representante no Brasil, concitando-o a entender-se com os integralistas para promover a deposição do governo (desconhecia Vargas que o documento apresentado por Xanthaky fora forjado

⁶⁴⁴ SOARES, A.T. 1980, p. 55.

⁶⁴⁵ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 70.

⁶⁴⁶ RODRIGUES, 1995, p. 440.

pelo serviço secreto inglês) 647 . Xanthaky propôs meios para o Brasil acabar com as linhas de transporte aéreo controladas pelo Eixo 648 .

Oswaldo Aranha visitou o Chile, a Argentina e o Uruguai, em novembro, com o objetivo de apurar até que ponto esses países estavam dispostos a cumprir a resolução relativa à Assistência Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas, aprovada na II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no ano anterior. Discutiu também a questão Equador-Peru, possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial e as ligações físicas no Prata, isto é, a ponte sobre o rio Uruguai que viria a ligar Uruguaiana a Paso de los Libres⁶⁴⁹. A aproximação econômica entre o Brasil e a Argentina levaria os chanceleres Oswaldo Aranha e Enrique Ruiz-Guiñazú a assinarem, em 21 de novembro, tratado sobre livre intercâmbio, preconizando, na ocasião, uma união aduaneira entre os dois países, aberta à adesão de países limítrofes:

[...] o propósito de conseguir estabelecer em forma progressiva um regime de intercâmbio livre, que permita chegar a uma união aduaneira [...] aberta à adesão dos países limítrofes, o que não seria obstáculo a qualquer amplo programa de reconstrução econômica que, sob a base da redução ou eliminação de direitos e outras preferências comerciais, viesse a desenvolver o comércio internacional, baseado no princípio multilateral e incondicional da Nação mais favorecida. 650

⁶⁴⁷ VARGAS, 1995, p. 435, nota 44 do CPDOC. Vide também HILTON (1981, p. 200-201) que, com base em documentos do Arquivo Nacional em Washington, relata como a carta foi preparada pelos ingleses.

⁶⁴⁸ VARGAS, 1995, p. 435.

⁶⁴⁹ ARAÚJO, 1996, p. 256-63, relata a viagem com pormenores.

⁶⁵⁰ BANDEIRA, 1995, p. 41-42.

A embaixada alemã no Brasil ainda acreditava, no final de novembro, que o Brasil desejava fortemente manter-se em bons termos com Berlim⁶⁵¹. Se havia motivos para que os alemães ainda acreditassem nessa possibilidade, estes desapareceriam após o surpreendente ataque japonês à base naval americana de Pearl Harbor, no arquipélago do Havaí, ocorrido em 7 de dezembro. A ação militar japonesa destruiu cinco belonaves, mais de 200 aviões e resultou na morte de 2.400 pessoas. Tão logo informado do trágico evento, Vargas, depois de reunir seu Ministério, emitiu nota à Imprensa em que o governo declarou "solidariedade aos Estados Unidos, de acordo com as nossas obrigações continentais"652. O gabinete aprovou também por unanimidade medidas para impedir o funcionamento de rádios clandestinas operadas pelo Eixo no Brasil. Oswaldo Aranha conversou com os embaixadores dos países latino-americanos e expressou-lhes entendimento de que o ataque aos Estados Unidos representava ataque contra todos e exigia resposta unânime⁶⁵³. Vargas enviou a Roosevelt telegrama, no dia 8, quando declarou a solidariedade brasileira com os Estados Unidos nos seguintes termos⁶⁵⁴:

Ao tomar conhecimento da agressão sofrida por parte do Japão, convoquei os membros do meu governo e tenho a honra de informar a V. Excia. que ficou resolvido, por unanimidade, que o Brasil se declarasse solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental.⁶⁵⁵

⁶⁵¹ GAMBINI, 1977, p. 78.

⁶⁵² SILVA, 1972b, p. 175.

⁶⁵³ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 250.

⁶⁵⁴ RELATÓRIO, 1941, v. IX.

⁶⁵⁵ O BRASIL, 1944, p. 236 e ARAÚJO, 1996, p. 264.

Em resposta de agradecimento, o presidente norte-americano considerou a mensagem brasileira: "prova culminante da afirmação... de que o interamericanismo passara do domínio dos convênios para a ação positiva"656. Os demais países latino-americanos não adotaram atitude idêntica. Na América Central, o México rompeu relações com o Japão e outros países da região declararam--lhe guerra (Nicarágua, Honduras, Guatemala, Haiti, El Salvador, República Dominicana, Panamá, Cuba e Costa Rica). Na América do Sul, a Colômbia rompeu relações com os nipônicos, o Peru ofereceu cooperação e, tal como o Brasil, a Venezuela, o Paraguai e o Equador solidarizaram-se com os Estados Unidos⁶⁵⁷. O Uruguai condenou a agressão japonesa e ofereceu o uso de seus portos aos Estados Unidos. A Argentina, a Bolívia e o Chile, porém, não consideraram que os Estados Unidos estavam em estado de beligerância com o Japão⁶⁵⁸. Hitler e Mussolini declararam guerra aos Estados Unidos, no dia 11 de dezembro. Coincidentemente, a União Soviética começara a retomar cidades russas que estavam em poder dos alemães que, pela primeira vez, passavam à defensiva no front oriental.

A partir de Pearl Harbor, o governo brasileiro começou a autorizar o pouso regular em território nacional pelas Forças Aéreas Norte-Americanas. Aquiesceu, a pedido de Roosevelt, de enviar, a cada base do Norte e do Nordeste (Belém, Natal e Recife), 50 militares americanos⁶⁵⁹. O governo americano aproveitou o clima de entendimento e Sumner Welles transmitiu ao embaixador em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, pedido de permissão para envio de pessoal técnico que teria como

⁶⁵⁶ RELATÓRIO, 1941, p. 99.

⁶⁵⁷ O BRASIL, 1944, p. 236-240.

⁶⁵⁸ ARAÚJO, 1996, p. 265-266.

⁶⁵⁹ BANDEIRA, 1994, p. 151.

tarefa proceder à vistoria de motores e instalações de aviões que tomariam a rota Natal-África para dirigir-se ao Oriente Próximo. Os técnicos seriam em número de 50 para cada uma das bases brasileiras de Belém, Natal e Recife. Vargas concordou em atender a solicitação⁶⁶⁰. Em 23 de dezembro, chegaram ao Recife os primeiros norte-americanos para preparar as bases militares no Nordeste⁶⁶¹. Ao desembarcarem, verificou-se serem fuzileiros navais armados. Por descumprirem o acordado a respeito de virem na qualidade somente de técnicos, foram retiradas suas armas⁶⁶².

Os gestos contrários ao Eixo também aumentaram. O Brasil proibiu, em 28 de dezembro, as operações das companhias alemãs e italianas (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas – LATI, italiana, e Condor, alemã). A decisão de cancelar a concessão da LATI para operar no Brasil foi particularmente bem recebida pelos britânicos e americanos de la Condo dos discursos de Vargas muito se diferenciava, então, daqueles que pronunciara no navio Minas Gerais e na ilha do Viana, no ano anterior. Em alocução proferida em 31 de dezembro, durante banquete que lhe ofereceram as Forças Armadas, Vargas reiterou a solidariedade continental e afirmou que o Brasil assumiria suas responsabilidades na defesa continental, uma vez recebido, em tempo hábil, "o elemento material" necessário. Declarou, inter alia:

Agredido um país deste Hemisfério, mesmo que não fosse a nobre Nação americana, a quem nos vincula um século de leal estima e estreita colaboração, seria dispensável invocar obrigações assumidas em congressos

⁶⁶⁰ SILVA, 1972b, p. 80.

⁶⁶¹ SEITENFUS, O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo (mimeo.), s/d., p. 72.

⁶⁶² MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 8.

⁶⁶³ HIRST, 1982, p. 111.

⁶⁶⁴ HILTON, 1981, p. 217.

internacionais. Não subsistiam dúvidas sobre a atitude a seguir e, na primeira hora, a definimos, manifestando nossa solidariedade aos Estados Unidos.

Podíamos, até então, ter opiniões discordantes sobre os motivos do conflito, fazer previsões pessoais acerca das suas consequências. Não estávamos em causa, mesmo de forma indireta, e mantínhamos exemplar neutralidade dentro das normas do Direito das Gentes. Os nossos compromissos, todos de caráter defensivo, são restritos ao continente. As nações, porém, como os indivíduos, atravessam grandes momentos em que é preciso enfrentar o destino. Devem, então, fazê-lo com firmeza, porque ninguém pode, na época conturbada em que o mundo vive, garantir-se contra imprevistos e surpresas senão assumindo posições claras e agindo sem tergiversação. Tomamos a decisão que correspondia ao nosso determinismo histórico. Esta decisão foi pautada em obrigações solenes e representa a livre deliberação do povo cuja soberana vontade o governo fielmente interpreta.

Se formos agredidos, se tentarem violar qualquer trecho do nosso território, o Brasil coeso lutará, confiante na bravura dos seus soldados, que cultuam, acima da própria vida, a honra, a disciplina e o dever.⁶⁶⁵

A aproximação dos Estados Unidos refletia-se em benefícios econômicos. Em 1941, melhoraram consideravelmente os saldos na balança comercial graças às exportações de materiais estratégicos para aquele país e ao aumento de exportações para mercados antes supridos pela Grã-Bretanha e pelos norte-americanos⁶⁶⁶. Ao final do ano, os principais parceiros comerciais eram, nessa ordem, os

⁶⁶⁵ SILVA, 1972b, p. 84.

⁶⁶⁶ ABREU, 1997a, p. 94.

Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Argentina. Esta última fornecia 90% do trigo consumido no Brasil e respondia por 13% da pauta brasileira de exportação. Os Estados Unidos, que em 1938 supriam 25% das importações brasileiras, em 1940-1941 forneciam 56% do total. No mesmo período, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram de um terço para metade do total⁶⁶⁷. Enquanto isso, as exportações brasileiras para a Europa que atingiram 52,3% do total em 1938, caíram para 16,8% em 1941, não desaparecendo totalmente em razão de algumas importações das extremidades ocidentais (Grã-Bretanha, Portugal e Espanha) e setentrionais (Suécia), bem como da Suíça⁶⁶⁸.

1942 – CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO RIO DE JANEIRO. O ROMPIMENTO COM O EIXO. ATAQUES A NAVIOS BRASILEIROS. INGRESSO NA GUERRA

Em 1942, a situação da guerra apresentou sinais favoráveis aos Aliados, embora o Eixo fizesse também alguns avanços. Naquele ano, no Brasil, apesar da forte aproximação com os Estados Unidos, ainda quase metade do capital estrangeiro investido no Brasil provinha da Grã-Bretanha, ocupando os Estados Unidos o segundo lugar, com um quarto do total, seguido do Canadá em 18% 669.

No dia 1º de janeiro, 26 países aliados assinaram, em Washington, a Declaração das Nações Unidas, à qual o Brasil não ainda aderira⁶⁷⁰. Roosevelt – que voltava-se com grave preocupação para os avanços japoneses sobre as Filipinas – agradeceu a Vargas, em 7 de janeiro, a colaboração brasileira, em especial as facilidades

⁶⁶⁷ HILTON, 1990, p. 163.

⁶⁶⁸ BUESCU, 1976, p. 19, 21 e 39.

⁶⁶⁹ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 378.

⁶⁷⁰ GARCIA, 1999, p. 77.

para o corredor aéreo para a África e a utilização de portos e aeroportos no Nordeste⁶⁷¹. Referindo-se ao discurso do presidente brasileiro no Automóvel Clube, assegurou que remeteria o equipamento esperado pelo Brasil⁶⁷².

Nesse contexto de franca cooperação entre Brasil e Estados Unidos, realizou-se no Rio de Janeiro, entre 15 e 28 de janeiro, a III Conferência de Ministros das Relações Exteriores das Américas para discutir a "solidariedade continental"⁶⁷³. Pouco antes da Conferência, o Chile e a Argentina confirmaram sua neutralidade⁶⁷⁴, eliminando a possibilidade de união latino-americana⁶⁷⁵. No discurso que pronunciou na abertura da Reunião, o presidente Vargas declarou:

[...] A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez. Aqui estamos, portanto, como representantes soberanos da família americana de Pátrias livres e amantes da Paz, para reafirmar à Nação bruscamente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos [...].

Em seguida, o chanceler Oswaldo Aranha afirmou:

[...] a América foi agredida por forma inesperada e brutal [...]. Não deixaram os agressores, com seu ato, alternativa para os povos continentais, nem mesmo para os seus admiradores ou adeptos.

⁶⁷¹ SILVA, 1972b, p. 85.

⁶⁷² MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 9.

⁶⁷³ MESPLÉ, 1989, p. 42.

⁶⁷⁴ ARAÚJO, 1996, p. 274.

⁶⁷⁵ CERVO; RAPOPORT, 1998, p. 267.

Esta é a razão pela qual nos reunimos aqui não somente porque as nossas terras, as nossas fronteiras, as nossas costas estejam ameaçadas, ou possam ser igualmente atacadas, mas porque a nossa vida, a nossa religião, a nossa moral, as nossas famílias, as nossas raças, as nossas instituições, as nossas liberdades, enfim as nossas ideias estão em risco iminente de perecerem. 676

A delegação dos Estados Unidos, chefiada por Sumner Welles⁶⁷⁷, propôs resolução pela qual a Conferência deveria concordar com o rompimento imediato de relações com o Eixo⁶⁷⁸. A Argentina e o Chile se opuseram ao projeto de resolução. Os ministros da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e Peru chegaram a acordo, no dia 22, sobre a redação de artigo pelo qual as Repúblicas americanas declaravam "não poder continuar a manter relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália."

Diante da oposição do presidente em exercício da Argentina, Ramón Castillo, a delegação daquele país deixou de apoiar a redação. O chanceler argentino, Enrique Ruiz-Guiñazú, objetou o rompimento com os países do Eixo de forma coletiva, assim como uma aliança militar pan-americana. Enquanto a Argentina tratava de manter a neutralidade por razões de dificuldades do governo no plano interno, o Chile se opunha ao rompimento por temer ataques japoneses na sua costa⁶⁷⁹. Em consequência da vontade contrária argentina, a Conferência apenas recomendou o rompimento⁶⁸⁰, nos seguintes termos:

⁶⁷⁶ RELATÓRIO, 1942, p. 111-14.

⁶⁷⁷ SILVA, 1975b, p. 128.

⁶⁷⁸ HULL (1948, p. 1145) afirma: "President Vargas and Foreign Minister Aranha of Brazil were at one with us in this attitude".

⁶⁷⁹ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 5-6.

⁶⁸⁰ MESPLÉ, 1989, p. 42.

As Repúblicas americanas, obedecendo aos preceitos estabelecidos por suas próprias leis, e de acordo com a posição e circunstâncias de cada uma no atual conflito continental, recomendam a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os demais declarado guerra a um país americano. 681

Durante a Conferência do Rio de Janeiro, o presidente do Export-Import Bank, Warren Pierce, negociou com o Brasil plano que incluía a abertura da mina de Itabira, melhoramentos ferroviários para transportar minério de ferro para o porto de Vitória e financiamento para capacitar a Central do Brasil a transportar grandes quantidades de manganês e minério de ferro para o porto do Rio de Janeiro, bem como realizar melhoramentos neste último porto. O governo brasileiro concordou com o plano, condicionando-o ao fornecimento de armamento ao Brasil⁶⁸². O entendimento permitiu a expansão dos propósitos iniciais do acordo sobre materiais estratégicos do ano anterior, passando os Estados Unidos a financiar projetos que facilitassem o escoamento do material de que necessitava. Assim, por exemplo, financiou a reparação de estrada de governador Valadares a Maria do Suassuí, em Minas Gerais, para melhorar o acesso a reservas de mica⁶⁸³.

No dia 28, ao final da Conferência, Oswaldo Aranha, autorizado por Vargas, uma vez obtida dos Estados Unidos, promessa de reequipamento das Forças Armadas brasileiras⁶⁸⁴, anunciou a decisão brasileira de romper relações diplomáticas e comerciais

⁶⁸¹ O BRASIL, 1944, p. 11; ARAÚJO, 1996, p. 278.

⁶⁸² MOURA, 1984.

⁶⁸³ HIRST, 1982, p. 96.

⁶⁸⁴ VARGAS (1995, p. 454) relata suas conversas com o secretário de Estado Sumner a esse respeito. Ver também CERVO; BUENO, 1986, p. 239 e SILVA, 1972b, p. 85-6, que reproduz mensagem de Roosevelt a Vargas sobre a remessa de armamento.

com a Alemanha, a Itália e o Japão⁶⁸⁵. Também o fizeram Uruguai, Paraguai, Equador e Bolívia⁶⁸⁶. Ocupou-se o governo brasileiro em rapidamente concretizar o rompimento e, por telegramas às embaixadas em Berlim, Roma e Tóquio, bem como correspondência aos respectivos embaixadores no país, no mesmo dia 28, o Brasil suspendeu as relações⁶⁸⁷.

Terminados os trabalhos centrais do encontro pan-americano, no dia 29, os chanceleres do Peru, Solf y Muro, e do Equador, Tobar Donoso, assinaram, como partes, o Tratado do Rio de Janeiro (Protocolo de Paz, Amizade e Limites)⁶⁸⁸. Firmaram também o documento, como testemunhas, os chanceleres do Brasil, Oswaldo Aranha, da Argentina, Ruiz Guiñazú, do Chile, Juan B. Rossetti, e o subsecretário de Estado americano, Sumner Welles⁶⁸⁹.

A partir da Conferência desenvolveu-se intensa colaboração do Brasil com os Estados Unidos que culminaria com a participação do país no conflito mundial, ao lado dos Aliados e sob o comando norte-americano. Em contraste, na mesma ocasião, tendo em conta a atuação negativa da Argentina durante a Conferência do Rio de Janeiro, o governo americano decidiu não entregar material de guerra àquele país vizinho, enquanto Buenos Aires não modificasse sua posição amistosa em relação aos países do Eixo⁶⁹⁰.

Em Berlim, o embaixador Cyro de Freitas-Valle destruiu o arquivo confidencial da embaixada 691 e entregou, no dia 29, a nota

⁶⁸⁵ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 12. Vide texto do discurso pronunciado por Aranha em O BRASIL, 1944, p. 14-17.

⁶⁸⁶ ARAÚJO, 1996, p. 280.

⁶⁸⁷ RELATÓRIO, 1942, p. 127-30.

⁶⁸⁸ BARROS (1943, p. 296-300) transcreve o Protocolo.

⁶⁸⁹ ARAÚJO, 1996, p. 283.

⁶⁹⁰ POTASH (1984, p. 244) com base em telegramas trocados entre o embaixador americano em Buenos Aires, Norman Armour, e o subsecretário de Estado, Sumner Welles, entre 3 e 4 de fevereiro de 1942.

⁶⁹¹ HILTON, 1981, p. 152.

de rompimento. Dias antes estivera com o Barão Weizsäcker a quem antecipara a possibilidade de o rompimento ocorrer⁶⁹². Freitas--Valle, juntamente com outros diplomatas, permaneceria confinado em Baden-Baden por nove meses, enquanto se desenrolaram negociações sobre sua saída da Alemanha⁶⁹³. Na capital italiana, o encarregado de negócios C. A. Moniz Gordilho comunicou o rompimento ao marquês Lanza d'Aleta, chefe do Gabinete do conde Galeazzo Ciano, o obteve, do chefe do Cerimonial, ministro Geisser Di Vegliasco, sem dificuldades, a adoção das providências necessárias para a saída do pessoal diplomático⁶⁹⁴. O embaixador Frederico Castello Branco Clark, em Tóquio, porém, sofreu situação difícil, sendo a Embaixada cercada por militares que impediam o acesso ao edifício. Teve seus telefones cortados, não podendo sequer comunicar-se com a Embaixada de Portugal que se encarregaria dos negócios do Brasil. Os secretários Rui Pinheiro Guimarães e Pedro Nabuco de Abreu, este acompanhado da mulher, tiveram de deixar suas residências, sendo levados por policiais à residência do embaixador Clark, onde ficaram igualmente incomunicáveis. Não foi permitido o ingresso sequer de diplomata da Espanha que fora dar pêsames ao secretário Nabuco de Abreu, cuja esposa falecera subitamente⁶⁹⁵. O ministro em Pequim, Renato de Lacerda Lago, e demais diplomatas naquela cidade igualmente sofreram constrangimentos por parte das autoridades nipônicas que ocupavam a China⁶⁹⁶.

⁶⁹² O BRASIL, 1944, p. 20-22 e 39-43, reproduz relatórios do embaixador Cyro de Freitas-Valle enviados em 22 de janeiro e 2 de fevereiro de Berlim e de Baden-Baden, em 12 de fevereiro. Vide também SILVA, 1972b, p. 218-23.

⁶⁹³ LYRA, 1972, v. 2, p. 495.

⁶⁹⁴ O BRASIL (1944, p. 28-29, 46-48) e SILVA, (1972b, p. 223-26) transcrevem relatório, datado de 31 de março de 1942, de C. A. Moniz Gordilho, que respondia pela Embaixada em Roma.

⁶⁹⁵ O BRASIL (1944, p. 49-52) e SILVA, (1972b, p. 226-230) transcrevem memorando de Frederico Castello Branco Clark, datado de 14 de março de 1942.

⁶⁹⁶ O BRASIL (1944, p. 52-57) transcreve relato de Renato de Lacerda Lago, que deixou Pequim, via Lourenço Marques, em 29 de junho de 1942, após meses de isolamento e mau tratamento japonês.

A colaboração militar entre o Brasil e os Estados Unidos prosseguia, não sem alguns percalços. Em fevereiro, os militares americanos insistiram no envio de contingente de suas tropas ao Nordeste⁶⁹⁷. O Brasil, por seu turno, exigiu o envio de material bélico e resistiu à ideia de forças norte-americanas no território nacional.

Enquanto Washington crescentemente ocupava-se do Pacífico, onde forças japonesas atingiram Cingapura e invadiram Sumatra, submarinos do Eixo, tanto alemães quanto italianos, começaram a atacar navios mercantes brasileiros. Em 15 de fevereiro, o navio Buarque, foi torpedeado e afundado⁶⁹⁸. Quatro dias depois, o navio Olinda foi afundado também na costa norte-americana⁶⁹⁹. No dia 25, os alemães atacaram o vapor Cabedelo⁷⁰⁰.

Após esses ataques, o governo brasileiro gestionou junto ao governo dos Estados Unidos a remessa de material bélico e exigiu proteção à Marinha Mercante brasileira⁷⁰¹. Aranha instruiu o embaixador Araújo Jorge, em Lisboa, a passar nota ao governo português para que este, como Encarregado dos Negócios brasileiros na Alemanha, transmitisse o protesto pelos afundamentos.

⁶⁹⁷ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 15.

⁶⁹⁸ SILVA, (1972b, p. 332-34) informa que, de propriedade do Lloyd Brasileiro e sob o comando do capitão João Joaquim de Moura, o Buarque foi atacado pelo submarino alemão U-432, comandado pelo capitão Shultz. Morreu um passageiro e os náufragos foram recolhidos em Norfolk, na costa da Virgínia, Estados Unidos, onde receberam assistência do cônsul J. A. Rodrigues Martins e do secretário Josias Carneiro Leão, este último enviado pela Embaixada em Washington. O BRASIL (1944, p. 61-71) transcreve a correspondência enviada por Rodrigues Martins, Consulado em Norfolk. Vide também.

⁶⁹⁹ O BRASIL, 1944, p. 71-80 e SILVA, 1972b, p. 336-337, informa que, de propriedade da Carbonífera Rio-Grandense, fretado à Companhia Comércio e Navegação do Rio de Janeiro, sob o comando do capitão Jacob Benemond, foi igualmente atacado, como o Buarque, pelo submarino U-432, sendo os náufragos acolhidos em Norfolk, recebendo a mesma assistência consular prestada às vítimas daquele outro navio.

⁷⁰⁰ Antigo navio alemão Prússia, pertencente ao Lloyd Brasileiro. Partira da Filadélfia sob o comando do capitão Pedro Velloso da Silveira. Foi torpedeado e afundado pelo submarino italiano Leonardo da Vinci, comandado pelo capitão Longanesi-Catani.

⁷⁰¹ Verbete "Oswaldo Aranha". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 183.

Tendo como principal objetivo o fornecimento de equipamento militar, o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, manteve negociações econômicas nos Estados Unidos entre fevereiro e março. Como resultado da Missão 702, o embaixador Carlos Martins Pereira de Souza e o secretário de Estado em Exercício, Sumner Welles concluíram os seguintes instrumentos 703:

- Acordo de Empréstimo e Arrendamento⁷⁰⁴ (com base no Lend and Lease Act) que ampliava para 200 milhões de dólares o crédito para aquisição de material bélico previsto no Acordo Militar de 1941⁷⁰⁵. O Brasil deveria pagar 35% do equipamento entregue (desconto de 65% do preço de tabela), em seis parcelas entre 1943 e 1948⁷⁰⁶; (as Forças Armadas brasileiras chegariam a receber entre 1941 e 1943, cerca de 60% dos recursos dos Estados Unidos para a América Latina, sob o programa Lend Lease)⁷⁰⁷.
- Acordo de empréstimos do Export-Import Bank no valor de 100 milhões de dólares para desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil⁷⁰⁸;
- Acordo sobre as minas de Itabira e sobre a Estrada de Ferro Vitória-Minas, pelo qual as jazidas anteriormente

⁷⁰² SILVA, (1972b, p. 285, 338) informa que a Missão era composta de técnicos e funcionários especializados, como Valentim Bouças, João Daudt d'Oliveira, José Garibaldi Dantas, Claudionor de Souza Lemos e Décio H. de Moura.

⁷⁰³ ARAÚJO, 1996, p. 286.

⁷⁰⁴ SILVA, (1972b, p. 419-427) reproduz o texto do Acordo de Empréstimo e Arrendamento, assinado pelo embaixador Carlos Martins Pereira e Souza Pereira de Souza e o subsecretário Sumner Welles, em 3 de março de 1942.

⁷⁰⁵ HIRST, 1982, p. 115.

⁷⁰⁶ MOURA, 1993, p. 186.

⁷⁰⁷ HIRST, 1982, p. 119.

⁷⁰⁸ RELATÓRIO, 1942, p. 35.

inglesas e a Estrada passavam para o governo brasileiro, comprometendo-se a Grã-Bretanha e os Estados Unidos a adquirirem 750 mil toneladas de ferro, durante três anos;

 Acordos sobre a produção e compra de borracha e sobre saneamento e saúde no vale do Amazonas.

Nos meses seguintes foram assinados, por trocas de notas, acordos sobre compra de excedentes de couros brasileiros; compra de cobalto, tungstênio e níquel; venda complementar de minério de ferro; compra de alho; ipecacuanha, timbó, máquinas para beneficiar algodão, aniagem e babaçu; incremento da produção de gêneros alimentícios; café e castanha-do-pará⁷⁰⁹.

Os ataques germânicos continuaram durante o mês de março. No dia 7, o navio Arabutan foi afundado também na costa dos Estados Unidos⁷¹⁰. Na mesma data, o Cairu, do Lloyd Brasileiro, que transportava mica⁷¹¹, foi torpedeado, igualmente na costa americana⁷¹².

Nos cenários da guerra mundial, continuavam a se destacar os avanços no Pacífico efetuados pelo Japão. Havia invadido as Índias Orientais Holandesas, tomara Kuala Lumpur e invadira a Birmânia. Enquanto na África, tinha início a ofensiva alemã, em março, tropas japonesas capturaram Cingapura, Java e Rangun.

No Brasil, aumentavam as ações contra nazistas. A polícia de São Paulo, chefiada pelo detetive Elpídio Reali, prendeu, em 10 de

⁷⁰⁹ ARAÚJO, 1996, p. 287.

⁷¹⁰ O BRASIL (1944, p. 81-89) transcreve correspondência trocada com o Consulado em Norfolk em que se relata o afundamento do Arabutan, de propriedade de Pedro Brando e arrendado ao Lloyd Brasileiro a 8 milhas do cabo Hatteras pelo U-155 alemão, comandado pelo capitão Piening, com a morte de um tripulante. Viajava sob o comando do capitão Aníbal Alfredo do Prado e transportava carvão para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

⁷¹¹ O BRASIL, 1944, p. 89-93, transcreve telegramas trocados com o Consulado em Nova York, onde aportaram as vítimas do Cairu socorridas por navio norueguês.

⁷¹² SILVA, 1972b, p. 343 e *RELATÓRIO*, 1942, p. 17, informa que desapareceram alguns tripulantes, inclusive seu comandante, José Maria Pequeno.

março, no Rio de Janeiro, Josef Starziczny, chefe de uma das redes de espionagem alemã no Brasil, responsável pela transmissão, por estações clandestinas de rádio, de informações a respeito de embarcações nos portos brasileiros. Oito dias depois, a polícia do Rio de Janeiro prendeu o chefe de outra rede alemã, Albrecht Gustav Engels. As duas prisões levaram a várias outras, desmantelandose as diversas redes que atuavam sob comando alemão e cujas mensagens haviam sido interceptadas pelos serviços ingleses e americanos. O embaixador dos Estados Unidos, Caffery, em abril, apresentou ao governo brasileiro provas para incriminações dos detidos⁷¹³.

Vargas convidou, em 24 de abril, o vice-almirante Jonas H. Ingram, comandante da Força dos Estados Unidos no Atlântico Sul, que se encontrava em visita periódica ao Brasil, para um encontro em Poços de Caldas. Perguntou-lhe sobre a possibilidade de seus cruzadores e destroyers virem a exercer ação protetora dos navios mercantes brasileiros, recebendo resposta positiva⁷¹⁴. A ajuda fazia-se necessária, pois os ataques alemães prosseguiram: em 1º de maio, o Parnaíba foi afundado próximo à costa de Trinidad⁷¹⁵.

Em nome de Vargas, que sofreu naquela data um acidente de automóvel, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes, leu o discurso do Dia do Trabalho em que afirmou terem os navios brasileiros sido postos a pique, "com desconhecimento de normas de Direito Internacional e sacrifício de bens e preciosas vidas brasileiras".

⁷¹³ HILTON, 1981, p. 227, 231 e 244-245.

⁷¹⁴ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 276.

⁷¹⁵ O BRASIL (1944, p. 93-102) transcreve telegramas dos Consulados em Port of Spain e Caiena. Vide também SILVA, (1972b, p. 345-346) informa que o Parnaíba, construído na Alemanha em 1913 e comandado pelo capitão Raul Francisco Diégoli, foi atacado pelo submarino alemão U-162, sob o comando do capitão Wattenberg. Houve sete mortos.

Indiferente a essas acusações, em 16 de maio, o Alto Comando Naval Alemão emitiu ordens para que seus submarinos atacassem sem prévio aviso todos os navios sul-americanos armados, exceto os da Argentina e do Chile⁷¹⁶. Dois dias depois, o vapor Comandante Lira foi afundado a nordeste da ilha de Fernando de Noronha⁷¹⁷.

Em mais um ato de estreitamento da colaboração bilateral, o Brasil assinou, em 23 de maio, Convênio Político-Militar com os Estados Unidos em que se estabeleceu a forma de participação dos dois países na defesa hemisférica⁷¹⁸. O ato regulamentou o uso das bases, o eventual envio de tropas dos Estados Unidos e a colocação de instalações militares em Fernando de Noronha⁷¹⁹. Criou, ademais, duas comissões mistas, uma no Rio de Janeiro e outra em Washington, responsáveis pelos planos de defesa. As forças brasileiras deveriam ser utilizadas em território nacional, podendo ser destacadas para outros pontos do continente. Pelo acordo, o governo brasileiro consentiu na construção pelo governo norte-americano de depósitos e instalações no território nacional⁷²⁰.

Em 24 de maio, foi torpedeado o cargueiro Gonçalves Dias ao sul do Haiti quando se destinava a Nova Orleans⁷²¹. Em represália, aviões da FAB lançaram, no final de maio, bombas sobre navios e submarinos alemães na costa brasileira⁷²². No dia 27, enquanto

⁷¹⁶ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 277.

⁷¹⁷ O BRASIL (1944, p. 103) transcreve correspondência recebida do Ministério da Justiça (cujo titular era Vasco Leitão da Cunha) que transmitiu comunicação do interventor federal no Rio Grande do Norte a respeito do torpedeamento pelo submarino italiano Barabarigo, sob o comando do capitão Grossi. Morreram dois tripulantes que estavam sob o comando do capitão Severino Sotero de Oliveira Solero.

⁷¹⁸ SILVA, (1972b, p. 90-94; 105) reproduz a íntegra do Convênio.

⁷¹⁹ ARAÚJO, 1996, p. 256.

⁷²⁰ HIRST, 1982, p. 115-116.

⁷²¹ Faleceram seis homens. O navio brasileiro pertencia ao Lloyd Brasileiro, encontrava-se sob o comando do capitão João Batista Gomes de Figueiredo e transportava café.

⁷²² SILVA, (1972b) informa terem participado dos ataques os capitães-aviadores Oswaldo Pamplona Pinto, Afonso Celso Parreiras Horta.

tangues de Rommel lançavam ofensiva no deserto da Líbia, preparava-se a reação germânica mais violenta. No dia 1º de junho, foi afundado o navio Alegrete⁷²³. No dia 16, Hitler decidiu lançar uma blitz submarina contra o Brasil⁷²⁴. O plano previa o envio de dez submarinos aos portos brasileiros de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Deveriam afundar embarcações ancoradas nos portos, minar os canais de acesso e regressar a porto na França⁷²⁵. No final do mês de junho, o Ministério da Aeronáutica brasileiro informou que seus aviões haviam atacado submarinos do Eixo e continuariam a fazê-lo. Os ataques alemães à Marinha Mercante prosseguiram em junho e julho: em 25 de junho, foi afundado, nas costas de Porto Rico, o cargueiro Pedrinhas⁷²⁶. Um mês depois, em 25 de julho, foi afundado o Tamandaré, quando navegava para Trinidad⁷²⁷. Em 28 de julho, foi posto a pique o Barbacena, próximo de Tobago, com total de seis mortos⁷²⁸. Na mesma data, foi afundado o Piave, nas Antilhas⁷²⁹. Após descrever as perdas sofridas, Vargas pediu a Roosevelt, em 30 de julho, o envio de lanchas e caças submarinos:

⁷²³ O BRASIL (1944, p. 106-21) e SILVA, (1972b, p. 348 e 350) informa que o Alegrete foi atacado pelo submarino alemão U-156, comandado pelo capitão Hartenstein, na costa venezuelana. Tinha carga de cacau, café, castanha, óleo de mamona etc. Estava sob o comando do capitão Eurico Gomes de Souza e pertencia ao Lloyd Brasileiro.

⁷²⁴ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 277.

⁷²⁵ SILVA, 1972b, p. 384.

⁷²⁶ Afundado pelo submarino alemão U-203, comandado pelo capitão Mützelburg. Pertencia à Companhia de Pernambuco e viajava sob o comando do capitão Ernesto Mamede Vidal.

⁷²⁷ Estava sob o comando do capitão José Martins de Oliveira. Antes de ser torpedeado, atirou várias vezes sem atingir um submarino alemão que o rodeava. No dia seguinte, outro submarino, o U-66, sob o comando do capitão Markworth, o atingiu.

⁷²⁸ Estava sob o comando do capitão Aécio Teixeira da Cunha. Pertencia ao Lloyd Brasileiro e foi, como o Tamandaré, afundado pelo U-66, comandado pelo capitão Markworth.

⁷²⁹ O BRASIL (1944, p. 123-29, 138-146) e SILVA, (1972b, p. 352-355) informa que desapareceram diversos tripulantes, inclusive seu comandante Renato Ferreira da Silva. Pertencia ao Lloyd Nacional e foi afundado pelo U-155, comandado pelo capitão Piening, que afundara também o Arabutan.

Sofremos neste momento as consequências de uma dura e cruel guerra submarina. Com o torpedeamento, há poucos dias, do vapor Tamandaré, perde a Marinha Mercante Brasileira, em curto período a 11ª unidade, entre as quais, algumas das maiores e melhores. Isso, forçosamente, nos preocupa e desejamos concluir em condições satisfatórias, o convênio de arrendamento de embarcações ao seu governo, na convicção de conseguirmos, por esse meio, dar maior segurança à navegação mercante entre os nossos países...

Contávamos com a entrega de 8 a 10 lanchas torpedeiras e caça-submarinos, dos encomendados por ocasião da visita do ministro Sousa Costa, para podermos assegurar a proteção de navios em nossas costas, e mesmo um pouco além. Infelizmente ainda não foi possível às autoridades americanas atender os pedidos que a respeito tenho formulado por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington. Desejo, por isso, merecer seu pessoal interesse para o assunto, interesse que sempre encontrei solícito e vigilante a favor do Brasil.

A resposta veio em 5 de agosto, por carta de Sumner Welles que transmitiu ao embaixador Carlos Martins Pereira de Souza ter as autoridades navais dos Estados Unidos concordado em atender aos pedidos brasileiros.

Em agosto, os ataques à Marinha Mercante sofreram escalada decisiva: no dia 15 de agosto, foi atacado o Baependi, que viajava entre Salvador e Recife com 73 tripulantes e 232 passageiros (dos quais 141 soldados transferidos de uma região militar para outra). Pereceram 57 tripulantes e 214 passageiros⁷³⁰. Também no dia

⁷³⁰ Pertencia ao Lloyd Brasileiro, fora construído na Alemanha em 1899. Seu comandante era João Soares da Silva. Foi atingido pelo U-507, comandado pelo capitão Harro Schacht.

15, foi atacado o Araraquara, que viajava para Maceió. De seus 74 tripulantes e 68 passageiros, salvaram-se apenas oito e três, respectivamente⁷³¹. No dia 16, os alemães atacaram o Aníbal Benévolo, que tinha como destino Aracaju: dos 71 tripulantes, morreram 67 e dos 83 passageiros, nenhum se salvou⁷³². No dia 17, foi a vez do Itagiba, atingido no litoral da Bahia quando viajava entre o Rio de Janeiro e Recife, com soldados que não haviam cabido no Baependi: dos 60 tripulantes, pereceram nove e dos 121 passageiros, 30 desapareceram⁷³³. No dia 17, o ataque recaiu sobre o Arará, que viajava entre Salvador e Santos, quando socorria os náufragos do Itagiba: dos 35 tripulantes, 20 faleceram⁷³⁴.

Esses torpedeamentos causariam o ingresso do Brasil na guerra contra a Alemanha⁷³⁵. Roosevelt e Vargas trocaram mensagens, entre 20 e 22 de agosto, a respeito dos navios brasileiros afundados. O presidente dos Estados Unidos condenou os afundamentos e reiterou sua amizade. O mandatário brasileiro agradeceu a mensagem e lembrou os princípios de solidariedade continental⁷³⁶. O governo brasileiro reconheceu, no dia 21, a situação de beligerância em relação aos países do Eixo. Por circular às missões diplomáticas brasileiras na América, o Itamaraty, após historiar os afundamentos dos navios, afirmou:

⁷³¹ Pertencia ao Lloyd Brasileiro e estava sob o comando de Lauro Augusto Teixeira de Freitas, que também faleceu. Foi atingido pelo U-507, comandado pelo capitão Harro Schacht.

⁷³² Foi atingido pelo U-507, sob o comando de Harro Schacht. Estava sob o comando do capitão Henrique Mascarenhas da Silveira e fora construído na Alemanha em 1905. Pertencia ao Lloyd Brasileiro.

⁷³³ SILVA, 1972b, p. 109-11, 356-358. Pertencia à Companhia de Navegação Costeira e estava sob o comando de José Ricardo Nunes.

⁷³⁴ ARAÚJO, 1996, p. 289-92. Estava carregado de ferro velho e encontrava-se sob o comando de José Coelho Gomes. Foi o quinto navio atingido pelo U-507. No dia 19, a barcaça *Jacira* foi atingida entre Ilhéus e Itararé pelo U-507.

⁷³⁵ CORRÊA, M. P., 1994, p. 215.

⁷³⁶ O BRASIL, 1944, p. 187; SILVA, 1972b, p. 375-376.

À vista disso, o governo brasileiro fez saber aos governos da Alemanha e da Itália que, a despeito de sua atitude sempre pacífica, não há como negar que esses países praticaram contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania, da nossa segurança e da América. 737

Os jornais brasileiros anunciaram, no dia 22 de agosto, que a reunião no Palácio da Guanabara para a decisão de reconhecer o estado de guerra, realizada no dia anterior, durara apenas das 15h30 às 16h45. Informaram também que o Uruguai manifestaria incondicional apoio ao Brasil e dispensar-lhe-ia tratamento de Nação não beligerante. Anunciaram, por fim, que Roosevelt declarara ter a decisão do Brasil acrescentado "poder e força material aos exércitos da liberdade".

Por Decretos de 24 de agosto, o governo brasileiro incorporou navios de nacionalidade alemã e italiana ao patrimônio nacional, mediante rescisão de contratos de compra e venda e de arrendamento firmados pelo Lloyd Brasileiro com os governos daquelas bandeiras. Em nota às missões diplomáticas estrangeiras, o Itamaraty divulgou a lista de navios: três ex-alemães, 11 ex-italianos e cinco ex-dinamarqueses. Na mesma data, cassou as cartas patentes dos seguintes bancos: Banco Alemão Transatlântico, Banco Francês e Italiano para a América do Sul e Banco Germânico da América do Sul. Cessou também a autorização de funcionamento às companhias de seguro alemãs e italianas⁷³⁸. Em outras medidas, nacionalizou muitas empresas alemãs, confiscou prédios no Rio

⁷³⁷ RELATÓRIO, 1942, p. 168; O BRASIL, 1944, p. 189-90.

⁷³⁸ O BRASIL, 1944, p. 209-213.

de Janeiro 739 e facultou a rescisão de contratos de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompera relações 740 .

Em contraste com a atuação brasileira, entre 24 e 29 de agosto, o governo argentino formulou pedido oficial de armas aos governos da Alemanha e da Itália. Em conversa com os adidos navais desses países do Eixo em Buenos Aires, representantes do Ministério da Marinha argentino apresentaram consultas sobre a possibilidade de vendas de submarinos, aviões, armas antiaéreas e munições⁷⁴¹. Nesse meio tempo, o marechal de campo Rommel lançava nova ofensiva alemã no Egito.

Como a declaração brasileira de estado de beligerância (e não uma declaração de guerra) causara dúvidas de interpretação⁷⁴², o governo decretou, em 31 de agosto, o estado de guerra, em todo o território nacional⁷⁴³ e duas semanas depois a mobilização geral do país⁷⁴⁴. O governo dos Estados Unidos enviou ao Brasil uma missão técnica chefiada por Morris Llewellyn Cooke⁷⁴⁵ para colaborar com o plano brasileiro de mobilização⁷⁴⁶. A Missão tinha como objetivo aumentar a produção local de produtos essenciais e melhorar o

⁷³⁹ BANDEIRA, 1994, p. 51.

⁷⁴⁰ O BRASIL, 1944, p. 217-219.

⁷⁴¹ POTASH, 1984, p. 249, com base em telegramas da Embaixada alemã em Buenos Aires a Berlim.

⁷⁴² SILVA, 1972b, p. 383.

⁷⁴³ VIANNA, 1958, p. 276; O BRASIL, 1944, p. 193, que transcreve o Decreto.

⁷⁴⁴ O BRASIL (1944, p. 194) transcreve o Decreto de Mobilização Geral. Vide também CERVO; BUENO, 1986, p. 241.

⁷⁴⁵ MCCANN JUNIOR (1973, p. 382-383) informa que a Missão Cooke era composta também de um engenheiro químico, um especialista em relações industriais, um economista, um geólogo, um advogado e técnicos em combustíveis e energia, metalurgia, transporte e produção. Oswaldo Aranha nomeou os diplomatas Vasco Leitão da Cunha e José Jobim para assessorar a Missão. O coordenador do Programa de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, chefiou grupo designado por Vargas para trabalhar com os americanos e que incluía Valentim Bouças, Edmundo de Macedo Soares e Silva e Napoleão de Alencastro Guimarães.

⁷⁴⁶ SKIDMORE, 1986, p. 45.

sistema de transporte⁷⁴⁷. Propôs programa de industrialização substitutiva de importações industriais por produção doméstica em vista da escassez de transporte marítimo⁷⁴⁸.

Em setembro, os alemães sofreram contra-ataques de tropas soviéticas e bombardeios da Força Aérea inglesa sobre Düsseldorf. Entrementes, prosseguiam ataques a navios brasileiros: em 28 de setembro, o Antonico foi canhoneado⁷⁴⁹. Num dos fatos bélicos de maior repercussão indireta para o Brasil (pois anulava-se a possibilidade de uma invasão brasileira pela Alemanha, a partir de Dacar), no dia 30 de outubro, os Aliados, sob a chefia do general inglês Bernard Montgomery, venceram a batalha de El Alamein, no Egito, contra o Afrika Korps de Rommel, que se retirou para a Líbia. Rommel iniciou sua retirada, perdendo o controle de Tobruk e Benghazi⁷⁵⁰.

Os ataques alemães a navios brasileiros, entretanto, não esmoreciam. Causaram, até o fim de novembro, o afundamento de cerca de 17.500 toneladas de carga e o desaparecimento de aproximadamente 800 vítimas no mar⁷⁵¹. Em 3 de novembro, o Porto Alegre foi atingido na costa da União Sul-Africana e, no dia 22⁷⁵², o Apaloide foi torpedeado, morrendo cinco tripulantes⁷⁵³.

⁷⁴⁷ CAMPOS, 1994, p. 154.

⁷⁴⁸ MALAN, 1981, p. 60.

⁷⁴⁹ Foram lançadas granadas sobre os tripulantes, bem como, por ordem do comandante Gerhard Wiebe do submarino U-516, foram metralhadas as baleeiras que levavam náufragos; morreram 16 tripulantes. Pertencia à firma M. L. Albuquerque.

⁷⁵⁰ HULL (1948, p. 1423) afirma que se não fossem as bases brasileiras, os Estados Unidos não poderiam ter ajudado os britânicos no Egito como o fizeram no momento crucial da batalha de El Alamein.

⁷⁵¹ SILVA, 1974, p. 87.

⁷⁵² Pertencia à Companhia Carbonífera Rio-Grandense, estava fretado à Companhia de Comércio e Navegação e encontrava-se sob o comando do capitão José Francisco Pinto de Medeiros. Foi torpedeado pelo U-504, sob o comando do capitão Polskie.

⁷⁵³ SILVA, 1972b, p. 361-366. Viajava sob o comando do capitão José dos Santos Silva e foi torpedeado pelo U-163, sob o comando do capitão Engelmann.

Desde o início da guerra, o Brasil vinha baseando seus pedidos de armamentos aos Estados Unidos na necessidade de defesa da posição estratégica do Nordeste para as forças aliadas⁷⁵⁴. Esse argumento desaparecera, porém, quando as forças aliadas, após a batalha de El Alamein, conseguiram controlar o norte da África, ponto de onde poderia advir ataque alemão para as Américas. A permissão brasileira para construção e utilização de bases no nordeste do país contribuíra significativamente para essa vitória dos Aliados⁷⁵⁵. Começou a se desenvolver, então, a ideia de participação brasileira extracontinental no conflito. Delegados americanos na Comissão Mista Militar mencionaram, pela primeira vez, essa hipótese ao sugerir a preparação das Forças Armadas para tal eventualidade. Getúlio Vargas, favorável à ideia de participação militar brasileira, anotou, então, que, para os norte-americanos a participação "daria ao Brasil, no fim da guerra, posição internacional muito mais importante"756.

Apesar dos protestos do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, em 12 de novembro, um pelotão de soldados alemães violou os arquivos e o cofre da Embaixada do Brasil em Vichy⁷⁵⁷, para onde se havia mudado após a transferência do governo francês durante a ocupação alemã (Ali concedera passaportes brasileiros a muitos judeus franceses para que escapassem das perseguições nazistas)⁷⁵⁸.

As pressões para um maior envolvimento na guerra aumentavam. Em discurso pronunciado para oficiais brasileiros, no aeroporto Santos Dumont, Vargas defendeu, em 31 de dezembro,

⁷⁵⁴ HIRST, 1982, p. 116.

⁷⁵⁵ ARAÚJO, 1996, p. 296.

⁷⁵⁶ HIRST, 1982, p. 121.

⁷⁵⁷ CASTRO, 1983, p. 363.

⁷⁵⁸ BRANDI; BENJAMIN, 1984, p. 1048-1049.

uma força brasileira para lutar fora das Américas⁷⁵⁹. Afirmou, *inter alia*:

O Brasil entrou, assim, na guerra, por efeito de uma provocação a que só podia responder pelas armas, e não para atender influências ou solicitações estranhas. O ato de rompimento das relações diplomáticas já fora uma manifestação concreta de solidariedade com os Estados Unidos, e a partir dos lutuosos dias de agosto último, a nossa colaboração com as nações aliadas tem sido contínua e eficiente. Não nos limitamos ao fornecimento de materiais estratégicos. A utilização do nosso litoral, base das operações de transporte de armas e homens para os teatros de luta, possibilitou as magníficas jornadas do norte da África, primeiro passo para a grande vitória. A nossa frota mercante continua cooperando diretamente nos transportes de toda natureza, indispensáveis aos suprimentos das forças expedicionárias. A Marinha de Guerra escolta comboios, não só no litoral como na navegação de longo curso, e a Aviação participa ativamente de todas as tarefas de vigilância e proteção, já tendo entrado em combate várias vezes com unidades inimigas. O Exército, por seu turno, apresta-se rapidamente para o desempenho da missão que lhe está confiada na defesa do território nacional e para outras que as eventualidades venham a exigir. Comissões mistas do Brasil e dos Estados Unidos, tanto militares como civis, estudam, planejam e propõem as medidas julgadas necessárias à ampliação da nossa participação no conflito.

Estamos em guerra, correndo os seus riscos e sofrendo suas provações.

⁷⁵⁹ MOURA, 1991, p. 28.

Cumpriremos até o fim os nossos compromissos na defesa continental. Não é possível prever, contudo, o desenvolvimento da luta e até onde poderá levar-nos.

O dever de zelar pela vida dos brasileiros obriga-nos a medir as responsabilidades de uma possível ação fora do continente. De qualquer modo, não deveremos cingir-nos à simples expedição de contingentes simbólicos. Queremos ser eficientes e, para isso, precisamos dispor de forças completamente treinadas e aparelhadas aguardando a marcha dos acontecimentos, que determinará a forma e o lugar onde tenham de operar. ⁷⁶⁰

1943 – Preparação bélica. Roosevelt em Natal. Assinatura brasileira da Declaração das Nações Unidas

Em 1943, a situação da guerra mostrar-se-ia nitidamente desfavorável ao Eixo. A Alemanha retirou-se do Cáucaso e, em Casablanca, Churchill reuniu-se com Roosevelt. Os Estados Unidos expulsaram os japoneses de Guadalcanal e os ingleses atingiram Trípoli. Os russos destruíram o exército alemão ao sul de Stalingrado e o general Rommel iniciou sua retirada da África, onde os Aliados tomaram a Tunísia. Em setembro, a Itália se rendeu e declarou guerra à Alemanha. Roosevelt, Churchill e Stálin reuniram-se em Teerã e teve início o bombardeio ininterrupto da Alemanha.

O embaixador em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, informou, em 4 de janeiro, ter Roosevelt manifestado desejo de encontrar-se com Vargas para tratar "de assuntos do momento atual, de muitos interesses para os dois países, e sobre os problemas do após-guerra". Oswaldo Aranha aproveitou para reforçar junto a Vargas a importância do encontro para o Brasil e para seus interesses na América do Sul⁷⁶¹.

O ministro da Guerra enviou, em 8 de janeiro, exposição de motivos a Vargas sobre a possibilidade de ação do Exército brasileiro fora do continente e sugerindo medidas especiais para essa eventualidade⁷⁶². Ainda no princípio de janeiro, Vargas aprovou a ideia, condicionando-a ao recebimento de armas para tropas expedicionárias, assim como para as que permanecessem em guarnições no país⁷⁶³.

Roosevelt, Churchill e De Gaulle encontraram-se em Casablanca, no dia 14 de janeiro, para discutir a estratégia na guerra. Os Aliados avançavam: durante a Conferência, a União Soviética conseguiu romper o assédio que Leningrado sofria havia 16 meses e os britânicos e americanos tomaram Trípoli.

No retorno de reunião de Casablanca, Roosevelt veio ao Brasil e encontrou Getúlio Vargas em Natal, no dia 29 de janeiro, a bordo do destróier Humboldt⁷⁶⁴. Os dois presidentes discutiram a participação brasileira na guerra e nas Nações Unidas⁷⁶⁵. O presidente brasileiro pediu o fornecimento de material bélico⁷⁶⁶ e Roosevelt discutiu a possibilidade de o Brasil enviar tropas aos Açores ou a Cabo Verde com o objetivo de permitir às tropas portuguesas voltarem a seu país para defendê-lo de eventual ataque

⁷⁶¹ MCCANN JUNIOR (1979, p. 60, nota 2) cita carta de Aranha a Vargas em que o primeiro afirma: "A política tradicional do Brasil pode resumir-se na seguinte fórmula: apoiar os Estados Unidos no mundo em troca do seu apoio na América do Sul".

⁷⁶² DOCUMENTOS, 1996, p. 262.

⁷⁶³ HILTON, 1990, p. 167.

⁷⁶⁴ SILVA, 1974, p. 53.

⁷⁶⁵ MOURA, 1991, p. 29.

⁷⁶⁶ CERVO; BUENO, 1986, p. 241.

alemão via Espanha. Vargas concordou em consultar Salazar⁷⁶⁷. O mandatário americano aventou a possibilidade de o Brasil ter um assento permanente no Conselho da futura Organização⁷⁶⁸.

Nesse clima de aproximação das Forças Armadas dos Aliados, ainda no final de janeiro, o governo brasileiro enviou o diplomata Vasco Leitão da Cunha ao norte da África⁷⁶⁹ e, a convite dos Estados Unidos, uma missão militar brasileira, chefiada pelo tenente-coronel Aurélio de Lyra Tavares⁷⁷⁰, para visitar o teatro das operações naquela região.

Os ataques a navios brasileiros continuavam: em 18 de fevereiro o Brasiloide foi torpedeado na costa baiana⁷⁷¹ e; em 2 de março, o Afonso Pena foi torpedeado, também na costa baiana, tendo morrido 61 passageiros e 33 tripulantes.

O Brasil relutava em assinar a Declaração das Nações Unidas, diante do anticomunismo prevalecente em diversos setores, contrários a qualquer associação com a União Soviética. Vargas, no entanto, concordou em tomar as medidas necessárias para a adesão⁷⁷². No início do ano, o governo decidiu assinar a Carta do Atlântico e ingressar nas Nações Unidas. Vargas aprovou também, por decisão de 15 de março, a adoção de medidas especiais para a possibilidade de participação do Exército brasileiro fora do continente e determinou a preparação de um Corpo Expedicionário⁷⁷³.

⁷⁶⁷ ARAÚJO, 1996, p. 299.

⁷⁶⁸ WEIS, 1993, p. 16.

⁷⁶⁹ CUNHA (1994, p. 114-126) relata a Missão e os encontros com De Gaulle, Eisenhower e Harold Macmillan, entre outros.

⁷⁷⁰ RELATÓRIO, 1943, p. 11.

⁷⁷¹ Comandado pelo capitão Eurico Gomes de Souza.

⁷⁷² MOURA, 1991, p. 29-30.

⁷⁷³ DOCUMENTOS, 1996, p. 263.

Os alemães ocupantes da França atuavam contra o Brasil – ainda não formalmente um país aliado – e, em março, prenderam o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas que resistiu à invasão da embaixada brasileira em Vichy. Internaram-no, juntamente com outros diplomatas brasileiros, em Bad Godesberg, na Alemanha⁷⁷⁴.

No meio tempo, o governo brasileiro formalizou sua adesão aos Aliados. O embaixador Carlos Martins Pereira de Souza assinou, em 9 de abril, em Washington, a Declaração das Nações Unidas⁷⁷⁵, em solenidade realizada no Departamento de Estado⁷⁷⁶. No mesmo mês, tiveram início as negociações com os Estados Unidos para a participação brasileira no conflito mundial, modificando o acordo, de três anos antes, que restringia a atuação brasileira a seu próprio território⁷⁷⁷.

Interessava-se o Brasil pela posição que tomaria a Argentina com relação ao conflito mundial. Com a deposição do governo de Ramón Castillo, em 4 de junho, parecia que o movimento revolucionário chefiado pelo general Arturo Rawson iria romper com o Eixo. Dois dias depois, porém, Rawson passou o poder ao general Pedro Pablo Ramírez. Oswaldo Aranha instruiu o embaixador em Buenos Aires, José Paula de Rodrigues Alves, a assegurar-se de que o Brasil seria o primeiro país a reconhecer o novo governo e a não insistir na ruptura argentina com o Eixo. Em nota a Imprensa, Aranha explicou que a atitude internacional da Argentina deveria resultar de exame sereno e prudente pelos próprios argentinos de

⁷⁷⁴ BRANDI; BENJAMIN (1984, p. 1049) informa que Souza Dantas somente seria libertado em 1944 graças às gestões do primeiro-ministro de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar, sendo recebido no Rio de Janeiro com grandes homenagens.

⁷⁷⁵ O BRASIL (1944, p. 223-24) transcreve a Carta do Atlântico, de 14/08/1941; e SILVA, 1972b, p. 185-186, transcreve a Declaração das Nações Unidas, de 10/01/1942.

⁷⁷⁶ RELATÓRIO, 1943, p. 9.

⁷⁷⁷ HIRST, 1982, p. 121.

seus interesses e compromissos⁷⁷⁸. Ramírez indicou a possibilidade de romper com o Eixo, logo desmentindo-a por pressão de um grupo de oficiais do Exército (Grupo de Oficiales Unidos – GOU) que acusava Castillo de permitir a perda da influência argentina na América do Sul.

Prosseguiam os ataques à Marinha Mercante brasileira pelos U-2 germânicos: em 30 de junho, o Tutoia⁷⁷⁹ foi torpedeado e afundado, perecendo sete tripulantes; em 4 de julho, o Pelotasloide foi torpedeado, quando navegava de Trinidad para Belém, morrendo cinco tripulantes⁷⁸⁰.

Nesse ponto, a situação na Europa se deteriorava para o Eixo. Em 25 de julho Mussolini caiu do poder e, em 3 de agosto, Hamburgo sofreu bombardeio aliado. Enquanto o Brasil constituía, por Portaria Ministerial de 13 de agosto, a Força Expedicionária Brasileira, o ministro das Relações Exteriores argentino, almirante Segundo Storni, em comunicações com os Estados Unidos, tratava de condicionar a ruptura argentina com o Eixo ao fornecimento de armas e munições, alegando a necessidade de "equilíbrio militar e naval entre as Repúblicas americanas". Em resposta, o secretário de Estado americano, Cordell Hull, afirmou que as "questões de equilíbrio militar e naval entre as Repúblicas americanas são certamente inconsistentes ante a doutrina interamericana de acordo pacífico de disputas internacionais"⁷⁸¹. Essa negativa americana teria contribuído de forma decisiva para a queda de

⁷⁷⁸ HILTON, 1990, p. 169.

⁷⁷⁹ Comandado pelo capitão Acácio de Araújo Faria.

⁷⁸⁰ Originariamente um navio italiano apreendido e incorporado ao Lloyd Brasileiro, carregava material bélico e carvão dos Estados Unidos para o Brasil; Bagé, torpedeado em 31 de julho, morreram 20 tripulantes (inclusive o comandante Artur Monteiro Guimarães) e oito passageiros.

⁷⁸¹ SOARES, A. T. 1980, p. 88 e 143.

Storni⁷⁸², que pediu demissão, em setembro, após a publicação da troca de nota⁷⁸³.

Em meados de agosto, a Sicília encontrava-se já totalmente sob controle aliado e, no início do mês seguinte, o primeiro-ministro italiano Badoglio assinou acordo secreto com os Aliados. A união brasileira aos Aliados se reforçava e, entre agosto e setembro, o governo brasileiro trocou correspondência com o Comitê Francês de Libertação Nacional, chefiado pelos generais De Gaulle e Giraud e reconheceu aquela entidade como órgão qualificado para gerir e defender os interesses franceses e dirigir o esforço de guerra da França ao lado dos países aliados⁷⁸⁴. O general Dutra viajou aos Estados Unidos para tratar de envio de armamentos para o Exército brasileiro⁷⁸⁵.

Essa linha de ação pró-Aliados se repetia, em graus menores, em toda a América Latina. Exceto a Argentina, todas as Repúblicas americanas romperam relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália. Das 21 Repúblicas americanas, 13 se acharam em guerra contra as potências do Eixo. Tomando em conta essa situação, os Estados Unidos recusaram-se a fornecer armas e munições à Argentina. Em nota ao chanceler Storni, Hull acusou o país de não cumprir os compromissos interamericanos. Em consequência, renunciaram vários ministros argentinos.

A Itália rendeu-se incondicionalmente aos Aliados, em 10 de setembro. Tropas alemãs ocuparam Roma. O governo português, que se encarregara dos negócios brasileiros na Itália, entregou,

⁷⁸² ARAÚJO, 1996, p. 304.

⁷⁸³ HILTON, 1990, p. 169.

⁷⁸⁴ TRINDADE, 1984b, p. 117-118.

⁷⁸⁵ HIRST, 2000a.

naquela data, o Palácio Doria Pamphilj, sede da Embaixada brasileira em Roma, ao cônsul-geral, Vasco Leitão da Cunha⁷⁸⁶.

Enquanto, no final de setembro, continuavam os ataques marítimos (em 26 de setembro, o Itapagé foi torpedeado, ao sul de Maceió, morrendo dezoito tripulantes e nove passageiros) e os Aliados entravam em Nápoles, continuava a preocupar o Brasil a situação de seu principal vizinho do Sul em relação ao conflito mundial. O embaixador brasileiro em Buenos Aires, José de Paula de Rodrigues Alves, em cumprimento a instruções de Oswaldo Aranha, fez, em 2 de outubro, gestões junto ao chanceler interino argentino, general Alberto Gilbert, e ao próprio presidente Ramírez para que a Argentina rompesse relações com os países do Eixo. Propôs um encontro de Ramírez com Vargas na fronteira, quando poderia ser anunciado o rompimento argentino com Berlim. Ramírez chegou a concordar com a proposta. Três dias depois, no entanto, expressou a Rodrigues Alves pessimismo sobre sua execução e pediu que fosse prorrogado o encontro fronteiriço⁷⁸⁷. O governo em Buenos Aires continuava claramente enfrentando resistências do Grupo de Oficiales Unidos - GOU, no qual Juan Perón exercia influência crescente⁷⁸⁸. Secretamente, militares argentinos encarregaram um oficial da reserva, Osmar Alberto Helmuth, de negociar em Berlim a compra de material de guerra. Autoridades britânicas o detiveram em Trinidad e obtiveram sua confissão de ser agente do governo germânico⁷⁸⁹.

No dia 13 de outubro, a Itália declarou guerra à Alemanha, que continuava entrementes seus ataques a navios brasileiros: no

⁷⁸⁶ SILVA, 1974, p. 77.

⁷⁸⁷ HILTON, 1990, p. 170.

⁷⁸⁸ ARAÚJO, 1996, p. 305.

⁷⁸⁹ POTASH, 1984, p. 320, 329 e 330.

dia 23, o Siqueira Campos, foi torpedeado, entre Rio de Janeiro e Santos, morrendo 10 tripulantes e dois passageiros.

O Departamento de Estado Americano cogitara, inicialmente, do envio de tropas brasileiras aos Açores e à ilha da Madeira. A Grã-Bretanha opôs-se à ideia com o argumento de não ser aceitável para Portugal que já havia concedido facilidades à Marinha britânica naquelas ilhas⁷⁹⁰. Roosevelt informou Vargas, em outubro, da existência dos entendimentos secretos entre Portugal e Grã-Bretanha nesse sentido, tornando-se desnecessária a consulta que Vargas se comprometera a fazer a Salazar⁷⁹¹. Roosevelt manifestou, por intermédio do embaixador Caffery, a esperança de que os portugueses fossem capazes de tomar as medidas necessárias para expulsar os submarinos do Eixo, tanto do Atlântico Central quanto do Sul⁷⁹².

No final do ano, enquanto Churchill, Roosevelt e Stálin encontravam-se em Teerã, o aumento das Forças Armadas argentinas e seu crescente deslocamento para junto da fronteira brasileira causavam inquietação ao governo brasileiro. Procurava a Argentina exercer influência junto às Forças Armadas da Bolívia, do Uruguai e do Paraguai⁷⁹³. Em 24 de dezembro, um golpe militar na Bolívia foi visto no Brasil como fortemente influenciado pela Argentina e até mesmo pelo Partido Nazista. O governo norte-americano compartilhava as preocupações brasileiras e realizou uma demonstração naval em Montevidéu.

⁷⁹⁰ MOURA, 1991, p. 31.

⁷⁹¹ ARAÚJO, 1996, p. 301.

⁷⁹² SILVA, 1974, p. 84.

⁷⁹³ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 40.

1944 (JANEIRO A JULHO) – OS ESTADOS UNIDOS E O ENVIO DE ARMAMENTOS PARA O SUL DO BRASIL. SOLICITAÇÃO AMERICANA DE REATAMENTO BRASILEIRO COM A UNIÃO SOVIÉTICA. EMBARQUE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Em 1944, a Segunda Guerra Mundial apresentaria repetidas vitórias dos Aliados. A aproximação brasileira dos países aliados prosseguiu, tendo início também o acercamento da União Soviética. Em janeiro, o chanceler do México, Ezequiel Padilla, ofereceu-se ao embaixador brasileiro, Carlos de Lima Cavalcanti, como elo de aproximação entre o Brasil e a Rússia⁷⁹⁴.

No início do ano, o governo americano concordou com os pedidos brasileiros de envio de armamentos para o sul do Brasil⁷⁹⁵, ao mesmo tempo em que passava a pleitear controle de bases militares no Norte e no Nordeste (Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife e Amapá)⁷⁹⁶. O governo brasileiro, a seu turno, solicitou meios para construir duas bases aéreas no sul do país e o transporte da Força Expedicionária Brasileira para o exterior⁷⁹⁷.

A Associação com os Aliados apresentava efeitos econômicos positivos. Entre 1942 e 1943, as exportações brasileiras baseadas em acordos de suprimento para os Estados Unidos ultrapassaram 60% do total. Como resultado do Acordo de Materiais Estratégicos, o Brasil se tornara vital fornecedor para a indústria de guerra americana, suprindo, entre 1942 e 1944, 99% da tantalita, 99%

⁷⁹⁴ SILVA, 1974, p. 260.

⁷⁹⁵ HULL, 1948, p. 1390-1391, cita Roosevelt que teria escrito: "(...) American arms and munitions and possibly more Army instructors, so as to give Brazil an effective fighting force near the Argentine border such as two or three divisions of motorized regiments".

⁷⁹⁶ HIRST, 1982, p. 125.

⁷⁹⁷ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 42-45.

do cristal de quartzo, 60% do berilo e 30% da mica⁷⁹⁸. Pelos termos de acordo bilateral sobre a borracha assinado em março de 1942, o Brasil se comprometeu a dar exclusividade de toda a sua exportação desse produto aos Estados Unidos⁷⁹⁹. Do total das exportações brasileiras no período (1942-1943), a carne e o algodão para a Grã-Bretanha corresponderam a 15% e somente 25% não se relacionavam a vendas aos Aliados em guerra. Um acordo sobre a dívida externa pública foi negociado e, ao contrário dos acordos de 1931 e 1934, os Estados Unidos obtiveram melhores condições para seus créditos do que os britânicos. Ocorreu também aumento de investimentos norte-americanos no Brasil em indústrias de manufaturas e redução de inversões europeias⁸⁰⁰.

A situação da Alemanha já era desesperadora e, em 4 de janeiro, Hitler mobilizou crianças de mais de dez anos. No dia 19, os russos romperam o assédio de Leningrado. Talvez por perceber as vantagens que o Brasil vinha obtendo com a escolha dos Aliados no conflito, e em aparente resposta à pressão americana, em 26 de janeiro, o presidente argentino, general Pedro Pablo Ramírez, rompeu relações com a Alemanha e com o Japão, alegando que havia sido descoberta uma extensa rede de espionagem que atuava em seu território⁸⁰¹. Acusando Ramírez de atender interesses estrangeiros, o GOU forçou Ramírez, em fevereiro, a renunciar em favor do vice-presidente general Edelmiro J. Farrell (que teria como vice-presidente o coronel Juan Domingo Perón)⁸⁰².

⁷⁹⁸ HIRST, 1982, p. 93.

⁷⁹⁹ HIRST, 1982, p. 96, informa que tal acordo e emendas que se lhe seguiram somente seriam cancelados com o término da guerra.

⁸⁰⁰ ABREU, 1997a, p. 96, 100 e 102.

⁸⁰¹ POTASH, 1984, p. 331.

⁸⁰² LYRA, 1972, v. 2, p. 557.

Os Estados Unidos não reconheceriam o novo governo por mais de um ano 803 .

Roosevelt solicitou, em 3 de março, a Vargas, por meio do embaixador Caffery, que o Brasil estudasse o reatamento diplomático com Moscou⁸⁰⁴. No mesmo mês, Washington autorizou a construção das duas bases aéreas sulinas, uma em Curitiba e outra no Rio Grande do Sul⁸⁰⁵, e começou a elaborar planos para o transporte da Força Expedicionária Brasileira e de sua incorporação às forças no Mediterrâneo, sob a chefia do general Dwight Eisenhower. Com a transferência do comando das forças aliadas no Mediterrâneo para os britânicos, foram necessárias gestões dos secretários Stettinius e Cordell Hull junto a Churchill, entre abril e maio, para convencê-lo da participação brasileira⁸⁰⁶. A posição americana com relação à participação brasileira diferenciou-se assim da que adotou com relação ao México, pois Washington recusou a oferta mexicana de enviar uma unidade para a guerra na Europa, alegando que custaria mais do que poderia ser útil⁸⁰⁷.

Em 18 de maio, tropas aliadas capturaram o Monte Cassino e, em 4 de junho, tomaram Roma. Dois dias depois começava o desembarque dos Aliados na Normandia e seus ataques a alemães no porto do Havre. Uma vez assegurada pelos Estados Unidos sua participação na guerra, o governo brasileiro concordou, em maio, com o uso durante dez anos dos aeroportos estratégicos brasileiros

⁸⁰³ POTASH, 1984, p. 347.

⁸⁰⁴ BANDEIRA, 1994, p. 151.

⁸⁰⁵ HILTON, 1990, p. 172.

⁸⁰⁶ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 45-47.

⁸⁰⁷ WESSON, 1981, p. 17-18. Cordell Hull. *The Memoirs of Cordell Hull*. Nova York: The Macmillan Company, v. I, 1948, afirma que: (Mexico) reached an agreement with us for the reciprocal transit of military aircraft, delivery of strategic materials, and the construction on her soil by the United States of a chain of landing fields.

pelo pessoal militar e pelas aeronaves americanas⁸⁰⁸. Em 14 de junho, Vargas e o embaixador americano, Caffery, assinaram acordo especificando esse entendimento com relação às bases em Natal, Recife e Belém durante o pós-guerra⁸⁰⁹. O acordo, porém, não seria implementado em razão das resistências criadas no Brasil. Em novembro, foi modificado para limitar o uso de aeroportos estratégicos somente a situações de emergência na zona costeira. Ainda assim sua implementação não ocorreu⁸¹⁰.

O primeiro destacamento de 5.081 homens da Força Expedicionária Brasileira⁸¹¹ embarcou em 30 de junho no navio americano General Mann⁸¹². O Brasil seria o único país a enviar tropas para o *front* europeu, embora Colômbia e México também tenham tido participação militar no conflito⁸¹³. Este continuou seu curso e os Aliados intensificaram suas investidas, modificando-se a situação bélica.

Em Bretton Woods, em julho, o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, chefiou a delegação brasileira⁸¹⁴, integrada também por Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões, entre outros. Souza Costa, que presidiu a Comissão I, de Organização e Administração⁸¹⁵, propôs, sem obter êxito na sua aprovação, a convocação de uma Conferência das Nações Unidas para "promover a estabilidade dos preços de matérias-primas e produtos agrícolas

⁸⁰⁸ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 47.

⁸⁰⁹ DAVIS, 1996, p. 44.

⁸¹⁰ HIRST, 1982, p. 127.

⁸¹¹ BONALUME NETO, 1995, p. 119.

⁸¹² HISTÓRIA, 1995.

⁸¹³ HIRST, 2000h.

⁸¹⁴ ALMEIDA, 1996, p. 9.

⁸¹⁵ ALMEIDA, 1996, p. 177.

e formular recomendações para se alcançar um crescimento mais equilibrado do comércio internacional"816.

Durante o verão setentrional, acumularam-se as vitórias aliadas. No dia 3 de julho, os russos retomaram Minsk dos alemães e, dez dias depois, a Lituânia. No final do mês, os Aliados expulsaram os alemães da Normandia. Em 19 de julho, o navio da Marinha de Guerra Vital de Oliveira foi torpedeado entre Vitória e Rio de Janeiro⁸¹⁷. Em meados de agosto, as forças aliadas aterrissaram entre Nice e Marselha.

Conformaram-se as instituições que vigorariam no pósguerra, com a criação, em Bretton Woods, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (o Brasil não seria um dos 30 países signatários do acordo que criou o Fundo Monetário Internacional⁸¹⁸) e, em Dumbarton Oaks, das Nações Unidas por proposta da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Em resposta a memorando da Embaixada dos Estados Unidos, em 16 de agosto, o governo brasileiro expressou aprovação à ideia de criação de uma Organização internacional. Afirmou, *inter alia*:

[...] O governo brasileiro concorda plenamente com a necessidade da criação de um organismo internacional destinado a garantir a ordem e a paz. [...] O governo brasileiro nota, com particular interesse, que o governo americano, nos estudos já empreendidos sobre a matéria, prestou a devida atenção às relações especiais entre as Repúblicas americanas e os Estados Unidos.

A solidariedade continental é princípio básico da política do governo brasileiro, com especial menção ao respeito

⁸¹⁶ CAMPOS, 1994, p. 69.

⁸¹⁷ Comandado pelo capitão-de-fragata João Batista de Medeiros Guimarães Roxo.

⁸¹⁸ SELCHER, Wayne. A. *Brazil's Multilateral Relations between First and Third Worlds*, p. 148, lembra que o Brasil aderiria ao Fundo Monetário Internacional em janeiro de 1946.

da integridade territorial e soberania dos Estados americanos. Outros postulados da política do Brasil são, também, o respeito à ordem jurídica internacional; o repúdio à agressão; a solidariedade continental, sempre que estiver em jogo a segurança da América, e um sistema prático e efetivo de vigilância e segurança coletiva para a manutenção da paz. Dentro desses princípios, o governo brasileiro, sob a justa reserva de pronunciar-se definitivamente depois de haver tido pleno conhecimento do projeto de organização política e jurídica do mundo, está disposto a colaborar na sua criação em conjunto com o governo americano e demais governos interessados.⁸¹⁹

Nesse clima de preparação de situação pós-conflito mundial, Oswaldo Aranha renunciou ao cargo de ministro das Relações Exteriores em 22 de agosto⁸²⁰. Dias antes, o chefe da polícia do Rio de Janeiro, Coriolano de Araújo Góes, fechara a Sociedade dos Amigos da América⁸²¹, entidade da qual Aranha havia sido reeleito vice-presidente e que defendia a anistia para opositores aprisionados ou exilados e legislação para proteção dos direitos humanos no Brasil⁸²².

⁸¹⁹ TRINDADE, 1984, p. 182.

⁸²⁰ CUNHA, nota 27, p. 162.

⁸²¹ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 335.

⁸²² MOURA, 1991, p. 49.

Pedro Leão Velloso

Após a saída de Oswaldo Aranha, o embaixador Pedro Leão Velloso⁸²³ exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores de forma interina, por mais de um ano, entre 23 de agosto de 1944 e 1º de novembro de 1945. Passou então à titularidade do cargo por designação do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que, após a queda de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, exerceu a Presidência da República por cerca de dois meses. Leão Velloso continuou na chefia do Itamaraty até a posse de Dutra, em 31 de janeiro de 1946.

⁸²³ Nascido em Pindamonhangaba, São Paulo, em 1887, Leão Velloso formou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1907, e, no ano seguinte, ingressou na carreira diplomática. Trabalhou, em 1908, no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano, instalado no Rio de Janeiro para apurar a indenização devida ao Brasil em decorrência do Tratado de Petrópolis sobre o Acre. Permaneceu, a seguir, 15 anos, aproximadamente, em postos na Europa: serviu em Roma (1911-1913), em Paris (1913-1916), Berna (1916-1918), novamente em Paris (1918-1919) quando integrou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, Copenhague (1920), Roma (1920-1923) e pela terceira vez em Paris (1923-1926). De volta ao Brasil, foi chefe do Gabinete de Octavio Mangabeira (1926-1930). Chefiou a Legação em Beijing (1931-1935) e foi embaixador em Tóquio (1935-1939) e em Roma (1939-1941). Retornando ao Brasil, chefiou o Departamento Diplomático e Consular do Itamaraty (1942) e foi secretário-geral (1942-1944). Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 367 e Robert Pechman e Rubens Machado. Verbete "Pedro Leão Velloso". In: ABREU; BELOCH, 1984, p. 3526.

1944 (AGOSTO A DEZEMBRO) – A PARTICIPAÇÃO BÉLICA. Interesse por assento permanente nas Nações Unidas

O Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a Itália⁸²⁴, pouco antes da libertação de Paris, ocorrida em 25 de agosto, quando o general De Gaulle entrou em Paris, acompanhado da resistência e das forças francesas livres. Em 4 de setembro, os Aliados capturaram Bruxelas e Antuérpia e dirigiram-se aos Países Baixos. No dia 11, o I Exército Americano alcançou solo alemão. Entrementes, os russos também avançavam e, no dia 22, capturaram a Estônia.

O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, visitou, em setembro de 1944, a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em resposta à saudação do general Maitland Wilson, comandante das Forças em Operações no Mediterrâneo, Dutra declarou que o Brasil enviaria um número cada vez maior de tropas, as quais permaneceriam ao lado dos Aliados "até a vitória final"825.

No mesmo mês, as grandes potências se reuniram em Dumbarton Oaks para discutir a nova organização mundial, não sendo convidados os países latino-americanos. O embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, perguntou ao subsecretário de Estado, Edward Stettinius, se alguma república latino-americana obteria um assento permanente. Em resposta, Stettinius afirmou que o assunto estava sob estudo. Roosevelt favoreceu em Dumbarton Oaks a ideia de um assento permanente para o Brasil⁸²⁶, tendo os britânicos e russos manifestado

⁸²⁴ BIEBER, 1994, p. 231.

⁸²⁵ RELATÓRIO, 1944, p. 10 e 13.

⁸²⁶ HULL (1948, p. 1678) afirma: "We felt we should also raise at this time the question of giving Brazil a permanent seat. I myself felt strongly on this point, believing that Brazil's size, population, and resources, along with her prospect of a great future and the outstanding assistance she had rendered her sister United Nations, would warrant her receiving permanent membership. The President was

enfaticamente sua oposição⁸²⁷. Arguiram que somente deveriam ter esse *status* as grandes potências (Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha) e, possivelmente, a França⁸²⁸. Stettinius, em comunicação ao secretário de Estado, argumentou que a concessão ao Brasil de um assento permanente no Conselho de Segurança causaria ciúmes entre países das Américas e acarretaria pesadas responsabilidades militares para o Brasil⁸²⁹.

A afirmação parecia pouco verossímil quando a política de Washington com relação ao país que mais poderia sentir esse alegado ciúme, a Argentina, estava sob fortes restrições por parte dos Estados Unidos: em junho, haviam retirado seu embaixador; em agosto, congelaram seus depósitos em ouro; e, em setembro, haviam proibido exportações de diversos produtos, enquanto Cordell Hull acusava Buenos Aires de propiciar refúgio para nazistas foragidos⁸³⁰.

Em 14 de outubro, desembarcou na Itália o último contingente de tropas brasileiras que partira do Brasil no mês anterior. Militares de infantaria, artilharia e unidades aéreas, comandados pelos generais Cordeiro de Farias e Falconieri da Cunha, integraram-se assim às tropas aliadas. Naquele mês, os russos entraram na Tchecoslováquia e, no *front* do Pacífico, o general MacArthur aterrissou nas Filipinas.

Apesar de ver pouco recompensadas politicamente suas atitudes em prol dos Aliados, o Brasil continuava a praticá-las. Em 23 de outubro, o país reconheceu o governo do general De Gaulle

fully of the same opinion. During the following days, however, both the British and the Russians emphatically opposed our view".

⁸²⁷ MCCANN JUNIOR, 1973, p. 341, 458, com base em memorando da conversa entre Truman, Berle e Grew, de 13 de junho de 1945.

⁸²⁸ HILTON, 1991, p. 195.

⁸²⁹ MOURA, 1982, p. 191.

⁸³⁰ ROCK, 1999, p. 327.

como Governo Provisório da França. Três dias depois, levando "em consideração a cobeligerância da Itália e sua cooperação com as Nações Unidas contra o inimigo comum", reconheceu também o governo daquele país e restabeleceu relações diplomáticas, após consulta aos demais governos americanos, conforme os preceitos provenientes da Conferência do Rio de Janeiro de 1942⁸³¹.

Não desista, porém, o governo brasileiro de suas pretensões ao Conselho de Segurança e, em 4 de novembro, em resposta à solicitação dos Estados Unidos, o Itamaraty enviou memorando com sugestões a respeito da "Proposta para o estabelecimento de uma Organização Internacional Geral", provenientes de Dumbarton Oaks. No trecho relativo à composição do Conselho, o memorando brasileiro afirmou ser indispensável a atribuição de lugar permanente à América do Sul:

Entende (o Brasil) que o Conselho de Segurança, de cuja composição trata a Seção A do Capítulo VI do Projeto, deve refletir as correntes de opinião e de interesse de todo o mundo civilizado, a fim de poder dar rápido e cabal desempenho aos pesados encargos que lhe incumbem, sobrelevando entre estes o da responsabilidade primária da manutenção da paz e segurança internacionais, por delegação, segundo o Projeto (Seção B, parágrafo 1º Capítulo VI), de todos os membros da Organização, em cujo nome age. Parece-lhe, assim, que esse órgão, atentas à presteza e eficácia da ação que dele se requer (Seção B, parágrafo 1º), não pode prescindir da constante cooperação da América do Sul, à qual reputa indispensável, se atribua lugar permanente em seu seio.⁸³²

⁸³¹ TRINDADE, 1984b, p. 108 e 116.

⁸³² MELLO, 1950, p. 627.

No final do ano, as derrotas alemãs se multiplicaram. Em 5 de novembro, tanques soviéticos entraram em Budapeste; no dia 28, os Aliados alcançaram Antuérpia; no dia 29, os russos cruzaram o Danúbio e perfuraram as defesas alemãs ao sul da Alemanha. Em dezembro, 20 milhões de pessoas estavam desabrigadas na Alemanha em razão do hombardejo aliado.

1945 – Participação militar brasileira. Conferência de Chapultepec. Reatamento com a União Soviética. O pleito de assento permanente no Conselho de Segurança. Declaração de guerra ao Japão. Discurso de Berle Junior

No ano de 1945, terminaria a guerra mundial e se conformaria a situação do pós-guerra. Em janeiro, a União Soviética avançou, tomando Budapeste, no dia 13, Varsóvia, no dia 17, aproximando-se de Berlim no fim do mês. Em fevereiro, as tropas dos Estados Unidos alcançaram território japonês e, no dia 6, o general MacArthur anunciou a captura das Filipinas.

Reunidos em Ialta no dia 12 de fevereiro, Roosevelt, Stálin e Churchill decidiram que a Alemanha deveria se render de forma incondicional e ser dividida em quatro zonas. Dois dias depois, ataque aéreo aliado reduziu Dresden a cinzas. Quando retornava da Conferência de Ialta, a caminho da Conferência Interamericana no México, o secretário da Defesa dos Estados Unidos, Edward Stettinius visitou o Brasil, no dia 16 de fevereiro. Expressou a Vargas a necessidade de vir o Brasil a reatar relações com a União Soviética⁸³³, suspensas desde 1918⁸³⁴. O mandatário brasileiro – que a

⁸³³ MOURA, 1991, p. 87.

⁸³⁴ CORRÊA, M. P., 1994, p. 289, informa ter Washington argumentado que a ausência de relações normais e cordiais com a União Soviética poderia causar veto desta a uma candidatura brasileira para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

pedido do presidente da Argentina, Edelmiro J. Farrell, vinha buscando a reintegração argentina à comunidade interamericana – tentou inutilmente convencer os Estados Unidos de que os argentinos deveriam ser convidados a participar da Conferência Interamericana⁸³⁵. Após o encontro, foi emitido o seguinte comunicado conjunto:

O presidente Getúlio Vargas e o secretário de Estado Edward Stettinius mantiveram uma cordial palestra sobre vários assuntos de interesse continental e internacional. É o seguinte o texto das declarações que resolveram fazer em conjunto:

- 1) Foram discutidas as fases das relações entre os Estados Unidos e o Brasil e os vários aspectos da situação mundial;
- 2) Foi particularmente examinada a colaboração de guerra do Brasil com os Estados Unidos e o meio pelo qual os dois países poderão continuá-la depois da guerra em seu território comum;
- 3) Foram revistos os resultados do sistema interamericano do qual o Brasil tem sido um tradicional defensor e os meios de reforçar o mesmo sistema para torná-lo mais efetivo do que no ano passado;
- 4) Foi discutida a significação da Conferência da Crimeia, que tão grandemente beneficiou a causa das Nações Unidas e preparou o caminho para as Conferências do México e de São Francisco onde a solidariedade das Nações Unidas na guerra tornar-se-á a base da organização mundial para estabelecer uma paz duradoura.⁸³⁶

⁸³⁵ HILTON, 1990, p. 175.

⁸³⁶ SILVA, 1974, p. 268.

Stettinius viajou com o chanceler Leão Velloso para o México, onde as conversas brasileiro-soviéticas deveriam se iniciar. O secretário de Estado americano recomendou a Velloso que o Brasil empreendesse ação nesse sentido, antes da Conferência de São Francisco⁸³⁷.

A participação brasileira no esforço militar do final da guerra teve início e, em fevereiro, a Força Expedicionária Brasileira, sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Morais, participou de missões difíceis na Itália, obtendo, no dia 21⁸³⁸, significativa vitória ao tomar o Monte Castello⁸³⁹.

Esse envolvimento bélico parecia trazer frutos para a posição brasileira no pós-guerra. Na Conferência de Ialta, no mesmo mês, Roosevelt propôs a Stálin que o Brasil se tornasse um dos membros permanentes do Conselho a ser criado, dadas as suas extensões territorial e populacional. Stálin respondeu não concordar com a proposta porque o Brasil não mantinha relações diplomáticas com a União Soviética⁸⁴⁰.

Entre 21 de fevereiro e 8 de março, realizou-se em Chapultepec, Cidade do México, a Conferência Interamericana que teria como principal objetivo o sistema de segurança hemisférico. A delegação brasileira chefiada pelo chanceler Leão Velloso⁸⁴¹, ao comentar o Plano de Dumbarton Oaks de Criação das Nações Unidas,

⁸³⁷ HILTON, 1991, p. 198.

⁸³⁸ SILVA, 1974, p. 251.

⁸³⁹ BONALUME NETO (1995, p. 172-173, 194) afirma que os primeiros ataques ao Monte Castello ocorreram nos dias 24 e 25 de novembro de 1944. Os brasileiros atuaram sem auxílio americano no dia 29 com a perda de 195 vidas. Afirma também que o Monte foi tomado somente em 21 de fevereiro de 1945 com auxílio americano.

⁸⁴⁰ CAMPOS, 1994, p. 96.

⁸⁴¹ BARROS, 1985, p. 213, informa que faziam ainda parte da delegação, os embaixadores Hildebrando Accioly e Carlos Martins Pereira e Souza Pereira de Souza, além de Camilo de Oliveira, almirante Júlio de Noronha, Pedro Calmon, secretários Henrique de Souza Gomes, Bolitreau Fragoso, Cochrane de Alencar, Mário Gibson Barboza, Henrique Valle, Jacyntho de Barros e o próprio Jayme de Barros.

defendeu, *inter alia*, a inclusão do princípio de não intervenção, a universalidade da Organização e a representação latino-americana no Conselho de Segurança:

[...] No Capítulo II do Projeto, referente a princípios, parece que se poderiam incluir entre estes, pelo menos, o da não intervenção, já amplamente reconhecido entre os países americanos [...].

[...] A delegação do Brasil acredita que seria conveniente a adoção do princípio da universalidade, na nova Organização Internacional.

[...] A composição do Conselho de Segurança é um dos pontos do plano de Dumbarton Oaks que têm dado lugar às maiores críticas [...].

A delegação do Brasil, de acordo com várias outras, considera que, a não ser talvez no período de transição entre o fim da guerra atual e uma futura fase de perfeito reajustamento do mundo às novas condições internacionais, a dita composição deveria obedecer a fórmulas mais democráticas e se basear realmente na igualdade jurídica dos Estados soberanos, sem perder de vista que, em certos casos ou para determinadas situações, poderiam ser concedidos direitos especiais a alguns dos membros da comunidade internacional.

Compreende, no entanto, as dificuldades do momento, e não pretende, por isto, sugerir coisa alguma contra a regra de antemão estabelecida em favor da permanência, no Conselho de Segurança, das cinco grandes potências aliadas.

Mas, se vai manter o critério da permanência de alguns Estados no dito órgão executivo, pensa a delegação do Brasil que seria justo se destinasse um dos lugares permanentes à América Latina.

Sendo certo que o referido critério obedeceu à necessidade de se adotar o novo organismo mundial de elementos capazes de fornecer uma ajuda eficaz militar ao esforço coletivo para a manutenção da paz e da segurança do mundo, parece que este argumento se deveria aplicar ao caso da América Latina, cujas bases militares, aéreas, terrestres e navais, na presente guerra, e cuja contribuição nos campos de batalha tem sido de importância considerável para o êxito de algumas operações bélicas de grande envergadura.

Em todo caso, não quer a delegação do Brasil insistir sobre este ponto, para o qual, no devido tempo, o seu governo solicitou a atenção do governo dos Estados Unidos da América. 842

A Conferência aprovou a Carta Econômica das Américas, que consagrou os princípios de Bretton Woods para o hemisfério. Os Estados Unidos buscaram a aprovação de uma resolução intitulada Assistência Recíproca e Solidariedade Americana, sobre a defesa mútua em caso de agressão externa ou interna. O projeto inicial norte-americano previa o estabelecimento de uma agência militar interamericana⁸⁴³.

Os países latino-americanos presentes aprovaram também as decisões tomadas pelos Três Grandes (Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética) em Dumbarton Oaks a respeito da estrutura das Nações Unidas, com a ressalva de que apresentariam em São Francisco emendas para assegurar maior participação das

⁸⁴² TRINDADE, 1984b, p. 101.

⁸⁴³ MOURA, 1991, p. 47, 74-75.

potências menores na futura Organização⁸⁴⁴. Velloso, buscando fosse aprovada uma declaração amistosa e não hostil com relação à Argentina, lamentou a ausência daquele país vizinho e exortou-o a aderir às resoluções da Conferência⁸⁴⁵. Ao final da reunião, na linha sugerida pelo Brasil, foi expressa a esperança de que a Argentina declarasse guerra ao Eixo, aderisse à Declaração das Nações Unidas e assinasse a Ata de Chapultepec⁸⁴⁶.

Enquanto prosseguia a Conferência no México, em reunião na Crimeia, realizada em 1º de março, os Aliados elaboravam planos militares para o aniquilamento final da Alemanha. Na mesma ocasião, na Argentina, Perón se candidatava à Presidência. Também nesse período, o Brasil obteve mais um êxito militar nos campos da Itália, quando, em 5 de março, a Força Expedicionária Brasileira tomou Castelnuovo.

Leão Velloso recebeu instruções de Vargas para examinar a possibilidade de restabelecer relações com a União Soviética, podendo iniciar as conversações no México e prossegui-las em Washington. O ministro brasileiro conversou com o secretário de Estado americano sobre o tema e propôs ao presidente Vargas que, ao retornar de sua viagem aos Estados Unidos, já estivesse concluída a negociação para o reatamento⁸⁴⁷. Os entendimentos com a União Soviética tiveram lugar em Washington, em 14 de março quando, após jantar com Stettinius, Leão Velloso, acompanhado do embaixador Carlos Martins Pereira de Souza, manteve reunião

⁸⁴⁴ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 5.

⁸⁴⁵ HILTON, 1990, p. 175.

⁸⁴⁶ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 6.

⁸⁴⁷ SILVA, 1974, p. 269.

com o embaixador soviético, Andrei Gromyko⁸⁴⁸. Em 2 de abril, o Brasil e a União Soviética reataram relações diplomáticas⁸⁴⁹.

Como resultados dos esforços americanos e com o apoio brasileiro, entre março e abril, a Argentina declarou guerra ao Eixo, aderiu à Declaração das Nações Unidas e assinou a Ata de Chapultepec. Terá pesado na decisão argentina a exigência americana de que Buenos Aires cumprisse com os compromissos da Conferência do Rio de Janeiro como condição para a anulação de medidas econômicas impostas por Washington no ano anterior e para a venda de material militar⁸⁵⁰. Em 4 de abril, o Brasil e outros governos americanos agradeceram às decisões argentinas. Perón, em carta que enviou a Vargas cinco dias depois, recordou a nobreza de propósitos que havia inspirado a gestão do embaixador Rodrigues Alves, falecido em Buenos Aires, e declarou que, enquanto existisse entendimento diplomático e comunhão espiritual entre os dois países, a tranquilidade sul-americana estaria assegurada⁸⁵¹.

Roosevelt faleceu em 12 de abril e assumiu o vice-presidente, Harry S. Truman. Perdeu assim o Brasil seu grande aliado, único que talvez pudesse ter conseguido atender a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia 16 de abril, pouco antes de iniciar-se a Conferência de São Francisco, a Força Expedicionária Brasileira sofreu seu maior número de baixas (426 mortes) ao tomar Montese. Internamente, o país não reduzia seus esforços para uma atuação internacional de relevo e, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, o Itamaraty criou, em 18 de abril, o Instituto

⁸⁴⁸ BANDEIRA, 1978, p. 299.

⁸⁴⁹ MOURA, 1991, p. 88.

⁸⁵⁰ POTASH, 1984, p. 363.

⁸⁵¹ HILTON, 1990, p. 175.

Rio Branco como uma escola de formação e aperfeiçoamento de diplomatas⁸⁵².

A Liga das Nações realizou sua última reunião em Genebra e transferiu seus ativos para as Nações Unidas. Em 25 de abril, inaugurou-se solenemente em São Francisco a Conferência das Nações Unidas e os 46 países presentes iniciaram os debates sobre o plano de paz de Dumbarton Oaks. O Brasil propôs que não fossem permanentes os lugares no Conselho e o México sugeriu que este consistisse de 12 membros, seis dos quais rotativos e os seis restantes semipermanentes. A delegação brasileira⁸⁵³, chefiada por Leão Velloso⁸⁵⁴, defendeu a universalidade das Nações Unidas e o princípio da não intervenção nas questões internas. Os membros das Nações Unidas decidiram que dela seria excluída a Espanha.

Na Itália, em 28 de abril, italianos executaram Mussolini que, desde setembro de 1943, encontrava-se na clandestinidade. Pilotos brasileiros atacaram comunicações nazistas no norte daquele país, especialmente em áreas próximas a Turim e Milão. A Força Expedicionária Brasileira continuava sua campanha militar e tomou Fornovo em 29 de abril. Lutou, então, contra a 148ª Divisão do Exército alemão e divisões fascistas italianas de Monte Rosa, San Marco e Itália, as quais, entre 29 e 30 de abril, renderam-se incondicionalmente ao general Mascarenhas de Morais⁸⁵⁵.

Prosseguindo atos internos e externos que deveriam aproximar as políticas brasileiras das democracias que defendia em campos militares, em abril, o Brasil libertou prisioneiros políticos e

⁸⁵² ANUÁRIO, 1990, p. 9.

⁸⁵³ BARROS (1985, p. 216) informa que a delegação se compunha de Leão Velloso, embaixadores Carlos Martins Pereira de Souza, Cyro de Freitas-Valle, Hildebrando Accioly, ministro Antônio Camillo de Oliveira, almirante Júlio Noronha, secretários Souza Gomes, Cochrane de Alencar, Henrique Valle, Gibson Barboza e Jacyntho de Barros, além do próprio Jayme de Barros.

⁸⁵⁴ BARBOZA,1992, p. 20.

⁸⁵⁵ MOURA, A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1942-1945, s.d., p. 48-49.

legalizou o Partido Comunista. Essas diversas atitudes, porém, não surtiam os efeitos internacionais esperados e, ao aproximar-se o final da Segunda Guerra Mundial, começaram a mudar as políticas dos Estados Unidos com relação aos governos não eleitos por voto popular (Durante o ano cairiam as ditaduras em Cuba, Guatemala, Venezuela e Peru)⁸⁵⁶. O governo Vargas deixou então de ser visto com a mesma benevolência anterior⁸⁵⁷, iniciando-se período de algum distanciamento de Washington⁸⁵⁸.

O fim da guerra se aproximava. No dia 30 de abril, Hitler se matou, ao marcharem os Aliados sobre Berlim. No dia 2 de maio, um milhão de tropas alemãs na Itália e na Áustria se renderam. Para o Brasil, as novas atitudes de Washington eram recebidas ao mesmo tempo em que prosseguiam êxitos da Força Expedicionária Brasileira na Itália. No total, o número de prisioneiros capturados pelas forças brasileiras entre 14 de abril e 2 de maio ultrapassou 20 mil⁸⁵⁹, incluindo dois generais alemães entre 800 outros oficiais. Faleceram cerca de 500 brasileiros nas operações⁸⁶⁰, sendo sepultados 451⁸⁶¹ no cemitério de Pistoia⁸⁶².

O ministro Leão Velloso contatou Stettinius, em 3 de maio, para tratar da admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. O secretário de Estado americano

⁸⁵⁶ WESSON, 1981, p. 19.

⁸⁵⁷ ABREU, 1997a, p. 103.

⁸⁵⁸ MOURA, 1991, p. 49.

⁸⁵⁹ MORAIS, 1960, p. 269, nota 56.

⁸⁶⁰ BELLO, 1972, p. 329.

⁸⁶¹ BONALUME NETO (1995, p. 216-17) informa que dos 451 enterrados em Pistoia, 443 eram da FEB e oito eram aviadores do 1º Grupo de Caça. Quando terminado o monumento aos mortos de guerra, os restos mortais foram trazidos para o Rio de Janeiro, permanecendo em Pistoia apenas o corpo de um brasileiro desconhecido, achado em Montese, depois da guerra.

⁸⁶² O verbete "Força Expedicionária Brasileira" descreve as operações militares desenvolvidas pela FEB na Itália (ABREU; BELOCH, 1984, p. 1331).

prometeu levar o tema em reunião de chefes das delegações dos quatro grandes. Caso fosse criada uma sexta vaga, Stettinius proporia que coubesse ao Brasil.

Enquanto aguardava uma resposta, em 8 de maio, a Alemanha assinou ato final de capitulação, terminando assim a guerra na Europa. A Força Expedicionária Brasileira que totalizara aproximadamente 25 mil homens, levada, entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, para Nápoles, lutara, como divisão, sob o comando do general Mark Clark do 5º Exército dos Estados Unidos⁸⁶³. O Grupo de Caça Brasileira, composto de cerca de 350 voluntários (dos quais 43 aviadores)864, sob o comando do coronel Nero Moura realizara 445 missões no Mediterrâneo⁸⁶⁵. O saldo brasileiro indicava que o Brasil perdera 38 navios de sua Marinha Mercante: vinte oito torpedeados; seis afundados por colisão e um por ter batido em pedra submersa quando fugia de um submarino. O número de mortes na Marinha Mercante atingira 549 tripulantes e 502 passageiros, num total de 1.051 vítimas⁸⁶⁶. Embora importantes essas perdas e ainda que somadas às cerca de 500 mortes de militares em combate, não podiam se comparar, entretanto, com as sofridas pelos países mais diretamente envolvidos no conflito desde seu início⁸⁶⁷.

⁸⁶³ Segundo BANDEIRA (1978, p. 289), com base em entrevista que lhe concedeu o embaixador Moniz de Aragão, que representara o Brasil em Londres durante a Segunda Guerra, o primeiro-ministro Winston Churchill o chamara para comunicar que a Grã-Bretanha precisava se retirar da Itália para preparar a invasão da Normandia. Solicitou, pois, ao governo brasileiro, que preparasse o embarque de tropas para envio à Itália.

⁸⁶⁴ FONTOURA, 2000, p. 279, nota 195.

⁸⁶⁵ SOARES, A. T., 1980, p. 143.

⁸⁶⁶ CAMPBELL, 1993, p. 92.

⁸⁶⁷ União Soviética, 21.300.000 (13.600.000 militares e 7.700.000 civis); China, 13.500.000 (3.500.000 militares e 10.000.000 de civis); Polônia, 5.420.000 (120.000 militares e 5.300.000 civis). Outros aliados, 2.310.000 (370.000 militares e 1.940.000 civis); Comunidade Britânica, 512.000 (452.000 militares e 60.000 civis); EUA, 295.000 militares; Alemanha, 7.060.000 (3.250.000 militares e 3.810.000 civis); Japão, 5.300.000 (1.700.000 militares e 3.600.000 civis). Outros países do Eixo, 1.897.000 (980.000 militares e 917.000 civis).

No dia 23 de maio, Leão Velloso recebeu a informação, dada por Nelson Rockefeller, de que o pleito brasileiro de um assento permanente no Conselho de Segurança não seria atendido. Não desejavam os quatro grandes aumentar o número de assentos permanentes. Ao Brasil seria dado um assento não permanente por dois anos, enquanto o México e outros países latino-americanos ocupariam essa vaga não permanente por apenas um ano⁸⁶⁸. Leão Velloso relataria, mais tarde, o malogro da tentativa brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança^{869,870} nos seguintes termos:

[...] A Conferência estendeu formalmente à França um dos cinco lugares permanentes no Conselho de Segurança, em cumprimento do que ficara assentado em Dumbarton Oaks entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a União Soviética e a China, autores iniciais do Plano. Não descurei, entretanto, de sondar a possibilidade para o Brasil, embora se tratasse visivelmente de uma questão encerrada, de obter idêntico tratamento.

Verifiquei logo que as quatro potências acima referidas não se mostravam dispostas, por prudência, a permitir que em São Francisco fosse reaberta a discussão em torno do aumento do número dos lugares permanentes do Conselho de Segurança. Assim, apesar de instado por delegados de algumas Repúblicas latino-americanas, achei melhor abster-me. Somente, numa carta dirigida ao secretário de Estado dos Estados Unidos, ao mencionar o valor da cooperação do Brasil para a vitória das forças aliadas, já pela cessão das bases aéreas ou pelo

⁸⁶⁸ SILVA, 1974, p. 274-275.

⁸⁶⁹ ARAÚJO, 1996, p. 329.

⁸⁷⁰ CAMPOS, 1994, p. 95.

patrulhamento do Atlântico Sul, já pela cooperação efetiva de forças do Exército brasileiro e de nossa aviação no teatro de operações da Itália, não escondi a decepção que poderia causar à opinião pública a exclusão do Brasil. Isso poderia, declarei então, ter graves efeitos sobre a nossa atitude, na eventualidade futura de outro conflito mundial

Penso haver obtido para o Brasil com essa démarche o valioso apoio dos Estados Unidos, na eleição a que deverá proceder a Assembleia a fim de preencher os lugares não permanentes do Conselho de Segurança.⁸⁷¹

Por seu turno, Mário Gibson Barboza, membro da delegação, assim descreveu o ocorrido:

Trazia (a delegação brasileira) apenas uma aspiração, esta, porém, importante: a de que o Brasil fosse membro permanente do Conselho de Segurança da futura Organização. Seríamos os representantes da América Latina no órgão executivo supremo das Nações Unidas, posição a que nos podíamos justificadamente candidatar, pela nossa posição destacada no continente e dada a nossa participação única e efetiva no conflito mundial, entre todos os latino-americanos, com sacrifícios e riscos que nenhum outro país do hemisfério tinha sofrido nem enfrentado.

[...] Ao mesmo tempo, é de justiça reconhecer que se tratava de causa extremamente difícil, pois, se contava com a discreta simpatia dos Estados Unidos, recebia – por isso mesmo – a decidida oposição da União Soviética, que via a presença do Brasil no Conselho de Segurança

⁸⁷¹ TRINDADE, 1984b, p. 208-209.

como um reforço automático às futuras posições norte--americanas naquele órgão de capital importância para a manutenção da paz e segurança mundiais.⁸⁷²

Não tendo conseguido tornar-se membro do Conselho de Segurança, o Brasil opôs-se, inicialmente, à concessão do direito de veto, já decidida entre as grandes potências na reunião de Ialta. Concordou, posteriormente, com o veto, no entendimento de que a Carta seria revista periodicamente⁸⁷³. Leão Velloso relatou a última questão nos seguintes termos:

[...] O ponto nevrálgico da Conferência foi [...] o "veto", isto é, um voto unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança, matéria de que se havia abstido de tratar o plano original de Dumbarton Oaks e que ali fora introduzida segundo as resoluções da Conferência de Ialta.

Um mês depois de iniciados os trabalhos, resolvido o caso dos acordos regionais, entrou em discussão o direito do veto, profundamente impopular entre os Estados representados em San Francisco, sobretudo pela extensão que lhe foi dada até nos casos mais elementares de solução pacífica dos conflitos internacionais. Por outro lado, as grandes potências manifestaram claramente a intenção de não abrir mão do princípio de unanimidade do voto no Conselho de Segurança. Esboçou-se, assim, a primeira crise do veto, durante cujas discussões a delegação brasileira deu a conhecer a sua norma de proceder no caso: declaramos que o Brasil seria, por princípio, contrário à outorga do veto, por não acreditar que o mesmo auxiliasse qualquer ação rápida; portanto, apoiaria as emendas

⁸⁷² BARBOZA,1992, p. 21.

⁸⁷³ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 42.

que restringissem o seu uso, mas, para dar mais uma prova do desejo de auxiliar o bom êxito da Conferência, no caso de nenhuma emenda ser adotada e o seu voto ser necessário para formar maioria, a delegação estaria pronta a votar em favor do texto original, isto é, do veto. Acentuou, entretanto, a necessidade de se proceder à revisão da Carta dentro de um prazo fixo, cuja ratificação não estaria sujeita ao veto.

[...] Não logrou a necessária maioria de voto [um]a emenda australiana que visava restringir o exercício do veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. O Brasil, consoante o que havia declarado, deu-lhe o seu apoio, mas, também como anunciara, votou a favor da fórmula de Ialta, que foi aprovada.

Nem poderíamos agir de outro modo. Se o tivéssemos feito, de certo não poderíamos assinar o Estatuto da nova Organização Mundial e teríamos de ficar à margem da Comunidade das Nações. Os nossos esforços, porém, foi no sentido de atenuar a rigidez do veto com a revisão do Estatuto da Nova Organização Internacional dentro do prazo fixo de cinco anos. Nesse sentido foi a emenda brasileira apresentada.

[...] Não sendo a mesma aprovada por falta de apenas dois votos, o delegado dos Estados Unidos apresentou uma moção, que logrou aprovação geral com exceção da União Soviética, segundo a qual quando não [sic] se realizasse a Conferência Especial, até a décima reunião da Assembleia após a entrada em vigor da Carta, a proposta para convocação dessa Conferência deveria ser colocada na agenda da referida reunião.⁸⁷⁴

Ao anunciar o voto do Brasil a favor da instituição do veto, o embaixador Cyro de Freitas-Valle declarou:

Tal passo construtivo é dado para demonstrar que acreditamos na boa-fé com que as quatro potências patrocinadoras reclamam, como necessidade indeclinável para a manutenção da paz, que se lhes outorgue o direito de veto e porque confiamos que dele façam um uso prudente.⁸⁷⁵

Não obstante sua exclusão do Conselho como membro permanente, o Brasil teve participação ativa na Conferência, tendo, por exemplo, proposto com êxito, juntamente com a China, a criação de uma organização internacional da saúde⁸⁷⁶.

O embaixador dos Estados Unidos, Adolf Berle Junior, transmitiu, em maio, ao Departamento de Estado, sua preocupação com a aproximação do movimento pró-Vargas (o "queremismo") com o Partido Comunista⁸⁷⁷. Por sua vez, o embaixador americano em Buenos Aires, Spruille Braden, obtinha de Washington, em 29 de maio, a decisão de que se cancelasse um embarque de armamentos a ser enviado com base no Lend Lease Act até que Buenos Aires cumprisse os compromissos da Conferência do México⁸⁷⁸.

Tendo terminado a guerra na Europa, também o Brasil via-se impossibilitado de continuar a beneficiar-se de empréstimos com base naquela lei americana, pois o Lend Lease Act destinava-se apenas a países aliados no conflito. Surgiu, então, a questão de vir ou não o Brasil a declarar guerra ao Japão, uma vez que a guerra continuava no Pacífico entre os Estados Unidos e aquele país. Em 6

⁸⁷⁵ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 57.

⁸⁷⁶ Cf. sítio eletrônico da World Health Organization (WHO), acessível em: <www.who.int>.

⁸⁷⁷ MOURA, 1991, p. 52.

⁸⁷⁸ POTASH, 1984, p. 369.

de junho, o Brasil declarou encontrar-se em estado de beligerância com o Império Nipônico⁸⁷⁹ e, 20 dias depois, assinou, como membro fundador, a Carta que criou a Organização das Nações Unidas.

Os acontecimentos internacionais que se seguiram centralizaram-se no Pacífico, onde prosseguia o conflito. Em 16 de julho, os Estados Unidos realizaram os primeiros testes de bomba atômica no deserto do México. No dia 31, em Potsdam, Stálin, Truman e Attlee decidem pela divisão da Alemanha em zonas de ocupação e determinam a rendição incondicional do Japão. No dia 6 de agosto, os Estados Unidos lançaram uma bomba atômica que destruiu a cidade de Hiroshima. Dois dias depois, Stálin declarou guerra ao Japão. No dia 9, nova bomba atômica americana destruiu a cidade japonesa de Nagasaki. No dia 14, o Japão se rendeu aos Aliados. Cinco dias depois, os russos ocuparam regiões da Manchúria. No dia 1º de setembro, os britânicos retomaram Hong-Kong. Dois dias depois, o general MacArthur formalmente aceitou a rendição japonesa. Na semana seguinte, Estados Unidos e União Soviética dividiram a Coreia.

O governo americano parecia pouco propenso a manter o mesmo nível de relação que buscara com Vargas no início do conflito mundial. Em meados de agosto e início de setembro, o embaixador dos Estados Unidos consultou seus superiores em Washington sobre a possibilidade de se manifestar publicamente no Brasil a favor da realização de eleições em dezembro, tal como marcadas⁸⁸⁰. Em 29 de setembro, Berle Junior expressou suas preocupações de

⁸⁷⁹ SILVA, 1974, p. 275-276.

⁸⁸⁰ COUTINHO; JUNQUEIRA (1984, p. 364-365) afirmam que Berle Junior comunicou-se, em 13 de agosto e em 4 de setembro de 1945, diretamente com o presidente Harry S. Truman para manifestar suas preocupações, em maio, com a possibilidade de Vargas não realizar eleições marcadas para 2 de dezembro. Em 13 de setembro, Truman respondeu a Berle manifestando-se contrário à interferência nas questões internas do Brasil, dado o grau de entendimento com Vargas. Já BANDEIRA (1978, p. 302) afirma que Berle Junior foi autorizado a fazer o pronunciamento pelo novo subsecretário de Estado, Spruille Braden, que fora embaixador em Buenos Aires.

forma pública⁸⁸¹. Em banquete no Hotel Quitandinha, a convite do Sindicato dos Jornalistas, depois de submeter o texto ao próprio Vargas⁸⁸² e autorizado pelo Departamento de Estado, o embaixador leu discurso em que defendeu o cumprimento da Lei Eleitoral que determinava a realização de eleições em 2 de setembro⁸⁸³ e a promessa de retorno à democracia constitucional⁸⁸⁴. Afirmou, *inter alia*:

A solene promessa de eleições livres no Brasil, marcadas para uma data definitiva, por um governo cuja palavra os Estados Unidos sempre acharam inviolável, foi aclamada com tanta satisfação nos Estados Unidos quanto no próprio Brasil. Não concordam os americanos com aqueles que se esforçaram em representar essas promessas e declarações solenes como insinceras ou mero embuste verbal.⁸⁸⁵

O discurso causou reações negativas na Imprensa Brasileira em artigos que acusavam o embaixador dos Estados Unidos de ingerência em assuntos internos. Em conversa com ministro Leão Velloso, Berle Junior se justificou dizendo que falara como amigo do Brasil e que se sentira no dever de advertir os brasileiros sobre a maneira de sentir do público norte-americano⁸⁸⁶. Diante de protesto do Itamaraty junto ao Departamento de Estado, Harry

⁸⁸¹ MOURA, 1991, p. 50.

⁸⁸² MCCANN JUNIOR, 1973, p. 475.

⁸⁸³ BANDEIRA, 1994, p. 152.

⁸⁸⁴ MOURA, 1991, p. 52-53.

⁸⁸⁵ HILTON, 1987, p. 94.

⁸⁸⁶ COUTINHO; JUNQUEIRA (1984, p. 365) informa que, em conversa com Góes Monteiro, Vargas afirmou não ter entendido o português de Berle Junior quando este lhe mostrara o discurso que pretendia fazer.

S. Truman, pouco depois da eleição de Dutra para a Presidência do Brasil⁸⁸⁷, removeu Berle Junior de seu posto no Brasil⁸⁸⁸.

Enquanto na Argentina, em 17 de outubro, militares transferiram o poder para o coronel Juan Perón, no Brasil, sob a liderança do ministro da Guerra, Góes Monteiro, em 29 de outubro, os chefes militares brasileiros promoveram a queda de Getúlio Vargas. Um ano mais tarde, em um comício, ele apontaria causas no exterior para sua queda:

Fui vítima dos agentes da finança internacional, que pretende manter o nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias-primas e compradora de mercadorias industrializadas no Exterior [...]. Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil.⁸⁸⁹

Em 30 de outubro, o ministro José Linhares, presidente do Superior Tribunal Eleitoral, assumiu o governo do país.

⁸⁸⁷ WEIS, 1993, p. 18.

⁸⁸⁸ PECHMAN; MACHADO, 1984, p. 3526.

⁸⁸⁹ ALMEIDA, 1996, p. 20.

III. A GUERRA FRIA

O Itamaraty jamais foi só um homem, por mais eminente que ele fosse, mesmo o Barão do Rio Branco. O que nivela a todos quantos passaram e passarão por esta Casa é o sentimento expresso na continuidade de uma ação que não é feita de improvisações, nem de avanços inesperados ou recuos imprevistos, mas de rigoroso respeito a uma cadeia de antecedentes, formando norma de conduta política comum a todos nós. 890

(João Neves da Fontoura)

O período entre a queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, e a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de janeiro de 1956, correspondeu a vários governos: José Linhares (final de 1945), Dutra (1946-1951), Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955) e Nereu Ramos (1955). Compreendeu gestões de cinco chanceleres: o final da iniciada por Leão Velloso; as de Neves da Fontoura e Raul Fernandes (que se revezaram a maior parte do período no Itamaraty); a curta administração de Vicente Rao; e o início daquela de José Carlos de Macedo Soares (que seria

⁸⁹⁰ Discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, 2 de fevereiro de 1946.

também ministro do Exterior do início do governo seguinte). A reunião desses diversos sucessores no presente capítulo deveuse a suas características comuns em política externa durante o desenrolar do início da Guerra Fria, marcando-se por afastamento da União Soviética e acompanhamento de posições dos Estados Unidos em foros multilaterais.

O desenvolvimento do país no decênio não ocorreu de forma uniforme. Ao final do conflito mundial, o Brasil gozou inicialmente de situação econômica favorável. Assim, em 1947, embora o PIB tenha crescido apenas 2,4%, outros dados econômicos mostravam--se satisfatórios, tendo-se registrado superávit orçamentário e recuo da inflação. No ano seguinte, o Produto Interno Bruto cresceu 9,7%, graças a crescimento industrial apoiado em política de contenção de importações. De 1949 a 1951, porém, o PIB cresceu a taxas menores, em razão sobretudo de fatores internos, tais como o aumento da inflação e deseguilíbrio orçamentário. Em 1952, o crescimento foi retomado à taxa de 7,3%, em boa parte em decorrência de maior produção agrícola para a exportação. Depois de queda do PIB novamente em 1953 – quando a agricultura teve desempenho negativo em decorrência da forte seca⁸⁹¹ - o país voltou a crescer em 1954 (7,8%). Em 1955, o crescimento foi ainda maior (8,8%), graças sobretudo ao aumento da produção industrial $(11,7\%)^{892}$.

Beneficiando-se do superávit comercial obtido durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil conseguiu pagar a maior parte de sua dívida externa que, em 1931, havia alcançado o montante de 1,3 bilhões de dólares, reduzindo-a, em 1950, para 301 milhões de dólares⁸⁹³ (Gráfico III.1).

⁸⁹¹ VIANNA, 1997, p. 119-121 e 130-143.

⁸⁹² PINHO NETO, Demósthenes Madureira de. O Interregno Café Filho: 1954-1955. In: A ordem do progresso – Cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 163.

⁸⁹³ SCHNEIDER, 1996, p. 159.

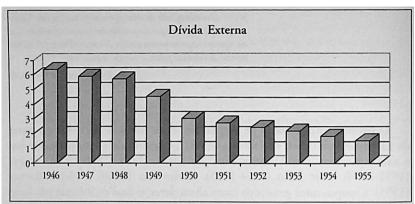


Gráfico III.1

Apesar disso, a situação financeira não era ideal, pois os superávits comerciais obtidos pelo país no imediato pós-guerra compunham-se, sobretudo, de moedas inconversíveis, o que levou a acúmulo de déficits com os Estados Unidos e outros países de moeda conversível, para os quais o país vendia principalmente café. As reservas em moeda forte reduziram-se em 1947 a apenas 33 milhões de dólares, tendo crescido a dívida comercial. Depois de o governo adotar sistema de licenciamento de importações, o déficit diminuiu de 313 milhões de dólares, em 1947, para 108 milhões, em 1948. A partir de 1949, após a elevação de seu preço, subiu a participação do café nas exportações, passando de 60%, em 1951, a 74%, no ano seguinte⁸⁹⁴.

Ao término do conflito mundial em 1945, a Europa havia perdido a importância que tinha em 1938 como parceiro comercial do Brasil, tendo os Estados Unidos aumentado sua presença no intercâmbio bilateral. Cinco anos depois, em 1950, a Europa já

⁸⁹⁴ VIANNA, 1997, p. 109-111, 128.

havia recuperado parte de sua anterior posição no comércio exterior brasileiro, ainda que não a mesma de que gozara anteriormente 895 .

A Argentina continuava a preocupar o Brasil. Ao final de 1945, apesar de não ter participado da guerra, o país vizinho teve gastos militares que excederam o total despendido pelo Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Brasil juntos. Embora o conflito mundial tivesse terminado, em novembro, Buenos Aires solicitou armas aos Estados Unidos que as negaram⁸⁹⁶.

No plano multilateral, o Brasil participou dos órgãos financeiros concebidos em Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), bem como da formação do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifa – GATT (1947-48). Ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança por três vezes: em 1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955⁸⁹⁷. Bilateralmente, o governo buscou ampliar sua aliança com os Estados Unidos e distanciouse dos países de regime comunista. Os esforços de manutenção de relação especial com os Estados Unidos foram, no entanto, malsucedidos, deteriorando-se as relações entre os dois países, sobretudo no ano que antecedeu o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954.

Os principais fatos internacionais ocorridos da posse de José Linhares até o final do ano indicavam o início da Guerra Fria, pois, no dia 6 de novembro, a União Soviética anunciou que fabricaria sua própria bomba atômica. Na Europa, iniciava-se a reconstrução do pós-guerra. Na França, De Gaulle foi eleito presidente e, na Alemanha, tinha início o julgamento dos nazistas no tribunal de Nuremberg.

⁸⁹⁵ BIEBER, 1994, p. 221.

⁸⁹⁶ POTASH, 1984, p. 17, 62.

⁸⁹⁷ SELCHER, 1978, p. 56.

Pedro Leão Velloso (cont.)

1946 (JANEIRO) – A PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS. ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA

A primeira reunião preparatória das Nações Unidas realizouses em janeiro em Londres, onde se fizeram representar os 51 países-membros da Organização⁸⁹⁸. Em sede temporária no Palácio de St. James, o primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, recebeu representantes de 51 nações. O norueguês Trigve Lie foi eleito o primeiro secretário-geral da Organização que teve como primeiro problema a enfrentar o conflito entre o Irã e a União Soviética. Na ocasião, diante de impasse entre os Estados Unidos e a União Soviética e por solicitação do Secretariado⁸⁹⁹, o embaixador Cyro de Freitas-Valle inscreveu o Brasil como primeiro orador, criando a tradição de ser o primeiro país a falar no debate geral da Assembleia Geral⁹⁰⁰. Em seu discurso em nome da delegação

⁸⁹⁸ ARAÚJO, 1996, p. 329.

⁸⁹⁹ GUERREIRO (1992, p. 41) afirma: "Não desejando nem os Estados Unidos nem a União Soviética abrir o debate, o secretariado sondou vários países europeus que se recusaram, alegando geralmente não poderem falar proveitosamente sem antes ouvir as superpotências. Esgotadas as possibilidades europeias, o secretariado recorreu ao Brasil e Cyro [Freitas-Valle] imediatamente aceitou".

⁹⁰⁰ CAMPOS, 1994, p. 92.

brasileira, em 10 de janeiro, o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas agradeceu a eleição do Brasil para o Conselho, recordando sua vocação pacifista que acreditava justificar essa escolha:

A República dos Estados Unidos do Brasil nunca cessou de trabalhar pela paz e tem a satisfação de ter sido a primeira Nação a introduzir em sua Constituição uma cláusula que prescreve arbitragem compulsória para todos os conflitos internacionais. Sua história diplomática foi sempre escrita sob a clara luz do dia e exibe uma sucessão de tratados e acordos selados com o espírito do entendimento e da solidariedade. Recorreu às armas apenas para colocá-las a serviço da causa geral envolvendo povos cuja independência e integridade territorial estavam ameaçadas. Seu sangue foi misturado ao dos aliados, seus recursos foram postos à disposição de todos, e seu único desejo foi o de servir à causa da paz internacional e da segurança coletiva. 901

O Brasil – que se elegeu membro não permanente do Conselho de Segurança – opôs-se à proposta do representante da Polônia de rompimento das Nações Unidas com o governo do general Francisco Franco na Espanha, sob a alegação de que este mantinha nazistas alemães em projetos militares. A delegação brasileira invocou o princípio de não intervenção (nos assuntos internos espanhóis) para justificar posição contrária à proposta polonesa. Diante de quadro parlamentar adverso, porém, acabou por concordar com proposta de retirada de Madri de embaixadores e de plenipotenciários até que se restaurasse a democracia 902.

⁹⁰¹ CORRÊA, 1995, p. 25.

⁹⁰² MOURA, 1991, p. 60; MOURA, 1985.

João Neves da Fontoura (primeira gestão)

João Neves da Fontoura⁹⁰³ substituiu Pedro Leão Velloso no cargo de ministro das Relações Exteriores a partir de 31 de janeiro de 1946, nele permanecendo por cerca de dez meses. Essa primeira gestão (voltaria a ser chanceler no segundo período Vargas), foi

⁹⁰³ Nascido em Cachoeira. Rio Grande do Sul em 1889. Neves da Fontoura formou-se em Direito em 1909. No início de sua vida profissional foi promotor público (1910), escreveu para jornais gaúchos (1910-1912) e prestou colaboração a seu pai que era o intendente (prefeito) de Cachoeira. Nesse período, exerceu também a advocacia (1912-1916). De 1917 a 1919 residiu em Minas Gerais para tratamento de tuberculose. Eleito em 1921, para a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Fontoura substituiu Getúlio Vargas na Coordenação da Maioria na Assembleia. Reeleito em 1925, fez parte dos civis que combateram contra o levante coordenado por Luís Carlos Prestes em guarnições militares gaúchas. Em 1926, em razão do falecimento do intendente de Cachoeira, Fontoura assumiu a Intendência da qual era vice, permanecendo nesse cargo até 1928. Nesse ano, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e concomitantemente vice-presidente daquele estado. Na Câmara dos Deputados foi o líder da bancada do PRR. Em 1930, seu mandato foi renovado. Nesse mesmo ano, fez parte dos Revolucionários que levaram Getúlio Vargas ao poder. Tendo declinado o governo gaúcho e o Ministério da Justiça oferecidos por Vargas, aceitou apenas ser consultor jurídico do Banco do Brasil. Em 1932 apoiou a Revolução Paulista e exilou-se na região do Prata por cerca de dois anos. Com a anistia aos Revolucionários concedida em 1934, Fontoura foi eleito deputado federal em 1935, tornando-se líder da Minoria Parlamentar na Câmara. Após a extinção dos partidos políticos determinada pelo Estado Novo, Fontoura retornou ao exercício da Advocacia e à Consultoria Jurídica do Banco do Brasil. Em 1940, foi nomeado membro da delegação brasileira à II Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada em Havana. No mesmo ano representou o Brasil na posse dos presidentes do Panamá (Arias) e de Cuba (Fulgêncio Batista). Em 1942 integrou o Conselho da Coordenação da Mobilização Econômica, que tinha por objetivo preparar a economia de guerra. Entre 1943 e 1945, Fontoura foi embaixador do Brasil em Lisboa antes de ser empossado como ministro das Relações Exteriores. Cf. MOREIRA; FLAKSMAN, 1984, p. 1314-26; CASTRO, F. M. O., 1983, p. 371.

ainda mais curta, se considerada sua ausência do Rio de Janeiro durante a Conferência de Paz em Paris durante três meses.

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos se fazia sentir não apenas na área econômica, mas também na política e na militar. O comércio exterior brasileiro concentrava-se no mercado norte-americano, para o qual se destinavam 40% das exportações e do qual provinham 50% das importações⁹⁰⁴. Assim, entre 1945 e 1949, essa participação dos Estados Unidos no total das exportações brasileiras atingiu a média de 44,3%⁹⁰⁵.

O principal problema econômico do setor externo no governo Dutra consistia em obter saldos de pagamentos em moedas conversíveis, especialmente em dólares dos Estados Unidos⁹⁰⁶. A perda dessas divisas fora rápida: em 1945, as reservas acumuladas durante o conflito mundial, graças a sucessivos superávits comerciais, somavam 650 milhões de dólares⁹⁰⁷; entre 1946 e 1952, porém houve uma saída líquida de divisas de 500 milhões de dólares, em razão, sobretudo, da escassez de capital nos países europeus⁹⁰⁸. Entre 1946 e 1947, as importações aumentaram 170%⁹⁰⁹. Para estancar essa perda de divisas, em fevereiro de 1948, o governo brasileiro instituiu sistema de licenciamento de importações com taxa de câmbio fixa. Esse mecanismo vigoraria durante o restante da administração do presidente Dutra e o começo do segundo período de Vargas⁹¹⁰.

⁹⁰⁴ CORRÊA, 1989, p. 219.

⁹⁰⁵ ALMEIDA, 1996, p. 35.

⁹⁰⁶ MALAN, 1981, p. 64.

⁹⁰⁷ SOUZA, 1984, p. 1105.

⁹⁰⁸ MALAN, 1981, p. 65.

⁹⁰⁹ SOUZA, 1984, p. 1105.

⁹¹⁰ MALAN, 1981, p. 66.

1946 (FEVEREIRO A DEZEMBRO) – A CONFERÊNCIA DE PAZ. INCIDENTE COM DIPLOMATA NA UNIÃO SOVIÉTICA

No cenário mundial, outros países também enfrentavam problemas no pós-guerra. Na Europa, que se reconstruía, a Grã-Bretanha determinou, em fevereiro, o racionamento de comida. Em viagem aos Estados Unidos, em março, Churchill pronunciou discurso em Fulton, Missouri, em que afirmou que uma "cortina de ferro" separava o continente europeu. Os prósperos Estados Unidos anunciaram que o primeiro foguete americano deixaria a atmosfera e alcançaria 50 quilômetros de distância. Em 19 de abril, Truman prometeu um milhão de toneladas de trigo para Europa e Ásia.

Política e economicamente, o Brasil continuava a manter vínculos estreitos com os Estados Unidos. A colaboração criada durante o conflito mundial conservava resquícios até mesmo militares. Assim, somente em 25 de abril de 1946 – no ano seguinte ao do fim da Segunda Guerra Mundial – a Marinha dos Estados Unidos determinou o fim da ocupação da base naval americana no Rio de Janeiro⁹¹¹.

O sentimento de ter prestado colaboração aos Estados Unidos, os quais deveriam retribuí-la, manifestava-se em declarações públicas. Em maio, o ministro de Viação e Obras Públicas, Edmundo de Macedo Soares, ao tratar com o Export-Import Bank, declarou não falar como um simples "tomador a uma agência de empréstimos, mas sim como um representante do governo brasileiro que se dirige ao governo norte-americano. [...] [O Brasil] já havia feito muito por merecer" 912.

⁹¹¹ DAVIS, 1996, p. 83.

⁹¹² MALAN, 1981, p. 63.

Não encontrava o Brasil rival na América do Sul para suas pretensões. Desde a eleição de Perón, que tomou posse em 4 de junho como presidente da Argentina, os Estados Unidos continuavam a manter política contrária ao governo na Argentina, inclusive aplicando embargo de armamentos. Insistia Washington em que Buenos Aires demonstrasse pleno cumprimento dos compromissos de Chapultepec⁹¹³. A política de Washington com relação a Buenos Aires se atenuaria, porém, à medida que aumentava a Guerra Fria. Assim, o governo Truman substituiria Spruille Braden por George Messermith como embaixador em Buenos Aires e suspenderia o congelamento de depósitos em ouro mantidos pela Argentina nos Estados Unidos⁹¹⁴.

O anticomunismo prevalecia no governo do presidente Dutra que conservava a estreita ligação com os Estados Unidos. Nesse contexto, Dutra expressou ao ministro Neves da Fontoura seu desagrado com as manifestações públicas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro pela chegada ao país, em julho, do primeiro embaixador soviético, Jacob Suritz⁹¹⁵.

Realizou-se, em Paris, de 29 de julho a 15 de outubro, a Conferência de Paz, com a presença de 21 nações. Invocando sua colaboração militar para os Aliados na guerra, o Brasil logrou dela participar. Chefiou a delegação o próprio chanceler João Neves da Fontoura⁹¹⁶ que foi, nesse longo intervalo, substituído interinamente pelo secretário-geral de Relações Exteriores, embaixador Samuel de Souza Leão Gracie.

⁹¹³ POTASH, 1984, p. 104, 115.

⁹¹⁴ ROCK, 1999, p. 345.

⁹¹⁵ BIEBER, 1994, p. 228.

⁹¹⁶ BARROS (1985, p. 241) informa que faziam parte da delegação também os embaixadores Raul Fernandes, Cyro de Freitas-Valle, Rubens de Mello e o ministro Ribeiro Couto.

Entre as questões tratadas, destacaram-se as relativas às reparações alemãs e às colônias italianas. A delegação brasileira atuou, sobretudo, na primeira insistindo, sem êxito, em receber indenizações da Alemanha. Os Estados Unidos opuseram-se ao pleito brasileiro por estarem interessados na reconstrução alemã para conter a União Soviética, não desejando vê-la prejudicada por endividamento em razão de indenizações⁹¹⁷.

Com a Itália, o Brasil buscou atenuar as restrições militares e econômicas que se lhe impunham, defendendo que Roma pudesse manter até mesmo suas colônias⁹¹⁸. Como membro da delegação brasileira, Raul Fernandes declarou, em 4 de setembro:

Para terminar, um esclarecimento: disseram nos bastidores da Conferência que somos advogados da Itália. Seria um belo título o de advogados de um vencido, mas não poderíamos assumir esse papel para pleitearmos contra um país aliado, em favor de um Estado que nos agrediu. A opinião pública brasileira não o compreendia. A verdade elementar é que a delegação brasileira se bate apenas por uma paz justa e duradoura. Dir-se-á que somos um país longínquo que se intromete numa questão regional europeia. Mas o certo é que os conflitos armados cada vez mais assumem proporções mundiais. Já a Primeira Grande Guerra nos arrastou no seu torvelinho. A Segunda, igualmente, nos custou perdas humanas e danos materiais consideráveis. Uma Terceira Guerra, se desgraçadamente sobrevier, não nos poupará, segundo todas as probabilidades. Na paz assim indivisível somos diretamente interessados.919

⁹¹⁷ MOURA, 1991, p. 62.

⁹¹⁸ MOURA, 1991, p. 61.

⁹¹⁹ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 42.

Em matéria de energia atômica, o Brasil pretendeu, inicialmente, ter posição distinta da americana. Na sessão inaugural da Comissão das Nações Unidas para a Energia Atômica, em 14 de junho, o representante dos Estados Unidos, Bernard M. Baruch, apresentou plano para o controle da energia atômica. O plano previa a interdição do veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança em matéria nuclear, o que levou o delegado soviético, Andrei Gromyko, a se opor a essa restrição aos membros permanentes e a sugerir a imediata destruição de todas as armas nucleares⁹²⁰. O delegado brasileiro, comandante Álvaro Alberto da Mota e Silva, condicionou o apoio ao Plano Baruch para imposição de restrições à transferência de tecnologia nuclear⁹²¹ ao direito do acesso ao combustível e a técnicas nucleares⁹²². Argumentou que, por essa condição, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha deveriam garantir ao Brasil suprimento de petróleo e carvão em lugar de energia nuclear⁹²³. Em carta a Neves da Fontoura, anos mais tarde, Álvaro Alberto resumiria sua atuação nos seguintes termos:

[...] Vossa Excelência respondeu estar de acordo em que prometêssemos, em princípio, apoio ao plano [Baruch] de controle (de energia atômica), com reserva do critério a respeito da propriedade da matéria-prima e sua exploração para fins pacíficos... com o intuito de afastar a hipótese da expropriação das minas.⁹²⁴

Em outra atitude aparentemente discrepante de Washington – mas na realidade voltada contra a União Soviética – na segunda parte da primeira sessão da Assembleia Geral, realizada em Nova

⁹²⁰ ARON, 1996, p. 848-849, nota 5.

⁹²¹ CAMPOS, 1994, p. 102 e 114.

⁹²² MOURA, 1991, p. 60.

⁹²³ DAVIS, 1996, p. 199.

⁹²⁴ FONTOURA, 1957, p. 96.

York, em discurso proferido em 23 de outubro, o representante brasileiro, embaixador Pedro Leão Velloso, expressou a insatisfação brasileira com o veto dado aos membros permanentes do Conselho de Segurança:

A Organização das Nações Unidas foi... estabelecida tendo por base um princípio de longo alcance. Este princípio, ao qual os criadores de nossa Organização atribuíram a maior importância, tanto antes quanto durante a Conferência de São Francisco, tomou a forma no Artigo 27 da Carta. A visão deles foi a de que a unanimidade entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, ou seja, entre as grandes potências, é essencial para que a Organização das Nações Unidas sobreviva e cumpra a sua tarefa; sem isso, ela desapareceria.

Se considerado à luz do princípio da igualdade de todos os Estados perante a Lei, o Artigo 27 foi um preço muito alto pago por pequenos e médios países pela obtenção da Carta. Tal cláusula do nosso estatuto é mais conhecida como a concessão do direito de veto aos membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil, embora seja em tese contrário ao veto, aceitou-o dentro do espírito construtivo, em nome da obtenção de resultados práticos. Pensamos que, enquanto todos os Estados são iguais perante a Lei em termos teóricos, suas responsabilidades concernentes à preservação da paz são diretamente proporcionais aos seus meios de ação e, por conseguinte, variam muito. Por esta razão, decidimos que era necessário confiar nas grandes potências.

É óbvio, contudo, que esta confiança depositada com o mesmo espírito pela maioria dos Membros da Organização

das Nações Unidas nas grandes potências obriga-as, enquanto beneficiárias, a honrá-la [...]. 925

Eventuais discordâncias dos Estados Unidos provenientes da delegação em Nova York eram logo corrigidas pela Sede do Governo no Rio de Janeiro. Assim, quando a União Soviética apresentou proposta de desarmamento, a delegação brasileira pediu instruções de que o projeto fosse apoiado. As instruções recebidas, porém, foram de não apoiar a iniciativa⁹²⁶.

Essa atitude próxima aos interesses americanos traria frutos diplomáticos ainda na mesma Assembleia, tendo o Brasil sido eleito, com o apoio dos Estados Unidos⁹²⁷, para um mandato de dois anos (1947-1948) como membro não permanente do Conselho de Segurança⁹²⁸. Com a União Soviética, no entanto, a relação no âmbito das Nações Unidas se deteriorou especialmente quando, em setembro, no Conselho de Segurança, a União Soviética afirmou que o Brasil estava "ocupado por forças dos Estados Unidos", obrigando a delegação brasileira, chefiada por Leão Velloso, a rejeitar a afirmação com veemência.

As dificuldades com a União Soviética se agravariam também no plano bilateral quando, em dezembro, incidente envolvendo diplomata brasileiro teve repercussão muito negativa na imprensa brasileira. Em razão de discussão com a direção de hotel em Moscou, autoridades soviéticas agrediram o diplomata João Batista Soares Pina, tendo a polícia amarrado-lhe os pés e as mãos. O governo

⁹²⁵ CORRÊA, 1995, p. 30-31.

⁹²⁶ MOURA, 1991, p. 60.

⁹²⁷ GUERREIRO (1992, p. 46) esclarece: "No início das Nações Unidas, os países latino-americanos eleitos para o Conselho foram o México e o Brasil. Para que houvesse uma eleição por ano, foi decidido em tiragem de sorte que o México teria seu mandato em 1946 e o Brasil no biênio 46-47".

⁹²⁸ MOURA, 1991, p. 60-61.

soviético pediu sua expulsão e indenização por danos causados ao hotel 929 .

Após a saída de Neves da Fontoura da chefia do Itamaraty em novembro, o embaixador Samuel de Souza Leão Gracie exerceu novamente o cargo de forma interina até a posse do novo titular, Raul Fernandes.

⁹²⁹ HILTON, 1991, p. 202 e 204.

RAUL FERNANDES (PRIMEIRA GESTÃO)

Raul Fernandes⁹³⁰ tomou posse no cargo de ministro das Relações Exteriores em 12 de dezembro de 1946, nele permanecendo até o final do governo Dutra (em 1º de fevereiro de 1951). Durante sua gestão, muitos dos acontecimentos internacionais de maior alcance estiveram ligados ao começo da Guerra Fria. Destacaram-se para a diplomacia brasileira a realização no Rio de Janeiro da Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança, o rompimento das relações com a União Soviética e os encontros Dutra-Truman.

⁹³⁰ Carioca, advogado e político, assumiu o Itamaraty após ampla experiência diplomática. Representou o Brasil na Comissão de Reparações da Liga das Nações, foi delegado nas Assembleias da Liga das Nações em 1919, 1920, 1921, 1924 e 1925 e designado, em 1920, pelo Conselho da Liga, um dos dez membros do Conselho de Jurisconsultos, encarregado de elaborar o Estatuto da Corte Internacional de Justiça Internacional. Em 1926, foi escolhido consultor jurídico do Tribunal de Justiça Internacional. De julho de 1926 a janeiro de 1927 foi embaixador em Bruxelas. Em janeiro de 1928 chefiou a delegação brasileira à Conferência Pan-Americana de Havana. Em 1946, foi delegado à Conferência da Paz de Paris. Cf. CASTRO, F. M. O., 1983, p. 383.

1947 – CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DO RIO DE JANEIRO. TRUMAN NO BRASIL. ROMPIMENTO COM MOSCOU. ATUAÇÃO DEFENSIVA NO GATT. APOIO À CRIAÇÃO DE ISRAEL

Os principais eventos internacionais em 1947 seriam relativos à questão da partilha da Palestina proposta pelos britânicos e rejeitada por árabes e judeus. No mesmo ano, em agosto, a Índia ganhava sua independência e separava-se do Paquistão. Na Europa, a Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo formariam uma união aduaneira. A Guerra Fria recrudescia, em março, com a Doutrina Truman de contenção do comunismo e anunciava-se, em junho, o Plano Marshall para a reconstrução europeia.

Em janeiro faleceu em Nova York o ex-chanceler e chefe da delegação brasileira junto às Nações Unidas, Pedro Leão Velloso. O presidente Dutra nomeou, então, como delegado nas Nações Unidas e representante do Brasil no Conselho de Segurança⁹³¹, Oswaldo Aranha, que se encontrava nos Estados Unidos, a convite da revista *Time*, para participar de uma reunião do Council of Foreign Affairs⁹³². Nos meses seguintes, Aranha seria eleito para a presidência dos principais órgãos das Nações Unidas.

Os problemas com a União Soviética prosseguiam. Em 27 de janeiro, logo após tomar posse, o ministro Raul Fernandes emitiu nota à imprensa em que refutou a versão soviética a respeito do incidente envolvendo o diplomata Soares Pina e rejeitou categoricamente o pedido de indenização por danos ao hotel, bem como criticou o tratamento a representantes estrangeiros em Moscou⁹³³.

⁹³¹ ARAÚJO, 1996, p. 327.

⁹³² SANTOS, 2000, p. 23.

⁹³³ HILTON, 1991, p. 204.

Quando, em fevereiro, Oswaldo Aranha foi eleito presidente do Conselho de Segurança, a atitude pró-países desenvolvidos ocidentais continuava a marcar a política externa brasileira. Em março, Eurico Penteado, representante do Brasil no Comitê *ad hoc* criado no ano anterior nas Nações Unidas para tratar de questões coloniais, expôs posição brasileira contrária à obrigação de os poderes coloniais fornecerem informações políticas sobre seus territórios⁹³⁴.

As Nações Unidas elegeram Oswaldo Aranha, em 28 de abril, com 45 dos 55 votos, para a presidência também da sessão extraordinária da Assembleia Geral, realizada entre abril e maio, para tratar da questão da Palestina. Incluíram-se os países árabes entre os que o apoiaram. A Liga Árabe comunicou sua intenção de abrir escritório no Rio de Janeiro⁹³⁵.

A cassação do Partido Comunista no Brasil, em maio, por decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral⁹³⁶, provocou ataques pela Imprensa moscovita ao governo brasileiro e suas Forças Armadas⁹³⁷. O embaixador soviético, Jacob Suritz, enviou nota ao Itamaraty em que se referiu o fechamento do Partido Comunista Brasileiro e a artigos antissoviéticos na Imprensa brasileira e deu por encerrada sua missão no Brasil⁹³⁸.

O Brasil e outros países latino-americanos procuraram adiar a realização de novo encontro interamericano até que se pudesse definir a participação da Argentina, cujas relações com os Estados Unidos continuavam a piorar. Tornou-se possível a realização da

⁹³⁴ SARAIVA, 1994, p. 270.

⁹³⁵ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 78.

⁹³⁶ HAINES, 1989, p. 27.

⁹³⁷ CERVO; BUENO, 1986, p. 249.

⁹³⁸ BIEBER, 1994, p. 228.

reunião do Rio de Janeiro⁹³⁹ somente quando, em 3 de junho, Truman anunciou estar seu país satisfeito com o cumprimento pela Argentina dos dispositivos de Chapultepec e disposto a reiniciar discussões hemisféricas para um pacto de defesa mútua⁹⁴⁰.

As relações com os Estados Unidos continuavam a ser cultivadas pelo Brasil. Em 18 de junho, o embaixador Carlos Martins Pereira de Souza apresentou ao secretário de Estado americano, pedido formal de assistência para o estabelecimento de Escola Superior de Guerra, tema que fora tratado seis meses antes entre o general Dwight Eisenhower e o general Salvador Cesar Obino, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas⁹⁴¹.

Os fatos da Guerra Fria se sucediam. Nas Nações Unidas reunidas em Lake Success, os Estados Unidos acusaram a União Soviética de ser incapaz ou de demonstrar pouca disposição para contribuir com sua parte de forças terrestres e marítimas para a organização de um exército internacional das Nações Unidas. Em 15 de agosto, a Câmara dos Comuns aprovou lei de reconhecimento da independência da Índia.

Os esforços brasileiros para continuar relação especial com os Estados Unidos evidenciaram-se na Conferência Interamericana realizada no Rio de Janeiro (Hotel Quitandinha, Petrópolis), de 15 de agosto a 2 de setembro⁹⁴². Os principais temas tratados relacionavam-se à cooperação militar no Hemisfério. Desde a Reunião Interamericana de Chapultepec, os Estados Unidos vinham buscando assinar acordos militares bilaterais com países latino-americanos e insistindo na ideia da criação de uma agência militar interamericana.

⁹³⁹ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 10-12.

⁹⁴⁰ POTASH, 1984, p. 117.

⁹⁴¹ DAVIS, 1996, p. 96.

⁹⁴² MOURA, 1991, p. 65.

O principal resultado da Conferência seria, sem dúvida, a aprovação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) pelo qual "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos"⁹⁴³. O tratado incluiu, além disso, dispositivos sobre solução pacífica de litígios entre os Estados americanos, as obrigações destes em caso de ataque armado, consultas e medidas coletivas em casos de perigos à paz, bem como definições de atos de agressão⁹⁴⁴. A experiência do Tratado teria servido de exemplo, mais tarde, para o Pacto do Atlântico Norte (Otan)⁹⁴⁵. Embora a Conferência do Rio de Janeiro tivesse natureza política, os países latino-americanos buscaram fossem tratados questões econômicas, encontrando oposição da delegação dos Estados Unidos, chefiada pelo secretário de Estado Marshall.

O presidente Truman esteve no Brasil para a sessão de encerramento da Conferência. Em encontro com Dutra, este insistiu na ideia de o Brasil ser considerado de forma especial pelos Estados Unidos, acordando-se a criação de uma missão conjunta para examinar os problemas econômicos brasileiros⁹⁴⁶. Também o chanceler argentino, Bramuglia, buscou atenção especial dos Estados Unidos e declarou que a Argentina os apoiaria em uma eventual guerra contra a Rússia⁹⁴⁷.

Teve início em setembro, em Flushing Meadows, Nova York, a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas que duraria até dezembro. As instruções gerais à delegação brasileira consistiam em atuar "acompanhando, em caso de uma

⁹⁴³ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 1.

⁹⁴⁴ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 1 e 12.

⁹⁴⁵ PECHMAN, 1984, p. 1254.

⁹⁴⁶ MALAN, 1981, p. 67.

⁹⁴⁷ POTASH, 1984, p. 119.

decisão concreta da Assembleia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América"⁹⁴⁸.

Eram apontados para o cargo de presidente da sessão nomes não menos ilustres do que os de Paul Henri Spaak, da Bélgica; Lester B. Pearson, do Canadá; Herbert Evatt, da Austrália; Osten Unden, da Suécia; e Jan Masaryk, da Tchecoslováquia⁹⁴⁹. Oswaldo Aranha elegeu-se presidente com 29 votos, tendo derrotado o candidato da Austrália, Herbert Evatt, que, embora com o apoio dos Estados Unidos, recebeu apenas 22 votos⁹⁵⁰.

No que constituiria velada crítica à União Soviética, em seu discurso de abertura dos debates proferido em 16 de setembro, o embaixador João Carlos Muniz⁹⁵¹ reiterou as objeções brasileiras ao poder de veto dado pela Carta das Nações Unidas aos membros do Conselho Permanente. Sua crítica voltou-se particularmente contra a utilização do veto de forma indiscriminada para impedir a entrada de novos membros na Organização⁹⁵². No curso da sessão, com base no artigo 109 da Carta das Nações Unidas, a Argentina propôs a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para estudar a possibilidade de extinção do veto. Menos ousadas, as instruções à delegação brasileira determinavam apenas que favorecesse sua regulamentação⁹⁵³.

⁹⁴⁸ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 75, com base em Telegrama de 12 de setembro de 1947 de Raul Fernandes a Oswaldo Aranha.

⁹⁴⁹ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 89, com base em Despacho Telegráfico de Raul Fernandes a Oswaldo Aranha em 12 de setembro de 1947.

⁹⁵⁰ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 90.

⁹⁵¹ ARAÚJO (1996, p. 337) informa que, além do embaixador Moniz, a delegação brasileira se compunha ainda do ministro Gilberto Amado e dos delegados Henrique de Souza Gomes, Afrânio de Melo Franco Filho e Eurico Penteado além dos parlamentares, senador Álvaro Adolfo da Silveira e o deputado Arthur de Souza Costa.

⁹⁵² CORRÊA, 1995, p. 40. À página 34, afirma que, embora não a citasse expressamente, o embaixador Muniz responsabilizou a União Soviética pelo recurso constante ao veto.

⁹⁵³ ARAÚJO, 1996, p. 348.

A concentração de atividade diplomática brasileira na área americana, em especial os Estados Unidos, distinguia-se nitidamente da rápida deterioração das relações com a União Soviética. Em 4 de outubro, a publicação intitulada *Gazeta Literaturnaya* de Moscou publicou forte e ofensiva crítica a Dutra e ao Exército brasileiro. O embaixador Pimentel Brandão, no mesmo dia, informou o Itamaraty sobre a publicação ⁹⁵⁴. No dia 10, o governo brasileiro passou nota de protesto ⁹⁵⁵. No dia seguinte, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética devolveu a nota, afirmando que o fazia em razão de seu tom inamistoso ⁹⁵⁶. O ministro Raul Fernandes expôs a situação das relações com a União Soviética em reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada no dia 15. Lembrou não ter o estabelecimento das relações trazidos benefícios políticos ou econômicos para o Brasil.

Enquanto isso, nas Nações Unidas: diante de impasse na votação que colocou em perigo a candidatura da Ucrânia para substituir a Polônia no Conselho de Segurança, o delegado soviético acusou Oswaldo Aranha de ser "lacaio dos Estados Unidos"⁹⁵⁷, em declaração violenta contra sua atuação na presidência da Assembleia Geral⁹⁵⁸. Em 17 de outubro, Aranha reportava a Raul Fernandes que "a nossa solidariedade [aos Estados Unidos] não pode ser nunca uma servidão" e aduziu que "nunca demos um voto aos russos que não houvesse sido pedido pelos americanos e com eles combinado [...]. Tornarmo-nos mais realistas que o Rei seria uma "impertinência"⁹⁵⁹.

⁹⁵⁴ HILTON, 1991, p. 218.

⁹⁵⁵ CORRÊA, M. P. (1994, p. 290-299) relata o ato de ruptura em Moscou, do qual participou como secretário de Embaixada.

⁹⁵⁶ MELLO, 1950, p. 777.

⁹⁵⁷ HILTON, 1991, p. 217.

⁹⁵⁸ CAMPOS, 1994, p. 36.

⁹⁵⁹ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 82.

No dia 20, com o endosso do Conselho de Segurança Nacional e instruída por Raul Fernandes, a Embaixada em Moscou enviou nova nota em que rompeu relações com a União Soviética⁹⁶⁰. Seu texto, incluiu, *inter alia*, menção ao fato de Oswaldo Aranha ter sido "grosseiramente atacado pela imprensa moscovita e acoimado injuriosamente de estar a soldo do governo norte-americano"⁹⁶¹.

O Itamaraty pediu ao governo dos Estados Unidos que se encarregasse dos interesses do Brasil na União Soviética, e ajudasse os membros da missão diplomática brasileira a saírem do território soviético sem dificuldades⁹⁶². Foram inúteis as gestões de Washington para que o Rio de Janeiro não rompesse relações com Moscou⁹⁶³. O secretário de Estado, general George C. Marshall preocupou-se com a repercussão do ato e indagou sobre a possibilidade de modificar a decisão⁹⁶⁴.

No dia seguinte ao rompimento, o delegado soviético, Vichinsky acusou Oswaldo Aranha de parcialidade na Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme o próprio Aranha informou por telegrama:

Ao pôr em votação, hoje, a resolução soviética sobre o caso da Grécia, Vichinsky rebelou-se, desabridamente, contra uma decisão da Presidência e insinuou a possibilidade de estar eu agindo sob a influência dos acontecimentos políticos recentes. Respondi-lhe que minha intenção era, apenas, facilitar os trabalhos da Assembleia e agir em seu interesse, imparcialmente, sem entrar em debate com os

⁹⁶⁰ HIRST (1996, p. 15) lembra que o governo Perón na Argentina estabeleceu relações com o governo soviético em junho de 1946.

⁹⁶¹ MELLO, 1950, p. 779.

⁹⁶² PECHMAN, 1984, p. 1254.

⁹⁶³ MOURA, 1991, p. 90.

⁹⁶⁴ BANDEIRA, 1978, p. 314.

delegados. Submeti, então, a minha decisão à Assembleia, que a manteve por grande maioria. 965

Nas Nações Unidas, o Brasil – que em 1946 e 1947 contribuiu para seu orçamento com cerca de meio milhão de dólares por ano 966 – continuava ativo em iniciativas internacionais voltadas para questões econômicas. Integrou, com outros 16 países, um Comitê para examinar proposta apresentada pela Grã-Bretanha e pelo Canadá ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com relação à expansão do comércio mundial e ao nível de emprego no pós-guerra. O Comitê realizou três reuniões (Londres, Nova York e Genebra). Na última, 23 países, inclusive o Brasil, elaboraram e aprovaram, em 30 de outubro, um acordo geral sobre tarifas e comércio General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) 967. O chefe da delegação brasileira, ministro Antônio de Vilhena Ferreira-Braga, declarou, na abertura da reunião:

Consideramos que a tarefa de estimular a economia mundial e garantir o pleno emprego, está intimamente ligada ao problema do desenvolvimento dos países pouco industrializados [...]. A interdependência econômica das nações está demonstrada pelo fato mesmo de que os problemas da subprodução e do desemprego só poderão ser solucionados pelo aumento do poder aquisitivo dos países de economia jovem. ⁹⁶⁸

Na mesma ocasião, Ferreira-Braga declarou à Imprensa:

Por ser o Brasil ainda relativamente pouco desenvolvido, não esperamos que nos peçam favores de maneira a

⁹⁶⁵ ARAÚJO, 1996, p. 346.

⁹⁶⁶ SANTOS (2000, p. 49, nota 59) observa que a cota anual brasileira foi nesses anos de US\$ 507.825.

⁹⁶⁷ ABREU, 1996, p. 202.

⁹⁶⁸ ALMEIDA, 1996, p. 190.

prejudicar nosso progresso econômico. Naturalmente, não estamos em situação de fazer em nossas tarifas reduções tão substanciais quanto as nações... desenvolvidas... porque necessitamos de proteção para que nossas indústrias em formação possam funcionar economicamente.

Buscando atuar em todas as questões da Assembleia, a delegação brasileira opôs-se à reiteração de resolução que condenava o regime de Franco e recomendava a retirada dos chefes de Missão creditados em Madri. Por não alcançar os dois terços necessários, a resolução não foi aprovada⁹⁶⁹.

Continuando sua atuação alinhada com os países ocidentais e contrária a teses soviéticas, ainda na mesma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou a favor do ingresso nas Nações Unidas de Portugal, Transjordânia, Índia, Irlanda e Áustria, cujas candidaturas foram vetadas posteriormente pela União Soviética. Absteve-se com relação à Albânia, Mongólia Exterior, Hungria, Romênia e Bulgária, que, por sua vez, seriam vetadas pelos países ocidentais do Conselho de Segurança.

Essa postura do Brasil, em questões políticas – fortemente ligada à dos países ocidentais e ao mesmo tempo apegada ao princípio de não intervenção em assuntos internos – levava a situações em que diferia de países de independência recente. Assim, a atuação brasileira em matéria de *apartheid* não correspondeu à que manteria anos mais tarde. A Índia defendeu a ideia de que a Assembleia Geral, além de condenar o tratamento discriminatório dos asiáticos, recomendasse à África do Sul que mudasse sua legislação. A delegação brasileira recebeu instruções para apoiar a posição sul-africana de que a questão, por ser de ordem interna, não competia às Nações Unidas. Após debates no dia 21 de novembro,

⁹⁶⁹ ARAÚJO, 1996, p. 347-348.

a Assembleia restringiu-se a recomendar entendimentos bilaterais entre a Índia e a África do Sul 970 .

Em matéria econômica, porém, as posições brasileiras começavam a se distinguir daquela dos grandes centros econômicos. Em novembro, reuniram-se, em Havana, 56 países para examinar a carta constitutiva da International Trade Organization (ITO). O Brasil, na companhia da Austrália, da Índia e de diversos países em desenvolvimento, defendeu o direito de discriminar produtos ao aplicar cotas de importação para promover a industrialização ⁹⁷¹, opôs-se aos regimes tarifários preferenciais972 e aos subsídios à exportação. Defendeu a tributação interna de produtos importados, a obrigatoriedade de inclusão de componentes nacionais a produtos importados e a possibilidade de imposição de cotas em caso de problemas de balanço de pagamentos⁹⁷³. Com relação aos regimes ou sistemas tarifários preferenciais, a delegação brasileira, assim como as da maior parte dos países latino-americanos, reconhecia--lhes a existência, de fato (sobretudo entre a Grã-Bretanha e a França, de um lado, e suas ex-colônias, de outro), mas entendia que estes não deveriam ser admitidos, *de direito*, na carta da ITO⁹⁷⁴. A oposição aos subsídios à exportação de produtos agrícolas explicar-se-ia pelas dificuldades de exportação brasileira de algodão em face dos subsídios dos Estados Unidos.

⁹⁷⁰ ARAÚJO, 1996, p. 348-349.

⁹⁷¹ ABREU, 1996, p. 202.

⁹⁷² Segundo CAMPOS (1994, p. 107), que participou da reunião como delegado, interessava ao Brasil eliminar ou reduzir substancialmente as preferências britânicas para os países-membros da Commonwealth, criadas pelo Acordo de Ottawa de 1922, que discriminavam contra os produtos latino-americanos.

⁹⁷³ ABREU, 1996, p. 202, nota 5, p. 215.

⁹⁷⁴ SETTE, 1996, p. 248.

A decisão mais importante no encontro foi a criação do Estado de Israel por Resolução de 29 de novembro⁹⁷⁵, proposta pelos Estados Unidos e União Soviética. O Brasil apoiou a Resolução, contrastando com a Argentina que a ela se opôs⁹⁷⁶. A Resolução foi aprovada por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções⁹⁷⁷. Na sua justificativa de voto, feita em 26 de novembro, o delegado brasileiro, Arthur de Souza Costa, afirmou que o Brasil preferia a preservação da unidade política da Palestina, mas aceitara a "partilha como uma medida provisória, capaz de conduzir, eventualmente [...] à criação de uma unidade orgânica na região, diante da impossibilidade de ser, naquele momento, constituído um único governo (como evidenciara relatório do Comitê Especial)"⁹⁷⁸. No discurso de encerramento da Assembleia, Aranha fez a seguinte declaração com respeito à Palestina:

Although I have had no influence over the deliberations on Palestine either in this Assembly or in the Special Session, since my duty as President imposed, in both cases, a neutral attitude, I cannot but concur and congress my assembly in this bold and historic experiment as President of this memorable Assembly, and I wish to express my deep confidence that the Arab people – which, as a link between the ancient and modern civilizations, gave the world one of the richest contribution to the realm of culture – will contribute, once again, with an understanding spirit, toward solving the vital problem

⁹⁷⁵ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 52.

⁹⁷⁶ HIRST, 1996, p. 15.

⁹⁷⁷ SEITENFUS, 1998, p. 3

⁹⁷⁸ ARAÚJO, 1996, p. 352.

of eliminating one of the greatest sources of unrest in international life. 979

A atuação brasileira com relação à criação do Estado de Israel, em 1947, correspondia à de um país que recebia imigrantes tanto judeus quanto árabes. Quanto aos primeiros, excluindo-se os Estados Unidos e a própria Palestina – principais destinos da imigração judaica entre 1939 e 1945 – uma comparação entre os demais indica ter o Brasil ultrapassado a Argentina e o Canadá como país a acolher judeus no período (Gráfico III.2)980.

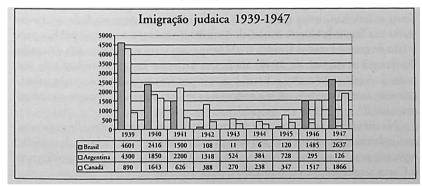


Gráfico III.2

A proximidade a posições políticas dos Estados Unidos continuava a render ao Brasil apoios tópicos. Ao final do ano, surgiu polêmica com relação a uma venda brasileira à República Dominicana de armas e equipamentos comprados dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Os governos de Cuba e da Venezuela, temendo que Trujillo utilizasse o material para equipar exilados para fins revolucionários em seus países, pediram ao Brasil que desistisse da venda. O Brasil alegou ter obtido de Trujillo garantia de que as armas seriam usadas somente para

⁹⁷⁹ ARANHA, 1994, p. 104.

⁹⁸⁰ LESSER, 1995, p. 239.

sua própria defesa. Cuba e Venezuela pediram então aos Estados Unidos que intercedessem junto ao Brasil. Washington recusou-se a pedir ao Brasil o cancelamento da venda, alegando que, se não comprasse do Brasil, a República Dominicana compraria de outro país⁹⁸¹.

1948 – Conferência Interamericana de Bogotá. Apoio à declaração anticomunista na Carta da Organização dos Estados Americanos. Missão Abbink

Em 1948, comunistas tomaram o poder na Tchecoslováquia e elegeram-se na Hungria. No Oriente Médio, criou-se o Estado de Israel. A União Soviética paralisou o tráfego por estradas de rodagem e por ferrovias entre Berlim e o Ocidente, obrigando este a criar ponte aérea para aquela cidade.

Em incidente menor (comparado com outro que ocorreria muitas décadas depois), a Grã-Bretanha despachou, em 16 de fevereiro, um cruzador britânico para as ilhas Malvinas, em resposta à ameaça de manobras navais pela Argentina, que reivindicava as ilhas. Ainda no mesmo mês, a "cortina de ferro" passou a cobrir também a Tchecoslováquia, onde um golpe levou os comunistas ao poder.

O clima nacional favorável aos Estados Unidos nesse surdo conflito não impedia, no entanto, críticas internas ao governo americano. Assim, em fevereiro, um artigo na *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, alegou que os Estados Unidos ainda mantinham bases militares no Brasil, não tendo desmantelado as criadas durante a Segunda Guerra Mundial. A afirmação chamou a atenção

pública para o fato de que os Estados Unidos ainda ocupavam instalações feitas sob o Acordo de Bases Estratégicas de 1944, ainda que estivesse em curso a redução de seu pessoal. A partir de então, o Brasil buscaria um acordo militar novo que substituísse os entendimentos sobre a cooperação militar, assinados durante o conflito mundial⁹⁸².

Na Conferência para a criação de uma Organização internacional de comércio, realizada em Havana, em março, a delegação brasileira apoiou a adoção de medidas especiais para os países "de economia jovem". Os Estados Unidos não ratificaram a Carta resultante do encontro⁹⁸³.

Na área política, a posição brasileira não deixava dúvidas quanto ao alinhamento com as teses antissoviéticas. Na Conferência de Bogotá, entre 30 de março e 2 de maio, em que foi criada a Organização dos Estados Americanos – OEA, a delegação brasileira, chefiada por João Neves da Fontoura, apoiou a declaração anticomunista constante do artigo 32 da Carta da Organização dos Estados Americanos ⁹⁸⁴. Também acompanhou os Estados Unidos quando estes se abstiveram na proposta de resolução apresentada pela Argentina e pela Guatemala de eliminar colônias no Novo Mundo ⁹⁸⁵.

Nas questões econômicas, no entanto, a posição brasileira continuava a se afastar daquela expressa por Washington. Assim, durante a reunião, foi aprovado Acordo Econômico de Bogotá no qual se buscou fórmula para conciliar o desejo dos Estados Unidos de liberdade econômica com o interesse dos países latino-americanos de obter assistência para projetos de desenvolvimento

⁹⁸² DAVIS, 1996, p. 81 e 133.

⁹⁸³ GARCIA, 1999, p. 83.

⁹⁸⁴ MOURA, 1991, p. 66.

⁹⁸⁵ WEIS, 1993, p. 23.

econômico⁹⁸⁶. Neves da Fontoura, na defesa da posição latino--americana, declarou:

Quase todas as nossas Repúblicas estão padecendo as consequências de uma crise sem precedentes [...]. O que não queremos é permanecer no estágio da chamada economia semicolonial de fundo agropecuário, com só privilégio de exportar matérias-primas e importar produtos industrializados, não raro resultantes de nossas próprias riquezas naturais...

Até agora o pan-americanismo foi a fórmula política de um ideal de paz, vazado em sentimentos generosos. Urge dotá-lo também de uma substância econômica. 987

No plano sul-americano, o país deu passos para a aproximação da Argentina. Ao retornar da Conferência de Bogotá, o chanceler argentino, Juan Bramuglia, visitou o Brasil onde manteve reuniões com o ministro Raul Fernandes. Negociaram um acordo de pagamentos, o restabelecimento da posição preferencial brasileira na política comercial argentina, a criação de uma comissão para exame do tráfego na ponte Uruguaiana-Paso de los Libres e projeto para construção de uma usina hidrelétrica em Foz do Iguaçu⁹⁸⁸.

O cenário internacional ocupava-se com dois temas principais: a situação no Oriente Médio e o bloqueio de Berlim. O Estado de Israel foi criado em 15 de maio. Apenas duas semanas depois, a Síria e o Líbano atacaram-no ao Norte, a Transjordânia e o Iraque a Oeste e o Egito o invadiu pelo Sul. A Liga Árabe rejeitou pedido das Nações Unidas para um cessar fogo. Em 3 de junho, o Conselho de Segurança proclamou a trégua entre árabes e israelitas. Na Alemanha, em 25 de junho, o comando russo determinou o

⁹⁸⁶ MOURA, Gerson. As origens do TIAR e a política externa brasileira, p. 16.

⁹⁸⁷ ALMEIDA, 1996, p. 39.

⁹⁸⁸ BANDEIRA, 1995, p. 72.

bloqueio de Berlim. Iniciou-se então ponte aérea do Ocidente que, em 18 de setembro, atingiria seu momento mais intenso quando se realizaram 895 voos em um único dia. A expressão de mundo bipolar também ocorria na Ásia, onde se dividiu a península coreana entre a República Popular e Democrática da Coreia e a República da Coreia do Sul.

No plano bilateral com os Estados Unidos, foi constituída uma comissão técnica para estudar o desenvolvimento econômico brasileiro, com particular ênfase no fluxo externo de capital privado⁹⁸⁹. A chefia da delegação brasileira coube a Octávio Gouvêa de Bulhões e a americana, a John Abbink, consultor do Departamento de Estado. O relatório da comissão, publicado em junho, fez recomendações de política ortodoxa monetária e fiscal e de combate à inflação. Aconselhou que fossem concedidos estímulos para o fluxo de capitais privados ao país e eliminados os atrasos nas remessas relativas a pagamentos de importações ou de lucros⁹⁹⁰. Recebeu fortes críticas dos economistas Ewaldo Correia Lima e Rafael de Almeida⁹⁹¹.

Multilateralmente, o Brasil prosseguia sua atuação a favor das Nações Unidas, da qual fora um dos fundadores. Na primeira parte da III Assembleia Geral, reunida em Paris, entre 21 de setembro e 12 de dezembro, o Brasil expressou posição de caber às Nações Unidas manter a paz e não a de fazê-la. Reiterou sua fidelidade aos ideais e aos princípios incorporados à Carta das Nações Unidas, ao declarar terem sido estes:

[...] aceitos com a inteira consciência da responsabilidade assumida, para dele fazermos sem nenhum constrangimento, a regra de ouro da nossa conduta na vida

⁹⁸⁹ CERVO; BUENO, 1986, p. 248.

⁹⁹⁰ HAINES, 1989, p. 117.

⁹⁹¹ SKIDMORE, 1986, p. 72.

internacional. O testemunho da história atesta que, mesmo nas mais difíceis e perigosas circunstâncias, sempre nos mantivemos na altura dos compromissos impostos por tal regra. 992

Nessa linha, buscava a delegação brasileira à Assembleia Geral ser atuante, sobretudo em questões jurídicas. Diante das divergências entre, de um lado, os países ocidentais e, de outro, os países do bloco soviético, não se logravam entendimentos sobre diversas questões, entre as quais o controle da energia atômica, o caso da Palestina, o de Berlim, o da Coreia e o da Grécia O Brasil atuou principalmente na Comissão de Assuntos Jurídicos. O embaixador Gilberto Amado foi presidente e relator do Comitê de Redação da Convenção para Repressão do Genocídio. Destacouse também a participação do delegado brasileiro Austregésilo de Athayde na formulação da Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem. Com relação à energia atômica, a delegação brasileira manifestou-se favorável à criação de órgão de controle proposto pela Comissão de Energia Atômica, reivindicando direitos aos signatários.

Ao tratar novamente da questão espanhola, recusando-se à imposição de sanções à Espanha e expressando-se favorável à estabilidade de governo naquele país, o Brasil propôs a revogação da Resolução da II Sessão da Assembleia que recomendava a retirada de embaixadores e plenipotenciários de Madri, alegando que o dispositivo não teve influência sobre o regime franquista. A proposta brasileira não alcançou os dois terços de votos

⁹⁹² JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 42 e 47.

⁹⁹³ CORRÊA, M. P. (1994, p. 318) informa ter redigido discurso no qual o Brasil tomou posição contra a "mutilação da Coreia".

⁹⁹⁴ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 46.

necessários, mas revelou divisão entre os países no tratamento do tema: 26 votos contra, 15 a favor e 16 abstenções⁹⁹⁵.

1949 – NAÇÕES UNIDAS: APOIO À ESPANHA E ABSTENÇÃO QUANTO A ISRAEL. VISITA DE DUTRA AOS ESTADOS UNIDOS

No seio das Nações Unidas, as deliberações refletiam os fatos que se sucediam na Guerra Fria. Com respeito ao bloqueio de Berlim, o Conselho de Segurança decidiu aplicar, como fórmula para solução, a proposta brasileira de mediação dos países neutros. A delegação mexicana, em contato com a brasileira, propôs à Assembleia Geral fórmula, baseada nessa ideia, para a futura solução pacífica de litígios internacionais 996.

Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França e Benelux assinaram, em 18 de março, em Washington, o Tratado do Atlântico Norte e convidaram Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia e Portugal a aderir ao instrumento.

As ligações brasileiras com as teses dos países ocidentais continuavam a permear a política externa brasileira. Essa linha de atuação implicava posições não críticas a questões coloniais, tal como ocorreu no debate sobre as colônias italianas, travado na segunda parte da III Assembleia Geral, reunida em Lake Success, entre 5 de abril e 10 de maio. Um bloco de países, composto da França e dos países latino-americanos (com exceção do Haiti), favorecia fossem atendidas as pretensões máximas da Itália; outro, composto dos países árabes e asiáticos, opunha-se ao retorno das colônias ao governo de Roma. Não havia consenso tampouco sobre

⁹⁹⁵ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 43 e 46-47.

⁹⁹⁶ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 45.

a forma de tutela para essas colônias (Cirenaica, Etiópia, Eritreia, Somália, Líbia e Tripolitânia). Diante de voto da Índia⁹⁹⁷ contra a tutela italiana sobre a Tripolitânia, o Brasil, com os demais países latino-americanos, buscou não fosse aprovada proposta de resolução para a questão, transferindo-a para a Assembleia Geral seguinte⁹⁹⁸.

Ao sentir que a Resolução das Nações Unidas contrária a relações diplomáticas com o governo de Franco não mais dispunha de apoio majoritário nas Nações Unidas, o governo brasileiro decidiu enviar Embaixada a Madri⁹⁹⁹. Assim justificou a iniciativa¹⁰⁰⁰:

[...] o chamado "caso espanhol" não foi objeto de uma decisão obrigatória, a que só por outra decisão contrária pudesse ser revogada. Dentro das suas faculdades, a Assembleia das Nações Unidas só podia fazer, e fez, a esse respeito, uma 'recomendação' que apenas valia moralmente pelo peso dos Estados que a apoiaram. Elaborada para valer por tempo indeterminado enquanto sustentada por 2/3 dos Estados Membros, e tendo perdido progressivamente esse apoio, afinal reduzido ao de 15 entre 59 Estados, ela não podia de nenhum ponto de vista impedir que o governo brasileiro se representasse em Madri como entendesse e mais conviesse aos interesses do país. 1001

⁹⁹⁷ RELATÓRIO, 1949, p. 35.

⁹⁹⁸ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 49.

⁹⁹⁹ WEIS, 1993, p. 18, observa que a posição brasileira favorável à admissão da Espanha pelas Nações Unidas constituiu um ato em que encontrou oposição dos Estados Unidos.

¹⁰⁰⁰ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 43.

¹⁰⁰¹ RELATÓRIO, 1949, p. 27. Em 1950, o Brasil enviou um embaixador a Madri, ano em que, finalmente, a Resolução foi revogada.

O Brasil absteve-se, em maio, durante a votação de resolução sobre a admissão de Israel nas Nações Unidas, em aparente paradoxo com sua atuação em 1947, quando votara a favor da criação daquele país e, em fevereiro, quando reconhecera seu governo¹⁰⁰². Terá pesado nessa decisão brasileira a influência da Igreja Católica na questão da administração de Jerusalém e a proteção internacional dos lugares santos naquela cidade¹⁰⁰³. Novamente a posição da Argentina – que se abstivera na Resolução de 1947 – discrepou da brasileira, tendo Buenos Aires determinado voto favorável à Resolução¹⁰⁰⁴. As razões da posição brasileira aparecem expostas no Relatório do Itamaraty no tocante à questão:

A grande maioria dos delegados, porém, flutuou entre o peso do prestígio do apoio americano e soviético ao novo Estado e a influência das tradições cristãs, das recentes manifestações da Santa Sé sobre a necessidade da internacionalização de Jerusalém e das contingências da política interna nos respectivos países. As instruções da delegação brasileira eram no sentido de esclarecermos nossa posição de país cristão e subordinar o voto do Brasil à observância, pelo Estado de Israel, da resolução da Assembleia relativamente ao estabelecimento de um estatuto internacional para Jerusalém [...] [O delegado brasileiro] frisou, porém, haver, no caso, razões bastantes para se recear o não cumprimento das cláusulas destinadas a garantir o livre acesso aos

¹⁰⁰² SENKMAN (2000, p. 119) informa que o representante de Israel, Samuel Malamud, em audiência com Raul Fernandes no dia 31 de janeiro, dera explicações para dissipar o temor de uma possível hegemonia de governo de extrema esquerda no governo israelense.

¹⁰⁰³ SANTOS, 2000, p. 14, 30-31.

¹⁰⁰⁴ VIGEVANI; KLEINAS, 2000, p. 109.

lugares santos, o que despertava no Brasil, país cristão por excelência, sérias preocupações. 1005

A União Soviética suspendeu, em 12 de maio, o bloqueio de Berlim e, simultaneamente, as potências ocidentais levantaram as medidas de restrição que haviam imposto. Nesse momento de pequena redução nas tensões da Guerra Fria, Dutra partiu em viagem oficial aos Estados Unidos, deixando o vice-presidente, Nereu Ramos, no exercício da Presidência. O comunicado conjunto assinado na ocasião deu realce à importância do capital privado para o desenvolvimento brasileiro¹⁰⁰⁶, nos seguintes termos:

O presidente Dutra mencionou a necessidade de investimentos estrangeiros e particulares, no Brasil. Os dois presidentes reconheceram o importante papel dos investimentos particulares no desenvolvimento econômico e no progresso social. De acordo com esse ponto de vista comum, os dois presidentes deram instruções aos técnicos de seus respectivos governos a fim de começarem imediatamente, as negociações para um Tratado apropriado, o qual estimularia o estabelecimento de uma corrente de investimentos particulares, de mútuos benefícios. 1007

Dutra permaneceria em viagem aos Estados Unidos até o dia 29 de maio. Nesse meio tempo, a Guerra Fria continuou a apresentar novos fatos. Assim, no dia 23, criava-se a República Federal Alemã, com a capital em Bonn e, no dia 25, tropas de Zedong ocupavam Xangai. Em entrevista à Imprensa, em Nova York, Dutra afirmou que o Brasil não pretendia importar armas dos Estados Unidos.

¹⁰⁰⁵ RELATÓRIO, 1949, p. 40-41.

¹⁰⁰⁶ CERVO; BUENO, 1986, p. 249.

¹⁰⁰⁷ RELATÓRIO, 1949, p. 20.

No final de agosto, a União Soviética explodiu sua primeira bomba atômica. Na IV Assembleia Geral, reunida entre 20 de setembro e 10 de dezembro, o chefe da delegação brasileira, embaixador Cyro de Freitas-Valle, secretário-geral do Itamaraty, abriu o debate geral com discurso em que – sempre visando ao bloco soviético – criticou a "falta de boa vontade e espírito de cooperação de alguns membros, que entravavam as deliberações" No tocante à questão do veto afirmou:

[...] a participação brasileira na Conferência de San Francisco tinha sido marcada por um espírito de esperança confiante, tanto que, apesar de sua oposição inicial à instituição do veto, o Brasil fora o primeiro dos cinquenta Estados lá representados a votar pela inclusão do veto na Carta. Esse apoio constituía demonstração de confiar o Brasil em que os cinco grandes Poderes usariam o veto sabiamente. 1009

Durante a Assembleia Geral, novos fatos indicavam o avanço do comunismo e as reações contrárias a esse avanço, em pleno clima de Guerra Fria. Assim, em 1º de outubro, Mao Zedong proclamou a República Popular da China. No dia 13, os comunistas estabeleceram um Estado separado para a Alemanha Oriental. Três dias depois, terminava a Guerra Civil na Grécia com a derrota dos comunistas.

Ao examinar a questão grega, o Brasil apoiou a prorrogação do mandato da Comissão Balcânica, da qual participava¹⁰¹⁰. Negou que fosse a Grécia responsável pelas perturbações da ordem em seu

¹⁰⁰⁸ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 50.

¹⁰⁰⁹ TRINDADE, 1984b, p. 214.

¹⁰¹⁰ CUNHA (1984, p. 147-148) relata sua visita com a Comissão a Salônica de outubro de 1947 a junho de 1948. Participaram a Austrália, o Brasil, a França, os Estados Unidos, o Paquistão, os Países Baixos e a Grã-Bretanha.

território e defendeu a repatriação das crianças gregas raptadas por guerrilheiros comunistas. Voltando à pauta a questão das colônias italianas, a Assembleia Geral aprovou a independência da Líbia antes de 1º de janeiro de 1952, a tutela italiana da Somália por até dez anos e a nomeação de comissão para investigar a situação da Eritreia. A delegação brasileira apoiou as decisões argumentando ser necessária uma "paz justa e duradoura" 1011.

Na China, em 8 de dezembro, as forças nacionalistas, derrotadas no continente, estabeleceram sua capital na ilha de Formosa. Chiang Kai-Shek para lá se retirou, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China. O governo brasileiro fechou a Embaixada junto ao governo da China – que havia sido transferida de Nanquim para Xangai¹⁰¹² – em razão "do movimento militar comunista contra o Governo Nacionalista chefiado pelo marechal Chiang Kai-Shek [estar] acarretando o agravamento das condições gerais da vida daquele país"¹⁰¹³.

1950 – GUERRA DA COREIA. CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. APOIO POLÍTICO A AÇÕES AMERICANAS NA COREIA. VOTO CONTRA A ADMISSÃO DA CHINA

Em 1950, recrudesceu a Guerra Fria com o avanço do comunismo em diversos países. A União Soviética e a China assinaram um pacto por 30 anos, forças chinesas comunistas ocuparam o Tibete e tropas da Coreia do Norte invadiram a Coreia do Sul e capturaram Seul, mais tarde recapturada por forças das

¹⁰¹¹ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 50-51.

¹⁰¹² RELATÓRIO, 1949, p. 28.

¹⁰¹³ CERVO; BUENO, 1986, p. 250.

Nações Unidas. Tropas da Coreia do Sul cruzaram o paralelo 38 e forças das Nações Unidas viram-se obrigadas a uma retirada. Os Estados Unidos declararam estado de emergência após reveses coreanos e forças da China igualmente cruzaram o paralelo 38.

Nesse clima de plena confrontação Leste-Oeste, a aproximação brasileira dos Estados Unidos prosseguia seu curso. Assim, como resultado das recomendações da Missão Abbink, foi aprovado pela Lei nº 1.102, o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia), que deveria ser financiado pelos Estados Unidos¹014. Em abril, durante reunião de embaixadores dos países americanos realizada no Rio de Janeiro, o chanceler Raul Fernandes apresentou ao embaixador dos Estados Unidos, Herschel W. Johnson, solicitação de financiamento dos Estados Unidos para amplo programa de reequipamento dos setores de infraestrutura da América Latina.

Ocupados com outros temas, tais como a situação no Oriente Médio onde a Jordânia anexou, em abril, territórios da Palestina árabe e Jerusalém, os Estados Unidos expressavam reações comedidas às reivindicações latino-americanas. Em junho, no entanto, o Act for International Aid dos Estados Unidos autorizou a constituição de comissões mistas com países interessados em programas de assistência técnica e econômica (implementação do Ponto IV de discurso pronunciado por Truman, em janeiro), ideia acolhida pelo Brasil e por sete outros países¹⁰¹⁵.

Preocupava-se Washington com a questão da Coreia. Em 25 de junho, a Coreia do Norte investiu em direção ao Sul. À medida que os norte-coreanos obtinham êxitos, os Estados Unidos buscavam a condenação pelas Nações Unidas da invasão e pediam

¹⁰¹⁴ SETTE (1996) observa que, com a eleição de Eisenhower, as expectativas de financiamento se veriam frustradas.

¹⁰¹⁵ CAMPOS, 1994, p. 133.

apoio a tropas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul¹⁰¹⁶. No dia 30, Truman autorizou que o Exército entrasse em ação ao lado da Coreia meridional.

Ao abrir o debate geral da V Sessão Ordinária da Assembleia Geral, em setembro, o chefe da delegação brasileira, embaixador Cyro de Freitas-Valle, ao tratar da Guerra da Coreia, elogiou os Estados Unidos, referindo-se nos seguintes termos à atuação isolada daquele país no conflito:

Os acontecimentos da Coreia do Sul, em face da agressão sofrida do Norte, permitiram ao Conselho de Segurança agir com decisão e rapidez. Mas demonstraram, outrossim, ser indispensável melhor aparelhar a Organização, devendo-se ter em vista – hoje não parece mais haver dúvida – a formação de uma força internacional, bem como um sistema de rápida mobilização dos recursos comuns. Não faltou às Nações Unidas a solidariedade dos Estados-Membros. Mas teve um de arcar com a quase totalidade dos esforços, aquele, diante de cuja ação em favor da Democracia, todos os homens sãos se inclinam. Alguns outros lhe prestaram auxílio. Muitos ainda não conseguiram consubstanciar seus bons propósitos.

Visando, como de hábito, atingir a União Soviética, o chefe da delegação brasileira criticou o uso abusivo do veto no Conselho de Segurança, realçando que, em razão da utilização desse recurso, a Itália ainda não fora admitida pelas Nações Unidas¹⁰¹⁷. Mais adiante, mencionou expressamente a União Soviética:

É evidente que a União Soviética não estaria suscitando a crescente condenação por parte do mundo todo a respeito

¹⁰¹⁶ DAVIS, 1996, p. 121.

¹⁰¹⁷ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 57-58.

de sua atitude negativa, se ela não estivesse inspirada em alguma meta construtiva. Que a União Soviética possa, um dia, decidir expor os motivos por trás dessa atitude inexplicada, limpando assim o caminho para um entendimento com aqueles que depositaram confiança em sua lealdade quando a mesma se uniu a nós no trabalho pela paz.¹⁰¹⁸

A delegação brasileira apoiou a decisão tomada pelo Conselho de Segurança, sem o comparecimento da Rússia, de enviar tropas sob a bandeira das Nações Unidas para fazer cumprir suas decisões violadas pelas invasões da Coreia do Sul provenientes do Norte. Para justificar a ação, o chanceler Raul Fernandes declarou que "sem ação punitiva, o direito nada vale". Também na Comissão Política, o Brasil coparticipou, com Austrália, Cuba, Países Baixos, Noruega, Paquistão, Filipinas e Grã-Bretanha, projeto de resolução "sobre o problema da independência da Coreia", aprovado com 47 votos a favor, 5 contra e 7 abstenções. A resolução permitia às tropas sob o comando do general Douglas MacArthur avançarem além do paralelo 38 para unificar o país. Em coerência com seu voto, em atenção ao pedido de assistência à República da Coreia feito pelo Conselho de Segurança em 27 de junho, o governo enviou mensagem ao Congresso Nacional para aprovação de crédito de 50 milhões de cruzeiros destinado a suprimento gratuito de artigos de alimentação, matérias-primas ou manufaturadas ao Comando Único (das Nações Unidas) na Coreia 1019. Nessa linha anticomunista, na mesma sessão da Assembleia Geral, o Brasil votou contra a admissão da China Popular.

Ao final da Assembleia, o Brasil se elegeu membro não permanente do Conselho de Segurança para o biênio 1951-52, em

¹⁰¹⁸ CORRÊA, 1995, p. 60.

¹⁰¹⁹ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 55 e 61.

votação quase unânime da Assembleia¹⁰²⁰. Houve apenas um voto contrário, o apoio de 17 países latino-americanos e até mesmo da Rússia e "seus satélites". Voltava assim a ocupar a cadeira latino-americana, da qual fora ocupante em 1947-48¹⁰²¹.

No plano bilateral, o governo Dutra não conseguiu ver atendida solicitação que fez aos Estados Unidos, por intermédio da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos, de reequipamento econômico e militar do Brasil e para a manutenção das bases aéreas do Norte e Nordeste brasileiro. Uma missão econômica enviada a Washington para obter empréstimo para reequipar transportes marítimos e terrestres também não teve êxito¹⁰²².

No dia 3 de outubro, 11 milhões de eleitores participaram das eleições para presidente, em que se apresentaram como candidatos Cristiano Machado, Eduardo Gomes, Getúlio Vargas e João Mangabeira. No plano internacional, continuavam as atenções voltadas para a Ásia, destacando-se no noticiário a derrota francesa para o vietmin em Kao Bang, no Vietnã. Na China, que invadiu e ocupou o Tibete, comemorava-se um ano desde a vitória da Revolução de Mao Zedong.

O Conselho de Segurança Nacional reuniu-se no Palácio do Catete, em 8 de dezembro, para tratar do pedido dos Estados Unidos de envio de tropas para a Coreia, não se alcançando uma decisão a seu respeito. O general Góes Monteiro informou, na ocasião, que tropas não poderiam ser enviadas sem extensa preparação 1023.

Ainda em dezembro, já eleito Vargas, o embaixador brasileiro em Washington, Maurício Nabuco, solicitou audiência ao presidente Harry S. Truman para dirimir o que qualificou de crise na relação

¹⁰²⁰ MCCANN JUNIOR, 1981, p. 13.

¹⁰²¹ JORNAL DO COMMERCIO, 1951, p. 59.

¹⁰²² MOURA, 1991, p. 67-68.

¹⁰²³ DAVIS, 1996, p. 121-126.

entre os dois países. Truman reiterou seu desejo de manter relação especial com o Brasil e interessou-se pessoalmente pela negociação de empréstimos e a venda de cruzadores para a Marinha brasileira. Duas semanas depois, o Brasil recebeu as embarcações e os Estados Unidos aceitaram a proposta de formação de uma Comissão Mista técnica. Dias após, o presidente do Banco Mundial, Eugene Black, informou o Departamento de Estado de que aquele organismo internacional poderia conceder até 250 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento econômico no Brasil. No dia 19, foram trocadas notas estabelecendo a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico¹⁰²⁴.

No contexto da preparação da IV Reunião Consultiva de chanceleres Americanos, em que os Estados Unidos buscavam o apoio latino-americano à intervenção dos Estados Unidos na Guerra da Coreia¹⁰²⁵, o chanceler Raul Fernandes e o embaixador dos Estados Unidos, Herschel W. Johnson¹⁰²⁶, assinaram acordo constitutivo da Comissão Mista, cuja função principal seria a "elaboração de projetos concretos e bem trabalhados, suscetíveis de imediata apreciação por instituições financeiras tais como o Export-Import Bank e o Banco Mundial"¹⁰²⁷.

No final do ano, João Neves da Fontoura, escolhido para suceder a Raul Fernandes no governo seguinte, reuniu-se com Herschel W. Johnson, com quem examinou o futuro da cooperação bilateral e a questão de minérios estratégicos 1028. Como os Estados Unidos estavam preparando conferência interamericana na qual buscavam o apoio latino-americano para sua atuação na Coreia, o

¹⁰²⁴ WEIS, 1993, p. 35.

¹⁰²⁵ PECHMAN, 1984, p. 1254.

¹⁰²⁶ CAMPOS, 1994, p. 114.

¹⁰²⁷ MALAN, 1981, p. 69.

¹⁰²⁸ MOREIRA; FLAKSMAN, 1984, p. 1325.

futuro chanceler brasileiro condicionou o apoio brasileiro na reunião ao apoio financeiro americano a projetos de desenvolvimento industrial e melhora no preço do café. Apresentou documento com 14 projetos que incluíam hidrelétricas, refinarias de petróleo, expansão siderúrgica, melhoras de ferrovias etc. 1029

1951 – CONFERÊNCIA INTERAMERICANA EM Washington. Pedido de envio de tropas à Coreia. Negociação de acordo militar com os Estados Unidos. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

No ano de 1951, destacar-se-iam, no plano internacional, eventos da Guerra Fria na Ásia. Em contraofensiva no Vietnã, em 18 de janeiro, tropas francesas derrotaram guerrilhas do vietmin que ameaçavam tomar Hanói. Pelo lado comunista, as forças norte-coreanas romperam o paralelo 38 e tomaram Seul, rejeitando oferta americana de trégua.

Nelson Rockefeller chefiou a delegação americana que compareceu, em 31 de janeiro, à posse de Getúlio Vargas. No encontro que manteve com o presidente brasileiro, Rockefeller expressou desejo de melhora das relações e impaciência quanto ao início das operações da Comissão Mista criada no mês anterior. Também conversaram sobre materiais estratégicos, a participação brasileira em combates na Coreia e os termos de acordo de suprimento¹⁰³⁰.

¹⁰²⁹ WEIS, 1993, p. 38.

¹⁰³⁰ WEIS, 1993, p. 39.

João Neves da Fontoura (segunda gestão)

Neves da Fontoura, que já fora chanceler em 1946, foi novamente nomeado para o cargo por Getúlio Vargas, de retorno ao poder, desta vez, pelas urnas. Fontoura tomou posse em 1º de fevereiro de 1951, permanecendo na sua segunda gestão no Itamaraty por dois anos e cinco meses (até 19 de junho de 1953). Defendeu a cooperação econômica e militar com os Estados Unidos e expressou-se favoravelmente à participação brasileira na Guerra da Coreia, não tendo, porém, prevalecido sua opinião sobre a de seus colegas de Gabinete¹⁰³¹. Embora a política externa de Neves da Fontoura se assemelhasse à de seu antecessor nos aspectos centrais da Guerra Fria e aproximação dos Estados Unidos, a principal diferença consistiria na exigência que Vargas fazia de "reciprocidade econômica" nas relações com Washington, especificamente mediante o apoio à industrialização brasileira, buscando reproduzir atitude tomada durante o seu primeiro governo¹⁰³².

Entre 1951 e meados de 1953, os eventos internacionais espelhavam o agravamento da Guerra Fria. No plano externo, o

¹⁰³¹ CUNHA, 1994, p. 61, nota 13.

¹⁰³² BANDEIRA, 1978, p. 324, com base em memorando entregue ao embaixador Herschel V. Johnson em 14 de janeiro de 1951.

segundo governo Vargas enfrentou várias dificuldades. O recrudescimento da Guerra Fria, em especial o conflito na Coreia, não apenas teve efeito sobre as contas externas do país, mas também ocupou a atenção mundial (sobretudo a da administração Eisenhower nos Estados Unidos), não recebendo o Brasil e toda a América Latina prioridade na política internacional.

Na Coreia, Seul que havia sido capturada pelos comunistas seis semanas antes, foi retomada, em 17 de fevereiro, e tropas das Nações Unidas forçaram o retorno de guerrilhas comunistas para o Norte. Quatro eventos da época se relacionaram estreitamente na política externa brasileira: a IV Reunião de Consultas de chanceleres Americanos; a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; a Guerra na Coreia e os Acordos Militar e Atômico com os Estados Unidos¹⁰³³.

As relações do Brasil com as instituições financeiras internacionais se deterioraram a partir de 1952. A situação econômica não foi favorável ao país. As importações brasileiras subiram 81% em valor e 40% em volume entre 1950 e 1951, atingindo o montante de 1,7 bilhões de dólares. Em 1952, as importações se mantiveram igualmente altas e as exportações reduziram-se em quase 20% quanto ao volume, caindo para 1,416 bilhões de dólares. O déficit passou de 290 milhões de dólares em 1951 para 615 milhões de dólares em 1952¹⁰³⁴. As reservas caíram de cerca de 590 milhões de dólares em 1950 para cerca de 300 milhões de dólares em 1952¹⁰³⁵.

Atendendo proposta de Vargas a Truman, o secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Edward G. Miller, viajou ao Brasil, em fevereiro, para tratar de cooperação econômica e militar. Na ocasião, foi também discutida a questão da Coreia.

¹⁰³³ CERVO; BUENO, 1986, p. 255.

¹⁰³⁴ MALAN, 1981, p. 71-72.

¹⁰³⁵ SOUZA, 1984, p. 1105.

Tendo obtido êxito nas suas pretensões no âmbito das Nações Unidas, os Estados Unidos buscavam condenação da Coreia do Norte também pela Organização dos Estados Americanos. Alegavam que, sob o Tratado do Rio de Janeiro, essa ação obrigava os países latino-americanos a agirem em conjunto no conflito. Esperavam que o Brasil e a Argentina enviassem divisões de infantaria, o México mandasse um regimento e o Chile, Peru e Uruguai um batalhão cada um. De sua parte, o Brasil expressou aos Estados Unidos seus interesses bilaterais: créditos do Export-Import Bank para a indústria de base, incentivos para investimentos privados norte-americanos no país e eliminação de restrições à exportação do café brasileiro¹⁰³⁶.

Enquanto na Europa, França, Alemanha Ocidental, Itália e Benelux acordavam criar uma comunidade europeia do carvão e do aço, nas Américas, entre 26 de março e 7 de abril¹⁰³⁷, realizava-se, em Washington, a IV Reunião dos chanceleres Americanos. Truman pediu, na reunião, forças americanas para a Coreia e aumento da produção de material estratégico. Os países latino-americanos entendiam, no entanto, que não havia ameaça hemisférica que os obrigasse, pelo Tratado do Rio de Janeiro, a fornecer tropas. A delegação brasileira compareceu com os propósitos, entre outros, de diferenciar entre auxílio econômico para o desenvolvimento e auxílio para a compra de material bélico e de defender a competência nacional em matéria de segurança interna. Em seu discurso na abertura da reunião, João Neves da Fontoura referiu-se ao "perigo comunista", à necessidade de combate "às ideologias subversivas"

¹⁰³⁶ HIRST, 1996, p. 3-4.

¹⁰³⁷ CASTRO, 1983, p. 415. Enquanto a Chancelaria brasileira se preparava para a Conferência, Neves da Fontoura criou, em março de 1951, uma comissão para propor medidas e sugerir modificações na sua estrutura e no seu funcionamento.

e à "colaboração econômica recíproca" 1038. Assim resumiu, posteriormente, os pontos principais de seu discurso:

Na sessão inaugural, sob a presidência de Truman, proferi um discurso que mereceu (caso raríssimo) publicação na íntegra pelo *New York Times*. Com ele, firmei um ponto de partida para a atitude das nações latino-americanas, em favor de cujos vitais interesses me coubera a honra de fazer cerrada crítica à conduta dos Estados Unidos, que haviam derramado, na Europa, os milhões e milhões de dólares do Plano Marshall, deixando de estabelecer pelo menos uma assistência financeira indispensável aos povos deste Continente, cada vez mais precisados de promover seus desenvolvimentos econômicos para a elevação do nível de vida dos indivíduos, na maioria em estado de miserável primitivismo.¹⁰³⁹

Na Conferência, o Brasil votou, com os Estados Unidos, contra a proposta de resolução anticolonialista apresentada por Argentina, Venezuela e Guatemala, dirigida à Grã-Bretanha e aos Países Baixos¹⁰⁴⁰. No âmbito econômico, porém, a posição brasileira, com o apoio de outros países latino-americanos foi:

[...] de que os problemas de robustecimento da estrutura econômica desses países [menos desenvolvidos] não eram problemas suscetíveis de serem relegados a um período de normalidade internacional, mas eram parte integrante da economia de emergência, tanto pela necessidade de defender aquelas estruturas sociais e econômicas dos desgastes e distorções [sic] quanto pela

¹⁰³⁸ MOREIRA; FLAKSMAN, 1984, p. 1325.

¹⁰³⁹ FONTOURA, 1957, p. 98.

¹⁰⁴⁰ WEIS, 1993, p. 40.

imperiosa necessidade de aparelhá-las para contribuírem regularmente no esforço comum.¹⁰⁴¹

Da ata final da Reunião de Consulta constou o princípio de que "o desenvolvimento econômico dos países insuficientemente desenvolvidos é considerado como elemento essencial sob o ponto de vista da defesa do continente"¹⁰⁴².

Durante a reunião, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Dean Acheson¹⁰⁴³, e o general Charles Lawrence Bolte, presidente da Junta Interamericana de Defesa, mantiveram encontros com o ministro João Neves da Fontoura e o general Paulo Figueiredo, durante os quais trataram da necessidade do envio de tropas para a Coreia, salientando a importância de uma contribuição brasileira¹⁰⁴⁴. De sua parte, o Brasil pediu a cooperação dos Estados Unidos para a industrialização do petróleo, pela garantia de encomendas de equipamentos para refinarias, pesquisa e exploração¹⁰⁴⁵. Augusto Frederico Schmidt e Neves da Fontoura¹⁰⁴⁶ comprometeram-se a apressar a venda de material estratégico e a enviar 500 mil toneladas de manganês das minas de Urucum, cuja concessionária era a US Steel, em Minas Gerais, e de uma fonte então recentemente descoberta no Amapá, de concessão da Bethlehem Steel, perto do rio Amazonas. Concordaram também

¹⁰⁴¹ CERVO; BUENO, 1986, p. 254, com base no RELATÓRIO, 1951.

¹⁰⁴² CERVO; BUENO, 1986, com base no RELATÓRIO, 1951.

¹⁰⁴³ ACHESON (1969, p. 496) afirma nada ter obtido das gestões junto ao Brasil para enviar tropas à Coreia.

¹⁰⁴⁴ HAINES, 1989, p. 49.

¹⁰⁴⁵ BANDEIRA, 1978, p. 321.

¹⁰⁴⁶ WEIS (1993, p. 40) nota que a delegação incluía dois membros da Comissão Mista (Glycon de Paiva e Roberto de Oliveira Campos), um futuro ministro da Fazenda e das Relações Exteriores (San Tiago Dantas), o futuro autor da Operação Pan-Americana (Augusto Frederico Schmidt), um futuro presidente (general Humberto Castello Branco), e dois futuros embaixadores em Washington (Walter Moreira Salles e João Batista Pinheiro) entre outros.

com o envio de areias monazíticas, desde que os Estados Unidos financiassem equipamento para processá-las no país 1047 .

Washington não desistia, a seu turno, de obter apoio na questão coreana e, em 9 de abril, o presidente Truman enviou carta a Vargas para solicitar a participação brasileira naquele conflito asiático¹⁰⁴⁸. No trecho pertinente declarou:

Como já deve ser de seu conhecimento, o secretário de Estado Acheson, em recente conversa com seu ministro das Relações Exteriores, falando em nome do comando unificado, explicou que seria grande ajuda para o esforço das Nações Unidas na Coreia se o Brasil pudesse enviar uma divisão de infantaria para participar das operações militares conjuntas naquela área. Muitas tropas americanas foram empenhadas em rude combate contra os agressores na Coreia nos últimos nove meses e têm grande necessidade de repouso, o que só será possível quando houver tropas capazes de substituí-las. Peço vênia para, nesta ocasião, solicitar a Vossa Excelência queira considerar este assunto. 1049

O ministro Neves da Fontoura, que ainda se encontrava nos Estados Unidos ao final de abril, relatou a Getúlio Vargas os resultados de suas tratativas em Washington. Referiu-se à constituição da Comissão Mista, à promessa do Banco Mundial de financiamento para essa entidade no valor de 300 milhões de dólares e à relação de cooperação criada. Aduziu que não

¹⁰⁴⁷ WEIS, 1993, p. 43.

¹⁰⁴⁸ CERVO; BUENO, 1986, p. 252.

¹⁰⁴⁹ CRUZ, 1983, p. 43.

subordinara os interesses brasileiros aos americanos, ao não aceitar o envio de tropas brasileiras à Coreia¹⁰⁵⁰.

No mês seguinte, em que os Estados Unidos detonaram a bomba de hidrogênio, o ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, visitou Washington e, no Brasil, Neves da Fontoura manteve reunião com o embaixador Herschel W. Johnson, com quem tratou de uma eventual missão à Coreia. O secretário de Estado, Dean Acheson, instruiu Johnson a informar o Brasil de que uma missão deveria ser enviada, apenas se fosse seguida de participação militar¹⁰⁵¹.

A partir de junho, aumentou a pressão dos Estados Unidos com relação à participação militar brasileira na Coreia¹⁰⁵² e, no mesmo mês, o secretário Geral das Nações Unidas, Trygve Lie, formulou pedido ao governo de tropas brasileiras para envio àquela região asiática¹⁰⁵³. O chanceler Neves da Fontoura declarou à Imprensa:

Como signatário da Carta das Nações Unidas e como um dos primeiros países a apoiar há um ano a intervenção armada das Nações Unidas na Coreia, como responder com uma simples negativa ao apelo do Sr. Trygve Lie e ao general Ridgeway? [Entretanto], para o envio de tropas ao exterior, o Brasil deveria estar economicamente preparado para sustentá-las, o que não acontece. Recebendo auxílio norte-americano para nossa economia, o Brasil poderia preparar seus exércitos para uma guerra defensiva ou ofensiva. 1054

¹⁰⁵⁰ WEIS, 1993, p. 44.

¹⁰⁵¹ DAVIS, 1996, p. 127.

¹⁰⁵² HIRST, 1996, p. 5.

¹⁰⁵³ CERVO; BUENO, 1986, p. 252.

¹⁰⁵⁴ VIZENTINI, 1995, p. 70-71, com base no Correio do Povo, de 28 de junho de 1951.

Vargas convocou reunião do Conselho de Segurança Nacional para tratar da questão. Decidiu-se enviar nota à Embaixada dos Estados Unidos a respeito da necessidade de novas negociações para a definição do tipo de colaboração a ser prestada pelo Brasil na Guerra da Coreia¹⁰⁵⁵.

Em meados do ano¹⁰⁵⁶, os Estados Unidos começaram a negociar a assinatura de novo acordo militar. A exigência norte-americana de envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia em troca de auxílio militar americano tornou-se explícita. O governo brasileiro, porém, não dispunha de apoio popular ou político para a participação militar no conflito distante¹⁰⁵⁷. Em agosto, o general Góes Monteiro viajou a Washington onde foi tratar do pedido das Nações Unidas de envio de tropa à Coreia e de assistência econômica e militar por parte dos Estados Unidos¹⁰⁵⁸. Góes Monteiro condicionou a cooperação militar brasileira ao êxito da missão do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, a Washington, em setembro, para negociar financiamento projetos com o Banco Mundial e o Export-Import Bank¹⁰⁵⁹. No final de agosto, os

¹⁰⁵⁵ MOREIRA; FLAKSMAN (1984, p. 1325) informa que estavam presentes Vargas, João Neves da Fontoura, o general Cyro do Espírito Santo Cardoso, chefe do Gabinete Militar, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

¹⁰⁵⁶ CASTRO (1983, p. 416) relata que, nesse período, o chanceler Neves da Fontoura encontrava tempo para se dedicar à reforma da carreira diplomática. Assim, em maio, a comissão que criara para propor reformas apresentou recomendações relativas à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, a criação de curso de Chefia e de Altos Estudos, ampliação dos quadros de diplomatas e admissão de pessoal especializado. Em agosto foram criadas Comissões de Organização e Métodos de Trabalho em todos os Ministérios. No Itamaraty, chefiada pelo embaixador Alencastro Guimarães, a comissão preparou projeto que previa a criação de novos cargos de diplomatas, a contratação de funcionários especializados e recomendava reforço dos critérios de merecimento nas promoções. Propunha também modificações na estrutura do Ministério e a distribuição de trabalhos por critério geográfico.

¹⁰⁵⁷ HIRST, 1996, p. 5.

¹⁰⁵⁸ CRUZ (1983, p. 44-52) contém íntegra das instruções recebidas pelo general Góes Monteiro para as negociações, bem como de carta enviada por aquele militar brasileiro a Vargas enquanto ainda em Washington.

¹⁰⁵⁹ DAVIS, 1996, p. 129-30.

militares dos Estados Unidos propuseram a assinatura de acordo secreto em bases semelhantes ao assinado em 1942: entendimento para defesa continental e preparação de tropas para envio aos campos de batalha na Coreia (sob a bandeira das Nações Unidas) ou alhures.

A missão de Horácio Lafer, em setembro, obteve êxito em assinar acordos aumentando os limites de empréstimos brasileiros com o Banco Mundial e com o Export-Import Bank. No dia 27 do mesmo mês, o general Charles Bolte, representante dos Estados Unidos na Junta Interamericana de Defesa, enviou ao general Góes Monteiro um memorando contendo dois projetos de acordo sobre a assistência na Coreia e sobre a defesa do hemisfério, este último seria a base de um futuro acordo militar. Vargas não aprovou os projetos de acordo, mas estes serviriam de base para posterior acordo militar¹⁰⁶⁰.

As gestões dos Estados Unidos para obter apoio de outros países latino-americanos no conflito coreano não alcançaram êxito. Até outubro, os Estados Unidos lograram convencer apenas a Colômbia¹⁰⁶¹ a fornecer um batalhão de infantaria e uma fragata naval¹⁰⁶². O Brasil, que tampouco atendera ao pedido das Nações Unidas para envio de tropas à Coreia, buscava compensar essa omissão com ativa participação nos trabalhos da Organização¹⁰⁶³. No discurso de abertura da VI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em novembro, o Brasil, pela voz do

¹⁰⁶⁰ DAVIS, 1996, p. 135.

¹⁰⁶¹ RICUPERO, 1996, p. 44.

¹⁰⁶² DAVIS, 1996, p. 121-122.

¹⁰⁶³ BARROS, 1985, p. 376-377. Ainda na forma de gestos junto às Nações Unidas, e em atenção à solicitação do seu secretário-geral, por sugestão de Jayme de Barros, o governo brasileiro encomendou dois murais a José Cândido Portinari, sob os nomes de *Guerra* e *Paz* como contribuição do Brasil para a decoração da nova sede em Nova York.

embaixador Mário de Pimentel Brandão¹⁰⁶⁴, tocou na questão do colonialismo nos seguintes termos:

O presidente Vargas, em sua mensagem ao Congresso Brasileiro este ano, declarou que todo colonialismo deve ser visto como sobrevivência indesejável na vida internacional de hoje. Na atual conjuntura, é de importância premente que povos aspirantes de liberdade total se empenhem em agir com a prudência e a calma exigidas pela necessidade de salvaguardar a estrutura de segurança construída tão lenta e dolorosamente e que oferece a melhor garantia para a realização de seus anseios. 1065

Dando continuidade à linha que vinha adotando sobre assistência econômica a países menos desenvolvidos, no correr da Assembleia, o Brasil apresentou, juntamente com a Grécia, projeto de resolução sobre a concessão de empréstimos por parte de instituições financeiras internacionais para solução de problemas de base desses países 1066.

A questão de cooperação com os Estados Unidos apresentaria nova faceta ao incluir o tema da cooperação nuclear. Em novembro, em visita ao Brasil, o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Gordon Dean, propôs compra de urânio não utilizado pelo Brasil. O ministro Neves da Fontoura recusou a oferta, alegando não possuir ainda o país um reator nuclear e, portanto, não aproveitar ainda o urânio nacional.

¹⁰⁶⁴ RELATÓRIO (1952, p. 13) informa que a delegação brasileira era ainda composta pelo embaixador João Carlos Muniz, senador Waldemar Pedrosa, deputado José Augusto Bezerra de Medeiros e Sr. Pedro da Costa Rego, e delegados substitutos: embaixador Gilberto Amado, professor Hermes Lima, ministros Vasco Leitão da Cunha e Ruy Ribeiro Couto, Sra. Rosalina Coelho Lisboa de Larragoiti e Sr. Cleanto de Paiva Leite.

¹⁰⁶⁵ CORRÊA, 1995, p. 67.

¹⁰⁶⁶ RELATÓRIO, 1952, p. 15.

O relacionamento estratégico com os Estados Unidos continuaria na pauta nacional. O Conselho de Segurança Nacional examinou, em 22 de dezembro, a proposta de venda de monazita, sais de cério e tório, bem como o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, sendo aprovada a primeira e autorizada a assinatura do segundo¹⁰⁶⁷. No final do ano, foi renovado o Acordo Atômico Brasil-Estados Unidos, pelo qual o Brasil se comprometeu a vender aos Estados Unidos monazita, sais de cério e terras-raras por três anos¹⁰⁶⁸. Neves da Fontoura afirmaria, mais tarde, que as razões que levaram o governo a efetuar a venda podiam ser resumidas "numa única: cooperação para a defesa mútua"¹⁰⁶⁹. Paralelamente, o general Góes Monteiro escreveu carta ao general Charles Bolte que realçou a dificuldade que o governo encontraria para obter apoio popular conveniente para a participação efetiva de forças brasileiras em qualquer teatro de operações na Ásia¹⁰⁷⁰.

O ano apresentou saldo equilibrado na guerra na Coreia: Seul fora retomada, mas a Coreia do Norte lançara nova ofensiva e falharam tentativas de armistício. As forças das Nações Unidas atuaram com alguns êxitos no Norte, mas fracassaram as negociações para um armistício.

¹⁰⁶⁷ FONTOURA (1957, p. 106-107, 113) informa que da reunião participaram Vargas e todos os ministros de Estado, inclusive o general Newton Estillac Leal e o chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro, tendo sido secretariada pelo general Cyro Espírito Santo Cardoso.

¹⁰⁶⁸ HIRST, 1996, p. 6.

¹⁰⁶⁹ FONTOURA, 1957, p. 126.

¹⁰⁷⁰ BANDEIRA, 1978, p. 333.

1952 – ACORDO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS. TENSÕES COM A ARGENTINA

Em 1952, prosseguiram acontecimentos relativos à Coreia: os Estados Unidos bombardearam hidrelétricas na Coreia do Norte; a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou proposta indiana para armistício na Coreia e a China o rejeitou. No Vietnã, guerrilhas comunistas atacaram tropas francesas. O ano ver-se-ia marcado, sobretudo, por iniciativas ligadas à questão nuclear: Truman anunciou teste de bomba de hidrogênio no Pacífico e Churchill, a produção de bomba atômica.

Em contexto em que o mundo vivia preocupado com a possível eclosão de uma Terceira Guerra Mundial, na manhã de sábado, dia 15 de março, João Neves da Fontoura, pelo Brasil, e o embaixador Herschel W. Johnson, pelos Estados Unidos, assinaram Acordo de Assistência Militar entre os dois países. As principais obrigações dos Estados Unidos consistiam em "fornecer equipamentos, materiais e serviços" e, por parte do Brasil, "fornecer, principalmente, materiais básicos e estratégicos que lhes serão vendidos a preços de mercado mundial" Teve início, então, no Congresso, demorado e difícil processo para aprovação do instrumento, sendo discutida, sobretudo, a questão da participação do Brasil no conflito da Coreia 1072, mas também se mesclando no debate a questão de fornecimento de urânio e areias monazíticas para os Estados Unidos 1073.

O Brasil enviou seu primeiro diplomata a Israel, o ministro José Fabrino de Oliveira Baião, que apresentou credenciais ao governo daquele país em 29 de março. Preocupou-se este em seu relatório em explicar que o ato ocorrera em Tel Aviv, Sede

¹⁰⁷¹ CRUZ (1983, p. 56-62) reproduz a exposição de motivos ao Congresso e a íntegra do Acordo.

¹⁰⁷² HIRST, 1996, p. 6-7.

¹⁰⁷³ CERVO; BUENO, 1986, p. 253.

do Governo "quando o presidente desce de Jerusalém, para as cerimônias de apresentação de credenciais" 1074.

A assinatura do Acordo Militar com os Estados Unidos traria repercussões negativas para a relação bilateral com a Argentina. Apesar de um dos primeiros atos do segundo governo Vargas ter sido a assinatura de um acordo econômico com o governo de Buenos Aires¹⁰⁷⁵, as relações bilaterais no período sofreram tensões. Outros fatores subjacentes na deterioração do relacionamento foram a não adesão brasileira à proposta argentina de formação de Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) e a oposição brasileira à discussão do tema relativo às ilhas Malvinas na Organização dos Estados Americanos, sob a alegação de tratar-se de tema para as Nações Unidas.

Dando continuidade ao processo de reforma da carreira diplomática que iniciara, o ministro Neves da Fontoura criou a Comissão de Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores, presidida por Vasco Leitão da Cunha e integrada por personalidades alheias ao quadro do Itamaraty, tais como Cordeiro de Farias, San Tiago Dantas, Hermes Lima e Rômulo de Almeida, além de Roberto Campos e Azeredo da Silveira. O relatório dessa Comissão datado de 20 de maio, propôs, inter alia, a combinação dos critérios de divisão das matérias por áreas geográficas e também por assuntos; sugeria a criação de um órgão de planejamento e coordenação; recomendava permanência mais longa de diplomatas na Secretaria de Estado (para facilitar formação gradual por seleção progressiva e vocacional); adoção de princípio menos rígido de hierarquia no preenchimento de cargos

¹⁰⁷⁴ VIGEVANI; KLEINAS, 2000.

¹⁰⁷⁵ LEVINE (1998, p. 81) menciona alegações, não comprovadas, de que Perón haveria transferido fundos para auxiliar a campanha de Vargas em 1950.

de chefia, no nível de divisão e manifestou-se também favorável ao ingresso de mulheres na carreira diplomática¹⁰⁷⁶.

O secretário de Estado Americano, Dean Acheson, visitou o Brasil, em 2 de julho. Quando de sua chegada, o Banco Mundial e o Export-Import Bank americano haviam anunciado seis acordos de empréstimos totalizando 100 milhões de dólares. Acheson limitou--se a alguns temas em sua visita: a Comissão Mista, aumento da assistência técnica e necessidades da Marinha Mercante brasileira. Este último tema fora objeto de pedido brasileiro em razão dos afundamentos de navios mercantes brasileiros pelos nazistas durante a guerra. Getúlio Vargas recebeu a visita de Acheson, ocasião em que o Brasil expôs sua necessidade de repor a frota mercante destruída durante a Segunda Guerra Mundial¹⁰⁷⁷. Nos encontros com Vargas e seus ministros, Acheson mencionou a falta de apoio brasileiro na Guerra da Coreia e a legislação sobre remessas de lucros; as autoridades brasileiras referiram-se à flutuação do preço do café e à demora americana para prover recursos a projetos. Acheson comprometeu-se a tratar dos financiamentos junto ao Banco Mundial e informou que a guestão de navios mercantes exigia aprovação do Congresso de seu país¹⁰⁷⁸.

No plano multilateral, o Brasil começava a defender com mais ênfase a questão do "desenvolvimento dos países pobres e não industrializados". Ao abrir a primeira parte da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em 14 de outubro, o ministro João Neves da Fontoura¹⁰⁷⁹ realçou a questão nos seguintes termos:

¹⁰⁷⁶ CASTRO, 1983, p. 419-420.

¹⁰⁷⁷ CAMPOS (1994, p. 177-178) narra o encontro do qual participou como criativo intérprete.

¹⁰⁷⁸ WEIS, 1993, p. 53.

¹⁰⁷⁹ RELATÓRIO (1952) informa que compunham também a delegação brasileira: embaixador João Carlos Muniz, senador Georgino Avelino, deputado Aloysio de Castro e o embaixador Gilberto Amado, e, como delegados substitutos, os ministros Henrique de Souza Gomes e Aguinaldo Boulitreau Fragoso, o professor Hermes Lima e os Srs. Roberto Marinho e Ottolmy Strauch.

Estou convencido... de que nossos maiores problemas são os econômicos, e que o que precisamos aqui é de uma política dinâmica, capaz de satisfazer as necessidades que surgem em muitos países como o resultado de seu crescimento. É bastante conhecido que os Estados-Membros das chamadas áreas subdesenvolvidas estão sofrendo os efeitos de uma crise que influencia todos os aspectos de sua vida cotidiana... Esses países encontram-se ao mesmo tempo em meio a uma crise de crescimento e uma crise de empobrecimento. Eis porque aqueles que detêm o poder de guiar a reconstrução da economia e do mercado mundiais devem antes de tudo classificar e avaliar os problemas econômicos não apenas em termos de prioridades, mas também de urgência.

Infelizmente, existindo poucos Estados que industrializaram completamente as suas economias, o mundo está em meio a um processo de ser dividido em um grupo de Estados ricos e um outro grupo, muito maior, de Estados pobres. Enquanto a minoria acumula riquezas, a maioria empobrece... As Nações Unidas têm também que devotar mais atenção ao problema resultante do fato de que todos os bens e todos os recursos estão concentrados nas mãos de certos Estados, enquanto outros Estados, por falta de meios e oportunidades, estão a caminho de uma terrível pobreza, porque eles não possuem o capital e o equipamento técnico para explorar os seus recursos agrícolas e minerais. 1080

No dia 25 de outubro, pela terceira vez seguida, foi negada à China admissão nas Nações Unidas. No decorrer dos trabalhos da Sessão, o Brasil continuou na linha política anticomunista e

¹⁰⁸⁰ CORRÊA, 1995, p. 76.

econômica pró-assistência a países mais pobres. Apoiou proposta da Índia relativa à repatriação de prisioneiros da Guerra da Coreia; propôs, com a Nova Zelândia, projeto de resolução sobre a repatriação das crianças gregas raptadas por guerrilheiros comunistas; e defendeu a admissão de novos membros nas Nações Unidas, em especial Portugal e Itália¹⁰⁸¹.

Na Comissão Política, o Brasil apoiou resolução que concitou a África do Sul a pôr fim a práticas discriminatórias, mas, por outro lado, propôs emenda para esclarecer que a ação das Nações Unidas devia respeitar o direito de regular os assuntos internos, acrescentando que tal princípio não significava "liberdade de deixar de cumprir compromissos de ordem internacional" 1082.

Ao tratar de temas econômicos, o Brasil propôs a recondução ao Banco Mundial dos estudos relativos à criação de uma corporação internacional de financiamento, destinada a incrementar o fluxo de capitais privados para os países subdesenvolvidos e a mobilizar a sua economia interna¹⁰⁸³.

Sob acusação de servir aos Estados Unidos, em novembro, o governo do Irã declarou o embaixador brasileiro, Hugo Gouthier, persona non grata. O diplomata apresentou relatório em 15 de novembro no qual atribuiu a decisão iraniana à amizade que mantinha com Reza Xá Pahlevi, principal opositor ao governo de Teerã¹⁰⁸⁴.

Em atos internos com repercussão no exterior, o Congresso Nacional aprovou, em dezembro, projeto de lei governamental para adoção de taxa de câmbio livre em exportações (salvo de café) e fluxos de capital. Teve maior repercussão ainda a declaração

¹⁰⁸¹ RELATÓRIO, 1952, p. 22.

¹⁰⁸² TRINDADE, 1984b, p. 219.

¹⁰⁸³ RELATÓRIO, 1952, p. 23.

¹⁰⁸⁴ BANDEIRA, 1978, p. 343.

de Vargas pela rádio, na noite do dia 31, quando criticou as companhias estrangeiras por "remessas exorbitantes de lucros" que haviam aumentado de 50 milhões de dólares no ano anterior para 137 milhões.

1953 (JANEIRO A JUNHO) – ESTADOS UNIDOS, A PETROBRAS E A REMESSA DE LUCROS. AREIAS MONAZÍTICAS. AÇÕES DA ARGENTINA E DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL. RATIFICAÇÃO DO ACORDO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS

Em 1953, pouca atividade internacional relevante ocorreria: nos Estados Unidos, Eisenhower tomou posse como presidente e, nas Nações Unidas, Dag Hammarskjöld foi eleito secretário-geral. Em julho, foi assinado o armistício coreano, tendo os Estados Unidos e a Coreia do Sul firmado tratado de defesa mútua.

O ano teve início de forma negativa para a economia brasileira, pois, em janeiro, forte geada reduziu a produção do café brasileiro em um terço¹⁰⁸⁵. Também logo no princípio do ano, o governo publicou decreto que limitou as remessas de lucros de empresas estrangeiras a 8% ao ano do capital investido. Embora essa medida desse à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) poder para aplicar esse limite a remessas de lucros apenas em momentos de pressões sobre o balanço de pagamentos, sua divulgação causou imediata reação negativa do governo dos Estados Unidos e do Banco Mundial. Dois dias após a publicação da decisão, o embaixador Herschel W. Johnson entrevistou-se com Neves da Fontoura a quem afirmou que as novas regras desencorajariam os investimentos estrangeiros e minariam a base sobre a qual se

¹⁰⁸⁵ YOUNG, 1973, p. 32.

erigira a Comissão Mista. Fontoura sublinhou as necessidades da economia que levaram à decisão governamental¹⁰⁸⁶. Certamente sob influência do governo norte-americano, o Banco Mundial suspendeu empréstimos ao Brasil, decisão que vigoraria, com uma única exceção (hidrelétrica de Furnas)¹⁰⁸⁷, pelos 12 anos a seguir¹⁰⁸⁸.

Não se restringia a insatisfação americana à regulamentação brasileira da remessa de lucros dos investimentos estrangeiros. A ideia da criação de empresa estatal para exploração e refinação de petróleo também não agradou os membros da nova administração em Washington¹⁰⁸⁹. O governo de Dwight Eisenhower buscou que fossem os financiamentos solicitados pelo Brasil destinados somente à liquidação de atrasados comerciais e à promoção de investimentos.

Do lado brasileiro, o relacionamento com os Estados Unidos começava a sofrer questionamentos internos por membros do principal partido político de oposição, a União Democrática Nacional (UDN). Em fevereiro, no entanto, o Export-Import Bank (Eximbank) dos Estados Unidos anunciou uma linha de crédito para o Banco do Brasil de 300 milhões de dólares. No dia 21, o Brasil e os Estados Unidos assinaram um contrato comercial com duração prevista de um ano para entrega de areias monazíticas e derivados 1090. Para aplacar questões partidárias sobre a questão de materiais estratégicos e sobre o Acordo Militar, Vargas nomeu, em março, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, para o cargo de presidente da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos.

¹⁰⁸⁶ WEIS, 1993, p. 50.

¹⁰⁸⁷ CAMPOS, 1994, p. 158.

¹⁰⁸⁸ MALAN, 1981, p. 73.

¹⁰⁸⁹ HIRST, 1982, p. 10-11.

¹⁰⁹⁰ HAINES, 1989, p. 75 e 103.

Crescia a influência argentina no continente sul-americano. Tomou, então, o Brasil várias iniciativas para aproximar-se da região, entre as quais, convite ao presidente do Peru para visita oficial, expansão de estrada de ferro na fronteira com o Paraguai e a Bolívia e o estabelecimento de contatos com a Venezuela, Colômbia e Chile¹⁰⁹¹. Em carta a Perón, Vargas expôs as dificuldades políticas internas para o estabelecimento de Pacto com Chile e Argentina (ABC)¹⁰⁹², recebendo em resposta missiva, datada de 6 de março, em que o mandatário portenho reiterou seu desejo de assinar com o Brasil acordo semelhante ao que firmara com o presidente do Chile, general Carlos Ibáñez del Campo, no mês anterior, que visava à criação de uma união aduaneira entre os dois países¹⁰⁹³. Acrescentou Perón: "o ano 2000 nos encontrará unidos ou dominados"¹⁰⁹⁴.

No dia 5 de março, a Câmara dos Deputados aprovou a ratificação do Acordo Militar entre o Brasil e os Estados Unidos por 141 votos contra 43. Contribuíram para esse resultado entendimentos com a UDN, liderada por Afonso Arinos de Melo Franco¹⁰⁹⁵. A Câmara de Deputados acrescentou, porém, uma declaração contrária à participação de tropas brasileiras na Coreia¹⁰⁹⁶.

A situação bilateral com os Estados Unidos não apresentava melhoras e, em maio, o embaixador dos Estados Unidos no Conselho Interamericano Econômico e Social, Mervin Bohan, e o embaixador no Rio de Janeiro, Herschel W. Johnson, mantiveram

¹⁰⁹¹ HIRST, 1996, p. 8 e 14-21.

¹⁰⁹² BANDEIRA (1978, p. 343) afirma, com base no discurso pronunciado por Perón em dezembro de 1953, que Vargas expôs as dificuldades que impediram o início dos entendimentos que teriam anteriormente combinado.

¹⁰⁹³ HILTON, 1982, p. 85.

¹⁰⁹⁴ BANDEIRA, 1995, p. 87.

¹⁰⁹⁵ CERVO; BUENO, 1986, p. 253.

¹⁰⁹⁶ DAVIS, 1996, p. 145.

encontro com Vargas. Expressaram preocupação com a legislação brasileira sobre remessa de lucros e o mandatário brasileiro com o lento progresso da Comissão Mista estabelecida entre os dois países.

As queixas brasileiras não surtiram efeito e, ao contrário, o novo governo dos Estados Unidos, liderado por Dwight Eisenhower, expressou, em 3 de junho, o desejo de terminar os trabalhos da Comissão Mista. No mesmo mês, o governo brasileiro trocou a chefia de sua representação em Washington: o banqueiro Walter Moreira Salles substituiu o diplomata de carreira Maurício Nabuco na função do embaixador.

Também no mesmo mês, tiveram início as operações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES o qual deveria ser o principal órgão administrador dos recursos criados pelo Plano Lafer, provenientes do Banco Mundial e do Export-Import Bank americano. Da direção inicial da entidade participavam vários dos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁰⁹⁷.

VICENTE RAO

Vicente Rao¹⁰⁹⁸ assumiu a direção do Itamaraty em 1º de julho de 1953, na mesma data em que Oswaldo Aranha substituía Horácio Lafer como ministro da Fazenda¹⁰⁹⁹. Durante sua gestão, dedicou-se especialmente a questões interamericanas, tais como o problema do reconhecimento da competência da Organização dos Estados Americanos para a solução dos conflitos surgidos na América Latina e a ação interamericana para exame dos problemas continentais, tendo chefiado a delegação brasileira à X Conferência Interamericana em Caracas.

¹⁰⁹⁸ Vicente Rao, político e professor, nasceu em São Paulo em 1892. Bacharel em Letras, Filosofia e Direito, foi participante ativo da campanha da Aliança Liberal em 1929-1930. Por dois meses, em 1930, após a Revolução, foi chefe da Polícia em São Paulo. Rompeu com o Governo Provisório e exilou-se na França até 1933. Foi ministro da Justiça de Vargas entre 1934 e 1937. Cf. KELLER; JUNQUEIRA, 1984, p. 2890.

¹⁰⁹⁹ Rao deixaria o cargo um ano depois, em agosto de 1954, após o suicídio de Vargas.

1953 (JULHO A AGOSTO) – VISITA DE MILTON EISENHOWER. TRATADO COM PORTUGAL. CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA COM A ALEMANHA. FIM DA COMISSÃO MISTA COM OS ESTADOS UNIDOS

Milton Eisenhower, irmão do presidente dos Estados Unidos, retornando de viagem a Argentina, visitou o Brasil em julho. Segundo relato que ele próprio faria mais tarde, foi recebido friamente pela Imprensa e por membros do governo brasileiro, em razão do tratamento favorável que os Estados Unidos vinham dando a Perón, ao mesmo tempo em que encerravam as atividades da Comissão Mista com o Brasil. Em reunião com Vargas, Vicente Rao e Oswaldo Aranha, Milton Eisenhower informou que os Estados Unidos não mais concederiam tratamento preferencial ao Brasil. Antecipou dificuldades na concessão de empréstimos em razão de déficit fiscal e exortou Vargas e superar os problemas com o Banco Mundial¹¹⁰⁰.

O presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), almirante Álvaro Alberto, visitou a Alemanha e a França para obter cooperação científica e tecnológica para o desenvolvimento de política atômica no Brasil. Incluiu na sua agenda a questão da importação de ultracentrífugas alemãs para o enriquecimento do urânio¹¹⁰¹.

Perón anunciou política de união aduaneira e vários tratados primeiramente com o Chile (cujo presidente, Ibáñez, visitou a Argentina em julho) e depois com o Paraguai (que Perón visitou em setembro). Firmou também atos de cooperação com o Equador e com a Bolívia¹¹⁰². Voltando-se igualmente para a política latino-americana, o Brasil recebeu, em agosto, a visita do presidente do

¹¹⁰⁰ WEIS, 1993, p. 69-70.

¹¹⁰¹ GARCIA, 1999, p. 85.

¹¹⁰² POTASH, 1984, p. 222.

Peru, general Manuel Odira, que havia sido convidado na gestão de Neves da Fontoura. Seu país não aderira à Ata de Santiago, assinada pela Argentina e o Chile em fevereiro do ano anterior e à qual haviam aderido Paraguai, Equador e Nicarágua. A aproximação peruano-brasileira preocupou Perón que nunca recebera convite para visitar o Brasil¹¹⁰³.

Numa demonstração de algumas mudanças das prioridades brasileiras em política externa, o embaixador Mário de Pimentel Brandão, na abertura da VIII Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de setembro, não se limitou a críticas antissoviéticas e destacou os seguintes problemas a serem considerados: "redução de armamentos, ajuda econômica a países subdesenvolvidos, assistência técnica, direitos humanos e a resolução do conflito entre o espírito nacionalista das nações jovens e a chamada ordem colonial" Ressaltando a questão do desenvolvimento, referiuse à "segurança coletiva de natureza econômica" que "deveria coexistir com a ideia clássica de segurança coletiva nos domínios políticos e jurídicos".

As dificuldades econômicas – em especial os problemas com o café – levaram o governo a adotar restrições a importações, obter empréstimo externo e a restringir remessas de lucros de empresas estrangeiras. O ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, promoveu reforma da política cambial pela Instrução nº 70 da Sumoc, visando restringir as importações e promover a produção nacional.

Vargas sancionou, em 3 de outubro, a Lei nº 2.004 que criou a Petrobras. A reação nos Estados Unidos foi muito negativa, tanto na Imprensa quanto no governo. O embaixador americano, James Scott Kemper, em encontro com Vargas, sugeriu que o país buscasse política de petróleo mais razoável. Em ato de revide às políticas

¹¹⁰³ BANDEIRA, 1995, p. 91.

¹¹⁰⁴ CORRÊA, 1995, p. 83.

brasileiras, o governo americano cancelou o acordo assinado em fevereiro de 1952 de compra de areias monazíticas, tório e minerais raros, o que levou a dificuldades financeiras a companhia que as fornecia (Orquima).

Aumentava a aproximação da Alemanha – então, o segundo maior parceiro comercial brasileiro – e constituiu-se, em 3 de outubro, a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico. Acumulara-se material nuclear e representantes da Orquima e do Conselho Nacional do Petróleo, sob a presidência de Álvaro Alberto, buscaram a assistência alemã para construir um reator nuclear. Funcionários do governo americano tiveram conhecimento das pretensões brasileiras e tomaram, na Alemanha, carga destinada ao Brasil contendo equipamento para produzir gases pesados e isótopos em laboratório¹¹⁰⁵.

Começou o Brasil, então, a tomar algumas iniciativas voltadas a buscar frentes econômicas em outros países. Nesse âmbito, enquadrar-se-iam iniciativas junto a Portugal e suas colônias, à própria Alemanha e a países do Leste Europeu. As relações com Portugal fortaleceram-se quando, em 16 de novembro, foi assinado, no Rio de Janeiro, o Tratado de Amizade e Cooperação, instrumento que vinha sendo negociado desde 1943, quando João Neves da Fontoura, como embaixador em Portugal, propusera um estatuto especial aos portugueses no Brasil¹¹⁰⁶. O documento, assinado após negociação de propostas e contrapropostas, consagrou consultas entre os governos sobre problemas internacionais¹¹⁰⁷, a equiparação de direitos de portugueses e brasileiros que não fossem

¹¹⁰⁵ WEIS, 1993, p. 74 e 76.

¹¹⁰⁶ Em 1951, quando Fontoura exercia o cargo de ministro das Relações Exteriores, o Brasil apresentara projeto de Convenção de Amizade e Consulta, elaborado pelo embaixador em Lisboa, Samuel de Souza Leão Gracie.

¹¹⁰⁷ SARAIVA (1994, p. 287) opina que, pelo Tratado, o Brasil ficava prisioneiro da política colonial portuguesa.

objeto de exceções constitucionais, inclusive o direito de circular e estabelecer-se livremente nos dois países (exceto por limitações de segurança nacional ou de saúde pública) e o tratamento de nação mais favorecida aplicável aos cidadãos de ambos os países¹¹⁰⁸. Com a Alemanha, Oswaldo Aranha anunciou acordo de 210 milhões de dólares em programa de investimentos para expansão industrial e para conformar uma comissão para desenvolvimento econômico. Com Polônia, Hungria, Iugoslávia, Finlândia e Tchecoslováquia, foram assinados acordos comerciais, embora de pequena monta¹¹⁰⁹.

As relações com os Estados Unidos continuaram a apresentar diminuição da densidade de cooperação. Em novembro, o secretário de Estado americano, John Foster Dulles, informou o embaixador em Washington, Walter Moreira Salles, de que seu país concederia empréstimo de 100 milhões de dólares ao Brasil, valor inferior ao que havia sido acordado anteriormente¹¹¹⁰. Apesar desses revezes, ainda em novembro, o Brasil permitiu que a Força Aérea dos Estados Unidos verificasse possíveis locais para uma estação de rastreamento de mísseis.

Em dezembro, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico encerrou suas atividades¹¹¹¹ e publicou relatório sobre seus dois anos de trabalho¹¹¹². Apresentou diagnóstico da economia brasileira e relatou propostas que haviam redundado em projetos, entre os quais o da criação do Banco

¹¹⁰⁸ MAGALHÃES, J. C., 1997, p. 64-66.

¹¹⁰⁹ WEIS, 1993, p. 74.

¹¹¹⁰ BANDEIRA (1978, p. 345) afirma, com base em telegrama de Moreira Salles, datado de 20/21 de novembro de 1953, que o embaixador brasileiro mostrou a Dulles o perigo que correriam as relações políticas e econômicas entre os dois países, caso os Estados Unidos modificassem os entendimentos anteriores.

¹¹¹¹ HIRST (2000a) aponta, como causa para a desativação da Comissão, a falta de disposição do governo dos Estados Unidos em comprometer fundos do Bird e do Eximbank com projetos de desenvolvimento no Brasil.

¹¹¹² CRUZ, 1983, p. 109-11, reproduz o relatório.

Nacional de Desenvolvimento Econômico¹¹¹³. Os 41 projetos aprovados pela Comissão Mista somavam 392 milhões de dólares. Mas apenas 186 milhões de dólares chegaram a ser obtidos, em razão de divergências entre o Banco Mundial e o Export-Import Bank dos Estados Unidos¹¹¹⁴.

Ao final do ano, a política externa brasileira mostrava alguns sinais adversos aos Estados Unidos. Nas Nações Unidas, Rômulo Almeida criticou a posição americana contrária ao Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, afirmando serem insuficientes os recursos provenientes de investimentos privados. No GATT, a delegação brasileira defendeu tratamento preferencial aos países em desenvolvimento. As críticas atingiam não apenas os Estados Unidos, pois, em discurso no dia da descoberta da América, Vargas criticou a continuação de colônias ocidentais no hemisfério e anunciou o apoio brasileiro nas Nações Unidas nas controvérsias sobre a descolonização 1115. Finalmente, em 20 de dezembro, em discurso que pronunciou no Paraná, Vargas referiu-se ao capital estrangeiro nos seguintes termos:

Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganhavam muito no Brasil, que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro, a título de dividendos.

¹¹¹³ MALAN, 1981, p. 69-70.

¹¹¹⁴ CAMPOS, 1994, p. 162.

¹¹¹⁵ WEIS (1993, p. 75) com base em discurso de Rômulo de Almeida proferido em 28 de outubro de 1953 e documentos do Departamento de Estado.

1954 (JANEIRO A AGOSTO) – A QUESTÃO DAS REMESSAS DE LUCROS. QUEDA DA VENDA DE CAFÉ. POLÊMICA SOBRE O PACTO ABC. APOIO A ANTICOMUNISMO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E À AÇÃO DE PORTUGAL NA ÍNDIA

Em 1954, o cenário internacional continuou a se caracterizar pelo prosseguimento e mesmo recrudescimento da Guerra Fria. A União Soviética rejeitou proposta dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França de reunificação da Alemanha. Comunistas do Vietnã tomaram Dien Bien Phu e ocuparam Hanói. Dando início a conversas que levariam à ideia de países não alinhados na Guerra Fria, o marechal Tito, da Iugoslávia, visitou a Índia. Estabeleceuse a Organização do Tratado do Sudeste da Ásia e, nos Estados Unidos, o Senador Joseph Raymond McCarthy prosseguiu sua "caça" a atividades tidas como comunistas. Teve começo a Guerra de Independência da Argélia e Camboja e Laos tornaram-se independentes.

No plano interno, o Brasil continuava a tomar medidas de repercussão externa negativa. Em 5 de janeiro, pelo Decreto nº 34.839, o governo tratou novamente da questão de remessas e fixou em 8% as relativas a juros e em 10% as de lucros e dividendos, bem como criou a obrigatoriedade de registro de empresas estrangeiras na Sumoc. A medida causou protestos de autoridades americanas e a diminuição do fluxo de investimentos.

A situação econômica agravava-se. As vendas brasileiras de café, principal produto brasileiro de exportação, aos Estados Unidos, o mais importante comprador, caíram de 4,1 milhões de sacas, no início de 1953, para 2,9 milhões de sacas no princípio de 1954. No meio do ano, a queda acentuou-se, caindo de 860, em agosto de 1953, para somente 145 mil sacas, em agosto de 1954¹¹¹⁶.

¹¹¹⁶ BANDEIRA, 1978, p. 346-347, 360.

No plano político uma questão diplomática ganhou repercussão interna quando, em março, o jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou ter o general Perón, em pronunciamento feito na Escola Superior de Guerra da Argentina, quatro meses antes, informado a respeito de entendimentos que teria mantido com Vargas sobre o estabelecimento de uma aliança entre a Argentina, o Brasil e o Chile (ABC) para resistir à hegemonia dos Estados Unidos¹¹¹⁷. A informação foi desmentida pelo encarregado de negócios da Argentina, Fernando Torquato Isninsauti¹¹¹⁸.

O alinhamento político com Washington e a distância das teses argentinas se evidenciaram na X Conferência Interamericana realizada, também em março, em Caracas. As duas questões mais importantes tratadas foram a situação na Guatemala e o problema das ilhas Malvinas¹¹¹⁹. Na questão da Guatemala, o Brasil, como outros 17 países, apoiou resolução – proposta pelo secretário de Estado americano, John Foster Dulles¹¹²⁰ – que considerou o eventual controle de um Estado americano pelo movimento comunista internacional equivalente a uma ameaça à soberania e independência de todos os Estados americanos¹¹²¹. O México e a Argentina abstiveram-se e a Guatemala votou contra¹¹²². Na questão das Malvinas, o Brasil negou apoio a pedido da

¹¹¹⁷ BANDEIRA, 1995, p. 92.

¹¹¹⁸ FONTOURA, 1957, p. 9-83.

¹¹¹⁹ WROBEL, 1993, p. 200.

¹¹²⁰ WEIS, 1993, p. 78.

¹¹²¹ CALDAS (1995, p. 26) expressa entendimento de que, na prática, o documento aprovado legitimava a intervenção norte-americana na Guatemala.

¹¹²² CUNHA, 1994, p. 188-89 e nota 18, p. 215-216.

Argentina¹¹²³ de colocá-la na agenda da reunião e defendeu que deveria ser encaminhada às Nações Unidas¹¹²⁴.

Durante o encontro em Caracas, o secretário de Estado, John Foster Dulles, prometeu a Vicente Rao que o governo americano veria com simpatia os pleitos brasileiros relativos à questão do preço do café no mercado americano e desaprovou a ideia de fixação de preços por parte do Brasil¹¹²⁵.

O relacionamento com a Argentina continuaria a repercutir internamente. Mal havia terminado a Conferência, o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, em entrevista à Imprensa, confirmou terem Getúlio Vargas e Juan Perón mantido entendimentos para assinar acordo político-econômico entre Argentina, Brasil e Chile, conhecido como Pacto ABC¹¹²⁶. Referiu-se também à tentativa brasileira de criar uma indústria nuclear.

Com Washington, as relações sofriam altos e baixos. Em abril, Vargas propôs a criação da Eletrobras, companhia estatal que constituiria ameaça para as companhias elétricas estrangeiras estabelecidas no país. Pouco depois, os Estados Unidos renegociaram o Acordo de 1952 de fornecimento de material estratégico (que havia sido cancelado) e ofereceram intercambiar os minerais da empresa Orquima por 6,7 milhões de dólares em excedente de trigo, o que foi aprovado por Vargas. Em outra decisão econômica, o governo decretou, em 3 de junho, preço mínimo para

¹¹²³ ARINOS FILHO (1976, p. 45-46) informa que as instruções de Vicente Rao à delegação brasileira determinavam apoio à reivindicação argentina sobre as ilhas Malvinas. Composta do deputado Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre Marcondes Filho, Francisco Negrão de Lima e Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, a delegação brasileira, por influência deste último, assumiu "atitude anticolonialista" no debate geral. Mas, ao tratar das questões específicas, visando eventuais revisões de fronteiras ou de propriedade territorial, manteve "a tradição brasileira de não desatender a compromissos jurídicos livremente assumidos".

¹¹²⁴ CUNHA, 1994, p. 188-189 e nota 18, p. 215-216.

¹¹²⁵ WEIS, 1993, p. 76.

¹¹²⁶ CRUZ, 1983, p. 254.

exportação de café como medida para que o país continuasse a receber as mesmas divisas que recebia antes da redução da safra. A medida teve impacto negativo nos Estados Unidos, passando os compradores a buscar alternativas de fornecimento nos países africanos, agravando-se a situação do balanço de pagamentos brasileiro. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil acompanhou a posição dos Estados Unidos, ao apoiar, em junho, que as acusações feitas pela Guatemala fossem remetidas à Organização dos Estados Americanos¹¹²⁷.

Os acontecimentos internacionais do período caracterizaram-se por refletir a Guerra Fria ou reações a esta nos países em desenvolvimento. No Egito, em 18 de abril, o coronel Nasser venceu a luta pelo poder com o presidente Naguib. No Paraguai, em 7 de maio, para a Junta de Governo no Paraguai aceitou a demissão do presidente Chaves e designou o comandante-chefe do Exército, general Alfredo Stroessner, como seu sucessor. Na Ásia, em 8 de maio, comunistas capturaram campos aéreos da fortaleza de Dien Bien Phu. Na Guatemala, os Estados Unidos intervieram, em 28 de junho, e depuseram o governo de Jacobo Arbenz, que desapropriara terras da United Fruit Company¹¹²⁸.

A controvérsia entre a União Indiana e Portugal, iniciada quando da independência indiana, agravou-se em 20 de julho quando habitantes de Damão impediram a entrada de autoridades indianas nos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli. Em 24 de julho, indianos ocuparam cinco aldeias em território português. O Itamaraty divulgou comunicado em que o secretário-geral, Vasco Leitão da Cunha, na ausência do ministro Rao, reiterou os sentimentos de solidariedade do Brasil para com Portugal e manifestou o vivo

¹¹²⁷ Para WEIS (1993, p. 76-78) essa decisão auxiliaria a invasão patrocinada pela Central Intelligence Agency (CIA).

¹¹²⁸ GARCIA, 1999, p. 86.

empenho do governo brasileiro de ver resolvida a situação por meios pacíficos¹¹²⁹.

A situação no Sudeste da Ásia pareceu acalmar-se e, em Genebra, no dia 21 de julho, a França assinou armistício com o vietmin, sendo o Vietnã dividido ao meio ao longo do paralelo 17 com os comunistas controlando o Norte. Na Coreia, em 12 de agosto, as Nações Unidas deixaram a área que ocupavam no Norte. No Brasil, a situação interna se alteraria quando, em 24 de agosto, o presidente Vargas suicidou-se no Palácio do Catete. O vice-presidente Café Filho assumiu e organizou novo governo.

¹¹²⁹ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 291.

Raul Fernandes (segunda gestão)

Raul Fernandes, que já havia sido chanceler entre 1946 e 1951, tomou posse novamente como ministro das Relações Exteriores em 26 de agosto de 1954. Exerceu o cargo por aproximadamente 15 meses, até 12 de novembro de 1955, isto é, durante os governos de Café Filho – que durou até 3 de novembro de 1955, quando sofreu ataque cardíaco – e de Carlos Luz, presidente da Câmara que substituiu Café Filho interinamente até ser deposto por golpe militar, oito dias depois, em 11 de novembro de 1955.

1954 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – REVOGAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS PARA O CAFÉ E DE LIMITES PARA REMESSAS DE LUCROS. EMPRÉSTIMO DOS ESTADOS UNIDOS. REITERAÇÃO DE APOIO À POLÍTICA DE PORTUGAL COM RELAÇÃO À UNIÃO INDIANA

Eugênio Gudin, atuando como novo ministro da Fazenda, revogou os decretos relativos a preços mínimos para exportação de café e a limites para remessas de lucros. Em setembro, ele viajou para os Estados Unidos onde manteve reuniões com o Export-Import Bank, Banco Mundial, Federal Reserve Bank, bancos privados, além de autoridades do Departamento de Estado e do Tesouro. Obteve empréstimo de 160 milhões de dólares e ouviu promessa de a assistência futura, se o Brasil atendesse lista de demandas que incluíam mudança da Lei da Petrobras que permitisse investimentos americanos; revogação de tratado em 1938 com a Bolívia que dava ao Brasil direitos exclusivos de exploração de petróleo; execução de plano ferroviário solicitado pelo Banco Mundial; assinatura de novo acordo de Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos; revisão de acordo de troca de trigo por minerais estratégicos; reinício de exportação de mica, diamantes industriais e urânio e colaboração na Conferência Econômica a se realizar no Rio de Janeiro¹¹³⁰.

No mesmo ano, os Estados Unidos começaram a se interessar pela obtenção de um terreno de 1.150 acres em Maceió para construir uma estação de comunicações por rádio de alcance mundial que seria operada por cerca de 500 oficiais e membros das Forças Armadas. A Marinha americana desejava continuar operação de estação de rádio naval em Recife e sua força aérea desejava estabelecer uma estação de rastreamento de mísseis na ilha de Fernando de Noronha, construir três novas bases aéreas e obter direito de usar os aeroportos do Rio de Janeiro, Belém e Natal. Queria também colocar 840 militares nessas bases¹¹³¹.

A controvérsia entre Portugal e a União Indiana prosseguia e, em 9 de setembro, Raul Fernandes, durante banquete em homenagem ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal que visitava o Brasil, reiterou o apoio brasileiro a Lisboa, afirmando:

Quanto ao Brasil, no partilhar das justas apreensões do governo português ao concitar o ilustrado governo da Índia a proceder no caso dos territórios portugueses,

¹¹³⁰ WEIS, 1993, p. 80.

¹¹³¹ DAVIS, 1996, p. 149.

com espírito de moderação e de boa vontade, este país fê-lo na esperança de que aquele governo, representando um povo de vocação pacifista, não desouvirá o seu apelo [...]. Falamos como país que viveu três séculos de vida comum com Portugal, que é a obra-prima do seu gênio colonizador, do qual herdou o direito, a religião e a língua, fatores de civilização e segredo da sua acuidade no tempo; e que, havendo conquistado a independência quando as leis da fatalidade histórica a tornaram possível, permanece, não obstante, fiel às suas origens. 132

Em outra expressão de política menos ousada e de moderação nas apresentações de suas próprias pretensões, em 21 de setembro, o embaixador Ernesto Leme abriu o debate da IX Assembleia Geral, com discurso em que reiterou a crítica brasileira ao direito de veto no Conselho de Segurança, propondo que este fosse regulamentado. Na questão da Guatemala, procurou justificar sua proposta de que fosse submetida à Organização dos Estados Americanos, sem guerer "dar a entender que o Conselho de Segurança não poderia lidar com o assunto, pois as organizações regionais podem fazer com que a ação das Nações Unidas seja mais efetiva e aumentar o prestígio da Carta". Deu destaque à questão de direitos humanos, "em particular às questões concernentes à liberdade de informações, aos refugiados e à existência não justificada de trabalho escravo". Em matéria de colonialismo, expressou apoio aos países "que assumiram a responsabilidade perante a comunidade internacional pelo desenvolvimento [...] dos povos que ainda não atingiram um autogoverno local". No que diz respeito a desarmamento, convocou a Assembleia a "banir, com salvaguardas mútuas, tanto a produção quanto o uso de armas

¹¹³² CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 290.

atômicas e de hidrogênio", propondo o "estudo do uso da energia atômica para objetivos pacíficos" 1133.

Em preparação à Conferência Interamericana de Ministros da Fazenda, realizada no Rio de Janeiro, peritos brasileiros, entre os quais Cleanto Leite, prepararam relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (Cepal) sobre a cooperação internacional na política de desenvolvimento da América Latina. O presidente Café Filho abriu a Conferência, em 22 de novembro, com discurso em que realçou a necessidade de cooperação econômica e de um banco interamericano. Os Estados Unidos abstiveram-se em várias medidas advogadas no relatório da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal), inclusive na proposta referente a um banco hemisférico 1134.

1955 (JANEIRO A OUTUBRO) – FERROVIA COM A
BOLÍVIA. CAPITAL ESTRANGEIRO SEM COBERTURA
CAMBIAL. ACORDO NUCLEAR COM OS ESTADOS UNIDOS.
ENTENDIMENTOS COM A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
ALEMÃ. REPRESENTAÇÃO DE PORTUGAL NA ÍNDIA.
OFERTA DE RECEBIMENTO DE PRISIONEIROS DE GUERRA
NORTE-COREANOS. ACORDO DE TROCA DE TRIGO POR
MONAZITA

Em 1955, prosseguiam os episódios da Guerra Fria com o ingresso da Alemanha Ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a assinatura do Pacto de Varsóvia para defesa mútua do Leste Europeu. Surgia, no entanto, uma terceira posição com a realização da reunião de Bandung entre os iniciadores

¹¹³³ CORRÊA, 1995, p. 87-96.

¹¹³⁴ WEIS, 1993, p. 83.

do que viria a constituir o Movimento Não Alinhado. A Europa ocidental começava a se fortalecer com a criação da Comunidade Europeia da Energia Atômica e com o estabelecimento da União Europeia entre Itália, Alemanha Ocidental e França. Na América Latina, a queda de Perón, na Argentina, abriria a oportunidade para a cooperação bilateral com o Brasil.

No plano diplomático, o Itamaraty deu ênfase às relações com a América do Sul. Café Filho e seu homólogo boliviano, Victor Paz Estenssoro, encontraram-se, no dia 5 de janeiro, em Santa Cruz de la Sierra e inauguraram a ferrovia entre Cuiabá e Santa Cruz de la Sierra, de 650 quilômetros, e cuja construção havia sido iniciada 15 anos antes¹¹³⁵. Discutiram também o tratado, assinado 27 anos antes, a respeito de prospecção e exploração de petróleo boliviano. Em sessão realizada em 4 de março, o Conselho de Segurança Nacional examinou a proposta boliviana de rever os termos do tratado anterior. Em vista da escassez de recursos para a exploração da faixa de terra destinada para o Brasil na Bolívia, o ministro da Guerra, Henrique Lott, expressou opinião a favor da desistência da reserva de terras em troca de garantia de fornecimento de petróleo excedente ao preço de mercado¹¹³⁶.

As novas medidas econômicas internas tomadas pelo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin e pelo superintendente da Moeda e do Crédito, Octávio Gouvêa de Bulhões, agradaram os países exportadores de capital. Pela Instrução nº 113 da Sumoc, de 17 de janeiro, o Brasil permitiu o ingresso de capital estrangeiro direto na forma de máquinas, veículos e equipamento, sem cobertura cambial, isto é, sem necessidade de aquisição de dólares

¹¹³⁵ YOUNG, 1973, p. 40.

¹¹³⁶ PECHMAN; MACHADO, 1984.

correspondentes 1137 , medida que viria mais tarde a permitir a instalação da indústria automobilística no Brasil 1138 .

As relações com os Estados Unidos, que haviam esfriado em 1954, começaram a dar sinais de melhora. No correr do ano, o Brasil lograria obter tecnologia nuclear pelo Acordo sobre Átomos para a Paz, em programa baseado na utilização como combustível de reatores de urânio enriquecido¹¹³⁹. O embaixador dos Estados Unidos, James Scott Kemper, propôs, em 18 de março, a celebração de convênio bilateral no campo de pesquisa, identificação e avaliação dos recursos nacionais em minérios radioativos¹¹⁴⁰.

Reunidos em Bandung, na Indonésia, em 24 de abril, líderes da Indonésia (Sukarno), Índia (Nehru), Iugoslávia (Tito) e Egito (Nasser), realizaram a I Conferência Afro-Asiática, embrião de movimento anticolonialista e neutralista no campo internacional.

Os Estados Unidos acompanhavam, então, com preocupação a situação no Leste Europeu, onde, em 14 de maio, União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e Alemanha Oriental assinaram o Pacto de Varsóvia. Nesse contexto internacional, a atitude americana talvez refletisse preocupação com a aproximação brasileira de outras áreas econômicas. Ainda em junho, o chefe da Missão Comercial da República Democrática Alemã – RDA em Buenos Aires, em junho, visitou o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, a quem apresentou proposta de início de intercâmbio comercial. Interessava-se a República Democrática Alemã pela compra de cacau, algodão, sisal, madeiras, couros,

¹¹³⁷ MALAN, 1981, p. 84-85.

¹¹³⁸ ABREU; BELOCH, 1984, p. 1620.

¹¹³⁹ DAVIS, 1996, p. 199.

¹¹⁴⁰ BANDEIRA, 1989, p. 78.

frutas, minerais e fumo e pela venda de tratores e máquinas agrícolas, veículos ferroviários e rodoviários e bens de capital¹¹⁴¹.

De sua parte, o Brasil continuava a manter aproximação política com os países europeus ocidentais, ainda que essa o afastasse de países em desenvolvimento. Assim, quando o governo português, como resultado da decisão indiana de solicitar, em 25 de julho, que Portugal cerrasse sua legação em Nova Delhi¹¹⁴², o Itamaraty comunicou, por nota, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses naquele país asiático¹¹⁴³.

Washington dava sinais de recuperação de cooperação bilateral com o Brasil e, em 3 de agosto, o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, assinou com o novo embaixador dos Estados Unidos, James Clement Dunn, Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil¹¹⁴⁴.

Em agosto, ocorreram fatos entre as colônias ou ex-colônias europeias que preconizariam os movimentos de independência da década seguinte. Na Índia, no dia 15, realizaram-se manifestações contra a continuada ocupação de Goa por Portugal, sendo mortos participantes que atravessaram a fronteira para aquela colônia. Na Argélia, no dia 20, nacionalistas rebeldes tomaram o nordeste daquela colônia francesa. Em setembro, um golpe militar na Argentina derrubou Perón, que se exilaria no Paraguai.

O continuado apoio político brasileiro às potências ocidentais refletir-se-ia na atuação brasileira na X Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em 20 de setembro. O chefe da delegação brasileira, embaixador Cyro de Freitas-Valle¹¹⁴⁵, declarou que

¹¹⁴¹ BANDEIRA, 1994, p. 133-34.

¹¹⁴² CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 292.

¹¹⁴³ RELATÓRIO, 1955, p. 34.

¹¹⁴⁴ BANDEIRA, 1989, p. 76-78.

¹¹⁴⁵ O RELATÓRIO (1955) informa que faziam também parte da delegação brasileira: embaixadores Gilberto Amado e Mário de Pimentel Brandão, ministro Henrique de Souza Gomes e Dr. José Ferreira

o Brasil receberia prisioneiros de guerra norte-coreanos que quisessem emigrar para o país¹¹⁴⁶ e se encontrassem sob custódia das autoridades indianas¹¹⁴⁷. Na mesma sessão, a delegação brasileira apoiou projeto de resolução do Canadá, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos que instava as grandes potências a continuarem esforços para a redução de armamentos e o controle efetivo de informações pertinentes¹¹⁴⁸. O representante brasileiro na I Comissão, ministro Henrique Souza Gomes, assim se expressou sobre a posição brasileira em matéria de cooperação nuclear:

[...] o governo brasileiro está decidido a utilizar em benefício da cooperação internacional seus recursos de matérias-primas, de conhecimentos técnicos e de contribuições científicas. Nós já firmamos com os Estados Unidos da América um acordo que versa sobre certos aspectos do problema. Estamos dispostos a estender a mesma cooperação a outros países. Emprestamos uma importância primordial aos acordos bilaterais e estamos convencidos de que devem ser mantidos em pleno vigor qualquer que seja a Organização internacional que conseguirmos fundar no domínio da energia atômica.

Dando continuidade à reaproximação, o Brasil e os Estados Unidos trocaram, em 28 de setembro, notas reafirmando que a Comissão de Defesa Conjunta Brasil-Estados Unidos constituía a principal agência em Washington e a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos o principal agente para a cooperação militar¹¹⁴⁹.

de Souza e, como delegados substitutos, ministro Jayme de Barros Gomes, cônsul Henrique Valle, Sr. Octávio Gouvêa de Bulhões e Sr. João Baptista Barreto Leite; assessores: cônsul José Sette Câmara Filho e cônsul Octavio Luiz de Berenguer Cesar.

¹¹⁴⁶ RELATÓRIO, 1955, p. 21.

¹¹⁴⁷ CORRÊA, 1995, p. 100.

¹¹⁴⁸ RELATÓRIO, 1955, p. 17-21.

¹¹⁴⁹ DAVIS, 1996, p. 149.

Em novembro, os dois países assinaram o Acordo do Trigo pelo qual os Estados Unidos se comprometeram a trocar monazita por 500 mil toneladas de trigo. Como resultado do instrumento, a participação americana nas importações brasileiras desse produto aumentaria 9% em 1955 para 38% em 1956, caindo a da Argentina de 91% para 62% (Gráfico III.3)¹¹⁵⁰.

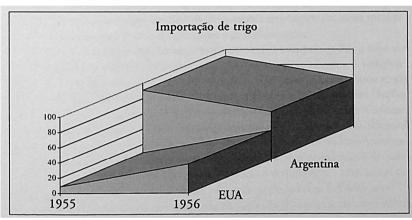


Gráfico III.3

No Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira venceu as eleições presidenciais realizadas em 3 de outubro. O general Henrique Lott liderou no dia 11 de novembro o "golpe preventivo" para garantir a posse do presidente eleito. O vice-presidente Nereu Ramos assumiu a Presidência da República.

¹¹⁵⁰ BANDEIRA, 1995, p. 95.

José Carlos de Macedo Soares (segunda gestão)

José Carlos de Macedo Soares, que já fora chanceler duas décadas antes (entre 1934 e 1936), tomou novamente posse como ministro das Relações Exteriores em 12 de novembro de 1955, nomeado pelo presidente da República interino, Nereu Ramos. Macedo Soares continuaria no cargo, após a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, deixando-o, em 4 de julho de 1958, pouco depois de lançada a Operação Pan-Americana.

1955 (NOVEMBRO E DEZEMBRO) – OPOSIÇÃO AO INGRESSO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ E APOIO À ADMISSÃO DE PORTUGAL NAS NAÇÕES UNIDAS

Ainda em novembro, o governo instruiu as missões diplomáticas brasileiras a votarem contra o ingresso da República Democrática Alemã em organismos internacionais¹¹⁵¹. Em dezembro, depois de anos de tentativas, Portugal foi finalmente admitido nas

¹¹⁵¹ GARCIA, 1999, p. 87.

Os sucessores do Barão Relações Exteriores do Brasil

Nações Unidas, tendo o Brasil sido seu principal aliado nessa atuação diplomática 1152 .

¹¹⁵² SARAIVA, 1994, p. 286.

IV. JK e a Operação Pan-Americana

[...] a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste hemisfério.

(Juscelino Kubitschek de Oliveira)

Os dois primeiros anos do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira não apresentaram mudanças substanciais na política externa que vinha sendo adotada pelo país desde o início da década. A principal marca diplomática brasileira no governo de Kubitschek viria a ser a Operação Pan-Americana, lançada em maio de 1958. Essa iniciativa seria significativa para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, teria influência na formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), bem como inspiraria a Aliança para o Progresso dos Estados Unidos. Trata-se de período inovador para a política externa brasileira no qual se verifica preocupação com o desenvolvimento, especialmente dos países latino-americanos. Não apresentou, no entanto, sinais claros de aproximação com outros países em desenvolvimento extrarregionais, nem modificações de política com Portugal no tocante à descolonização.

O período correspondeu, na cena internacional, a eventos ligados à crise do Canal de Suez; ao começo do movimento dos países

não alinhados, à independência de 21 países africanos¹¹⁵³, à criação de espaço econômico europeu e, no final, ao êxito da Revolução Cubana. O Brasil participaria das tropas das Nações Unidas em Gaza e reagiria com preocupação à formação do Mercado Comum Europeu. As hostilidades na visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, à América do Sul, constituiriam o ponto inicial da Operação Pan-Americana, mas coincidiu também com o crescimento de problemas econômicos do país.

Caracterizou-se o quinquênio por crescimento econômico à taxa anual de 8,2% entre 1957 e 1961, tendo a renda *per capita* se elevado em 5,1% ao ano¹¹⁵⁴. Mas o período foi também marcado pela elevação da dívida externa, que subiu 527 milhões em 1958. O aumento do serviço da dívida e a consequente negociação de plano de estabilização com o Fundo Monetário Internacional levou o país a desentendimentos com esse organismo no ano seguinte¹¹⁵⁵. As reservas em dólares reduziram-se de 612 milhões de dólares em julho de 1956 para 414 milhões de dólares em julho de 1957¹¹⁵⁶. A dívida externa cresceu mais de duas vezes, entre os finais de 1955 e de 1960, sendo constituída em 70% de empréstimo de curto prazo a ser pago em três anos¹¹⁵⁷.

As exportações, excetuadas as de café, cresceram à taxa anual de 8,9%, graças aos aumentos significativos de 1957 e 1961. Quanto ao café, os preços caíram a partir de 1955, reduzindo-se a capacidade de importação do país que dependia desse produto para obter divisas¹¹⁵⁸. Daí as diversas iniciativas diplomáticas no período com respeito ao café nos planos bilateral (com a Colômbia),

¹¹⁵³ SARAIVA, 1994, p. 278.

¹¹⁵⁴ ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1997, p. 179.

¹¹⁵⁵ SCHNEIDER, 1996, p. 159.

¹¹⁵⁶ YOUNG, 1973, p. 53-54.

¹¹⁵⁷ MALAN, 1981, p. 84.

¹¹⁵⁸ ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1997, p. 180.

regional e internacional. Entre 1950 e 1960, o café representou, em média, 60% do total das exportações brasileiras e três quartos das destinadas aos Estados Unidos¹¹⁵⁹. Em 1957, o café respondeu por 76% das exportações brasileiras e por 94,8% das feitas aos Estados Unidos¹¹⁶⁰.

Embora as exportações totais tenham aumentado no período, as destinadas aos Estados Unidos sofreram decréscimo. Assim, o total das exportações brasileiras àquele país – que, em 1951, alcançara o valor de 911 milhões de dólares – reduziu-se, em 1958, a 566 milhões. Por outro lado, as exportações para a Europa aumentaram, tendo mais que dobrado entre 1957 e 1959, passando de 22,1 para 44,8 bilhões de dólares¹¹⁶¹.

O investimento estrangeiro no Brasil quase triplicou no final dos dois primeiros anos do governo Kubitschek, passando de 120 em 1955 para 330 milhões de dólares em 1957 (Gráfico IV.1)¹¹⁶².

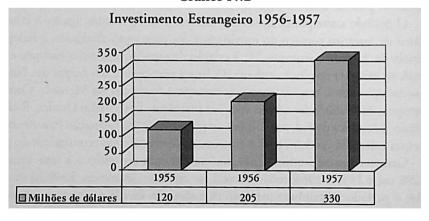


Gráfico IV.1

¹¹⁵⁹ MALAN, 1981, p. 80.

¹¹⁶⁰ YOUNG, 1973, p. 54.

¹¹⁶¹ BIEBER, 1994, p. 226 e 231.

¹¹⁶² BANDEIRA, 1994, p. 123.

Do princípio do governo até seu término em 1960, o montante total de 565 milhões de dólares ingressou no país como capital estrangeiro direto, 70% do qual sem cobertura cambial, na forma permitida pela Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). As importações de máquinas, veículos e equipamento sob essa modalidade de operação chegaram a representar, em média, um quarto das importações totais do país entre 1956 e 1960. A maior parcela do investimento coube aos Estados Unidos para os quais, já em fins de 1956, o Brasil se classificava em terceiro lugar, depois do Canadá e da Grã-Bretanha, como maior receptor de seus investimentos diretos na indústria de manufaturas¹¹⁶³. Um estudo de 1958, indicava que de 1.650 grupos estrangeiros que tinham investimentos no Brasil, 591 provinham dos Estados Unidos¹¹⁶⁴, com companhias como General Electric, Westinghouse, Dupont, Ford e General Motors. Os investimentos da República Federal Alemã colocavam-se, em volume ingresso, em segundo lugar. Em setembro de 1956 foi inaugurada fábrica da Mercedes-Benz (caminhões e ônibus), em agosto de 1957, da Volkswagen (kombis) e, em abril de 1958, tinha início a produção da DKW (jeeps e carros)¹¹⁶⁵.

José Carlos de Macedo Soares, Negrão de Lima e Horácio Lafer ocuparam o cargo de ministro das Relações Exteriores durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

¹¹⁶³ MALAN, 1981, p. 83-84.

¹¹⁶⁴ BANDEIRA (1978, p. 392), com base em HAAS, Werner. Os investimentos estrangeiros no Brasil, Rio de Janeiro, outubro de 1958.

¹¹⁶⁵ BANDEIRA, 1994, p. 123, 125-26.

José Carlos de Macedo Soares (segunda gestão, cont.)

1956 – Encontro Kubitschek-Eisenhower. Apoio a Portugal na Índia. Restabelecimento de relações comerciais com a República Democrática Alemã. Denúncia de programa nuclear com os Estados Unidos. A crise de Suez e o levante na Hungria

Em 1956, dois eventos tomaram conta do cenário internacional: a repressão soviética do levante na Hungria e a crise de Suez. Os problemas na Hungria tiveram início em março, quando tropas soviéticas marcharam para aquele país. A União Soviética vetou apelo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Assembleia Geral aprovou censura a Moscou. A União Soviética impôs lei marcial na Hungria e efetuou prisões em massa. A situação no Oriente Médio agravou-se quando tropas israelenses invadiram a península do Sinai e o Egito tomou o Canal de Suez. Forças anglo-francesas bombardearam campos aéreos egípcios em 31 de outubro, mas, sob pressão da União Soviética e dos Estados Unidos, retiraram suas tropas.

O presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira, manteve encontro com o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, em 5 de janeiro, em Key West, Flórida, onde se recuperava de um ataque cardíaco. O mandatário brasileiro expôs seus planos de desenvolvimento, manifestou interesse por colaboração norte-americana e o desejo de renovação da amizade entre os dois países. Kubitschek e Eisenhower, juntamente com Dulles, trataram também de petróleo e comunismo. O futuro presidente relacionou os êxitos do comunismo às condições de pobreza e sugeriu assistência de grande porte dos Estados Unidos como arma necessária para combater a onda vermelha¹¹⁶⁶. Quando de visita a Lisboa, em 25 de janeiro, em resposta à pergunta de jornalistas sobre a continuidade de apoio brasileiro na controvérsia entre Portugal e Índia, Kubitschek afirmou que essa política não seria alterada¹¹⁶⁷.

O vice-presidente Richard Nixon chefiou a delegação dos Estados Unidos à posse de Kubitschek em 31 de janeiro¹¹⁶⁸. Visitou a Usina de Volta Redonda¹¹⁶⁹ para cuja ampliação anunciou a concessão de empréstimo do Export-Import Bank no valor de 35 milhões de dólares. A abertura de crédito para o Brasil augurou maior aproximação e, em abril, o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos e o embaixador em Washington, João Carlos Muniz, anunciaram que o Brasil seria o primeiro país a receber recursos americanos para a construção de um reator de pesquisas atômicas¹¹⁷⁰.

¹¹⁶⁶ WEIS, 1993, p. 87, 92 e 97.

¹¹⁶⁷ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 284.

¹¹⁶⁸ YOUNG, 1973, p. 41-42.

¹¹⁶⁹ CAMPOS, 1994, p. 303-305.

¹¹⁷⁰ YOUNG, 1973, p. 44-45.

Na área econômica internacional, o café e a captação de investimentos estrangeiros interessavam ao governo¹¹⁷¹. Buscando ampliar o número de seus parceiros comerciais, o Brasil decidiu restabelecer relações comerciais com a República Democrática Alemã. O chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, informou ao embaixador da República Federal Alemã, Fritz Oellers, da decisão brasileira, recordando que assim também haviam procedido vários países, inclusive a própria República Federal da Alemanha¹¹⁷². Em maio, chegou ao Brasil a Missão Comercial da República Democrática Alemã, chefiada por Georg Kulessa.

O presidente do Conselho do Desenvolvimento, Lucas Lopes, e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, viajaram, ainda no mês de maio, para Washington, onde deram continuidade a entendimentos iniciados pelo diplomata e membro do BNDES, João Batista Pinheiro, a respeito de financiamentos para o Programa de Metas. Obtiveram 151 milhões de dólares em empréstimos do Export-Import Bank¹¹⁷³.

Em uma mostra de independência, o Brasil denunciou, em junho, o Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento dos Recursos de Urânio com os Estados Unidos¹¹⁷⁴, após recomendação nesse sentido pelo Conselho de Segurança Nacional, que se mostrou favorável a que o país não optasse por preferência e exigisse compensações específicas à saída de materiais atômicos¹¹⁷⁵.

¹¹⁷¹ MALAN, 1981, p. 80.

¹¹⁷² BANDEIRA, 1994, p. 134.

¹¹⁷³ WEIS, 1993, p. 99.

¹¹⁷⁴ BANDEIRA, 1978, p. 82.

¹¹⁷⁵ BANDEIRA, 1994, p. 117.

Duas iniciativas diplomáticas, uma americana e outra argentina, ocuparam a atenção do Itamaraty em meados do ano. Por proposta do presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, realizou-se encontro de presidentes americanos, na Cidade do Panamá, entre os dias 21 e 22 de agosto, para comemorar o 130º aniversário da realização do Congresso convocado por Simon Bolívar. Eisenhower propôs que cada presidente indicasse um representante para compor um Comitê dos 21 que deveria estudar problemas interamericanos. Anunciou que seu irmão Milton seria o indicado pelos Estados Unidos¹¹⁷⁶. Por sua vez, a Argentina submeteu, no mesmo mês, aos países da Bacia do Prata, a ideia da realização de uma conferência para tratar da defesa do Atlântico Sul. O Brasil aceitou a iniciativa, mas não a proposta que viria a ser expressa por autoridade militar portenha de que fosse formado um pacto militar no Atlântico Sul, similar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)¹¹⁷⁷.

Entre outubro e novembro ocorreriam as duas grandes crises internacionais do ano: a do Canal de Suez e o levante antissoviético na Hungria. Em Suez, a crise teve início, em 26 de julho, quando o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, anunciou a nacionalização da Companhia do Canal, controlada por ingleses e franceses. No final de outubro, forças de Israel avançaram sobre o território egípcio. Grã-Bretanha e França pediram a Israel e Egito que retrocedessem. Israel concordou, desde que o Egito também o fizesse. Nasser recusou-se a atender a exigência e a Força Aérea inglesa começou a bombardear a Zona do Canal. A crise na Hungria teve origem com a decisão soviética, em 4 de novembro, de intervir na Hungria para reprimir insurreição anticomunista. No dia seguinte, tanques soviéticos esmagaram o levante húngaro.

¹¹⁷⁶ WEIS, 1993, p. 99.

¹¹⁷⁷ BANDEIRA, 1995, p. 98.

Enquanto isso, no dia 8 de novembro, ingleses e franceses cessaram operações militares em Suez sob os termos do cessar-fogo das Nações Unidas. No mesmo dia, Moscou pediu a retirada imediata das tropas estrangeiras do Egito, mas a Grã-Bretanha e a França negaram-se a ordenar o recuo. Nesse meio-tempo, continuava a resistência dos insurretos húngaros.

A crise criada com a nacionalização do Canal e a ocupação de Gaza por Israel levaram à convocação de Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a qual o Brasil votou a favor de duas resoluções, uma que determinava o imediato cessar-fogo e outra sobre a constituição de uma Força de Emergência das Nações Unidas para impedir o reinício das hostilidades. Em atenção a pedido do secretário-geral das Nações Unidas ao Brasil para contribuir na formação dessa força, o Itamaraty propôs ao presidente da República anuência do Congresso¹¹⁷⁸ para que o país enviasse um batalhão¹¹⁷⁹.

Em discurso proferido, no dia 12 de novembro, na XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, o embaixador Cyro Freitas-Valle expôs, com decisão, a posição brasileira a respeito desses dois fatos internacionais. Com relação à situação em Suez, Freitas-Valle expôs a posição brasileira nos seguintes termos:

Em nome da delegação do Brasil, quero enfatizar que seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. Também gostaríamos de mais uma vez enfatizar que não toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação.

¹¹⁷⁸ RELATÓRIO, 1956, p. 62-63.

¹¹⁷⁹ Em novembro de 1956, o governo decidiu integrar as forças das Nações Unidas na faixa de Gaza.

No tocante ao levante na Hungria, o Brasil – que enviaria recursos financeiros para a manutenção de refugiados e aceitaria a imigração de três mil destes¹¹⁸⁰ –declarou:

[...] farei agora alguns comentários sobre o acontecimento que mexeu com os sentimentos de todo o mundo nas últimas semanas. Estou me referindo à atitude tomada pelas forças armadas soviéticas para sufocar e destruir as legítimas aspirações do nobre povo da Hungria. Durante o debate que houve a esse respeito por ocasião da Segunda Sessão Especial de Emergência desta Assembleia Geral, minha delegação teve a oportunidade de expressar a sua opinião a respeito desse evento trágico [...]. Eu apenas gostaria de acrescentar que estamos convictos de que aqueles que perderam suas vidas lutando nas ruas de Budapeste não morreram em vão. A sua causa, a causa da paz, não pode ser destruída pelo mero peso do poder. 1181

Em dezembro, o Brasil adquiriu da Grã-Bretanha o porta-aviões Minas Gerais e o governo brasileiro autorizou, no dia 31, a venda aos Estados Unidos de 150 toneladas de monazita e a compra de 600 toneladas de trigo. Este último fato teria consequências negativas importantes para o comércio do Brasil com a Argentina e com o Uruguai¹¹⁸².

¹¹⁸⁰ VIZENTINI, 1995, p. 137, com base em RELATÓRIO, 1956, p. 65-66.

¹¹⁸¹ CORRÊA, 1995, p. 103-106.

¹¹⁸² BANDEIRA, 1994, p. 157.

1957 – FORÇAS BRASILEIRAS EM SUEZ. APOIO À POLÍTICA COLONIALISTA DE PORTUGAL. CRÍTICAS AO TRATADO DE ROMA. REUNIÃO NA ARGENTINA SOBRE DEFESA DO ATLÂNTICO SUL. VISITA DO PRESIDENTE DE PORTUGAL. ACORDO COM OS ESTADOS UNIDOS SOBRE COOPERAÇÃO ATÔMICA. ACORDO LATINO-AMERICANO SOBRE CAFÉ

Em 1957, as forças de Israel retiraram-se da península do Sinai e entregaram a faixa de Gaza às forças das Nações Unidas. Após visita do secretário-geral, Dag Hammarskjöld a Nasser, as Nações Unidas reabriram o Canal de Suez à navegação. Na Europa, seis países assinariam o Tratado de Roma que deu início ao Mercado Comum Europeu.

O Brasil implementou a decisão de colaborar com as Nações Unidas e, em 12 de janeiro, partiu para o Egito um contingente de 481 homens a bordo do Custódio de Mello compondo o batalhão brasileiro para a Força Internacional de Emergência das Nações Unidas na região. Um escalão avançado, composto de 49 homens, seguiu para Port Said dois dias depois, por avião. O batalhão brasileiro compôs as forças da United Nations Emergency Forces (Unef) que somavam 6 mil oficiais e soldados e da qual também participaram Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Suécia e Iugoslávia¹¹⁸³.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil continuou a esposar teses vistas como favoráveis à manutenção do colonialismo de Portugal, país que continuava a representar na Índia, enviando periodicamente missões de Nova Delhi a Bombaim para "observação e proteção dos portugueses ali domiciliados" ¹¹⁸⁴. Em janeiro, o delegado brasileiro à VI Comissão, Donatello Grieco,

¹¹⁸³ RELATÓRIO, 1957, p. 30-31.

¹¹⁸⁴ RELATÓRIO, 1957, p. 73.

expôs a posição brasileira contrária a uma proposta iraquiana de que Portugal prestasse informações sobre suas colônias, acrescentando que "tocar em Portugal era tocar no Brasil" e que aquele país não possuía colônias, mas sim províncias ultramarinas¹¹⁸⁵.

No plano bilateral com os Estados Unidos, o relacionamento continuava a incluir iniciativas na área militar. No início do ano, os dois países iniciaram conversações para a concessão de licença para a instalação de uma base de satélites americanos na ilha de Fernando de Noronha¹¹⁸⁶. Seus objetivos eram claramente militares, pois sua missão primordial era rastrear mísseis balísticos intercontinentais¹¹⁸⁷. Por troca de notas efetuada entre o embaixador Ellis O. Briggs¹¹⁸⁸ e o ministro Macedo Soares¹¹⁸⁹, em 21 de janeiro, foi acordada a construção, na ilha, de instalações de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados. Do acordo constou que as instalações ficariam sob o comando de oficial brasileiro e que, em Fernando de Noronha, continuaria a ser hasteado o Pavilhão Nacional Brasileiro 1190. O entendimento, considerado um ajuste ao Acordo Militar de 1952, possibilitava o aumento da cooperação militar pelo prazo previsto de cinco anos¹¹⁹¹.

Vazou para a Imprensa brasileira, no dia 20 de fevereiro, o interesse americano em terreno em Maceió para fins de radiocomunicação militar, bem como em locais para a instalação de

¹¹⁸⁵ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 72, 293.

¹¹⁸⁶ YOUNG, 1973, p. 48.

¹¹⁸⁷ DAVIS, 1996, p. 151.

¹¹⁸⁸ BRIGGS (1998, p. 359-362) narra, com humor e ironia, as negociações a respeito de Fernando de Noronha, com implícitas críticas às instruções que recebia de seu governo a respeito do tema.

¹¹⁸⁹ DAVIS, 1996, p. 153.

¹¹⁹⁰ RELATÓRIO, 1957, p. 39-40.

¹¹⁹¹ CALDAS, 1995, p. 104.

radares e para a expansão de sistema de transporte aéreo militar. O Departamento de Estado expressou ao embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto, sua não aprovação do vazamento da notícia. No dia 25, Amaral Peixoto informou às autoridades americanas de que o Brasil via as duas operações como paralelas no relacionamento bilateral: de um lado, os locais para radares *Loran* (*long range navigation radar*) em Maceió e, de outro, as discussões sobre o artigo 6º do Acordo Militar, relativo ao desenvolvimento de construção naval e de aeronaves bem como a reparação de instalações com a ajuda dos Estados Unidos¹¹⁹².

No dia 25 de março, em Roma, França, República Federal Alemã, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos assinaram tratado que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e acordo separado que estabeleceu a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou Euratom), agência destinada a tratar de usos pacíficos da energia nuclear. O Brasil preocupava-se com as consequências para os interesses comerciais brasileiros da criação de comunidade econômica europeia. No debate no GATT sobre o Tratado de Roma que criou a CEE, o Brasil manifestou posição contrária ao acordo por considerá-lo incompatível com o espírito da Cláusula da Nação Mais Favorecida e a letra da exceção do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) a respeito de uniões aduaneiras ou zonas de livre comércio. Além disso, julgou a política agrícola da CEE prejudicial ao comércio internacional, em especial aos países em desenvolvimento¹¹⁹³. O chanceler Macedo Soares fez o seguinte relato da posição adotada pelo Brasil:

> [...] a criação de um mercado comum por seis países da Europa Ocidental – França, Itália, República Federal da Alemanha, Países Baixos e Luxemburgo, constituiria uma

¹¹⁹² DAVIS, 1996, p. 154-55.

¹¹⁹³ CAVALCANTI, G. 1996, p. 167.

ameaça a produtos brasileiros, especialmente ao café, originários também de territórios ultramarinos de alguns daqueles países. Na reunião das Partes Contratantes do GATT, em outubro último, o Brasil manifestou suas reservas e mostrou os perigos de tal iniciativa, que poderia favorecer a colocação desses produtos, em detrimento de similares de origem brasileira.

A Argentina realizou, em maio, a reunião, que propusera em agosto do ano anterior, relativa à defesa do Atlântico Sul. O Brasil fez-se representar em Buenos Aires juntamente com o Paraguai e o Uruguai. Chefiou a delegação brasileira o almirante Renato de Almeida Guilhobel. A Conferência seria considerada pelo Brasil "uma primeira etapa na realização de medidas práticas, preconizadas pela Junta Interamericana de Defesa, para uma melhor organização e entrosamento dos diferentes setores de segurança em que está dividido o Hemisfério Ocidental"¹¹⁹⁴.

A visita do presidente de Portugal, general Craveiro Lopes, ao Brasil em junho, sob protestos antissalazaristas, serviu para, na declaração conjunta, o Brasil reiterar seu apoio à política colonialista de Lisboa na África¹¹⁹⁵.

Os entendimentos bilaterais com os Estados Unidos na área militar prosseguiram e, em 28 de junho, tiveram início discussões formais a respeito da assistência prevista no artigo 6º do Acordo Militar. Na discussão sobre Fernando de Noronha, o governo Kubitschek renovou pedido de um porta-aviões, que apresentara no final do segundo mandato de Vargas. O pedido foi recusado pelo governo dos Estados Unidos que alegou ser uma compra desnecessária, além de poder acarretar desejo igual da Argentina. Com a recusa, o Brasil adquiriu da Grã-Bretanha um porta-aviões e rebatizou-o Minas Gerais. Não obstante a atitude americana, em

¹¹⁹⁴ RELATÓRIO, 1957, p. 36-37.

¹¹⁹⁵ GARCIA, 1999, p. 88.

junho, o governo brasileiro pediu aos Estados Unidos equipamento eletrônico para o porta-aviões nos termos do Acordo Militar.

Na área de energia nuclear, os entendimentos bilaterais com os Estados Unidos avançaram com mais facilidade e, em 31 de julho, representantes dos dois países assinaram, em Washington, acordo de cooperação para usos civis da energia atômica¹¹⁹⁶. Na área militar, os Estados Unidos concluíram, em agosto, que os obstáculos para estabelecimento de estações de radares Loran em Maceió eram muito altos e concluíram dispor de Porto Rico como alternativa para os planos americanos¹¹⁹⁷.

Propostas latino-americanas de cooperação econômica encontraram oposição dos Estados Unidos na Conferência Econômica Interamericana realizada em agosto em Buenos Aires. Preocupou--se Washington com teses tais como a de que a Lei nacional deve ter primazia em controvérsias envolvendo investimento estrangeiro, a de que os países podem proibir intervenção estrangeira em assuntos jurídicos internos e a de que a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal) deveria ser encorajada a prosseguir estudos relativos a um mercado comum ou associação comercial regional. Os Estados Unidos manifestaram-se contrários também à criação de acordos internacionais sobre produtos de base ou de medidas para correção de flutuações de preços. O secretário do Tesouro, Robert Anderson, aconselhou aos países latino-americanos que reduzissem seus gastos militares, bem como ressaltou a importância de esforços internos para resolver os problemas econômicos¹¹⁹⁸.

O tema do café continuava a preocupar o país e, em setembro, o Brasil assinou com Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua o Convênio do México relativo a cotas de

¹¹⁹⁶ CERVO; BUENO, 1986, p. 265.

¹¹⁹⁷ DAVIS, 1996, p. 158.

¹¹⁹⁸ WEIS, 1993, p. 106.

exportação de café¹¹⁹⁹, com o objetivo de deter a queda de seus preços internacionais.

Na abertura dos trabalhos da XII Assembleia Geral, no mesmo mês, Oswaldo Aranha¹²⁰⁰, falando como chefe da delegação brasileira, ressaltou a necessidade de as Nações Unidas e o Banco Mundial passarem a se dedicar aos países economicamente menos desenvolvidos, uma vez que a tarefa de reconstrução da Europa estava virtualmente cumprida. Durante a Sessão, o Brasil defendeu o universalismo da Organização e o ingresso de novos membros¹²⁰¹; reiterou posição segundo a qual as Nações Unidas têm competência para examinar violações de direitos humanos; pronunciou-se a favor da manutenção da Força de Emergência das Nações Unidas, bem como da continuação da colaboração brasileira por meio do Batalhão de Suez; copatrocinou projeto de resolução a favor da manutenção de Comissão Especial para a revisão da Carta das Nações Unidas e propôs a criação de Comissão Econômica para a África¹²⁰². Por fim, manteve sua tradicional política com relação aos territórios autônomos¹²⁰³, o que levaria Oswaldo Aranha a escrever em carta ao presidente Kubitschek:

¹¹⁹⁹ CALDAS, 1995, p. 69.

¹²⁰⁰ RELATÓRIO, 1957, p. 23-24, informa que a delegação foi presidida por Oswaldo Aranha e se compôs de observadores parlamentares (cinco) e dos seguintes delegados: embaixador Cyro de Freitas-Valle, Dr. Augusto Frederico Schmidt, professor Hermes Lima, embaixador Gilberto Amado; delegados suplentes: ministro Ranulpho Cunha, ministro Jayme de Barros Gomes, professor José Carlos de Ataliba Nogueira, e Dr. Newton Barbosa Tatsch; conselheiros: Srs. Paulo Leão de Moura, Eudóxio Infante Vieira e Cláudio Pacheco Brasil; assessores: secretários João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, Carlos Callero Rodrigues, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Egberto da Silva Mafra, Octavio Lafayette de Souza Bandeira, Fernando Abbott Galvão, Ronald Leslie Morais Small, Augusto Estellita Lins, Regina Victória Castello Branco, Luiz Carlos Barreto Tedim e o Sr. Antônio Faustino Porto Sobrinho.

¹²⁰¹ RELATÓRIO (1957, p. 25) relata discurso do ministro Bocayuva Cunha nesse sentido na Comissão Política Especial.

¹²⁰² RELATÓRIO, 1957, p. 25-28.

¹²⁰³ RELATÓRIO (1957, p. 26) informa não ter o Brasil se manifestado favoravelmente ao reconhecimento imediato de um direito de autodeterminação quando discutidas as questões da Argélia e do Chipre.

Cingi-me à letra de nossas instruções, mas, agora, julgome no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição continental. 1204

Na XII Sessão do GATT realizada em outubro, a delegação brasileira voltou a criticar o Tratado de Roma e a afirmar que feria as regras do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em especial a cláusula da Nação mais favorecida. Defendeu o enquadramento do Mercado Comum Europeu no GATT e demandou compensações, tanto multilaterais quanto bilaterais 1205.

Voltando-se para a América do Sul, em novembro, o chanceler Macedo Soares visitou o Peru e o Equador e promoveu gestões, como um dos Estados Garantes do Protocolo de Paz, Amizade e Limites, de 1942, com vistas a buscar soluções para o impasse em que se encontravam as partes com relação à questão de limites¹²⁰⁶.

1958 (JANEIRO A JUNHO) – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. ACORDOS DE ROBORÉ COM A BOLÍVIA. DESAPROPRIAÇÃO DA AMFORP. LANÇAMENTO DA OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

No ano de 1958, entre outros fatos internacionais, tiveram relevância: o início do funcionamento do Mercado Comum Europeu; a intensificação por Fidel Castro de combate a Fulgêncio Batista em Cuba; as hostilidades com que o vice-presidente dos

¹²⁰⁴ ARAÚJO, 1996, p. 364.

¹²⁰⁵ BUENO, 1994, p. 83.

¹²⁰⁶ RELATÓRIO, 1958, p. 39-40.

Estados Unidos, Richard Nixon, foi recebido na América Latina; a visita de Kruschev a Pequim e o empréstimo da União Soviética ao Egito para a construção da barragem de Assuão.

No plano bilateral, os Estados Unidos informaram o Brasil, em 10 de janeiro, de que seu governo retirava o pedido de instalação de radares Loran em Maceió¹²⁰⁷.

Mantendo sua preocupação com a situação do café, cujas exportações brasileiras haviam caído entre 1956 e 1958¹²⁰⁸, em janeiro, o Brasil assinou com outros 13 países latino-americanos, e também com Portugal, acordo sobre a constituição de Organização Internacional do Café. Havia expectativa de adesões de outros produtores, o que não ocorreu¹²⁰⁹.

Na política com relação à América do Sul, teve relevância, em março, a assinatura por Macedo Soares com seu colega boliviano, Manuel Barran Peláez, de 31 acordos negociados em reuniões que haviam mantido, em janeiro, nas cidades de Corumbá e Roboré. Os instrumentos diziam respeito à exploração do petróleo boliviano, à Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e à circulação de mercadorias da Bolívia¹²¹⁰. Os acordos seriam objeto de ampla discussão, inclusive no Congresso Nacional¹²¹¹.

As negociações de natureza militar com os Estados Unidos prosseguiam e, em abril, estes informaram concordar com o pedido brasileiro de equipamento eletrônico para o porta-aviões Minas Gerais, em base ao acordo militar.

¹²⁰⁷ DAVIS, 1996, p. 159.

¹²⁰⁸ BANDEIRA, 1994, p. 130.

¹²⁰⁹ SETTE, 1996, p. 255.

¹²¹⁰ CERVO; BUENO, 1986, p. 270.

¹²¹¹ CAMPOS (1994, p. 365-375) narra com pormenores a polêmica havida.

Na frente econômica a situação do café continuava a preocupar e, em maio, Macedo Soares assinou com seu colega colombiano Carlos Sanz de Santamaria declaração conjunta sobre política cafeeira em que concordaram em apoiar as determinações da Organização Internacional do Café, manter estáveis os preços e controlar as exportações.

Num ato que teria amplas repercussões posteriores no relacionamento brasileiro-estadunidense, em maio, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com a aprovação do Ministério de Minas e Energia, desapropriou a concessão e os bens da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da American & Foreign Power Company¹²¹².

No mesmo mês, violentas manifestações antiamericanas em Caracas e em Lima marcaram a visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Lançaram-lhe pedras e empurraram em Caracas, vaiaram-no e cuspiram-lhe em Lima. Nixon e sua mulher dirigiram-se a San Juan para encurtar o turbulento périplo na América Latina. Referindo-se aos incidentes, o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, inspirado por Augusto Frederico Schmidt¹²¹³, enviou a Eisenhower, no dia 28, carta – da qual o chefe da Casa Civil, Victor Nunes Leal, foi portador¹²¹⁴ – em que manifestou solidariedade e estima e afirmou:

[...] as contrariedades suportadas pelo vice-presidente Nixon devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro... permita-me que lhe adiante... que a hora

¹²¹² YOUNG, 1973, p. 58 e 74.

¹²¹³ SETTE, 1996, p. 250.

¹²¹⁴ BANDEIRA, 1994, p. 129.

soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste hemisfério. 1215

Eisenhower respondeu, em 5 de junho, nos seguintes termos:

Hoje de manhã, seu embaixador entregou-me a carta escrita por Vossa Excelência na data de 28 de maio. Achei de extremo interesse. Em minha opinião, Vossa Excelência caracterizou de maneira exata tanto a situação atual como a conveniência de medidas corretivas. Estou, por isso mesmo, encantado de que Vossa Excelência não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão Pan-Americana, parece-me que nossos dois governos devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade Pan-Americana e à adoção de medidas [...]. 1216

No dia seguinte, o ministro Macedo Soares reuniu-se com os embaixadores latino-americanos no Rio de Janeiro para troca de ideias sobre a iniciativa. No dia 10, Kubitschek recebeu o secretário de Estado Adjunto, Roy Rubottom, com quem discutiu a operação¹²¹⁷.

Kubitschek pronunciou discurso, em 20 de junho, pelos meios de comunicação em que explicou a ideia de uma Operação Pan-Americana como uma tentativa de "pleitear para o Brasil uma posição mais nítida na política internacional" Cinco dias depois, o presidente Arturo Frondizi, da Argentina, deu apoio à iniciativa

¹²¹⁵ MALAN, 1981, p. 87.

¹²¹⁶ OLIVEIRA, 1959.

¹²¹⁷ WEIS, 1993, p. 115.

¹²¹⁸ MALAN, 1981, p. 88.

brasileira mediante carta em resposta à enviada pelo presidente Kubitschek 1219 .

Macedo Soares deixou o cargo de ministro das Relações Exteriores em 4 de julho, pouco depois de lançada, pelo presidente, a Operação Pan-Americana.

¹²¹⁹ BARBOZA (1992, p. 47-53) relata com pormenores como obteve a resposta de Frondizi quando encarregado de negócios em Buenos Aires.

Francisco Negrão de Lima

Francisco Negrão de Lima¹²²⁰ tomou posse como ministro das Relações Exteriores em 4 de julho de 1958, permanecendo no cargo por pouco mais de um ano, até 10 de agosto de 1959, quando foi nomeado embaixador em Lisboa.

¹²²⁰ Político mineiro nascido em 1901, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1924). Foi repórter do jornal Diário de Minas (1924-1925), oficial de Gabinete do secretário de Justiça do Estado (1925), redator dos debates da Câmara Estadual de Deputados, ao mesmo tempo em que exercia a advocacia (1926-1930) e prosseguia no jornalismo. Participou da fundação do jornal O Estado de Minas, que adotou linha de oposição ao governo de Washington Luís e, a partir de 1929, deu apoio à candidatura de Getúlio Vargas. Negrão de Lima filiou-se em 1930 à Aliança Liberal e, nesse mesmo ano, com a vitória da Revolução e o fechamento da Câmara Estadual de Deputados, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou correspondente de O Estado de Minas e abriu um escritório de advocacia. Em 1932, foi nomeado secretário da Federação Industrial do Rio de Janeiro, da qual foi posteriormente secretário-geral (1933-1936). Em 1934, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Em 1937, foi incumbido por Benedito Valladares, em nome das forças que apoiavam o governo, de missão junto aos governadores do Norte e do Nordeste para preparar as mudanças institucionais pretendidas por Getúlio Vargas. Após o golpe de 10 de novembro, Negrão de Lima foi nomeado chefe de Gabinete do ministro da Justica, Francisco Campos, assumindo a Pasta interinamente em várias ocasiões até 1941. A partir desse ano exerceu várias missões diplomáticas como embaixador na Venezuela (1941), no Paraguai (1942--1946) e na Bélgica (1947). Atuou como mediador em conflito no Paraguai (1947). Foi ministro da Justiça (1951-1953), negociou a execução do tratado sobre petróleo com a Bolívia (1953) e integrou a delegação brasileira à Conferência Pan-Americana de Caracas (1954) e foi Prefeito do Rio de Janeiro (1956-1958). Cf. MALIN; JUNQUEIRA, 1984, p. 1853.

1958 (JULHO A DEZEMBRO) – VISITA DE FOSTER DULLES. CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE 21 MEMBROS (DOS 21). ASSINATURA DO CONVÊNIO LATINO-AMERICANO DO CAFÉ. ANÚNCIO DE DECISÃO DE REATAR RELAÇÕES COMERCIAIS COM A UNIÃO SOVIÉTICA

A Operação Pan-Americana lançada por Kubitschek não parecia ainda ter-se firmado e, quando da visita do secretário de Estado, John Foster Dulles ao Brasil, entre 4 e 6 de agosto, a iniciativa¹²²¹ não chegou a ser mencionada¹²²² na Declaração que assinou com Negrão de Lima¹²²³. Do documento, constaram, porém, princípios da Operação e, como desejado por Dulles, uma condenação ao comunismo:

Declaram que estão de inteiro acordo em procurar uma formulação política destinada não somente a reforçar a defesa dos valores da civilização ocidental, mas também imprimir um impulso mais criador para se atingir tal objetivo.

[...] É altamente desejável que a América Latina tenha participação ainda mais ativa na formulação das linhas fundamentais da política internacional que orientam o mundo livre.

[...] este princípio – luta por maior desenvolvimento, que é inseparável da segurança coletiva do Hemisfério – será apoiado por todo o continente.

¹²²¹ SETTE (1996, p. 251) afirma que a reação da Administração Republicana nos Estados Unidos não contribuiu para maiores avanços da iniciativa, como ficou claro nas reuniões em Washington, entre Augusto Frederico Schmidt e o secretário de Estado, John W. Foster Dulles.

¹²²² VIZENTINI (1995, p. 155) afirma que Dulles apresentou a Kubitschek a minuta de uma declaração conjunta que praticamente ignorava a Operação Pan-Americana. JK teria, então, rechaçado essa minuta levando Dulles a aceitar declaração em que os princípios da Operação foram reconhecidos.

¹²²³ YOUNG, 1973, p. 62.

Reafirmam que se tornou necessário lutar pelos princípios religiosos e democráticos [...], valores esses que integram o patrimônio da civilização e da cultura ocidental, formadores do espírito e da alma das Américas, que são desafiadas pelo credo do comunismo ateu [...]. 1224

Buscando divulgar e aprofundar a iniciativa, em 9 de agosto, o Itamaraty transmitiu às embaixadas das 20 Repúblicas americanas um *aide-mémoire* com temário de pontos econômicos para a preparação da Operação Pan-Americana: capital privado, empréstimos externos, combate à inflação e estímulo à poupança e aos investimentos, disciplina do mercado de produtos de base, problemas suscitados pelo Mercado Comum Europeu e assistência técnica¹²²⁵. Poucos dias depois, o subsecretário de Estado, Douglas Dillon, anunciou a decisão norte-americana de não mais se opor, como vinha fazendo havia dez anos, à ideia da criação de um Banco Interamericano de Desenvolvimento¹²²⁶.

Nas Nações Unidas, no discurso que pronunciou à XIII Sessão da Assembleia Geral em 16 de setembro, o ministro Negrão de Lima¹²²⁷ deu ênfase à Operação Pan-Americana¹²²⁸. Relacionou a iniciativa à "correlação evidente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as fricções locais que vêm ameaçando a paz da humanidade". Referiu-se ao fato de que iniciativas como a OPA acarretariam "liberação de fundos, esterilmente empregados".

¹²²⁴ RELATÓRIO, 1958, p. 8.

¹²²⁵ OLIVEIRA, 1959, p. 100.

¹²²⁶ WEIS (1993, p. 120) aparentemente o gesto tinha motivação no desejo de Washington criar um banco para o Oriente Médio.

¹²²⁷ RELATÓRIO (1958, p. 11) informa que a delegação brasileira era composta de presidente: Negrão de Lima; delegados: embaixadores Cyro de Freitas-Valle e Gilberto Amado, senador Leopoldo Cunha Mello, deputado José Joffily Bezerra de Mello, Dr. Augusto Frederico Schmidt; delegados suplentes: Jayme de Barros Gomes, ministros Eurico Penteado e Carlos Alfredo Bernardes, cônsul Dora de Alencar Vasconcelos e ministro João Augusto de Araújo Castro.

¹²²⁸ RELATÓRIO, 1958, p. 11.

na corrida armamentista, para a aceleração do processo de emancipação econômica e social da humanidade"¹²²⁹.

Em matéria de desarmamento, o Brasil apresentou, com outros 16 países, projeto de resolução a respeito da suspensão das armas nucleares sob controle internacional efetivo e a não realização de testes de armas atômicas, enquanto se realizassem negociações a esse respeito. O projeto, defendido pelo representante brasileiro, Augusto Frederico Schmidt, foi aprovado com uma emenda relativa à destinação dos recursos resultantes do desarmamento para o auxílio a países subdesenvolvidos¹²³⁰.

A atuação brasileira na Sessão da Assembleia foi assim resumida na Mensagem do presidente ao Congresso Nacional:

O comportamento da nossa delegação [...] inspirou-se, principalmente, no propósito de fortalecer o direito de participação das Repúblicas latino-americanas no encaminhamento de soluções para os problemas internacionais.

Outras constantes da nossa atuação foram o apoio às potências ocidentais em todas as questões políticas de caráter Leste-Oeste, e a nossa fidelidade aos princípios latino-americanos da igualdade jurídica dos Estados e da não intervenção.

Procuramos, ainda, maior aproximação comm o bloco afro-asiático, valendo-nos dos interesses comuns, que nos identificam na luta contra o subdesenvolvimento, e da nossa posição internacional favorável à autodeterminação dos povos.¹²³¹

¹²²⁹ CORRÊA, 1995, p. 115-118. 1230 RELATÓRIO, 1958, p. 12-13.

¹²³¹ OLIVEIRA, 1959, p. 91.

Ainda em setembro, refletindo a continuada preocupação brasileira com a situação do café, o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Renato Costa Lima, rejeitou plano inicial africano de cotas fixas para estabilizar o preço do café, mas aceitou segunda proposta pela qual o Brasil retiraria do mercado 40% de sua produção, a Colômbia 15%, o México 10% e os demais países 5%.

A Operação Pan-Americana ganhou impulso quando a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas da Organização dos Estados Americanos, realizada em Washington, em 24 de setembro, criou uma Comissão Especial de 21 Membros (dos 21) para tratar daquela iniciativa brasileira, órgão em que atuaria Augusto Frederico Schmidt¹²³² na qualidade de representante especial do Brasil¹²³³. Como resultado dos trabalhos da Comissão dos 21, realizados entre 17 de novembro e 12 de dezembro de 1958¹²³⁴, duas áreas de cooperação hemisférica se estabeleceram: a) assistência técnica e b) a criação de uma instituição financeira interamericana.

Em reunião da Comissão dos 21, realizada no dia 25 de novembro, Augusto Frederico Schmidt preveniu que o Brasil necessitava de 3 bilhões de dólares de imediato e que, sem um programa de ajuda maciça, a América Latina teria de expandir seu comércio com os países comunistas. Essas afirmações foram mal recebidas nos Estados Unidos, obrigando Schmidt a declarar que havia sido mal interpretado e que não deveria ser considerada uma

¹²³² RELATÓRIO, 1958, p. 10 e 16, informa que integravam a delegação do Brasil junto ao Comitê dos 21 do Conselho da Organização dos Estados Americanos, além de Augusto Frederico Schmidt, como delegados os ministros Egydio Câmara Souza, José Sette Câmara Filho e Lucillo Haddock Lobo; como Assessores, o conselheiro Mozart Gurgel Valente Júnior, e os secretários João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, Oscar Sotto Lorenzo Fernandez, Celso Antônio de Souza e Silva, Ítalo Zappa e Ronaldo Costa.

¹²³³ OLIVEIRA (1959, p. 105) informa que, durante as reuniões da Comissão dos 21, reunir-se-ia, em Washington, um Comitê Técnico perante o qual atuaria como representante brasileiro o embaixador loão Carlos Muniz.

¹²³⁴ OLIVEIRA, 1959, p. 105.

ameaça a Washington. Em declaração pública, Foster Dulles disse concordar com o plano de longo prazo, mas discordar quanto à forma ou magnitude sugerida (por Schmidt)¹²³⁵.

As ideias provocadas pela OPA, porém, continuavam a ser examinadas. O Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos convocou, em outubro, uma Comissão Especializada para elaborar projeto sobre a criação de uma instituição financeira interamericana.

Entrementes, prosseguindo suas iniciativas e esforços em matéria de exportação de café, em outubro, o Brasil assinou com 14 países o Convênio Latino-Americano do Café, acordo entre produtores, que estabeleceu o princípio da retenção¹²³⁶. O instrumento contou com oito membros a mais do que o Convênio do México, assinado um ano antes¹²³⁷.

Ao final do ano, enquanto proclamava-se a independência de Repúblicas da África Central, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim e Daomé, Kubitschek anunciava a decisão brasileira de reatar relações comerciais com a União Soviética¹²³⁸.

¹²³⁵ WEIS, 1993, p. 124.

¹²³⁶ LAFER, 1973b, p. 30.

¹²³⁷ CALDAS, 1995, p. 70.

¹²³⁸ BANDEIRA, 1994, p. 158.

Horácio Lafer

Horácio Lafer¹²³⁹ tornou-se ministro das Relações Exteriores em 10 de agosto de 1959. Deixaria a chefia do Itamaraty ao final do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de janeiro de 1961.

1959 (JANEIRO A AGOSTO) – CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. O CASO DELGADO. ROMPIMENTO COM O FMI

Em 1959, entre os fatos internacionais, destacaram-se a retirada do presidente cubano, Fulgêncio Batista, para a República

¹²³⁹ Nascido em São Paulo em 1900, formou-se em Direito (1920) e em Filosofia. Fez cursos de pós--graduação em economia e finanças na Alemanha tendo recebido diplomata da Faculdade de Filosofia de Berlim. De volta ao Brasil, dedicou-se aos negócios da família, proprietária da empresa Klabin Irmãos e Cia. Participou da formação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), do qual se tornou diretor em 1928. No mesmo ano, foi assessor do chanceler Octavio Mangabeira e nessa qualidade integrou as Delegações do Brasil à Liga das Nações (1928 e 1929). Manteve-se na direção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que sucedeu à Ciesp. Em 1933, tornou-se dirigente da Confederação Industrial do Brasil (CIB) e elegeu-se deputado classista à Assembleia Constituinte. Em 1934 foi eleito deputado federal pelo Partido Constitucionalista. Em 1942, participou como delegado da III Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (1942), realizada no Rio de Janeiro. Em 1945, com a organização de novos partidos políticos, Lafer passou a fazer parte do Partido Social Democrático, pelo qual elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de 1946. Na Câmara, foi o líder do governo Dutra (1946-1951). Em 31 de janeiro de 1951, foi nomeado por Getúlio Vargas ministro da Fazenda, cargo que exerceu de 1951 a 1954. Neste último ano, voltou ao Congresso, como deputado, tendo sido reeleito em 1958. Como vice-líder do governo Kubitschek na Câmara, coube-lhe relatar a posição adotada com relação ao Fundo Monetário Internacional em 1959.

Dominicana; a posse de Fidel Castro como primeiro-ministro e a desapropriação de usinas de açúcar americanas naquela ilha. Na Europa, ratificou-se Associação de Livre Comércio Europeia.

De 6 de janeiro a 8 de abril, reuniu-se, em Washington, comissão designada para estudar a criação de uma instituição financeira interamericana, sendo o Brasil representado por Cleanto de Paiva Leite, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Ao seu final, foi aprovado Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento¹²⁴⁰. No curso do ano, os parlamentares latino-americanos sancionaram sua criação¹²⁴¹.

As relações bilaterais Brasil-Portugal ficaram tensas, em 12 de janeiro, por ter o general da reserva Humberto Delgado, candidato da oposição à Presidência, entrado na Embaixada do Brasil em Lisboa e solicitado asilo. O embaixador brasileiro, Álvaro Lins, foi informado de que Delgado, destituído de sua patente militar, temia ser preso com outros oposicionistas por ter convidado o esquerdista inglês Aneurin Bevan a falar em Portugal. O ministro do Exterior português, Marcelo Mathias, não aceitou a argumentação de Álvaro Lins de que Delgado devia ser considerado asilado político e, como tal, receber salvo-conduto para deixar o país. Para Mathias, Delgado era um simples convidado da Embaixada, não estava sob ordem de prisão e, se desejasse viajar ao Brasil, deveria voltar para casa e solicitar a documentação necessária. Não deveria ser acompanhado ao aeroporto por representante de governo estrangeiro. A polícia portuguesa manteve estrita vigilância da Embaixada brasileira.

A despeito da má repercussão do discurso de Augusto Frederico Schmidt em Washington dois meses antes, o presidente Kubitschek continuava a dar prioridade na política externa à Operação

¹²⁴⁰ OLIVEIRA, 1959, p. 105.

¹²⁴¹ MALAN, 1981, p. 89.

Pan-Americana e, em 22 de janeiro, na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, pronunciou discurso em que explicou não constituir a iniciativa como uma opção por exclusão regionalista hemisférica:

Quero deixar bem claro que o Brasil – que continuará, cada vez mais, no propósito de entender-se plenamente com todos os povos do mundo, não pretende encerrar-se num puro regionalismo. A operação Pan-Americana é o nosso caminho de integração crescente na causa ocidental. Somos ligados a essa causa pelas mais profundas raízes, pela concepção de vida, pela necessidade de sermos livres, pela identidade na consideração dos mesmos valores espirituais e morais. A Operação Pan-Americana está ligada, porém, a problemas de caráter mais imediato, além de seguir a tendência do agrupamento de forças regionais em todas as partes do mundo. 1242

No *front* econômico, além do café, a situação financeira trazia preocupação. O ministro Lucas Lopes viajou em fevereiro aos Estados Unidos, onde buscou empréstimo para o qual necessitaria do aval do Fundo Monetário Internacional. Representantes daquela instituição chegaram ao Brasil em 16 de março para estudar a economia brasileira¹²⁴³.

No meio tempo, seguia a crise em Lisboa a respeito do asilo de Delgado. Em fevereiro, Assis Chateaubriand, embaixador do Brasil em Londres, chegou a Lisboa para encontrar-se com membros do Gabinete português. Ao voltar ao Brasil, seus jornais, componentes da cadeia Diários Associados, empreenderam campanha contra

¹²⁴² OLIVEIRA, 1959, p. 122.

¹²⁴³ YOUNG, 1973, p. 71.

a concessão do asilo¹²⁴⁴. No meio-tempo, outro oposicionista português, o capitão Henrique Galvão, refugiou-se na Embaixada da Argentina que lhe concedeu asilo. As autoridades portuguesas concordaram com a Argentina em que se tratava de caso de asilo por estar Galvão condenado à prisão, diferentemente de Delgado que estaria livre para circular. Em meados de abril, Negrão de Lima enviou o secretário-geral do Itamaraty, Mendes Viana, a Lisboa para encontrar solução para a controvérsia. O governo brasileiro concordou em não considerar Delgado um asilado político e este foi autorizado a partir para o Brasil no dia 21 de abril¹²⁴⁵. Pouco depois do episódio, Álvaro Lins pediu demissão do cargo de embaixador¹²⁴⁶.

Reuniu-se novamente o Comitê dos 21, desta vez, em Buenos Aires, em 27 de abril. O tema da Operação Pan-Americana ficou, no entanto, ofuscado pela presença no encontro do líder cubano, Fidel Castro. Para desconcerto brasileiro, Castro endossou a OPA que ironicamente havia sido proposta como uma resposta ao comunismo e pediu ajuda de 30 bilhões de dólares em dez anos¹²⁴⁷. Ao retornar do encontro, em 5 de maio de 1959, Castro visitou o Brasil. Em entrevista à televisão brasileira, ele defendeu a reforma agrária na América Latina e o estabelecimento de um mercado comum¹²⁴⁸.

Kubitschek submeteu, em maio, ao Congresso Nacional projeto de lei sobre reforma administrativa do Itamaraty, preparado por Grupo de Trabalho criado por Negrão de Lima no ano anterior. O Grupo de Trabalho, por sua vez, baseara-se no relatório da

¹²⁴⁴ MAGALHÃES, J. C., 1997, p. 69.

¹²⁴⁵ DULLES, 1991, p. 286.

¹²⁴⁶ MAGALHÃES, J. C., 1997, p. 70.

¹²⁴⁷ WEIS, 1993, p. 126-127.

¹²⁴⁸ YOUNG, 1973, p. 76.

Comissão Leitão da Cunha (criada por Neves da Fontoura) e seu respectivo projeto de lei, que não tivera seguimento nos governos interinos¹²⁴⁹.

No plano econômico, as negociações com o Fundo já vinham se estendendo por meses. Em junho, após entendimentos com o presidente Kubitschek, o Deputado Horácio Lafer anunciou a decisão do governo de que os negociadores brasileiros retornassem ao país¹²⁵⁰, diante da insistência dos técnicos do Fundo Monetário Internacional quanto à adoção brasileira de medidas de política econômica que recomendavam¹²⁵¹. Referindo-se a esses funcionários internacionais, afirmou o parlamentar:

[...] representam uma doutrina teórica, que uma corrente de estudiosos está querendo impor no círculo dos estudos econômicos mundiais, doutrina que reputamos errada porque em desajuste com as condições específicas de cada país. 1252

1959 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – PROPOSTA BRASILEIRA DE DECLARAÇÃO DE SANTIAGO SOBRE DEMOCRACIA. CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ. ACORDOS COM A ARGENTINA. MISSÃO COMERCIAL À UNIÃO SOVIÉTICA

Pouco depois de assumir a pasta, Lafer compareceu à V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Santiago do Chile. Por proposta brasileira foi incluído na agenda da Reunião item sobre o problema

¹²⁴⁹ CASTRO, 1983, p. 422-427.

¹²⁵⁰ CAMPOS (1994, p. 356-363) relata, com pormenores, o processo que levou à decisão de Kubitschek.

¹²⁵¹ MALAN, 1981, p. 90-91.

¹²⁵² LAFER, Celso. 1988, p. 67.

da "instabilidade política e desenvolvimento econômico", tendo o Brasil argumentado que a falta de estabilidade das instituições políticas de muitos países das Américas constituía consequência de seu "atraso econômico e social".

A delegação brasileira propôs resolução sobre os principais requisitos de regime democrático, tais como o primado da lei, a revisão dos atos do Poder Executivo pelo Judiciário e a temporariedade dos mandatos legislativos. O projeto do Brasil transformar-se-ia na Declaração de Santiago, aprovada com ressalvas de República Dominicana e Cuba com relação a prazo obrigatório para realização de eleições pelos governos que assumem o poder pela força¹²⁵³. Foi aprovada resolução sobre a incompatibilidade de regimes não democráticos com os princípios da Organização dos Estados Americanos, por "constituírem perigo para a harmonia e a paz no hemisfério" 1254.

Ao comparecer à reunião anual da diretoria do Fundo Monetário Internacional em Washington, em setembro, o ministro da Fazenda, Sebastião Paes de Almeida, declarou que, a menos que o sistema de cooperação financeira internacional do Fundo Monetário Internacional melhorasse, a economia do Brasil se deterioraria, o que não seria uma boa influência pan-americana. Acrescentou que, até o Fundo Monetário Internacional encontrar uma forma de alterar algumas das condições rigorosamente anti-inflacionárias impostas ao Brasil para novos empréstimos e começar a ajudar o Brasil a se tornar um país industrializado, não havia outra alternativa senão a de recorrer a novas prorrogações de créditos do Fundo Monetário Internacional¹²⁵⁵.

¹²⁵³ GESTÃO, 1961, p. 56.

¹²⁵⁴ CUNHA, 1994, p. 211, 219, nota 40.

¹²⁵⁵ YOUNG, 1973, p. 73.

O Brasil tomou várias iniciativas voltadas à América Latina. No mesmo mês, sob a influência da Operação Pan-Americana, representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai reuniram-se para estudar o estabelecimento de uma zona de livre comércio¹²⁵⁶. Em outra iniciativa latino-americana, também em 1º de outubro, o Brasil assinou em Washington, com 16 países produtores de café, da América Latina e da África, o Convênio Internacional do Café pelo qual as partes se comprometeram a limitar suas vendas para os mercados tradicionais consumidores, durante o período de outubro de 1959 a setembro de 1960, a distribuir equitativamente as exportações por trimestre e a fomentar o consumo interno e externo¹²⁵⁷. Voltando-se às relações com a Argentina, às quais daria relevância, o ministro Horácio Lafer visitou Buenos Aires em novembro. Assim, explicaria os motivos da visita:

Desde a normalização da vida democrática na Argentina, com a eleição do presidente Arturo Frondizi, tornouse um imperativo para a diplomacia brasileira o seu entrosamento franco e decidido com a política exterior da Nação vizinha. Já não havia mais lugar para emulações de diversas ordens que frequentemente repontaram no passado. A competição em prestígio político, as desconfianças militares, a falta de unidade dentro da política continental, ou a procura egoísta de zonas de influência, tornaram-se atitudes, mais do que posições, capazes de prejudicar a ambos, sem lhes trazer nada mais do que vantagens passageiras, nas quais os possíveis interesses de grupos se sobrepunham aos legítimos interesses brasileiros e argentinos.

¹²⁵⁶ ARAÚJO, B.J., 1996, p. 20.

¹²⁵⁷ RELATÓRIO, 1960, p. 158.

A responsabilidade do Brasil e da Argentina no concerto das nações americanas, a contiguidade geográfica, a complementação das respectivas economias, o denominador comum de aspirações políticas e espirituais, impunham um entendimento que até recentemente não havia sido alcançado. 1258

O chanceler brasileiro assinou, em 26 de novembro, com seu colega argentino, Diógenes Taboada, um acordo bilateral de comércio e cultura, pelo qual acordaram fomentar a compra brasileira de trigo (um milhão de toneladas)¹²⁵⁹ e produtos industriais argentinos em troca de café, frutas e madeira brasileiros¹²⁶⁰. Firmou também um Protocolo de Consulta pelo qual ambos os países se empenhariam em estabelecer consultas prévias e recíprocas com vista à atuação harmônica em conferências internacionais, ideia que esperava o Brasil pudesse ser estendida a outros países do continente, contribuindo para o fortalecimento da América Latina no cenário internacional¹²⁶¹. Dois meses depois, Lafer anunciou no Rio de Janeiro a programação das visitas recíprocas de autoridades militares para estudo de problemas de defesa¹²⁶².

As prioridades latino-americanas e, sobretudo, as dificuldades financeiras quase impediram o Brasil de continuar a dar seu apoio militar às Nações Unidas. Em novembro, porém, o Brasil decidiu manter o batalhão brasileiro componente das Forças de Paz no Canal de Suez, diante de comunicação recebida do secretário-geral

¹²⁵⁸ GESTÃO, 1961, p. 7.

¹²⁵⁹ RELATÓRIO, 1960, p. 123.

¹²⁶⁰ YOUNG, 1973, p. 75.

¹²⁶¹ GESTÃO, 1961, p. 9.

¹²⁶² YOUNG, 1973, p. 76.

das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, de que aquela Organização passaria a custeá-lo¹²⁶³.

Em significativa mudança de política, voltada a ampliar e diversificar as exportações, em 9 de dezembro, Horácio Lafer autorizou a ida de missão comercial brasileira à União Soviética. Esta assinou, em Moscou, o documento intitulado "Termos de Entendimento¹²⁶⁴ sobre Problemas de Comércio e Pagamentos"¹²⁶⁵, restabelecendo-se, por essa via, as relações comerciais diretas, suspensas desde 1947. Horácio Lafer esclareceu que a conclusão daquele instrumento não implicava o reatamento das relações diplomáticas¹²⁶⁶. O Entendimento assinado pelo chefe da Missão Comercial Brasileira, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, e pelo chefe da delegação soviética, N. N. Smoliakov1267, previa o intercâmbio de mercadorias no valor de 25 milhões de dólares em 1960, 37 milhões em 1961 e 45 milhões em 1962¹²⁶⁸⁸. Incluía troca de 350 mil sacas de café por petróleo soviético, além de exportações brasileiras de cacau, óleos vegetais, couros e laranjas por trigo e vários produtos manufaturados 1269.

Sempre atento à Argentina, Lafer instruiu, em dezembro, a Embaixada em Buenos Aires a transmitir ao chanceler argentino, Diógenes Taboada, preocupação com notícias que atribuíam àquele país influência em movimentos de sublevação no Paraguai¹²⁷⁰.

¹²⁶³ SANTOS, 2000, p. 41.

¹²⁶⁴ CAMPOS (1994, p. 434, nota 160) informa ter sido empregado o termo "entendimento", pois um acordo formal poderia ser considerado como "reconhecimento implícito".

¹²⁶⁵ LAFER, Celso. 1988, p. 63.

¹²⁶⁶ YOUNG, 1973, p. 75.

¹²⁶⁷ CALDAS, 1995, p. 135.

¹²⁶⁸ MAYER; FLAKSMAN, 1984, p. 1736.

¹²⁶⁹ MAYER; FLAKSMAN, 1984, p. 230.

¹²⁷⁰ BANDEIRA, 1995, p. 116.

Ao final do ano, o presidente Kubitschek fez o seguinte balanço dos resultados iniciais da Operação Pan-Americana:

[...] pode-se considerar a Operação Pan-Americana um movimento vencedor. Seria impossível, em tão curto prazo, que ela conseguisse plena realização: impôs-se, porém, plenamente à consciência americana, e os progressos que já obteve constituem vitória e esperança de que, dentro em pouco, venha a produzir os resultados que dela se esperam ansiosamente, em toda a América.

1960 – Criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Visita de Eisenhower. Atuação do Brasil nas questões da República Dominicana e de Cuba na Organização dos Estados Americanos

Em 1960, aumentaram as tensões entre Estados Unidos, de um lado, e a União Soviética e Cuba, de outro. Washington protestou contra desapropriações cubanas de empresas americanas. Em relevante incidente da Guerra Fria, um avião U-2 foi derrubado e seu piloto, Gary Powers, confessou os propósitos de sua viagem, obrigando os Estados Unidos a admitirem ter efetuado voos de reconhecimento aéreo sobre a União Soviética.

Os esforços latino-americanos provocados pela OPA finalmente levaram a acordo de livre comércio regional. Sete países latino-americanos¹²⁷¹ assinaram em Montevidéu, em 18 de fevereiro, o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), pelo qual assumiram o compromisso de eliminar, em 12 anos, os

¹²⁷¹ A saber, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

gravames e outras restrições sobre o comércio recíproco¹²⁷². Ao assinar o Tratado, o ministro Horácio Lafer ressaltou a substituição de entendimentos bilaterais por contatos multilaterais regulares e "a ampliação das dimensões dos mercados consumidores da região"¹²⁷³. Assim explicaria os benefícios do acordo:

A expansão do intercâmbio regional, resultante da implementação de tal programa de liberação comercial, é apenas o benefício mais ostensivo entre os muitos que deverá trazer aos países latino-americanos o Tratado de Montevidéu. A ampliação das dimensões dos mercados consumidores da região, que se obterá através da abolição dos atuais entraves ao comércio, permitirá sensíveis mudanças de escala em vários setores das economias latino-americanas, com a consequente melhoria de sua produtividade. Por outro lado, possibilitará aos povos latino-americanos melhor desfrutarem de todos os benefícios derivados de uma conveniente especialização de trabalho, ao ensejar mais adequada distribuição e utilização dos fatores da produção. Ademais, o melhor emprego dos recursos econômicos fortalecerá a capacidade de as economias latino-americanas absorverem novos contingentes demográficos, sem ameaças aos níveis de produtividade e com a melhoria das condições gerais de vida da coletividade. A criação da Alalc contribuirá, assim, para impedir que os mercados nacionais da região continuem a expandir-se em um sentido inconvenientemente competitivo, fato que é por demais oneroso quando os países latino-americanos se defrontam com acentuada escassez de recursos para atender às

¹²⁷² RELATÓRIO, 1960, p. 155.

¹²⁷³ LAFER, Celso. 1988, p. 62.

múltiplas e complexas exigências de investimento que o progresso coletivo requer. 1274

O presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, visitou o Brasil entre 23 e 25 de fevereiro, durante o Carnaval. Recebido em Brasília, Kubitschek expôs-lhe plano com os seguintes pontos: o aumento dos poderes de empréstimo do novo Banco Interamericano de Desenvolvimento além de seu capital de um bilhão de dólares; a estabilização de preços e mercados de exportação para matérias-primas e mercadorias de que a América Latina dependia para rendimentos no exterior; a criação de institutos interamericanos para o desenvolvimento agrícola e industrial; e a instalação conjunta de equipes interamericanas para erradicar o analfabetismo difundido e elevar os padrões de saúde¹²⁷⁵. Teriam tratado também da questão de Cuba, para a qual o presidente brasileiro ofereceu a intermediação do embaixador Vasco Leitão da Cunha¹²⁷⁶. Após a visita de Eisenhower, Juscelino Kubitschek de Oliveira, instado pelo presidente norte-americano, autorizou o ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles, a reatar relações com o Fundo Monetário Internacional¹²⁷⁷.

Dando prosseguimento à priorização da América Latina, o chanceler brasileiro visitou oficialmente o Paraguai, entre 3 e 6 de março. Tratou de problemas bilaterais, entre os quais a construção e segurança da ponte internacional sobre o rio Paraguai, a definição e controle do comércio fronteiriço e a construção de estradas de rodagem unindo o sistema rodoviário dos dois países¹²⁷⁸. Durante o encontro, o ministro assinou acordo criando uma Comissão

¹²⁷⁴ GESTÃO, 1961, p. 12.

¹²⁷⁵ YOUNG, 1973, p. 93.

¹²⁷⁶ LEITE, 2000, com base em manuscrito de James G. Hershberg.

¹²⁷⁷ CAMPOS, 1994, p. 283, notas 98, 132 e 383.

¹²⁷⁸ GESTÃO, 1961, p. 10.

Mista para construção da estrada Concepción-Ponta Porã e outra para a manutenção, vigilância e segurança da Ponte Internacional sobre o rio Paraná¹²⁷⁹.

Ainda em março, Lafer visitou também o Canadá onde tratou da divulgação do Brasil, de assistência técnica e ventilou a possibilidade de aquele país vir a integrar o sistema interamericano, em face das novas perspectivas abertas pela Operação Pan-Americana. O comunicado oficial do encontro registrou essa possibilidade, tendo concluído Horácio Lafer que seria "factível atrair o Canadá para certos campos específicos da cooperação interamericana sem que sua atuação implique em qualquer compromisso de ordem política nem de caráter generalizado" 1280.

Na mesma viagem à América do Norte, o chanceler Lafer efetuou visita, em Washington, ao secretário de Estado Christian Herter, com quem tratou de dar prosseguimento às conversações iniciadas entre Kubitschek e Eisenhower com respeito a objetivos específicos da Operação Pan-Americana¹²⁸¹. O governo brasileiro e o Eximbank dos Estados Unidos acordaram uma moratória de seis meses, a contar de 31 de janeiro de 1961, para a dívida no valor entre 40 e 50 milhões de dólares¹²⁸². Lafer teria tratado também da intermediação com Cuba oferecida por Kubitschek a Eisenhower meses antes¹²⁸³.

Enquanto no Brasil, no dia 21 de abril, inaugurava-se Brasília, tinha início nova crise internacional entre Estados Unidos e

¹²⁷⁹ RELATÓRIO, 1960, p. 17.

¹²⁸⁰ GESTÃO, 1961, p. 14.

¹²⁸¹ GESTÃO, 1961, p. 14.

¹²⁸² YOUNG, 1973, p. 97.

¹²⁸³ LEITE (2000), com base em manuscrito de James G. Hershberg, afirma que no dia seguinte, Vasco Leitão da Cunha desembarcaria em Washington vindo de Havana, onde se encontrara com o chanceler Raul Roas e o presidente Horacio Dorticos. Trouxe proposta cubana para reiniciar entendimentos. O subsecretário Roy Rubottom, no entanto, a teria recusado de imediato.

União Soviética. No dia 5 de maio, Kruschev anunciou que avião de reconhecimento U-2 pilotado por Francis Gary Powers havia sido abatido no dia 1º de maio. Washington não negou que o avião estivesse em missão para tirar fotos de instalações militares soviéticas. No dia 26, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o ministro do Exterior da União Soviética, Andrei Gromyko, acusou os Estados Unidos de levarem o mundo à beira da guerra por continuarem política de espionagem militar e sabotagem contra a União Soviética.

Em meados do ano, o Brasil tornar-se-ia o primeiro país latino--americano e um dos primeiros do mundo a estabelecer relações diplomáticas com a CEE. O primeiro embaixador brasileiro, Augusto Frederico Schmidt, apresentou credenciais no dia 14 de junho. Levava instruções para:

[...] alertar os países da Comunidade sobre o perigo que constitui ignorar as aspirações ao desenvolvimento econômico e social das populações da América Latina, área em que os países da Europa Ocidental encontram herdeiros de sua cultura e aliados naturais da causa ocidental 1284

As relações brasileiras com o Fundo Monetário Internacional melhoraram e, em maio, o Brasil obteve um empréstimo de 47,7 milhões de dólares, a ser pago em seis meses.

Prosperavam também os contatos comerciais iniciados com os países do Leste Europeu. Em junho, foram assinados acordos comerciais com a União Soviética, Polônia e Tchecoslováquia¹²⁸⁵. O Acordo com a União Soviética previa, no prazo de três anos, a venda de 1,5 milhão de sacas de café em troca de petróleo e

¹²⁸⁴ CAVALCANTI, G. 1996, p. 171.

¹²⁸⁵ MAYER; FLAKSMAN, 1984, p. 1736.

equipamentos. Com os demais países satélites, os acordos previam trocas de café, cacau e algodão por máquinas e trigo¹²⁸⁶.

As guestões de Cuba e da República Dominicana atraíram a atenção diplomática hemisférica. Cuba, que ocuparia a política exterior nos anos imediatamente posteriores, começou a inquietar a cena internacional. Em 16 de julho, o governo do Peru solicitou à Organização dos Estados Americanos o exame da questão de Cuba. Por trás da iniciativa estava a preocupação com a situação criada pela Declaração de Kruschev, feita no dia 9 de julho, de que se os Estados Unidos agredissem Cuba, a União Soviética defenderia aquela ilha podendo lançar foguetes teleguiados sobre os Estados Unidos¹²⁸⁷. A questão da República Dominicana foi trazida ao plano interamericano pelo governo da Venezuela que pediu o exame da participação do governo de Rafael Trujillo, em atentado contra a vida do presidente Rômulo Betancourt. Após longas negociações ficou decidido que seriam realizadas na segunda quinzena de agosto de 1960 duas reuniões ministeriais consecutivas em São José da Costa Rica para tratar das duas questões separadamente¹²⁸⁸.

A questão cubana agravou-se pouco antes do encontro, quando, em 7 de agosto, Fidel Castro encampou propriedades de americanos em Cuba em retaliação contra sanções econômicas contra o país. Foram nacionalizadas refinarias de petróleo e usinas de açúcar.

Quanto à primeira questão, a VI Reunião de Consultas, realizada entre 16 e 21 de agosto, decidiu condenar o governo de Trujillo e propôs que os países americanos rompessem totalmente as relações diplomáticas com a República Dominicana¹²⁸⁹ e parcialmente

¹²⁸⁶ WEIS, 1993, p. 134.

¹²⁸⁷ GESTÃO, 1961, p. 19.

¹²⁸⁸ MAYER; FLAKSMAN, 1984, p. 1736.

¹²⁸⁹ CORRÊA, M.P. (1994, p. 697, 712) informa que o Brasil rompeu relações diplomáticas com a República Dominicana em 9 de setembro, em atendimento às decisões tomadas na Organização dos Estados Americanos.

as relações comerciais, até que se restaurasse a democracia naquele país 1290 .

A VII Reunião de Consultas, realizada de 22 a 29 de agosto, tratou da questão da situação criada pelo agravamento das relações entre Cuba e os Estados Unidos¹²⁹¹. O Brasil obteve inclusão na agenda da reunião de ponto sobre fatores econômicos e sociais que causam a instabilidade política no Hemisfério e da intensificação da ação coletiva para promover a elevação do nível de vida nas zonas subdesenvolvidas da América. A delegação brasileira estava orientada pelos seguintes objetivos fortemente marcados pela ideia Pan-Americana:

I. Posição de conciliação no que diz respeito ao diferendo entre Cuba e Estados Unidos.

II. Posição inequívoca a favor do reforço da solidariedade Pan Americana frente a ameaças de interferência nas relações interamericanas por parte de uma potência extracontinental.

III. O máximo de ênfase nas teses e nos princípios que motivaram a Operação Pan-Americana.

IV. Insistência em trazer à consideração da Reunião de Consulta a ideia da 'Operação Pan-Americana' com o objetivo de tirar o caráter exclusivamente político da mesma Reunião. A delegação brasileira desejava ver afirmada a relação de causalidade entre o

¹²⁹⁰ MAYER; FLAKSMAN, 1984, p. 1736.

¹²⁹¹ RELATÓRIO, 1960. A delegação brasileira era ainda composta pelos delegados: embaixador Fernando Lobo, embaixador Vasco Leitão da Cunha, embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior, embaixador Mário da Costa Guimarães, embaixador Oscar Pires do Rio, embaixador Jayme de Barros, embaixador Walther Moreira Salles e ministro Jayme de Azevedo Rodrigues; observador parlamentar: deputado Hélio de Burgos Cabral; assessores: Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Dário Moreira de Castro Alves, Armando Salgado Mascarenhas, Ovídio Andrade Melo, Sérgio de Queiroz Duarte, Álvaro da Costa Franco Filho e Wilson de Almeida Aguiar.

subdesenvolvimento econômico e social e a penetração e infiltração de doutrinas extremistas estranhas aos valores e princípios vigentes no Continente americano.

V. Lançamento da ideia... de contarem os países americanos com um 'Protocolo Adicional de Assistência Econômica ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca', que tornassem mais explícitas as obrigações de cooperação econômica presentes na Carta da Organização dos Estados Americanos.

VI. Na defesa das instituições americanas contra as atividades subversivas de qualquer Organização ou governo, ou de seus agentes – a posição do Brasil deveria ser discreta quanto à recomendação de novas medidas, além das já recomendadas em resoluções anteriores.

VII. Quanto às tensões nas Caraíbas, a 'delegação do Brasil' poderia apresentar um projeto de resolução pelo qual se concitariam os Estados situados na região das Caraíbas a observar normas de boa convivência e a cumprir os preceitos estatuídos na 'Declaração de Santiago' sobre definição de regime democrático.

Em seu discurso, o chanceler brasileiro insistiu na "relação de causalidade entre o subdesenvolvimento econômico e social e o estado de inquietação e intranquilidade reinante em várias camadas e setores da América Latina"¹²⁹². Ao presidir os trabalhos, buscou evitar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos e mostrou-se contrário a qualquer interferência de potências de fora do continente nas relações internamericanas¹²⁹³. No curso da reunião foi aprovada a Declaração de São José que condenou a intervenção de uma potência extracontinental nos

¹²⁹² GESTÃO, 1961, p. 20-21.

¹²⁹³ LAFER, 1988, p. 64.

assuntos das Repúblicas americanas, reiterou a incompatibilidade do sistema interamericano com qualquer forma de totalitarismo e recomendou a todos os Estados americanos que atuassem de acordo com os princípios da Declaração de Santiago do Chile¹²⁹⁴. Não tiveram êxito as tentativas brasileiras de que Cuba assinasse a declaração¹²⁹⁵. Observaria Lafer a tentativa frustrada dos países latino-americanos de intermediarem entre Cuba e Estados Unidos, registrando¹²⁹⁶ que havia:

- I. [...] boa vontade infinita da grande maioria latino--americana no sentido de conciliar Cuba com o sistema interamericano e ver resolvidas as sérias e profundas divergências entre Cuba e os Estados Unidos da América.
- II. [...] unanimidade, com a exceção de Cuba, na manifestação de confiança e fé no sistema interamericano e de repúdio à interferência de potências extracontinentais no destino dos povos americanos.

Concluiu também que Cuba impossibilitara essa mediação:

- [...] a rígida posição da delegação cubana não mostrava sinais de acolhimento a propostas conciliatórias dos Representantes de países irmãos de Cuba.
- [...] Por conseguinte, desvaneceram-se as esperanças de que nossa ação diplomática pudesse lograr objetivos importantes no sentido de ver Cuba conciliada com os ideais pan-americanistas. Por outro lado, sentimos nas declarações dos Representantes cubanos a firmeza na sua disposição de não renunciar ao eventual apoio soviético.

¹²⁹⁴ CORRÊA, M. P. (1994, p. 698-707) narra a Reunião que, a seu ver, tinha como "fim colimado a exclusão de Cuba do seio da Organização dos Estados Americanos".

¹²⁹⁵ RELATÓRIO, 1960, p. 212.

¹²⁹⁶ GESTÃO, 1961, p. 24.

[...] Foi infelizmente insuperável o abismo entre Cuba e as nações americanas, por mais que fizéssemos em favor da conciliação, da tolerância e da transigência. A maior parte dos países latino-americanos estava disposta a transigir com tudo de Cuba, menos a aceitação de oferta de apoio militar das potências sino-soviéticas, porque isto contém o germe mesmo da destruição do sistema interamericano.

[...] Considero que a delegação do Brasil foi inexcedível em seu esforço de conciliação junto às Delegações dos Estados Unidos e de Cuba. Por várias vezes, interferi pessoalmente e por intermédio de meus colaboradores juntos às Delegações dos Estados Unidos e de Cuba para pedir-lhes moderação e compreensão. 1297

De fato, consideradas como um todo as duas reuniões de Costa Rica, o Brasil atuou como intermediário, tendo o chanceler Horácio Lafer assumido papel protagonista em convencer os Estados Unidos a romperem relações com a República Dominicana e a aceitarem a declaração moderada contra Fidel Castro¹²⁹⁸.

Toda a atenção brasileira voltada para as Américas talvez tenha chamado a atenção europeia. Enquanto o ministro Lafer encontrava-se na Costa Rica, em agosto, visitou o Brasil o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, Heinrich von Brentano, sendo recebido pelo ministro interino, embaixador Fernando Ramos de Alencar. Na preparação do encontro, chegou a ser examinado um tema político, ou seja, a ideia alemã de vir o Brasil a se tornar membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Não tendo essa ideia prosperado, foram tratadas durante a visita quase exclusivamente questões econômicas, em

¹²⁹⁷ GESTÃO, 1961, p. 25.

¹²⁹⁸ WEIS, 1993, p. 132.

especial o interesse brasileiro na redução de impostos incidentes sobre o café e o transporte marítimo entre os dois países¹²⁹⁹.

A Operação Pan-Americana continuava seu curso e, em 5 de setembro, realizou-se a III Reunião do Comitê dos 21, em Bogotá, à qual o Brasil compareceu, com os seguintes objetivos:

- 1) "Quantificação das metas do desenvolvimento latino--americano;
- compromisso de assistência externa adequada, determinada à luz dessas quantificações;
- abandono da tese de que a concessão de assistência deve ser antecedida por certas medidas de ordem financeira preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional;
- 4) abandono da tese de que a assistência externa só deverá cobrir os gastos decorrentes da importação de bens, o que diminuiria sensivelmente o alcance dessa assistência no caso de países em rápido processo de industrialização;
- 5) abandono da tese de que os países latino-americanos não poderiam acelerar seu desenvolvimento por incapacidade tecnológica de absorção rápida de recursos;
- 6) abandono da ideia de que o desenvolvimento econômico deve basear-se, sobretudo, no capital privado. 1300

Esses objetivos, com exceção do primeiro, foram consignados na Ata final em Bogotá. Além disso, o documento incluiu recomendação de empréstimos em longo prazo para contornar acumulação excessiva de dívidas e a concessão de assistência técnica para programas de longo prazo em alfabetização e ensino industrial. Adotou também a ideia de que as medidas recomendadas

¹²⁹⁹ BANDEIRA, 1994, p. 140.

¹³⁰⁰ RELATÓRIO, 1960, p. 5-6.

pelo Fundo Monetário Internacional não fossem anteriores, mas paralelas a auxílio externo¹³⁰¹. A delegação dos Estados Unidos, para atender intermediação brasileira, moderou suas posições de forma a que se alcançasse consenso em torno das posições latino-americanas¹³⁰².

Os esforços brasileiros em negociações internacionais sobre o café surtiam efeitos. Os signatários do Convênio Internacional do Café resolveram, em setembro, em Washington, prorrogar sua vigência por mais um ano. Aderiram os novos Estados africanos, da Zona do Franco, além da Grã-Bretanha, Quênia, Uganda e Tanganica, elevando para 28 o número de signatários¹³⁰³.

O ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer¹³⁰⁴, em sua intervenção na XV Sessão Ordinária da Assembleia Geral, em 22 de setembro, solicitou a inclusão na agenda de item sobre a questão da "segregação, do ponto de vista da raça, cor e religião"¹³⁰⁵. Referiu-se à Operação Pan-Americana, ressaltando as aspirações democráticas das Américas. Discorreu sobre a "coexistência pacífica" e à necessidade de aceitação "por cada um da realidade, justa ou injusta, de nações com regimes, ideologias, organizações, não como desejaríamos, mas como hoje são". Para o ministro, essa aceitação "devia ser acompanhada do compromisso de nenhuma interferência, direta ou indireta, de uma ideologia no campo da

¹³⁰¹ RELATÓRIO, 1960, p. 6.

¹³⁰² WEIS, 1993, p. 134.

¹³⁰³ RELATÓRIO, 1960, p. 158-59.

¹³⁰⁴ RELATÓRIO, 1960, p. 13. A delegação era composta ainda de Augusto Frederico Schmidt, embaixador Cyro de Freitas-Valle, embaixador Gilberto Amado, Adroaldo Mesquita da Costa e Hermes Lima; e delegados suplentes: embaixador Jayme de Barros, Mário Gibson Barboza, Eurico Penteado, Francisco Nascimento Brito e Newton Barbosa Tatsch, além de seis Observadores Parlamentares.

¹³⁰⁵ MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 6.

outra" 1306. No tocante ao problema do desenvolvimento, sugeriu que:

[...] em conferência especializada, se estudasse um sistema pelo qual fosse possível carrear, para um fundo internacional de desenvolvimento das Nações Unidas, as economias com a redução de armamentos, a fim de favorecer o progresso e incentivar a prosperidade dos países em atraso econômico.

No desenvolvimento da sessão, o Brasil propugnou, sem êxito, pelo aumento do número dos membros do Conselho de Segurança¹³⁰⁷. Tal como Kubitschek avisara quando presidente eleito, não se alteraria a política com relação a colônias portuguesas. No tocante à política africana e à descolonização, a delegação brasileira mostrou-se contraditória: votou a favor da Resolução nº 1.515, conhecida como a Declaração de Garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais e não apoiou proposta de resolução a respeito da situação da Argélia por incluir a realização, pelas Nações Unidas, de referendo naquele país¹³⁰⁸. Votou também contra resolução que pedia a Portugal que apresentasse informações sobre suas colônias 1309 por entender que constituíam províncias de um Estado unitário 1310. Igualmente opôs-se ao projeto soviético de resolução que exigia a imediata independência de todos os territórios não autônomos, qualquer que fosse o grau de sua preparação. O embaixador Freitas-Valle declarou na ocasião:

¹³⁰⁶ CORRÊA, 1995, p. 132.

¹³⁰⁷ RELATÓRIO, 1960, p. x, 14-16.

¹³⁰⁸ MOURÃO; OLIVEIRA (2000, p. 4) afirmam que o Brasil concordava com as teses francesas em relação à Argélia, considerando como um território ultramarino francês e não uma colônia.

¹³⁰⁹ SARAIVA, 1994, p. 283.

¹³¹⁰ MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 4

Não cumpríamos a nossa obrigação atrasando a sua completa emancipação, mas estaríamos a preencher mal essa obrigação se esquecêssemos da Carta das Nações Unidas para expor esses povos, indiscriminadamente, e sem as necessárias precauções, aos perigos de dois novos colonialismos. 1311

Essa política, no entanto, não impediu o pronto reconhecimento de países que se tornaram independentes, nem de condenar o *apartheid*. Em 1960, o Brasil reconheceu a independência de 16 países africanos que se tornaram independentes naquele ano¹³¹²; criou uma legação em Acra (Gana), bem como consulados em Lourenço Marques (Moçambique) e em São Paulo de Luanda (Angola). Em dezembro de 1960, o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, visitou o Brasil¹³¹³, ocasião em que ocorreu golpe de Estado em seu país. Como protesto pela discriminação racial na União Sul-Africana, o governo brasileiro convocou ao Rio de Janeiro o chefe da missão diplomática em Pretória. Apresentou, na Organização dos Estados Americanos, projeto de resolução condenando o *apartheid* por atentar contra a dignidade humana¹³¹⁴.

Em 3 de outubro, realizaram-se eleições presidenciais no Brasil, tendo 15 milhões de eleitores decidindo a favor de Jânio Quadros, que concorrera ao cargo contra o general Henrique Lott e Ademar de Barros. No dia 9 de novembro, os eleitores americanos elegeram Kennedy seu presidente.

¹³¹¹ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 293.

¹³¹² Guiné, Togo, Madagascar, Congo, Somália, Alto Volta, Costa do Marfim, Daomé, Níger, República Centro-Africana, Chade, Gabão, Nigéria, Mali, Senegal, Mauritânia.

¹³¹³ MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 6-7.

¹³¹⁴ RELATÓRIO, 1960, p. 26-28.

1961 (JANEIRO) - INÍCIO DO CASO GALVÃO

O ano de 1961 correspondeu a sérios momentos da Guerra Fria, tais como a construção do Muro de Berlim e a frustrada tentativa americana da invasão da baía dos Porcos, em Cuba. Em reunião da Comissão Mista, realizada em janeiro, foram acordadas entre as Delegações do Brasil e do Paraguai – chefiadas, respectivamente, pelo embaixador Edmundo Barbosa da Silva e Luis María Ramírez Boettner – medidas para facilitar o intercâmbio comercial. No dia 27, Juscelino Kubitschek de Oliveira e Alfredo Stroessner se encontraram em Foz do Iguaçu para as cerimônias de inauguração da Ponte Internacional Brasil-Paraguai¹³¹⁵.

Nos dias finais do governo Kubitschek teve início incidente que terminaria apenas no governo de Jânio Quadros com implicações para a política brasileira com relação às colônias africanas de Portugal. Em 22 de janeiro, o capitão português Henrique Galvão, adversário do primeiro-ministro Antônio de Oliveira Salazar, juntamente com outros 23 outros exilados, tomou à força o navio português Santa Maria que se encontrava entre Curação e os Estados Unidos¹³¹⁶. No tiroteio ocorrido na tomada, foi morto um oficial do navio e ficaram feridos dois tripulantes. Atendendo pedido do governo português, as Marinhas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha enviaram, no dia 23, navios e aviões para participarem da retomada do navio Santa Maria, juntamente com belonaves portuguesas. Em 24 de janeiro, Galvão obrigou o comandante do navio a rumar para Santa Lúcia, onde foram deixados os dois feridos e sete outros tripulantes. Na mesma data, em mensagem por rádio "aos jornais do mundo livre", declarou ter tomado o navio:

¹³¹⁵ REVISTA, 1961, p. 151.

¹³¹⁶ O navio partira em cruzeiro turístico de Lisboa em 9 de janeiro com 607 passageiros, entre os quais 42 turistas americanos e 360 tripulantes. Galvão, com os demais exilados, nele embarcara em porto da Venezuela, no dia 21.

[...] em nome da Junta de Libertação Independente, chefiada pelo general de divisão Humberto da Silva Delgado, o presidente eleito da República Portuguesa, privado fraudulentamente de seus direitos pelo governo Salazar ¹³¹⁷

A referência ao general Humberto da Silva Delgado tinha particular interesse para as relações bilaterais Brasil-Portugal que haviam ficado tensas dois anos antes, quando aquele militar português, candidato da oposição à Presidência, entrara na Embaixada do Brasil em Lisboa e solicitara asilo. No dia seguinte, o Santa Maria foi localizado por um avião da Marinha dos Estados Unidos. Galvão rejeitou pedido de seu piloto de que o navio se dirigisse a Porto Rico, afirmando estar a caminho de Angola. Dispôs-se, no entanto, a encontrar-se com autoridades dos Estados Unidos ou de outros países (desde que não portuguesas ou espanholas) para tratar da transferência de passageiros. Por mensagem de rádio, o almirante Robert Lee Dennison, comandante da esquadra americana no Atlântico, concordou com a negociação. Dois dias depois, o transatlântico português mudou sua rota e dirigiu-se para o Brasil. Na mesma data, o general Delgado, que se encontrava em São Paulo, confirmava ter encarregado Galvão da captura da embarcação "para preparar a libertação de Portugal e de formar a bordo uma Junta de Libertação Independente". O governo brasileiro preveniu que, se o navio entrasse em seu território, internaria os rebeldes e devolveria o navio a Portugal. Em 29 de janeiro, o presidente eleito Jânio Quadros declarou que concederia asilo aos captores do navio Santa Maria. Na mesma data, o jornal O Estado de S. Paulo publicava uma "Proclamação da Junta de Libertação da Independência Nacional Portuguesa", enviada por Galvão, em que este dizia:

¹³¹⁷ YOUNG, 1973, p. 118-119.

A conquista do Santa Maria provou que Salazar não é invulnerável, estamos em guerra com a ditadura portuguesa, assim como com a [ditadura] espanhola através de nossa integração com o DRIL [Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação].¹³¹⁸

Para conferenciar com os rebeldes, em 31 de janeiro, o contra--almirante americano Allen Smith Jr. subiu a bordo do Santa Maria, que se encontrava a cerca de 50 quilômetros de Recife. Ao retornar, Smith informou ter Galvão concordado em dirigir-se àquela cidade brasileira, mas nada acertara com relação aos passageiros.

No final de seu governo, o presidente Kubitschek afirmaria que a diplomacia brasileira dedicara-se à questão do desenvolvimento e não apenas a temas jurídicos ou ao ideário permanente:

[...] apenas a procurar soluções jurídicas para as controvérsias internacionais, ou a simplesmente defender o ideário que sempre inspirou a nossa ação externa: o pan-americanismo, a igualdade jurídica dos Estados e a autodeterminação dos povos [...]. À defesa dos princípios tradicionais, juntaram-se, agora, objetivos específicos, decorrentes dos problemas de desenvolvimento econômico e dos imperativos da competição internacional. 1319

¹³¹⁸ YOUNG, 1973, p. 119-20. 1319 OLIVEIRA, 1959, p. 90.

V. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

É [...] inevitável que países como o Brasil sejam levados a tomar posição independente no panorama mundial.

(Afonso Arinos de Melo Franco)

A política externa iniciada no governo de Jânio Quadros e continuada no de João Goulart, autodenominava-se independente. Trata-se de período em que houve clara modificação das prioridades no relacionamento externo. De iniciais declarações de interesse pela situação em outros países em desenvolvimento, na África, na América Latina e na Ásia, passou-se à ação concreta de aproximação destes e também de países do Leste Europeu. Aliás, não deveria ter surpreendido os eleitores de Jânio Quadros sua política favorável aos países em desenvolvimento, pois, em 31 de maio de 1960, criticara os "moldes vitorianos" da política externa brasileira e referira-se à emancipação inevitável dos povos asiáticos e africanos 1320.

Do ponto de visita econômico, o período da Política Externa Independente, de 1961 a 1963, corresponde à diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto de 8,6% para 0,6%, o nível mais baixo desde 1939, no início da Segunda Guerra Mundial (Gráfico V.1)¹³²¹.

¹³²⁰ CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 294.

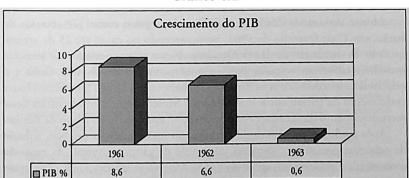


Gráfico V.1

Essa situação econômica obrigaria o país a proceder a negociações econômicas internacionais voltadas a resolver as dificuldades financeiras. O estoque da dívida aumentou de dois bilhões, trezentos e setenta e dois milhões de dólares em 1961 para três bilhões e cinco milhões em 1963¹³³²². O comércio exterior não favoreceu a solução dos problemas de balanço de pagamento, tendo as exportações sofrido forte descenso em 1963 (Gráfico V.2).

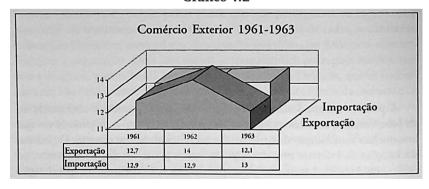


Gráfico V.2

Em pouco mais de três anos que duraram os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, o Itamaraty esteve sob a chefia de cinco ministros: Afonso Arinos de Melo Franco, San Tiago Dantas, Hermes Lima, Evandro Lins e Araújo Castro. Trata-se de período relativamente curto, mas de mudanças de rumos em que foram formulados conceitos que influenciariam o Itamaraty por várias décadas a seguir.

Afonso Arinos de Melo Franco (primeira gestão)

Afonso Arinos de Melo Franco¹³²³ tomou posse como 17º sucessor do Barão do Rio Branco, em 1º de fevereiro de 1961, permanecendo no cargo até 25 de agosto, quando da renúncia de Jânio Quadros. Nesse curto período, as atenções mundiais estiveram voltadas para os acontecimentos envolvendo Cuba e o relacionamento desta com os Estados Unidos e com a União Soviética. Houve crescimento da tensão entre Washington e Moscou, sendo emblemática desse recrudescimento da Guerra Fria, a construção, em agosto, do Muro de Berlim.

Após a adoção de política de estabilização (desvalorização cambial, redução de subsídios para trigo e petróleo, contenção de gastos e controle da expansão monetária), o país recebeu apoio do Fundo Monetário Internacional e conseguiu reescalonamento

¹³²³ Mineiro, político, jurista, escritor, filho de Afrânio de Melo Franco, Afonso Arinos nasceu em Belo Horizonte em 1905 e formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Participou da campanha da Aliança Liberal em 1929-1930 ao lado de seu pai, do lançamento do *Manifesto dos mineiros* (1943) e da fundação da UDN (1945). Eleito suplente de deputado, assumiu o mandato em 1947, sendo reconduzido à Câmara pelo voto popular nas eleições seguintes. Seu projeto mais conhecido como parlamentar que proibia a discriminação racial ficou, depois de aprovado, conhecido como a Lei Afonso Arinos (Lei número 1.390 de 1951). Em 1952, tornou-se o líder da UDN na Câmara. Em 1954, foi eleito senador pelo estado da Guanabara e reeleito para aquele alto órgão em 1958. Foi também professor de Direito Constitucional e Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Cf. CASTRO, F.M.O., 1983, p. 415.

da dívida externa, tanto de credores norte-americanos quanto europeus (Clube de Paris, como sucessor do Clube da Haia)¹³²⁴. Durante o ano de 1961, graças à desvalorização cambial, as exportações cresceram cerca de 10% em relação a 1960 (de 1.270.000.000 para 1.405.000.000 de dólares). O balanço de pagamentos, deficitário em 1960, tornou-se superavitário em 1961. A inflação, porém, no primeiro semestre de 1961 foi de 15%, superior à de 9% no semestre anterior¹³²⁵. Os investimentos estrangeiros, que atingiram a média de 80,7 milhões de dólares por ano entre 1955 e 1960, caíram para 19 milhões de dólares em 1961¹³²⁶. Nos foros internacionais econômicos, o país continuou a buscar fórmulas para a estabilização dos preços de produtos de base.

1961 (FEVEREIRO A AGOSTO) – CONTINUAÇÃO DO CASO GALVÃO. PONTE COM O PARAGUAI. MISSÃO ADOLF BERLE JUNIOR. VISITAS DE LEITÃO DA CUNHA A HAVANA. REAÇÃO À INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS. ENCONTRO QUADROS-FRONDIZI. MISSÕES AO LESTE EUROPEU E À ÁFRICA. VISITA DE ADLAI STEVENSON. CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE. OUTORGA DE CONDECORAÇÃO A CHE GUEVARA

No seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, em 1º de fevereiro, Afonso Arinos de Melo Franco

¹³²⁴ CAMPOS (1994, p. 391-417) narra a viagem que efetuou à Europa para negociar o reescalonamento da dívida externa, assessorado pelo então secretário Geraldo Holando Cavalcanti e Lázaro Abuman do Banco do Brasil; elogia a negociação da dívida feita em Washington por Walter Moreira Salles que obteve prorrogação de créditos no valor de US\$ 926 milhões, créditos novos no montante de US\$ 546 milhões e créditos especiais de US\$ 114 milhões, totalizando US\$ 1.586 milhões e narra com pormenores a negociação que ele próprio conduziu em países europeus e no Clube de Paris em nome do governo Quadros.

¹³²⁵ MALAN, 1981, p. 100.

¹³²⁶ BANDEIRA, 1994, p. 174.

realçou três valores da política externa: soberania, democracia e paz. Definiu a nova política do governo Quadros como não sendo dirigida contra ninguém:

É pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações comerciais e diplomáticas com todos os Estados do mundo que manifestem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito dessa orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, não pode e nem deve ser interpretada como dirigida contra ninguém. Estamos certos de contribuir, com essa conduta, para a causa da paz e da democracia. 1327

Deu ênfase à nova política para a África e justificou-a nos seguintes termos:

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional [...]. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos como acontece com os povos predominantemente de cor. 1328.

Logo após a posse do governo, as novas autoridades brasileiras assumiram as negociações com os rebeldes no navio

¹³²⁷ SILVA, 1987, p. 109.

¹³²⁸ REVISTA, 1961, p. 135-141.

Santa Maria. O capitão Henrique Galvão aceitou com os demais rebeldes entre 1º e 2 de fevereiro o asilo brasileiro e concordou em desembarcar os passageiros. No dia 3, os rebeldes entregaram o navio às autoridades brasileiras em Recife que o devolveram a seus proprietários, a Companhia de Navegação Colonial de Lisboa¹³²⁹. Segundo o ministro Afonso Arinos de Melo Franco fora encontrada solução jurídica para caso "essencialmente político", pois não se reconheceu tratar-se de ato pirataria como sustentava Portugal¹³³⁰, nem ato de beligerância como pretendia Delgado. O Brasil baseara-se em Convenção de Havana que obrigava o país a tomar posse do navio e devolvê-lo, o que não fez ao governo de Portugal, mas à companhia proprietária da embarcação¹³³¹.

Em ação, mal concebida e executada, de aproximação do governo brasileiro, em fins de fevereiro e começo de março, o presidente John Kennedy enviou Adolf Berle Junior, ex-embaixador no Brasil, em missão especial para tratar dos planos dos Estados Unidos com relação a Cuba e para oferecer a concessão de crédito de 100 milhões de dólares. Após reuniões com o ministro Afonso Arinos de Melo Franco e com o próprio presidente Jânio Quadros, Berle Junior retornou a Washington sem obter o apoio brasileiro para as ações pretendidas contra o regime de Fidel Castro. O empréstimo oferecido foi julgado insuficiente para as necessidades brasileiras de apoio foi recusado com base na adesão brasileira aos princípios de autodeterminação e não intervenção. Em declarações após os encontros, o embaixador John Moors Cabot,

¹³²⁹ YOUNG, 1973, p. 120.

¹³³⁰ GUERREIRO (1992, p. 74) informa ter opinado ao chefe interino do Departamento Político, Carlos Sylvestre de Ouro Preto, a quem o embaixador de Portugal for visitar, que a Convenção de Genebra sobre o assunto exige o *animus furandi* como essencial para tipificar a pirataria, não se podendo atribuir à Galvão a intenção de roubar.

¹³³¹ ARAÚJO, 1996, p. 16.

¹³³² BANDEIRA, 1989, p. 54.

que acompanhava Berle Junior, qualificou de inexequível uma proposta cubana de que os países latino-americanos servissem de mediadores entre Cuba e Estados Unidos, por considerar seu governo que a questão interessava a todo o hemisfério e não constituía apenas um problema bilateral entre Washington e Havana¹³³³.

Demonstrando o interesse brasileiro pela questão cubana, o embaixador Vasco Leitão da Cunha, secretário-geral do Itamaraty e ex-chefe da Missão Diplomática em Havana, efetuou duas visitas a Cuba entre fevereiro e março¹³³⁴. Entregou carta a Fidel Castro, redigida por Afonso Arinos de Melo Franco, em que Quadros elogiava o anti-imperialismo do líder cubano, mas exortava-o a abandonar a influência soviética. O presidente brasileiro arguiu ser o comunismo estranho à América Latina e incitou Castro a tomar uma posição internacional semelhante à da Finlândia. Cuba poderia, dessa forma, ser neutra em relação aos Estados Unidos e aberta à União Soviética, sem com esta criar aliança formal¹³³⁵.

Tornou-se pública a nova política brasileira com relação a Cuba, em 10 de março, quando Jânio Quadros expressou oposição "a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indireta" naquela ilha. Afirmou que o Brasil não reconheceria um governo cubano que resultasse de uma "interferência nitidamente manifesta de uma potência estrangeira e que o país participaria de medidas para preservar a integridade do continente sem recorrer a intervenções em qualquer país do hemisfério ocidental"¹³³⁶.

Em discurso pronunciado aos embaixadores latino-americanos, no dia 13, em Washington, o presidente John Kennedy

¹³³³ YOUNG, 1973, p. 115.

¹³³⁴ ARAÚJO, 1996, p. 29.

¹³³⁵ DAVIS, 1996, p. 172, com base em ROSENBAUM, H. Jon. Brazil's Foreign Policy and Cuba. *Inter-American Economic Affairs*, v. 23, n. 3, 1969, p. 27-29.

¹³³⁶ YOUNG, 1973, p. 115.

propôs um plano de desenvolvimento para a América Latina – a Aliança para o Progresso. No trecho principal mencionou a Operação Pan-Americana e afirmou:

[...] devemos proceder com ousadia, consonante o conceito majestoso da Operação Pan-Americana. Eis a razão pela qual lancei um apelo a todos os povos do nosso Continente para que cerrem fileiras em torno da nova cruzada a que denominei de Aliança para o Progresso, cruzada que constitui um esforço a ser levado a efeito em conjunto e sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, destinado a satisfazer as necessidades básicas dos habitantes das Américas, no tocante à habitação, trabalho, assistência médica, saúde e escolas.¹³³⁷

O Plano de Dez Anos que anunciou prévia estabilização econômica, investimentos e assistência técnica na agricultura, habitação, saúde e administração pública. Incluía também a integração econômica, o fortalecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, estabilização do mercado de matérias-primas e reformas agrárias, sociais e fiscais. O plano compreendia financiamento, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante de 20 bilhões de dólares em dez anos.

Continuando a firmar os pontos da nova política externa, em Mensagem enviada no dia 15 ao Congresso Nacional¹³³⁸, Jânio Quadros definiu-a¹³³⁹ como mais afirmativa e independente. Caracterizou o Brasil como um país de "democracia racial, nascido de corrente histórica profundamente cristã e membro nato do

¹³³⁷ REVISTA, 1961, p. 143-150.

¹³³⁸ ARAÚJO (1996, p. 9 e 20) informa ter sido a mensagem elaborada sob a coordenação de Cândido Mendes de Almeida.

¹³³⁹ LAFER (1973a, p. 102) conclui ter De Gaulle exercido influência intelectual direta na formulação da Política Exterior Independente.

mundo livre", e referiu-se às "responsabilidades do país" e à sua "situação favorável para exercer ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos":

Essa noção mais clara de nossas responsabilidades levou o governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos. 1340

Passando a discorrer sobre o maior interesse brasileiro – o desenvolvimento – o documento distinguiu as relações ideológicas entre Leste e Oeste das econômicas entre Norte e Sul e concluiu:

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz.

Ainda no mesmo documento, o presidente revelou ao Congresso Nacional algumas de suas intenções concretas em matéria de política externa. Entre estas mencionou:

- reativar as "relações bilaterais com os países socialistas";
- estabelecer relações diplomáticas com a Hungria,
 a Romênia e a Bulgária e prosseguir "estudos para normalizar nossas relações com todos os países";

¹³⁴⁰ QUADROS, 1961a.

- instruir a delegação à Assembleia Geral das Nações
 Unidas para votar "na primeira oportunidade que
 se apresentar, pela aceitação plena das credenciais
 dos representantes da República Popular da Hungria
 e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da
 representação da República Popular da China";
- comprometer o Brasil a se esforçar "para que todos os povos coloniais, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso".

Jânio Quadros qualificou o "esforço" brasileiro com relação ao continente africano como uma "modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano" e, de forma mais realista, concluiu que uma "África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil".

No tocante às relações hemisféricas, a Mensagem reiterou a fidelidade brasileira ao sistema interamericano e ressaltou a necessidade do "progresso econômico" para a solução dos problemas do Continente. Incluiu entre os "sacrifícios" brasileiros, a disposição de o país levar adiante uma zona de livre comércio na América Latina. Finalmente, com respeito ao principal problema internacional em 1961 – Cuba –, o documento apenas de forma indireta nele tocou ao afirmar:

Quanto aos atuais acontecimentos que perturbam as relações interamericanas, o governo brasileiro confia em que as nações irmãs neles envolvidas encontrarão em breve, e de acordo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que eles requerem. O Brasil estará sempre pronto a prestar, em

qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa comunidade fraterna tem de ser e de evoluir rapidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.¹³⁴¹

A sessão da XVI Assembleia Geral das Nações Unidas realizada entre 7 de março e 23 de abril apresentou-se como outra ocasião propícia para o Brasil dar cumprimento à sua nova política externa. A atuação da delegação brasileira, no entanto, não pareceu acompanhar a nova retórica. Assim, após a tentativa de invasão de Cuba, os diplomatas brasileiros, sob a chefia do embaixador Cyro de Freitas-Valle, receberam instruções de apoiar proposta do México de resolução em que se pedia a cessação das hostilidades e a verificação da proveniência das forças invasoras. No correr das deliberações, porém, o Brasil absteve-se na votação da proposta mexicana e apoiou outra aceita pelos Estados Unidos¹³⁴².

A política com relação às colônias portuguesas constituiu outro exemplo de atuação em que a delegação brasileira não parecia refletir a nova retórica adotada pela Política Externa Independente e, por proposta africana, foi submetida à XV Assembleia Geral, em março, um projeto de resolução, apoiado pelo Brasil, sugerindo a inclusão da questão angolana na agenda¹³⁴³. A redação da resolução submetida à sessão de 20 de abril incluía a constituição de comitê encarregado para examinar a situação de Angola e solicitava ao governo de Portugal "medidas imediatas para transferir todos os

¹³⁴¹ QUADROS, 1961a.

¹³⁴² ARAÚJO, 1996, p. 30.

¹³⁴³ CUNHA, 1994, p. 261, nota 9.

poderes aos povos destes territórios, sem nenhuma condição nem reserva [...] a fim de lhes permitir uma independência e liberdades completas". O delegado brasileiro, Geraldo de Carvalho Silos, propôs que, em vez de ser criado um comitê, fosse solicitado a Portugal que fornecesse informações sobre os acontecimentos em Angola. O projeto foi aprovado, sem levar em conta a proposta brasileira, transformando-se na Resolução nº 1.603. A votação apresentou os seguintes resultados: 73 votos a favor, 2 contra e 9 abstenções, entre as quais a do Brasil, cujo delegado declarou não ter votado a favor em decorrência da recusa da aceitação da proposta brasileira e "não como gesto hostil a Portugal".

Em relação a países em desenvolvimento, porém, a nova política foi expressa de maneira menos ambígua: a delegação brasileira condenou o assassinato de Patrice Lumumba, do Congo, e criticou a extensão àquela nação da "guerra ideológica e da Guerra Fria". Propôs que fosse o conflito colocado sob os auspícios das Nações Unidas, proibida a intervenção de qualquer potência estrangeira, retirado o pessoal belga, prestada ajuda pelas Nações Unidas e aplicada a resolução do Conselho de Segurança relativa à apuração pelas Nações Unidas do assassinato de Lumumba¹³⁴⁴.

Enquanto no plano político multilateral o Brasil parecia vacilar em executar a política exterior que Quadros anunciara ao Congresso, no plano bilateral econômico seguiam os esforços para acompanhar as recomendações americanas e para explicar as novas ações externas. Assim, em abril, o ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e o presidente Jânio Quadros receberam o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Douglas Dillon, a quem expuseram o plano de austeridade econômica e a abertura para o Leste Europeu e a China Popular, como forma para conquistar mercados, aumentar

¹³⁴⁴ ARAÚJO, 1996, p. 16-18.

divisas e diversificar o comércio¹³⁴⁵. Dillon, que viera para reparar os danos causados pela visita de Berle Junior, avaliou os resultados de sua missão como tendo sido úteis para melhorar as relações entre os dois países¹³⁴⁶.

O governo brasileiro manifestou, em 17 de abril, "profunda apreensão" quando da invasão da baía dos Porcos em Cuba¹³⁴⁷. Em declarações à Imprensa, Jânio Quadros reiterou a estrita observância brasileira dos princípios de autodeterminação e não intervenção:

O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste continente e no mundo os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba. 1348

O embaixador John Moors Cabot, por instrução do Departamento de Estado, criticou abertamente a política brasileira com relação a Cuba¹³⁴⁹. Jânio Quadros, igualmente de forma pública, repeliu as afirmações do diplomata americano¹³⁵⁰.

O presidente da Argentina, Arturo Frondizi, manteve encontro com Jânio Quadros, entre 20 e 22 de abril em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Os dois mandatários concordaram em superar a rivalidade entre os dois países, comprometeram-se a retirar tropas estacionadas perto da fronteira e a criar um sistema de consultas

¹³⁴⁵ BANDEIRA, 1989, p. 57.

¹³⁴⁶ WEIS, 1993, p. 145.

¹³⁴⁷ BANDEIRA, 1989, p. 59.

¹³⁴⁸ ABREU; BELOCH, 1984, p. 2852.

¹³⁴⁹ BANDEIRA, 1989, p. 59; BANDEIRA, 1995, p. 138.

¹³⁵⁰ BANDEIRA, 1994, p. 160.

permanente¹³⁵¹. Do comunicado conjunto, emitido após a reunião, a questão cubana foi mencionada de forma implícita, tendo ambos os países expressado resistência à "interferência direta ou indireta de forças extracontinentais" nos assuntos do Hemisfério Ocidental¹³⁵². Ainda na mesma ocasião, os chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco e Diógenes Taboada assinaram um Tratado de Amizade e Consulta¹³⁵³, uma Declaração sobre cooperação econômica e um acordo cultural.

Em declaração feita em Washington, em 24 de abril, Kennedy aceitou a responsabilidade pela fracassada invasão da baía dos Porcos, embora o plano tivesse sido preparado durante a administração de Eisenhower. As tropas anticastristas com apoio da CIA haviam aterrissado uma semana antes. Em poucos dias, as tropas de Castro haviam varrido as praias e capturado 743 homens. O Brasil declarou "profunda apreensão" em relação ao episódio¹³⁵⁴.

Dando seguimento à política de aproximação de outros países, em maio, o governo brasileiro despachou missão comercial a Moscou, chefiada pelo ministro Paulo Leão de Moura e composta também de representantes do Banco do Brasil, Conselho Nacional do Petróleo e Instituto Brasileiro do Café. Leão de Moura negociou novo acordo de pagamentos, o intercâmbio de representações comerciais permanentes e contratos comerciais sobre petróleo, trigo e café¹³⁵⁵. No seu retorno, a missão brasileira foi portadora de

¹³⁵¹ BANDEIRA (1995, p. 135) com base em entrevista que lhe foi concedida por Frondizi em 1975, descreve outros pormenores dessa conversa de três dias em Uruguaiana.

¹³⁵² YOUNG, 1973, p. 111.

¹³⁵³ REVISTA, 1961, p. 142.

¹³⁵⁴ GARCIA, 1999, p. 91.

¹³⁵⁵ ARAÚJO, 1996, p. 21 e 25.

mensagem de Kruschev a Jânio Quadros em que este afirmava que um reatamento diplomático seria bem recebido¹³⁵⁶.

Quadros enviou, a seguir, ao Leste Europeu missão chefiada pelo jornalista João Dantas, diretor do jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, que, atuando como embaixador em missão especial¹³⁵⁷, negociou, entre abril e maio, acordos comerciais com Albânia, Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e Iugoslávia¹³⁵⁸. Antes da missão partir, Jânio Quadros recebeu o embaixador da República Federal da Alemanha (RFA), Herbert Dittmann, e dois deputados federais daquele país aos quais afirmou que a missão tinha caráter econômico-comercial¹³⁵⁹.

Essa explicação não satisfez, no entanto, o Governo Federal Alemão, que entendia com base na chamada "Doutrina Hallstein", que apenas Bonn representava toda a Alemanha¹³⁶⁰ e proibia a República Federal da Alemanha de manter relações diplomáticas com qualquer Estado que reconhecesse a República Democrática Alemã, exceto a União Soviética¹³⁶¹. No curso da viagem de Dantas, diante das repercussões negativas que esta vinha tendo na República Federal da Alemanha, o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Vasco Leitão da Cunha, emitiu nota para esclarecer o caráter não diplomático da missão. O ato custou-lhe o cargo¹³⁶²,

¹³⁵⁶ VIZENTINI, 1985.

¹³⁵⁷ BANDEIRA, 1994, p. 149.

¹³⁵⁸ YOUNG, 1973, p. 112.

¹³⁵⁹ BANDEIRA, 1994, p. 149.

¹³⁶⁰ ARAÚJO, 1996, p. 23. Também CAMPOS (1994, p. 406-412) relata as dificuldades que encontrou em Bonn por ter a Missão Dantas negociado com a República Democrática Alemã.

¹³⁶¹ CUNHA, 1994, p. 261, nota 4.

¹³⁶² BANDEIRA, 1994, p. 152.

tendo Leitão da Cunha pedido demissão diante da reação de Jânio Ouadros¹³⁶³.

O governo brasileiro enviou, em maio, Missão à África, chefiada pelo embaixador em Lisboa, Negrão de Lima, que apresentou extenso relatório sobre as colônias portuguesas naquele continente¹³⁶⁴.

Enquanto buscava diversificação do comércio exterior, o Brasil tentava em curto prazo resolver seus problemas financeiros. Em 17 de maio, foi anunciada a obtenção de empréstimos dos Estados Unidos (338 milhões de dólares) e do Fundo Monetário Internacional (160 milhões). A dívida externa brasileira alcançava, então, dois bilhões e 859 milhões de dólares, dos quais um bilhão e 759 milhões devidos aos Estados Unidos¹³⁶⁵. Entre maio e junho, o ministro da Fazenda Clemente Mariani obteve, em Washington, novos financiamentos do governo americano 1366. Os Estados Unidos e o Brasil negociaram a compra de um milhão de toneladas de trigo no valor de 70 milhões de dólares a ser pago em moeda brasileira em 40 anos: 15% à Embaixada dos Estados Unidos que utilizaria esse pagamento para seus gastos de manutenção e os restantes 85% para atender programas de desenvolvimento brasileiros¹³⁶⁷. As negociações com os países europeus, no Clube de Paris, em 24 de maio, resultaram em consolidação da dívida no total de 459 milhões de dólares 1368.

Em busca de aproximação com a África e, ao mesmo tempo, de solução econômica para as exportações do café, durante o VIII

¹³⁶³ CAMPOS, 1994, p. 410.

¹³⁶⁴ SARAIVA, 1994, p. 292.

¹³⁶⁵ YOUNG, 1973, p. 133.

¹³⁶⁶ BANDEIRA, 1989, p. 59.

¹³⁶⁷ YOUNG, 1973, p. 117.

¹³⁶⁸ CAMPOS, 1994, p. 415, narra a apresentação que fez no Clube de Paris e os resultados alcançados.

período de sessões do Acordo Internacional do Café, realizado no Rio de Janeiro, em junho, Jânio Quadros, em mensagem às Delegações, destacou o desafio econômico como ponto em comum entre a África e o Brasil. Pela Declaração do Rio de Janeiro, assinada entre o Brasil e a Organização Interafricana do Café, foi estabelecido sistema de consultas para cooperação sobre estabilização de preços básicos¹³⁶⁹.

O governo americano enviou ao Brasil o embaixador junto às Nações Unidas, Adlai Stevenson, que foi recebido por Jânio Quadros em 11 de junho, em São Paulo. Trataram, por três horas, de aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e ao comunismo no Hemisfério Ocidental¹³⁷⁰. Examinaram a Aliança para o Progresso e pontos da reunião do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos a ser realizada em Punta del Este, local e data em que esta seria lançada. Stevenson discutiu também a possibilidade de mudança na política dos Estados Unidos com relação à estabilização de preços das matérias-primas e do café¹³⁷¹. Quadros anunciou a Stevenson que o Brasil participaria da próxima Conferência dos Países Não Alinhados em Belgrado¹³⁷².

A oportunidade para uma política declaradamente independente ou não alinhada surgiria em junho quando se realizou no Cairo reunião preparatória da Conferência do Movimento Não Alinhado, a ser celebrada em Belgrado. O Brasil enviou como observador o embaixador Araújo Castro. No entanto, embora o país proclamasse política de independência e anticolonialista, seus compromissos com o sistema interamericano e acordos com os

¹³⁶⁹ ARAÚJO, 1996, p. 18.

¹³⁷⁰ YOUNG, 1973, p. 117.

¹³⁷¹ ARAÚJO, 1996, p. 32.

¹³⁷² WEIS, 1993, p. 146.

Estados Unidos firmados no Pós-Guerra limitavam sua possibilidade de participação 1373 do então chamado bloco neutralista 1374. Além disso, como declarara o ministro Afonso Arinos de Melo Franco ao Congresso Nacional, o Brasil deveria equilibrar a autodeterminação com o regime democrático "porque não podemos aceitar, na América, o comunismo internacional. Isto está claro em todos os tratados dos quais somos signatários".

Apesar de ocupada com a implementação de nova política externa, a diplomacia brasileira passou, em 14 de julho, por reforma em decorrência da entrada em vigor da Lei nº 3.917 sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores. Consubstanciou trabalho de cerca de 10 anos de estudos sobre a questão, iniciados na gestão de Neves da Fontoura em 1951 e foi considerada a mais abrangente das realizadas desde a organização da Pasta no tempo do ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté¹³⁷⁵.

Os gestos americanos de tentativa de melhora de relações com o Brasil enquadravam-se nesse ensaio de nova atitude com a América Latina. Em julho, o presidente Kennedy recebeu o diretor da Sudene, Celso Furtado, a quem prometeu 240 milhões de dólares para o desenvolvimento do Nordeste. Enquanto isso, Quadros recusou-se a receber o embaixador Cabot e criticou sua interferência em assuntos internos brasileiros¹³⁷⁶.

O governo de Quadros continuou a buscar mostrar sua independência e, também em julho, o presidente Jânio Quadros

¹³⁷³ CRUZ (1989, p. 69) argumenta que os "compromissos livremente assumidos" (TIAR, Acordo Militar) não constituiriam obstáculo, pois não foram concluídos "no contexto do conflito entre grandes potências", estabelecidos nos critérios da Reunião do Cairo. Além disso, se assim fosse, o Brasil não teria sido convidado.

¹³⁷⁴ ARAÚJO, 1996, p. 19.

¹³⁷⁵ CASTRO, 1983, p. 417.

¹³⁷⁶ WEIS, 1993, p. 146.

enviou memorando¹³⁷⁷ ao ministro Afonso Arinos com instruções para que fossem tomadas providências para o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Em outro gesto de aproximação dos países de regime de governo comunista, em agosto, o vice-presidente João Goulart partiu para a China, chefiando missão comercial que buscava entendimentos com o governo de Pequim pelos quais o Brasil exportaria café, cacau e derivados, madeira, bens industriais de consumo e outros produtos e importaria máquinas, ferramentas, perfuratrizes, carvão, chumbo, zinco, aço, matérias-primas farmacêuticas, bens industriais de consumo, artesanato e outros produtos¹³⁷⁸.

Pouco antes do final inesperado do governo de Jânio Quadros, realizou-se evento internacional que teria repercussões internas em razão de visita que faria Che Guevara ao Brasil. Reuniu-se, em Punta del Este, o Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos entre 5 e 17 de agosto, ocasião em que os Estados Unidos lançaram a Aliança para o Progresso¹³⁷⁹. As propostas dos Estados Unidos, depois de negociadas com os países latino-americanos, integraram texto chamado "Documento 105", assinado pelas Delegações do Brasil, Argentina, Chile, Estados Unidos, México e Peru¹³⁸⁰. Foram aprovadas a Declaração dos Povos da América e 16 resoluções. A Aliança para o Progresso consubstanciou-se na Carta de Punta del Este. O delegado cubano,

¹³⁷⁷ DANESE (1999, p. 334), com base em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, transcreve não um memorando, mas um mero "bilhetinho" de Jânio Quadros a Afonso Arinos, datado de 27 de julho de 1961, em que o presidente dizia a seu chanceler: "Solicito de Vossa Excelência as providências necessárias ao restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética".

¹³⁷⁸ VIZENTINI, 1995, p. 214-215.

¹³⁷⁹ CAMPOS (1994, p. 418) informa que a delegação brasileira era chefiada pelo ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e integrada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o ministro da Indústria e Comércio, Arthur Bernardes, o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Luís Simões Lopes, Edmundo Barbosa da Silva e Roberto de Oliveira Campos. Hélio Beltrão, Celso Furtado, Ernane Galvêas e José Luiz Bulhões Pedreira.

¹³⁸⁰ CAMPOS, 1994, p. 418.

o ministro da Indústria, Ernesto "Che" Guevara, recusou-se a assiná-la¹³⁸¹, apesar dos pedidos que lhe foram feitos pela delegação brasileira¹³⁸².

No seu retorno do Uruguai, Guevara manteve encontro, não tornado público, com o presidente Arturo Frondizi, em Buenos Aires¹³⁸³. Aparentemente, o presidente argentino tinha expectativa de atuar como mediador entre Cuba e os Estados Unidos. Levado em pequeno avião, de Montevidéu à residência de Frondizi, em Olivos, a visita de Guevara à Argentina, no dia 18 de agosto, durou menos de quatro horas¹³⁸⁴.

No mesmo dia, o ministro da Indústria de Cuba dirigiu-se a Brasília onde foi recebido por Jânio Quadros. Viria tratar, entre outros temas, da questão dos 150 cubanos que se haviam asilado na Embaixada brasileira em Havana 1385. No dia 19, sem o conhecimento do chanceler Afonso Arinos de Melo Franco 1386, Jânio Quadros outorgou a Guevara a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 1387. Explicaria o gesto como um agradecimento a Cuba ter atendido gestões, a pedido do núncio apostólico, monsenhor Lombardi, em favor da liberação de cerca de 20 sacerdotes espanhóis 1388. Depois de almoçar com o prefeito de Brasília, Guevara partiu para Havana.

¹³⁸¹ ARAÚJO (1996, p. 20 e 33) afirma, com bases em fontes americanas, que Clemente Mariani, chefe da delegação brasileira, tentou aproximar Douglas Dillon de Che Guevara, o que teria sido considerado uma ofensa pelos Estados Unidos. CAMPOS (1994, p. 418; 424-430) relata encontro entre Richard Goodwin, da delegação americana, com Che Guevara em quarto de hotel de delegado brasileiro.

¹³⁸² YOUNG, 1973, p. 116.

¹³⁸³ CAMPOS, 1994, p. 427.

¹³⁸⁴ POTASH, 1984, p. 453.

¹³⁸⁵ LIGIERO, 2000, p. 115.

¹³⁸⁶ CAMPOS, 1994, p. 428, com base em FRANCO, 1961a, p. 917.

¹³⁸⁷ BANDEIRA, 1989, p. 61.

¹³⁸⁸ SILVA, 1987, p. 108.

Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto. O vice-presidente João Goulart encontrava-se em missão comercial à China e Ranieri Mazzili assumiu o governo. Nos poucos meses do governo de Quadros, muitos pontos da política externa haviam sido alterados. Um balanço da aproximação de países em desenvolvimento indica:

- Na América Latina: o Brasil assinou com o Chile e a Argentina acordos sobre a utilização de moeda conversível nas operações diretas, taxas de câmbio livre para as respectivas moedas e depósito em moeda nacional para titulares residentes no outro país. Com o Paraguai, o Brasil assinou acordo de cooperação para a utilização pacífica de energia atômica¹³⁸⁹. Os presidentes do Peru, Manoel Prado e da Argentina, Arturo Frondizi, visitaram o Brasil.
- Na África: foram abertas Embaixadas brasileiras em Dacar, no Senegal (com serviço consular em Conacri, na Guiné, cumulativa com Mali); Lagos, na Nigéria (cumulativa com a da República dos Camarões); Abidjã, na Costa do Marfim (cumulativa com Alto Volta, Níger e Daomei); Acra, em Gana, e Adis Abeba, na Etiópia. Também foi determinada a abertura de consulado em Salisbury, na Rodésia; Léopoldville, no Congo e Nairóbi, no Quênia¹³⁹⁰. O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco representou o país nas festas de primeiro ano de independência do Senegal¹³⁹¹. Missão chefiada pelo

¹³⁸⁹ ARAÚJO, 1996, p. 21.

¹³⁹⁰ FRANCO, 1961b, p. 151.

¹³⁹¹ Com base em FRANCO (1968), ARAÚJO (1996, p. 17) informa que dez dias antes da viagem do ministro a Portugal de retorno do Senegal, o presidente português, Américo Tomás, enviou carta a Jânio Quadros na qual exprimiu o desejo de que nenhuma decisão fosse tomada, mudando a orientação seguida pelo Brasil com relação às colônias portuguesas, sem que antes adquirisse "um amplo e minucioso conhecimento dos problemas de além-mar, notadamente aqueles de Angola".

Deputado Coelho de Souza visitou Guiné, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camerum e preparou extenso relatório para o Itamaraty¹³⁹². O negro Raimundo de Souza Dantas foi nomeado embaixador em Gana, e – em ato contraditório – o Brasil recebeu o presidente de órgão do governo da África do Sul. O embaixador em Lisboa, Francisco Negrão de Lima, visitou Angola¹³⁹³.

- No Leste Europeu: o Brasil reestabeleceu relações diplomáticas com a Romênia, a Hungria e a Bulgária e retirou o reconhecimento¹³⁹⁴ dos governos no exílio da Letônia e da Lituânia. Negociou com a União Soviética novo acordo de pagamentos, o intercâmbio de representações comerciais permanentes e contratos comerciais sobre petróleo, trigo e café¹³⁹⁵. De sua parte, a Polônia e a Tchecoslováquia elevaram à categoria de Embaixadas suas legações no Brasil¹³⁹⁶.
- Com a Ásia: o vice-presidente João Goulart chefiou Missão à China, de onde retornava quando da renúncia de Jânio Quadros.

A política externa brasileira seria ainda objeto de documento do governo Jânio Quadros, escrito durante seu mandato, mas publicado pela revista *Foreign Affairs*, em outubro, após a renúncia. No artigo, intitulado "Brazil's New Foreign Policy", o presidente

¹³⁹² MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 10.

¹³⁹³ ARAÚJO, 1996, p. 18.

¹³⁹⁴ CORRÊA, M. P. (1994, p. 740) esclarece que, na verdade, o Brasil deixou de reconhecer os governos no exílio dos três países bálticos, como vinha fazendo desde a anexação determinada pelo Pacto Ribbentrop-Molotov.

¹³⁹⁵ ARAÚJO, 1996, p. 25-26.

¹³⁹⁶ FRANCO, 1961b, p. 152.

acrescentava algumas ideias às expostas anteriormente, tais como uma manifestação contrária à atuação "livre das forças econômicas", a proposta de uma "gradual nacionalização dos lucros", a transformação do Brasil em "ponte entre a África e o Ocidente", a disposição de não fazer parte de nenhum bloco e de reatar relações com a União Soviética e a Albânia:

We are not in a position to allow the free play of economic forces in our territory, simply because those forces, controlled from outside, play their own game and not that o four country.

The Brazilian Government is not prejudiced against foreign capital – far from it. We stand in dire need of its help. The sole condition is that the gradual nationalization of profits be accepted, for otherwise it no longer is an element of progress but becomes a mere leech feeding on our national effort. Let it be known that the state in Brazil will not relinquish those controls that will benefit our economy by channeling and ensuring the efficiency of our progress.

Our country should become the link, the bridge, between Africa and the West.

Not being members of any bloc, not even of the Neutralist bloc, we preserve our absolute freedom to make our own decisions in specific cases and in the light of peaceful suggestions at one with our nature and history.

As part of my government's program, I decided to examine the possibility of renewing relations with the Rumania, Hungary, Bulgaria and Albania; these have now been established. Negotiations for the reopening of relations with the Soviet Union are in progress and an official Brazilian mission is going to China to study

exchange possibilities. Consistent with this revision of our foreign policy, my country, as is known, decided to vote in favor of including on the agenda of the U.N. General Assembly the question of the representation of China; this initial position will, in due course, have its logical consequences. 1397

Em 27 de agosto, o Congresso examinou o veto das Forças Armadas à posse de João Goulart, enquanto este encontrava-se em Paris, no seu longo retorno da China. Os jornais anunciavam estarem paralisadas as negociações com a União Soviética para restabelecer relações diplomáticas. Entre 1º e 6 de setembro, realizou-se a I Conferência dos Países Não Alinhados em Belgrado. Afonso Arinos representou o Brasil que compareceu na qualidade de observador.

Em 2 de setembro, foi adotado o regime parlamentarista, como solução de compromisso com os militares. No dia 7, a UDN e o PTB apresentaram restrições ao nome de Tancredo Neves para a Presidência do Conselho de Ministros e foi adiada a formação do novo governo. Membros do Congresso também manifestaram restrições a Afonso Arinos para continuar à frente do Ministério das Relações Exteriores, por considerarem que a renúncia de Quadros se devia principalmente à política externa.

San Tiago Dantas

Francisco Clementino de San Tiago Dantas¹³⁹⁸ assumiu a direção do Itamaraty no regime parlamentarista, quando Tancredo Neves era o primeiro-ministro, tornando-se, em 11 de setembro de 1961, o 18º sucessor do Barão do Rio Branco. Deixou a Pasta do Exterior, menos de um ano depois, em 26 de junho de 1962.

¹³⁹⁸ Jurista e politico, nascido no Rio de Janeiro, sua experiência internacional antes de ser chanceler incluía ter sido relator da Comissão de Comércio da Missão Abbink (1948), conselheiro da delegação brasileira enviada à IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada em Washington (1951), membro da Corte Permanente de Arbitragem com sede em Haia (a partir de 1952), perito jurídico do Comitê sobre Obrigações Alimentares e Execução de Sentenças no Estrangeiro, sediado em Genebra (1952), chefe da delegação brasileira à II Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, realizada em Buenos Aires (1953), conselheiro da delegação brasileira à IV Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada no Rio de Janeiro (1954), Representante do Brasil na Reunião da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, tornando-se presidente dessa entidade (1958), integrante da delegação brasileira à V Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada no Rio de Janeiro (1954), representante do Brasil na Reunião da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, tornando-se presidente dessa entidade (1958), integrante da delegação brasileira à V Reunião dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada em Santiago (1959). Em 22 de agosto de 1961 foi nomeado por Jânio Quadros para substituir Cyro de Freitas-Valle como embaixador do Brasil nas Nações Unidas, não chegando a assumir o cargo por ter Jânio Quadros renunciado três dias depois. Cf. KELLER; BENJAMIN, 1984, p. 1054.

1961 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – ENCONTRO FRONDIZI--GOULART. REATAMENTO DIPLOMÁTICO COM A UNIÃO SOVIÉTICA. A QUESTÃO DE POSSÍVEL ATAQUE CONTRA GOA

Em uma entrevista à Imprensa um dia antes de sua posse, San Tiago Dantas afirmou que envidaria esforços para que Cuba se mantivesse "dentro do sistema interamericano" Em seu discurso de posse no Itamaraty, San Tiago Dantas afirmou, com os seguintes termos, seu propósito de executar política externa independente, baseada na:

[...] contribuição à preservação da paz...; reafirmação dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; apoio à emancipação dos territórios não autônomos; política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional. 1400

Poucos dias antes da XVI Sessão da Assembleia Geral, o secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, morreu em queda de avião na Rodésia do Norte. Na qualidade de chefe da delegação brasileira, o ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, em pronunciamento em 22 de setembro, reiterou princípios de uma política externa independente para o Brasil:

É... inevitável que países como o Brasil sejam levados a tomar posição independente no panorama mundial [...]. Esta posição de independência não significa abandono

¹³⁹⁹ YOUNG, 1973, p. 130.

¹⁴⁰⁰ KELLER; BENJAMIN, 1984.

dos valores [...]. O Brasil não desvirtua os elementos cristãos e democráticos da sua personalidade nacional.

O Brasil reconhece a necessidade de transpor para o plano social direitos humanos que antigamente nos pareciam inerentes ao âmbito individual.

Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre o Norte e o Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul.

O Brasil sustenta que, [...], a paz será alcançada com o simples respeito dos princípios da verdadeira autodeterminação.

A autodeterminação significa o fim do colonialismo [...]. Mas, a autodeterminação [...] pressupõe o livre exercício da manifestação popular, pela única forma que é possível, a da apuração majoritária.

O Brasil acompanha com especial atenção a evolução do caso cubano, fiel à sua posição de que o respeito à soberania, baseado no princípio da não intervenção, é uma obrigação indeclinável na convivência internacional e condição indispensável para o restabelecimento da harmonia continental.

Os dois Estados europeus [Portugal e França] devem, no nosso entender, assegurar a autodeterminação da Argélia e de Angola.

A Nação alemã tem direito a constituir um Estado uno, por processo democrático que assegure a livre expressão da opinião de seu povo. O anticolonialismo leva ao antirracismo. O Brasil deplora, assim, as sobrevivências de racismo em vários pontos do mundo, principalmente, na África do Sul.

As diferenças ideológicas não impedirão, por si mesmas, que o Brasil mantenha relações com outros Estados.

[...] favorecemos a discussão da questão da representação chinesa.

A filosofia política do Brasil é a democrática. Não somos neutralistas, no sentido de que não pertencemos a uma terceira posição, embora muitas vezes estejamos de acordo com o grupo de nações, assim chamadas. 1401

A caminho dos Estados Unidos, o presidente argentino, Arturo Frondizi, manteve encontro com João Goulart no aeroporto, em 24 de setembro, ocasião em que assinaram uma declaração conjunta¹⁴⁰². Em novembro, San Tiago Dantas visitou Buenos Aires e firmou com o chanceler argentino, Miguel Ángel Cárcano, documento em que tratou, entre outros temas, da salvaguarda da democracia e da promoção do desenvolvimento. O documento ressaltou

[...] a execução de uma política de defesa recíproca das exportações dos dois países em face das práticas discriminatórias adotadas por alguns países altamente industrializados, que alteravam as condições de concorrência entre os países exportadores de matérias-primas e produtos primários. 1403

Em discurso na Academia Nacional de Direito da capital argentina, o ministro brasileiro referiu-se à superação dos antagonismos entre os dois países e à integração econômica dos dois

¹⁴⁰¹ CORRÊA, 1995, p. 141-46.

¹⁴⁰² CERVO; BUENO, 1992, p. 297.

¹⁴⁰³ KELLER; BENJAMIN, 1984.

mercados. Mencionou o problema de Cuba e manifestou esperança de que aquele país retornasse a regime democrático. Para tanto seria necessário solução por meios *rigorosamente pacíficos*, "sem quebra do respeito à sua soberania, através da autodeterminação do povo cubano"¹⁴⁰⁴.

Enquanto isso, preocupados com a situação cubana, os Estados Unidos fizeram tentativas para, com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR, convocar a Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos, para tratar da situação cubana. Finalmente em novembro, por proposta da Colômbia, a Reunião foi convocada¹⁴⁰⁵.

Em aparente preocupação política e econômica com o Brasil, em 20 de novembro, a Agency for International (AID), do governo dos Estados Unidos, emprestou 50 milhões de dólares ao Brasil, após negociação conduzida pelo embaixador Roberto Campos em Washington. O crédito destinava-se a financiamento de importações essenciais e a estabilizar a economia¹⁴⁰⁶.

Dando continuidade, no plano político, à aproximação com o Leste Europeu, em 23 de novembro, mediante notas firmadas entre San Tiago Dantas e Victor Azov, chefe da Missão Comercial da União Soviética em Brasília¹⁴⁰⁷, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética¹⁴⁰⁸ interrompidas havia 14 anos. Em discurso feito na Câmara dos Deputados, dois dias depois, San Tiago Dantas explicou que, ao buscar a universalização de suas relações, o Brasil não negava os princípios da democracia representativa. Informou ter a União Soviética se retratado do artigo na *Gazeta Literária* que

¹⁴⁰⁴ CERVO; BUENO, 1992, p. 297 e 304.

¹⁴⁰⁵ AMADO, 1996, p. 10.

¹⁴⁰⁶ YOUNG, 1973, p. 133.

¹⁴⁰⁷ YOUNG, 1973, p. 130.

¹⁴⁰⁸ WROBEL, 1993, p. 191-209.

criticara o Brasil. Os termos do restabelecimento previam troca de legações com limites ao número de funcionários em território de cada país e à liberdade de locomoção que estes teriam. Em resposta a indagações de parlamentares, lamentou ter o restabelecimento coincidido com o Dia de Ação de Graças e estar próxima a data de reverenciar as vítimas da Intentona Comunista¹⁴⁰⁹.

O embaixador brasileiro junto ao governo da Índia entrevistou-se em 6 de dezembro com o primeiro-ministro Nehru e expressou a preocupação brasileira com relação a possível ataque contra Goa, tendo recebido do mandatário indiano resposta sobre a dificuldade de conter a reação pública de seu país diante da demora portuguesa em resolver pacificamente a questão. No mesmo dia, em Lisboa, o governo português pediu ao embaixador Negrão de Lima apoio público ao Brasil na questão. Em cumprimento a instruções do Rio de Janeiro, e em gesto de atenuação da política anterior do país, o chefe da missão diplomática brasileira limitou-se a enviar nota, no dia 11, em que expressou a confiança brasileira de que a União Indiana se absteria de medidas contrárias às disposições da Carta das Nações Unidas¹⁴¹⁰. No dia 19 de dezembro, forças da Índia tomaram o enclave português de Goa.

A reaproximação de Moscou cristalizar-se-ia, em 22 de dezembro, quando da divulgação da concessão de *agrément* a Vasco Leitão da Cunha como embaixador brasileiro em Moscou¹⁴¹¹.

¹⁴⁰⁹ CERVO; BUENO, 1992, p. 311.1410 CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 297.

¹⁴¹¹ YOUNG, 1973, p. 131.

1962 (JANEIRO A MAIO) – DIREITO DO POVO ANGOLANO À AUTODETERMINAÇÃO. OPOSIÇÃO AO ISOLAMENTO DE CUBA. DESAPROPRIAÇÃO DA ITT. SALTO DE SETE QUEDAS. GOULART NOS ESTADOS UNIDOS

Em 1962 prosseguiriam, na cena internacional, atos relacionados à Guerra Fria. A União Soviética acordou com Cuba o envio de armas e estabeleceu base para frota pesqueira naquela ilha. Kennedy denunciou a instalação de bases soviéticas para mísseis em território cubano. Kruschev ofereceu retirá-las caso os Estados Unidos removessem suas bases na Turquia, proposta rejeitada por Kennedy. Finalmente, a União Soviética desmantelou suas bases de Cuba e removeu o material de bombardeio, concluindo-se assim a chamada Crise dos Mísseis. Na América Latina, tal como ocorrera após a crise da Bolsa de Nova York, sucederam-se golpes de Estado tendo sido depostos, Frondizi, na Argentina, e Prado, no Peru¹⁴¹².

No Brasil, em preparação à reunião da Organização dos Estados Americanos, San Tiago Dantas convocou, em 12 de janeiro, os embaixadores dos países americanos para informar sobre a posição que adotaria na questão cubana. Afirmou *inter alia*:

O atual governo brasileiro exprimiu, por mais de uma vez, o seu pesar por ver o regime cubano apartar-se por sua livre e espontânea vontade dos princípios da democracia representativa definidos na Declaração de Santiago, subscrita por Cuba em 1959. A evolução do regime revolucionário no sentido da configuração de um Estado socialista, ou – na expressão do primeiro-ministro Fidel Castro – marxista-leninista, criou, como era inevitável, profunda divergência e mesmo incompatibilidades, entre

¹⁴¹² CAMPOS (1994, p. 479) observa que no ano seguinte ocorreriam golpes militares também na Guatemala e no Equador.

a política do governo de Cuba e os princípios democráticos, em que se baseia o sistema interamericano.

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico, e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exarcebação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil [...].

[...] a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá).

Sanções econômicas também pareceriam um remédio juridicamente condenável, nos termos do art. 16 da Carta, e politicamente inidôneo, já que o comércio de Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5% do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento das relações diplomáticas que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sobre o governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério.

É pela via diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dele se afasta, configurando seu regime como socialista.

No debate sobre a questão de Angola, realizado em 15 de janeiro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o chefe da delegação brasileira, Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou: O Brasil [...] afirma nitidamente a sua posição anticolonialista [...]. O reconhecimento por Portugal do direito do povo angolano à autodeterminação facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia. O Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de Nação livre e democrática como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo. 1413

Ao ouvir menção à autodeterminação de Angola, o representante português, Vasco Garin, retirou-se ostensivamente da Reunião. Ainda no curso da Assembleia, o Brasil, em ação concreta da nova Política Externa Independente, votou a favor da Resolução nº 1.742 que exortava à criação de instituições políticas livres em Angola e a transferência de poder para o povo angolano 1414.

Pouco antes da Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos para tratar da situação cubana, um manifesto de quatro ex-chanceleres¹⁴¹⁵, publicado no dia 17 pelo jornal *O Globo*, recomendava medidas que, "sem ferir o princípio da não intervenção", isolassem Cuba do comércio hemisférico¹⁴¹⁶. Afirmaram no documento:

[...] dentro do sistema continental não é admissível um Estado comunista ou vinculado às potências comunistas.

¹⁴¹³ MAGALHÃES, J.C., 1997, p. 76.

¹⁴¹⁴ SARAIVA, 1994, p. 300.

¹⁴¹⁵ José Carlos de Macedo Soares; João Neves da Fontoura; Vicente Rao e Horácio Lafer.

¹⁴¹⁶ AMADO, 1996, p. 11.

Até por instinto de conservação têm as Repúblicas Americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não intervenção, isole Cuba do nosso convívio político através do rompimento coletivo das relações diplomáticas e que a elimine da O. E. A. enquanto durar a ditadura fidelista. 1417

Em resposta ao manifesto, San Tiago Dantas reiterou os princípios da não intervenção e a oposição ao isolamento de Cuba, o que seria contraproducente, pois aproximaria a ilha mais dos países socialistas¹⁴¹⁸. Afirmou:

Que alcance prático teria para reconduzir à democracia um Estado socialista, ou, como ele próprio se confessa, marxista-leninista, a retirada de missões diplomáticas americanas?

No caso de Cuba, o isolamento diplomático conduziria a resultados opostos aos que desejam, em seu bem intencionado apelo, os quatro ex-chanceleres. Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria de gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. 1419

A Reunião de Consulta realizou-se entre 23 de janeiro e 2 de fevereiro, em Punta del Este. O ministro San Tiago Dantas¹⁴²⁰ manifestou, no dia 24, posição brasileira contrária ao isolamento de Cuba e a sanções econômicas e diplomáticas. Absteve-se, porém,

¹⁴¹⁷ DANTAS, 1962, p. 110-12.

¹⁴¹⁸ CERVO; BUENO, 1992, p. 304.

¹⁴¹⁹ DANTAS, 1962, p. 110-12.

¹⁴²⁰ REVISTA (1962, p. 130) informa que a delegação brasileira era composta também pelos: embaixador Henrique Rodrigues Valle, embaixador Mário Gibson Barboza, ministro Aloysio Guedes Régis Bittencourt, ministro Carlos F. Duarte, Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha e conselheiro Armando Salgado Mascarenhas.

na votação de decisão de excluir o governo cubano do sistema interamericano. Atuaram da mesma forma também Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. Por 14 votos, ou seja, a maioria de dois terços necessária, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos, como desejavam os Estados Unidos¹⁴²¹. Da Ata da Reunião, Brasil, Argentina, México e Equador fizeram constar que a exclusão não estava prevista na Carta da Organização dos Estados Americanos e, portanto, somente seria legal se esta fosse emendada¹⁴²².

Ao retornar da Reunião, em 5 de fevereiro, San Tiago Dantas, em cadeia de rádio e televisão, expôs a posição defendida pelo Brasil. Recordou a posição adotada por Rui Barbosa em 1907, em Haia, quando defendeu a igualdade entre os Estados e divergiu da posição dos Estados Unidos.

Comparecendo ao Congresso Nacional, dois dias depois, San Tiago Dantas reiterou a posição brasileira de defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção. Diante da apresentação de uma proposta de moção de censura da atuação do governo, San Tiago Dantas afirmou que a defesa da democracia não poderia ser invocada para justificar uma intervenção coletiva em um dos países signatários da Carta de Bogotá, sendo necessário ater-se às regras do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. A seu ver, a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos seria inoperante¹⁴²³. Afirmou:

Não é verdade que Cuba esteja perdida como Nação para a coexistência com os outros países do Hemisfério; outras repúblicas americanas deviam procurar obter a negociação de um acordo com Cuba; o Brasil devia prosseguir em sua

¹⁴²¹ BANDEIRA, 1995, p. 160.

¹⁴²² AMADO, 1996, p. 11.

¹⁴²³ CERVO; BUENO, 1992, p. 308.

política de paz e de busca de um caminho para negociações; essa política não podia ser considerada como favorável ao comunismo uma vez que o Brasil aliara-se às outras Repúblicas americanas em Punta del Este ao votar pela resolução que declarou o comunismo incompatível com os princípios do sistema interamericano.¹⁴²⁴

Além de discordâncias em foros como a Organização dos Estados Americanos, as relações com os Estados Unidos enfrentariam também diferenças no plano bilateral. O governador Leonel Brizola, que já em 1958 havia desapropriado a American & Foreign Power Company, decretou, em 16 de fevereiro, a nacionalização da Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da International Telephone and Telegraph (ITT) no estado do Rio Grande do Sul¹⁴²⁵.

Em declaração feita no dia seguinte, o Departamento de Estado reconheceu o direito de desapropriação para fins públicos, desde que mediante indenização adequada¹⁴²⁶. Também na mesma data, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, tratou da questão com o ministro San Tiago Dantas. Em declaração que fez após o encontro, Gordon afirmou que, a pedido do presidente João Goulart, o governador Brizola havia concordado em discutir os pagamentos das indenizações em espírito de compreensão mútua. As negociações envolviam o ministro San Tiago Dantas, o embaixador Roberto Campos em Washington e o secretário da Justiça do estado do Rio Grande do Sul, Francisco Brochado da

¹⁴²⁴ YOUNG, 1973, p. 154.

¹⁴²⁵ AMADO, 1996, p. 14.

¹⁴²⁶ YOUNG (1973, p. 138) afirma que a empresa estimou sua propriedade entre 6 e 8 milhões de dólares e que o governo do estado depositou o valor equivalente a 140 dólares (Cr\$ 149.758.000,00).

Rocha¹⁴²⁷. Em entrevista à Imprensa no dia 9 de março, o presidente Kennedy afirmou, *inter alia*, o seguinte, sobre a questão:

> [A ITT havia sido] encampada pelo governador de uma província que nem sempre se mostrou particularmente amigo [dos Estados Unidos];

> [...] estamos procurando encontrar uma solução justa para o Brasil;

[...] não posso imaginar nada menos aconselhável que tentar aprovar uma resolução que nos ponha, a esta altura, numa posição não de desacordo com um governador... que não é especialmente nosso amigo, mas [...] com toda a Nação brasileira... com a qual devemos manter as relações mais cordiais;

[a solução] desse caso é de nosso interesse e do interesse do Brasil;

[...] o presidente João Goulart virá em abril e então discutiremos todos os assuntos que dizem respeito às nossas relações.

O governador Brizola recusou, em 12 de março, proposta da Embaixada dos Estados Unidos de que a questão da encampação fosse submetida à arbitragem internacional. Em discurso pronunciado, no dia 23, na Câmara de Comércio Americana no Rio de Janeiro, João Goulart afirmou que o Brasil acolhia com satisfação o capital estrangeiro, mas se reservava o direito de selecionar as atividades mais vantajosas para sua economia. As empresas de serviços, prosseguiu, deveriam se preparar para solução justa a respeito da transferência do capital para brasileiros¹⁴²⁸.

¹⁴²⁷ PARKER, 1979, p. 16.

¹⁴²⁸ YOUNG, 1973, p. 139, 141.

Uma outra questão ocuparia, também no mesmo mês, a atenção da chancelaria brasileira: a fronteira com o Paraguai. No dia 12, a Embaixada do Paraguai enviou nota ao Itamaraty em que perguntou sobre a veracidade de notícia, publicada em jornal, de que o Ministério de Minas e Energia contratara escritório técnico para executar estudo preliminar sobre o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas. Na nota, a Embaixada paraguaia afirmou que havia um condomínio brasileiro-paraguaio do "conjunto de Sete Quedas", o qual ficaria estabelecido com a conclusão e a aprovação das "operações de demarcação de limites e caracterização de fronteiras que atualmente realiza a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Paraguai-Brasil"¹⁴²⁹.

Na questão do desarmamento nas Nações Unidas, o Brasil encontrou outra oportunidade para uma política independente. Atuou junto a outras delegações para obter maior participação de países não alinhados na Comissão de Desarmamento¹⁴³⁰. Com o apoio do Canadá, incluiu-se entre os oito novos membros¹⁴³¹ da Comissão, a qual passou a ser denominada Comitê de Desarmamento das Dezoito Nações (Eighteen Nation Committee Disarmament – ENCD)¹⁴³². Em discurso que proferiu na Conferência do ENCD, em 16 de março, San Tiago Dantas reiterou não pertencer a qualquer bloco e afirmou *inter alia*:

Brazil belongs politically and culturally to the West and seeks to solve its economic and social problems within the framework of representative democracy, but apart from its participation in mutual assistance treaties for the defense of the American hemisphere against aggression either

¹⁴²⁹ MAGALHÃES, J., 1971, p. 117.

¹⁴³⁰ WEIS, 1993, p. 152.

¹⁴³¹ Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia.

¹⁴³² WROBEL, 1993, p. 196.

from within that hemisphere itself or by extra-continental Powers, Brazil is not a member of any politico-military bloc. We wish to make a contribution to disarmament consistent with the priority we invariably give to peace in our foreign policy, and we are sure that the best way of doing so is to lend them to everything calculated to promote effective and immediate disarmament, and to refuse them to everything that merely aggravates polemics, emphasizes antagonisms, impresses public opinion or delays settlements. 1433

A política externa independente teria oportunidade para tratar da vexata quaestio das colônias portuguesas também em março. O chanceler San Tiago Dantas manteve, no dia 26 em Lisboa, encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, que lhe explicou a política lusitana com relação "às províncias ultramarinas" e ao estabelecimento de uma Comunidade Luso-Brasileira. O ministro brasileiro alertou para a falta de apoio à política de Portugal com relação a suas colônias africanas por parte dos principais grupos nas Nações Unidas. Com relação à ideia de uma Comunidade Luso-Brasileira, referiu-se à necessidade de "uma consulta às populações [...] que passariam de direito a ter o seu lugar na direção dos órgãos dessa Comunidade, sem se falar em Estados soberanos"1434. Expressava, assim, a política externa que já vinha na prática exercendo o país com relação a outras ex-colônias na África e que levara a aumento de 77 para 97 do total de missões diplomáticas e consulares entre julho de 1956 e abril de 19621435.

¹⁴³³ CONFERENCE OF THE EIGHTEEN NATION COMMITTEE ON DISARMAMENT, 1962, p. 5-10.
1434 MAGALHÃES, J. C., 1997, p. 77.

¹⁴³⁵ SELCHER, 1974, p. 39.

Os interesses americanos pelo Brasil continuavam presentes e, em cumprimento a convite feito a seu antecessor, João Goulart visitou os Estados Unidos entre 3 e 9 de abril. John Kennedy o recebeu na base aérea de Andrews e manteve almoço de trabalho, além de reuniões com e sem assessores 1436. Conversaram sobre o golpe na Argentina, a infiltração comunista em sindicatos brasileiros, Cuba, o novo Acordo Internacional do Café, a falta de desembolsos do Export-Import Bank desde maio de 1961, o desejo brasileiro de reativar a Comissão Mista, a inflação, o desarmamento e a necessidade de reforma social no Brasil para evitar o ocorrido em Cuba e na Argentina 1437. Trataram também da Aliança para o Progresso e da desapropriação da ITT¹⁴³⁸. Quanto a esta, Kennedy instou Goulart a alcançar um acordo com rapidez e aceitou a proposta brasileira de nacionalização juntamente com a da American and Foreign Power Company¹⁴³⁹. Do Comunicado Conjunto distribuído após o encontro constou inter alia:

[João Goulart manifestou a] intenção de seu governo de manter condições de segurança capazes de permitir que o capital privado desempenhe seu papel vital no desenvolvimento econômico do Brasil;

[João Goulart declarou que] nos entendimentos com as companhias [privadas] para a transferência das empresas estrangeiras de serviços públicos para as propriedades

¹⁴³⁶ CAMPOS (1994, p. 475-485) relata extensamente os encontros e informa que acompanharam Goulart: San Tiago Dantas (ministro das Relações Exteriores), Walter Moreira Salles (ministro da Fazenda), general Amaury Kruel (chefe da Casa Militar), senador Barros de Carvalho, deputado Saldanha Derzi, embaixadores Hugo Gouthier e Mário Gibson Barboza, Domício Velloso (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

¹⁴³⁷ WEIS, 1993, p. 154.

¹⁴³⁸ AMADO, 1996, p. 14.

¹⁴³⁹ WEIS, 1993, p. 154.

brasileiras, seria mantido o princípio da compensação justa. 1440

Em seu discurso no Congresso americano, no dia 4 de abril, João Goulart referiu-se às relações bilaterais como "exatas, convenientes e necessárias" e ao Brasil como país que se identificava com "os princípios democráticos que uniram aos povos do Ocidente", mas que "não fazia parte de nenhum bloco político-militar". Afirmou favorecer um "contato amistoso entre o mundo democrático e o mundo socialista" por considerá-lo "benéfico ao conhecimento e coordenação de experiências". Mencionou ainda o desenvolvimento econômico desigual, a deterioração dos termos de trocas, a importância da reforma agrária, as leis e interesses nacionais que devem limitar o capital estrangeiro e as dificuldades de execução da Aliança para o Progresso¹⁴⁴¹.

Em entrevista à Imprensa na sede das Nações Unidas, no dia 6 de abril, João Goulart revelou planos para nacionalizações de empresas estrangeiras de serviços públicos. Afirmou que o Brasil concederia "todas as liberdades e garantias de lucros justos a investidores cujas propriedades já tivessem ou estivessem sendo desapropriadas no Brasil". Acrescentou que as empresas estrangeiras de serviços públicos haviam se tornado "centros de atrito", com prejuízos para as relações do Brasil com os países-sede dessas empresas.

Continuando nos Estados Unidos depois da partida de Goulart, em 13 de abril, o ministro Francisco San Tiago Dantas assinou com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Dean Rusk, um acordo para utilização de verbas da Aliança para o Progresso em projetos no Nordeste brasileiro. Pelo acordo, a United States Agency for International Development (Usaid) forneceria

¹⁴⁴⁰ YOUNG, 1973, p. 142.

¹⁴⁴¹ CERVO; BUENO, 1992, p. 299-300.

o valor de 131 milhões de dólares e o Brasil, a contrapartida de 145 milhões de dólares para projetos de água potável, eletrificação rural, construção de escolas, irrigação, energia elétrica e melhoria de estradas. Terminada a viagem, dois meses depois ainda prosseguiam os entendimentos e, em 4 de junho, foram assinados pelo embaixador Lincoln Gordon mais dois acordos para projetos no Nordeste nas áreas de sistema de água (17 milhões de dólares) e de saúde (3 milhões de dólares)¹⁴⁴².

A discrepância da política de Washington continuava, porém, a ocorrer e, alegando que a medida dependia de aprovação dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos, o Brasil opôs-se à iniciativa dos Estados Unidos de criar um Colégio Interamericano de Defesa. Na substância, afirmou que o país não favorecia a criação de órgão que pudesse ter competência para matéria "pertinente à soberania do Estado" 1443.

Continuando a atuar num dos pilares da política externa independente, isto é, a questão do desarmamento, em 12 de junho, o representante brasileiro na Conferência do Desarmamento propôs que fosse a América Latina tornada uma zona livre de armas nucleares¹⁴⁴⁴.

¹⁴⁴² YOUNG, 1973, p. 144-45 e 152.

¹⁴⁴³ BANDEIRA, 1995, p. 188.

¹⁴⁴⁴ UNITED STATES ARMS CONTROL AND DISARMAMENT AGENCY, 1996, p. 45.

Afonso Arinos de Melo Franco (segunda gestão)

San Tiago Dantas deixou a pasta do exterior em 26 de junho de 1962, data em que o Gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves, que desejava candidatar-se a Deputado, pediu demissão para atender ao requisito legal de deixar postos governamentais três meses antes de eleições previstas para outubro. Renato Bayma Archer da Silva, subsecretário, assumiu a pasta interinamente. San Tiago Dantas foi, então, indicado para ser primeiro-ministro, mas sua nomeação foi rejeitada pelo Congresso em votação na qual 174 votos foram-lhe contrários e apenas 110 a seu favor.

João Goulart nomeou primeiro-ministro, a seguir, Auro Soares de Moura Andrade, que renunciou 48 horas depois, por não conseguir nomear o Gabinete que desejava. Ato contínuo, Goulart nomeou para primeiro-ministro o Deputado Brochado da Rocha que havia assessorado Brizola no governo do Rio Grande do Sul (e tivera participação na questão da desapropriação da ITT). Brochado manteve Walter Moreira Salles como ministro da Fazenda e nomeou Afonso Arinos de Melo Franco ministro do Exterior. Este assumiu o Itamaraty em 16 de julho, mas permaneceu no cargo por apenas dois meses, pois, não tendo obtido aprovação de ideia de plebiscito

para restaurar o presidencialismo, o Gabinete de Brochado da Rocha renunciou em 13 de setembro. Cinco dias depois, Goulart nomeou Hermes Lima como primeiro-ministro.

1962 (JUNHO A SETEMBRO) – CONFERÊNCIA PREPARATÓRIA DO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Nesse curto e instável período nacional, destacou-se na política externa apenas o início, em julho, de conferência que prepararia o Acordo Internacional do Café¹⁴⁴⁵.

HERMES LIMA

Seis dias depois de nomeado para o cargo de primeiro-ministro, isto é, no dia 18 de setembro de 1962, Hermes Lima¹⁴⁴⁶ foi também nomeado, cumulativamente, para a Pasta das Relações Exteriores. Após a realização do plebiscito que determinou o fim do parlamentarismo, deixou o cargo de primeiro-ministro em 23 de janeiro de 1963, sendo mantido como ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 23 de junho de 1963. Em seus

¹⁴⁴⁶ Nascido em 1902, em Livramento do Brumado, na Bahia, formou-se em Direito em 1920. Atuou como jornalista em Salvador e, em 1924, elegeu-se deputado estadual. No ano seguinte, tornou-se catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Bahia. Em 1926, mudou-se para São Paulo onde obteve a livre-docência da mesma matéria na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na capital paulista continuou a exercer o jornalismo, o que faria também no Rio de Janeiro para onde se transferiu em 1933, tendo obtido o primeiro lugar na cadeira de Introdução à Ciência do Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi preso em 1935, permanecendo no cárcere por 13 meses sem julgamento. Foi também destituído de sua cátedra. Em 1945, anistiado e readmitido a seu cargo universitário, Hermes Lima participou da fundação da UDN e da Esquerda Democrática (ED). Eleito deputado federal, exerceu seu mandato entre 1946 e 1951, quando voltou ao Magistério. Em 1951 integrou a delegação brasileira à VI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Paris e, em 1952, à VII Sessão, realizada em Nova York, Em 1953, a convite de San Tiago Dantas, entrou para o PTB. Em 1954, participou como delegado da X Conferência Interamericana, em Caracas, à Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos (Organização dos Estados Americanos), realizada em Buenos Aires e da XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Em 1960, participou da delegação à XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Em 1961 foi nomeado chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo de João Goulart. Cf. COUTINHO; BENJAMIN, 1984, p. 1846.

cinco meses de gestão, destacou-se a questão cubana, especialmente a chamada Crise dos Mísseis.

1962 (OUTUBRO A DEZEMBRO) – ENTENDIMENTO COM O PARAGUAI SOBRE SETE QUEDAS. DESARMAMENTO. MISSÃO DO GENERAL ALBINO SILVA A CUBA. VISITA DE ROBERT KENNEDY AO BRASIL

No dia seguinte à posse de Hermes Lima, o Brasil reagiu ao questionamento feito seis meses antes pelo Paraguai a respeito da fronteira entre os dois países e do aproveitamento do Salto de Sete Quedas. Por nota, o Itamaraty afirmou ter o Brasil a posse daquele conjunto hídrico, mas afirmou sua disposição de fazer o Paraguai participar "da utilização dos recursos energéticos e de quaisquer outros a explorarem-se no referido Salto, se em tal sentido for solicitado pelas autoridades paraguaias" 1447.

Na abertura do debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de setembro, o embaixador Afonso Arinos de Melo Franco tratou especialmente da questão de desarmamento:

[...] o Brasil propõe que seja dada prioridade absoluta às nossas deliberações quanto à questão da proibição de testes nucleares como o item mais urgente de nossa agenda [...].

O Brasil também é a favor, em princípio, do estabelecimento de zonas desnuclearizadas no mundo, se as propostas para tal não forem feitas meramente para fins de guerra fria, da qual sempre nos mantivemos à distância. A América Latina poderia formar tal zona. Além disso, o Brasil reafirma sua proposta de 12 de junho de 1962 para o

estabelecimento de um comitê técnico especial dentro da estrutura da Conferência para estudar os aspectos científicos do controle [...].

A questão de Cuba seria objeto de reunião interamericana entre 2 e 3 de outubro, quando se realizou em Washington reunião ministerial na Organização dos Estados Americanos, na qual o Brasil se fez representar pelo embaixador nas Nações Unidas, Afonso Arinos de Melo Franco. Do comunicado final, não assinado pelos chanceleres, constou, *inter alia*:

Ficou patente durante a reunião que, na atual conjuntura, o mais urgente [...] é representado pela intervenção sino-soviética em Cuba como tentativa de converter essa ilha em base armada para a penetração comunista nas Américas e a subversão das instituições democráticas do Hemisfério.

Afonso Arinos de Melo Franco, em entrevista, afirmou que a redação do comunicado sofrera alteração pelo Departamento de Estado:

[...] convidados para um banquete seguido de recepção naquele Departamento de Estado, os delegados-chefes não puderam acompanhar a versão final do documento para controlar sua adequação ao que havia sido aprovado. No dia seguinte verifiquei que, em muitos pontos, a redação saída do Departamento de Estado publicada pelos matutinos e espalhadas por todo o mundo pelas agências telegráficas fora acomodada a certos pontos de vista dos Estados Unidos nem sempre vitoriosos na Reunião. Teve ali outra prova do entrosamento entre os órgãos políticos dos Estados Unidos e os formidáveis

meios de divulgação existentes no país, supostamente independente do governo. 1448

Hermes Lima, em entrevista publicada pelo jornal *Última Hora*, em 4 de outubro, resumiu a posição brasileira na Reunião:

- defesa da autodeterminação dos povos, não em função de Cuba, mas do princípio político e moral da coexistência dos povos e do respeito mútuo;
- reconhecimento de que Cuba tinha o direito de se armar como qualquer país que sentisse ameaçado devido à sua situação geográfica ou em defesa de sua segurança interna, oposição à formação de alianças americanas com propostas agressivas; e
- solidariedade com os países americanos no esforço de livrar o continente da influência comunista que pudesse pôr em perigo suas instituições.¹⁴⁴⁹

Kennedy recebeu prova, em 16 de outubro, de que a União Soviética estava colocando mísseis em Cuba. O embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, informou Goulart, em 21 de outubro, a respeito de existência de mísseis soviéticos em Cuba e sobre a reação americana a esse fato, a qual se caracterizaria no dia seguinte pela imposição de bloqueio naval a Cuba. No dia 22, Kennedy dirigiu-se à Nação por televisão e exigiu que todas as armas ofensivas fossem retiradas de Cuba.

No dia seguinte, os Estados Unidos buscaram obter na Organização dos Estados Americanos aprovação para o bloqueio com base no Tratado do Rio de Janeiro¹⁴⁵⁰. Com base no Artigo 12 do Tratado do Rio de Janeiro, a OEA foi convocada, como órgão

¹⁴⁴⁸ LIMA, 1974, p. 267-268.

¹⁴⁴⁹ COUTINHO; BENJAMIN, César, 1984, p. 1846.

¹⁴⁵⁰ WEIS, 1993, p. 157.

de consulta, para tratar da Crise dos Mísseis. Os Estados Unidos apresentaram projeto de resolução com dois parágrafos: o primeiro determinava o bloqueio de armas e o segundo autorizava o emprego de força armada. O Brasil, que continuava a discordar do governo Kennedy quanto ao uso de força armada contra Cuba, apoiou o bloqueio imposto e se opôs à intervenção militar¹⁴⁵¹. O delegado brasileiro, embaixador Ilmar Penna Marinho, ao votar a favor do bloqueio de armas, esclareceu compreender que este abrangia apenas novos carregamentos. Com relação ao segundo parágrafo, condicionou o emprego de força armada à prévia comprovação de arsenal soviético na ilha por meio de observadores. Somente no caso de impossibilidade da investigação poder-se-ia utilizar ação regional coercitiva tal como previsto no artigo 53 da Carta das Nações Unidas.

Em discurso proferido no dia 23 de outubro, Hermes Lima declarou que Cuba tinha "o direito de levar a cabo a sua experiência política" ¹⁴⁵² e afirmou:

O fato de existir um regime socialista em Cuba não significa que não seja um regime americano;

[...] a América Latina não está sujeita a quaisquer interesses internacionais que nos obriguem a manter um tipo de regime em que o povo não encontre condições para o seu progresso material e libertação nacional. 1453

No dia 24, quando estava previsto o encontro entre 25 barcos russos e a frota dos Estados Unidos, em carta a Kennedy, João Goulart reiterou a importância para o Brasil do princípio da

¹⁴⁵¹ AMADO, 1996, p. 15.

¹⁴⁵² LIMA, 1974, p. 269-70: "Mais de uma vez declarei que nosso apoio não decorria de ser Cuba um país socialista, mas da sua condição de país soberano, que tinha direito à sua experiência política própria, mesmo socialista, como outros tinham a experiências diferentes".

¹⁴⁵³ YOUNG, 1973, p. 166.

autodeterminação e afirmou que repugnava à consciência do povo brasileiro:

[...] qualquer forma de intervenção em um Estado americano, inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos que lhe tiram o cunho democrático e a validade. 1454

Na correspondência, Goulart manifestou apreensão e insatisfação do Brasil pela decisão do Conselho da Organização dos Estados Americanos de aprovar o bloqueio sem uma investigação em Cuba e sem uma tentativa de negociação visando a uma garantia recíproca de não invasão 1455.

Em atitude diversa, a Argentina informou aos Estados Unidos que cooperaria com as medidas necessárias e deu ordens a sua Marinha que enviasse ao Caribe dois *destroyers*, o Rosales e o Espora, para que participassem do bloqueio bem como à Aeronáutica para que mandasse três aviões com a missão de patrulha, busca e salvamento¹⁴⁵⁶.

Após uma semana de tensão que levou os Estados Unidos e a União Soviética à beira de uma confrontação nuclear, em 28 de outubro, o primeiro-ministro Kruschev concordou em remover de Cuba mísseis que poderiam chegar às defesas americanas em 17 minutos. Kruschev oferecera retirar as armas se os Estados Unidos desmantelassem mísseis na Turquia.

No dia 29 – ou seja, um dia após o entendimento Kennedy-Kruschev que desanuviou a tensa situação – o Brasil enviou a Cuba o general Albino Silva, chefe da Casa Militar da Presidência, em

¹⁴⁵⁴ BANDEIRA, 1995, p. 189.

¹⁴⁵⁵ BANDEIRA, 1994, p. 164.

¹⁴⁵⁶ BANDEIRA, 1995, p. 189.

missão de busca de solução pacífica para a crise¹⁴⁵⁷. Hermes Lima assim resumiu a decisão do envio da missão:

[...] recebi à noitinha, em minha casa, a visita do embaixador Lincoln Gordon. Queria saber se poderíamos enviar a Havana alguém que, em nome do nosso governo, ponderasse ao governo cubano, fizesse ver a Fidel Castro a absoluta necessidade de sair do território da ilha o armamento nuclear soviético. Assenti na sugestão, telefonei ao presidente em Brasília, que aquiesceu de pronto, e perguntou-me quem seria o escolhido para essa Missão. Respondi: o chefe de sua Casa Militar, o general Albino Silva. As instruções ao general foram precisas: compreendíamos que Cuba possuísse armamento soviético defensivo, mas nos opúnhamos à instalação de armamento soviético ofensivo em seu território, porque isto colocava em risco a segurança do continente e mesmo a paz mundial. O general Albino Silva, recebido por Fidel, transmitiu-lhe e reforçou com nitidez militar nosso ponto de vista. Do excelente desempenho de sua Missão dei conta ao Senado em sessão secreta de 21 de novembro. Permanecíamos fiéis à nossa tradição de solucionar questões internacionais por meios pacíficos. 1458

Kruschev enviou a João Goulart, em 8 de novembro, mensagem em que agradeceu aos esforços brasileiros¹⁴⁵⁹. Enquanto isso, a situação em Cuba se deteriorava. Até dezembro, cerca de

¹⁴⁵⁷ WEIS (1993, p. 157) afirma que a mediação do Brasil pela missão do general Albino Silva não teria sido solicitada e nada teria conseguido. Já LEITE (2000), com base em manuscrito de James G. Hershberg, afirma que o governo americano enviou a Lincoln Gordon documento a ser entregue pelo Brasil como se brasileiro fosse. Esperava Washington que o portador fosse o embaixador Luiz Bastian Pinto e não o general Albino Silva.

¹⁴⁵⁸ LIMA, 1974, p. 268.

¹⁴⁵⁹ CERVO; BUENO, 1992, p. 316.

600 cubanos puderam sair de Cuba com o auxílio da Embaixada do Brasil, em ação iniciada pelo embaixador Vasco Leitão da Cunha e continuada por seu substituto em Havana, embaixador Luiz Bastian Pinto. O número de asilados na Embaixada brasileira aumentou quando esta recebeu os que se encontravam nas Missões da Argentina e Equador no momento em que esses países romperam relações com Cuba.

A situação econômica brasileira continuava a preocupar Washington. Em 1962, as receitas de exportação sofreram queda em relação ao ano anterior e reduziram-se os empréstimos e financiamentos, aumentando o déficit do balanço de pagamento 1460. A dívida externa alcançou o nível de três bilhões de dólares, dos quais quase 20% devidos naquele ano e correspondentes tanto a juros quanto à amortização. Em entrevista à Imprensa em 12 de dezembro, o presidente John Kennedy expressou preocupação pela má situação financeira do Brasil. Dois dias depois, em discurso, voltou a referir-se ao Brasil e ao aumento da inflação 1461.

Robert Kennedy, procurador-geral dos Estados Unidos e irmão do presidente, visitou o Brasil no dia 17 de dezembro. Em encontro com Goulart, Robert Kennedy mencionou a "infiltração da esquerda nos graus elevados do governo" Em entrevista à Imprensa, João Goulart mencionou terem sido tratados apenas três temas: a dívida brasileira, a Aliança para o Progresso e a crise cubana 1463. Três dias depois, o secretário de Estado, Dean Rusk, anunciou ter sido recusado pedido brasileiro de empréstimo de 30 milhões de dólares de dólares de dólares de dólares de dolares de dolare

¹⁴⁶⁰ MALAN, 1981, p. 101.

¹⁴⁶¹ YOUNG, 1973, p. 167.

¹⁴⁶² AMADO, 1996, p. 15.

¹⁴⁶³ YOUNG, 1973, p. 168.

¹⁴⁶⁴ WEIS, 1993, p. 159.

1963 (JANEIRO A JUNHO) – ASILADOS CUBANOS NA EMBAIXADA EM HAVANA. GUERRA DAS LAGOSTAS COM A FRANÇA. DIFICULDADES ECONÔMICAS. ACORDO DANTAS – BELL. ACORDO LATINO-AMERICANO CONTRA ARMAS NUCLEARES

Em 1963, as tensões internacionais se reduziram. Os Estados Unidos e a União Soviética acordaram instalar, em junho, uma linha vermelha da Casa Branca ao Kremlin e ambos os países (assim como a Grã-Bretanha) assinaram, em outubro, acordo de banimento de testes nucleares. No Brasil, em meio a graves problemas econômicos, seria restaurado o regime presidencialista, por plebiscito, realizado em 6 de janeiro.

Para resolver a questão dos asilados cubanos na Embaixada brasileira, o embaixador Câmara Canto foi enviado a Havana em janeiro. Obteve salvo-conduto para cerca de 90 pessoas que ainda se encontravam na Embaixada, tendo 16 destas se dirigido ao Brasil¹⁴⁶⁵

O governo brasileiro iniciou, em janeiro, negociações com instituições financeiras privadas e públicas e com o Fundo Monetário Internacional. No segundo trimestre do ano, o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, obteve, durante Missão a Washington, crédito no montante de 400 milhões de dólares condicionados a uma série de medidas destinadas à redução do déficit não foram cumpridos, as fontes de financiamento externo bloquearam a liberação dos fundos negociados. O Fundo Monetário Internacional reduziu em 40% o crédito concedido.

¹⁴⁶⁵ LIMA, 1974, p. 272.

¹⁴⁶⁶ MALAN, 1981, p. 103.

Ainda no começo do ano, teve início incidente que afetaria as relações do Brasil com a França, cujo presidente era então o general Charles de Gaulle. No dia 30 de janeiro 1467, a Marinha brasileira deteve três navios franceses que transportavam lagostas sob acusação de pesca ilegal. Os navios franceses foram escoltados até o porto de Natal, onde o cônsul francês apresentou protesto. Os navios foram liberados, após troca de mensagens entre os presidentes João Goulart e De Gaulle. Em 19 de fevereiro, o Brasil deu 48 horas para os navios franceses se retirarem para além da plataforma continental. Três dias depois, a França enviou às costas brasileiras o contratorpedeiro Tartu com o objetivo de garantir o direito de pesca da lagosta por seis navios franceses aos quais não havia sido dada permissão pelo Brasil. O governo emitiu nota de protesto contra a atitude francesa e o ministro da Marinha, almirante Suzano, referiu-se à possibilidade de ataque ao contratorpedeiro francês. João Goulart e De Gaulle trocaram novas mensagens. Goulart afirmou que não negociaria enquanto os barcos de pesca franceses e qualquer outro de apoio naval não abandonassem a área. O presidente De Gaulle respondeu que o Tartu prosseguiria na sua missão de proteção aos navios franceses, mas, antes do final de fevereiro, De Gaulle voltou atrás em sua decisão e determinou a retirada do Tartu.

A questão das lagostas agravou-se. O primeiro-ministro Hermes Lima, recebeu, em 1º de março, o embaixador francês, Jacques Baeyens, com quem discutiu a situação. No dia seguinte, o jornal *The New York Times* publicou matéria em que afirmava ter o Brasil enviado navios e aviões para perseguirem os navios franceses. O mesmo jornal publicou, no dia 4, notícia de que a França enviara

¹⁴⁶⁷ YOUNG (1973, p. 201) recorda que, em 1962, o Brasil havia expressado entendimento de que sua soberania se estendia até sua plataforma continental, 60 a 100 milhas além da costa. A França, em julho de 1962, discordara e propusera que fosse o assunto submetido à Arbitragem Internacional, recusada em seguida pelo Brasil.

a corveta Paul Goffeny para a costa brasileira. Quatro dias depois, porém, o Quai d'Orsay declarou que a França havia determinado o retorno dos navios de pesca franceses e da corveta Paul Goffeny. A França levou a controvérsia à Corte Permanente de Arbitragem em Haia¹⁴⁶⁸. A crise continuaria com a convocação do embaixador Baeyens a Paris para consultas, lá permanecendo. O Brasil determinou o mesmo com relação ao embaixador em Paris, Carlos Alves de Souza Filho¹⁴⁶⁹.

Enquanto a Guerra das Lagostas distraía a atenção política da chancelaria brasileira, no plano econômico prosseguiam discussões com os Estados Unidos. O Banco do Brasil anunciou, em fevereiro, em nome do Governo Federal, que pagaria à International Telephone & Telegraph Co. (ITT) o equivalente a 7,3 milhões de dólares, metade dos quais em cruzeiros, pela encampação, um ano antes, de sua subsidiária no Rio Grande do Sul.

A relação com os Estados Unidos apresentava paradoxos. O ministro da Fazenda, San Tiago Dantas¹⁴⁷⁰, e o diretor da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, David Bell, assinaram, em 25 de março, em Washington, acordo pelo qual o Brasil recebeu um financiamento para seu Plano Trienal, no montante de 84 milhões de dólares e crédito adicional de 314,5 milhões de dólares para o ano fiscal de 1964, condicionados à adoção de uma política contra a inflação, redução do déficit orçamentário e controle dos créditos do Banco do Brasil¹⁴⁷¹. Dos 84 milhões

¹⁴⁶⁸ YOUNG, 1973, p. 200.

¹⁴⁶⁹ CUNHA, 1994, p. 263, nota 19.

¹⁴⁷⁰ CAMPOS (1994, p. 512) informa que San Tiago Dantas se fez acompanhar na viagem de seus subsecretários Bulhões Pedreira e Dias Leite, tendo Campos designado o secretário da Embaixada Marcílio Marques Moreira para acompanhá-los.

¹⁴⁷¹ ABREU; BELOCH, 1984, p. 1502.

de dólares a serem desembolsados imediatamente, 30 milhões correspondiam à compensação à ITT pela desapropriação 1472.

Esse entendimento não parecia tão simples. O embaixador Lincoln Gordon entrevistou-se, em 9 de abril, com o presidente Goulart a quem informou que, se não fosse alcançado um acordo sobre a desapropriação da Amforp, tornar-se-ia vencida a dívida brasileira de 30 milhões de dólares, o que prejudicaria o entendimento entre San Tiago Dantas e David Bell e as negociações com o Fundo Monetário Internacional e com credores europeus¹⁴⁷³.

Buscando diversificar suas relações econômicas, em 20 de abril, o Brasil assinou com a União Soviética um acordo comercial. Na ocasião, o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, em declarações à Imprensa, fez estimativas de incremento de comércio até 1965. O instrumento previa a exportação soviética de máquinas perfuradoras de petróleo, equipamento de mineração e eletrônica, aviões, tratores, tanques, fertilizantes, instrumentos químicos e médicos. Do lado brasileiro, previa exportações de artigos manufaturados, como instrumentos musicais, filmes e sucos de frutas¹⁴⁷⁴.

Um dos principais problemas no relacionamento com os Estados Unidos – a desapropriação da American & Foreign Power Company – sofreu evolução positiva. Aquela companhia anunciou, em 22 de abril, entendimento com o governo brasileiro pelo qual as suas subsidiárias, estimadas em 135 milhões de dólares, seriam adquiridas por um órgão oficial brasileiro na seguinte forma: 7,7 milhões de dólares por dívidas não recolhidas e lucros não remetidos; 45,5 milhões de dólares para cobrir empréstimos ao

¹⁴⁷² ABREU, 1997, p. 207.

¹⁴⁷³ WEIS, 1993, p. 160.

¹⁴⁷⁴ LIGIERO (2000, p. 109) observa que o comércio com a União Soviética de US\$ 70 milhões em 1962, alcançaria 160 milhões em 1963, 200 milhões em 1964 e 225 milhões em 1965.

Eximbank e ao BNDES. O total de 101,5 milhões de dólares (em cruzeiros) seria reinvestido no Brasil que os pagaria em 25 anos, a juros de 6,5%. O montante de 33,5 milhões de dólares deveria ser pago em moeda conversível da seguinte forma: 10 milhões de dólares na assinatura do acordo e 23,5 milhões de dólares em 25 anos a juros de 6%¹⁴⁷⁵. Naquele momento, o Congresso americano havia aprovado a emenda Hickenlooper que proibia auxílio americano a governos que tivessem expropriado empresas dos Estados Unidos sem indenização adequada¹⁴⁷⁶.

Os atos de política externa independente prosseguiam e, durante visita que realizou ao Chile, a convite do presidente Alessandri, em 22 de abril, em entrevista à Imprensa, Goulart criticou a criação da Comissão Consultiva Especial de Segurança da Organização dos Estados Americanos, proposta contra a qual o Brasil votaria no dia seguinte em Washington¹⁴⁷⁷.

Em matéria de desarmamento, em renúncia coletiva à opção nuclear, os presidentes do Brasil, da Bolívia, do Chile, do Equador e do México assinaram, em 29 de abril, declaração conjunta em que anunciaram o propósito de um acordo multilateral latino-americano pelo qual se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar ou experimentar armas nucleares e artefatos para seu lançamento¹⁴⁷⁸.

Goulart mudou seu Ministério, em junho, deixando de ser dele membro não apenas Hermes Lima, titular do Ministério das

¹⁴⁷⁵ YOUNG, 1973, p. 193, 199.

¹⁴⁷⁶ CAMPOS (1994, p. 471) opina que a emenda constituiu "essencialmente um subproduto dos confiscos de Brizola".

¹⁴⁷⁷ BANDEIRA, 1995, p. 200-201.

¹⁴⁷⁸ VIANNA FILHO, 1975, p. 447.

Os sucessores do Barão Relações Exteriores do Brasil

Relações Exteriores, como também San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, e Celso Furtado, superintendente da Sudene¹⁴⁷⁹.

O mundo continuava a assistir a cada vez mais nítida divisão entre Leste e Oeste e o surgimento de países que não se viam parte de um ou de outro. Em 25 de junho, Kennedy que se encontrava em *tour* pela Europa, visitou Berlim dividida e, aparentemente, para protestar contra essa separação de cidadãos de uma mesma cidade, declarou ser um berlinense ("Ich bin ein Berliner").

¹⁴⁷⁹ WEIS, 1993, p. 161.

EVANDRO LINS

Evandro Cavalcanti Lins e Silva¹⁴⁸⁰ chefiou o Itamaraty por menos de dois meses, entre 2 de julho e 21 de agosto de 1963. Nesse período presidiu as delegações brasileiras que compareceram à coroação do papa Paulo VI e à posse do presidente do Peru, Fernando Belaúnde Terry.

1963 (JULHO E AGOSTO) – ENCONTRO GOULART. KENNEDY EM ROMA. VOTO CONTRÁRIO À POLÍTICA COLONIALISTA DE PORTUGAL

João Goulart e John Kennedy mantiveram breve encontro, no dia 1º de julho, na Embaixada americana em Roma, onde ambos se achavam para as cerimônias de sagração do papa Paulo VI. Na

¹⁴⁸⁰ Nasceu Evandro Cavalcanti Lins e Silva em Parnaíba, Piauí, em 1912. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1932. Como advogado criminalista, defendeu vários presos políticos que participaram da Intentona Comunista de 1935 e acusados de espionagem durante a Segunda Guerra Mundial. Como jornalista, contribuiu para diversos jornais desde os tempos de estudante. Participou da fundação da UDN em 1945 e foi membro da Esquerda Democrática. Foi professor de Direito Penal (1956-1961). Encontrava-se em viagem com João Goulart a Moscou e Beijing, quando da renúncia de Jânio Quadros. Nomeado por Goulart procurador-geral da República (1961-1963), passou, em 1963, a ser chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Deixou a chefa do Itamaraty para tornar-se ministro do Supremo Tribunal Federal. Cf. ABREU; BELOCH, 1984, p. 1894.

ocasião, entre os temas tratados¹⁴⁸¹, o principal foi o pagamento de juros relativos à dívida externa brasileira¹⁴⁸². A intenção de Goulart teria sido a de informar Kennedy das dificuldades para cumprir o acordo sobre a indenização à Amforp e também prorrogar o débito brasileiro de 25 milhões de dólares¹⁴⁸³.

O governo teve nova oportunidade de executar sua política com relação às colônias portuguesas, ao votar, em 31 de julho, a favor de projeto de resolução no Conselho de Segurança que convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito de autodeterminação e à independência de seus territórios ultramarinos. Abstiveram-se Estados Unidos, França e Grã-Bretanha¹⁴⁸⁴.

Prosseguiram as dificuldades com a França decorrentes da Guerra das Lagostas. O Brasil retirou pedido de *agrément* para o embaixador Vasco Leitão da Cunha depois de decorridos 65 dias sem que o governo francês desse resposta¹⁴⁸⁵.

Num sinal relevante de melhora das tensões Leste-Oeste, em 8 de agosto, a União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha assinaram tratado banindo testes atmosféricos de armas nucleares.

¹⁴⁸¹ LEACOCK (1990, p. 163) afirma, com bases em documentos americanos, ter sido tratada a desapropriação da empresa Amforp e o pagamento da respectiva indenização.

¹⁴⁸² SILVA, E. L., 1997, p. 351.

¹⁴⁸³ CAMPOS, 1994, p. 505.

¹⁴⁸⁴ MAGALHÃES, J. C., 1997, p. 78.

¹⁴⁸⁵ LIGIERO, 2000, p. 106.

Araújo Castro

João Augusto de Araújo Castro¹⁴⁸⁶ chefiou o Itamaraty por cerca de sete meses, entre 21 de agosto de 1963 e 1º de abril de 1964. Em seu discurso de posse no cargo de ministro das Relações Exteriores, sem destacar a questão cubana, atribuiu importância a questões universais como desarmamento, desenvolvimento e descolonização¹⁴⁸⁷.

¹⁴⁸⁶ Carioca, formado em Direito, diplomata de carreira, seus primeiros postos foram os Consulados em Porto Rico (1943), Miami (1944) e Nova York (1944-1946). Participou, como delegado, da Assembleia Geral das Nações Unidas em suas Sessões de números IV (1949), V (1950), VI (1951) e VII (1952). Após ter servido na Embaixada em Roma (1953-1956), chefiou o Departamento Político do Itamaraty (1958), quando participou da XIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Removido para o exterior, foi ministro-conselheiro em Tóquio (1959-1961), período em que atuou como delegado à XV Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), como observador na Reunião do Movimento Não Alinhado realizada no Cairo (1961) e como integrante da delegação do vice-presidente João Goulart à China (1961). Retornando ao Brasil, foi secretário adjunto do Itamaraty (1961-1963), período no qual integrou a delegação brasileira à Reunião do Comitê de Desarmamento das Nações Unidas, realizada em Genebra (1962). Promovido a ministro de primeira classe (1962), atuou como delegado à XVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (1962). Em 1963, Araújo Castro exercia o cargo de secretário-geral do Itamaraty quando foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Cf. ABREU; BELOCH, 1984, p. 719-20.

1963 (SETEMBRO A DEZEMBRO) – DISCURSO DOS "Três Ds": Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização

As dificuldades econômicas do país aumentavam e deterioravam-se as relações com os Estados Unidos. No dia 4 de setembro, o embaixador em Washington, Roberto Campos, alegando discordar dos rumos do governo, pediu exoneração do cargo, mas nele permaneceu a pedido do presidente João Goulart¹⁴⁸⁸.

As declarações brasileiras tornavam-se mais próximas daquela dos chamados países neutralistas. O presidente da Iugoslávia, marechal Josip Tito, visitou o Brasil em setembro, ocasião em que Goulart deplorou a existência de dois blocos de poder no mundo e afirmou não pertencer o Brasil a nenhum deles. Referiu-se também à defesa brasileira da paz mundial em contexto do comércio internacional e da reforma das relações econômicas internacionais. Sugeriu também um sistema de segurança econômica coletiva 1489.

A situação política interna tornava-se cada vez mais instável. No dia 12 de setembro, sargentos sublevados foram dominados pelo Exército, sendo determinada a prontidão nos quatro Exércitos. João Goulart dirigiu-se ao sul do país. Em meio a esse clima nacional, Araújo Castro expandiria os conceitos enunciados em sua posse quando, em 19 de setembro, pronunciou discurso na XVIII Sessão da Assembleia Geral, conhecido como dos "Três Ds" – Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização, quando negou o neutralismo da política externa independente; defendeu desarmamento gradual; apoiou a criação de agências econômicas

¹⁴⁸⁸ GARCIA, 1999, p. 94. Roberto Campos relatou o episódio em uma frase: "Pedi exoneração em agosto de 1963, sentindo-me totalmente incapaz de influenciar o meu próprio governo, cessara minha utilidade como embaixador" (CAMPOS, 1994, p. 538).

¹⁴⁸⁹ LIGIERO, 2000, p. 109.

no Sistema das Nações Unidas e o conceito de segurança econômica e considerou o colonialismo uma relação anacrônica e superada. Afirmou, *inter alia*:

O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas, e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização.

Meu país [...] nunca aceitou a designação de neutralismo para a sua política externa independente. O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o Sistema Interamericano, que concebemos como um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da Comunidade das Nações.

O Brasil sempre defendeu a ideia de que, sem esperar a conclusão de um tratado sobre desarmamento geral e completo, as potências nucleares deveriam ir formalizando os acordos na medida em que se verificassem coincidências de pontos de vista.

O Brasil – juntamente com a Bolívia, o Chile, o Equador e o México – continuará seus esforços por ver consagrada em acordo unânime à desnuclearização da América Latina.

O governo brasileiro considera que o estabelecimento de uma agência especializada de desenvolvimento industrial contribuiria decisivamente para atender a essas exigências [de industrialização acelerada].

Sem prejuízo de quaisquer canais ora existentes, seria, por conseguinte da maior importância que as Nações Unidas dispusessem de um organismo próprio de financiamento, capaz de permitir à Organização Internacional ingressar no campo da assistência financeira aos países subdesenvolvidos.

[...] a Assembleia Geral poderia considerar a possibilidade de criar um Comitê Permanente do Conselho Econômico e Social, à semelhança do Comitê para o Desenvolvimento Industrial e outros órgãos subsidiários.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada pela Assembleia Geral vai reunir-se precisamente porque a atual estrutura do comércio internacional não favorece os países subdesenvolvidos e está baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro, atendem preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países industrializados.

[...] crê o governo brasileiro que deveria ser proclamada uma Declaração para a Consecução e Manutenção da Segurança Econômica Coletiva.

O Brasil reconhece que os elementos residuais de colonialismo oferecem resistência e exigirão por algum tempo ainda esforços e sabedoria coletivos concentrados [...]. É [...] momento oportuno para que o Comitê dos 24 [...] passe em revista sistemática cada continente de per si, não omitindo o continente americano e os seus territórios dependentes de potências extracontinentais. Enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação internacional superado e anacrônico.

O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. 1490

Durante a Assembleia, o ministro Araújo Castro expôs ideia em matéria de desarmamento que seria, posteriormente, adotada no plano multilateral. Considerando que o principal problema na proibição de testes constituía a verificação, o ministro brasileiro propôs tratamento gradual da questão, iniciando-se pela proibição dos testes subterrâneos já verificáveis por meios técnicos nacionais (monitoramento sísmico, reconhecimento por satélite e outros meios de informação que não envolvessem inspeção *in loco*). Progressivamente avançar-se-ia à medida que avançassem os progressos técnicos de verificação¹⁴⁹¹.

Ainda em Nova York, Araújo Castro manteve encontro com o secretário de Estado, Dean Rusk, que lhe indagou da possibilidade de mediação brasileira junto a Portugal com respeito à questão da independência de Angola e de Moçambique¹⁴⁹².

Após o assassinato de John Kennedy em 22 de novembro, João Goulart enviou carta a Lyndon Johnson em que afirmou, inter alia:

[...] A cruel agressão que derrubou seu predecessor deixou-o, para sempre, fixado no próprio ato de lutar por causas generosas e aprofundou o compromisso de todos os povos e todos os homens de boa vontade para a construção de um mundo novo, livre das preconcepções ideológicas já obsoletas do século passado e também independente dos privilégios e interesses inaceitáveis de grupos, castas ou indivíduos especiais.

¹⁴⁹¹ WROBEL, 1993, com base em SEABORG, Glenn T.; S. Loeb, BENJAMIN. Stemming the tide: arms control in the Johnson years (Lanham: Lexington Books, 1987).

¹⁴⁹² LIGIERO, 2000, p. 102.

Em sua resposta, Johnson tratou, entre outras, de questões econômicas:

Problemas de comércio, desenvolvimento e investimento [...] constituem, naturalmente, motivo de preocupações para nossos dois países. Acredito que todos esses problemas sejam solucionáveis se abordados dentro de uma concepção de cooperação internacional em fase de expansão – uma concepção que afasta barreiras desnecessárias ao comércio e investimento e cria novas oportunidades para o crescimento econômico. 1493

A situação econômica deteriorava-se. O balanço de pagamento apresentou déficit de 244 milhões de dólares e os investimentos externos caíram de 108 milhões de dólares, em 1961, para 30 milhões de dólares. Para financiar o déficit, o governo utilizou parte da reserva em ouro (75 milhões de dólares) e obteve de bancos privados empréstimos de curto prazo. Em consequência, o montante devido em 1964 a título de juros e amortização (728 milhões de dólares) era equivalente a cerca de 50% da receita estimada de exportações¹⁴⁹⁴.

1964 (JANEIRO A MARÇO) – RELAÇÕES COM A FRANÇA. RENOVAÇÃO DE ACORDO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS. A REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO DE DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). MUDANÇA DE REGIME

O ano de 1964 seria marcado por relevantes modificações no cenário de países africanos: formou-se a Tanzânia, Zâmbia tornou-se

¹⁴⁹³ YOUNG, 1973, p. 193-194.

¹⁴⁹⁴ MALAN, 1986, p. 104.

independente, o Congo se declarou uma República Popular e o Quênia uma República. Os Estados Unidos determinaram ataque aéreo a bases norte-vietnamitas em represália a alegado ataque de destróier. Forças de paz das Nações Unidas tomaram o Chipre, que derrogou acordo assinado com a Grécia quatro anos antes. A Grécia recusou-se a manter negociações diretas com a Turquia que determinou ataque aéreo da ilha.

Nos meses que antecederam o golpe militar de março, três questões ocuparam a Chancelaria brasileira enquanto o país vivia situação econômica e política difícil: as relações com a França, a renovação de acordo militar com os Estados Unidos e, sobretudo, a realização da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

As relações franco-brasileiras melhoraram em janeiro, quando, por carta, o presidente João Goulart convidou o general De Gaulle a visitar o Brasil¹⁴⁹⁵. O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952 foi renovado em 30 de janeiro, por troca de notas entre o ministro Araújo Castro e o encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos¹⁴⁹⁶.

Quanto à I UNCTAD, o próprio ministro Araújo Castro expôs as expectativas brasileiras, quando, em 24 de março, fez pronunciamento na IV Sessão¹⁴⁹⁷ Plenária da Conferência dos Países em Desenvolvimento, realizada em Genebra. Afirmou, *inter alia*:

Pela primeira vez na história das conferências econômicas, as nações subdesenvolvidas comparecem aqui como uma frente unida. Agora, sabemos melhor do que no

¹⁴⁹⁵ REVISTA, 1964, p. 117.

¹⁴⁹⁶ BANDEIRA, 1978, p. 468.

¹⁴⁹⁷ As três primeiras sessões preparatórias haviam sido realizadas respectivamente em Nova York (janeiro-fevereiro de 1963), Genebra (maio-junho de 1963) e Nova York (fevereiro de 1964).

passado como qualificar nossos problemas e como apresentá-los, tal como eles resultam do problema maior de desenvolvimento econômico.

O que esperamos desta Conferência? O que podemos aspirar conseguir neste encontro das maiores autoridades em matéria de política comercial [...]? É firme convicção de meu governo que neste momento, aqui em Genebra, dever-se-ia inaugurar uma nova era nas relações de comércio internacional. Estamos igualmente conscientes do fato de que essa nova era não poderá ser alcançada pelos esforços dos países subdesenvolvidos sozinhos [...] os países industrializados precisam corresponder aos desafios que os confrontam e parar de buscar maximizar a todo custo as suas vantagens comerciais. Essas nações, que se consideram como os baluartes da cultura e da civilização, têm agora de ouvir não somente apelo de dois bilhões de seres humanos em busca de padrões de vida decentes, mas também para aqueles países que, embora economicamente subdesenvolvidos, são capazes de comparecer a esta Conferência, não como um apelo por ajuda, mas com uma relação de medidas para resolver problemas de desenvolvimento econômico e social que dizem respeito a toda a humanidade.1498

¹⁴⁹⁸ AMADO, 1982, p. 43-49.

Epílogo

Qual o saldo de política externa executada pelos sucessores do Barão entre 1912 e 1964? Será possível extrair dos fatos descritos anteriormente linhas comuns, tendências, resultados e indicações dos acontecimentos que se seguiriam?

A leitura dos fatos de política externa permite algumas observações e mesmo conclusões. Uma primeira observação, à luz da situação atual, refere-se ao reduzido número de países que concentraram a atenção do Itamaraty nos cerca de 50 anos entre a morte do Barão e a Revolução de 1964: em primeiro plano, os Estados Unidos (aproximação), Argentina (rivalidade) e Alemanha (confronto). Em categoria menos proeminente, ocuparam a reflexão do Itamaraty outros países europeus, tais como Inglaterra (atritos diplomáticos em decorrência dos bloqueios marítimos das duas guerras mundiais), França (solidariedade na Primeira Guerra e envio de médicos brasileiros), Itália (único país em que tropas brasileiras tiveram atuação militar) e Portugal (política de apoio ao colonialismo até a década de 1960), além de vizinhos sul-americanos, em especial o Paraguai (Guerra do Chaco) e a Bolívia (petróleo, estrada de ferro).

Outra observação diz respeito ao gradual afastamento da influência europeia e ao contínuo acercamento dos Estados Unidos.

Rio Branco apregoara a aproximação de Washington e lembrou que existira desde a Independência e deveria continuar a ser cultivada:

[...] o Brasil, desde os primeiros dias da Revolução que o separou da mãe-pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma Aliança ofensiva e defensiva com a Grande Nação do Norte, como lhe chamavam já então os próceres dessa amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

Dava-se conta o Barão da importância dos Estados Unidos como "o principal mercado para o nosso café e outros produtos" bem como da relevância da capital americana para a decisão de temas hemisféricos: "Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião" 1500. Para essas afirmações, baseava-se Rio Branco em experiência de negociações territoriais com os países vizinhos, durante as quais o apoio de Washington constituíra arma não pouco relevante. Nos anos imediatamente posteriores à sua morte, porém, a consulta frequente a Washington ultrapassaria o pretendido por José Maria Paranhos, como bem o notou seu amigo Domício da Gama.

A terceira observação relaciona-se à tática brasileira de utilizar triângulo entre Estados Unidos e outros países para obtenção de atendimento de seus interesses. Em outras palavras, a tática de recorrer a outros países, no caso de não atendimento

¹⁴⁹⁹ LINS, 1998, p. 316-317 e 319-320, citando despacho de Rio Branco à Legação do Brasil em Washington. 1500 RICUPERO. 1995.

dos interesses nacionais. Tal prática não ocorreu na República Velha, mas tornou-se visível na Era Vargas. A opção definitiva pelos Aliados, sobretudo os Estados Unidos, no entanto, marcaram a atuação estratégica brasileira nos dois conflitos mundiais. Nos períodos pós-guerras, no entanto, essa oscilação entre Estados Unidos e Europa, em especial a Alemanha, se fez presente com alguma frequência. Outras instâncias desse gênero manifestaram-se posteriormente, a exemplo da política nuclear brasileira ou, atualmente, das negociações paralelas, de um lado, com a União Europeia e, de outro, com os países da América para formação de área de livre comércio, a Alca.

Qual o caminho percorrido para que se alcançasse a situação observada acima?

Os primeiros sucessores do Barão aproximaram o Brasil dos Estados Unidos na República Velha de forma contínua e persistente. Havia fortes razões econômicas para esse acercamento político de Washington. A economia agrícola brasileira dependia fortemente do café e os Estados Unidos constituíam o principal destinatário daquele produto cujo primeiro fornecedor para aquele mercado era o Brasil. Além disso, os investimentos britânicos no Brasil decresciam, os norte-americanos quadruplicavam, assim como surgia Nova York como centro adicional de provisão de empréstimos para o país. A diminuição da influência econômica britânica e sua substituição gradual pela americana teve outros fatores coadjuvantes. Assim, por exemplo, as ações inglesas para impor suas regras relativas ao bloqueio na guerra dificultaram a exportação do café e criaram atritos diplomáticos.

Com a Alemanha – país que, poucas décadas antes, contribuíra com importante imigração – a relação também se deteriorou rapidamente em razão do bloqueio marítimo que, por sua vez, esta igualmente impôs ao Brasil. A situação de desavenças com Berlim culminou com o ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial, após o torpedeamento de navios brasileiros, e perdurou até após o primeiro conflito mundial uma vez que, na Conferência de Versalhes, as reivindicações brasileiras versaram sobre indenizações germânicas e, na Liga das Nações, o país exerceu seu veto contra o ingresso da Alemanha. Apesar desse contexto político de animosidade, o mercado alemão tornou-se o terceiro para os produtos brasileiros, quando da recuperação econômica daquele país entre as guerras, voltando o algodão a ser relevante na pauta de exportação.

A situação de guerra na Europa determinou, portanto, gradual afastamento daquele palco e crescente aproximação hemisférica. Com Buenos Aires, no entanto, a política externa da República Velha correspondeu a uma crescente rivalidade. A constatação pela Missão militar francesa de que a Argentina dispunha de capacidade militar quatro vezes superior à brasileira, colocou o Brasil em posição defensiva com relação a seu principal vizinho ao Sul. Embora este dispusesse de menor território e população menos numerosa, era mais industrializado, mais armado e atuava cada vez mais influentemente entre os demais países da América do Sul. Haviam fracassado tentativas de aproximação diplomática, como a do Pacto ABC em 1915, e aumentado as divergências sobre desarmamento, tema que, para o Brasil, significava congelar o statu quo benéfico à Argentina, como ficaria evidenciado em reunião pan-americana de Santiago em 1923.

A política externa da República Velha espelhou, portanto, a preocupação com a exportação de produtos primários, em especial o café, e apresentou saldo misto: aproximação de Washington, franca rivalidade com a Argentina, diminuição da influência britânica, participação bélica diminuta na Primeira Guerra Mundial juntamente com os Aliados, tentativa frustrada de maior projeção internacional mediante busca de assento permanente no Conselho

da Liga das Nações e, ao final da República Velha, distanciamento das questões internacionais, sobretudo das europeias. A crise internacional de 1929 teria influência nos fatores internos que levaram à tomada do poder pela força no ano seguinte.

Qual o balanço da política dos sucessores do Barão durante os 15 anos do Primeiro Período Vargas? De modo geral, pode-se concluir ter sido o estabelecimento de uma aliança política, militar e econômica com os Estados Unidos, entre 1942 e 1945, jamais ocorrida antes e não repetida no mesmo grau nas décadas posteriores. Acelerou-se, em consequência, o processo de perda da influência dos países europeus, em especial a Grã-Bretanha. O afastamento argentino da linha política adotada por Washington deixaria ao Brasil espaço para ampla cooperação americana.

Para atingir essa aliança, os sucessores na Era Vargas atravessaram fases distintas, durante as quais o segundo conflito mundial exerceria força catalisadora dessa estreita ligação. Entre 1930-1934, a aproximação não esteve particularmente presente, embora tenha havido consultas e tentativas de diálogo. Afrânio de Melo Franco buscou o apoio de Washington para mediação nas questões sul-americanas do Chaco e Letícia, mas a recessão deixara a "Grande Nação do Norte" afastada da cena internacional. Por seu lado, o Brasil enfrentava dificuldades com os preços do café, queda das exportações e da capacidade de importação, diminuição da produção industrial e aumento da dívida externa. A Argentina, nesse período, exerceu diplomacia atuante com Saavedra Lamas, que "roubaria", por assim dizer, o Prêmio Nobel da Paz de Melo Franco pelos esforços apaziguadores na América do Sul.

De 1935 a meados de 1938, a ascensão dos regimes autoritários europeus exerceu fascínio em alguns setores brasileiros. Duas tentativas de golpe – um comunista (a Intentona de 1935) e um fascista (o *putsch* integralista de 1938) – exemplificaram as

influências autoritárias. Com os Estados Unidos, a negociação de acordo comercial significou aproximação, mas a assinatura de documento equivalente com a Alemanha, no ano seguinte, mostrou a ambiguidade brasileira. Em 1937, o acatamento por Washington do veto argentino-britânico à compra brasileira de contratorpedeiros americanos configuraria retrocesso na possibilidade de maior acercamento dos Estados Unidos.

Entre meados de 1938 e 1941, começou a forjar-se o pacto entre Washington e Rio de Janeiro com a apresentação de exigências de parte a parte. O Brasil desejava financiamento para industrialização (especialmente na área siderúrgica) e armamentos (sobretudo no Sul, na fronteira com a Argentina). Os Estados Unidos pretendiam a utilização de bases no Nordeste e a compra de materiais estratégicos. Com a chegada de Oswaldo Aranha à chefia do Itamaraty, teria início a formação da Aliança Não Escrita entre os dois países. Esta superou outros retrocessos como o discurso de Vargas no Minas Gerais, em 1940, e a relativamente débil reação inicial brasileira ao ataque japonês a Pearl Harbor, no ano seguinte.

Entre 1942 e 1945, as bases amplas da aliança se firmaram. A partir da Conferência do Rio de Janeiro, o vínculo militar se consolidou, impulsionado pelos alemães que começaram a torpedear navios brasileiros. Washington temia a possibilidade de os alemães passarem da África para o Brasil e o restante da América do Sul. Quando, após a derrota alemã no norte da África, esse perigo deixou de existir, tratou o Brasil de ter participação militar no final do conflito europeu. Com bravura e recursos modestos, a FEB desempenhou essa tarefa bélica, no início de 1945, sob o comando americano. Frustraram-se, no entanto, em São Francisco as expectativas de o Brasil ter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ainda que Washington tenha tentado apoiar o desejo brasileiro, o pleito enfrentou a oposição soviética.

O período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955, caracterizou-se pelo alinhamento das posições brasileiras às dos Estados Unidos nas Nações Unidas, em especial no tocante à União Soviética, durante o início da Guerra Fria. Essa atitude era acompanhada de apoio à política colonialista de Portugal salazarista contrapropostas de autodeterminação de suas colônias, em especial Goa. O conservadorismo na política externa correspondia a uma situação econômica interna que ainda se beneficiava do crescimento pós-guerra, tendo o PIB aumentado, entre 1945 e 1955, à taxa média anual de 6,8%. Embora a Europa tivesse recuperado parte de sua anterior posição no comércio exterior brasileiro, continuavam os Estados Unidos a ser o principal adquirente do café, o qual continuava a representar quase 75% do total da pauta de produtos vendidos ao exterior.

Raul Fernandes (1947-1951), no governo Dutra, protagonizou a política externa conservadora do Brasil no pós-guerra, marcada pelo rompimento com Moscou, pelo apoio a dispositivo anticomunista na OEA, por encontros entre Truman e Dutra, por voto contra a admissão da China nas Nações Unidas, pelo apoio político à ação americana na Coreia e pela criação de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A política brasileira com relação à Argentina não se alterou no imediato pós-guerra, pois o vizinho ao Sul persistiu no aumento de gastos com armamentos. Terá atenuado essa preocupação brasileira a recusa americana de vender armas a Buenos Aires, entre o final de 1945 e meados de 1947, quando a Argentina finalmente cumpriu os compromissos de Chapultepec. No ano seguinte, as relações do Brasil com a Argentina apresentaram melhoras quando, ao retornar da Conferência Interamericana de Bogotá, o chanceler argentino visitou Raul Fernandes e negociou acordos econômicos.

Com Neves da Fontoura (1952-1953), no Segundo Período Vargas, surgiram algumas preocupações pelo desenvolvimento de países não industrializados, bem como de se buscar assistência econômica para alcançá-lo. Com relação a Washington, embora a política externa defendida por Vargas em seu segundo período se assemelhasse à de Dutra no tocante à Guerra Fria, diferenciou-se pela tentativa de exigência de contrapartidas mediante apoio à industrialização brasileira. A aproximação da Argentina de Perón, iniciada no final do governo anterior, sofreria retrocesso diante das repercussões da assinatura do Acordo Militar com os Estados Unidos e da não adesão brasileira à proposta argentina de formação de Pacto ABC (1952). Ao final do Segundo Período Vargas, já se notava desencanto brasileiro com a falta da contrapartida americana ao reiterado apoio político do Brasil a Washington. Simbólica desse afastamento foi a extinção pelo governo americano da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação, no mesmo ano de 1953, de mecanismo semelhante entre o Brasil e a Alemanha. Evidenciava--se novamente o sempre presente triângulo do Brasil entre Estados Unidos e Europa.

O retorno de Raul Fernandes ao Itamaraty (1954-1955) (e assunção da pasta da Fazenda por Eugênio Gudin) significou, no entanto, o revigoramento de política de colaboração com Washington. Foram então adotadas medidas econômicas do agrado americano e outras de interesse colonial de Portugal. O alinhamento político com os Estados Unidos e a distância das propostas argentinas se evidenciaram na Conferência Interamericana de 1954, quando o Brasil apoiou resolução anticomunista, em que a Argentina se absteve, e quando se negou a apoiar pedido de exame da questão das ilhas Malvinas na OEA. Macedo Soares continuou com a política conservadora, no final de 1955, ocasião em que o Brasil opôs-se ao ingresso da República Democrática Alemã e advogou a aceitação de Portugal salazarista nas Nações Unidas.

A política externa do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira poderia ser caracterizada como de transição entre o alinhamento característico do decênio entre 1945 e 1955 e o posterior rompimento dessa política que caracterizaria o período seguinte, conhecido como de Política Externa Independente. Notam-se no governo de Kubitschek elementos que se aguçariam mais tarde, tais como a preocupação com o desenvolvimento dos países não industrializados, em especial os latino-americanos, com os quais buscou celebrar acordos econômicos, ainda que limitada essa iniciativa ao café. Permaneceu, contudo, inalterada a relação com Portugal, sem se registrar elementos de dissonância com a política colonialista daquele país.

Essa política externa, que apresentava elementos novos, refletia situação econômica igualmente marcada por modificações, tais como a elevação da dívida externa, a diminuição das reservas e a queda dos preços do café. A necessidade de ajustes levaria a conflitos com o FMI e a iniciativas diplomáticas com respeito àquele produto. Com Macedo Soares ainda no timão do Itamaraty (1956--1957), o Brasil apoiou a política salazarista com relação à Índia e recebeu o presidente de Portugal. Registraram-se, no entanto, alguns sinais distintos, tais como críticas ao Tratado de Roma que criou a Comunidade Econômica Europeia, o estabelecimento de comércio com a República Democrática Alemã e a celebração de um acordo latino-americano de café, motivado pela queda dos preços desse produto a partir de 1955. A dependência do mercado dos Estados Unidos continuava crescendo: em 1957, o café respondeu por 76% das exportações brasileiras e por 94,8% das feitas ao mercado americano. Além disso, aquele país respondeu pela maior parcela dos investimentos estrangeiros, os quais quase triplicaram nos dois primeiros anos do governo de Juscelino Kubitschek.

Essa situação explicaria a moderação da Operação Pan--Americana que pretendia cooperação hemisférica para superar o subdesenvolvimento e, dessa forma, evitar o comunismo. Idealizada por Augusto Frederico Schmidt e posta em andamento na gestão de Negrão de Lima, não configurava atitude de confrontação, mas de uma proposta de colaboração, em troca de assistência. Teria resposta, no governo americano seguinte, quando Kennedy lançou a Aliança para o Progresso.

Na gestão de Horácio Lafer (1959-1960), nota-se sensível melhora do relacionamento com a Argentina e aproximação comercial de outros mercados na Europa Ocidental e mesmo na Oriental. Várias iniciativas seriam bem-sucedidas, tais como a assinatura do Convênio Internacional do Café, os acordos firmados com a Argentina, a Missão Comercial à União Soviética, a criação da Alalc e a mediação brasileira nas questões da República Dominicana e de Cuba. As exportações para a Europa aumentaram, tendo em 1959 duplicado com relação a 1957.

O período de Juscelino Kubitschek de Oliveira apresentou, portanto, tanto inovações quanto elementos conservadores preexistentes. Não se diferenciou dos três períodos anteriores no tocante à aproximação dos Estados Unidos, objeto de visita de Kubitschek quando ainda presidente eleito e de vários contatos e consultas durante seu governo, em especial no âmbito da Operação Pan-Americana.

A Política Externa Independente formulada e desenvolvida nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, representou mudança em relação àquela de alinhamento político automático prevalecente na década de 1945 a 1955 e uma ampliação dos conceitos delineados na gestão de Neves da Fontoura e no governo de Kubitschek. Coincidiu com os surpreendentes acontecimentos na ilha de Cuba, onde, ao lado dos Estados Unidos, instalou-se regime comunista apoiado por Moscou.

A diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto, entre 1961 e 1963, para o nível mais baixo desde o início da Segunda Guerra Mundial, o aumento do estoque da dívida, as dificuldades do comércio exterior e os problemas de balanço de pagamento, obrigaram o país a proceder a negociações econômicas internacionais voltadas a resolver as dificuldades financeiras. Ainda que Quadros tenha iniciado política econômica e financeira conservadoras, sua política externa representou ruptura com a anterior por deixar o país de acompanhar automaticamente as teses esposadas por Washington ou capitais coloniais da Europa e de buscar aproximação dos países em desenvolvimento e do Leste Europeu.

O udenista Afonso Arinos, autor de lei contra a discriminação racial no país, buscou as raízes africanas brasileiras para justificar a nova política com relação ao continente colonizado do outro lado do Atlântico. Propôs: aproximação entre Leste e Oeste; auxílio dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos; o fim do colonialismo, mediante eleições; autodeterminação da Argélia e de Angola; aplicação a Cuba do respeito à soberania, baseado no princípio da não intervenção; direito de a Alemanha constituir um Estado único, por processo democrático; adoção de política antirracismo principalmente aquele na África do Sul; relações com países de ideologia diferentes e favorecimento da discussão da questão da representação chinesa nas Nações Unidas. Por outro lado, negou a qualidade brasileira de "neutralista", embora admitisse que o Brasil estivesse muitas vezes de acordo com aquele grupo.

O petebista San Tiago Dantas aprofundou conceitos de Arinos com propostas de redução tarifária na América Latina; de relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; de apoio à emancipação dos territórios não autônomos; de adoção de planos de desenvolvimento econômico e de ajuda internacional. O alerta contra políticas protecionistas de países desenvolvidos apareceu

em documento que assinou com a Argentina. Foi sobretudo com relação a Cuba que San Tiago Dantas aprofundou as teses da política externa independente. Suas propostas, porém, poderiam ser consideradas moderadas, pois lamentou ter Cuba se afastado da democracia representativa e reconheceu que esse fato criou incompatibilidades com o sistema interamericano. O fato agravante das relações com os Estados Unidos não partiria da política externa do Governo Federal, mas de ação de desapropriação de empresa americana pelo governo estadual de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Ao contrário, poder-se-ia afirmar que na administração San Tiago Dantas várias foram as iniciativas de aproximação dos Estados Unidos, tais como empréstimo da Usaid ao Brasil, a visita de Goulart a Kennedy e as propostas de indenização à American & Foreing Power Company.

Ao membro do Partido Socialista Brasileiro, Hermes Lima, coube atuar durante a Crise dos Mísseis em Cuba, quando defendeu a autodeterminação dos povos, o princípio da coexistência e o respeito mútuo. Afirmou que Cuba tinha o direito de se armar como qualquer país que se sentisse ameaçado. Opôs-se à formação de alianças americanas com propostas agressivas e defendeu solidariedade com os países americanos no esforço de livrar o continente da influência comunista que pudesse pôr em perigo suas instituições. Defendeu o direito de Cuba "levar a cabo a sua experiência política". Considerou que, por ser socialista, o regime de Havana não deveria deixar de ser considerado americano.

Na curtíssima administração de Evandro Lins e Silva, o Brasil votou a favor de projeto de resolução no Conselho de Segurança que convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito de autodeterminação e a independência de seus territórios ultramarinos, discrepando nessa ocasião das grandes potências que se abstiveram.

O diplomata Araújo Castro atuou, sobretudo, em matéria de desarmamento. Comprometeu o Brasil com os esforços para um acordo unânime à desnuclearização da América Latina. Propôs que as Potências Nucleares formalizassem acordos de desarmamento à medida que se verificassem coincidências de pontos de vista e o tratamento gradual da verificação de testes nucleares. Em matéria de comércio, criticou a estrutura internacional que afirmou não favorecer os países subdesenvolvidos e estar baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro, atendiam preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países desenvolvidos. Negou que os países subdesenvolvidos estivessem fazendo apelo de ajuda, mas sim de medidas para resolver problemas de desenvolvimento econômico e social.

Essas crescentes ampliações dos conceitos da Política Externa Independente não ocorreram isoladamente no Brasil, mas refletiram tendências que se iniciariam ao longo do final da década de 1950 e se estenderiam pelas décadas de 1960 e 1970, em outros países em desenvolvimento e se expressariam nos foros multilaterais mediante iniciativas como a de estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional. A Política Externa Independente exibiu modificações de posturas e atos concretos, tais como acordos com países latino-americanos, abertura de embaixadas na África, restabelecimento de relações diplomáticas e do comércio com países do Leste Europeu. Com relação a Cuba, embora admitisse a incompatibilidade de seu governo comunista com o sistema hemisférico, a política brasileira do período apresentou-se contrária à intervenção militar americana naquela ilha, favorável à manutenção de relações diplomáticas com o regime de Castro e ao reconhecimento do direito daquele país ter armamento defensivo.

O quadro geral da política externa entre 1912 e 1963 mostra, portanto, algumas tendências, tais como aumento gradual e persistente da relevância dos Estados Unidos na política externa

brasileira e diminuição da europeia. Algumas das ideias lançadas no último período permaneceriam vigentes em correntes do Itamaraty nas décadas seguintes.

Qual o papel individual desenvolvido pelos sucessores do Barão nos cerca de 50 anos cobertos por este volume? Que contribuição pessoal terão dado para alteração de rumos? Ou será que alguns caminhos já estavam traçados por serem inevitáveis e resultantes da conjuntura internacional?

Dificilmente poder-se-ia generalizar em resposta a essa pergunta. Alguns dos sucessores deixaram sua marca pessoal na condução da política externa. O principal exemplo desse tipo de sucessor seria Oswaldo Aranha que enfrentou resistências no próprio governo para aplicar política a favor dos Aliados na guerra. Em sua grande maioria, os titulares do Itamaraty refletiram certas características brasileiras, tais como a inclinação para a moderação e a negociação, qualidades herdadas do Barão, mas que, na verdade, a ele antecediam. Se fosse preciso dar uma epígrafe para a atuação principal dos 21 sucessores cobertos por este volume poderia tentativamente ser dito que:

- Lauro Müller consultou com frequência os Estados Unidos e manteve neutralidade brasileira na Primeira Guerra Mundial.
- Nilo Peçanha teve ação decisiva para que o Brasil participasse da Primeira Guerra Mundial com os Aliados.
- Domício da Gama obteve para o Brasil apoio dos Estados Unidos para as pretensões brasileiras na Conferência de Versalhes.
- 4. Azevedo Marques em sua gestão, o Brasil teve atuação de destaque na Liga das Nações.

- Felix Pacheco instruído por Arthur Bernardes, insistiu na pretensão brasileira de assento permanente no Conselho da Liga das Nações.
- Octavio Mangabeira atuou na demarcação das fronteiras, em reforma do Itamaraty e confirmou a retirada brasileira da Liga das Nações.
- 7. Afrânio de Melo Franco destacaram-se seus ingentes esforços nas questões de Chaco e Letícia.
- Macedo Soares finalizou as negociações para a paz no Chaco, defendeu o Acordo Comercial com os Estados Unidos e assinou os Acordos de Roboré com a Bolívia.
- Pimentel Brandão atenuou junto aos Estados Unidos as repercussões de ajuste comercial com a Alemanha e do golpe de Estado de 1937.
- 10. Oswaldo Aranha atuou junto a Vargas para levar o Brasil a uma aliança ampla com os Estados Unidos.
- 11. Leão Velloso buscou assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas e restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética.
- 12. Neves da Fontoura concluiu acordo militar com os Estados Unidos e formulou amplo tratado com Portugal.
- 13. Raul Fernandes rompeu relações com a União Soviética e apoiou política anticomunista dos Estados Unidos.
- 14. Vicente Rao criou a Comissão Mista com a Alemanha.
- 15. Negrão de Lima teve atuação nas relações com Portugal e suas colônias e na assinatura de convênio latino-americano de café.
- 16. Horácio Lafer tomou iniciativas que resultaram na melhora do relacionamento com a Argentina, na

- aproximação comercial com mercados na Europa, na assinatura do Convênio Internacional do Café e na criação da Alalc.
- 17. Afonso Arinos de Melo Franco negou ser o Brasil um país "neutralista", mas propôs e executou política de relações com países de ideologia diferentes, de busca de auxílio dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, de autodeterminação de países africanos, de oposição ao racismo na África do Sul, de respeito à soberania de Cuba e de discussão da representação da China nas Nações Unidas.
- 18. San Tiago Dantas aprofundou conceitos de seu antecessor, sobretudo, com relação a Cuba.
- 19. Hermes Lima reconheceu que Cuba tinha o direito de se armar, opôs-se à formação de alianças americanas com propostas agressivas e defendeu solidariedade com os países americanos contra a influência comunista.
- 20. Evandro Lins favoreceu o reconhecimento imediato por Portugal do direito de autodeterminação e à independência de seus territórios ultramarinos.
- 21. Araújo Castro comprometeu o Brasil com os esforços para a desnuclearização da América Latina, propôs crescentes acordos de desarmamento e defendeu a adoção de medidas para resolver problemas de desenvolvimento econômico e social.

A leitura dos fatos corrobora a ideia, constante da Introdução, de que o Itamaraty tem gozado de relativa autonomia na condução da política externa. Com exceção de alguns governos em que o presidente exerceu sua influência direta mas mesmo assim esporádica (Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas), verifica-se que frequentemente a Casa do Barão tomava decisões

sem interferências de outros ministérios, mesmo os militares (salvo talvez no episódio da não participação do conflito coreano) ou do Congresso.

Entre 1912 e início de 1964, o país viveu períodos não democráticos, seja pela tomada do poder pela força em 1930, seja pelo agravamento dessa situação comm o golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo. Mas, até mesmo entre os demais períodos, isto é, entre 1912 e 1930 ou entre 1945 e 1964, a diplomacia brasileira parecia ser pouco influenciada por atuação parlamentar. O Congresso teve papel relevante na discussão e aprovação *a posteriori* de alguns acordos internacionais, tais como o Acordo Comercial dos Estados Unidos de 1935, ou o Acordo Militar com os Estados Unidos de 1952. Na condução diária da diplomacia, porém, em época em que a sociedade civil encontravase menos organizada, essa influência externa, se existente, era menos aparente.

Que consequências teria o período diplomático de 1912-1963 para as décadas seguintes no restante do século XX? A atuação da diplomacia brasileira condicionou as relações nos anos seguintes? Que outros rumos poderia ter tomado a diplomacia brasileira e que consequências teria havido?

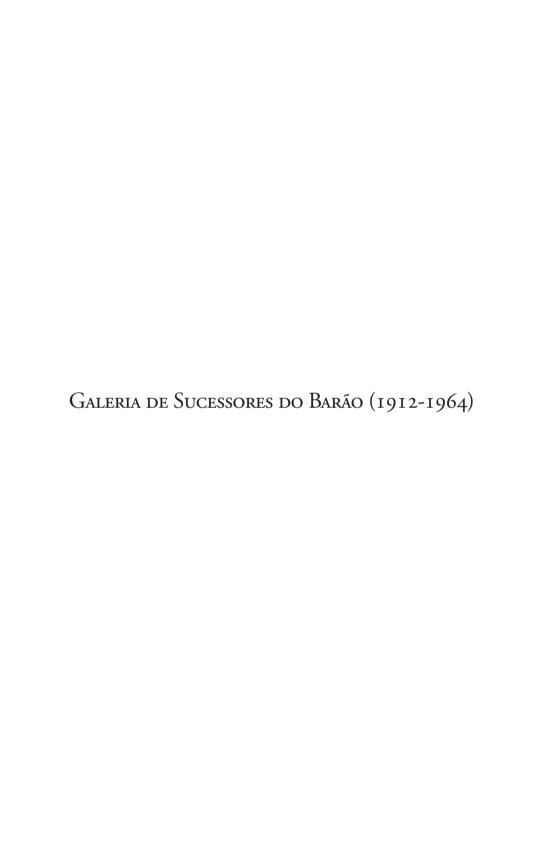
Para responder a esta última indagação basta se comparar, por exemplo, os caminhos traçados pela vizinha Argentina diante dos mesmos fatos internacionais ocorridos entre 1912 e 1945, para se verificar os resultados distintos alcançados. O Brasil optou por abandonar a neutralidade em ambos os conflitos mundiais e por ter participação bélica juntamente com os Aliados. Tivesse a política externa brasileira sucumbido a pressões para manter a neutralidade, como o fez Buenos Aires, talvez não tivesse atingido os objetivos que pretendia na época, fossem estes de industrialização ou de reequipamento militar. Não teria feito

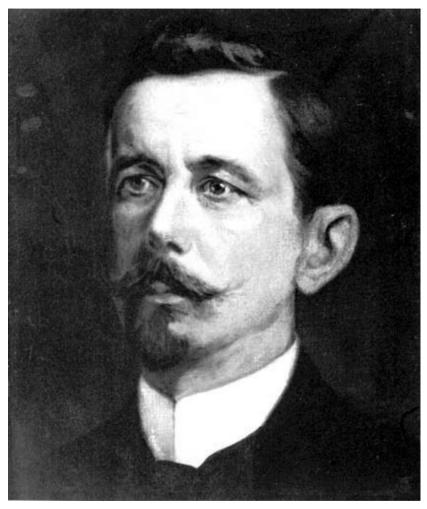
parte, desde sua criação, dos órgãos internacionais criados, como Nações Unidas, Banco Mundial, FMI e GATT. Difícil ter precisão sobre essas consequências, mas certamente pode-se imaginar que outra teria sido a aceitação brasileira no seio do mundo pós-guerra.

A evolução da política externa brasileira na primeira metade do século XX, embora tenha indicado algumas tendências como a aproximação dos Estados Unidos e mudanças de rumos como a política relativa ao colonialismo, por exemplo, não apresentou aspectos revolucionários, pois frequentemente os titulares do Itamaraty buscaram coerência com as políticas anteriores, em busca da defesa de interesses perenes no país. Uma característica da diplomacia brasileira tem sido a mudança gradual, sem solavancos ou alterações repentinas. Se a Política Externa Independente significou inovação, a forma como evoluiu foi cuidadosa. Um exemplo desses cuidados foi a não adesão brasileira ao Movimento Não Alinhado, em razão dos compromissos no âmbito do TIAR. Outra evidência da preocupação em não diferir de forma brusca de Washington foram as críticas de San Tiago Dantas ao regime cubano por apartar--se dos princípios da democracia representativa e criar "profunda divergência e mesmo incompatibilidades" com os princípios do sistema interamericano. Outro exemplo ainda desses cuidados constituiu a caracterização por Goulart das relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos como sendo "exatas, convenientes e necessárias".

Quer isso dizer que a política externa foi acertada na maior parte dos 52 anos cobertos por este volume? A pergunta conduz à discussão da capacidade de avaliação do poder real do país no cenário internacional. Na maior parte das ocasiões examinadas, a diplomacia brasileira teve percepção de seu peso no palco internacional, de sua possibilidade de interferência, de aproveitamento de oportunidades, de vácuos de poder e de estar ao lado dos vencedores. Em alguns casos, porém, avaliou mal e

superdimensionou seu poder na esfera global e não acertou em decisões como, por exemplo, a de levar adiante a pretensão brasileira a um assento no Conselho da Liga das Nações. Felizmente, essas instâncias foram menos numerosas do que as de acerto e o balanço geral foi positivo.





Lauro Müller (1912-1917)



Nilo Peçanha (1917-1918)



Domício da Gama (1918-1919)



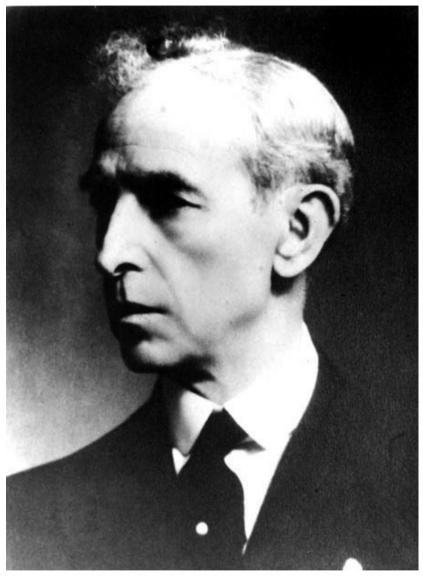
Azevedo Marques (1919-1922)



Félix Pacheco (1922-1926)



Octavio Mangabeira (1926-1930)



Afrânio de Melo Franco (1930-1934)



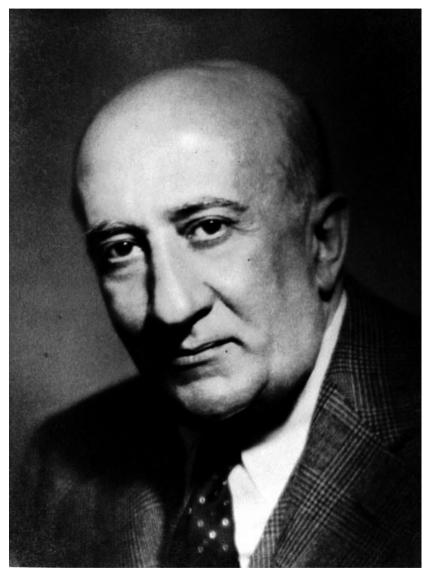
José Carlos de Macedo Soares (1934-1937 / 1955-1958)



Mário de Pimentel Brandão (1937-1938)



Oswaldo Aranha (1938-1945)



Pedro Leão Veloso (1944-1946)



João Neves da Fontoura (1946 / 1952-1953)



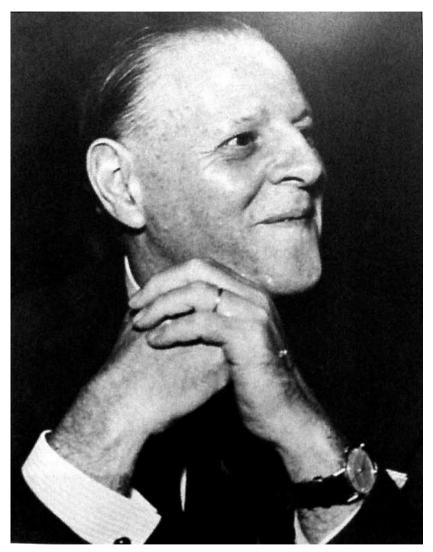
Raul Fernandes (1947-1951 / 1954-1955)



Vicente Rao (1954-1955)



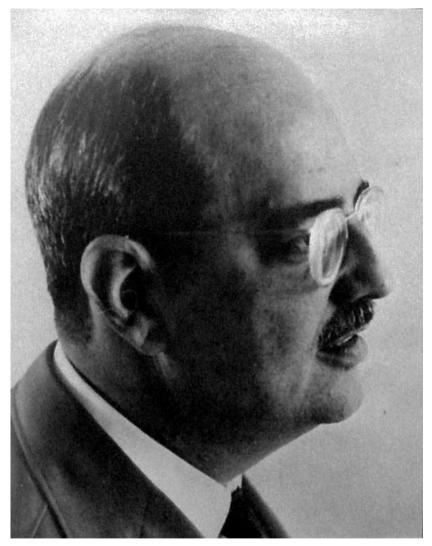
Francisco Negrão de Lima (1958-1959)



Horácio Lafer (1959-1961)



Afonso Arinos de Melo Franco (1961 / 1962)



San Tiago Dantas (1961-1962)



Hermes Lima (1962-1963)



Evandro Lins (1963)



Araújo Castro (1963-1964)

Referências

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Verbetes Araújo Castro, Dívida externa, Evandro Lins, Jânio Quadros e Lincoln Gordon. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e o GATT: 1947-1990. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997a, p. 73-104.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997b, p. 127-166.

ABREU, Marcelo de Paiva; FRITSCH, Winston. As lições da história: 1929-33 e 1979-81. In: LARA, André; DIAS, Dionísio; BACHA, Edmar et al. *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*: o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ABREU, Marcelo de Paiva; FRITSCH, Winston. Aspectos estratégicos da política comercial brasileira. *Boletim de Diplomacia Econômica*, n. 13, novembro de 1992.

ACHESON, Dean. *Present at the creation*: my years in the State Department. New York: W. W. Norton & Co., 1969.

AGEE, Philip. *Inside the Company*: CIA Diary. New York: Stonehill, 1975.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa; V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia do liberalismo econômico: as relações econômicas internacionais do Brasil durante a presidência Dutra. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, 1999, p. 35-66.

ALVAREZ, Vera Cíntia. Reflexões sobre o surgimento da "Política Externa Independente" na gestão de Jânio Quadros. In: *Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986). Cadernos do IPRI*, n. 2. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, p. 79-87.

AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

AMORIM, Celso; PIMENTEL, Renata. Iniciativa para as Américas "O Acordo do Jardim das Rosas". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

ARANHA, Oswaldo. *Oswaldo Aranha, 1894/1960*: discursos e conferências. Brasília: FUNAG, 1994. (Coleção Relações Internacionais, v. 21).

ARAÚJO, Braz José de. A política externa no governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. (Texto elaborado com base em tese de doutoramento com o mesmo título. Paris, 1970. Mimeo e resumido.)

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. *Oswaldo Aranha*: A estrela da revolução. São Paulo: Mandarim, 1996.

ARINOS FILHO, Afonso. *Primo canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ARON, Raymond. *Une histoire du XX^e siècle*. Ed. Christian Bachelier. Paris: Plon, 1996.

AUSWÄRTIGES AMT. *Documents on German Policy* 1918-1945, London-Washington: HMSO-Government Printing Office, 1956.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos*: a rivalidade emergente (1950-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina*: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e o continente. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1994.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Ensaio, 1994.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOZA, Mário Gibson. Discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, em 31 de outubro de 1969. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos de política externa*: De 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília: Secretaria-Geral Adjunta para Planejamento Político, 1970.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARROS, Jayme de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943.

BARROS, Jayme de. *Chão da vida*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda., 1985.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a 1930*. São Paulo: Edições LB, 1962.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brazil*: A New Regional Power In the World-Economy. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

BELLO, José Maria. *História da República, 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BIEBER, Léon E. Brasil e Europa: um relacionamento flutuante e sem estratégia. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra*: Os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRANDI, Paulo. Verbete Jefferson Caffery. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984a.

BRANDI, Paulo. Verbete Karl Ritter. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984b.

BRANDI, Paulo. Verbete Luiz Martins de Souza Dantas. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984c.

BRANDI, Paulo; Verbete Mário de Pimentel Brandão. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984d.

BRANDI, Paulo; Verbete Muniz de Aragão. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984e.

BRANDI, Paulo; BENJAMIN, César. Verbete Afrânio de Melo Franco. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984f.

BRIGGS, Ellis O. *Proud Servant*: The Memoirs of a Career Ambassador. Kent, Ohio: The Kent State University Press, 1998.

BUENO, Clodoaldo. A política multilateral brasileira. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BUESCU, Mircea. *Guerra e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

BURNS, E. Bradford. *A History of Brazil*. New York: Columbia University Press, Third Edition, 1993.

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil Republicano*. V. II: *Sociedade e instituições*, 1889-1930. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1973.

BUTLER, Michael. *Cautious Visionary*: Cordell Hull and Trade Reform, 1933-1937. Kent, OH: The Kent State University Press, 1998.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesarus, 1995.

CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação histórica do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

CAMILLION, Oscar. *Memórias políticas*: De Frondizi a Menem (1965-1996). Buenos Aires: Planeta, 1999.

CAMPBELL, Herbert. *A marinha mercante na Segunda Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANCELLI, Elizabeth. *A intentona em Nova York*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

CARR, E. H. *International Relations Between the Two World Wars*, 1919-1939. Londres: McMillan Press, 1947.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CASO de Olga Benário é uma mancha do passado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 mar. 1998.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 36, n. 2, p. 101-118, 1993.

CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAVALCANTI, Geraldo Holanda. O Brasil e a CEE: 30 anos de relações. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. de. *Sessenta anos de política externa*. 1930-1990. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, p. 169-199.

CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz:* 1914-1918. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira*: 1822-1985. São Paulo: Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas*: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário. *História do Cone Sul.* Brasília: Editora Universidade de Brasília-Revan, 1998.

COLLOR, Lindolfo. *O Brasil e a Liga das Nações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

CONFERENCE OF THE EIGHTEEN NATION COMMITTEE ON DISARMAMENT. *Final Verbatim Record of the Third Meeting.* Held at the Palais des Nations, Geneva, on Friday, 16 March 1962, at 10 a.m. ENCD/PV.3.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. A política externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. As relações internacionais do Brasil em direção ao ano 2000. In: *Temas de política externa brasileira*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas:* 1946-1995. Brasília: FUNAG, 1995.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora Unesp-Fapesp, 2000.

COUTINHO, Amélia. Verbete HERMES LIMA. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

COUTINHO, Amélia; BENJAMIN, César. Verbete Severo Founier. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

COUTINHO, Amélia; BENJAMIN, Cid. Verbete Juracy Magalhães. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

COUTINHO, Amélia; JUNQUEIRA, Ivan. Verbete Adolf Berle Junior. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho. A política externa da revolução e a crise dominicana de 1965. In: *Cadernos do IPRI. Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986)*, n. 2. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, p. 101-116.

CRUZ, Adelina Maria Alves Novais. *Impasse na democracia brasileira,* 1951-1955: Coletânea de documentos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da política externa independente (1961-1964). *Cadernos do IPRI. Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986)*, n. 2. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, p. 65-78.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; MOURA, Gerson. O Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935 e os interesses industriais brasileiros. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 1, p. 55-73, jan./mar. 1978.

DANESE, Sérgio F. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DANTAS, Francisco Clementino San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DAVIS, Sonny B. *A Brotherhood of Arms*: Brazil-United States Military Relations. 1945-1977. University Colorado Press, 1996.

DI TELLA, Guido e D. Cameron Watt (eds.). *Argentina between the Great Powers*, 1939-46. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1990.

DIAS, Sônia e Marcos Penchel. Verbete Vasco Leitão da Cunha. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

DK PUBLISHING. *Millennium Year by Year*. Londres: Dorling Kindersley Ltd., 1996.

DULLES, John W. Foster. *Brazilian Communism* 1935-1945: Repression during World Upheaval. Austin, Texas: University of Texas Press, 1983a.

DULLES, John W. Foster. *Castello Branco*: o presidente reformador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983b.

DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda, Brazilian Crusader*. V. I: *The Years* 1914-1960. Austin, Texas: University of Texas Press, 1991.

FARRAR, Victor J.; BEERS, Henry P. (eds.). Foreign Relations of the United States Diplomatic Papers, 1933. V. IV: The American Republics. Washington: United States Government Printing Office, 1950.

FALCOFF, Mark. *A Tale of Two* Policies: U. S. Relations with the Argentine Junta, 1976-1983. Philadelphia: Foreign Police Research Institute, 1989.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima. O modelo brasileiro de industrialização diante das novas realidades da integração no hemisfério: Mercosul e Nafta. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

FONTOURA, João Neves da. *Depoimentos de um ex-ministro*: peronismo, minerais atômicos, política externa. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarrisse da. *O Brasil e as operações de paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2000.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*: memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: José Olympio, 1961a.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Novo ministro das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. IV, n. 14, 1961b, p. 134-141 (Discurso de posse, em 1º de fevereiro de 1961).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto*: memórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 31-72.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, Eugênio Vargas. *A participação do Brasil na Liga das Nações (1919-1926)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994a. (Dissertação de Mestrado.)

GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n. 1, 1994b, p. 5-23.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Uma cronologia da história das relações internacionais do Brasil*. Brasília, 1999. (Mimeo.)

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo: Siciliano, 1992.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil*: a study of U.S. cold war diplomacy in the Third World, 1945-1954. Wilmington, Delaware: Scholarly Resources Inc., 1989.

HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1932.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

HILTON, Stanley. Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, n. 12, part. II, nov. 1980, p. 341-364.

HILTON, Stanley. *Hitler's secret War in South America, 1939-1945*: German Military Espionage and Allied Counterespionage in Brazil. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981. [Ed. bras. *Suástica sobre o Brasil*: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977c.]

HILTON, Stanley. Brasil-Argentina: a disputa pela hegemonia na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 25, n. 97-100, 1982, p. 77-100.

HILTON, Stanley. E. Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 29, n. 113-114, 1986-87, p. 15-46.

HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HILTON, Stanley. The United States and Argentina in Brazil's Wartime Foreign Policy, 1939-1945. In: TELLA, Guido di; WATT, D. Cameron (eds.). *Argentina between the Great Powers*, 1939-1946. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1990.

HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet Challenge*, 1917-1947. Austin, Texas: University of Texas Press, 1991.

HILTON, Stanley. Brasil e Argentina: da rivalidade à entente. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 36, n. 2, 1993, p. 54-66.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha*: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HIRST, Mônica. *O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos:* 1942-1945. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982. (Dissertação de Mestrado.)

HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

HIRST, Mônica. *Diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000a.

HIRST, Mônica. A política interna atravessa a fronteira. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom, 2000b.

HIRST, Mônica. Guerra e paz na região. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000c.

HIRST, Mônica. Novos rumos na política externa. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000d.

HIRST, Mônica. Novos vínculos com os Estados Unidos. In: *A diplomacia brasileira*. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000e.

HIRST, Mônica. O governo Delfim Moreira. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000f.

HIRST, Mônica. O governo Washington Luís. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000g.

HIRST, Mônica. O impacto da Segunda Guerra Mundial. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer. 2000h.

HIRST, Mônica. Vínculos com o sistema econômico internacional. In: *A diplomacia brasileira*: história e atualidade. CD-Rom. Odebrecht-Embraer, 2000i.

HISTÓRIA do Brasil. ATR. Multimedia Ltda. Sony Music. Rio de Janeiro, RJ. 1995. CD-Rom. (Conteúdo: Do descobrimento aos nossos dias: períodos históricos; Brasil multimídia; Grandes nomes; Navegando pelo produto.)

HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. New York: The Macmillan Company, v. I, 1948.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. História geral da Aeronáutica Brasileira. V. I: Dos Primórdios até 1920. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

JENKS, Carl Major. *The Structure of Diplomacy*: an Analysis of Brazilian Foreign Relations in the Twentieth Century. Duke University, 1979.

JORNAL DO COMMERCIO. A política exterior do Brasil na gestão do chanceler Raul Fernandes. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia., 1951.

KELLER, Vilma; BENJAMIN, César. Verbete Santiago Dantas. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

KELLER, Vilma; BENJAMIN, Cid. Verbete José Carlos de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

KELLER, Vilma; JUNQUEIRA, Ivan. Verbete Vicente Rao. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Simon & Schuster, 1994.

KONDER, Marcos. *Lauro Müller*: ensaio biobibliográfico. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.

KORNIS, Mônica; JUNQUEIRA, Ivan. Magalhães Pinto. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

KRAMER, Paulo; FLAKSMAN, Dora. Verbete Questão do Chaco. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

LAFER, Celso. Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais. São Paulo: Duas Cidades, 1973a.

LAFER, Celso. O convênio internacional do café. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 68, n. 2, 1973b, p. 285-340.

LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LAFER, Celso. *Horácio Lafer*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1988. (Perfis Parlamentares, 38.)

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution*: The United States and Brazil, 1961-1969. Kent: The Kent State University Press, 1990.

LEITE, Paulo Moreira. General brasileiro era enviado da Casa Branca. *Gazeta Mercantil*, 22-23/06/2000. (Com base em manuscrito de James G. Hershberg.)

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEVINE, Robert M. *Father of the Poor?* Vargas and His Era. New York: Cambridge University Press, 1998.

LIGGIERO, Luiz Fernando. Políticas semelhantes em momentos diferentes: exame e comparação entre a política externa independente (1961-1964) e o pragmatismo responsável (1974-1979). Brasília, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2000. (Tese de Doutorado.)

LIMA, Hermes. *Travessia*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974

LINS, Álvaro. *Rio Branco*: biografia. São Paulo: Editora Alfa Ômega e FUNAG, 1998.

LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. (Republicado pela Universidade de Brasília em 1981.)

LYRA, Heitor. A diplomacia brasileira na Primeira República (1889-1930) e outros ensaios. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1992.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. Itamaraty comemora o centenário de nascimento do ex-chanceler Otavio Mangabeira. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 50, 1986, p. 71-84. (Conferência do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de setembro de 1986, por ocasião da cerimônia comemorativa do centenário de nascimento do ex-chanceler Otavio Mangabeira, que contou com a presença do presidente José Sarney.)

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes*: estadista da República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MAGALHÃES, José Calvet de. Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras. Lisboa: Quetzal, 1997. (Ed. bras. Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. São Paulo: Paz e Terra, 1999.)

MAGALHÃES, Juracy. Exposição à Câmara dos Deputados sobre o "Caso Paraguai". (Brasília, 18 de maio de 1966). In: MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

MAIA, Jorge. *Um decênio de política externa*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940.

MAIOR, Luiz Augusto P. Souto. O Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

MAIOR, Luiz Augusto P. Souto. A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1964-1990). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. V. 4: Economia e cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1981.

MALIN, Mauro; JUNQUEIRA, Ivan. Verbete Negrão de Lima. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

MAYER, Jorge Miguel; BENJAMIN, César. Verbete Arthur de Souza Costa. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

MAYER, Jorge Miguel; FLAKSMAN, Sérgio. Verbete Horácio Lafer. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

MCCANN JUNIOR, Frank D. Brazil, the United States, and World War II: a commentary. *Diplomatic History*, v. 3, n. 1, 1979, p. 55-76.

MCCANN JUNIOR, Frank D. Brazilian Foreign Relations in the Twentieth Century. In: SELCHER, Wayne A. (ed.). *Brazil in the International System*: the Rise of a Middle Power, Boulder, Colorado: Westiew Press, 1981. (Westview Special Studies on Latin America and the Caribbean).

MCCANN JUNIOR, Frank D. *The Brazilian-American Alliance*, 1937-1945. New Jersey: Princeton University, 1973.

MELLO, Rubens Ferreira de *Textos de direito internacional e de história diplomática de 1815 a 1949*. Rio de Janeiro: Editora A. Coelho Branco Filho, 1950.

MESPLÉ, Antônio de Moraes. A política externa brasileira numa era de conflito pela hegemonia mundial (1939-1942). In: *Cadernos do IPRI. Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986)*, n. 2, FUNAG 1989, p. 29-45.

MORAIS, Fernando. Olga. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Marechal João Batista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante.* 2ª ed. rev. amp. Brasília: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960.

MOREIRA, Regina da Luz; FLAKSMAN, Dora. Verbete João Neves da Fontoura. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

MOURA, Gerson. *A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial*, 1942-1945. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. (Mimeo).

MOURA, Gerson. *As origens do TIAR e a política externa brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. (Mimeo).

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. *Brazilian Foreign Relations* 1939-1950. The changing nature of Brasil-United States relations during and after the Second World War. London: University College London, 1982. (Thesis of Ph.D in History.)

MOURA, Gerson. Verbete Acordos de Washington. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

MOURA, Gerson. As razões do alinhamento: a política externa brasileira no pós-guerra, 1945-50. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 28, n. 109-110, 1985, p. 37-50.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. *Estudos Históricos. Globalização*, v. 6, n. 12, p. 177-190, 1993.

MOURA, Gerson. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa). São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política africana no Brasil. In: *Sessenta anos de política externa brasileira* (1930-1990): o desafio geoestratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

NABUCO, Maurício. *Reflexões e reminiscências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

O III REICH e o Brasil. V. II. Rio de Janeiro: Laudes S.A., 1968.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. A política exterior do Brasil em 1958. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. II, n. 6, 1959, p. 90-105. (Capítulo da Mensagem enviada pelo Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente da República, ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, a 15 de março de 1959.)

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 171-195.

PAIVA, Marcos Caramuru de. A dívida externa e as questões financeiras internacionais. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

PARKER, Phyllis R. *Brazil and the Quiet Intervention*, 1964. Austin, Texas: University of Texas Press, 1979.

PECHMAN, Roberto. Verbete Raul Fernandes. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

PECHMAN, Roberto; MACHADO, Rubens. Verbete Pedro Leão Velloso. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

PESSOA, Epitácio. *Obras completas de Epitácio Pessoa*. V. XIV: *Conferência da Paz, diplomacia e direito internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHO NETO, Demósthenes Madureira de. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 151-169.

POTASH, Roberto A. *El ejército y la política en la Argentina, 1928-1945*: de Yrigoyen a Perón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1984. (Ed. inlg. *The Army and Politics in Argentina, 1928-1945*: Yrigoyen to Peron. Redwood City: Stanford University Press, 1969.)

QUADROS, Jânio. A política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. IV, n. 14, 1961a, p. 125-133. (Mensagem enviada pelo Dr. Jânio Quadros, presidente da República, ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da sessão legislativa anual, em 15 de março de 1961).

QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. Foreign Affairs, v. 40, n. 1, 1961b, p. 19-27.

RAJA-GABAGLIA, Laurita Pessôa. *Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

RAMOS, Plínio de Abreu; FLAKSMAN, Dora. Verbete Acordos Roboré. In: Alzira e Israel Beloch (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

RESENDE, Expedito. A evolução da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. XVIII, n. 69/72, 1975.

REVISTA Brasileira de Política Internacional. Novas missões diplomáticas do Brasil, v. IV, n. 14, 1961, p. 151-153.

REVISTA Brasileira de Política Internacional. VIII Reunião de consulta dos Chanceleres Americanos, v. V, n. 17, 1962, p. 130-132.

REVISTA Brasileira de Política Internacional. Normalização das Relações Brasil-França, v. VII, n. 25, 1964, p. 116-118.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os Estados Unidos desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco. O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Petrobras e UERJ, 2000.

RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: PARANHOS, José Maria da Silva. *Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica, 1845-1995. Brasília: FUNAG, 1995.

ROCK, David. *Argentina* 1516-1987: desde la colonización española hasta Raúl Alfonsin. Buenos Aires: Alianza, 1999 (Título original: *Argentina* 1516-1987: *From Spanish Colonization to the Falklands War*. Berkeley: University of California Press, 1987).

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, Pedro. Brasileiros na Espanha. *Temas de Ciências Humanas*, v. 9, 1980, p. 125-158.

SANTOS, Norma Breda dos. *Le Brésil et la Société des nations* (1920-1926). Genève: Thèse n. 557, 1996. (Thèse présentée à l'Université de Genève pour l'obtention du grade de docteur en sciences politiques.)

SANTOS, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel*: Diplomacia e sociedades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

SCHNEIDER, Ronald M. Brazil, Culture and Politics in a New Industrial Powerhouse. Boulder, Colorado: Westview Press, Inc. 1996.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo: o processo de envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Trabalho preparado para o projeto de pesquisa coletiva "Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)", desenvolvido conjuntamente pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores e Núcleo de Política Internacional e Comparada da Universidade de São Paulo. (Mimeo).

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, n. 18, p. 107-126, 1989.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Quatro teses sobre a política externa brasileira nos anos 1930. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, p. 115-160.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Oswaldo Aranha e as teias da história. *Folha de S.Paulo*, 3 abr. 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SELCHER, Wayne A. *Brazil's Multilateral Relations*: Between First and Third Worlds. Boulder: Westview Press, 1978.

SELCHER, Wayne A. *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy 1956-1972*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1974.

SENKMAN, Leonardo. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel. In: SANTOS, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel*: diplomacia e sociedades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SETTE, Luiz Paulo Lindenberg. A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1945-1964). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. II: Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

SILVA, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SILVA, Fernando Apparício da. A crise da dívida externa e a moratória de 1937. In: DANESE, Sergio França (org.). *Cadernos do IPRI. Ensaios de história diplomática do Brasil, 1930-1986*, n. 2, 1989, p. 47-64.

SILVA, Geraldo E. do Nascimento e. *Convenção sobre relações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SILVA, Hélio. 1937: todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Hélio. 1938: terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Hélio. 1939: a véspera de guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972a.

SILVA, Hélio. 1942: guerra no continente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972b.

SILVA, Hélio. 1944: o Brasil na Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SILVA, Hélio. Entre paz e guerra: 1915-1919. São Paulo: Editora Três, 1975a.

SILVA, Hélio. *Guerra inevitável*: 1939-1942. São Paulo: Editora Três, 1975b.

SILVA, Hélio. *O Estado Novo*: 1937-1938. São Paulo: Editora Três, 1975c.

SILVA, Hélio. O primeiro século da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

SILVA, Hélio. *O Brasil e a Primeira Grande Guerra*. São Paulo: Editora Três, 1998.

SILVEIRA, Antônio F. Azeredo da. O Brasil e a Nova Ordem Internacional. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889-1930. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil Republicano*. V. I: *Estrutura de Poder e Economia*: Difusão Europeia do Livro, 1975.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil*, 1930-1964: An Experiment in Democracy. New York: Oxford University Press, 1986. (Ed. bras. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982).

SMITH, Joseph. *Unequal Giants*: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

SOARES, Álvaro Teixeira. *Afrânio de Melo Franco, diplomata e internacionalista*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1970.

SOARES, Álvaro Teixeira. *O Brasil no conflito ideológico global (1937-1979)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOARES, José Carlos de Macedo. *O Brasil e a Sociedade das Nações*. Paris: A. Pedone, 1927.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. Verbete Dívida externa pós-1945. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil-Forense Universitária-FINEP, 1984.

SOUZA, Rodrigo do Amaral. Da política externa independente à política externa interdependente: o governo Castello Branco. *Cadernos do IPRI. Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986)*, n. 2. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, p. 89-100.

TOPIK, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State*. Austin: University of Texas Press, 1987.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Repertório da prática brasileira do Direito Internacional Público (Período 1919-1940). Brasília: FUNAG, 1984a.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Repertório da prática brasileira do Direito Internacional Público (Período 1941-1960). Brasília: FUNAG, 1984b.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Repertório da prática brasileira do Direito Internacional Público (Período 1899-1918). Brasília: FUNAG, 1986.

UNITED STATES ARMS CONTROL AND DISARMAMENT AGENCY. *Arms Control and Disarmament Agreements*: Texts and Histories of the Negotiations. 6^a ed. Washington, D.C.: U.S. Government Publishing Office, 1996.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Getulio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. 8 v.

VARGAS, Getulio. *Diário*: 1930-1942. São Paulo-Rio de Janeiro: Siciliano-Fundação Getúlio. Vargas, 1995. 2 v. (Pref. Celina Vargas do Amaral Peixoto. Org. Leda Soares.)

VIANNA FILHO, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VIANNA, Hélio. *História da República*: história diplomática do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 105-150.

VIGEVANI, Tulio; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento. In: SANTOS, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel*: diplomacia e sociedades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana*, 1913-1915. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1975 (Dissertação de Mestrado).

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A política externa do governo JK. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa (1930-1990). V. I:Crescimento, modernização e política externa). São Paulo: Cultura Editores Associados-Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, p. 231-251.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento*: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1954. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Relações internacionais, com base em 40 anos de estabelecimento de relações diplomáticas. *Coletânea Brasil-União Soviética*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

WEIS, W. Michael. *Cold Warriors & Coups d'Etat*: Brazilian-American Relations, 1945-1964. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.

WESSON, Robert. *The United States and Brazil*: Limits of Influence. New York: Praeger Publishers, 1981.

WIRTH, John D. *The Politics of Brazilian Development*, 1930-1954. Stanford: University Press, 1970.

WROBEL, Paulo S. Aspectos da política externa independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, 1993, p. 191-209.

YOUNG, Jordan M. *Brasil* 1954/1964: fim de um ciclo civil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

YOUNG, Jordan M. *Brazil*: Emerging World Power. Malabar, FL: Krieger Publishing Company, 1991.

Publicações do governo brasileiro

ANUÁRIO do Instituto Rio Branco: 1989-1990. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1990.

DOCUMENTOS Históricos do Estado-Maior do Exército. Compilador contratado Cel. R/I Diniz Esteves. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

GESTÃO do ministro Lafer na Pasta das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1961.

MENSAGEM enviada pelo Dr. Jânio Quadros, presidente da República, ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da sessão legislativa anual, em 15 de março de 1961. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. IV, 1961.

O BRASIL e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944.

PROGRAMA de Governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves.

RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912-1918, 1920-1930, 1937-1943; MRE/ Seção de Publicações do Serviço de Documentação, 1949, 1952, 1955-1958 e 1960.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda. Papel da capa: cartão duplex 250g/m2 Papel do miolo: pólen similar 80g/m2 O estudo das relações internacionais comporta várias perspectivas. Uma das mais úteis é a da política externa de um Estado que parte do reconhecimento da especificidade histórica da conduta do Estado como ator, senão exclusivo, pelo menos preponderante na dinâmica da vida internacional. É esse o ângulo que estrutura o livro de Fernando de Mello Barreto, que tenho o prazer de apresentar.

Neste livro, no qual a política externa tem como lastro a História Diplomática, a apresentação da cronologia dos eventos adquire significado em função do critério da periodização. É justamente a relevância desse critério que me permito inicialmente realçar nesta apresentação. Com efeito, o livro de Fernando de Mello Barreto examina os 21 Sucessores do Barão de 1912 a 1964.

Tem assim como ponto de partida o Brasil após a conclusão da obra do Barão do Rio Branco que, ao consolidar, juridicamente e por meios pacíficos, as fronteiras nacionais, não só nos legou o mapa de um país de escala continental, como também equacionou o primeiro problema de uma agenda de política externa, que é o de estabelecer a diferença entre o "interno" (o nacional) e o "externo" (o mundo). Rio Branco, através da sua obra, desafogou seus sucessores do problema de fronteiras e permitiu que se dedicassem ao que veio a ser o tema forte da política externa brasileira: o do desenvolvimento do espaço nacional. É este tema que explica os determinantes e as linhas de continuidade da política externa brasileira em boa parte deste século e é isto que este livro de Fernando Barreto esclarece ao leitor, com o rigor de uma acurada pesquisa.

Essas importantes evoluções em nossa política externa foram, contudo, realizadas dentro de um contexto de mudança na continuidade que preserva, como vimos, as grandes linhas de ação que permeiam e marcam, em essência, a atuação dos *Sucessores do Barão*.

De fato, sua coerência, prudência e equilíbrio garantiram para o Brasil de 1912 a 1964 uma diplomacia que, conforme enfatiza o autor no epílogo do livro, na maior parte dos casos soube explorar com competência as possibilidades externas e traduzi-las em oportunidades internas, sempre em benefício do país. Esse mesmo lastro municia e inspira a ação externa do Itamaraty de hoje.

Celso Lafer



